



Portugal e as Campanhas de África: da imposição de soberania à Grande Guerra



Coordenação de
Carlos Filipe Afonso
Vitor Lourenço Borges



INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR

Atas do Seminário
Portugal e as Campanhas de África:
da imposição de soberania à Grande Guerra

Coordenadores:

MAJ INF Carlos Filipe Afonso

MAJ INF Vitor Lourenço Borges

IUM

Centro de Investigação e Desenvolvimento (CIDIUM)

Dezembro de 2015

Como citar esta publicação:

Afonso, Carlos Filipe, Borges, Vítor Lourenço, 2015. *Portugal e as Campanhas de África: da imposição de soberania à Grande Guerra*. Coleção "ARES", 8. Lisboa: Instituto Universitário Militar.

Diretor

Tenente-General Rui Manuel Xavier Fernandes Matias

Editor-chefe

Major-General Jorge Filipe Marques Moniz Côrte-Real Andrade

Coordenador Editorial

Coronel de Infantaria Tirocinado Lúcio Agostinho Barreiros dos Santos

Núcleo Editorial e Design Gráfico

Capitão-de-mar-e-guerra Carlos Alberto dos Santos Madureira
Alferes RC Pedro Miguel Januário Botelho

Propriedade

Instituto Universitário Militar
Rua de Pedrouços, 1449-027 Lisboa
Tel.: 213 002 100
Fax.: 213 002 179
E-mail: cisdi@iesm.pt
www.iesm.pt/cisdi/publicacoes

Pré-Impressão e Distribuição

Fronteira do Caos Editores
Rua Diogo Cão, 1242 r/C Esq.
4200-259 PORTO
Tel: 225 205 005
e-mail: fronteirado caos@netcabo.pt
www.frenteirado caoseditores.pt

ISBN 978-989-99532-0-8

Depósito Legal

Tiragem 200 exemplares

© Instituto Universitário Militar, 2015

Nota do Editor:

Os textos patentes no presente volume de Atas são da responsabilidade dos seus autores, não constituindo doutrina oficial das Forças Armadas Portuguesas e da Guarda Nacional Republicana.

Índice

Prólogo	v
Tenente-General Mário de Oliveira Cardoso	
Prefácio	vii
Tenente-General Rui Manuel Xavier Fernandes Matias	
Introdução	1
Carlos Filipe Afonso	
Vitor Lourenço Borges	
Resumos	5
Os Projetos políticos de unificação da Europa como contraponto à Grande Guerra	19
Alexandre Figueiredo	
A perceção da atrição no planeamento estratégico e operacional na Primeira Guerra Mundial	41
Nuno Correia Neves	
O Pensamento Estratégico Português no Dealbar do Século XX	53
António Paulo Duarte	
Geopolítica da Alemanha na Primeira Guerra Mundial: O Caso do Sudeste Africano	81
Marisa Fernandes	
Estratégia Geopolítica do Império Alemão para debilitar a presença de Portugal em África antes da Primeira Guerra Mundial	107
Gisela Guevara	
Pembe. o Império empalideceu de medo, fúria e vergonha	121
Marco Fortunato Arrifes	
O impacto da intervenção militar em Moçambique nos finais do Século XIX para o desenvolvimento das campanhas africanas	151
Paulo Jorge Fernandes	

A Primeira Guerra Mundial em Angola. O ataque Alemão a Naulila. Preparar-se para uma guerra e combater outra	165
Luís Barroso	
Moçambique e as opções de Heinrich Schnee e Von Lettow-Vorbeck durante a Grande Guerra	187
Nuno Lemos Pires	
A Guarda Republicana de Lourenço Marques	215
Rui Moura	
O Oficial do Serviço de Estado-Maior no Período da Grande Guerra: Dois Exemplos das Campanhas de África	243
Fernando Ribeiro	
Comandantes em África (1914-1918): Uma geração infortuna. Oficiais comandantes da 1ª expedição a Angola	269
Renato Assis	
A Grande Guerra e a medicina em África: Na senda de novas questões e à procura de novas conclusões	297
Margarida Portela	
Conclusões	323
Carlos Filipe Afonso Vitor Lourenço Borges	
Sínteses biográficas dos autores	329



Prólogo

“Quem não se lembra do passado está condenado a repeti-lo”
(George Santayana - 1905)¹

Esta frase, lida acidentalmente num jornal diário, tem acompanhado algumas das intervenções que tenho feito enquanto Presidente da Comissão Coordenadora das Evocações do Centenário da I Guerra Mundial. Ela consubstancia a razão de, desde o início das nossas atividades, termos enunciado como nosso propósito não o celebrar mas o evocar o sacrifício dos nossos Soldados e Marinheiros, das suas famílias, de todo o Portugal de então; procurar conhecer todo o enquadramento político que determinou e condicionou a nossa participação ativa nos Teatros de Operações, Africanos e no da Europa; analisar como os objetivos militares definidos para atingir a finalidade política pretendida foram abordados ao nível da estratégia militar; conhecer as grandes linhas de ação da estratégia nacional.

No IESM foi encontrada a Instituição por excelência para desenvolver os temas relativos ao estudo da estratégia militar.

Temos vindo a dar conta da existência de várias obras de autores contemporâneos da guerra, de natureza estritamente militar ou de relatos de experiências vividas e denunciadoras da extrema violência e provação a que os

¹ Filósofo de naturalidade espanhola (1863-1952). Frase extraída do 1º volume da sua obra “A Vida da Razão”

Soldados e Marinheiros portugueses foram sujeitos quer nos TO Africanos quer na Flandres. Mas a procura da “lógica” que determinou a decisão política de participar ativamente na guerra e a forma como a mesma foi conduzida, só há muito pouco tempo começou a ser investigada e sistematizada.

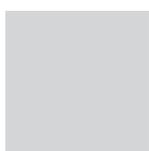
Propor ao IESM que, organizando dois Seminários, um dedicado a África e outro, a ter lugar em 2017, ao TO Europeu, foi de facto um dever para que melhor possa vir a ser conhecida a razão do envolvimento do País num cenário de conflito mundial, de extrema violência que, na altura, quando terminado com a assinatura do Tratado de Versalhes (1919), se pensou que nunca mais se repetiria mas que, afinal, se prolonga até aos dias de hoje.

Acresce ainda a constatação de que Portugal, tendo desfilado em Paris como vencedor, se sinta no seu íntimo como que um derrotado, parecendo ser de facto esta a imagem que transparece na opinião pública.

Está aqui a razão da escolha da frase com que inicie este texto.

Tendo o mesmo sido escrito já depois da realização do Seminário, não pode deixar de conter uma palavra de reconhecimento à Direção do IESM e a todos os que diretamente estiveram envolvidos na sua realização.

Mário de Oliveira Cardoso
Tenente-General



Prefácio

O seminário “Portugal e as campanhas de África: da imposição de soberania à Grande Guerra” constituiu uma coorganização dos estabelecimentos de ensino superior universitário militar e tratou-se do primeiro encontro, no âmbito das Comemorações do Centenário da Primeira Guerra Mundial, levado a cabo nas instalações do IESM.

Está em linha com o conjunto de iniciativas similares organizadas pelas mais diversas entidades apoiadas pela Comissão Coordenadora, resultando, não só, mas em larga medida, do trabalho realizado no projeto do Centro de Investigação em Segurança e Defesa do IESM (CISDI), dedicado à Primeira Guerra Mundial.

Em 2015, o tema escolhido como pano de fundo para os trabalhos destas duas jornadas pretendeu estar diretamente relacionado com o biénio 1914-1915, período em que Portugal combatia sem guerra declarada. A Guerra que se desenvolvia em África não pode ser analisada, no plano internacional, sem as suas relações com os antecedentes geopolíticos coloniais do final do século XIX, nem desligada da conjuntura político-estratégica do início do século XX. Também não pode ser ignorado o plano interno, em que a jovem República lutava, num clima de enorme instabilidade, pela irreversibilidade do percurso que tinha conduzido ao 5 de outubro de 1910.

As múltiplas dimensões inerentes ao biénio que evocámos no Seminário exigiram a procura de um compromisso entre a diversidade de perspetivas gerais de abordagem e a objetividade das diferentes intervenções. Se, por um lado, a

Europa e o Mundo se viam envolvidos num conflito a uma escala nunca vista, Portugal vivia a sua situação particular, que aos olhos do presente estava clara e diretamente relacionada com a conjuntura internacional de então, mas que, no entanto, teve leituras bastante díspares pelos protagonistas da época.

Procurámos que o Seminário não se cingisse às exposições e debates constantes dos painéis em agenda. Ao organizar as jornadas de trabalho, as pausas foram pensadas como oportunidades de continuação e aprofundamento do debate iniciado no auditório.

Certo de que um encontro desta natureza constituiu uma oportunidade única de enriquecimento comum, estou em crer que os objetivos delineados para o Seminário foram alcançados. A colocação de questões ao passado – que são sempre questões do presente – deverá ter propiciado algumas respostas e, certamente, terá suscitado novas questões, gerado diferentes hipóteses e sugerido outras vias de investigação.

Rui Manuel Xavier Fernandes Matias

Tenente-General

Introdução

Carlos Filipe Afonso

Major

Gabinete de História Militar/ Área de Ensino de Estratégia/ IESM
Investigador Associado no Centro de Investigação em Segurança e
Defesa do IESM (CISDI)
Lisboa, Portugal
afonso.cfnld@iesm.pt

Vítor Lourenço Borges

Major

Área de Ensino Específica do Exército/ IESM
Investigador Integrado no Centro de Investigação em Segurança e
Defesa do IESM (CISDI)
Lisboa, Portugal
borges.vmlo@iesm.pt

O IESM constituiu-se como entidade participante na Evocação do Centenário da Primeira Guerra Mundial numa altura em que o Centro de Investigação em Segurança e Defesa do IESM (CISDI) se encontra em estruturação e expansão. O projeto de investigação submetido à Comissão Coordenadora para Evocação do Centenário da Primeira Guerra Mundial, surgiu como uma oportunidade de desenvolvimento do próprio Centro, na medida em que os períodos evocativos constituem oportunidades de excelência para o impulso da investigação.

O IESM comprometeu-se com um papel ativo nos eventos promovidos pela Comissão Coordenadora, constituindo o Seminário “Portugal e as Campanhas de África: da Imposição de Soberania à Grande Guerra” o primeiro evento científico organizado por este Instituto no âmbito desta participação.

O Seminário foi organizado com base em três linhas orientadoras:

- Criar condições para a continuidade do debate proposto pela Comissão Coordenadora para o quadriénio evocativo;

- Fazer incidir os painéis, na medida do possível, na intervenção portuguesa no quadro colonial africano;
- Procurar abordagens relacionadas com a Primeira Guerra Mundial em contextos menos visitados pela historiografia.

Em meados de 2015, uma das linhas de investigação mais desenvolvidas do projeto do IESM consistia na análise do contexto político e estratégico das potências beligerantes como fator enquadrante das adaptações do instrumento militar português. Por conseguinte entendeu-se conveniente a introdução de um painel reservado a esta temática mais alargada e mais remotamente relacionada com o tema do Seminário (mas sem deixar de o estar).

Em busca de corresponder especificamente à segunda linha orientadora enunciada, entendeu-se alargar a cronologia em estudo de modo a abranger as campanhas de imposição de soberania do final do século XIX e início do seguinte, contextualizantes das intervenções militares posteriores, já num quadro do conflito mundial. Com efeito (e como se pôde verificar nas intervenções ao longo do Seminário) é difícil e incompleta qualquer abordagem ao confronto entre potências coloniais nos teatros africanos durante a Grande Guerra se não se tiver em consideração os contextos que se foram desenvolvendo nas décadas anteriores, especialmente os que tiveram lugar depois da Conferência de Berlim de 1884-85.

Ao encontro da terceira linha orientadora, buscaram-se intervenientes com argumentos inovadores acerca das campanhas e também da especificidade de temáticas em estudo.

Para além das linhas orientadoras, a organização dos painéis teve em consideração uma ideia de desenvolvimento dos trabalhos do geral para o particular; das abordagens contextualizantes para as que apresentavam consequências das conjunturas vividas, independentemente da cronologia precisa.

As presentes Atas foram organizadas, na medida do possível, de acordo com a sequência de intervenções. Importa apresentar, em termos gerais, o conceito que presidiu ao desenvolvimento dos trabalhos nos dias 25 e 26 de junho de 2015:

- O primeiro dia iniciou com uma visão panorâmica da entrada portuguesa na Grande Guerra, proporcionada pelo Professor Doutor Nuno Severiano Teixeira. Seguiu-se-lhe, ainda nessa manhã, um primeiro painel centrado nalgumas perspetivas abrangentes relacionadas com o conflito. A tarde contemplou

as dimensões das relações internacionais, nomeadamente entre Portugal e a Alemanha e a corrida europeia para África do final do século XIX e início do século XX;

- O segundo dia contou com dois painéis diretamente relacionados com as operações militares em África: primeiro abordaram-se as estratégias e atuação das forças militares em Angola e Moçambique e, seguidamente, foram efetuadas observações de detalhe sobre os protagonistas no terreno. As conclusões foram apresentadas, verbalmente, sob a forma de síntese das principais ideias expostas ao longo da abertura e dos cinco painéis previstos.

O conjunto que agora é publicado inclui a quase totalidade das comunicações proferidas no Seminário, às quais se acrescentou um texto de Margarida Portela relativo à medicina em África na Grande Guerra.

Resumos

Os Projetos políticos de unificação da Europa como contraponto à Grande Guerra

Alexandre Figueiredo

Resumo

A primeira metade do século XX assistiu aos dois mais mortíferos conflitos bélicos da História da Humanidade. Porém, ambos os episódios apenas introduzem uma escala de destruição e de mortandade sem precedentes. Na realidade, ao longo dos séculos, apenas em curtos períodos a Europa conheceu tempos de paz e concórdia. Todavia, em contraponto com a guerra muitas foram as vozes daqueles que apelaram à paz e à união. É o recenseamento de alguns destes projetos que nos propomos concretizar neste trabalho.

Palavras-chave: Projetos pela Paz, Grande Guerra, História da Europa, Unificação da Europa, Federação Europeia.

A perceção da atrição no planeamento estratégico e operacional na Primeira Guerra Mundial

Nuno Correia Neves

Resumo

A Primeira Guerra Mundial forçou uma geração de líderes militares a readaptar a sua forma de pensar e planear a uma guerra de desgaste onde a primazia passou a ser a atrição. O Objetivo desta comunicação é apresentar as dificuldades desse processo adaptativo, quer ao nível do planeamento estratégico, quer ao nível da sua materialização no planeamento e conduta de operações, enquanto exemplo da adaptação de um aparelho militar a um conflito cuja natureza contraria os princípios que guiaram o seu próprio desenvolvimento.

Palavras-chave: Atrição, Primeira Guerra Mundial, Plano Schlieffen, Perceção do Adversário.

O Pensamento Estratégico Português no Dealbar do Século XX

António Paulo Duarte

Resumo

A história do pensamento estratégico surge como um estudo que permite compreender, não só as dinâmicas propriamente estratégicas, mas como um instrumento para conhecer os anseios, interesses e formas de edificação de si próprias das sociedades que o produziram. Em suma, o pensamento estratégico permite conhecer e compreender as dinâmicas políticas internas e externas, os quadros geopolíticos e geoestratégicos que foram formulados e que enquadram as leituras do presente e os projetos futuros.

A presente conferência analisará alguns dos autores e das obras mais relevantes do pensamento estratégico português na década que precedeu a eclosão da Grande Guerra. Com base nesta investigação estudar-se-á e procurar-se-á fazer uma interpretação, não só das características intrínsecas do pensamento estratégico, mas também da compreensão que os autores coevos tinham da realidade internacional e da realidade nacional, nomeadamente no que se refere às vulnerabilidades e às potencialidades de que Portugal dispunha à época.

O estudo debruçar-se-á sobre obras de Raul Esteves, Pereira de Silva e Botelho de Sousa, entre outros, procurando igualmente dissecar as leituras comuns e as leituras distintas que cada um produzia da realidade em que Portugal se inseria, assim como sobre aquilo que considerava como parte do pensamento estratégico. Neste sentido, se desenvolverá no estudo uma parte dedicada às conceções estratégicas militares da Armada e do Exército.

Palavras-chave: Grande Guerra, Estratégia, Pensamento Estratégico, Grã-Bretanha e Portugal, Primeira República.

Geopolítica da Alemanha na Primeira Guerra Mundial: O Caso do Sudeste Africano

Marisa Fernandes

Resumo

Este artigo pretende demonstrar em que consistia a Geopolítica da Alemanha na Primeira Guerra Mundial no espaço africano, focando-se sobretudo na Deutsch-Ostafrika (hoje Tanzânia, Ruanda e Burundi) e em Moçambique, e no interesse alemão e sua tentativa de anexar o Norte de Moçambique à Deutsch-Ostafrika que culminaria na Batalha de Negomano (1917).

Procura-se igualmente evidenciar a importância do projeto alemão de Mittelfrika, como uma das linhas de atuação da Weltpolitik adotada em 1890 pela Alemanha de Wilhelm II, e com impacto direto no interesse alemão sobre Moçambique e sobre o espaço colonial português em África.

O Projeto de Mittelfrika e o interesse por Moçambique resultaram da procura de Lebensraum em África, com uma orientação económica e cultural ainda hoje características da Política Externa Alemã.

Palavras-chave: Geopolítica, Alemanha, Sudeste Africano, Moçambique, Portugal, I Guerra Mundial.

Estratégia geopolítica do império Alemão para debilitar a presença de Portugal em África antes da Primeira Guerra Mundial

Gisela Guevara

Resumo

Realizando a análise dos padrões de cooperação/conflito entre as grandes potências antes da Primeira Guerra Mundial, John Mearsheimer salienta que durante os quarenta anos que precederam a Primeira Guerra Mundial, as potências europeias cooperaram entre elas, mesmo se de forma muito limitada, o que não impediu, de resto, grandes divergências de interesses e eclosão de conflitos. Este foi o caso, certamente, do palco africano, onde as ambições da Alemanha e da Grã-Bretanha a respeito do império luso, não foram atenuadas por dois acordos secretos que repartiam entre Londres e Berlim as colônias portuguesas. De todas as nações que tinham presença no continente negro, Portugal era aquela que estava mais debilitada, tanto por problemas financeiros, como por aspetos políticos. Os últimos anos da Monarquia e os primeiros da República seriam, sem dúvida, pautados, por grande instabilidade. Tanto a Alemanha como a Grã-Bretanha pretendiam obter proveito deste debilitamento.

Esta comunicação centrar-se-á, sobretudo, em analisar como o Império Alemão, utilizando as dificuldades de Portugal, gizou uma estratégia geopolítica que pretendia obter benefícios nos portos de Lourenço Marques, em Moçambique, e da Baía dos Tigres, em Angola, com o fim de fortalecer bases navais germânicas frente ao poderio naval britânico. Recordemos que até 1902-1903 a Alemanha tinha sido um potencial “hegemon”, o que significava, entre outros, que o grau de riqueza de este país, a sua população, o seu poder militar, a sua tecnologia, ameaçavam dominar o sistema e destronar a Grã-Bretanha do seu posto nº 1 como potência mundial. Segundo Mearsheimer, o sistema europeu tinha sido caracterizado entre 1871 e 1902 por uma “balanced multipolarity”. No entanto, a partir de 1903, este equilíbrio deixou de existir para se converter numa “unbalanced multipolarity”. Veremos em especial, nesta palestra, como os portos estratégicos africanos sob soberania lusa, passariam a ser objeto de um agressivo jogo de interesses geopolíticos, em particular da Alemanha e Inglaterra, num contexto no qual se aproximava uma guerra mundial, na qual se considerava que o poder naval poderia vir a ser um fator decisivo.

Palavras-chave: Primeira Guerra Mundial, Império Alemão, Colónias Portuguesas, Moçambique, Mittleafrika.

Pembe. E o Império empalideceu de medo, fúria e vergonha

Marco Fortunato Arrifes

Resumo

O Império empalideceu de medo, fúria e vergonha são as palavras que no romance “A Conjura”, José Eduardo Agualusa utiliza para descrever as consequências da derrota que as tropas portuguesas sofreram no sul de Angola em 1904.

Nesse acontecimento que para a História ficou conhecido como o “Desastre do Vau de Pembe” terão perdido a vida um décimo do total das forças existentes em Angola.

Derrotas em África não eram novidade. Antes pelo contrário. No entanto, as célebres campanhas de Moçambique e as vitórias no Bailundo e no Humbe tinham começado a criar um sentimento triunfalista, que era agora violentamente cerceado.

O impacto deste acontecimento, se bem que conjuntural, foi assim profundo na sociedade portuguesa. Por todo o país se multiplicaram as cerimónias religiosas honrando os mortos, ao mesmo tempo que na Câmara dos Deputados a oposição progressista lançava um violento ataque ao governo regenerador e na imprensa surgiam artigos de opinião, estudos e entrevistas a militares, que tentavam contribuir para uma explicação do sucedido.

Com esta comunicação perseguimos três objetivos: primeiro, compreender o esquecimento que a historiografia nacional, nas várias fases da sua evolução ao longo do século XX, conferiu a este acontecimento. Não pretendendo entrar por caminhos hagiográficos sem sentido, muitas vezes nos surgiram em mente as célebres palavras de Vieira: “Se servistes a Pátria, e ela vos foi ingrata, vós fizestes o que devíeis, e ela o que costuma”.

Segundo, estudar as modalidades do impacto político e social causado por este malogro militar; terceiro, averiguar de que modo as propostas então surgidas tiveram implicação real.

Palavras-chave: Angola, Pembe, Cuamatos, Exército Colonial, Exército Ultramarino, Expedição Militar.

O impacto da intervenção militar em Moçambique nos finais do Século XIX para o desenvolvimento das campanhas africanas

Paulo Jorge Fernandes

Resumo

Desde meados do século XIX, das províncias ultramarinas os portugueses apenas estavam habituados a receber notícias de derrotas e humilhações militares que, normalmente, custavam as vidas dos soldados envolvidos em tais iniciativas. Periodicamente chegavam informações à metrópole de que as ambições lusitanas em África se encontravam ameaçadas ora por revoltas locais ora devido à cobiça das principais potências europeias.

Nos anos finais do século XIX, este panorama começou a alterar-se. A partir de 1894 o país iria envolver-se numa primeira guerra colonial dos tempos modernos em múltiplas frentes, erradamente designada como “Campanhas de Pacificação” dos territórios ultramarinos, que consumiram recursos humanos e tecnológicos muito para além do que se estava habituado a ver. Os resultados operacionais seriam bastante encorajadores e também se ficaram a dever ao uso em larga escala de auxiliares recrutados nos vários pontos do Império, a uma melhoria dos meios logísticos empregues, nomeadamente ao nível das condições sanitárias e à superioridade do armamento utilizado. Por outro lado, construiu-se uma hagiografia colonial em torno de uma geração de “heróis” militares que nasceram com estas campanhas e que serviu propósitos ideológicos bem definidos. Para todos eles, os territórios ultramarinos faziam parte da pátria e deveriam, por isso, ser defendidos de agressões externas, fossem elas quais fossem. O Império não podia ser discutido, sendo antes um factor de unidade nacional. Conferiu-se, assim legitimidade a uma retórica patriótica e belicista, em relação ao Ultramar, que atravessou os vários tipos de regimes políticos observados em Portugal até ao último quartel do Século XX sem que alguma vez se questionasse oficialmente a matriz colonial da pátria. Esta comunicação procura discutir e problematizar o impacto do envolvimento militar em Moçambique, sob estas múltiplas vertentes, a partir dos anos finais do século XIX na doutrina de guerra portuguesa até às vésperas da abertura da frente africana já em contexto da I Guerra Mundial.

Palavras-chave: Campanhas Africanas, Moçambique, Mouzinho de Albuquerque

O ataque preemptivo a Naulila

Luís Barroso

Resumo

O objetivo deste artigo é enfatizar aspetos estratégico-militares relativos ao combate de Naulila, entre forças militares portuguesas e alemãs, ocorrido em 18 de dezembro de 1914. A vasta historiografia produzida no seguimento da participação de Portugal na Primeira Guerra Mundial considera a ação alemã como um ataque punitivo. Porém, as condições estratégico-militares no Sudoeste Africano e em Angola levam-nos a considerar que se tratou de uma ação preemptiva para desorganizar o que os alemães entendiam ser a preparação de um ataque a partir de Angola. O movimento das forças portuguesas para a fronteira sul de Angola e o facto de os alemães poderem ser atacados por linhas exteriores podem ter sido indicadores decisivos para o ataque alemão em 18 de dezembro de 1914.

Palavras-chave: Primeira Guerra Mundial, Alves Roçadas, Naulila, Sudoeste Africano, Ataque Preemptivo.

Moçambique e as opções de Heinrich Schnee e von Lettow-Vorbeck durante a Grande Guerra

Nuno Lemos Pires

Resumo

As memórias do Governador da África Oriental Alemã, Heinrich Schnee, e do respetivo Comandante-chefe da denominada Força de Proteção, Paul Émile von Lettow-Vorbeck, demonstram bem o ambiente tenso que existia entre ambos, especificamente, durante a campanha alemã em terras de Moçambique nos finais de 1917 e durante o ano de 1918.

Schnee defendia a neutralidade desde o início da grande guerra (em agosto de 1914) e acreditava que assim poderia preservar os territórios africanos na posse da Alemanha. Vorbeck queria deter o inimigo, isto é, os britânicos, impedindo que as suas forças fossem empregues nos restantes teatros da Grande Guerra: “não tínhamos o domínio do mar (...) mas uma população leal de oito milhões aptas a pegar em armas (...) A Inglaterra poderia levar todos os seus askaris para outros teatros de operações (...) teria sido duma vantagem evidentemente grande para a Inglaterra se existisse algum acordo que nos condenasse à neutralidade (Lettow-Vorbeck, 1923: 21-22). Venceu, ou antes, impôs-se, a tese do Comandante-chefe e Schnee, iria aceitar ingressar nas colunas militares e cumprir com as determinações de Vorbeck. No momento do anúncio do armistício, poucos dias depois de sair de Moçambique, solicitou imediatamente a primazia da direção política e lamentou profundamente o vexame de ter de evacuar a colónia (Schnee, 1918: 121).

Vorbeck tinha conseguido deter e forçar o inimigo a combater e a empenhar elevadíssimos meios humanos, materiais e financeiros, em número muito superior ao alemão. A Alemanha tinha capitulado e perdido os seus territórios em África. Britânicos, Belgas e Portugueses perderam milhares, centenas de milhares de vidas. Quem venceu em África?

Palavras-chave: Letow-Vorbeck, Heinrich Schnee, África Oriental Alemã, Deutsch Ostafrika, Moçambique.

A Guarda Republicana de Lourenço Marques

Rui Moura

Resumo

Em Moçambique a Guarda Republicana de Lourenço Marques foi responsável, a partir de 1914, pela segurança e policiamento de todas as áreas na região sul da colónia desempenhando missões típicas de uma Gendarmerie, tais como as de ocupação e de polícia militar do território, as de segurança interna e de ordem pública, as de polícia de emigração, para além de outros serviços de polícia sanitária e de caça, sendo ainda guarda-fiscal no interior e na fronteira com as colónias da África do Sul e da Rodésia. As unidades desta força estavam ainda preparadas para desempenhar operações de combate, segurança de colunas e reconhecimentos.

Unidades da Guarda Republicana de Lourenço Marques, que era reconhecida como a melhor força militar existente em Moçambique, não só a mais bem treinada como aquela com maior capacidade de intervenção, participou nas campanhas contra os alemães, no norte de Moçambique, reforçando em 1916 as forças do Exército no Rovuma, tendo o Coronel Azambuja Martins, Chefe do Estado-Maior da 3.^a Expedição a Moçambique, testemunhado: “A 18 de Maio [1916] o Governador Geral [Álvaro Xavier de Castro] embarcou em Lourenço Marques para o Rovuma acompanhando os reforços que conseguira mobilizar na Colónia, formando uma companhia europeia de infantaria montada da Guarda Republicana de Lourenço Marques e uma companhia indígena da mesma unidade (a qual era considerada de elite, tendo todos os seus oficiais o curso da sua arma), ... ” (MARTINS, Eduardo Azambuja (1935) A campanha de Moçambique. In Martins, Ferreira, dir. (1934-1935) Portugal na Grande Guerra. Lisboa: Ática. Vol. 2, pp. 147-148).

Palavras-chave: Primeira Guerra Mundial, Guarda Republicana, Moçambique, Lourenço Marques.

O oficial do Serviço de Estado-maior no período da Grande Guerra

Fernando Ribeiro

Resumo

O Serviço de Estado-Maior foi instituído em 1899, sendo herdeiro do Corpo de Estado-Maior instituído em 1834. A Lei 26 de Maio de 1911, que visou a reforma do Exército após a implementação da República em 1910, manteve a mesma designação.

O objetivo da comunicação é caracterizar do perfil do Oficial deste Serviço na Grande Guerra. Tendo crescido numa época conturbada, tanto política como economicamente, estes oficiais eram de origens cidadinas, oriundos de famílias com a possibilidade de lhes permitir estudos, que assentavam praça no Exército, chegada a idade, com o intuito de se formarem como oficiais.

Os oficiais que constituíam o Serviço de Estado-Maior recebiam formação específica para o desempenho das respetivas funções que, até 1890, ocorria no mesmo molde das restantes Armas do Exército, sendo um curso de base da Escola do Exército. A partir de 1891 passou a ser um curso complementar, mantendo-se como um Corpo distinto, mas abrindo a entrada a todas as Armas do Exército.

O Serviço de Estado-Maior, durante a Grande Guerra, enquadrava-se com o perfil expectável para a época: aos seus oficiais eram atribuídas funções de destaque e responsabilidade, ligadas frequentemente ao planeamento de manobras e instrução, acabando por influenciar toda a instituição, ao mesmo tempo que beneficiavam de algumas vantagens no respeitante à carreira.

Palavras-chave: Grande Guerra, Serviço de Estado-Maior, Carreira Militar, Oficiais do Exército.

Comandantes em África (1914-1918): uma geração infortuna

Renato Assis

Resumo

A comunicação enquadra-se num projeto financiado pelo CINAMIL e que tem como tema “uma forma portuguesa de comando e liderança militar na Grande Guerra - África”. A sua pertinência advém do facto de neste período a situação que as unidades do Exército Português e os seus comandantes enfrentaram, logo no início das hostilidades, com a projeção para África na defesa da integridade dos territórios coloniais, ser completamente atípica pela introdução de duas novas realidades: um adversário técnico e taticamente superior em oposição aos empenhamentos em África das últimas décadas; um exército inoperante consequência da instabilidade político-social no panorama nacional.

Pretende-se identificar o perfil sociológico dos oficiais comandantes das unidades mobilizadas para África entre 1914 e 1918 (capitães, maiores e tenentes-coronéis, num total de cerca de 60) na procura das principais tendências em relação às origens sociais, à experiência profissional com particular destaque para a experiência de combate nas campanhas africanas do fim do século XIX e início do século XX; funções de comando e/ou estado-maior desempenhadas em território nacional e nas colónias; envolvimento político-partidário na implantação da república; eventuais funções desempenhadas em entidades civis no território nacional ou em missões no estrangeiro.

A metodologia assenta na pesquisa a fontes primárias em que se destacam os processos individuais dos oficiais em questão (Arquivo Histórico Militar e Arquivo Geral do Exército), Ordens do Exército e outros despachos, bem como correspondência oficial. Eventuais contactos com descendentes dos oficiais na procura de informação “não-oficial” (memórias, lembranças, cadernos, etc.).

Palavras-chave: Primeira Guerra Mundial, África, Angola, Comandantes.

A Grande Guerra e a Medicina Em África: Na Senda de Novas Questões a à Procura de Novas Conclusões

Margarida Portela

Resumo

Mundialmente vivem-se os anos de evocação do Centenário da Primeira Guerra Mundial. Portugal possui o dever de recordar o conflito, não se circunscrevendo aos palcos europeus e aos anos ulteriores a 1916, pois, por essa altura, já tinha enviado centenas de expedicionários portugueses para Angola e Moçambique, com o objetivo de reforçar a soberania portuguesa naqueles territórios.

Na senda destas novas questões e à procura de novas conclusões, encetámos em finais de 2013 uma investigação que procura conhecer melhor o Serviço de Saúde Médico Militar Português durante a Grande Guerra. Cedo denotámos que, para a época, os estudos internacionais dedicados à Medicina Militar se centram primordialmente na Europa, numa forte produção historiográfica que tende a excluir Portugal das discussões focadas nestas e em outras temáticas da História Social da Medicina.

O presente artigo, ínfima parte de uma investigação em curso, pretende apenas alertar para algumas questões relativas à medicina militar portuguesa no teatro de operações africano, relembrando histórias, vivências e ecos memorialistas, e recordando a importância destas fontes de saber. Dessa forma, melhoraremos a compreensão do que foi a logística médico militar em campanha, em África e França, o que nos permitirá, num futuro breve, uma maior perceção do fenómeno da Grande Guerra em Portugal, com base na comparação dos teatros de operações, e sob o olhar da medicina militar.

Palavras-chave: Portugal, Grande Guerra, Medicina, África, Memória

Os Projetos políticos de unificação da Europa como contraponto à Grande Guerra

Alexandre Figueiredo

Membro Integrado do Centro de Investigação Media e Jornalismo (CIMJ)
Membro Integrado do Center for Research in Communication, Information and Digital Culture (CIC·DIGITAL)

Membro Efetivo e Membro do Conselho Científico do Centro de Investigação
Professor Doutor Joaquim Veríssimo Serrão (CIJVS)

Investigador Associado do Centro de Investigação de Segurança e Defesa do
IESM (CISDI)

Lisboa, Portugal

ampfigueiredo@gmail.com

1. À guisa de introdução

Decorrido que está um século sobre o início da Grande Guerra, e no ano em que assinalamos a efeméride de sete décadas passadas sobre o término da Segunda Guerra Mundial, mais do que falar da guerra, e em particular da Grande Guerra na sua vasta teia de dimensões e aspetos políticos, sociais, económicos, militares,... entre tantos outros, o exercício proposto neste trabalho é um itinerário da Paz. Na verdade, um roteiro pelos testemunhos que, em diferentes épocas e ao longo de sucessivos séculos, algumas das mais insígnies figuras da política, da ciência e da cultura do Velho Continente, quiçá antecipando os acontecimentos funestos verificados na primeira metade do século XX, deixaram à reflexão das gerações vindouras.

Com efeito, no desenho das instituições supranacionais europeias, arquitetadas após o conflito de 1939-45, surgem absolutamente manifestas as influências destes projetos de antecipação. Propostas que, de uma forma ou de outra, vaticinavam para a Europa unicamente dois destinos possíveis: a união ou a (auto)-destruição.

Destarte, o armistício assinado numa carruagem de comboio, a norte de Paris, em 11 de novembro de 1918, apenas viria a suspender temporariamente as hostilidades que, uma vez mais e ao longo de quatro anos, quase aniquilaram o Velho Continente. De facto, nem mesmo ante a destruição, sem precedentes, resultante da Grande Guerra os povos europeus lograram um entendimento que fizesse findar em definitivo esta fatal propensão para um belicismo perene e recorrente. Assim, decorridas escassas duas décadas, e ainda que com contornos e protagonistas diferentes, os povos da Europa afadigavam-se na conclusão das questões que a confrontação anterior deixara em suspenso e para as quais o Tratado de Versalhes, de 1919, não providenciara uma solução satisfatória. Mais bárbaro e cruel do que a Grande Guerra de 1914-18, o antagonismo de 1939-45 foi também verdadeiramente global: 1) pelo número de países, direta e indiretamente, envolvidos; 2) pelo facto de se terem registado batalhas um pouco por todo o globo; mas, principalmente, pelo facto de, 3) pela primeira vez, a Humanidade, no seu todo considerada, se ter confrontado com a possibilidade real de autoextinção.

Deste modo, tendo presente que, não apenas a(s) Grande(s) Guerra(s) como inúmeros outros eventos de cariz bélico, anteriores e posteriores, tiveram como palco a Europa e protagonistas os povos europeus e que estes fenómenos encontram-se bem documentados e amplamente estudados, impõe-se um recenseamento, como já atrás anunciámos, dos programas alternativos, posto que, estes são, desde logo, menos conhecidos.

2. As propostas medievais de sistemas supranacionais de arbitragem entre os soberanos

Os primeiros esforços, subsequentes à derradeira desarticulação das estruturas ainda vigentes do Império Romano do Ocidente, visando uma reaproximação à escala continental surgem, um pouco contra corrente, no ocaso da Idade Média. Num tempo em que o sentimento dominante caminhava, segundo Pérez-Bustamante e Colsa (2004, p. 17), na direção oposta, mais concretamente, para um crescente reforço das soberanias nacionais, caindo inclusivamente em desuso a designação Europa. Todavia,

“[...] a chegada dos mongoles (sic), primeiro, e principalmente dos turcos, vai modificar todo o equilíbrio político dos reinos e principados da Europa oriental, criando um profundo sentimento de incerteza, quase comparável à originada pelo desaparecimento do Império Romano a Ocidente.

Assim, surgiram algumas vozes que relembrouam o nome de Europa como um ideal de unidade das nações ou dos reinos cristãos perante as ameaças externas.

Frederico II fala abertamente da Europa Imperial e o próprio Dante Alighieri¹ utiliza repetidamente este termo. Aliás, Dante mostra-se como um verdadeiro nostálgico da unidade cristã e, por isso, propõe que os soberanos aceitem um sistema de arbitragem nas suas disputas, representado pelo Papa”.

No período do Renascimento é Erasmo de Roterdão a figura maior de um certo sentimento de unidade europeia, ideia que não logrou inverter as tendências nacionalistas e belicistas emergentes as quais se acentuarão na modernidade. Todavia, ao longo do século XVII não deixarão de aparecer ilustres filósofos apadrinhando a ideia de uma Europa que caminhasse em sentido divergente daquele que então se trilhava. Assim, Emeric Crucé² proporá a “criação duma Assembleia ou Senado permanente de Estados sedeada em Veneza, «onde todos os Soberanos tenham permanentemente embaixadas,

¹ “É na época em que Filipe o Belo desafia o papa e o imperador que Dante escreve o *De Monarchia* (1308): «Ó género humano, com que lutas e querelas, com que naufrágios deves ser agitada! Tornaste-te um monstro de múltiplas cabeças e não te perdes em esforços contraditórios.» Dante, nostálgico da unidade cristã, propõe, pelo menos, que os soberanos aceitem entre si um sistema de arbitragem: «*Entre dois príncipes, dos quais um não está submetido ao outro, pode elevar-se um litígio (...). Portanto, entre eles é preciso um julgamento. Visto que um não pode examinar a causa do outro (cada um deles sendo independente e um igual não tendo sobre o seu igual nenhum poder), deve existir um terceiro príncipe, de uma jurisdição ampla e que tenha os dois príncipes precedentes sob o seu poder. Esse príncipe será o monarca...*» Este monarca universal teria, pois, por função primordial resolver os diferendos entre os soberanos exercendo a arbitragem. Esta ideia de arbitragem está no centro de inúmeros projetos posteriores; pode, mesmo, dizer-se que nenhum plano visando a manutenção da paz poderia ignorá-la. «*A guerra é a recusa da arbitragem*», dirá, ainda, Édouard Herriot seis séculos mais tarde” (Soulier, 1997, p. 233). Vd. igualmente Silva, 2003, pp. 71-72 e Soares 2005, p 81.

² Monge, político e escritor francês, professor de matemática e frade do Colégio de Paris (1590-1648), contemporâneo de Luís XIII, é conhecido pela autoria da obra de 1623, *O Novo Cineas, ou Discurso do Estado a representar e meios de estabelecer uma paz geral e a liberdade de comércio para todo o mundo. Aos Monarcas e aos Príncipes Soberanos deste tempo*, um tratado pioneiro sobre relações internacionais. Cf. <http://www.britannica.com/EBchecked/topic/144554/Emeric-Cruce>.

para que todos os diferendos possam ser julgados pela Assembleia³ (Crucé, *apud* Pérez-Bustamante e Colsa, 2004, p. 19). Paralelamente, nesta mesma obra (*O Novo Cineas, ou Discurso do Estado a representar e meios de estabelecer uma paz geral e a liberdade de comércio para todo o mundo. Aos Monarcas e aos Príncipes Soberanos deste tempo*), publicada em 1623 (em plena Guerra dos 30 Anos, portanto), o autor proporá a criação de uma federação internacional assente no relacionamento pacífico entre todos os povos, a qual dependeria de uma Assembleia integrada por representantes de todos os príncipes Europeus. Escreve o autor: “que prazer seria ver os homens circularem de um lugar para outro livremente, e comunicarem entre si sem nenhum preconceito de país, de cerimonial, e de outras coisas parecidas, como se a terra fosse, como é verdadeiramente, uma cidade comum a todos”⁴ (Crucé, *apud* Soares, 2005, p. 81).

Em idêntico sentido, embora com maior mediatismo, o qual decorre também das responsabilidades ocupadas, surgem as propostas do Duque de Sully⁵ que tinham como propósito a conceção de uma Europa formada por quinze Estados, investida de poderes amplos executivos que se sobrepujam às soberanias estaduais, limitando-as fortemente. Este projeto de inspiração confederalista seria tutelado por um Conselho da Europa o qual seria, por seu turno, composto por seis Conselhos Provinciais e um Conselho Geral. “As competências deste Conselho teriam a ver com a liberdade de comércio através da supressão das taxas alfandegárias e com a implementação da paz como objetivos principais, assim como com a defesa da Europa de leste perante a ameaça turca, através da arbitragem e do consenso europeu”⁶ (Pérez-Bustamante e Colsa, 2004, pp. 19-20). No fundo, prosseguem os autores, de um modo geral, não apenas o projeto ensaiado pelo Duque de Sully, como outros

³ Ver igualmente Moreira, 2004, p. 98. “O seu objetivo é a paz universal. Por isso a ideia de cruzada se encontra ausente do seu pensamento. Todos os povos, incluindo os Turcos, devem ser admitidos no convívio internacional pacífico. O comércio e o trabalho serão as fontes de enriquecimento dos Estados, e não a guerra. A Terra deve ser considerada como uma cidade comum a todos. Combate todas as formas de guerra e recusa-se a admitir que delas possam advir honra ou proveito. Verdadeiramente é um dos primeiros advogados do terceiro Estado. Para executar as suas ideias, recomenda que o Papa promova a concórdia geral entre os príncipes cristãos. Fia do rei de França obter o consentimento dos maometanos. Finalmente, o instrumento que garantiria a execução do acordado seria uma assembleia composta de embaixadores de todos os príncipes. Sempre que algum contendor não se submetesse à decisão da assembleia, incorreria na desgraça de todos os príncipes, que encontrariam algum meio de o fazer voltar à razão”.

⁴ Consultar também, Pérez-Bustamante e Colsa, 2004, p. 19.

⁵ Maximilien de Béthune, Barão de Rosny e Duque de Sully (1560-1641). Foi Ministro de Henrique IV e deixou, nas suas Memórias, escritas entre 1620 e 1635, um conjunto de propostas visando a criação de uma união de Estados Europeus.

⁶ Ver ainda Cunha, 2004, p. 20; Soares, 2005, p. 82 e Moreira, 2004, pp. 98-99.

Os Projetos políticos de unificação da Europa como contraponto à Grande Guerra contemporâneos, demonstram uma preocupação crescente entre os intelectuais europeus no sentido de ser obtido um equilíbrio entre as diferentes potências em acesa disputa pelo protagonismo continental e mundial, com vista a garantir a segurança da Europa Ocidental ante o poder emergente do Império Otomano.

3. As propostas federalistas modernas

A Paz de Vestefália primeiro mas, não menos importante, a sua subsequente “confirmação” materializada nos Tratados de Utrecht e Rastadt (assinados respetivamente em 1713 e 1714), além da modificação substancial do mapa político bem como dos sempre delicados equilíbrios entre as potências continentais, abriu caminho a algumas décadas de efetiva paz, como aliás assinalam Carpentier e Lebrun (2002, p. 240) ao formularem a tese segundo a qual “[...] os tratados de 1713-1714 marcaram uma importante data na história da Europa, pois estabeleceram um novo equilíbrio entre as potências, nenhuma das quais podia já pretender impor a sua hegemonia no continente – nem mesmo a França ou a Áustria. Nos vinte e cinco anos seguintes, apesar das intrigas de Filipe V, este equilíbrio só muito parcialmente foi posto em causa”⁷.

Este período de relativo mitigar na perene conflitualidade existente entre os Estados, assistirá ao pleno eclodir da razão humana a partir da qual a Europa será confrontada com inúmeras iniciativas no sentido de enveredar por um caminho necessariamente diferente do da guerra secular, surgindo os ideais de paz, união e concórdia como conceitos centrais do movimento iluminista. O século XVIII conhecerá algumas das propostas mais arrojadas e inovadoras neste domínio. Por exemplo, de William Penn⁸ que no *“Ensaio pela paz presente e futura da Europa”* defende “um projeto de Federação de Príncipes que inclui um Conselho Geral formado por delegados dos Estados em proporção à sua importância: O Império alemão 12 delegados; Espanha, 10; França, 8; Itália, 8; Inglaterra, 6; Suíça, 4; Polónia, 4; Portugal, 3; Veneza, 3; Dinamarca, 3; Países Baixos, 4; os 13 Cantões e soberanias vizinhas, 2; os Duques de Holstein e Curlândia, 1; e se o Império Turco e Russo se unissem, cada um participaria com 5 delegados. O Conselho adotaria as suas decisões por uma maioria de três quartos e disporia de um exército. Deste modo, reinaria a paz e poder-se-ia desenvolver o comércio em prosperidade”⁹ (Pérez-Bustamante e Colsa, 2004, p. 21).

⁷ Cf. Wright, 1982, pp. 170-172; Roberts, 1997, p. 90 e ss.; Cunha, 2004, pp. 26-27.

⁸ William Penn (1644-1718). Cidadão Inglês que emigrou para os Estados Unidos; fundador e legislador do Estado da Pennsylvania, em cuja constituição se inspirariam os autores da constituição dos Estados Unidos.

⁹ Ver igualmente Moreira, 2004, p. 99; Soulier, 1997, p. 235; Ribeiro, 2003, p. 33; Soares, 2005, p. 82.

Ainda seguindo Pérez-Bustamante e Colsa, (2004, p. 22), o projeto mais importante de organização da sociedade internacional foi o desenvolvido pelo Abade de Saint-Pierre¹⁰ que preconizou uma Sociedade Europeia composta por 24 deputados

“[...] representantes dos seguintes Estados Europeus: França, Espanha, Inglaterra, Holanda, Saboia, Portugal, Baviera, Veneza, Genebra, Suíça, Lorena, Suécia, Dinamarca, Polónia, Estados Pontíficos, Moscovo, Áustria, Curlândia, Prússia, Saxónia, Patinado, Hannover, bem como dos Arcebispos eleitores.

Cada deputado disporia de um voto e as Câmaras dirimiriam os diferendos de âmbito comercial. Começar-se-ia num Congresso [em] Haia ou arredores – premonição do Congresso que viria a reunir-se precisamente na Haia, em 1948, com o intuito de começar a União Europeia”.

Também Gottfried Leibniz (1646-1716), Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), Jeremy Bentham (1748-1832), Immanuel Kant (1724-1804), refletirão, ao longo do período de setecentos, em idênticas propostas sempre tendo em vista o mitigar dos seculares conflitos existentes no Velho Continente (Ribeiro, 2003 , pp. 34-36; Soulier, 1997, pp. 235-236; Pérez-Bustamante e Colsa, 2004, pp. 22-23; Moreira, 2004, p. 100). Leibniz, de quem se diz ter mantido correspondência com o Abade de Saint-Pierre, “[...] propõe a União da Europa nas suas diversidades, e o estabelecimento dum Conselho Permanente ou Senado encarregue de velar pelos interesses gerais da cristandade” (Pérez-Bustamante e Colsa, 2004, p. 22). Rousseau terá contactado com os escritos de Saint-Pierre através da mãe de um dos seus discípulos, a qual lhe terá entregue um conjunto de papéis pertencentes ao clérigo, acrescido do pedido para efetuar um resumo dos mesmos. Virá a publicá-los em 1761, em Amesterdão, sob o título “*Extracto do Projecto da Paz Perpétua do M. Abade de Saint-Pierre, por J. J. Rousseau, cidadão de Genebra*”, postulando que uma Federação de Príncipes poderia, exercendo pressões e/ou sanções militares, intervir na mediação de conflitos, convocando para tal exercício a constituição de uma organização de dezanove membros, incluindo o Estado Pontifício e a Rússia.

¹⁰ O seu nome era Charles-Irenée Castel de Saint-Pierre (1658-1743). Foi membro da Academia Francesa a partir de 1695 e o representante de França na Paz de Utrecht de 1713. Autor do Projeto da Paz Perpétua, publicado em 1712 em Colónia e reimpresso em versão aumentada de dois volumes no ano seguinte em Utrecht, e mais tarde, em 1729, um terceiro volume, publicado em Roterdão, seria acrescentado. A este respeito ver ainda Ribeiro, 2003, pp. 34-36; Soares, 2005, p. 82 e Cunha, 2004, pp. 20-21.

Ainda no mesmo registo de recenseamento dos mais importantes programas de pacificação da Europa desenvolvidos ao longo do século XVIII, encontraremos Jeremy Bentham, cujo ensaio “*Um Plano para uma Paz Universal e Perpétua*” escrito entre 1786 e 1789, introduz a ideia de uma “opinião pública internacional” como um elemento simultaneamente inovador e decisivo em qualquer esforço de união continental, advogando no referido ensaio a tese segundo a qual deveria ser estabelecida uma Dieta “[...] que proferirá opiniões sobre problemas de interesse comum, cujos objetivos serão: emitir uma opinião, fazê-la reconhecer em cada Estado e colocar cada Estado reticente à margem da Europa”¹¹.

A última contribuição de monta, no sentido que vimos trilhando, será a formulada por Kant, inspirada tanto daqueloutra do Abade de Saint-Pierre de que é igualmente conhecedor, como também do exercício subsequente de Rousseau. Quando, em 1795, em Königsberg, o expoente máximo do Iluminismo alemão publica o seu pequeno, todavia denso, ensaio “*Pela Paz Perpétua*”, rapidamente granjearam amplo reconhecimento as suas propostas ousadas criticando e condenando as práticas antissociais dos Estados bem como a orientação política dos mesmos para as armas, guerras e conquistas, e, não menos desprezível, cobrança de impostos. “Kant propõe que o direito das gentes deve fundamentar-se sobre uma «*Federação de Estados livres*», todos eles repúblicas, isto é, fundadas sobre a liberdade dos seus membros, e a submissão a uma lei única e igual para todos, a exemplo dos Estados Unidos da América”¹².

As ocorrências verificadas no último quartel do século XVIII, mormente a independência dos Estados Unidos da América, primeiro (1776) e a Revolução Francesa, pouco depois (1789), viriam a condicionar decisivamente não apenas os equilíbrios políticos e militares à escala europeia, mas também, e principalmente, o pensamento do continente. A Revolução Francesa legará à Humanidade dois princípios fundadores das sociedades contemporâneas: um primeiro ensaiado no processo de independência americano, ainda que definitivamente consagrado em consequência da desagregação das estruturas do *Ancien Régime* – a noção de Direitos Humanos Fundamentais e, num segundo nível, o direito dos povos a dispor do seu destino. Na verdade, “entre 1789 e 1815, a Europa respirou ao ritmo da França. A «Grande Nação» impôs-se,

¹¹ Idem, *Ibidem*, p. 23.

¹² Idem, *Ibidem*, pp. 23-24. (Itálico no original). A respeito do projecto kantiano tendente à unificação da Europa, veja-se também o ensaio de Leonel Ribeiro dos Santos, incluído em Soromenho-Marques 2005, pp. 137-162, especialmente as pp. 149-162.

primeiro, pela força das ideias e, depois, pela das armas” (Carpentier e Lebrun 2002, p. 277).

“O sonho de Napoleão perseguia o sonho imperial durante muito tempo mantido pelo Sacro Império Romano Germânico. Todos os símbolos do Império tendiam para reatar com um passado idealizado: Napoleão escolheu o título de cônsul antes de se fazer imperador, criou um Senado como em Roma, prefeitos como em Roma, deu a águia como emblema aos exércitos como em Roma, fez erguer arcos do triunfo como os imperadores romanos e sagrou o filho rei de Roma. As relações com o papa demonstram, claramente, este estado de espírito. Na sua correspondência, uma carta de 7 de Janeiro de 1806, na qual escreve: «Para o papa, sou Carlos Magno, porque, tal como Carlos Magno, reúno a coroa de França à dos Lombardos e porque o meu Império confina com o Oriente.» Refere-se, aliás, a «Carlos Magno, imperador dos Franceses e nosso ilustre predecessor.» Mas a ambição de Napoleão ia muito para além dos símbolos. Entendia impor a sua autoridade a todas as nações da Europa: «Teria querido para toda a Europa, observa Las Cases no Memorial, a uniformidade das moedas, dos pesos, das medidas, a unidade da legislação»; sonhava com um Império universal e este não se detinha na Europa”¹³.

Após a derrota final de Napoleão Bonaparte, os aliados vencedores que se reuniram em Viena entre outubro de 1814 e junho de 1815 ocuparam-se da conceção dum processo, assim definido por Metternich, Chanceler da Áustria e seu principal promotor, que visasse “restaurar uma Europa do equilíbrio e do direito das gentes” (Metternich, *apud* Pérez-Bustamante e Colsa, 2004, p. 25) ou, nas palavras de Cunha (2004, p. 27), “[...] a partir da vitória das quatro grandes potências, em 1815, esboçou-se um princípio de organização da Europa, que não era mais do que um aperfeiçoamento – ainda que significativo e profundo – do sistema do equilíbrio do poder”. Também Benjamin Constant (1767-1830), num ensaio publicado em 1815, intitulado “*Do espírito da Conquista e da Usurpação nas suas relações com a civilização europeia*”, para muitos tido como um panfleto anti napoleónico, defenderá um moderno projeto federal

¹³ Soulier 1997, pp. 60-61, aspas no original. Cf. Igualmente Pérez-Bustamante e Colsa, 2004, p. 22 “Napoleão Bonaparte modernizou e uniformizou as estruturas dos estados Europeus e também codificou os seus sistemas legislativos. As Constituições garantiram os princípios de igualdade perante a lei e da divisão de poderes, característicos do próprio sistema democrático. Napoleão dirá em Santa Helena que ele foi partidário de criar uma grande Confederação de Povos da Europa, de unificar as moedas, os pesos, as medidas, as legislações”.

para o Velho Continente centrado na livre e pacífica união dos povos e das diversidades europeias, recusando tanto as inclinações imperialistas francesas da década anterior para a anexação dos Estados pela força das armas, como qualquer ideia tendente à criação de um Estado centralizador. É, aliás, neste quadro que se estabelece um novo figurino de organização político-territorial da Europa continental que beneficiará, com a supervisão da Inglaterra, as potências opositoras à França: Áustria, Prússia e Rússia. “Em nome da «paz universal» e do «equilíbrio europeu» sacralizava-se o poder e a união das monarquias absolutas (Santa Aliança¹⁴ – 1815) contra a França revolucionária” (Ribeiro, 2003, p. 43).

Porém, a contribuição mais marcante da época oitocentista em termos de um projeto de unificação europeia é a moção desenvolvida por Claude Saint-Simon (1760-1825), primeiro, em 1803¹⁵. Na sequência da sua participação enquanto combatente na guerra pela independência dos Estados Unidos da América, defendeu a importação do modelo americano e posterior adaptação deste à realidade europeia conjugado com um novo poder espiritual que se sobrepusesse aos Estados-nação. Posteriormente, em 1814, em coautoria com o historiador Augustin Thierry, desenvolverá e reforçará o exercício anterior através da publicação da obra *“Da reorganização da Sociedade Europeia, ou da necessidade e dos meios de agrupar os povos da Europa num corpo só, conservando cada um deles a sua independência nacional”*. Neste ensaio, Saint-Simon assume-se como “[...] o verdadeiro precursor da tendência institucionalista que no século XX conduzirá à redação dos Tratados Comunitários da CECA e do Mercado Comum. Saint-Simon propôs a formação dum Parlamento Geral para toda a Europa, constituído por 240 membros e dividido em duas câmaras – dos Comuns e dos Pares –, seguindo o modelo britânico” (Pérez-Bustamante e Colsa, 2004, p. 25) e assente justamente numa união entre França e Inglaterra (Soares, 2005, p. 83).

Após o Congresso de Viena, começa a emergir nos políticos e, de um modo geral nas elites europeias, uma orientação tendente à união dos povos do Velho Continente. O conceito Europa é recuperado e surge, seguindo o relato de Pérez-Bustamante e Colsa (2004), em obras do mais diverso teor: literário, filosófico, histórico, científico e, inclusive, na imprensa. Não obstante uma certa inclinação nacionalista presente nos movimentos artísticos, culturais,

¹⁴ A respeito da Santa Aliança e do seu papel no contexto das relações internacionais e do Direito Internacional Público, consultar Cunha, 2004, pp. 27-36.

¹⁵ *“Carta de um habitante de Genebra aos seus contemporâneos”*. A respeito deste assunto, vd. Ribeiro, 2003, p. 43.

políticos, religiosos mais representativos deste período, a dimensão patriótica parecia conviver em harmonia com o apelo europeu, teses que, no período que mediou entre a Convenção de Viena e o dealbar da segunda metade do século XIX, lograram alcançar grande acolhimento junto dos escritores italianos¹⁶, nomeadamente Giuseppe Mazzini, Vincenzo Gioberti e Carlo Cattaneo.

4. As propostas federativas na antecâmara da Grande Guerra

Um dos momentos mais emblemáticos dos sentimentos conducentes à mitigação das divergências, unificação e pacificação do continente durante o século XIX será, contudo, o profético discurso proclamado em Paris, em 1849, por Victor Hugo por altura do segundo dos três Congressos da Paz decorridos em 1848, 1849 e 1850, sucessivamente em Bruxelas, Paris e Frankfurt. Na ocasião, o eminente escritor francês que presidiu ao evento, proferiu um discurso inaugural verdadeiramente unificador:

“Um dia virá em que as bombas sejam substituídas pela venerável arbitragem dum Senado soberano que será para a Europa o que a assembleia legislativa é para a França... Um dia virá que em que haverá dois grupos imensos, os Estados Unidos de América e os Estados Unidos de Europa, situados um em frente ao outro estender-se-ão a mão sobre o mar... No século XX haverá uma nação extraordinária... Esta nação terá por capital Paris e não se chamará França, chamar-se-á Europa. Chamar-se-á Europa no século XX e nos séculos seguintes, e ainda transfigurada chamar-se-á Humanidade” (Victor Hugo, *apud* Pérez-Bustamante e Colsa, 2004, p. 26)¹⁷.

¹⁶ Compreende-se a relativa facilidade com que tais ideais unionistas penetraram no pensamento italiano se considerarmos que a Itália se resumia então a um conjunto de microestados dependentes e submetidos na maioria dos casos a potências estrangeiras. Com efeito, o *Risorgimento*, que corresponde ao processo de unificação dos diferentes estados transalpinos tem o seu início justamente entre 1848 e 1849, prosseguindo até 1870 com a anexação ao Reino de Itália de Roma, antiga sede dos Estados Pontifícios. De referir igualmente que as movimentações ensaiadas em território italiano aproveitaram ocorrências similares e, de algum modo, simultâneas na Europa Central, onde o mapa político se alterava substancialmente. A hegemonia austríaca protagonizada pelos Habsburgos diluía-se dramaticamente não apenas na Itália, mas também mais a Norte, onde a Prússia adquiria um papel preponderante na unificação alemã, concretizada no II Reich por Otto von Bismark. Cf. Carpentier e Lebrun, 2002, pp. 330-335; Roberts, 1997, p. 296 e ss.; Navarro, 2005, p. 211 e ss.; Wright, 1982, p. 208 e ss.; <http://pt.wikipedia.org/wiki/Risorgimento>.

¹⁷ Ver igualmente Ribeiro, 2003, p. 46 e Soares, 2005, p. 84.

Não obstante o processo de afirmação das unidades nacionais, corporizadas essencialmente pelos processos de unificação italiano (1870) e alemão (1871), durante a segunda metade do século XIX continuaram a erguer-se vozes clamando pela agregação dos diferentes Estados europeus numa estrutura supra estadual, sendo a solução federativa a predileta, ainda que sempre numa perspectiva descentralizada e que garantisse igualmente o respeito pelas nações mais pequenas e menos influentes. Vão nesse sentido as propostas de Charles Fourier que proclamava “[o] estabelecimento duma soberania que seria superior à soberania de cada Estado” (Charles Fourier, *apud* Pérez-Bustamante e Colsa, 2004, p. 27), de Proudhon que, em “*O Princípio Federativo*” defende a desmultiplicação dos Estados-nação em variadas comunidades descentralizadas que posteriormente se agregariam numa federação de base continental postulando que “o século XX [...] abrirá a Era das Federações, ou a Humanidade começará um purgatório de mil anos” (Proudhon, *apud* Pérez- -Bustamante e Colsa, 2004, p. 27), e também de Ernest Renan que assinalará que a construção europeia só será possível, uma vez definitivamente abandonadas todas as tentativas de hegemonia por parte de uma das suas nações: “[o] estabelecimento de um novo império romano ou de um novo Império de Carlos Magno é impossível. A divisão da Europa é grande demais para que uma tentativa de dominação universal não provoque mais do que uma colisão forte que coloque a nação ambiciosa no seu lugar natural” (Ernest Renan, *apud* Pérez-Bustamante e Colsa, 2004, p. 27). Cunha (2004, p. 36), atribui mesmo a Renan uma proposta no sentido da criação de uma federação europeia, assente na cordialidade das relações entre França e Alemanha, sob a qual seria sustentada a prosperidade do Continente. Tal proposta, prossegue o autor, antecipa mesmo, em quase um século, algumas das ideias fundamentais que constarão mais tarde do plano de Robert Schuman, a partir do qual seria lançada a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço.

As previsões e receios dos defensores de uma nova ordem à escala do Velho Continente, a fim de serem obviados os efeitos devastadores da guerra não poderiam ser mais sensatos. Com efeito, e segundo Roberts (1997, p. 23), no virar de século “o nacionalismo era, sem sombra de dúvida, o princípio político a que as massas respondiam com mais entusiasmo”. A tal ponto a proposição era verdadeira que, após uma primeira década a acumular tensões, a Europa explodiria, na segunda dezena de anos do século XX no mais brutal e mortífero conflito alguma vez tido entre homens, não que sem antes o mesmo fosse devidamente ensaiado nas duas Guerras Balcânicas, primeiro de 1908 a 1913 e, depois no terceiro trimestre de 1913.

O armistício de Novembro de 1918 seria confirmado em meados do ano seguinte, em Paris, por meio da assinatura de um Tratado Internacional:

“No dia 28 de Julho de 1919, assinava-se na Galeria dos Espelhos de Versalhes, o chamado Tratado de Versalhes, cujo art. 231 declarava que a Alemanha e os seus aliados foram os verdadeiros culpados do conflito e que deviam responder pelas perdas e danos sofridos pelos governos aliados e associados. [...] Aqueles Tratados de 1919-1920 – Versalhes, Saint Germain, Neully, Paris, Trianon, Sèvres, Riga e Lausana, transformaram completamente o mapa político da Europa. As minorias nacionais não assimilaram a sua integração em Estados alheios à sua geografia, à sua história e à sua cultura e, claro, o povo alemão nunca aceitou a responsabilidade, nem as cargas, e amputações territoriais que lhe foram impostas, ficando latente um sentimento revisionista sobre o qual se originou o segundo conflito europeu e mundial” (Pérez-Bustamante e Colsa, 2004, p. 29).

5. O Movimento Federalista Europeu no Pós-Grande Guerra

Uma das consequências mais importantes resultantes do conflito de 1914-18 terá sido justamente o despertar generalizado de consciências quanto à urgência de um programa de efetiva convergência dos diferentes Estados europeus no sentido de evitar novos derramamentos de sangue. Será justamente esse desígnio tendente a uma reconciliação continental e paz duradoura que originou o movimento pan-europeu nascido precisamente no rescaldo da assinatura do Tratado de Versalhes. Esta associação surge inspirada na obra publicada em 1923, por Richard Coudenhove-Kalergi, na qual “[...] o movimento defendia que a unidade política continental deveria assentar na integração franco-alemã, cujas tradicionais desavenças haviam estado na origem dos precedentes conflitos europeus” (Soares, 2006, p. 10). Em matéria de organização institucional, Kalergi entendia que a União Pan-europeia resultante desse esforço deveria ser composta por um Parlamento bicamaral, no qual “[...] uma Câmara baixa representaria os povos europeus – com um deputado por cada milhão de habitantes – e o Senado reuniria os representantes dos Estados. Este processo deveria ser despoletado através de uma conferência intergovernamental que elaborasse um Tratado onde se fixaria, numa primeira fase, o objetivo da realização de uma união aduaneira e de um espaço económico

único” (Idem, *Ibidem*)¹⁸. Esta última ideia foi lançada em 1927, numa conferência decorrida em Viena (cidade que servia de sede à União Pan-Europeia), na qual estiveram presentes, Aristide Briand, Robert Schuman e Konrad Adenauer, tendo o primeiro sido convidado e aceite o cargo de Presidente de Honra do Movimento Pan-europeu.

Os esforços em larga medida desenvolvidos pelo entusiasmo de Kalergi terão estado, segundo vários autores (Pérez-Bustamante e Colsa, 2004, p. 31; Soares, 2006, p. 10; Chaves, 2005, p. 28; Soulier, 1997, p. 253; Silva, 2001, p. 149; Cunha 2004, p. 40 e ss.) na origem do discurso de Aristide Briand (1862-1932), então Presidente do Conselho de França, em setembro de 1929, no púlpito da Sociedade das Nações. “Nessa intervenção, – escreve Soares (2006, p. 10) – Briand propôs aos seus homólogos políticos que entre os povos que se encontram geograficamente agregados no território europeu se construísse *uma espécie de laço federal*”¹⁹. Já anteriormente, Briand garantira a perpetuação do seu

¹⁸ Cf. igualmente Silva, 2003, pp. 73-74; Cunha, 2004, p. 37 e ss.; Chaves, 2005, p. 28; Martins, 2007, p. 11; Pérez-Bustamante e Colsa, 2004, pp. 30-31; Silva, 2001, p. 137; Soares, 2005, pp. 90-92; Soulier, 1997, p. 253, que, a propósito de Kalergi escreve as seguintes linhas: “Este jovem aristocrata estava, genealogicamente, votado ao compromisso que foi o seu na causa europeia: filho de um diplomata austro-húngaro de origem holando-grega casado com uma japonesa, austríaco de nascimento, checo depois do Tratado de Saint-Germain, fez-se naturalizar Francês em 1939. Publica em 1923, uma pequena obra, Pan-Europa, que é acolhida imediatamente com grande apoio. A questão inicial é a seguinte: «*Poderá a Europa, na sua fragmentação política e económica, assegurar a paz e a independência perante as potências mundiais extraeuropeias que estão em pleno crescimento? Ou então será ela obrigada, para salvar a sua existência, a organizar-se em federação de Estados?*» Sublinhando a urgência, diz a sua inquietação: «*A Europa, que perdeu quase totalmente, a confiança em si, espera um auxílio do exterior: uns da Rússia, outros da América. Estas duas esperanças constituem um perigo de morte para a Europa. Nem o Ocidente, nem o Leste querem saber da Europa: a Rússia quer conquistá-la – a América quer comprá-la.*» Sendo assim, «entre o Cila da ditadura militar russa e o Caríbdis da ditadura financeira americana, (o) caminho da Europa chama-se Pan-Europa e significa que a Europa deve ajudar-se a si mesma constituindo, com um objetivo prático, uma união político-económica.» (itálicos no original). E ainda Silva (2001, p. 145) reproduz algumas das passagens mais emblemáticas “do «*Manifesto Europeu*», de 1924, do conde Coudenhove-Kalergi. Neste célebre manifesto diz-se a certa altura: «É possível que, nesta reduzida península europeia, vivam lado a lado 25 Estados numa anarquia internacional completa, sem que esta situação leve por fim a uma catástrofe terrível, tanto na política como na economia e na cultura? Os antieuropeus dizem que sim, que é possível, visto que até hoje assim foi. Mas isso é ignorar as realidades: o século XX alterou tudo, até as próprias bases em que assentava esta multiplicidade dos estados europeus [...]. Todo o problema se reduz, pois, aos seguintes dilemas: guerra ou paz, anarquia ou organização, concorrência no armamento ou o desarmamento, concorrência ou colaboração, ruína ou união.... Quem não é Pan-europeu é contra a Europa. Seremos cúmplices da queda da Europa se não fizermos um esforço para salvá-la [...]. Repetiremos sempre e sempre esta nítida verdade: uma Europa dividida é a guerra, a opressão e a miséria. Uma Europa unida, a paz, a liberdade»” Coudenhove-Kalergi, *apud* Silva, 2001, p. 145.

¹⁹ Itálico no original.

apelido nos anais da história da política internacional “por ter dado o seu nome, (em parceria com Frank Kellog, Secretário de Estado Americano), ao primeiro pacto internacional que colocava a guerra «fora da lei»: o pacto Briand-Kellog, como ficou conhecido, [...] foi assinado em 27 de Agosto de 1928, em Paris, no Quai-D’Orsay” (Chaves, 2005, p. 29, itálico no original).

Aristide Briand foi ainda determinante na redução do ressentimento alemão cujo orgulho nacionalista vivia ferido desde a humilhação de Versalhes, procurando ultrapassar pela via da negociação a questão da Renânia bem como pela diminuição e flexibilização das reparações de guerra a pagar pela Alemanha à França. Este acordo, que culminou com a formalização do Tratado do Locarno (1925), só seria possível atendendo ao espírito aberto e progressista de Briand, mas também devido ao empenhamento e capacidade dialogante do interlocutor e Chanceler alemão, Gustav Stresemann (1878-1929), entendimento que culminaria com a atribuição aos dois líderes do eixo franco-alemão o Prémio Nobel da Paz de 1926.

No seguimento do discurso de setembro de 1929, “[...] os 27 Estados europeus membros da SDN reuniram-se e pediram a Briand que preparasse um memorando. Este, redigido pelo secretário-geral do Quai d’Orsay, Alexis Léger, foi difundido a 1 de Maio de 1930” (Soulie, 1997, p. 255)²⁰. Porém, a morte de Stresemann, volvido um mês após este discurso de Briand, a coincidência da Crise Bolsista de outubro de 1929 e conseqüente Grande Depressão que se prolongou pela década seguinte, a ascensão dos regimes totalitários na Europa, com particular destaque para o alemão²¹, e a morte de Briand em 1932, relegaram para plano secundário das preocupações da elite política “o projeto de União europeia apresentado no *Memorandum* em 1930 (que) fracassou devido a uma forte oposição da Sociedade das Nações, que temia perder o controlo sobre o desenvolvimento das relações inter europeias” (Pérez-Bustamante e Colsa, 2004, p. 34).

Não obstante, tanto o Conde Coudenhove-Kalergi, quanto a União Pan-europeia mantiveram intensa atividade promovendo a unificação do Velho Continente, com a realização em fevereiro de 1930 de “[...] um projeto de Pacto Europeu em Berlim, onde se formalizava a criação dos «Estados Federais de Europa», cujo primeiro princípio enunciava a vontade de deixar intacta a soberania absoluta dos Estados Europeus e previa a constituição de órgãos

²⁰ Ver igualmente Moreira, 2004, p. 166.

²¹ Hitler venceria as eleições de setembro de 1930 e confirmaria em 1932 a confiança popular mais do que duplicando a primeira votação, respectivamente, 6,5 e 13,5 milhões de votos. Cf. Pérez-Bustamante e Colsa, 2004, p. 34.

Os Projetos políticos de unificação da Europa como contraponto à Grande Guerra

federais – Conselho federal, ou Câmara Alta, composta pelos representantes dos Estados ou Assembleia federal, ou pelos delegados dos Parlamentos, Tribunal de Justiça Federal e Chancelaria Federal –. A Federação contaria com o seu próprio sistema financeiro, e os cidadãos dos Estados seriam ao mesmo tempo cidadãos europeus” (Idem, *Ibidem*)²².

Ao longo da década de 30, e muito embora, por força da conjuntura internacional adversa, a temática de unir política e economicamente o Velho Continente tivesse perdido o protagonismo e a primazia na discussão entre os mais destacados decisores políticos (e, com a morte de Aristide Briand tais esforços tenham sofrido um revés adicional) a verdade é que a ideia de uma Europa unida, não obstante este fracasso, entrava definitivamente no campo do debate e reflexão políticos. Refere, a este propósito, Maltez (1999):

Como observa Max Beloff, «era um gesto, nada mais; mas na história os gestos têm a sua importância.» Um sinal que foi, entretanto, entendido pelo profetismo dos homens de pensamento, gerando uma vasta literatura que, sem receio, propôs uns Estados Unidos da Europa, com testemunhos de personalidades como Gaston Riou, Carlo Sforza, Bertrand de Jouvenel, Benedetto Croce, Julien Benda, Edmund Husserl e muitos outros, que lançam as bases daquilo que será o europeísmo da resistência²³.

Posteriormente, e permanecendo na linha de Maltez (1999), em 1928, Gaston Riou, em *“Europe ma Patrie”*, preconizava a construção de uma federação à escala europeia a qual deveria ter como principal substrato impedir o despedaçamento do continente, bem como, a consequente submissão a

²² Ver igualmente, Moreira, 2004, pp. 190-193 que, reproduzindo as palavras de Kalergi, sintetiza com propriedade o essencial do problema europeu. “*«A questão europeia é esta: será possível que, na pequena quase-ilha europeia, vinte e cinco Estados vivam lado a lado na anarquia internacional, sem que um tal estado de coisas conduza à mais terrível catástrofe política, económica e cultural?»*”. *Atentemos na resposta, igualmente transcrita por Adriano Moreira: “«O futuro da Europa depende da resposta que seja dada a esta pergunta. Está portanto nas mãos dos Europeus. Vivendo em Estados democráticos, somos todos responsáveis pela política dos nossos governos. Não temos o direito de nos limitarmos à crítica, temos o dever de contribuir para a elaboração dos nossos destinos políticos. Não podemos cansarmos de repetir esta verdade simples: uma Europa dividida conduz à guerra, à agressão, à miséria, uma Europa Unida conduz à paz, à prosperidade»*”. Ademais, conclui Moreira “[...] Coudenhove-Kalergi via a Europa desesperadamente dividida em nações revisionistas e anti-revisionistas. [...] Não era necessário ser profeta para discernir que cedo ou tarde estas disposições contraditórias levariam a uma nova guerra mundial. Concluía que só uma Pan-Europa faria face ao perigo”.

²³ Maltez, 1999: [em linha] http://www.iscsp.utl.pt/cepp/teoria_das_relacoes_internacionais/aristide_briand.htm.

qualquer dos blocos que a disputavam, mormente, o russo, o britânico e o americano. No ano seguinte foi a vez do italiano Carlo Sforza (1872-1952), que ocupara o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros entre 1910 e 1921 e, mais tarde, de embaixador de Itália em Paris, onde viveu na condição de exilado (a partir de 1925, por determinação de Mussolini logo que este último tomou o poder, até 1940, aquando da ocupação alemã de França, de onde transitou para Inglaterra), contribuir para este debate, por meio da publicação da obra “*États Unis de l’Europe*”.

Em 1930, surgem novos contributos dentre os quais se destaca o livro “*Vers les États Unis de l’Europe*”, da autoria de Bertrand de Jouvenel e, uma proposta de Édouard Herriot, intitulada “*Europe*” na qual se preconiza uma União Europeia orquestrada pela Sociedade das Nações e que incluiria o Reino Unido. Inequivocamente, 1930 foi um ano de vasta produção neste domínio. Assim, registem-se ainda as obras “*Das Spektrum Europas*”, “*Uniting Europe*” e “*Gli Stati Uniti d’Europa e del Mondo*”, respetivamente da autoria do alemão Hermann Keyserling, do suíço Rappard e do italiano Giorgio Quartara. Acompanhemos ainda Maltez (1999)²⁴:

Em 1932, surge a *Storia d’Europa* de Benedetto Croce. Em 1933, do inglês Arthur Salter, *The United States of Europe*, bem como, de André Rousseaux, *L’Art d’Être Européen*. É também nesse ano que se edita, de Julien Benda, *Discours à la Nation Européenne*. No ano seguinte, é a vez do italiano A. d’Alia, com *Confederazione Europea*. Em 1935, é a célebre conferência de Edmund Husserl, em Viena, *A Crise da Humanidade Europeia e a Filosofia*. Quatro anos depois, é o americano W. B. Curry, com *The Case of Federal Union*. Em 1940, W. I. Jennings, *A Federation for Western Europe*, e M. A. Bingham, *The United States of Europe*²⁵.

Todavia, para que a tão notável desígnio unionista fosse consagrada uma oportunidade de concretização e a paz pudesse enfim imperar numa Europa mortalmente ferida, seria, fatal e funestamente, necessário que a infame brutalidade da força das armas triunfasse uma vez mais, com o desfecho lutuoso por todos conhecido, como aliás já pareciam profetizar as palavras de Édouard Herriot, reproduzidas por Cunha (2004, p. 49), “[...] a Grécia morreu outrora, por não ter sabido federar-se no momento próprio”, sendo, por conseguinte, indispensável “[...] disciplinar um continente que, no decurso dos séculos, consumiu na guerra grande parte das suas forças vivas”.

²⁴ Remetemos igualmente para o levantamento efectuado por Adriano Moreira acerca deste tema (2004, pp. 189-193).

²⁵ Estilo regular (não itálico) no original.

A concluir, regressamos ao início, completando o círculo. As Grandes Guerras do século XX, e em particular aquela que aqui nos interessa, mais não são do que expressão da secular incapacidade dos homens europeus para o compromisso, para a cooperação. Se dúvidas permanecessem, os inúmeros testemunhos que aqui convocámos propondo trajetos alternativos à via das armas, dissipá-las-iam.

Com efeito, cultural e politicamente a Europa é hoje definida, com frequência, por metáforas celebratórias e conotativas de um sentido coletivo orgulhoso: “berço da civilização e cultura ocidentais”, “pátria dos ideais humanistas e dos Direitos Humanos”, “farol do conhecimento e da ciência”. Tais metáforas não apagam, no entanto, da memória coletiva a funesta narrativa do continente marcada por mortes e destruição em massa resultantes de um estado de guerra quase sempre permanente e cujos registos distam tanto quanto é possível recuar no tempo.

Como assinala George Steiner (2007, p. 30-35) no seu Ensaio “*A Ideia de Europa*”, diferentemente dos topónimos das ruas e avenidas americanas que radicam maioritariamente numa mera numeração ou em designações neutras como «Pine», «Mapple», «Oak» ou «Willow»²⁶, na Europa “[o] menino da escola e os homens e mulheres urbanos habitam verdadeiras câmaras de ressonância de feitos históricos, intelectuais, artísticos e científicos. Amiúde a placa toponímica não regista apenas o nome ilustre ou especializado, mas também as datas relevantes e uma descrição sumária. [...] Os escudos afixados em tantas residências europeias não falam apenas de eminência artística, literária, filosófica ou política, comemoram séculos de massacres e sofrimento, de ódio e sacrifício pessoal. [...] [Na Europa] [o]s memoriais de assassinios, individuais ou coletivos, estão por toda a parte”.

Referências

- AA. VV. (1994). *A União Europeia*. Coimbra: Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.
- AA. VV. (1979). *Os Grandes Acontecimentos do Século XX*. Lisboa: Selecções do Reader’s Digest.
- Archer, Clive (2008). *The European Union*. New York: Routledge.
- Barroso, José Manuel Durão (1999). *Uma Certa Ideia de Europa*. Lisboa: Gradiva.
- Borchardt, Klaus-Dieter (1999). *O ABC do Direito Comunitário*. [em linha]: http://ec.europa.eu/publications/booklets/eu_documentation/02/txt_pt.pdf.

²⁶ Respetivamente, Pinheiro, Ácer, Carvalho e Salgueiro.

- Camisão, Isabel e Lobo-Fernandes, Luís (2005). *Construir a Europa – O Processo de Integração entre a Teoria e a História*. Cascais: Principia.
- Campos, Nuno Antas de (Dir.) e SANDE, Paulo Almeida, (Coord.) (2001). *50 Anos de Europa – Os Grandes Textos da Construção Europeia*. Gabinete em Portugal do Parlamento Europeu. Portugal.
- Carpentier, Jean e Lebrun, François (2002). *História da Europa*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Crombez, Christophe, (2003). “The Democratic Deficit In the European Union – Much A do about Nothing?”. *European Union Politics. Volume 4 (1)*. pp. 101–120. London: Thousand Oaks CA, New Delhi. SAGE Publications.
- Cunha, Paulo de Pitta e Morais, Luís Silva (org.) (2008). *A Europa e os Desafios do Século XXI*. Coimbra: Almedina.
- Cunha, Paulo de Pitta (2004). *Integração Europeia*. Coimbra: Almedina.
- Cunha, Paulo de Pitta (2003). *A Integração Europeia no Dobrar do Século*. Coimbra: Almedina.
- Cunha, Lúcio. “Europa: Diversidade Paisagística e Fronteiras Naturais em Movimento”. In Ribeiro, Maria Manuela Tavares (coord.) (2004). *Ideias de Europa: Que Fronteiras?* Coimbra: Quarteto Editora.
- Defarges, Philippe Moreau (2007). *Para Onde Vai a Europa?* Lisboa: Instituto Piaget.
- Dias, João Pedro Simões (1995). *O Conselho Europeu e a Ideia da Europa*. Aveiro: Edições Fedrave.
- Douglas-Cooper, H. e Kerr-Jarnet, A. (1998). *XX – Memórias de um Século – A Primeira Grande Guerra – 1914-1918*. Lisboa: Selecções do Reader’s Digest.
- Eisenstein, Elizabeth L. (2005). *The Printing Revolution In Early Modern Europe*. New York: Cambridge University Press.
- Febvre, Lucien e MARTIN, Henri-Jean (1997). *The Coming of the Book*. London: Verso.
- Fernandes, José Pedro Teixeira (2012). *A Europa em Crise*. Vila do Conde: Quid Novi.
- Fontaine, Pascal (1995). *A União Europeia*. Lisboa: Referência/Editorial Estampa.
- Fontaine, Pascal (2007). *A Europa em 12 Lições*. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- Fulbrook, Mary (2009). *A Europa desde 1945*. Porto: Fio da Palavra.
- Gorjão-Henriques, Miguel (2008a). *Manual de Direito Comunitário*. Coimbra: Almedina.
- Gorjão-Henriques, Miguel (2008b). *Tratado de Lisboa*. Coimbra: Almedina.
- Grimal, Pierre (s/D.). *Dicionário da Mitologia Grega e Romana*. Lisboa: Difel.

Os Projetos políticos de unificação da Europa como contraponto à Grande Guerra

- Habermas, Jürgen (2001). “*Why Europe needs a Constitution*”. *New Left Review*, 11, pp. 3-26.
- Jesus, Alfredo Sousa de (2006). *Cronologia – Uma Europa para todos*. s/l.. Grupo Europeu do PSD.
- Judt, Tony (2012). *Uma Grande Ilusão? – Um Ensaio sobre a Europa*. Lisboa: Edições 70.
- Le Goff, Jacques (1985). *Os Intelectuais na Idade Média*. Lisboa: Gradiva.
- Le Goff, Jacques (s/ D.). *Mercadores e Banqueiros da Idade Média*. Lisboa: Gradiva.
- Leitão, Augusto Rogério (2005). *Comunidade Europeia*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Lourenço, Eduardo (2005). *A Europa Desencantada – Para Uma Mitologia Europeia*. Lisboa: Gradiva.
- Machado, Jónatas Eduardo Mendes (2006). *Direito Internacional – Do Paradigma Clássico ao Pós-11 de Setembro*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Martins, Guilherme de Oliveira (2005). “*Cidadania e Construção Europeia*”. In Soromenho-Marques, Viriato (coord.). *Cidadania e Construção Europeia*. Lisboa: Ideias e Rumos.
- Martins, Guilherme de Oliveira (2003). “*Da Comunidade Europeia à Constituição Europeia*”. In Martins, Guilherme de Oliveira (coord.) (2003). *Europa, Portugal e a Constituição Europeia*. Lisboa: Edições Colibri, Fundação Mário Soares, Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Moreira, Adriano (2004). *A Europa em Formação (A Crise do Atlântico)*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Morin, Edgar (2007). *Cultura e Barbárie Europeias*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Movimento Federalista Europeu (2001). *The Federalist*, Volume 43. EDIF. [em linha]: http://www.thefederalist.eu/index.php?option=com_content&view=article&id=570&lang=en.
- Navarro, Francesco (2005). *História Universal, Volumes 6 a 19*. Lisboa: Editorial Salvat.
- Pérez-Bustamante, Rogelio e COLSA, Juan Manuel Urubu (2004). *História da União Europeia*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Pires, Francisco Lucas (1993). *Europa*. Lisboa: Difusão Cultural.
- Ramos, Rui Manuel Moura (2004). “*A Cidadania da União Europeia*”. In RIBEIRO, M. M. T. (coord.). *Ideias de Europa: Que Fronteiras?* Coimbra: Quarteto Editora.
- Rebordão, Manuela (2005). *Os Desafios da União Europeia na Actualidade*. Porto: Vida Económica.

- Ribeiro, Maria Manuela Tavares, Melo, António Moreira Barbosa de, Porto, Manuel Carlos Lopes (orgs.) (2003). *Portugal e a Construção Europeia*. Coimbra: Almedina.
- Ribeiro, Maria Manuela Tavares (2003). *A Ideia de Europa – Uma Perspectiva Histórica*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Ribeiro, Maria Manuela Tavares (coord.) (2002). *Olhares sobre a Europa*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Risse, Thomas, (ed.) (2003), *Identities In Europe and the Institutions of the European Union*. Lanham MD. Rowman & Littlefield.
- Roberts, J. M. (1997). *Breve História do Mundo – Volumes I a IV*. Lisboa: Editorial Presença.
- Rocha, Isabel (coord.) (2002). *Tratados: de Nice, de Amesterdão, da União Europeia, da Comunidade Europeia (CE), da Comunidade Europeia da Energia Atómica (CEEa), Acto Único*. Porto: Porto Editora.
- Rousseau, Jean-Jacques (2010). *O Contrato Social*. Oeiras: Ad Astra Et Ultra, S.A..
- Russ, Jacqueline (1997). *A Aventura do Pensamento Europeu*. Lisboa: Terramar.
- Sande, Paulo de Almeida (1994). *Fundamentos da União Europeia*. Lisboa: Cosmos.
- Schot, Johan e Oldenziel, Ruth (2005). *Inventing Europe – Technology and the Making of Europe from 1850 to the Present*. [em linha]: www.informaworld.com/index/713643059.pdf.
- Silva, António Martins (2010). *História da Unificação Europeia - A Integração Comunitária (1945-2010)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Silva, António Martins (2001). “A Ideia dos Estados Unidos da Europa: Ecos na Opinião Pública Portuguesa”. In *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, n.º 1, pp. 135-167.
- Silveirinha, Maria João (2004). *Identidades, Media e Política – O Espaço Comunicacional nas Democracias Liberais*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Soares, António Goucha (2006). *A União Europeia*. Coimbra: Almedina.
- Soromenho-Marques, Viriato (coord.) (2005). *Cidadania e Construção Europeia*. Lisboa: Ideias e Rumos.
- Soulier, Gérard (1997). *A Europa – História, Civilizações, Instituições*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Steiner, George (2007). *A Ideia de Europa*. Lisboa: Gradiva.
- Telo, António José (coord) (1996). *O Fim da Guerra Mundial e os Novos Rumos da Europa*. Lisboa: Edições Cosmos.
- Tocqueville, Alexis de (2008). *Da Democracia na América*. Lisboa: Relógio D’Água.

- União Europeia (2010). *Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia*. Bruxelas: Jornal Oficial das Comunidades Europeias.
- Vaicbourdt, Nicolas. “Les Ambitions Américaines pour l’Europe, 1945-1960”. In Boussat, Gérard & Vaicbourdt, Nicolas, (eds.) (2001). *États-Unis, Europe, et Union Européenne – Histoire et avenir d’un partenariat difficile (1945-1999) / The United States, Europe and the European Union – Uneasy Partnership (1945-1999)*. Brussels : Peter Lang S.A.. pp. 17-49.
- Van der Vleuten, Erik e Kaijser, Arne (2005). “Networking Europe”. In *History and Technology, Vol. 21*, pp. 21-48. [em linha]: <http://dx.doi.org/10.1080/07341510500037495>.
- Verhofstadt, Guy (2006). *Os Estados Unidos da Europa*. Lisboa : Gradiva.
- Weydert, Jean e Bérout, Sophie (2002). *O Futuro da Europa*. Porto: Âmbar.
- Wright, Esmond (1982). *História Universal – Volumes I a VI*. Lisboa: Publicit Editora.
- Telo, António, *Os Açores e o Controlo do Atlântico (1898-1948)*, Porto: Edições, 1993.
- Warwick, Rodney C., “The Battle of Sandfontein: The role and Legacy of Major-General Sir Henry Timson Lukin”, in *Scienza Militaria, South African Journal of Military Studies*, 34 (2), pp. 65-92.
- Zollmann, Jakob, “L’affaire Naulilaa entre Portugal et Allemagne, 1914-1933. Réflexions sur l’histoire politique d’une sentence arbitrale internationale”, in *Journal of the History of International Law* 15 (2), pp. 201-234.

A perceção da atrição no planeamento estratégico e operacional na Primeira Guerra Mundial

Nuno Correia Neves

Coronel de Infantaria

Chefe de Gabinete do Diretor

Instituto de Estudos Superiores Militares

Investigador Integrado no Centro de Investigação em Segurança e Defesa do

IESM (CISDI)

Lisboa, Portugal

neves.nc@iesm.pt

“The gaze should be large and broad. This is the twofold gaze, perception and sight. Perception is strong and sight weak. In strategy it is important to see distant things as if they were close, and to take a distanced view of close things.”

Miyamoto Musashi,

“A Book of Five Rings: The Classic Guide to Strategy by Miyamoto Musashi”

Cem anos depois, a Primeira Guerra Mundial é um conflito fácil de analisar, mas difícil de compreender.

Um dos pressupostos fundamentais para compreender o processo de planeamento, a qualquer nível, é o de que os planos não se baseiam na realidade, mas sim na perceção que o planeador tem da realidade. O nosso estudo da Grande Guerra é consideravelmente afetado por este fenómeno já que, tratando-se de um conflito recente entre burocracias muito bem organizadas, podemos, graças à enorme extensão das fontes, enquanto historiadores, lidar com a realidade objetiva dos factos, mas a enorme evolução social e cultural do século torna extraordinariamente difícil avaliar a ação dos principais intervenientes,

fazendo com que, de forma paradoxal, personalidades que temos, por todos os indicadores, que reconhecer como superiormente inteligentes, tenham feito opções que nos surgem, à luz dos factos, como completamente erradas. Isto não acontece em conflitos mais antigos, em que de uma forma geral a nossa visão dos acontecimentos decorre de uma narrativa subjetiva dos participantes, colocando-nos na perceção dos líderes, nem em conflitos mais recentes, em que a nossa proximidade intelectual com os decisores nos coloca no seu ponto de vista. Assim, vemos Arsur pelos olhos de Ricardo I, mas não vemos Verdun pelos olhos de von Falkenhain.

É por isso necessário ver a Grande Guerra dentro da perceção dos decisores, mesmo que isso nos obrigue a ajustar a nossa visão da realidade, para podermos compreender as suas ações e delas extrair lições relevantes.

Para ultrapassar este problema vamos socorrer-nos de duas perspetivas.

Sabemos desde Sun Tzu que para ter sucesso temos que aceitar esse desfasamento entre perceção e realidade, e conduzir as nossas ações não contra a realidade do adversário, mas contra a perceção que o adversário tem da realidade. Assim, enquanto historiadores, devemos concentrar o nosso estudo não apenas na realidade, mas também na perceção que os decisores de 1914/18 tinham da realidade.

Sabemos igualmente por Napoleão que todos somos criaturas do nosso uniforme, ou seja, das condicionantes socioculturais do nosso tempo. Assim, devemos procurar na cultura da época em estudo a matriz para alinharmos a nossa perceção.

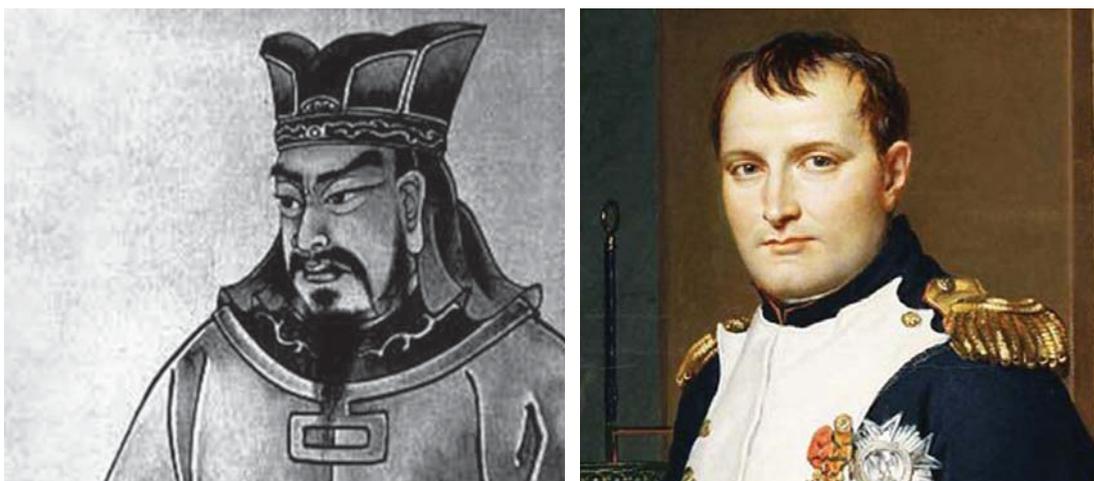


Figura 1 – Sun Tzu e Napoleão recordam-nos a importância das perceções e do contexto.

Fonte: http://www.therightplanet.com/wp-content/uploads/2012/08/sun-tzu_0.jpg

Fonte: http://i.dailymail.co.uk/i/pix/2013/03/15/article-2293722-0294CDD800004B0-59_306x455.jpg

Tentemos então compreender o ponto de vista dos autores de dois dos mais universalmente criticados exercícios intelectuais que moldaram a Grande Guerra, o Plano Schlieffen e o Plano XVII.

Começemos por rebater a generalizada ideia errada de que os militares se recusaram a aceitar a progressiva predominância do poder de fogo defensivo sobre a manobra nas condições tecnológicas de 1914, que apenas teria sido antecipada por analistas civis como Jean de Bloch.

Ora, eles conheciam perfeitamente essas condições, não apenas pelo exemplo distante da guerra civil americana, mas pela experiência extensivamente observada da guerra russo japonesa, da guerra de Cuba ou da guerra dos bóeres. O investimento intenso em metralhadoras e artilharia de tiro rápido otimizada para varrer o campo de batalha com munições shrapnel prova esse conhecimento, bem como o excelente uso defensivo que fizeram dessas armas desde o início do conflito. O que está em causa não é uma ignorância da realidade, mas uma recusa em aceitar as limitações por ela impostas.

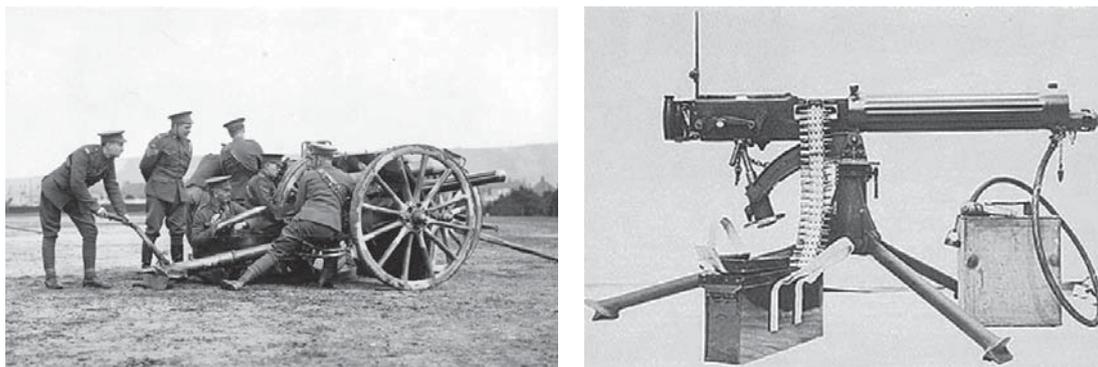


Figura 2 – A artilharia ligeira de tiro rápido e as metralhadoras estiveram no centro de todos os planos de armamento antes da guerra e dos sucessos defensivos do seu início.

Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Canadians_loading_18_pounder_WWI_LAC_3405482.jpg

Fonte: <http://browningmgs.com/WC/Photos/Vickers1.jpg>

O final do século XIX princípio do século XX foi o período da afirmação do génio humano sobre as limitações naturais e materiais. Este espírito foi perfeitamente expresso por George Bernard Shaw na sua máxima de que “Os homens razoáveis adaptam-se ao mundo, os homens não razoáveis persistem em tentar adaptar o mundo aos seus ideais. Assim, todo o progresso depende dos homens não razoáveis”.

A atitude das chefias militares de procurar exceder os limites do razoável, para conseguir uma vitória rápida apesar de todas as condicionantes,

Portugal e as campanhas de África: da imposição de soberania à Grande Guerra

é uma manifestação do espírito do seu tempo. Se considerarmos o contexto, vemos que o plano Schlieffen passou do desígnio inicial à aplicação prática exatamente no mesmo período de tempo em que o canal do Panamá foi construído, e o General alemão aprovou a formulação do seu conceito exatamente no mesmo ano em que Albert Einstein publicou a primeira versão da teoria da relatividade.

Em termos de desígnio nacional e ambição geopolítica o plano Schlieffen é a resposta do Império Alemão ao desafio da guerra em duas frentes como o canal do Panamá é a resposta dos Estados Unidos à necessidade de expansão em dois oceanos, e em ambos os casos é um esforço nacional maciço para mudar o mundo.

Como corolário simples a um enorme edifício intelectual “mantenham a ala direita forte” é o equivalente estratégico a “ $e=mc^2$ ” em toda a sua complexa simplicidade, em ambos os casos uma manifestação de uma época que procura acima de todo respostas integradoras.

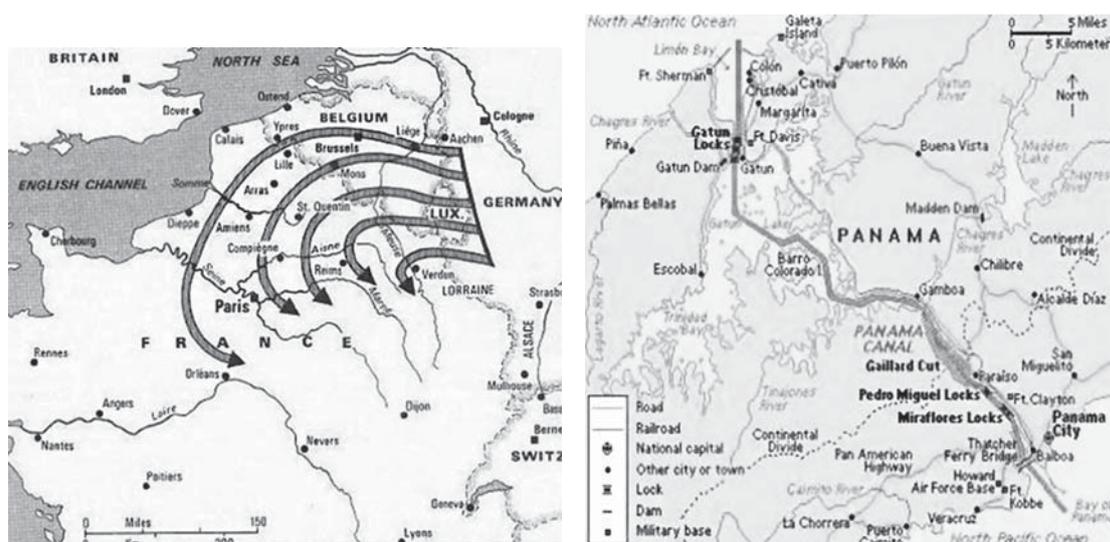


Figura 3 – O plano Schlieffen e o canal do Panamá são duas respostas nacionais perfeitamente contemporâneas que se baseiam na recusa em aceitar adaptação aos condicionalismos geopolíticos e na determinação em superá-los mediante um esforço maciço.

Fonte: <http://www.dhahranbritish.com/history/images/schlieffenplan.jpg>

Fonte: <https://ioepanama.files.wordpress.com/2012/11/map-panama-canal.jpg>

De facto os militares de topo desta época não se viam a si próprios apenas como técnicos ou especialistas, mas como pensadores operando ao nível intelectual dos seus pares das ciências ou das artes.

A percepção da atrição no planeamento estratégico e operacional na Primeira Guerra Mundial



Figura 4 – Schlieffen e Einstein coincidem no tempo e na busca de uma fórmula simples e integradora para um problema complexo.

Fonte: <http://media-2.web.britannica.com/eb-media/04/26404-004-A368B9FF.jpg>

Fonte: [https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/5/50/Albert_Einstein_\(Nobel\).png](https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/5/50/Albert_Einstein_(Nobel).png)

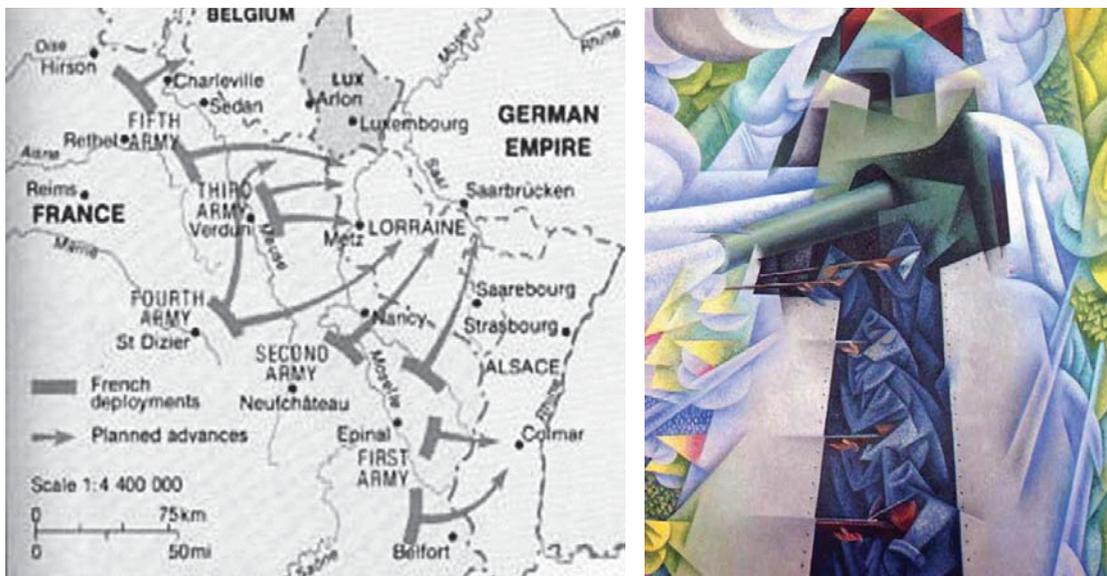


Figura 5 – Os militares do Plano XVII e os artistas do movimento futurista têm em comum a subordinação de toda uma construção intelectual a uma ideia chave.

Fonte: <http://www.worldwar1.com/maps/xviiplan.jpg>

Fonte: http://33.media.tumblr.com/8e620fcbd53051f31fe625e3dbe3a281/tumblr_inline_nfmbzvYhYr1t1th6k.jpg

Assim, na adesão total a uma ideia central, a obsessão dos estrategas franceses com o espírito ofensivo, o “elã” que os iria conduzir à vitória, apenas pode ser entendida no mesmo nível que, por exemplo, a obsessão do movimento futurista seu contemporâneo com a velocidade, e é típica dos movimentos intelectuais do período, que tinham sempre como motor uma ideia ou princípio chave.

Assim, os planos militares, na sua aparente não razoabilidade, respondem, mais do que apenas aos condicionalismos técnicos, aos condicionalismos culturais do princípio do século XX. Como diria a personagem de Gloria Swanson em *Sunset Boulevard*, se estes planos nos parecem hoje megalómanos, é só porque as guerras ficaram pequenas.

Como foi então possível que a geração militar, provavelmente mais intelectualmente dotada e ambiciosa, tivesse falhado de forma tão clara na sua tentativa de evitar a estagnação defensiva?

Para os artesãos asiáticos os deuses vivem nos detalhes. Para os estrategas ocidentais os demónios escondem-se nos pressupostos. O falhanço dos planos em apreço deve-se, em ambos os casos, a erros nos pressupostos resultantes de uma perceção errada das capacidades do adversário. Assim os alemães falharam porque subestimaram a resiliência e flexibilidade dos franceses e de igual forma os franceses falharam porque subestimaram a capacidade de organização e mobilização dos alemães.

Este fracasso inicial leva a que na frente ocidental a guerra se torne num conflito de desgaste, algo que é anunciado por Lord Kitchener logo nos primeiros dias, por Joffre após o Marne e assumido por von Falkenheim após o fracasso da sua ofensiva de Ypres.

E se Kitchener pôde prever a natureza e até a duração da guerra logo no seu início é porque o carácter atricionista da frente ocidental não se deve apenas às trincheiras, mas essencialmente a estarmos perante adversários equilibrados, quer ao nível dos recursos, quer ao nível das competências.

Uma vez atingida esta situação, as características peculiares da Primeira Guerra Mundial permitiram aos alemães assumir a defensiva em terreno da sua escolha, forçando os aliados a criar atrição através da ação ofensiva. Neste contexto, as baixas deixaram de ser um meio para conquistar um objetivo, para passarem a ser um fim, o que corresponde a uma inversão da lógica militar tradicional.

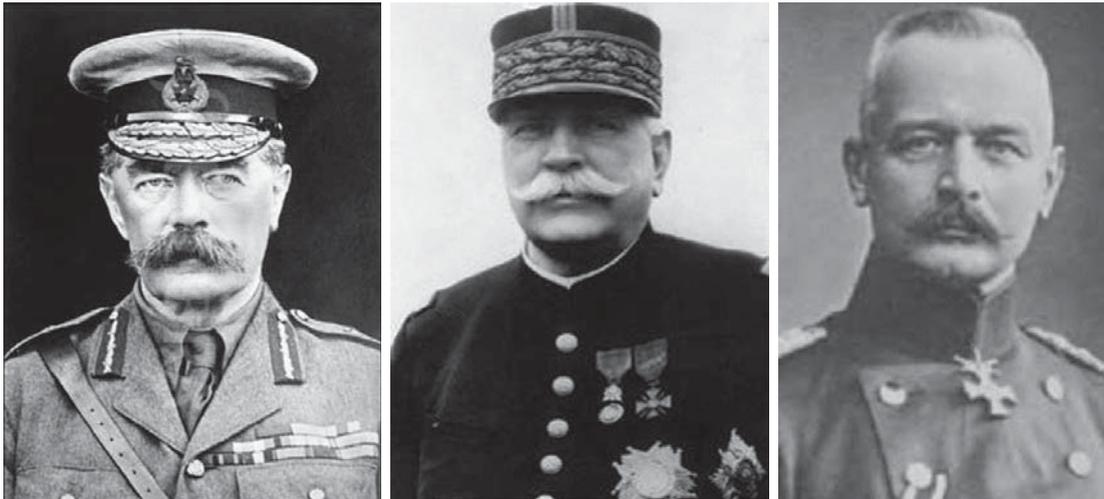


Figura 6 – Kitchener, Jofre e von Falkenhein demonstram a capacidade dos decisores de compreender a evolução da realidade.

Fonte: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/5/55/Lord_Kitchener_AWM_A03547.jpg

Fonte: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/9/94/Joseph_Joffre.jpg

Fonte: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/0/0b/General_Von_Falkenhayn.jpg

Esta situação vai exigir respostas a dois níveis, material e intelectual.

A resposta ao nível material através do progresso tecnológico e do conseqüente desenvolvimento das táticas foi rápida. Em dois anos a artilharia



Figura 7 – O carro de combate Renault FT-17 simboliza, pela rapidez da sua conceção e volume de produção a extraordinária resposta tecnológica aos problemas da Grande Guerra.

Fonte: <https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/b/bb/FT-17-argonne-1918.gif>

evoluiu do que era essencialmente uma máquina de cortar infantaria para um instrumento de arquitetura paisagística. Num ano a Renault inventou o carro de combate moderno e no ano seguinte produziu cerca de 3000. Em dois anos os aviões evoluíram de brinquedos para verdadeiros aparelhos de combate.

O principal problema foi ao nível intelectual e resultou da necessidade de uma geração de militares que dedicara toda a sua vida ao culto da manobra como forma superior de guerra assimilar as realidades de uma guerra de atrição e criar mecanismos para a sua conduta.

Este problema de perceção do conflito manifesta-se em quatro áreas principais:

- Ao nível das relações político-militares;
- Ao nível da conceptualização da guerra;
- Ao nível do planeamento e conduta das operações pelos vários escalões;
- Ao nível da avaliação dos resultados.

No nível das relações político-militares a atrição é um conceito impossível de aceitar politicamente. Se na Rússia e nas Potências Centrais este problema não se coloca de forma tão clara, porque a guerra causou uma sobreposição entre o poder político e o militar, nas potências que se mantiveram democráticas durante a guerra surgiu um problema na definição dos objetivos das operações. Enunciar simplesmente que vamos lançar uma ofensiva que nos irá custar baixas pesadas na simples expectativa de que cause baixas mais pesadas ao adversário exige uma frontalidade que apenas von Falkhenhein ousou assumir. Se no campo francês a clara separação de esferas de competência entre políticos e militares permitiu ao Alto Comando aceitar objetivos politicamente definidos e depois conduzir as operações de acordo com a sua conceção puramente militar (e atricionista), no Reino Unido a influência dos decisores políticos iria condicionar fortemente as operações. Numa sociedade com uma tradição de transparência e de controlo político sobre as operações militares, Haig foi obrigado a planear ofensivas com objetivos enunciados como decisivos, e não pôde assumir o seu carácter puramente atricionista, o que prejudicou o seu sucesso em termos de atrição.

Assim, embora para ambos os Exércitos Aliados a ofensiva do Somme fosse enunciada como fazendo parte de um conjunto de ofensivas de rotura (as outras seriam nas frentes russa e italiana) que iriam permitir a conclusão vitoriosa da guerra, os franceses trataram a sua componente da grande ofensiva

como uma ação puramente atricionista, que teve um sucesso limitado desse ponto de vista, enquanto que os britânicos expandiram e modificaram os seus realistas planos iniciais para procurar construir uma tentativa de obtenção de uma vitória decisiva, e politicamente desejável, comprometendo dessa forma a concretização dos objetivos atricionistas. Este processo viria a repetir-se em 1917, quando, obrigado a lançar uma ofensiva para desgastar o exército alemão e reduzir a pressão sobre os seus aliados, Haig teve, para recuperar a fragilizada confiança do governo na sua liderança, que designar um objetivo politicamente aceitável, no caso a captura das bases de onde operavam os submarinos alemães, o que o levou a atacar num setor que não favorecia operações atricionistas, e a prolongar excessivamente as suas operações. É particularmente interessante contrastar o sucesso das ofensivas limitadas de preparação (Messines e Vimy) para a mal sucedida grande ofensiva (Ypres). Messines demonstra claramente que os britânicos dominavam perfeitamente a conduta da guerra atricionista, e os objetivos irrealistas de Ypres ilustram os condicionamentos políticos à sua percepção da conduta da guerra.

Este problema teve uma ilustração interessante quando o alto comando alemão, normalmente pouco dado a mecanismos de controlo parlamentares, recorreu ao parlamento para, numa aliança pouco provável, impor a adoção da guerra submarina sem restrições. Ao ser elevado ao nível político, este conceito militar foi apresentado como a chave para uma vitória rápida e decisiva, gerando um enorme entusiasmo na opinião pública, e a inevitável desilusão quando não concretizou as promessas, numa demonstração clara da dificuldade de ajustar a morosidade de um conflito de atrição ao debate político e as realidades sociais.

Ao nível da conceptualização da guerra a dificuldade principal para os decisores foi libertarem-se de toda uma formação que cultivava o primado da manobra e do espírito ofensivo para, em termos gerais, abandonar Napoleão e regressar a Vauban. Aqui a devoção alemã à manobra e à batalha decisiva levou a que houvesse uma recusa particularmente forte em aceitar a natureza atricionista do conflito, o que levou à exoneração de von Falkenhein quando assumiu um conceito operacional baseado na atrição. Os alemães estavam de resto a travar uma guerra de manobra na frente oriental, que reforçava a pertinência aparente de um modelo clássico, e as suas ofensivas de 1918 foram conseqüentemente uma tentativa desesperada de impor um modelo baseado na manobra, revelando-se inevitavelmente desastrosas no plano atricionista.

A dificuldade inerente a este tipo de conflito revelou-se ainda mais acentuada ao nível do planeamento e conduta das operações pelos vários

escalões. De facto, num conflito atricionista, existe uma enorme dificuldade em encontrar objetivos que conduzam a operações ofensivas que sejam vantajosas do ponto de vista da razão de perdas atacante/defensor e que sejam materializáveis no terreno em termos que as unidades possam utilizar como base de planeamento. As vulnerabilidades do defensor são a sua exposição à preparação inicial da artilharia, a sua manobra quando contra ataca e os seus movimentos quando reforça. Os franceses demoraram três anos a encontrar e aperfeiçoar um modelo ideal, no qual o maior especialista foi o general Fayolle, (e que Nivelles abandonou desastrosamente em 1917 para atacar à inglesa, fruto de um abandono temporário do pragmatismo francês pós 1914). Foi esta dificuldade, combinada com os inconvenientes do *Auftragstaktik* para um conflito atricionista que condenou os planos de von Falkenhain em Verdun. Tendo o General alemão idealizado uma batalha otimizada para expor a infantaria francesa, induzida a contra-atacar e a defender objetivos de valor essencialmente psicológico em terreno desfavorável, os seus subordinados identificaram, e superaram, objetivos em clássicos termos de terreno a conquistar, deixando-se arrastar para uma lógica de manobra posicional que anulou grande parte das vantagens que von Falkenhain pretendia explorar. O comando mais descentralizado com maior iniciativa aos escalões subordinados praticado pelo exército alemão, que se revelara vantajoso nas ações de manobra, inibia a gestão precisa e centralizada que era vital numa batalha de desgaste, aspeto que se viria a revelar crítico nas operações de 1918.

Um outro problema surgiu ao nível da avaliação dos resultados face à necessidade de recorrer a estimativas de baixas, exercício que se vai revelar particularmente difícil, num combate em que a maioria das baixas adversárias ficam para lá das nossas linhas e não há um número proporcionalmente relevante de prisioneiros, indicador tradicionalmente mais fiável do desgaste adversário. O otimismo exagerado de todos os estados-maiores, reforçado no caso britânico pela tradicional confiança de uma sociedade democrática nos relatórios dos seus próprios órgãos, vai levar a erros enormes e a iludir os Altos Comandos quanto à eficácia real dos modelos táticos adotados, erros que, no caso Britânico, persistem na análise histórica do conflito, numa tentativa de legitimar as grandes ofensivas de 1916 e 1917 enquanto modelo atricionista. Este problema torna-se ainda mais complexo à medida que os adversários adotam conceitos diferentes, continuando a analisar as ações do adversário como se fossem um espelho das suas. Este é o caso, por exemplo, das estimativas alemãs de baixas francesas em Verdun, ao assumirem que a rotação rápida das unidades francesas se devia à sua exaustão, e não deduzindo

a realidade da lógica de rotações a intervalos curtos adotada precisamente para evitar essa exaustão, o que conduziu a uma estimativa muito exagerada das baixas francesas e à persistência numa operação que já esgotara a sua utilidade.

Da evolução progressiva ao longo do conflito surge finalmente em 1918 um modelo francês que se vai revelar o mais adequado ao conflito na frente ocidental, com uma separação clara das esferas política (onde a liderança inspirada de Clémenceau assume uma plataforma de apoio ao esforço de guerra sem interferir na sua conduta) e militar (onde a lógica atricionista é plenamente assumida), que vai permitir ao nível militar o lançamento de ofensivas sucessivas para destruir as forças alemãs, mais do que para romper as suas defesas.

Assim, em 1918, Foch consegue atingir o ideal de Sun Tzu ao atacar a percepção da realidade de Luddendorf, condicionando-o a travar combates em que o verdadeiro “*schwerpunkt*” não está no terreno, mas sim nesse intervalo não defendido entre a realidade e a sua percepção pelo estado-maior alemão. Luddendorf defende cada sector para impedir uma rotura, que receia decisiva, sem compreender que Foch apenas pretende obrigá-lo a pagar, com juros, o preço de cada aparente sucesso defensivo. Desta assimetria ao nível das percepções, reforçada com uma assimetria ao nível dos meios materiais, em que os aliados utilizam inteligentemente o combate de armas combinadas, e que já era clara na gestão inteligente que os aliados fizeram da sua resposta às ofensivas alemãs de 1918, vai finalmente resultar a destruição progressiva, mas irreversível, das capacidades de combate alemãs pelas sucessivas e contínuas ofensivas aliadas.

Esta incompreensão alemã da natureza do conflito viria mais tarde a ser expressa numa visão redutora e distorcida das causas da derrota, na qual a ausência de percepção de derrota militar decisiva veio alimentar o mito da “facada nas costas”.

E, sendo este um trabalho de história, inevitavelmente nesta altura vêm-nos à memória uma frase batida, no caso, a máxima de Santayana de que aqueles que não compreendem a história estão condenados a repeti-la.

Observando os conflitos atuais à luz da análise da Grande Guerra, encontramos ecos da ambiciosa falta de razoabilidade do Plano Schlieffen na decisão de invadir o Iraque em 2003 com base em pressupostos errados que subestimavam a resistência à mudança do meio em que iria ser implementado o plano.

E o dilema de Haig, forçado à procura de um sucesso militar rápido encontra paralelo na “surge” de 2007 no Iraque, revelando a necessidade clássica

Portugal e as campanhas de África: da imposição de soberania à Grande Guerra

das democracias de procurar batalhas decisivas com objetivos politicamente aceitáveis numa recusa conceptual dos mecanismos de atrição.

E a nossa obsessão com tudo o que seja definível como “*smart*” ou “*net*” revela que construímos modelos inteiros sobre as ideias culturalmente dominantes da mesma forma que os criadores do Plano XVII.

Provavelmente os vencedores de há cem anos iriam achar as nossas guerras muito fáceis de analisar e muito difíceis de compreender.

Bibliografia selecionada

- Asprey, R. A. *The German high command at war*. London: Warner Books, 1994.
- Bonk, D. *Chateau Thierry & Belleau Wood 1918*. Oxford: Osprey, 2007.
- Gray, R. *Kaiserschlacht 1918*. Oxford: Osprey, 1999.
- Lomas, D. *First Ypres 1914*. Oxford: Osprey, 1998.
- Mac Millan, M. *The war that ended peace*. London: Profile Books, 2014.
- Martin, W. *Verdun 1916*. Oxford: Osprey, 2001.
- Masie, R.K. *Dreadnought, Britain, Germany and the coming of the Great War*. London: Vintage Books, 2007.
- McCluskey, A. *Amiens 1918*. Oxford: Osprey, 2008.
- Mosier, J. *The myth of the Great War*. London: Profile Books, 2001.
- Neillands, R. *The great war generals on the western front*. London: Magpie Books, 2004.
- Philpott, W. *Attrition. Fighting the First World War*. London: Little Brown Book Group, 2014.
- Tooze, A. *The Deluge. The Great War and the remaking of global order*. London: Penguin, 2015.
- Tuchman, B. *The Guns of August*. London: Penguin Books, 2014.
- Turner, A. *Messiness 1917*. Oxford: Osprey, 2010.
- Watson, A. *Ring of Steel. Germany and Austria-Hungary at war, 1914-1918*. London: Allen Lane, 2014.

O Pensamento Estratégico Português no Dealbar do Século XX

António Paulo Duarte

Assessor do Instituto da Defesa Nacional

Investigador Integrado do Instituto de História Contemporânea da FCSH-UNL

Investigador do Observatório Político

Lisboa, Portugal

antonio.duarte@defesa.pt

Introdução

Qual é a natureza da estratégia?

Qualquer estudo de cariz histórico sobre a estratégia tem, imperativamente, que interpelar a natureza deste saber, delineando as suas características, dissecando-o para melhor o evidenciar. A própria estratégia tem a sua história e deriva de uma construção socialmente e culturalmente elaborada. Enquanto saber construído pelos pensadores que a engendraram e pelos agentes políticos e militares que a implementaram, a estratégia é uma realidade recente, remontando ao século XVIII. E o conteúdo que a configurou nestes dois séculos é distinto, tendo a estratégia ampliado o seu campo de ação e a sua configuração própria. Neste sentido, ao procurar estudar-se o pensamento estratégico de antanho, analisa-se e diseca-se o quê? Os tratados ditos estratégicos ao tempo? O pensamento político relacionado com a guerra? Ou com a geopolítica? E em tempos onde nem sequer existe o conceito de estratégia, há pensamento estratégico? E se há de algum modo, de que forma ele se pode configurar? Estas questões são relevantes para quem procurar fazer um estudo histórico da estratégia. Tal qual com a economia, também, este texto, julga poder considerar o estudo do pensamento estratégico, e da estratégia em geral, mesmo para épocas em que o conceito nem sequer existia, porque quer para esta ciência, quer para a aqueloutra, a reflexão e a prática que desenvolvem não se esgotam nelas mesmas, mas visam compreender realidades específicas

exteriores a si: os problemas de excesso e escassez material no que se refere à economia e a conflitualidade violenta e hostil entre grupos organizados e comunidades humanas no que respeita à estratégia. O mesmo se poderia dizer para a história, que estudando o homem e a sua realidade ao longo do tempo e na longa duração, não se coíbe de tentar compreender realidades civilizacionais onde não havia conceção de história, o tempo era mítico e puramente circular, e eternamente repetitivo, e todavia, ninguém nega a essas entidades uma efetiva historicidade.

Mas mesmo quando a disciplina da estratégia se tornou uma realidade histórica, praticada por entidades específicas e educada em escolas próprias, o conteúdo que lhe estava incorporado podia ser bem distinto daquele que contemporaneamente a enforma. A estratégia tem, ela própria, enquanto saber, uma evolução específica. É, na realidade, uma ciência, como todas as ciências, em permanente construção e configuração, em que diversas teorias se sobrepõem umas às outras e em profuso debate.

Assim, para estudar o pensamento estratégico de uma dada era impõe-se a necessidade de começar por configurar a ideia que se faz do que é a estratégia, tendo por fito levantar efetivamente as fontes, em geral, textuais, mas não só, que em cada época lidavam com as problemáticas que hoje denominamos de estratégicas, de modo a melhor compreender a racionalidade estratégica que conduzia os homens de antanho e o modo como visavam dirimir a realidade hostil com que se defrontavam. Uma boa teoria elucida a pesquisa, ampliando o campo de leitura da realidade ao mesmo tempo que encaminha o estudioso para o seu propósito.

O pensamento estratégico, pelo carácter específico do que é a estratégia, não é campo apenas de tratadistas. Obviamente, os tratados são uma das formas como o pensamento estratégico se expressa, mas outros materiais, em geral, em forma textual, são relevantes para o estudo e a compreensão da estratégia. Seria uma profunda perda se o estudo do pensamento estratégico se reduzisse aos tratados sobre estratégia que uma dada época produziu. Dado que a estratégia trata das questões da conflitualidade hostil com que se confrontam grupos e comunidades humanas, imperativo se torna introduzir no estudo do pensamento estratégico, por exemplo, os debates que em redor desta questão se foram produzindo no seio de uma dada sociedade, sejam aqueles que foram objeto de profusa contestação em fóruns públicos, seja aqueles que se produziram no meio de um núcleo reduzido de agentes, mas que, quantas das vezes, acabaram por ter um impacto real bem intenso.

Esta conferência estuda o pensamento estratégico português no dealbar do século XX. Mas para estudar o pensamento estratégico português no dealbar do século XX não se deve reduzi-lo àquilo que à época se configurava como sendo a estratégia. Isso seria ler o tempo de antanho tão só pelas palavras do seu próprio passado, sem efetivamente procurar estudar este à luz da nossa compreensão do que é a história. Se a história deve respeitar a identidade diacrónica do tempo, não pode apenas ler o passado tal qual ele se viu – o que seria repetir a sua forma de se ver – mas enquadrar cada era num contexto mais alargado que uma leitura à distância, por conseguinte, com uma visão mais ampliada, permite desenvolver, contribuindo para uma compreensão mais profunda, e sem dúvida diferente, do que foi essa realidade para os coevos¹. Toda a história é contemporânea, diz Benedetto Croce², e sem dúvida a leitura do passado é uma interpretação desse tempo, respeitando a identidade diacrónica de cada época, à luz do conhecimento contemporâneo. Assim, o estudo do pensamento estratégico de cada época é iluminado pela ideia de estratégia contemporânea.

O pensamento estratégico português no dealbar do século XX não se reduz, por isso, aos textos que eram produzidos por uns poucos tratadistas nacionais. A estes tratados podem-se adicionar outros textos que refletiam sobre a posição de Portugal no mundo, num quadro de crescente hostilidade conflitual entre as nações imperiais da Europa, assim como sobre as questões em redor da “defesa nacional”, como então se descreviam as problemáticas de teor estratégico-militar. Neste campo, estão os textos dos debates em torno da edificação de uma esquadra de couraçados nos anos de 1912 e 1913 que são produzidos nas páginas da Revista Militar e dos Anais do Clube Militar Naval, mas também nas atas da Câmara dos Deputados. Outros textos relevantes para a compreensão do pensamento estratégico português podem encontrar-se em correspondência particular de algumas das mais relevantes figuras políticas de Portugal à época e que lidam com a postura de Portugal no quadro de um sistema internacional profundamente revolvido por uma intensa rivalidade hostil que acabaria por conduzir a Europa à Grande Guerra.

A inserção desta literatura no pensamento estratégico tem de passar por uma robusta teoria e uma sólida definição do que é a estratégia, que configure fundamentadamente estes textos como fazendo parte de um “corpus” estratégico. Esse “corpus” estratégico deriva daquilo que é o objeto de estudo da estratégia, a conflitualidade hostil entre grupos organizados e comunidades humanas e, em consequência, toda a literatura que lida com esta realidade pode-se configurar como parte do grande corpo de textos estratégicos.

¹ Benjamin, 2010, pp. 155-56 e Duby, 1992, p. 53.

² Citado em Torgal, 2015, p. 73.

A primeira parte deste estudo tem imperativamente que partir da questão inicial: qual a natureza da estratégia? Com base na resposta a esta questão pode-se então procurar estudar o pensamento estratégico português no dealbar do século XX na sua multiformidade textual. A presente conferência analisará assim alguns dos autores e das obras mais relevantes do pensamento estratégico português na década que precedeu a eclosão da Grande Guerra. Com base nesta investigação estudar-se-á e procurar-se-á fazer uma interpretação, não só das características intrínsecas do pensamento estratégico, mas também da compreensão que os autores coevos tinham da estrutura internacional e da realidade nacional, nomeadamente no que se refere às vulnerabilidades e às potencialidades de Portugal à época. O estudo debruçar-se-á sobre obras de alguns tratadistas da estratégia, como Raul Esteves e Pereira de Silva, assim como sobre os discursos e debates políticos que envolviam escolhas no campo da então denominada “defesa nacional”, e ainda como alguma correspondência intercambiada entre figuras políticas relevantes que tratava de diversas questões de política internacional e da política externa nacional.

1. A Natureza do Pensamento Estratégico

Qual é a natureza da estratégia?

A ideia de estratégia é recente, recuando no máximo aos princípios do século XVIII, só se vulgarizando o termo, em diversas línguas europeias, nos fins desse século³. A introdução desta palavra no discurso militar, campo de onde emerge, correlaciona-se com o desenvolvimento de verdadeiros exércitos nacionais, que ampliam ingentemente os efetivos e passam a operar com diversos corpos autónomos que se combinam para travar a/as batalha/as decisiva/as. A parturição de uma etapa intermédia entre o comando político ou político-militar e o combate (com que lida a tática) explica o nascimento da estratégia. Até ao século XVIII, em geral, o comando militar – ou político-militar para se ser mais correto, dado que, quando não era o chefe-de-Estado a dirigir a ação bélica, era alguém a quem ele diretamente delegara os seus poderes e em consequência, detinha o poder político-militar – conduzia e liderava a ação tática diretamente. Com o desenvolvimento dos exércitos de massas, e com a divisão das forças em campanha em diversos corpos, que podiam até conduzir operações distintas mas combinadas, tornou-se imperativo estabelecer uma etapa intermédia entre a ação tática e a racionalidade política: criou-se a estratégia⁴. A estratégia nasceu como uma ponte entre a política e o propósito

³ Coutau-Bégarie, 1999, pp. 59-60.

⁴ Duarte, 2011, p. 68; Duarte, 2013, pp. 50-51.

da guerra⁵, que a tática deve alcançar ao sobrepujar o inimigo no combate. Da complexidade do duelo bélico brotou a estratégia. E essa complexidade não deixou de se ampliar com a aproximação da contemporaneidade, conforme os atores em digladição foram alargando as áreas de ação com as quais dirimiam a sua conflitualidade hostil.

O alargamento das áreas em que a conflitualidade hostil e a guerra – como seu sempre possível corolário – agiam, implicou a dilatação da estratégia, que se foi subdividindo em campos de atuação específicos. Como observou Edward Mead Earle nos anos 30, a “nação em armas” era um conceito de amplo amplexo, que impunha o desenvolvimento de uma “grande estratégia”, que integrasse a componente militar e diplomática e coordenasse os diversos ramos das forças armadas e do governo, nomeadamente no campo da mobilização moral e do levantamento económico⁶. Seja através do conceito de “grande estratégia”, desenvolvido pelos diversos países de matriz anglo-saxónica, seja por via do conceito de “estratégia integral” ou geral, implementado pela escola francesa e pela escola portuguesa, a estratégia é, como diz, John Lewis Gaddis, uma “disciplina ecológica”, que tem a habilidade de ver todas as partes de um problema e relacionando cada uma com as outras, considerando o objetivo, saber agir concertadamente, sobrepujando a oposição que o desafia, para o alcançar⁷. Ou como afirma Colin Gray, visa dotar o estrategista de inteligência para confeccionar a realidade a seu favor, “manipulando duas moedas, num processo quase alquímico, o efeito militar e o efeito político” (considerando políticas as dimensões económicas, sociais, diplomáticas, etc.), para produzir o efeito estratégico, que conduzirá ao propósito político delineado.⁸ Ou como refere Coutau-Bégarie, insigne representante da escola francesa de estratégia, “uma paleta larga de meios e modos de ação”⁹. A leitura da complexidade e a capacidade de, ainda assim, agir nesse quadro, alcançando os propósitos desejados é uma das características matriciais da estratégia. A outra é a superação da oposição com que o agente que visa um dado propósito se defronta.

Com efeito, o objeto da estratégia não é um conjunto de unidades, mas um oponente recalcitrante¹⁰. A dimensão adversarial e a lógica conflitual são elementos axiais da estratégia¹¹. O outro surge como dilema e como inimigo

⁵ Gray, 2010.

⁶ Citado por Ekbladh, 2011, pp. 117-18 e 124.

⁷ Gaddis, (s/d), pp. 9 e 16.

⁸ Gray, 2010, p. 7.

⁹ Coutau-Bégarie, 2001, p. 787.

¹⁰ Brodie, 1965, p. 5.

¹¹ Hoffman, 2014, p. 479.

porquanto tem espessura e garras¹². A estratégia trata assim da conflitualidade hostil num ambiente adversarial, paroxístico e intensamente agónico, e em que dois oponentes de digladiam, procurando em simultâneo coagir e resistir à coação, visando propósitos antagónicos. Mas esta dimensão remete para uma terceira componente essencial da estratégia: o conhecimento.

Raramente se tem feito notar que toda a arte da guerra, tal qual todos os saberes dela dimanados, como a estratégia e a tática, se alicerçam no conhecimento. Esta verdade, quase que dir-se-ia irredutível, e tantas vezes de forma inconsciente expressa nas mais variadas artes, da literatura ao cinema, por razões obviamente ideológicas e por preconceitos culturais¹³, tem sido quase sempre ocultada. E todavia se há saber que tem implicado um elevado grau de estudo e de aprofundamento do conhecimento tem sido a arte da guerra, quer no que se refere ao seu estudo teórico, quer, por clarividentes razões, quanto à sua prática. Já dizia Sun Tzu que o chefe de Estado tinha de dedicar profundo tempo ao estudo da arte da guerra sob pena de sofrer terríveis consequências se não o desenvolvesse¹⁴. A estratégia como muito observa Coutau-Bégarie tem como primeira característica ser uma “dialética de inteligências”¹⁵.

Abel Cabral Couto define de forma muito expressiva o significado mais profundo da estratégia moderna e contemporânea com as suas duas definições. A Estratégia, diz o autor, é a “ciência e arte de desenvolver e utilizar as forças morais e materiais de uma unidade política que suscitam ou podem suscitar a hostilidade de uma outra vontade política”¹⁶. Mais recentemente, Cabral Couto refundiu a sua anterior definição, visando integrar na conflitualidade hostil a noção de competitividade. Assim, para ele, a estratégia é “a ciência e arte de, à luz dos fins de uma organização, estabelecer e hierarquizar os objetivos, e gerar, estruturar e utilizar os recursos, tangíveis e intangíveis, a fim de se atingirem aqueles objetivos num ambiente admitido como conflitual ou competitivo (ambiente agónico)”¹⁷.

A definição de Cabral Couto integra os principais elementos que condensam o desenvolvimento da estratégia: a ideia de que a estratégia é um conhecimento concetual, visando agir sobre a realidade (uma praxeologia),

¹² Duarte, 2013, pp. 51-55.

¹³ A prática da violência é vista como desrazão e como incognoscibilidade, ora, a guerra é por excelência um campo do jogo calculista e prudencial, onde a frieza da razão tem de dominar a excitação da emotividade.

¹⁴ Sun Tzu, 2006, p. 65.

¹⁵ Coutau-Bégarie, 1999, pp. 73-4.

¹⁶ Couto, 1988, p. 209.

¹⁷ Couto, 2004, p. 215.

a manipulação de recursos (materiais e imateriais ou morais) e o fito de sobrepujamento da adversarialidade hostil, indicando igualmente o ator da estratégia, a política.

O conhecimento funciona como um eixo, a partir do qual se gerem os recursos morais e materiais e a compreensão do oponente, criando as condições para o condicionamento, constrangimento ou coação – quando não eliminação definitiva – deste último. Edward Mead Earle, um dos fundadores do primeiro ciclo de estudos, nos Estados Unidos da América, dedicado ao que se denominaria de grande estratégia, nos fins dos anos trinta, afirma um seu biógrafo, teria observado que para conduzir uma moderna nação no quadro de uma guerra total, se impunha a mobilização de academia, principalmente no campo das ciências sociais¹⁸, dado o amplexo de conhecimento e a profundidade de saberes que eram exigidos. Coutau-Bégarie fala, por isso, “da estratégia enquanto método” e descreve uma variedade de métodos estratégicos: histórico; realista; científico-racional; prospetivo; geográfico; culturalista; sintético; filosófico, que ele caracteriza igualmente como o método sublime. Estes métodos possibilitam passar do pensamento à ação, ou se se quiser, da ação discursiva à ação material¹⁹.

A estratégia emerge então como uma ação discursiva que deve promover a ação material que por sua vez deverá ter um efeito transformador da realidade. A estratégia é um processo²⁰. Tal qual a diplomacia (que à sua medida é uma estratégia igualmente), diz o embaixador Bernardo Futscher Pereira²¹. É uma visão que prevê, escolhe e riposta, capaz de planear a longa distância,²² através de um pensamento de longo horizonte²³. A natureza processual da ação estratégica é correlativa ao seu carácter discursivo. É por ser uma narrativa que a estratégia desenrola um processo de caminhos e metas. Há alguma razão na leitura que António Horta Fernandes faz de uma estratégia que para além de uma disciplina de meios é também uma disciplina com fins próprios²⁴. Ao pensamento corresponde uma ação, ou melhor, a ação discursiva correlaciona-se com a ação material na obtenção de um efeito que leva a um fim. O efeito é a consequência da ação estratégica e o fim o propósito político associado.

Pode-se assim, num certo sentido, considerando a estratégia como um ato produzido pelos homens, defini-la como a gestão e manipulação, pelo

¹⁸ Ekbladh, 2011, p. 117.

¹⁹ Coutau-Bégarie, 1999, pp. 256-275.

²⁰ Hoffmann, 2014, p. 477.

²¹ Pereira, 2012, p. 9.

²² Edwards, 2007, p. 10-11.

²³ Idem, p. 9.

²⁴ Fernandes, 1998 e 2011.

discurso e pela ação material, de homens organizados em estruturas comunais, visando o condicionamento, constrangimento e no limite a eliminação de outros homens organizados igualmente em estruturas comunais, que se opõe aos fins desejados dos primeiros.

A natureza discursiva ou narrativa da estratégia, a correlação com a dinâmica processual ou com ação material, fundindo-se ambos no efeito que leva a um fim, espelha igualmente o sentido ideológico da estratégia²⁵. Este sentido ideológico não deve ser observado de forma pejorativa, mas no significado mais profundo de a estratégia visar a edificação e a estruturação – no seu sentido etimológico mais profundo²⁶ – de uma realidade nova. Produzir um efeito que leve a um fim significa o desejo e a vontade de uma mudança de realidade. A estratégia é taumatúrgica, curativa, tal qual a guerra, visa abolir o inimigo²⁷, o oponente, e reescreve a realidade e é nesse sentido que ela é ideológica. É uma racionalidade conduzida pragmaticamente que busca a reescrita do mundo.

Este excuro inscreve a estratégia nas dinâmicas da cultura. Como ação discursiva que visa dinamizar uma ação material, esta disciplina é produtora de um discurso ideológico – como todos os discursos o são – que reescreve o mundo, em suma, que procura propiciar uma transformação da realidade, delineando-a pelas palavras e pela ação. Linguagem e ação combinando-se, o que espelha a natureza englobante e de amplo amplexo da estratégia.

Não é assim por acaso, mas insculpida na essência da estratégia, que esta se evidencia através de tratados e outras obras literárias, de debates, expressos na imprensa ou em fóruns públicos, e de outros meios em que o discurso tem um papel relevante, tais como a correspondência privada. Estamos a falar de um discurso estratégico sempre que neste se inscrevem os elementos acima referidos que se inserem na natureza da estratégia: é uma ação discursiva – um pensamento de amplo amplexo dotado de uma ideologia que tem a pretensão de mudar a realidade – que procura dinamizar uma ação material (com base em múltiplos meios de diversa índole e características); que procura um efeito (que sobrepuje o adversário, condicionando-o, constrangendo-o, ou eliminando-o

²⁵ Sobre a estratégia e a ideologia, e como exemplo, Coutau-Bégarie, 1999, pp. 235-6.

²⁶ A palavra estrutura vem da palavra latina “struere”, que significa empilhar, acomodar e que deriva da expressão indo-europeia “ster”, expressão que quer dizer despreparar ou espalhar. Segue-se o “Consultório Linguístico” em <http://consultoriolinguistico.blogspot.pt/2011/05/etimologia-de-estrutura.html>, Consultado em 28 de junho de 2015. Há, julga-se, na etimologia de estrutura um paradoxo: a destruição como criação e construção.

²⁷ Sobre a natureza taumatúrgica da guerra, veja-se Duarte, 2013, 47-48. Como a estratégia brota da guerra, a natureza taumatúrgica da guerra inscreveu-se na estratégia, talvez ainda mais arreigadamente, tendo em consideração que esta disciplina parturiu-se como instrumento de condução da conflitualidade hostil.

no limite); que permita chegar a um fim positivo (isto é, alcance a mudança da realidade negativa anteriormente existente). Eis a natureza curativa ou taumatúrgica da estratégia.

2. O Pensamento Estratégico Português: discurso e ação

O conhecimento do pensamento estratégico português no dealbar do século XX passa por diversos tipos de textos narrativos, ou seja, de ações discursivas. Para além de uns poucos tratados, ele encontra-se igualmente em outro tipo de textos, tais como projetos e propostas de planos de ação, aparecidos em revistas militares, em debates na Câmara dos Deputados e no Senado e nas leis que destes órgãos legislativos dimanam, e em correspondência privada. Não se pretendendo ser exaustivo, a presente conferência apresentará, como exemplos relevantes e significativos do pensamento estratégico português no dealbar do século XX, o Tratado de Raul Esteves sobre a mobilização militar e a defesa nacional de Portugal, diversos textos, com relevância para os de Pereira da Silva, em torno do plano naval de 1912-1913, a visão de Afonso Costa, o principal político coevo, sobre a situação internacional de Portugal, e a correspondência trocada entre João Chagas e José Relvas relativa à posição do país no quadro da oposição entre a Tríplice e a Entente, em 1912-1913. Diferentes na sua índole, cada um dos textos apresentados pode inserir-se nas narrativas discursivas que desenham o pensamento estratégico português no dealbar do século XX: apresentam uma visão e um conhecimento de amplo espectro, definem uma oposição sobrepujar, indicam como caminhar e as metas intermédias e final a alcançar.

a. A Defesa de Portugal e a Mobilização Nacional

O então Tenente de Engenharia Raul Esteves publica em 1910 um tratado sobre a fortificação no plano de defesa do país: “A Fortificação no Plano de Defeza do Paiz”²⁸. O texto disserta fundamentalmente sobre as questões de fortificação e a sua relação com a defesa nacional. Não obstante, ao longo do primeiro quarto do livro, o autor – como impreterivelmente se deve fazer – enquadra as questões da fortificação militar na política de defesa nacional e na estratégia militar geral, como se denominaria hoje. Esta leitura é particularmente interessante porquanto a visão que o autor apresenta se encaixa na perspetiva que os “jovens turcos” da república propugnavam para a defesa nacional de Portugal.

²⁸ Esteves, 1910.

Raul Esteves começa por salientar a relação entre o estágio civilizacional e a forma da guerra, observando que é com a Revolução Francesa que se inicia as modalidades coevas da atividade bélica:

“A mais profunda transformação, cujas licções ainda hoje fazem lei, foi sem duvida a que resultou das luctas que se seguiram á Revolução Francesa, onde a arte da guerra, acompanhando a evolução política, adquiria uma nova forma tão diversa da anterior (...)”²⁹.

Essa nova forma de guerra é para o autor as guerras nacionais, filiadas numa nova era política, a do governo da nação pela nação:

“Iniciava-se então, por aqueles tempos, uma nova era: a das guerras nacionaes, logicamente filiada na nova era política do governo da nação pela nação”³⁰.

Nesse sentido, o autor propugnará mais adiante pela evolução da organização militar para o sistema de nação armada, com a mobilização de elevados efetivos com um razoável estado de prontidão, substituindo o exército permanente que existia então por um serviço periódico como existia nalguns países:

“As exigências da guerra moderna, forçando à apresentação de elevado effectivo, logo no início das hostilidades; a impossibilidade de, durante a paz, se manter nas fileiras do exército a totalidade dos mancebos em condições de concorrerem para a defeza da Pátria; (...); o carácter nacional que deve revestir (...), tudo concorre para que acompanhando a evolução, caminhemos para a constituição da nação armada (...)”³¹.

Raul Esteves pondera, após uma breve passagem pela leitura estratégica que meditou sobre a mobilização nacional, que Portugal poderá levantar uma força de cerca de 200 000 efetivos³².

A questão da nação armada, e do serviço militar obrigatório e generalizado, não era apenas apanágio deste autor. Na realidade, a mobilização nacional com base num exército de conscrição – distinto do exército permanente, que se

²⁹ Esteves, 1910, p. 2.

³⁰ Esteves, 1910, p. 2.

³¹ Esteves, 1910, p. 34.

³² Idem.

alicerçava apenas nos efetivos de que dispunha à altura (as forças de I linha)³³ – era, não só uma necessidade estratégica, dada a evolução que as principais potências continentais tinham desenrolado, adaptando essa organização, como espelhava a própria modernidade social, política e cultural. A nação armada era verdadeiramente o governo do povo. Como referia Hélder Ribeiro, na Câmara dos Deputados em 1912, “a nação armada é o exército integrado na Nação, (...), o exército da democracia, constituído por todos os cidadãos válidos (...)”³⁴. A visão de Raul Esteves seria posta em letra de lei com a organização militar da República. Com a Lei de Recrutamento de 2 de março de 1911, alicerçada na mobilização da nação, instituía a República o exército miliciano, um exército de massas com uma abundante reserva, obrigando os cidadãos ao dever e ao direito da defesa nacional³⁵.

É no quadro da constituição da nação armada que deve ser elaborado o plano de fortificação de Portugal. Para Raul Esteves, a estratégia de defesa militar de Portugal, tem sido e é essencialmente defensiva³⁶ focada ou em repelir a invasão do país ou na libertação do território invadido³⁷. Não obstante, o autor não descarta a hipótese de se aproveitar a eclosão de uma guerra com o “nosso inimigo provável”³⁸, fórmula arquetípica em muitos tratados estratégicos portugueses dos idos do século XIX e do dealbar do século XX para designar a Espanha³⁹, sem o fazer nominalmente, para que se atenuem o “desproporcionalíssimo estado de força” e se estabeleça o “equilíbrio” de desigualdade entre as nações peninsulares, incorporando no nosso território parcelas do adversário⁴⁰.

Um dos elementos axiais deste tratado e de outros tantos coevos é o propósito de, pelo menos, numa primeira fase da contenda com o inimigo provável, Portugal se bastar a si próprio. Raul Esteves reconhece que “no mar está a nossa verdadeira base de operações” e de que a proteção das vias de comunicação dependerá fatalmente das forças navais de um aliado, não prevendo o plano que apresenta a existência de uma esquadra nacional ou

³³ Segundo a definição exposta na lei que regula a nação armada. Secretaria da Guerra, 1912, p. 3.

³⁴ Hélder Ribeiro, Diário da Câmara dos Deputados, Sessão Nº 31 de 12 de dezembro de 1912, pp. 10-11.

³⁵ Secretaria da Guerra, 1912, pp. 4-5.

³⁶ Esteves, 1910, p. 12.

³⁷ Esteves, 1910, p. 8.

³⁸ Esteves, 1910, p. 10.

³⁹ Veja-se por exemplo o tratado de Tasso de Miranda Cabral, 1932.

⁴⁰ Esteves, 1910, p. 10.

sequer que esta possa vir a se consubstanciar⁴¹. Não obstante, a mobilização nacional e a nação em armas asseguraria uma força militar consequente, capaz de prover a defesa do território do país, tanto mais quando, a maioria dos estudos indicava que o principal aliado de Portugal, a Grã-Bretanha, não poderia enviar auxílio importante em caso de agressão terrestre⁴².

Com base nestas premissas, Raul Esteves critica a “defesa concentrada”, o plano de defesa terrestre de Portugal, que reduzia a defesa às “velhas linhas de Torres Vedras” um tanto ampliadas a Santarém e ao Mondego, e que estava na génese do “campo entrincheirado de Lisboa” e que seguia o exemplo da Guerra Peninsular⁴³. Esta conceção tem dois pesadíssimos defeitos para o autor: abandona grande parte do país ao invasor e favorece um sentimento de inferioridade moral engendrado pela atitude defensiva⁴⁴. Na realidade, o autor acabaria por considerar a defesa como um “recurso desesperado” e a propugnar por uma estratégia ofensiva⁴⁵.

A proposta de Raul Esteves vai noutra direção. O autor começa por observar que o sistema defensivo nacional é a combinação do exército de campanha e da fortificação, sendo aquele, por via da nação em armas elevado a, no mínimo, 200 000 homens⁴⁶. Deve-se assim evoluir para uma defesa avançada, em que combinando a fortificação e o exército de campanha, o país se possa defender imediatamente na raia. Esta basear-se-ia em sucessivas linhas fortificadas e em campos entrincheirados, que ademais, deveriam ter um cunho “acentuadamente ofensivo”, bases para uma ação de flanco contra um exército invasor⁴⁷. Para uma rápida mobilização da defesa Raul Esteves relevava também a fundamental importância dos caminhos-de-ferro, mas reconhecida que a malha ferroviária estava muito longe de ter os atributos imprescindíveis para as necessidades, o mesmo acontecendo com a rede de estradas⁴⁸. O exército de campanha como força móvel, coberto pelos sistemas de fortificação, não só poderia assegurar a defesa do país, como implementar uma estratégia ofensiva⁴⁹, tanto mais quanto esta assegura a “superioridade moral”⁵⁰.

⁴¹ Esteves, 1910, pp. 31 e 47.

⁴² Esteves, 1910, pp. 57-58.

⁴³ Esteves, 1910, p. 20.

⁴⁴ Esteves; 1910, pp. 28, 31 e 171. O autor desconsidera a experiência da Guerra Peninsular. O comando era estrangeiro e não se subordinava aos interesses nacionais.

⁴⁵ Esteves, 1910, p. 161.

⁴⁶ Esteves, 1910, pp. 33-34.

⁴⁷ Esteves, 1910, pp. 44-45.

⁴⁸ Esteves, 1910, pp. 50-51.

⁴⁹ Esteves, 1910, p. 176.

⁵⁰ Esteves, 1910, p. 164.

O texto de Raul Esteves é um tratado de estratégia, no sentido que os coevos davam a essa expressão. Ele tratava da defesa nacional, tendo como guia, a possibilidade de Portugal ser beligerante no quadro de um conflito militar, que hoje denominar-se-ia de clássico, porquanto oporia forças armadas organizadas, dirigidas por arquiteturas políticas configuradas como Estados soberanamente simétricos em estatuto⁵¹. A preocupação com o que está a montante das forças armadas deriva de imperativas necessidades que estas têm para poderem cabalmente cumprir a sua missão guerreira: a mobilização nacional pela conscrição, pelo qual se formaria a nação em armas (o exército de massas), as questões relacionadas com a malha ferroviária e rodoviária, indispensáveis às comunicações militares e as alianças externas imprescindíveis para colmatar as nossas debilidades.

Raul Esteves reconhecia, a meio do seu livro, que sem uma verdadeira esquadra, a defesa de Portugal estaria incompleta, pois se a fortificação de costa podia proteger o porto de Lisboa, não assegura a liberdade de comunicações indispensável a sustentação do esforço de defesa nacional, pelo que “para conquistar esse domínio um único meio (era) unanimemente admitido: a esquadra de combate”⁵². Ora, se a República seguiu o ideal do futuro General Raul Esteves na instituição da conscrição universal dos cidadãos e na mobilização nacional⁵³, também elaborou um plano naval que enveredava por este caminho.

b. O Debate em Torno do Plano Naval da República

A natureza discursiva da estratégia tem como condão a facilidade com que se expõe a debates sobre os mais diversos temas que com ela se relacionam. Na realidade, o debate é consequência da ponderação, prudência e deliberação que se impõe a qualquer planeamento estratégico. A estratégia não se faz só caminhando, mas reflete no caminho antes de o iniciar⁵⁴. Assim da natureza reflexiva da estratégia nascem amiudadamente os debates em que esta se encontra envolvida.

⁵¹ Esta distinção pode talvez ter a sua origem em Beaufre, 2004, pp. 38-39.

⁵² Esteves, 1910, p. 160.

⁵³ Na realidade, apenas na letra da lei. Nunca, efetivamente, a conscrição e a mobilização nacional tal como previa a legislação seria de facto implementada em tempo de paz durante a República. Assim, no início da Grande Guerra, o exército tinha efetivos verdadeiramente mirrados que estavam completamente esgotados já em 1915. Para uma síntese sobre as reformas militares da República, veja-se Duarte, 1914. Sobre os recursos militares portugueses, principalmente no que respeita aos efetivos disponíveis, veja-se Fraga, 2010, pp. 133-134.

⁵⁴ Sobre esta natureza da estratégia, há alguma reflexão em Fernandes, 1998 e Duarte, 2013, pp. 56-58.

Se houve algum debate sobre a defesa nacional nos anos imediatamente subsequentes à proclamação da República, este surge com a questão do plano naval. Com efeito, como prémio, diz o historiador António Telo, pelo apoio da Armada à República, delineou-se a ideia de um profundo reequipamento da força naval com o mais moderno material de guerra então disponível: tratava-se de nada menos que uma esquadra de batalha centrada em torno dos mais modernos couraçados então existentes⁵⁵. A ideia do programa naval fora propugnada, por exemplo, em 1909, através de um pequeno livro do então 1º Tenente Fernando Augusto Pereira da Silva⁵⁶.

A proposta inicial de reorganização da Armada e do plano naval recebeu críticas que foram expressas pela pena de C. C. nos Anais do Clube Militar Naval. O simples facto de este crítico aparecer denominado como C. C. pode dar a entender que a reorganização da Armada, que tinha como um dos arautos o então 1º Tenente Pereira da Silva, teria um amplo consenso dentro da organização, obrigando os seus críticos a se ocultarem por detrás de acrónimos⁵⁷. Seja como for, em meados de 1912, C. C. surge nas páginas dos Anais do Clube Militar Naval a questionar algumas das asserções do plano de reequipamento da esquadra. Começando por afirmar que a defesa nacional é o fundamento da autonomia nacional⁵⁸, o autor realça subseqüentemente que a defesa de Portugal tem de combinar a terra e o mar, pelo que se Portugal tivesse só uma poderosa marinha, seria em terra batido pelo seu mais provável inimigo (sublinhe-se o conceito). Opta então o autor por apelar à criação de uma comissão mista do exército e da marinha para o planeamento da defesa de Portugal⁵⁹. Para o planeamento naval, C. C., por sua vez releva a necessidade de considerar a natureza da aliança com a Grã-Bretanha e a “orientação da política mundial”, ou seja, a estrutura do tablado internacional e a nossa posição neste⁶⁰. Com estas críticas, C.C. observa aos seus interlocutores que, *per si*, um plano de reorganização da Armada e de reequipamento naval não é uma política de defesa nacional. Ecoando, sem provavelmente o saber, a carta de Clausewitz ao Major Roeder em 1827⁶¹, C. C. ressalva que um projeto de reorganização da Armada e de rearmamento naval tem de ser inserido num quadro em que há a ter em conta a conjuntura do sistema internacional e os

⁵⁵ Telo, 1999, pp. 232-236.

⁵⁶ Pereira da Silva, 1909, pp. 129-130.

⁵⁷ O próprio Pereira da Silva refere que não conhece quem assim assina, aquando do texto em que replica a C.C. Pereira da Silva, 1912, p. 361.

⁵⁸ C.C., 1912a, p. 229.

⁵⁹ C.C., 1912a, p. 230.

⁶⁰ C.C., 1912a, pp. 230-31.

⁶¹ Esta carta encontra-se transcrita em Paret, 1992, pp. 126-27.

propósitos da política externa e de defesa de Portugal. Por último, C. C. entra em questões mais técnicas. Os navios inicialmente previstos pela Comissão de Marinha apontavam para navios capitais – couraçados – de 20.000 toneladas. C. C. observa que estes navios estavam a ser ultrapassados por uma nova geração de vasos de batalha que dispunham de uma artilharia de grosso calibre superior à que estava sendo prevista pelos proponentes do plano de rearmamento naval, e se é para que este se produza, então “as nações pequenas e pobres só devem comprar o melhor e a última palavra na arte da construção”⁶². Parece óbvio que há aqui uma lógica manhosa, quase que uma artimanha, que afirma que se é para comprar material inferior, o melhor mesmo é evitar despender os poucos recursos financeiros em objetos inúteis.

Pereira da Silva como pregoeiro do projeto naval da Comissão da Marinha replicou a C.C. nas páginas dos Anais do Clube Militar Naval. Obviamente, a questão axial da defesa nacional – que perpassava toda a problemática da política externa da República nos anos imediatamente anteriores à Grande Guerra – era a da aliança anglo-lusa e a posição da Grã-Bretanha para com uma situação mais complicada, do ponto de vista da soberania de Portugal, em que este país se visse envolvido, fosse na metrópole, fosse nas colónias⁶³. Para Pereira da Silva, a política de reorganização naval e de rearmamento da Armada não deveria ter a aliança como elemento primário definidor, mas uma visão política e estratégica nacional. O autor observa que uma organização militar deduzida da aliança “briga com os ensinamentos da história”⁶⁴, e em consequência observa que as organizações militares de um dado país não devem estar sujeitas à contingência e aleatoriedade da política internacional, tanto mais quanto nem entre aliados iguais os compromissos são categoricamente definidos, notando ainda que uma aliança entre um leão e um cordeiro, é sempre prejudicial a este último⁶⁵. Por detrás desta conceção está uma perspetiva axial da política de defesa e da política externa da I República no dealbar do regime. A aliança é fundamental para assegurar a independência de Portugal, todavia o governo da Grã-Bretanha não é um elemento fiável para a garantir. A necessidade de assegurar de alguma forma a autonomia de Portugal face à Grã-Bretanha passaria por um robustecimento da posição portuguesa dentro da aliança. Portugal tinha de ser contabilizado

⁶² C.C., 1912a, 237-238 (238 para a citação).

⁶³ Sobre este assunto, Telo, 2010, pp. 229-287, Ramos, 2008; Fraga, 2010, pp. 51-54 e ss. Para os portugueses não era nada seguro que a Grã-Bretanha os protegesse de uma invasão ou da usurpação por terceiros das suas colónias.

⁶⁴ Pereira da Silva, 1912, p. 362.

⁶⁵ Pereira da Silva, 1912, pp. 362-363.

como um valor no tablado internacional para que os pratos da balança se equilibrassem. Subliminarmente, Pereira da Silva toca nesta questão ao realçar que, considerando o plano naval, “quanto mais fortes e poderosos formos (...) tanto mais sólida e preciosa será a nossa aliança (...)”⁶⁶. Ver-se-á que quase todo o discurso político tem como horizonte este tópos político-estratégico. Quanto às questões mais técnicas, Pereira da Silva defendeu o projeto de rearmamento naval da “Grande Comissão”, salientando que mais do que olhar para cada navio separadamente, se devia valorizar a coesão e flexibilidade do conjunto⁶⁷.

C.C. retoma as críticas num número posterior dos Anais do Clube Militar Naval. Opõe-se, inicialmente, à visão de Pereira da Silva no que se refere à aliança, assumindo contudo uma posição autocrítica:

“Parece ter concluído do nosso artigo [Pereira da Silva] que a nossa opinião era que, só as alianças deveriam dictar os armamentos, e a nós parece ter ficado bem expresso que consideramos isso como um factor, para juntar aos outros (...). (...) Ora, concordando com o meu presado camarada, que o armamento de uma nação depende da sua política interna e externa, esta envolve alianças (...)”⁶⁸.

Se a aliança era uma das chaves do debate, outra seria o problema do armamento a adquirir. E este relacionava-se de certo modo com as alianças, dado que a Comissão da Marinha projetava que a nova esquadra deveria combater contra as principais marinhas do mundo assim como incorporar-se nas principais esquadras destas, o que aconselhava a que se dispusesse do mais potente armamento existente⁶⁹. E por esta via chega C. C. ao ponto decisivo da sua argumentação:

“Neste primeira parte só há um argumento de verdadeiro peso, a verba disponível para couraçados; mas a uma comissão técnica impõe-se mais do que a ninguém, o princípio da economia, e a verdadeira economia não é gastar pouco, mas sim gastar bem”⁷⁰.

Eis a pedra de toque, a trave mestra do problema do rearmamento da Armada e da criação da esquadra de batalha prevista pela Comissão da Marinha: as disponibilidades financeiras do Estado.

⁶⁶ Pereira da Silva, 1912, p. 366.

⁶⁷ Pereira da Silva, 1912, pp. 369-370.

⁶⁸ C. C., 1912b, p. 543.

⁶⁹ C. C., 1912b, p. 545.

⁷⁰ C. C., 1912b, p. 545-546.

Em 1913, Pereira da Silva observaria efetivamente que um programa naval estava condicionado aos recursos financeiros, mas dizia-o num quadro em que ressaltava este num amplexo de outros vetores: “situação geográfica, aspirações políticas, a necessidade de expansão comercial e industrial, a riqueza do nosso território, os antagonismos resultantes do nosso modo de ser coletivo, o nosso rendimento económico, e finalmente os recursos financeiros”⁷¹. E indo mais longe, começava o texto por salientar que um programa naval “é acima de tudo a resolução dum problema estratégico e político de elevado alcance.”⁷². Como parece óbvio, Pereira da Silva procurava sublinhar a relevância dos elementos políticos e estratégicos em detrimento dos económicos e financeiros. E adicionava em defesa dos seus argumentos dois fatores: a) a dependência que o país tinha de terceiros – o que era uma vulnerabilidade – para a proteção das suas linhas de comunicação marítimas e para a ligação às colónias; b) a natureza da estratégia naval que num espaço aberto, plano e sem acidentes geográficos, só pode ser ofensiva e para isso tem de estar dotada das mais avançadas capacidades tecnológicas⁷³.

Mas como um mês depois salientaria o chefe de governo, Afonso Costa, na Câmara dos Deputados, “nunca fui partidário de se fazer um empréstimo, em quinze anos, para aquisição da Marinha de Guerra; nunca foi partidário da aquisição de unidades sobre os quais os técnicos não tivessem a mesma opinião, assim como, também nunca o fui da construção de novos navios no Arsenal da Marinha, porque isso carecia de um estudo minucioso”⁷⁴. E como que rematando, logo no início do seu discurso, a sua perspetiva, começara por afirmar que fora sempre “defensor do equilíbrio orçamental”⁷⁵.

O programa naval não passara de uma ilusão. Ele espelhava os dilemas de uma potência colonial que não dispunha de uma esquadra à sua altura e de uma pequena potência que, com um regime ostracizado na Europa, se sentia vulnerável e isolada. Hugo de Lacerda remataria toda a questão de uma forma brilhante em junho de 1914, à beira da eclosão da apocalíptica Grande Guerra, “a colaboração é a força dos fracos”⁷⁶. Fundamentalmente, todo o problema da defesa nacional correlacionava-se com a questão da aliança anglo-lusa.

⁷¹ Pereira da Silva, 1913, pp. 242-243.

⁷² Pereira da Silva, 1913, pp. 241.

⁷³ Pereira da Silva, 1913, pp. 244-247.

⁷⁴ Costa, 1976, p. 466 (Discurso de Afonso Costa na Sessão nº 102 da Câmara dos Deputados, de 19 de maio de 1913, pp. 21-23)

⁷⁵ Idem, p. 464.

⁷⁶ Lacerda, 1914, p. 400. O texto é uma tentativa de conciliação das opiniões divergentes sobre o plano naval e alicerça-se numa lógica mahanniana. O problema naval tem de ser edificado tendo em consideração a contextura global, combinando a defesa naval, a defesa terrestre, a marinha mercante e as políticas de fomento.

c. Política Externa e Defesa Nacional

Em 1935, na sua nota de 20 de setembro, Salazar reivindicou para si, que o Estado Novo estava desenvolvendo uma política externa, ao contrário da I República que, segundo ele, apenas tivera “simples relações externas”⁷⁷. Não é de todo incrível esta afirmação, contanto se possa dizer que não será correta para o intervencionismo radical de 1914-1918. Na realidade, foi o facto de existir uma política externa perseguida com afincos que explica a beligerância nacional, de 1916 a 1918. Não obstante, a política intervencionista do partido dito “democrático” e dos seus companheiros de caminho, não brota da conjuntura da guerra, mas incrusta-se na leitura que os republicanos, generalizadamente, faziam da postura da Grã-Bretanha para com Portugal (a pedra mestra da política externa nacional) e do tablado internacional em que se inseria o regime na segunda década do século XX.

O discurso que Afonso Costa pronuncia em Santarém a 3 de novembro de 1912 pode ser observado como a primeira expressão pública de uma visão para uma verdadeira política externa da balbuciente República. Não será por acaso que o discurso começa com uma afirmação da sustentabilidade supostamente adquirida pela nova República: “Ela está bem viva e já é tão forte, capaz de caminhar e frutificar”⁷⁸.

Afonso Costa define depois a República por duas expressões: “o governo do povo” e o “amor à pátria”⁷⁹. Para sequencialmente observar que é necessário redefinir, no quadro político novo, de governo do povo e patriótico, os direitos e deveres resultantes da aliança com a Inglaterra⁸⁰. O quadro em que Afonso Costa antevê a necessidade de colaborar com a Grã-Bretanha é a inevitável e aniquiladora conflagração que se perspectiva aconteceria na Europa em breve. Mas o papel de Portugal nesta futura conflagração era inescrutável dado não haver uma definição da “natureza, da extensão e dos efeitos” da aliança na nossa postura internacional⁸¹. Assim sendo, era mester cuidar da defesa nacional com urgência⁸².

O discurso de Afonso Costa é um espelho dos dilemas por que passava a posição internacional da I República, isolada internacionalmente, e com uma relação enublada com a Grã-Bretanha. A indefinição que, segundo o autor, marcava a relação da República com a aliada eram o espelho vivo da situação da

⁷⁷ Citado em Pereira, 2012, p. 54.

⁷⁸ Costa, 1912, p. 6.

⁷⁹ Idem, pp. 6 e 7.

⁸⁰ Idem, ibidem, p. 8.

⁸¹ Idem, ibidem, pp. 8-9.

⁸² Idem, ibidem, p. 10.

aliança anglo-lusa. A Grã-Bretanha mantinha para com Portugal uma posição reservada, suspicaz face ao novo regime, que lhe parecia excessivamente radical, e nem sempre efetivamente liberal, gerador ademais de uma grande instabilidade política e social. Junte-se as boas relações da Grã-Bretanha para com a Espanha com o seu muito mais acrescido valor para a Entente e a busca de entendimentos com a Alemanha no que respeitava à “corrida naval” e a uma possível repartição das colónias africanas portuguesas, e para ambas as situações convir à diplomacia britânica não dar garantias algumas a Portugal no que se referia às suas colónias ou à sua defesa nacional⁸³. Neste quadro, só o robustecimento da posição internacional de Portugal poderia augurar uma melhoria das relações com a velha aliada e uma maior paridade estratégica entre os ambos parceiros. Paridade estratégica significava, no quadro concetual de 1900, e dada a antevisão de uma inevitável conflagração europeia de enormes proporções, capacitação militar, como os textos anteriores evidenciam. Assim, a redefinição da natureza, da extensão e dos efeitos da aliança para ambos os parceiros teria de passar pela urgente reforma da defesa nacional. O programa naval e a reorganização do exército eram elementos cruciais do reequilíbrio da relação entre ambos os aliados. Acontece que havia neste processo de reestruturação uma tensão enorme com a austeridade orçamental.

d. Alianças e Soberania Nacional

A solução talvez estivesse algures numa refundação da aliança num quadro de alianças. A hipótese foi colocada por dois dos mais ilustres republicanos, em julho de 1914⁸⁴, numa curta troca de correspondência entre ambos: tratava-se de João Chagas, à altura representante diplomático de Portugal em Paris e José Relvas, embaixador de Portugal em Madrid até princípios de 1914.

José Relvas dá a conhecer a João Chagas os seus esforços para, enquanto embaixador em Espanha, ter procurado aproximar Portugal daquele país, com base no apoio de ilustres políticos e intelectuais espanhóis que reconheciam

⁸³ Veja-se sobre esta conjuntura, por exemplo, Telo, 2010, pp. 229-287, Ramos, 2008.

⁸⁴ Segue-se basicamente a visão exposta nas cartas de José Relvas, por se desconhecer o conteúdo das réplicas dadas por João Chagas, passíveis todavia de alguma inferição naquelas. Note-se que, a despeito de a correspondência datar de julho e de agosto de 1914, não se observa nenhuma referência à possibilidade de se estar à beira da eclosão de uma guerra na Europa. E contudo, a crise que o assassinato do Arquiduque Francisco Fernando da Áustria espoletara, durava já algumas semanas. A eclosão da guerra terá sido uma completa surpresa para Lisboa (e para os Europeus). A ideia de guerra era amiudamente expressada pelas chancelarias europeias e pela imprensa na Europa, mas na realidade, a conflagração surtiu inesperadamente.

que convinha a ambos os países, mantendo-se independentes, se aproximarem para se robustecerem mutuamente contra a cobiça das grandes potências europeias⁸⁵. A aproximação entre Portugal e Espanha deveria ser um primeiro passo para que ambos os países integrassem a Entente⁸⁶.

A ideia, que merecera aprovação do gabinete de Afonso Costa, em maio de 1913, consistira numa primeira fase, num entendimento entre Lisboa e Madrid, numa “entente”, apoiada pela Grã-Bretanha, sendo a sua segunda fase, uma mais ampla aliança – Grã-Bretanha, França e Itália – dos países do ocidente europeu, com a integração dos países ibéricos nesta. Para José Relvas, esta ampla “entente” derivaria de duas “ententes” mais pequenas, a franco-espanhola e a anglo-lusa, que deveriam ter um efeito muito atrativo para a Itália⁸⁷.

E com que objetivo final propunha José Relvas este caminho:

“Muitas e muito complexas razões me levaram a pensar que era indispensável ajudar a derruir esse muro, e fazer comunicar a República com a atmosfera internacional (...)”⁸⁸.

O propósito de José Relvas, no que era apoiado por João Chagas, espelhava o drama de uma República isolada internacionalmente, ávida de reconhecimento e de, muito mais relevante, segurança. Para Relvas, para Chagas e para Afonso Costa, a solução para o sobrepujamento desse isolamento internacional passaria pela integração de Portugal na “Entente”. Uma efetiva aliança, não uma dependência, asseguraria, não só o fim da insularidade a que a República conduzia Portugal, mas um robustecimento da posição internacional do país, posicionando-o numa arquitetura internacional multilateral onde teria uma maior paridade com os restantes parceiros. A dualidade da aliança anglo-lusa, dada a extraordinária discrepância de poder entre os dois parceiros, fazia com que o aliado mais fraco caísse invariavelmente numa posição de dependência, de “cordeiro” prejudicado pelo “leão”, nas sábias palavras

⁸⁵ José Relvas a João Chagas, carta datada de 2 de agosto de 1914, em *Correspondência Literária e Política com João Chagas*, (s/d), pp. 200-201.

⁸⁶ *Idem*, p. 203.

⁸⁷ José Relvas a João Chagas, carta de 24 de agosto de 1914, em *Correspondência Literária e Política com João Chagas*, (s/d), p. 207. Esta carta tem a particularidade de falar da eclosão da guerra. Como acontece com muita da correspondência à época, o texto da carta não era escrito de supetão, mas podia levar alguns dias a ser completado. Ora, quase no fim do texto, quando se preparava para fechar a carta, José Relvas diz ter recebido a notícia da declaração de guerra da Alemanha à Rússia, e remata que isso “equivale a dizer entre a Rússia, a Alemanha, a Áustria, a Inglaterra e França ...”. *Idem*, p. 209.

⁸⁸ José Relvas a João Chagas, *Correspondência Literária e Política com João Chagas*, (s/d), p. 203.

de Pereira da Silva, deixando-o mais vulnerável aos humores do parceiro mais poderoso. Pelo contrário, numa aliança multilateral, não só o facto de ser o mais fraco se diluía, como num jogo a vários jogadores, ampliava-se a sua dimensão paritária, dada a maior complexidade dos mecanismos de intercâmbio. A colaboração num quadro mais vasto era uma alavanca de poder e um reforço da paridade estratégica.

Tal e qual no discurso de Afonso Costa, a “natureza, a extensão e os efeitos” da aliança de Portugal com a Grã-Bretanha, concomitantemente com a questão da Espanha eram os elementos axiais da inserção de Portugal no mundo. Face à suspicácia da Grã-Bretanha para com a República e à hostilidade da Espanha para com este regime, a solução não passaria por uma resistência “à outrance” de Portugal, situação que era inequivocamente inviável, mas por uma manobra estratégica que tomava a direção oposta: conseguir a integração do país num sistema multilateral que lhe desse o reconhecimento e um novo prestígio internacional.

Foi esta linha de ação aquela que de 1914 a 1918 os intervencionistas promoveram afincadamente: O Corpo Expedicionário Português enviado para a Flandres era a ponta de lança desta visão, desenvolvida anteriormente à guerra. Mesmo os historiadores mais críticos do projeto intervencionista reconhecem que este era o objetivo primordial dos intervencionistas⁸⁹.

Conclusão

A estratégia lida com a conflitualidade hostil e com a coação: coagir e resistir à coação simultaneamente, visando cada ator atingir objetivos próprios sobrepujando a adversarialidade do oponente. A conflitualidade hostil deriva da adversarialidade que motiva cada um dos oponentes em relação ao outro, o que obriga a que cada um deles desenvolva um trajeto que permita sobrepujar a resistência – que funciona como um fator constrangedor para a ação alheia – que o seu adversário lhe faz. Esse caminho, necessariamente um processo, como é todo o caminhar e como toda a estratégia o é, implica a edificação de um trajeto com uma finalidade específica, planeando as diversas etapas, os objetivos intermédios, e a forma de como sobrepujar a oposição que o adversário procurará fazer. Construir um caminho é edificar uma narrativa, que delineia um propósito e identifica os meios e os modos de os atingir, assim como as formas de mitigar a oposição e as fraquezas que inibem de os alcançar. A estratégia é assim texto narrativo, um conhecimento. É um alfabeto que permite a leitura

⁸⁹ Veja-se por exemplo Telo, 2010, pp. 299 e ss.

do mundo e a construção do mundo, saber de onde se parte e como se chega aos objetivos almejados. E fazer esse caminho superando as resistências que se encontram para alcançar o almejado. Como todo um alfabeto, a estratégia é um conhecimento que se expressa pela linguagem, um pensamento que procura agir sobre o mundo e configurá-lo segundo o desejo dos seus autores. Por isso a estratégia se exprime, antes de mais, por textos de vária índole: para além dos clássicos tratados, surge em debates escritos, em discursos (em geral políticos), em correspondência oficial e particular, e em planos estratégicos e de operações, assim como em textos de carácter legislativo ou político – institucional. É da natureza da estratégia a sua legibilidade, só ela permitindo apontar o caminho que se deve fazer para, sobrepujando a oposição, e eliminando a conflitualidade hostil, alcançar o almejado objetivo final, por meio de uma sequenciação de etapas parcelares e propósitos intermédios.

Portugal defrontava no início do século XX um ambiente agónico hostil que a proclamação da I República – o terceiro regime republicano a existir então na Europa – exacerbou. A excessiva dependência, para a sua segurança e dos seus territórios ultramarinos, que Portugal tinha da aliança com a Grã-Bretanha, dada a tensão elevada internacional e os específicos e nem sempre conciliantes interesses deste país com os nacionais, deixava a República Portuguesa numa posição global extraordinariamente vulnerável. Por sua vez, a Espanha, a tradicional ameaça com que Portugal se defrontava havia vários séculos, sentira, após anos de torpor, de novo a tentação e o desejo de incorporar no seu bem mais pujante corpo o vulnerável vizinho ibérico irredento. A proclamação da República, ao aumentar a animosidade entre os regimes ibéricos e ao enfraquecer a posição nacional no corpo internacional, ampliara a tentação espanhola.

Para responder a esta fraqueza, nas duas primeiras décadas de século XX, alguns textos foram publicados na tentativa de propor a estratégia, ou seja, os caminhos que poderiam robustecer o corpo nacional e a sua segurança, mitigando as suas vulnerabilidades, quer em áreas parcelares, quer num prisma mais total e abrangente.

Raul Esteves, então tenente, publicaria um tratado sobre a defesa nacional e a fortificação de Portugal. Neste, o então jovem tenente apelava a criação de um serviço militar geral e da conscrição geral, com vista a mobilizar a nação, que passaria a ser a nação em armas, para a defesa nacional. O autor, suspeitando da possibilidade de a Grã-Bretanha assegurar a nossa defesa, numa primeira fase de uma conflagração entre os Estados ibéricos, e procurando assegurar que os nossos recursos não nos seriam expropriados por

um rápido avanço espanhol em território nacional, propugnava por um serviço militar geral, que assegurasse a disponibilidade de uma força militar de 200.000 efetivos que permitisse uma defesa robusta na raia, até à chegada das forças militares do nosso aliado britânico, abandonando-se a defesa concentrada, em prol de uma defesa avançada. A conscrição nacional era um objetivo para que, como muitos o desejavam, se deveria caminhar na organização militar de Portugal e foi, efetivamente instituída pelas leis de 2 março e de 23 agosto de 1911 da I República, contanto se deva reconhecer que nunca verdadeiramente aplicada durante este regime, à exceção do período da Grande Guerra.

Mas, como o próprio Raul Esteves assumia, a verdadeira base de operações de Portugal estava no mar, e esta realidade implicava igualmente o reapetrechamento da Armada. Para os estrategos militares era talvez credível deixar a proteção das nossas linhas de comunicação à aliada e à sua hegemonia naval, mas para os estrategos da Armada tal não se afigurava totalmente viável, dado ter de se considerar a defesa das linhas de navegação que convergiam para Lisboa e as ligações às nossas colónias. Nesse sentido, mais do que justificava-se a remodelização da Armada e o seu armamento com uma esquadra de batalha o mais moderna possível, que pudesse ombrear com a *Royal Navy* e assegurar a defesa das linhas de comunicação marítimas nacionais. A aquisição desta esquadra foi discutida nos Anais do Clube Militar Naval e da Revista Militar por oficiais da Armada. Para além da discussão mais técnica em torno de quais as características dos couraçados a adquirir, duas questões se levantaram sobre o armamento da Armada, a possibilidade de as despesas serem comportáveis com o orçamento do país e a relação desta frota com a da principal aliada de Portugal, a Grã-Bretanha e a *Royal Navy*. A questão opunha os que viam a esquadra como instrumento de alforria de Portugal face à Grã-Bretanha àqueles que questionavam a sua relação com a austeridade orçamental.

A questão da aliança inglesa é a chave de leitura da política externa portuguesa nos primeiros anos da I República. Da “natureza, extensão e efeitos” da aliança inglesa se definiria a posição de Portugal e a sua política externa na apocalítica conflagração europeia que se avizinhava, diria num discurso em Évora, em fins de 1912, Afonso Costa. Na realidade, Portugal, dado a sua fraqueza intrínseca e o insularidade a que a proclamação da República o levava, com o regime alienígena num tablado pontilhado de muito conservadoras monarquias, estava muito dependente da posição que a Grã-Bretanha tomava para com ele e dos humores que esta ia tendo, conforme a tensão internacional se adensava na segunda década do século XX. Esta situação era favorável à assunção por parte da Espanha, ou de alguns setores espanhóis, da ideia de

que chegara a oportunidade de assegurar a incorporação de Portugal num corpo ibérico definitivamente unificado. Redefinir a posição de Portugal no quadro da aliança, no sentido de uma maior paridade estratégica entre ambos os parceiros, era assim crucial para o regime português.

Nesse sentido, surge a proposta de José Relvas, em 1913, de inserir Portugal na Entente, através primeiro, de uma aproximação à Espanha, com o consentimento da Grã-Bretanha, invertendo a postura daquele país para com a República e a nação portuguesa, passando de um grande perigo a um novo aliado, para no segundo momento, integrar os países ibéricos na aliança anglo-francesa. Este grande Entente poderia até ter o condão de atrair para si a Itália, fazendo com que este país integrasse igualmente essa aliança. A ideia de José Relvas, mesmo tendo o apoio do governo de Afonso Costa, o beneplácito da Grã-Bretanha e até o suporte de alguns setores da política e da intelectualidade espanhola, nunca passou do papel, mas incrusta-se, tal qual o problema de redefinição da aliança no trajeto que conduzirá Portugal, através do campo intervencionista, à participação ativa na Primeira Guerra Mundial.

Na realidade, a fragilidade intrínseca de Portugal no início do século XX, exacerbada pelo isolamento do país, após a proclamação da República, fazia com que o ambiente internacional fosse particularmente hostil à soberania e à independência nacional e dos seus territórios ultramarinos, estimulando correntes iberistas, até há bem pouco tempo adormecidas, no vizinho ibérico. Com a intensificação da ameaça espanhola e com o abandono, ou pelo menos, afastamento da Grã-Bretanha de Portugal, interpelando a validade da aliança, os governos republicanos, a começar pelos mais radicais, resolveram reescrever a relação de Portugal com o mundo, por um lado, procurando colmatar as debilidades da defesa nacional, com a reorganização e tentativa de robustecimento do Exército e da Armada, e por outro lado, com um redesenho da arquitetura de alianças em que o país estava envolvido, procurando em simultâneo redefinir a “natureza, a extensão e os efeitos” da velha relação anglo-lusa, em prol de uma maior paridade entre ambos os parceiros.

Esta leitura do pensamento estratégico nacional nas duas primeiras décadas do século XX evidenciam uma ideia exposta recentemente por Bruno Reis, de que, para lá de uma doutrina oficial e institucional forte, amiudadamente pode haver um “grande nível de informalidade e eventualmente uma tardia e limitada formalização e reflexividade” na elaboração de uma conceção estratégica

e das concepções estratégicas nacionais⁹⁰. É evidente que alguns assuntos eram recorrentes na leitura que os diversos estrategos nacionais faziam da situação política, estratégica e geográfica de Portugal. Os mais relevantes era a situação de dependência de Portugal em relação à Grã-Bretanha e a desconfiança de que este país assegurasse a defesa militar do país em caso de agressão, suspeita que as relações frias com a República e o, pelo contrário, bom relacionamento de Londres com Madrid adensavam. O outro tópos era o “perigo espanhol”, nesta época, um tópos que não se reduzia a imaginação, dadas as intenções, demonstradas pela historiografia, do rei Alfonso XIII de absorver Portugal no seu corpo político, de uma forma ou outra. Esta “leitura” estratégica, ou seja, este caminho conduziria a beligerância e à força militar expedicionária remetida para a Flandres em 1917-1918.

Bibliografia

- Beaufre, André, *Introdução à Estratégia*, Sílabo: Lisboa, 2004.
- Benjamin, Walter, *O Anjo da História*, Lisboa: Assírio & Alvim, 2010.
- Brodie, Bernard, “General André Beaufre on Strategy: a Review on Two Books”, 1965, in <http://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/papers/2008/P3157.pdf>., consultado em 29 de maio de 2015.
- Cabral, Tasso de Miranda, *Conferências sobre Estratégia. Estudo Geo-Estratégico dos Teatros de Operações Nacionais*, 2 Vols., Lisboa: (Estado Maior do Exército), 1932.
- C.C. “Reorganização da Armada Portuguesa”, *Anais do Clube Militar Naval*, nº 4, abril de 1912a, pp. 229-260.
- C.C. “Reorganização da Armada Portuguesa”, *Anais do Clube Militar Naval*, nº 8, agosto de 1912b, pp. 542-556.
- Correspondência Literária e Política com João Chagas*, 3 Vols., (s/l): Empresa Nacional de Publicidade, (s/d).
- Costa, Afonso, *Discurso Proferido pelo Notável Estadista por Ocasão da Sua Jornada a Santarém no dia 3 de Novembro de 1912*, Aveiro, 1912.
- Costa, Afonso, *Discursos e Notas Parlamentares, 1911-1914* [Compilação, Prefácio e Notas de A. H. de Oliveira Marques], Lisboa: Bertrand Editora, 1976.
- Coutau-Bégarie, Hervé, *Traité de Stratégie*, 2ª ed., Paris: Economica, 1999.
- Coutau-Bégarie, Hervé, “La Recherche Stratégique en France”, *AFRI*, Vol.1, Janeiro de 2001, in <http://www.afri-ct.org/IMG/pdf/couteau2000.pdf>., consultado em 10 de março de 2010.
- Couto, Abel Cabral, *Elementos de Estratégia*, 2 Vols., Lisboa: IAEM, 1998.

⁹⁰ Reis, 2013, pp. 15-16.

- Couto, Abel Cabral, “Posfácio”, in António Horta Fernandes e Francisco Abreu, *Pensar a Estratégia, do político-militar ao empresarial*, Lisboa: Sílabo, 2004, pp. 215-230.
- Diário da Câmara dos Deputados*, Lisboa: Imprensa Nacional.
- Duarte, António Paulo, “Em Prol de uma Cultura Estratégica”, *Revista Portuguesa de Ciência Política*, Nº 0, 2011, pp. 67-70.
- Duarte, António Paulo, “Estratégia: Origem e Fundamento”, *Nação e Defesa*, Nº 136, 5ª Série, 2013, pp. 34-65.
- Duarte, António Paulo, “Serviço Militar Obrigatório e Recrutamento”, in Maria Fernanda Rollo (Coordenação Geral), *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Lisboa, Assembleia da República (Coleção Parlamento), 2014, 3ºVol, pp. 785-790.
- Duby, Georges, *A História Continua*, Porto: Edições Asa, 1992.
- Edwards, Charlie (relator), “The case for a national security strategy”, in Security@demis.uk.co, consultado em fevereiro de 2010.
- Ekbladh, David, “Present at the Creation. Edward Mead Earle and the Depression Era Origins of Security Studies”, *International Security*. Winter, nº3, Vol. 36, 2011, pp. 107-141.
- Esteves, Raul Augusto, *A Fortificação no Plano de Defesa do Paiz*, Lisboa: Livraria Féris-Editora, 1910.
- Fernandes, António Horta, *O «Homo Strategicus» ou a ilusão de uma razão estratégica?*, Lisboa: Edições Cosmos/IDN, 1998.
- Fernandes, António Horta, *Acolher ou Vencer? A Guerra e a Estratégia na Atualidade (Homo Strategicus II)*, Lisboa: Esfera do Caos, 2011.
- Fraga, Luís Alves de, *Do Intervencionismo ao Sidonismo. Os dois segmentos da Política de Guerra da 1ª República (1916-1918)*, Coimbra: Imprensa Universidade de Coimbra, 2010.
- Gaddis, John Lewis, “What is Grand Strategy?”, in <http://tiss-nc.org/wp-content/uploads/2015/01/KEYNOTE.Gaddis50thAniv2009.pdf>., pp. 1-17, consultado em 20 de maio de 2015.
- Gray, Colin S., *The Strategy Bridge: Theory for Practice*, Oxford: Oxford University Press, 2010.
- Hoffman, F. G., “Grand Strategy: The Fundamental Considerations”, *ORBIS, Journal of World Affairs*, Vol. 58, nº 4, Fall 2014, pp. 472-485.
- Lacerda, Hugo de, “O Nosso Problema Naval”, *Anais do Clube Militar Naval*, nº 6, junho de 1914, pp. 389-401.
- Paret, Peter, *Understanding War, Essays on Clausewitz and the History of War*, Princeton: Princeton University War, 1992.
- Pereira, Bernardo Futscher, *A Diplomacia de Salazar (1932-1949)*, Lisboa: Dom Quixote, 2012.

- Perreira da Silva, Fernando Augusto, *O Nosso Plano Naval*, Lisboa: Typographia Castro Irmão, 1909.
- Pereira da Silva, Fernando Augusto, “A Reorganização da Armada Portuguesa”, *Anaisdo Clube Militar Naval*, nº 6, junho de 1912, pp. 361-384.
- Pereira da Silva, Fernando Augusto, “O Nosso Programa Naval”, *Revista Militar*, nº 4, Abril de 1913, pp. 241-269.
- Ramos, Rui, “A Revolução Portuguesa de 1910 e a Política Externa Portuguesa”, in João Marques de Almeida e Rui Ramos, Coord., *Revoluções, Política Externa e Política de Defesa em Portugal, Séc. XIX e XX*. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional/Cosmos, 2008, pp. 55-94.
- Reis, Bruno Cardoso, “Ensaio em torno de Uma Cultura Estratégica Portuguesa”, *Nação e Defesa*, nº 136, 5ª Série, 2013, pp. 9-33.
- Secretaria da Guerra, *Serviços do Recrutamento Militar – Lei e Regulamento”, Decretos de 2 de Março e 23 de Agosto de 1912*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1912.
- Sun Tzu, *A Arte da Guerra*, Lisboa: Sílabo, 2006.
- Telo, António José, *História da Marinha Portuguesa, Homens, Doutrinas e Organização, 1824-1974, (Tomo I)*, Lisboa: Academia da Marinha, 1999.
- Telo, António José, *Primeira República, 2 Vols.*, Lisboa: Editorial Presença, 2010 e 2011.
- Torgal, Luís Reis, *História, Que História?* Lisboa: Temas & Debates, 2015.

Geopolítica da Alemanha na Primeira Guerra Mundial: O Caso do Sudeste Africano

Marisa Fernandes

Investigadora Integrada no Instituto de História Contemporânea da Universidade de Nova de Lisboa (IHC)

Investigadora Associada do Centro de Investigação em Segurança e Defesa do Instituto de Estudos Superiores Militares (CISDI)

Lisboa, Portugal
marisaasfernandes@gmail.com

1. Introdução

O presente artigo pretende demonstrar em que consistia a Geopolítica da Alemanha na Primeira Guerra Mundial, procurando focar-se no caso do Sudeste Africano, e no que os alemães dele pretendiam, sem olvidar que o objetivo último da Política Externa Alemã desde 1890 era o de se assumir como uma *Weltmacht* [potência mundial] e isso implicava igualmente ir para África e procurar constituir um império colonial.

Procura-se igualmente compreender de que modo é que, dada a existência de um tempo trívio (Moreira, 2005) na realidade social (em que o Presente é fruto da conjuntura e consequência do Passado acontecido e uma “antevisão” do futuro cujo acontecer se aproxima), se podem identificar traços comuns entre a Geopolítica da Alemanha na Primeira Guerra Mundial e a Geopolítica da Alemanha na atualidade.

Baseando-se em fontes primárias (alemãs) e secundárias no concernente às abordagens de alguns autores (alemães, franceses, ingleses e portugueses) relativamente à Alemanha de 1890-1918, sua Política Externa no mundo e sobretudo em África, este artigo encontra-se dividido em três partes principais.

A primeira intitulada “Da unificação na *Mitteleuropa* a *ein Platz an der afrikanischen Sonne*”, começa por apresentar quais as motivações da colonização alemã em África, abordando-se seguidamente a perspetiva de Friedrich Ratzel e

a política de Otto Von Bismarck e de Wilhelm II no que respeita à construção de um império colonial alemão em África, e conclui com o projeto de *Mittelafrika*.

Relativamente à segunda parte, “Ainda antes da Primeira Guerra Mundial: O Interesse no Espaço Colonial Português em África”, esta decompõem-se numa abordagem à Conferência do Congo (1884/1885), continuando “até à Baía de Lourenço Marques: o Projeto de Transafricano Alemão” e terminando na pressão diplomática alemã (e inglesa) sobre o Espaço Colonial Português.

Por fim, a terceira parte intitulada “A Primeira Guerra Mundial: Da *Deutsch-Ostafrika* a Moçambique”, procura caracterizar o Espaço Geopolítico de Moçambique e averiguar até que ponto a Alemanha mantém relações económicas e culturais com os países da ex-*Ostafrika* e com Moçambique, terminando com uma análise aos aspetos essenciais da Batalha de Negomano enquanto acontecimento culminante da Geopolítica da Alemanha no Sudeste Africano.

2. Da unificação na *Mitteleuropa*¹ a *ein Platz an der afrikanischen Sonne*²:

a. Orientação Económica e Cultural na procura de mais

***Lebensraum*: As motivações da colonização alemã no espaço africano**

Em 1879 foi publicado o livro *Bedarf Deutschland der Kolonie?* [*Precisa a Alemanha de colónias?*] do Dr. Friedrich Fabri (1824-1891), conhecido como o “pai do movimento colonial alemão”. De acordo com o autor foram essencialmente razões económicas e sociais que motivaram o colonialismo alemão, sobretudo como resultado da depressão, do desemprego e do crescimento populacional do *II Reich*. Um dos seus argumentos assentava na questão da emigração alemã, que segundo Fabri não se deveria verificar em direção aos Estados Unidos da América, à América do Sul, ou às colónias britânicas, onde os alemães se perderiam da sua pátria (Alemanha); mas sim para as suas próprias colónias, onde o *II Reich* colocaria em prática a sua “missão civilizadora”, entendida como uma missão cultural destinada a espalhar a língua e cultura alemã no mundo. Esta seria, na sua visão, uma forma da Alemanha unificada fortalecer e preservar o seu poder.

Nesta linha, em 1882, verificou-se a criação da *Deutsche Kolonialverein* [Associação Colonial Alemã], que no final de 1884 tinha cerca de 9.000 membros e em 1886 já tinha cerca de 12.400 membros. Em 1884, fundou-se a *Gesellschaft*

¹ Tradução da autora: Europa do Meio

² Tradução da autora: Um lugar ao sol africano.

für Deutsche Kolonisation [Sociedade para a Colonização Alemã], graças a Carl Peters, Carl Jühlke e Joachim Graf von Pfeil; em 1887 esta sociedade contava com um total de 4.500 membros. Entre os objetivos desta sociedade encontravam-se a aquisição de capital para a colonização; a aquisição de colónias ultramarinas; e o encaminhamento da emigração alemã para estas regiões. Contrariamente à *Deutsche Koloniaverrein*, a *Gesellschaft für Deutsche Kolonisation* foi responsável pela preparação de projetos concretos de colonização. Todavia, em 1887, ambas se fundiram na *Deutsche Kolonialgesellschaft* [Sociedade Colonial Alemã], que até à I Guerra Mundial cresceu de 14.483 para cerca de 43.000 membros (Speitkamp 2008, p. 20).

Na verdade, e embora o movimento colonial alemão tenha crescido pequeno em número, era relativamente influente, sendo que entre os grupos de pressão e agentes de colonização mais influentes contavam-se: as sociedades de geografia; as redes transnacionais de mercadorias, com destaque para a Liga Hanseática; e os missionários (Conrad, 2012, pp.23-25). Desde meados do século XIX que as sociedades de geografia tinham contribuído para o conhecimento científico do continente africano (e dos territórios por explorar financeiramente) e para os projetos de emigração. Já relativamente às redes transnacionais de mercadorias, e a propósito da Liga Hanseática, Zimmermann (1918, p.1) considera que as origens da expansão colonial alemã estão indubitavelmente relacionadas com esta, pois foi esta Liga que estabeleceu extensas redes de comércio no mundo ainda antes da unificação alemã em 1871. Adepta do comércio livre e caracterizada como cosmopolita, a Liga Hanseática foi responsável pelo estabelecimento de redes comerciais e pela conquista de mercados através da disseminação de informação (imagens e ideias) junto dos alemães sobre terras estrangeiras.

Neste contexto, será de destacar os quatro argumentos apresentados por Conrad (2012, pp.27-29) para a colonização alemã. O *II Reich*, ainda que tenha chegado tarde ao grupo dos primeiros países industrializados, vivia uma crise de superprodução desde 1890, visível ao nível das indústrias metalúrgica, elétrica e química. Daí que o seu crescente desenvolvimento económico e industrial justificava a necessidade de encontrar mais recursos e novos mercados para a exportação de produtos que poderiam ser conseguidos através da posse de colónias. Este é o argumento dos interesses comerciais, de acordo com Conrad (2012, p.27).

Em virtude das dificuldades agrícolas, do crescimento populacional e do *boom* industrial já com Wilhelm II (1859-1914), a expansão comercial tornou-se essencial, sendo que, neste período, os produtos *Made in Germany* começaram

a inundar o mercado, oferecendo um equilíbrio qualidade-preço face aos produtos concorrentes. Comparativamente, aos ingleses, os alemães possuíam uma maior carga horária de trabalho, salários inferiores, menor número de greves e *lockouts*, protecionismo alfandegário, baixos custos de transporte, investimento na educação (técnica; trata-se de uma nação sistematizada, apoiada na ciência), iniciativa e adaptabilidade (presente no conhecimento de línguas estrangeiras). Ademais, buscavam (e buscam) o progresso e estudavam (e estudam) as modas e necessidades (Martelo, 2013, pp. 154-155).

Em paralelo com esta política comercial, verificou-se o crescimento da frota mercante alemã e o estabelecimento de filiais e sucursais das empresas alemãs por todo o mundo, como foi o caso da *Siemens-Halske*, da *A.E.G.*, da *OSRAM* e da *Bosch*, por exemplo. Esta expansão comercial acabou também por ser acompanhada de uma expansão financeira, o que resultou no estabelecimento de filiais de instituições financeiras alemãs por todo o mundo, sendo de destacar o caso do *Deutsche Bank*. Um exemplo deste acompanhamento foi o da *Siemens-Halske – Deutsche Bank*; a *Siemens-Halske* começou por ser uma empresa familiar, fundada por um antigo primeiro-tenente do corpo de sapadores-telegrafistas prussiano, sendo que graças a uma íntima aliança com o *Deutsche Bank* se tornou numa empresa multinacional (Stürmer, 2000, p.55).

Em parte como forma de regular o elevado crescimento populacional alemão, existia igualmente o argumento da mobilidade. Isto significava permitir a emigração de alemães para colónias alemãs, evitando que estes se misturassem com a população maioritária e perdessem as características nacionais alemãs. Este é um discurso de *Deutschtum* [Germanidade], orientado para uma política de germanização em locais de acordo alemão, conforme sublinhado por Conrad (2012, p. 27). As colónias seriam, por consequência, como uma “nova Alemanha” e uma forma de prevenir os alemães de emigrarem para os EUA, onde se “deteriorariam”.

Seguindo esta lógica, e tendo como principal objetivo espalhar a influência alemã por todo o mundo, fundou-se a *Alldeutscher Verband* [Liga Pangermanista] de Carl Peters em 1891³, que teve uma grande aceitação no meio militar e académico alemão; para além de contar entre os seus membros nomes como o do geógrafo político alemão Friedrich Ratzel (1844-1904), contava também com alguns extremistas como Otto Richard Tannenberg, autor da obra *Großdeutschland: die Arbeit des 20. Jahrhundert* [Grande Alemanha: um projeto do Século XX], publicada em 1911 (Bogdan, 2003, p. 331).

³ Só desde 1893, é que passou a ser chamada de *Alldeutscher Verband*. O seu nome anterior era *Allgemeinen Deutschen Verband*.

Para além disso, e associada a esta motivação, encontrava-se, de igual modo, a colonização em termos culturais, assente na ideia de que o *II Reich* estava na posse de uma missão civilizadora. Ainda que esta fosse uma característica comum, de um modo geral, ao colonialismo, uma vez que o colonialismo era visto como um sinónimo de superioridade cultural, principalmente dado o facto dos países europeus, colonizadores, terem experimentado uma revolução industrial e, conseqüentemente, uma melhoria da qualidade de vida. Por outro lado, o avanço tecnológico deu origem a um culto de progresso e a uma capacidade ilimitada para a melhoria, algo que era desconhecido para os colonizados (MacQueen, 2007, p. 38). No respeitante ao *II Reich*, essa missão civilizadora relacionava-se com a superioridade da língua alemã, como defendido por Johann Fichte (1762-1814), autor de *Reden an die deutsche Nation* [Discursos à Nação Alemã], um livro publicado em 1807/1808 e precursor do Pangermanismo⁴, e com a superioridade da raça ariana e do povo alemão (uma raça de elite, um povo superior que preservando a beleza, a força e a inteligência se deveria impor aos demais até pela superioridade da língua alemã), conforme defendido pelos germanófilos Joseph Arthur de Gobineau (1816-1882), autor de *Essai sur l'inégalité des races humaines* [Um Ensaio sobre a Desigualdade das Raças Humanas] (1865), e Houston Chamberlain (1885-1927), autor de *The Foundation of the 19th Century* (1899) [A Fundação do Século XIX].

Finalmente, uma outra motivação alemã para a colonização, e que acabou por não ser relevante neste período, foi o uso das colónias como um espaço para a libertação de conflitos e antagonismos, um meio de superação de tensões internas no *II Reich*, recorrendo à extradição de todos aqueles que estivessem envolvidos em diferendos, fossem preguiçosos ou vagabundos (Conrad, 2012, pp.28-29).

Com efeito, e como temos vindo a observar, na colonização alemã pesaram essencialmente motivações de ordem económica e cultural que, passado um século, são ainda características da Política Externa Alemã.

Assim, no primeiro caso, relativo às motivações de ordem económica, isso relacionou-se com a necessidade de encontrar novos mercados para os produtos alemães, sendo que os comerciantes e industriais alemães partiram para fora da Alemanha e fixaram-se em vários pontos do mundo, apoiados pelo

⁴ Expressão da determinação nacional, o Pangermanismo defende a preservação e o fortalecimento da vida alemã. É auto-preservação, na perspectiva de Usher (1913, p. 232). Com efeito, o Pangermanismo tratou-se de um movimento político que pretendia reunir todas as populações de língua alemã numa *Großdeutschland* [Grande Alemanha]; desde finais do século XIX muitos pangermanistas passaram a estar influenciados pelas teorias racistas que acabaram igualmente por influenciar o Colonialismo Alemão.

capital das instituições financeiras alemãs. Foi com este objetivo que o *Deutsche Bank* se fundou em 1870 e este continua a ser também um dos seus princípios, refletindo-se na sua presença global enquanto instituição financeira.

No que respeita ao segundo caso, o das motivações de ordem cultural, tal relacionou-se com a expansão da língua e cultura alemã pelo mundo, acompanhando a partida dos comerciantes e industriais alemães. Nesta linha, foi criado o *Goethe-Institut* em 1951, destinado à difusão da língua e cultura alemã pelo mundo, sendo que hoje em dia, existem cerca de 136 institutos do *Goethe-Institut* no mundo (Fernandes, 2013a).

De facto, a Alemanha e os outros Estados procuravam crescer espacialmente, disputando espaços que com frequência estavam na posse de outros Estados, fazendo-o através da força militar e podendo originar a guerra. Frequentemente, porém, essa procura por mais *Lebensraum* [espaço vital] começava com as missões científicas e com a fixação de comerciantes alemães e só depois, já na sequência da Conferência do Congo (1884-1885) e da *Weltpolitik* [política mundial] iniciada em 1890, é que se começou a verificar a presença de forças militares alemães nesses espaços.

Em 1884, quando a Alemanha chegou a África, a maior parte do espaço já se encontrava sob domínio de outras potências coloniais, nomeadamente a França e a Grã-Bretanha. Mesmo assim, o império colonial alemão constituiu-se de quatro colónias dispersas no espaço africano: a *Deutsch-Südwestafrika* [Sudoeste Africano Alemão], a *Deutsch-Ostafrika* [Sudeste Africano Alemão], o *Togoland* [Togo] e os *Kamerun* [Camarões].

Estando em causa, neste estudo, a “Geopolítica da Alemanha na Primeira Guerra Mundial: O Caso do Sudeste Africano” convém mencionar que foi, assim, que se verificou a ocupação da *Deutsch-Ostafrika* (actual Tanzânia, Burundi e Ruanda). Tendo sido a colónia alemã mais valiosa (e também a mais populosa), a ocupação da *Deutsch-Ostafrika* resultou de uma iniciativa de Carl Peters (1856-1918), que, nos finais de 1883, decidiu explorar a região enquanto cidadão privado e concluiu “contratos” com os locais. O governo alemão decidiu tratar estes documentos como contratos de proteção e garantiu poderes territoriais à sociedade de Peters. Contudo, alguns anos depois e mais concretamente em 1891, face aos conflitos e guerras constantes, o governo imperial alemão decidiu assumir a administração desta região (Conrad, 2012, pp. 50 e 51).

b. A ideia de um Império Colonial em África: A Perspetiva do geógrafo Friedrich Ratzel entre as Perspetivas do chanceler Otto Von Bismarck e do imperador Wilhelm II

Responsável pela unificação da Alemanha, na sequência da vitória prussiana nas guerras contra a Áustria-Hungria em 1866 e a França em 1870-1871, sob o triunfo da ideia de *Kleindeutschland* [Pequena Alemanha], Bismarck tinha como principal objetivo a estabilização do *II Reich* no espaço europeu, seu espaço geopolítico de atuação por excelência. Talvez, por isso, quando questionado acerca da possibilidade de construção de um império colonial alemão em África, o chanceler respondia que o seu mapa de África tinha a Oeste a França e a Leste a Rússia. Em alternativa, Bismarck preferia preocupar-se com a contenção das rivalidades europeias (alterando para isso a balança de poderes, através da construção de uma complexa política de alianças, na qual a Alemanha desempenhava o papel de árbitro diplomático⁵), o isolamento da França no espaço europeu e o incentivo desta à posse de um império colonial em África e na Ásia.

De igual modo, para o geógrafo político alemão, Ratzel, a Alemanha sentia-se ameaçada: situando-se na *Mitteleuropa* [Europa do Meio], não dispunha de fronteiras naturais (só a Norte é que tinha e tem fronteira com o mar – o Mar do Norte⁶ e o Mar Báltico⁷, ou seja, dois mares interiores –, não possuindo acesso direto ao oceano). A Alemanha estava, assim, pressionada de todos os lados e, principalmente, a Oeste pela França e a Leste pela Rússia, numa posição de enclave, dispondo de uma insuficiente dimensão (Fernandes, 2011, pp. 270-271).

Ratzel comparou igualmente a Alemanha com a China, o Império do Meio, na sequência da sua Tese de Doutoramento, intitulada *Die Chinesische Auswanderung* [A Emigração Chinesa], de 1876, e, por consequência, considerava que o *II Reich* se deveria capacitar de meios estratégicos mais sólidos passíveis de conter uma possível ameaça proveniente de duas frentes (Korinman, 1990, p. 57). Porém, e embora continuando a apoiar a ideia de *Kleindeutschland* de Bismarck, Ratzel defendia o estabelecimento de uma aliança com a Áustria-Hungria, a expansão para Leste em direção à Polónia, e a assimilação definitiva da Alsácia e da Lorena, o que se traduziria numa evolução da *Kleindeutschland*

⁵ O que se refletiu no estabelecimento da Tríplice Aliança em 1882 com a Itália, da Aliança Dual em 1887 com a Áustria-Hungria, do Tratado de Resseguro com a Rússia e dos Acordos do Mediterrâneo com a Grã-Bretanha.

⁶ O Mar do Norte estava sob controlo da Grã-Bretanha.

⁷ O Mar Báltico apenas permitia à Alemanha ter acesso à Península Escandinava e à Rússia.

para *Großdeutschland* [Grande Alemanha]. Essencialmente, a ideia de Ratzel consistia em encontrar uma forma de equilíbrio entre a ideia de Estado-continente e o controlo da totalidade do istmo ocidental da Eurásia, conforme sublinhado por Gallois (1990, p. 210).

Efetivamente, a ideia de Estado-continente resultava da experiência obtida com a viagem que tinha feito aos EUA em 1873. Para Ratzel, a dimensão e vastidão dos espaços possibilita um movimento constante de circulação das populações e conseqüente conquista de território, de Este para Oeste e, como conseqüência, os dirigentes políticos desses mesmos espaços são impelidos a desenvolver o seu território como um todo.

Neste sentido, o geógrafo político considera que é aos Estados-continente que o futuro pertence, pelo que o *II Reich* deverá elevar-se primeiramente a esta categoria para depois se assumir como uma *Weltmacht* [potência mundial] (Defarges, 2003, p.76; Korinman, 1990, pp.60-61; Lorot, 1995, p. 16). A concretização da Alemanha como *Weltmacht* implicava que o *II Reich* se tornasse também numa potência naval, através da criação de uma frota marítima alemã, capaz de estabelecer o equilíbrio com o poder marítimo inglês e fortalecer o poder alemão no mundo. Ratzel referiu-se a este mesmo aspecto na sua obra *Das Meer als Quelle der Völkergrösse* [O Mar como Fonte de Poder dos Povos] em 1900, um desenvolvimento do capítulo XXII da sua *Politische Geographie* [Geografia Política] publicada em 1897.

Comparativamente a Bismarck e a Wilhelm II (1859-1941), imperador do *II Reich* desde 1888, Ratzel pareceu aproximar-se mais da política de Wilhelm II do que da de Bismarck. Enquanto Bismarck queria para o *II Reich* a manutenção estável da sua unificação, Wilhelm II, por sua vez, queria para a Alemanha *ein Platz an der Sonne* [um lugar ao sol], o que implicava transformar o seu poder europeu em poder mundial.

No que concerne à colonização, Bismarck acabou por mudar de opinião, mas apenas em 1884 e o seu interesse era relativo, já que a colonização alemã deveria surgir através da iniciativa comercial e privada. O apoio do *II Reich* apenas surgiria através de estações carboníferas e de bases comerciais e só onde os interesses da Política Externa Alemã estivessem presentes, pelo que as colónias não eram chamadas de “colónias”, termo evitado, e sim de “protetorados”. Acima de tudo, esta foi uma forma de encontrar uma solução para a crise de superprodução vivida pela Alemanha neste período.

A viragem na Política Colonial Alemã verificou-se apenas com a adoção da *Weltpolitik*, uma nova Política Externa, por Wilhelm II (1859-1941) após a demissão apresentada por Bismarck em 1890. Entre os objetivos da *Weltpolitik*

encontrava-se a necessidade de exploração das possibilidades económicas existentes para além da Europa, identificando as regiões que poderiam responder às, igualmente, necessidades geopolíticas de uma expansão colonial e marítima do *II Reich*, algo que parecia ser corroborado por Ratzel com o seu conceito de *Lebensraum* [espaço vital]. De acordo com Ratzel, os diferentes Estados assumidos como organismos vivos encontram-se em permanente luta pela sobrevivência na busca de mais Espaço para a sua realização e desenvolvimento como seres políticos.

Foi nesta linha que o *II Reich* iniciou uma política naval, inspirada em Alfred Mahan (1840-1914) e na sua obra *The Influence of Sea Power Upon History 1660-1783* (1890), a partir de 1898 com o Almirante Alfred Tirpitz (1849-1930) como Secretário de Estado da Marinha do *II Reich*, mediante a construção de uma frota marítima de alto mar que se tornaria na segunda maior do mundo. Com Tirpitz fundou-se a *Deutscher Flottverein* [Liga Naval Alemã], um grupo de pressão que atuava diretamente sobre o Ministério da Marinha e apoiado financeiramente pela Krupp e pela Stumm, responsáveis pela propaganda que defendia a necessidade da Alemanha possuir uma poderosa Marinha para proteger o comércio marítimo e os interesses coloniais e apoiar o desejo de *Weltmacht*. Na visão de Wilhelm II, neto da Rainha Vitória (1819-1901) e um grande admirador do Poder Naval inglês, o futuro estava no mar: poder imperial significava poder marítimo e o poder marítimo e imperial dependiam um do outro de tal modo que também não podiam existir um sem o outro.

É igualmente no contexto da nova Política Externa Alemã, a *Weltpolitik*, que se encontram o programa de *Mitteleuropa*, envolvendo a criação de uma união aduaneira alemã na Europa Central, assim como a ideia de *Mittelafrika*, relacionada com o controlo alemão da África Central, ambas contribuindo para a conquista alemã de *ein Platz an der Sonne* [um lugar ao sol]⁸.

c. A ideia de *Mittelafrika*⁹

Resultante da procura pelo *II Reich* com Wilhelm II, de *ein Platz an der Afrikanischen Sonne* [um lugar ao sol africano], a *Mittelafrika* (figura 1) era uma ideia que consistia inicialmente num projecto para unificação de todas as colónias alemãs em África, desde o *Togoland* até à *Deutsch-Ostafrika*, o que envolveria a inclusão do Congo e das colónias portuguesas de Angola e Moçambique.

⁸ Expressão utilizada para a ambiciosa política externa e colonial alemã defendida por Wilhelm II.

⁹ Tradução da autora: África do Meio.

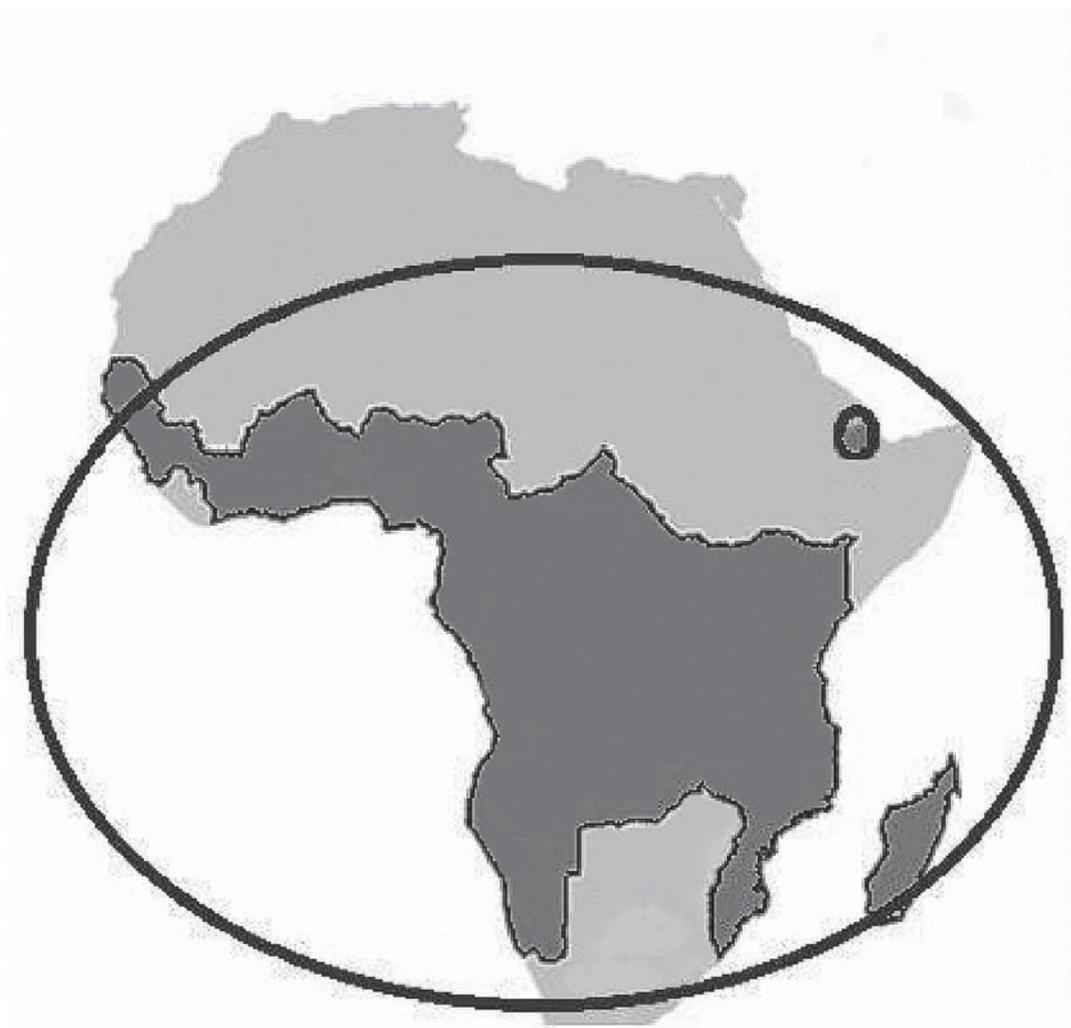


Figura 1 – A *Mittelfrika*

Fonte: elaborado pela autora.

Com efeito, a concretização da ideia de *Mittelfrika* corresponderia à região Central e Sudoeste africana, uma região que se destaca no espaço africano pela sua riqueza hidrográfica. É aí que se localiza o rio Congo, o rio da floresta tropical que constitui a maior bacia hidrográfica africana, sendo que grande parte dos seus afluentes são igualmente grandes rios e é igualmente a partir desta região que nascem e se localizam os cursos superiores dos grandes rios africanos (com exceção do rio Níger). Também aí se encontram os Grandes Lagos, na fratura do Grande Rift, que se prolonga até ao oriente africano (Correia, 2010, pp. 302 e 345).

Relativamente ao clima, esta é uma zona muito heterogénea, dispondo simultaneamente de climas secos, áridos e quentes característicos do Corno de África, e de climas quentes e húmidos com forte pluviosidade, característicos da

floresta tropical, sem olvidar o clima continental típico dos planaltos (Correia, 2010, p. 345).

Dada a sua riqueza em recursos hídricos, o que torna esta região favorável à prática da agricultura, existem aqui diversos recursos minerais: ouro, diamantes, cobre, níquel, cobalto e coltan (Correia, 2010, p. 353).

Neste sentido, Guevara (2006, p. 50) sublinha que o projeto de *Mittelfrika* teria como eixo principal os rios Congo e Zambeze e a ideia remontaria, pelo menos, aos anos oitenta do século XIX. Destaque-se ainda que, em abril de 1884, o conselheiro do Ministério dos Negócios Estrangeiros Alemão, Küsserow, teria proposto a Bismarck uma expansão colonial nesta linha.

Aquando da Conferência do Congo, organizada por Berlin, procurava-se transpor para África a ideia dos Estados-tampão, o que significava a criação na África Central de um Estado independente e neutral dirigido por um soberano de um pequeno país, a Bélgica, evitando colisões diretas dos interesses das potências maiores (França, Alemanha e Grã-Bretanha) (Guevara, 2006, p. 55).

Com Leo Von Caprivi (1831-1899), chanceler entre 1890 e 1894, a ideia voltou a surgir na sequência do Tratado anglo-alemão de Heligoland-Zanzibar. Friedrich von Lindequist (1862-1945), governador da *Deutsch-Südwestafrika* entre 1905 e 1907, defendia a necessidade de aquisição do Congo pertencente à Bélgica, e um império alemão no espaço africano desde *Kamerun* à *Deutsch-Ostafrika*, que proporcionaria uma importante fonte de matérias-primas para a indústria nacional, satisfazendo inclusive as preocupações agrícolas da *Alldeutscher Verband* [Liga Pangermanista]. Por si só, o Congo, funcionaria como o principal motor industrial do império ultramarino alemão, sendo que a *Deutsch-Südwestafrika* poderia ser transformada numa economia de plantação absorvendo a emigração de novos colonos.

Chanceler entre 1900 e 1909, Bernhard von Bülow (1849-1929), teria como objetivo de longo prazo ligar as colónias alemãs entre si, o que implicaria incluir a Baía dos Tigres na *Deutsch-Südwestafrika* e obter duas bases de apoio no Congo (Stoecker, 1991 cit. por Guevara, 2006, p. 263).

Wilhelm Solf (1862-1936), Secretário de Estado para as questões coloniais de 1911 a 1918, sublinhou num memorando redigido a Theobald von Bethmann-Hollweg (1856-1921), chanceler alemão entre 1909 e 1917, que Portugal deveria ceder Angola e o Norte de Moçambique para ligar as colónias da *Deutsch-Südwestafrika* e da *Deutsch-Ostafrika* (Ferro, 2008, p. 185). O *II Reich* deveria, de igual modo, incluir o Congo belga, a África Equatorial francesa até ao lago do Chade, o *Togoland* e Daomé (hoje Benin), o Norte do Senegal, e da Gâmbia

até Tombuctu (pertencente ao Mali). Arthur Zimmerman (1864-1940), Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros alemão em 1916 e 1917, imaginava um império alemão em África que englobava a África Central (entre o Sara e o Zambeze), incluindo igualmente Madagáscar, Açores, Madeira e Cabo Verde.

Em março de 1918, os alemães pretendiam também a totalidade de Moçambique, o Norte da Rodésia, o Uganda e o Quênia, a Gâmbia britânica (com Bathurst e Dacar), a Guiné portuguesa e um conjunto de bases navais (Ferro, 2008, p. 186).

A *Mittelafrika* deveria, no essencial, estender-se do Atlântico ao Índico (Gann, e tal., 1977, p. 230), garantindo a autossuficiência económica da Alemanha através da exploração de recursos naturais das terras aráveis e do controlo das rotas comerciais. Efetivamente, o poder político alemão foi constantemente pressionado pelas sociedades coloniais, pelos pangermanistas e por outros movimentos de Direita relativamente à expansão colonial alemã no espaço africano (Olusoga, e tal., 2010, p.267).

3. Ainda antes da Primeira Guerra Mundial: O Interesse no Espaço Colonial de Portugal em África

a. A Conferência do Congo (1884/1885)

Uma vez percecionada a importância da Bacia do Congo, perante a superprodução da indústria alemã e também sobretudo como resposta aos grupos de pressão e agentes de colonização alemã, realizou-se entre novembro de 1884 e fevereiro de 1885 a Conferência do Congo, igualmente conhecida como Conferência de Berlim, sob a direção do chanceler Bismarck. Entre os seus convidados encontravam-se Portugal, Bélgica, Espanha, França, Grã-Bretanha, Holanda e os EUA.

Os principais objetivos desta Conferência relacionavam-se com a discussão do livre comércio e da livre navegação nos rios Congo (também conhecido como rio Zaire, o segundo maior rio de África a seguir ao Nilo) e Níger (o terceiro maior rio africano), bem como os métodos de ocupação efetiva dos territórios colonizáveis existentes na costa africana. Na verdade, procurava evitar-se a repartição imediata e o encerramento de uma região rica do centro de África, com destaque para a Bacia do Congo, sobre a qual a Alemanha tinha interesse como já verificámos.

Embora tendo perdido o porto de Banana, Portugal conseguiu Cabinda, Molembo e uma parte da margem esquerda do rio Congo (Guevara, 2006, p. 71). Será de assinar que Adolf Woermann, armador e um forte influenciador da política colonial do *II Reich* sugeriu, num memorando em 1883, que o Ministério

dos Negócios Estrangeiros Alemão procurasse recorrendo à diplomacia impedir a concretização das pretensões portuguesas sobre a foz do rio Congo (Guevara, 2006, p. 51).

b. Até à Baía de Lourenço Marques: O Projecto Transafricano Alemão

A Baía de Lourenço Marques era considerada desde os anos oitenta do século XIX o ponto de chegada de um Transafricano que a Alemanha previa construir. Na verdade, este Transafricano partiria da Baía dos Tigres, a maior ilha de Angola, passaria pela *Deutsch-Südwestafrika*, prolongar-se-ia até ao Transvaal (dando, deste modo, apoio à República Sul-Africana ao proporcionar-lhe uma saída pelo Atlântico) e deste até Lourenço Marques (hoje Maputo) e ao Oceano Índico.

O Projeto Transafricano Alemão constituir-se-ia como uma via de comunicação férrea destinada ao comércio alemão do Atlântico ao Índico, onde uma vez chegando se teria acesso aos portos marítimos.

Na verdade, a Alemanha compreendeu desde cedo que para se tornar na “campeã mundial de exportações” (como se autointitula), teria necessidade de recorrer ao transporte marítimo, o que a tornaria economicamente competitiva, visto que os custos são comparativamente menores ao utilizar o mar como via de comunicação preferencial. Daí a importância que a Alemanha dedica à criação de condições para o transporte de mercadorias e matérias-primas, mediante o desenvolvimento da indústria marítima e portuária (em coordenação com a rede ferroviária) (Fernandes, 2013b, p.440).

Efetivamente, isto é corroborado por Guevara (2006, p. 49) ao afirmar que os relatórios navais alemães de 1882 já destacavam o interesse alemão nos portos e nas baías das colónias portuguesas em África.

c. A Pressão Diplomática da Alemanha (e Inglaterra) sobre o Espaço Colonial de Portugal

(1) Os Acordos Secretos Anglo-Alemães de 1898

Compostos por duas convenções, celebradas entre a Grã-Bretanha e a Alemanha, estabeleceram-se, em 1898, os primeiros acordos secretos¹⁰,

¹⁰ Nesta primeira convenção a ajuda financeira a Portugal seria resultado de um acordo comum entre a Grã-Bretanha e a Alemanha, tendo como garantia os territórios já mencionados. Já na segunda previa-se que, se Portugal não pagasse os encargos com a sua dívida, perderia Angola, Moçambique e Timor que, por conseguinte, passariam integrar o império colonial britânico e o império colonial alemão (Lara, 2000, p.50).

relacionados com o destino das colónias portuguesas (em particular Angola e Moçambique) e o problema da dívida externa portuguesa, sem tentar conhecer quais eram os interesses portugueses. Como objetivos, a Grã-Bretanha pretendia a garantia da neutralidade alemã, a retirada do apoio alemão à República dos Boers na África do Sul, e a redução do programa de rearmamento da Marinha alemã.

Portugal recusaria, porém, a ajuda financeira anglo-alemã e, conseqüentemente, estes acordos tornaram-se inaplicáveis. No que respeita à Grã-Bretanha, esta não estava interessada na implementação destes acordos porque favoreciam a Alemanha, que com estes teria mais territórios em África. Caso Portugal aceitasse a ajuda financeira alemã, a Alemanha receberia como garantia o produto das alfândegas do Norte de Moçambique para o Chire, e do Sul de Angola para Benguela, e Timor. Para a Alemanha, estes acordos deveriam permanecer secretos de forma a evitar uma contraproposta francesa a Portugal, que tornaria inviável a aplicação dos acordos anglo-alemães.

Ao mesmo tempo, a 14 de outubro de 1899, verificou-se a assinatura de uma declaração secreta entre a Grã-Bretanha e Portugal, reafirmando a validade dos tratados da aliança luso-britânica de 1642 e de 1661. A existir um conflito entre a Grã-Bretanha e a República dos Boers, Portugal não seria neutral e ajudaria a Grã-Bretanha que, por sua vez, também ajudaria Portugal. Nenhuma das partes poderia participar numa Guerra ou num tratado destinado a prejudicar a outra parte. Finalmente, a Grã-Bretanha teria a obrigação de defender e proteger todas as colónias portuguesas de conquistas presentes ou futuros inimigos, o que significava a anulação dos acordos anglo-alemães acerca do espaço colonial português (Magalhães 2000, p. 207).

(2) A tentativa de revisão dos Acordos Secretos em 1913

Após o 5 de outubro de 1910, que resultaria no estabelecimento da República Portuguesa, e na aprovação da Constituição de 1911, “começou” oficialmente a primeira República em Portugal. Portugal tornar-se-ia uma República quando a maioria dos países europeus eram ainda Monarquias¹¹, sendo que esta foi uma das razões porque Portugal começou a ficar crescentemente isolado da Europa. Outra razão para a desvalorização estratégica do papel português era a maior

¹¹ O evitar da aplicação dos acordos anglo-alemães para Portugal ficou a dever-se em boa medida à relação entre o rei D. Carlos I de Portugal e o seu primo (em segundo grau) Edward VII (tio de Wilhelm II). Deste modo, a declaração secreta de 1899 foi resultado de uma manifestação da lealdade e da solidariedade dinástica entre os dois reis (Santos, 2011, p. 73).

preponderância de Espanha no que respeitava ao contexto Ibérico, defendida por Churchill (Santos, 2011, pp. 65-66), o que acabou por ter consequências para a aliança luso-britânica.

Em 1911, começou uma segunda ronda de encontros entre a Grã-Bretanha e a Alemanha, relativamente às colónias portuguesas. A assinatura dos acordos anglo-alemães de 1898 demonstrou o potencial de aproximação entre os dois países, especialmente quando o assunto era a possibilidade de divisão das colónias portuguesas.

Em 1913, a Grã-Bretanha e a Alemanha deveriam rever os acordos de 1898 e, neste sentido, Moçambique seria para a Grã-Bretanha, com exceção do Niassa, e para a Alemanha seria Angola (com Cabinda), Niassa em Moçambique e São Tomé e Príncipe. Inicialmente, o que a Alemanha pretendia era obter o apoio inglês para a penetração económica¹² alemã, em especial em Angola, mas também em São Tomé e Príncipe e Moçambique. Contudo, a Grã-Bretanha pretendia informar a França acerca da inclusão de São Tomé no texto inglês, o que desagradou à Alemanha, que não queria publicar previamente estes acordos.

Na verdade, a França, interessada em Cabo Verde, Guiné-Bissau e Cabinda, apenas conheceu este acordo anglo-alemão depois da sua conclusão e, tentou, a 14 de fevereiro de 1914 oferecer a Portugal uma ajuda financeira alternativa para o desenvolvimento das colónias portuguesas: a França pediu 50% de todos os lucros com as colónias portuguesas.

Ao mesmo tempo, continuavam a ocorrer iniciativas privadas alemãs no interior do espaço colonial português, sempre apoiadas pelo governo imperial alemão. A 28 de maio de 1914 a maioria das ações da Companhia do Niassa foi adquirida por uma instituição financeira alemã. Dois meses depois, a Alemanha preparou uma ajuda financeira para propor a Portugal, pretendendo receber os rendimentos das alfândegas angolanas como garantia.

Só em julho de 1914 depois de sucessivas alterações ao texto e repetidos adiamentos da publicação (pela Alemanha), é que Wilhelm II deu permissão para assiná-los, mas era tarde: começara, entretanto, a 28 de julho a Primeira Guerra Mundial.

¹² Mediante a criação de uma companhia com diferentes interesses económicos entre si, na qual a maioria dos capitais eram alemães (Santos, 2011, p. 67).

4. A Primeira Guerra Mundial: Da *Deutsch-Ostafrika* a Moçambique



Figura 2 – Espaço geopolítico de Moçambique

Fonte: elaborado pela autora.

a. O Espaço Geopolítico de Moçambique

No que respeita ao Espaço Geopolítico de Moçambique (figura 2), a fronteira entre Moçambique e a *Deutsch-Ostafrika* é definida praticamente na sua totalidade pelo percurso do rio Rovuma, que desagua no oceano Índico. A *Deutsch-Ostafrika* corresponde hoje ao espaço ocupado pela Tanzânia, pelo Ruanda e pelo Burundi.

Relativamente aos recursos, Moçambique dispõe de enormes reservas de gás e ouro na baía do Rovuma, bem como de carvão¹³. Possui ainda outros

¹³ Deutsche Welle, 2015. *Riqueza gerada pelos recursos naturais em Moçambique não chega a todos*. [Em Linha] Lisboa: DD. <http://www.dw.com/pt/riqueza-gerada-pelos-recursos-naturais-em-mo%C3%A7ambique-n%C3%A3o-chega-a-todos/a-16568904> [Consult. 22 Jul. 2015].

minérios como titânio, grafite, tântalo, berílio e zinco. A sua considerável rede hidrográfica pode igualmente ser utilizada para a produção de energia.

Comparativamente a Moçambique, a *Deutsch-Ostafrika*, em particular a Tanzânia é rica em minerais¹⁴ como o ouro (é o terceiro maior produtor mundial), ferro, carvão, níquel, cobre, titânio, cobalto, caulim, platina, tanzanite, urânio, diamantes e pedras preciosas, assim como gás natural. O Ruanda possui estanho e tungsténio, sendo que o Burundi tem reservas de níquel, urânio e vanádio.

De uma maneira geral, o clima tropical, característica da *Deutsch-Ostafrika* e de Moçambique, é caracterizado por temperaturas elevadas, em média 20°C, e com uma amplitude que não ultrapassa os 10°C. Os verões são quentes e húmidos e os invernos costumam registar temperaturas menores e uma precipitação inferior à registada nos Verões.

Quanto ao relevo, Moçambique dispõe a norte do rio Zambeze de um grande planalto com uma pequena planície costeira, onde existem recifes de coral. No interior, existem maciços montanhosos pertencentes ao Grande Vale do Rift. Já a Sul existe uma larga planície costeira de aluvião, com savana e vales de vários rios.

Do ponto de vista hidrográfico, Moçambique dispõe de 14 rios diferentes: o rio Rovuma (que nasce perto do Lago Niassa, na atual Tanzânia, que integrava a *Deutsch-Ostafrika*); o rio Messalo, o rio Lúrio, o rio Zambeze (o maior de Moçambique e o quarto maior de África, sendo ainda o maior dos rios africanos a desaguar no Oceano Índico); o rio Pungoé; o rio Búzi; o rio Save; o rio Limpopo (o segundo maior rio africano que desagua no Oceano Índico); o rio Incomáti (cuja foz se encontra na Baía de Maputo, ex-Lourenço Marques); o rio Umbelúzi (que desagua na Baía de Maputo, em estuário comum com vários outros rios como o Matula, o Infulene e o Tembe); o rio Tembe; o rio Maputo; o rio Lugenda e o rio Chire. À exceção destes dois últimos rios, praticamente todos os rios principais de Moçambique seguem de Oeste para Este ou de Noroeste para Sudeste, desaguando no Canal de Moçambique.

Há também os lagos, vários, que Moçambique possui. O maior é o do Niassa, que o país partilha com a Tanzânia da ex-*Deutsch-Ostafrika* e o Malawi; situa-se no Noroeste, no extremo meridional do vale do Rift, onde existe um sistema de vários lagos declarado como Património Mundial pela UNESCO. Existem aqui três lagos interligados: o Bogoria, o Nakuru e o Elmenteita,

¹⁴ Lake Victoria Mining Company, 2015. *Tanzania resource wealth* [Em Linha] Vancouver: LVMC. Disponível: <http://www.lakevictoriaminingcompany.com/mining-operations/tanzania-resource-wealth/> [Consult. 22 Jul.2015].

uma das áreas com maior diversidade de aves no mundo. São de igual modo importantes os lagos de Chiuta e o de Chirua, situados no extremo meridional do vale do Rift; refira-se, contudo, que neste caso Moçambique apenas possui as margens orientais. No litoral Sul há diversas lagoas, paralelas à costa, como sejam: a de Dongane, a de Poelela, a de Maiene, a de Quissico, a de Marrângua, a Inhampavala e a de Bilene.

A *Deutsch-Ostafrika*, por sua vez, localiza-se na zona dos Grandes Lagos Africanos, sendo que só no território da Tanzânia (que faz fronteira com Moçambique) se encontram os três maiores lagos do continente: o Tanganica na fronteira ocidental, o Vitória no Noroeste e o Malawi no Sudoeste. A Tanzânia tem seis rios: o Kagera, o Mara, o Rufiji, o Rovuma, o Ruvubu e o Nilo (o maior do mundo). O Burundi tem três: o Kagera, o Ruzizi e o Ruvubu; e o Ruanda também tem três: o Kagera, o Nyabarongo e o Ruzizi.

Neste contexto, as características do espaço geopolítico de Moçambique, não totalmente diferentes da *Deutsch-Ostafrika*, levam-nos a compreender a razão pela qual a Alemanha desejava anexá-la a esta sua colónia, também necessária à concretização do seu projecto de *Mittelafrika*. Na verdade, a eventual posse alemã de Moçambique significava o controlo de mais recursos na África do Meio, um prolongamento da riqueza da *Deutsch-Ostafrika*, maior do que a existente na pobre (em recursos) *Deutsch-Südwestafrika* que, por isso mesmo, levava a Alemanha a desejar Angola e a disputar o seu Sul na Primeira Guerra Mundial.

Será igualmente interessante verificar até que ponto, ainda hoje, a Alemanha continua interessada no estabelecimento de relações económicas e culturais com os Estados que outrora constituíram a *Deutsch-Ostafrika*.

Com efeito, a Alemanha parece manter o seu interesse no estabelecimento de relações económicas e culturais com Moçambique, embora menos do que com Angola, por exemplo, o que poderá refletir uma certa preferência em relação a esta última. Angola (no Atlântico) parece assumir-se como a primeira prioridade e Moçambique (no Índico) a segunda prioridade.

Note-se que Moçambique é o quarto parceiro mais importante de relações da Alemanha em espaço africano, depois da África do Sul, de Angola e da Namíbia (*ex-Deutsch-Südwestafrika*). De acordo com o MNE alemão, o gás natural fez aumentar o interesse da Alemanha em Moçambique. Aliás, desde 2011, que as relações económicas bilaterais se estão a desenvolver com um novo dinamismo.

Em comparação com os Estados da *ex-Deutsch-Ostafrika*, a Tanzânia, o Burundi e o Ruanda¹⁵, verifica-se que em 2012 as exportações alemãs com destino a Moçambique (com 63,5 milhões de Euros¹⁶) tiveram um valor inferior às exportações alemãs com destino à Tanzânia em 2013, o maior dos três Estados da ex-colónia alemã, para onde se registaram 144 milhões de euros¹⁷. Já ao nível das importações alemãs, Moçambique apresentou um valor superior à Tanzânia: 188 milhões no caso de Moçambique¹⁸ e 111 milhões no caso da Tanzânia¹⁹.

Se tivermos ainda em atenção os valores para a Namíbia, Estado da *ex-Deutsch Südwestafrika*, e para Angola, verificamos que as exportações alemãs com destino a Angola lideram (391 milhões de Euros²⁰), seguindo-se a Tanzânia (144 milhões de Euros²¹), a Namíbia (133, 56 milhões de Euros²²) e, por fim,

¹⁵ O Burundi e o Ruanda serão deixados de lado nesta comparação, uma vez que correspondem a dois países em desenvolvimento com consideráveis problemas políticos, que, por isso mesmo, não têm uma relação económica e cultural com a Alemanha que seja comparável com os demais Estados em análise. Por isso mesmo, referir-nos-emos sempre à Tanzânia enquanto o principal e mais relevante Estado da *ex-Deutsch-Ostafrika*. Todavia, é de referir que no caso do Ruanda, a Alemanha mantém relações económicas desde 1962 e já deu mais de 700 milhões de euros para o desenvolvimento do país. Também em termos culturais, existe, desde 2009, um gabinete de ligação representando o Goethe-Institut em Kigali, no Ruanda.

Auswärtiges Amt, 2015. *Beziehung zu Deutschland: Ruanda* [Em Linha]Berlin: AA.Disponível: http://www.auswaertiges-amt.de/DE/Aussenpolitik/Laender/Laenderinfos/Ruanda/Bilateral_node.html [Consult. 22 Jul. 2015] e Auswärtiges Amt, 2015. *Beziehung zu Deutschland: Burundi* [Em Linha]Berlin: AA.Disponível: http://www.auswaertiges-amt.de/DE/Aussenpolitik/Laender/Laenderinfos/Burundi/Bilateral_node.html [Consult. 22 Jul.2015].

¹⁶ Auswärtiges Amt, 2015. *Beziehung zu Deutschland: Mosambik* [Em Linha] Berlin: AA.Disponível: http://www.auswaertiges-amt.de/DE/Aussenpolitik/Laender/Laenderinfos/Mosambik/Bilateral_node.html [Consult. 22 Jul. 2015].

¹⁷ Auswärtiges Amt, 2015. *Beziehung zu Deutschland: Tansania* [Em Linha]Berlin: AA.Disponível: http://www.auswaertiges-amt.de/DE/Aussenpolitik/Laender/Laenderinfos/Tansania/Bilateral_node.html [Consult. 22 Jul. 2015].

¹⁸ Auswärtiges Amt, 2015. *Beziehung zu Deutschland: Mosambik* [Em Linha] Berlin: AA.Disponível: http://www.auswaertiges-amt.de/DE/Aussenpolitik/Laender/Laenderinfos/Mosambik/Bilateral_node.html [Consult. 22 Jul. 2015].

¹⁹ Auswärtiges Amt, 2015. *Beziehung zu Deutschland: Tansania* [Em Linha]Berlin: AA.Disponível: http://www.auswaertiges-amt.de/DE/Aussenpolitik/Laender/Laenderinfos/Tansania/Bilateral_node.html [Consult. 22 Jul. 2015].

²⁰ Auswärtiges Amt, 2015. *Beziehung zu Deutschland: Angola* [Em Linha]Berlin: AA.Disponível: http://www.auswaertiges-amt.de/DE/Aussenpolitik/Laender/Laenderinfos/Angola/Bilateral_node.html [Consult. 22 Jul. 2015].

²¹ Auswärtiges Amt, 2015. *Beziehung zu Deutschland: Tansania* [Em Linha]Berlin: AA. Disponível: http://www.auswaertiges-amt.de/DE/Aussenpolitik/Laender/Laenderinfos/Tansania/Bilateral_node.html [Consult. 22 Jul. 2015].

²² Auswärtiges Amt, 2015. *Beziehung zu Deutschland: Namibia* [Em Linha]Berlin: AA. Disponível: http://www.auswaertiges-amt.de/DE/Aussenpolitik/Laender/Laenderinfos/Namibia/Bilateral_node.html [Consult. 22 Jul.2015].

Moçambique (63,5 milhões de Euros). Ao nível das importações alemãs, segundo também dados do MNE Alemão (2014) verificamos que Angola lidera (294 milhões de Euros²³), estando em segundo lugar Moçambique (188 milhões de Euros²⁴), em terceiro a Tanzânia (111 milhões de Euros²⁵) e, por fim, a Namíbia (102,13 milhões de Euros²⁶).

Angola poderá oferecer à Alemanha um mercado populoso (capaz de absorver os produtos e serviços alemães), riqueza em recursos naturais e a maior rede hidrográfica da região; em troca, a Alemanha poderá apoiar Angola com técnicas e tecnologia – em transportes e telecomunicações –, na saúde e na agricultura, e na energia, um sector vital (Fernandes, 2013a). Parecem tratar-se, portanto, de economias complementares.

Culturalmente, a Alemanha mantém relações mais próximas com a Tanzânia do que com Moçambique, já que existe um *Goethe-Institut* na cidade de Dar es Salaam desde 1962, sendo esta a maior e mais populosa cidade da Tanzânia, foi também a sua capital até 1973. No entanto, em Moçambique existe um instituto cultural Moçambique-Alemanha/Centro Goethe ICMA, fundado em 2003, e existem muitos moçambicanos que estudaram ou trabalharam na República Democrática Alemã, o que poderá justificar o maior interesse de Moçambique no estabelecimento de relações com a Alemanha.

b. A Batalha de Negomano: O Acontecimento Culminante da Geopolítica da Alemanha no Sudeste Africano

Ocorrida a 25 de novembro de 1917, a Batalha de Negomano (figura 3) afigura-se como o acontecimento culminante da Geopolítica alemã no Sudeste Africano, sobretudo porque se trata do momento chave da disputa alemã relativamente ao espaço geopolítico de Moçambique, como veremos.

²³ Auswärtiges Amt, 2015. *Beziehung zu Deutschland: Angola* [Em Linha]Berlin: AA. Disponível: http://www.auswaertiges-amt.de/DE/Aussenpolitik/Laender/Laenderinfos/Angola/Bilateral_node.html[Consult. 22 Jul.2015].

²⁴ Auswärtiges Amt, 2015. *Beziehung zu Deutschland: Mosambik* [Em Linha]Berlin: AA. Disponível: http://www.auswaertiges-amt.de/DE/Aussenpolitik/Laender/Laenderinfos/Mosambik/Bilateral_node.html [Consult. 22 Jul.2015].

²⁵ Auswärtiges Amt, 2015. *Beziehung zu Deutschland: Tansania* [Em Linha]Berlin: AA. Disponível: http://www.auswaertiges-amt.de/DE/Aussenpolitik/Laender/Laenderinfos/Tansania/Bilateral_node.html [Consult. 22 Jul. 2015].

²⁶ Auswärtiges Amt, 2015. *Beziehung zu Deutschland: Namibia* [Em Linha]Berlin: AA. Disponível: [Consult. 22 Jul. 2015].



Figura 3 – a Batalha de Negomano (1917)

Fonte: elaborado pela autora.

Logo em agosto de 1914, ainda antes da declaração de guerra da Alemanha a Portugal ocorrida a 9 de março de 1916, verificaram-se os primeiros incidentes a Norte de Moçambique, junto à fronteira com a *Deutsch-Ostafrika*, com o ataque a Maziúá. Importa sublinhar que este primeiro incidente em relação a Moçambique aconteceu antes do primeiro incidente no Sul de Angola, a 19 de outubro de 1914, em Naulila; de notar também é o facto dos incidentes terem começado com maior intensidade em Angola e terem sido “resolvidos” também mais cedo, graças ao apoio da União Sul-Africana²⁷, o que se refletiu na retirada das tropas alemãs do espaço geopolítico de Angola.

Já em Moçambique a situação foi distinta, sendo que a partir de janeiro de 1917 cessou o avanço dos portugueses em território alemão, tendo chegado estes a Norte do rio Rovuma. É, porém, com Negomano, em novembro desse mesmo ano, que as tropas portuguesas ficam quase destruídas pelos alemães, com um total de 50 mortos e 99 prisioneiros²⁸ e, por isso mesmo, esta Batalha simboliza a superioridade alemã relativamente a Portugal, durante a disputa pelo espaço geopolítico de Moçambique. Ainda que as tropas alemãs que aí chegaram estivessem longe daquilo que haviam sido há dois anos atrás, acozadas com a falta de mantimentos e munições, que, aliás, conseguem recuperar com a derrota portuguesa. Negomano fica no cruzamento do rio

²⁷ Assinale-se que mais do que uma disputa entre a Alemanha e Portugal, esta foi uma disputa muito concentrada entre a Alemanha e Inglaterra. Aqui também se verificou o envolvimento da União Sul Africana e do Congo Belga, apenas para referir as partes mais relevantes.

²⁸ Graça, P., 2011. Moçambique e os territórios vizinhos. Ensaio de geo-história da I República. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Série 129, 1-12, p. 111.

Rovuma com o rio Lugenda, numa faixa relativamente rica entre o oceano e o lago Niassa. Convém, de igual modo, destacar dois aspetos da ofensiva alemã no espaço geopolítico de Moçambique: a utilização de *askaris*, isto é, indígenas provenientes da *Deutsch-Ostafrika* que se comportavam como mercenários, sendo duramente treinados e muito bem pagos. A sua utilização foi extremamente eficaz, mesmo quando utilizados contra tropas numericamente superiores; o recurso à guerra de guerrilha pelo general Paul Emil von Lettow-Vorbeck (1870-1964), caracterizada pela extrema mobilidade dos combatentes, isto é, “a superioridade do movimento cujo inimigo não tem condições de correr atrás” (Leal, 2012). A ideia é manter sempre o inimigo ocupado, desgastando-o material e moralmente.

Efetivamente, em Moçambique, a Alemanha não se retira por estar a perder a disputa com Portugal, porque, como vimos, não estava, mas sim porque há conhecimento da assinatura do armistício, o que apenas se verifica a 12 de novembro de 1918.

5. Conclusão

A Geopolítica da Alemanha na Primeira Guerra Mundial surge como uma consequência da viragem da Política Externa Alemã com a *Weltpolitik* desde 1890, o que se refletiu na posse da segunda maior Marinha do mundo e na procura de um império colonial em África (embora não apenas). De facto, a sua posição de enclave, de *Mittelage* [posição central], no espaço europeu, a Alemanha unificada necessitava de mais *Lebensraum* e essa procura teve uma orientação marcadamente económica (para exportar os seus produtos e procurar matérias-primas) e cultural (para espalhar a língua e cultura alemãs no mundo) que, se mantém característica da Geopolítica Alemã ainda hoje, cerca de cem anos depois. Atualmente, a geopolítica da Alemanha não envolve mais a expansão territorial e a guerra como outrora, dispondo ao invés de uma marcada orientação económica e cultural, que se reflete na atuação do *Deutsche Bank* enquanto instituição financeira com posição global, e no papel que tem vindo a ser desempenhado a partir dos anos cinquenta do século XX pelo *Goethe-Institut* no ensino da língua e cultura alemã a estrangeiros, por exemplo. Com efeito, a ida para África resultou na ideia de construir a *Mittelafrika*, um projeto que colocaria sob domínio alemão a rica Bacia do Congo e do Zambeze, unindo todas as colónias alemãs do Atlântico ao Índico, o que implicaria, de igual modo, a inclusão de Angola e Moçambique. Moçambique parece surgir aqui como um prolongamento do espaço dos Grandes Lagos. Também a crise de superprodução da Alemanha no século XIX e a necessidade de exportar os

seus produtos, levou a tomar “*Die See als Straße des Welthandels*” [O Mar como Estrada do Comércio Mundial] praticamente desde a sua existência como Estado unificado e a procurar, neste período, obter o controlo de importantes portos (e rotas comerciais) como aqueles a que Angola e Moçambique tinham acesso. No caso de Moçambique, havia interesse, por exemplo, na Baía de Porto Amélia (sob a administração da Companhia do Niassa) a Norte de Moçambique e na Baía de Lourenço Marques a Sul. A Primeira Guerra Mundial em Moçambique manifestou-se especialmente a Norte, junto à fronteira com a colónia alemã e os incidentes começaram logo em 1914, praticamente um mês depois do início da Guerra, com o ataque a Maziú. Ao contrário do que sucedeu em Angola, em Moçambique a Alemanha apenas se retira não por estar a perder a guerra localmente, mas sim após a Grande Guerra ter terminado em 1918. A Batalha de Negomano (1917) parece ser o episódio chave desta superioridade alemã em relação aos portugueses em Moçambique, aquele episódio “maldito” que importa recordar para retirar daí os ensinamentos possíveis, ao mesmo tempo que se deseja esquecer-lo: as tropas portuguesas ficaram quase destruídas pelos alemães e não mais recuperaram até ao fim da Guerra, sendo que a sua rendição permitiu aos alemães o seu abastecimento com provisões para a continuação da contenda.

Na verdade, porém, e apesar da Geopolítica Alemã nesta época ter uma orientação essencialmente económica e cultural (que hoje mantém), tal não a impedia de utilizar as suas forças militares aquando da sua tentativa de penetrar primeiro no espaço geopolítico de Angola e, depois, por arrasto no espaço geopolítico de Moçambique. Isso verificou-se, sobretudo, pelo facto da Alemanha desta época ser um país militarista, em que os militares se encontravam presentes na esfera dos negócios, desempenhando cargos como diretores de empresas ou bancos.

Bibliografia

- Arrifes, M., 2004. *A Primeira Grande Guerra na África Portuguesa. Angola e Moçambique (1914-1918)*. Lisboa: Edições Cosmos/Instituto da Defesa Nacional.
- Auswärtiges Amt, 2015. *Beziehung zu Deutschland: Angola* [Em Linha]Berlin: AA. Disponível: http://www.auswaertiges-amt.de/DE/Aussenpolitik/Laender/Laenderinfos/Angola/Bilateral_node.html [Consult. 22 Jul.2015].
- Auswärtiges Amt, 2015. *Beziehung zu Deutschland: Burundi* [Em Linha]Berlin: AA. Disponível: http://www.auswaertiges-amt.de/DE/Aussenpolitik/Laender/Laenderinfos/Burundi/Bilateral_node.html [Consult. 22 Jul.2015].

- Auswärtiges Amt, 2015. *Beziehung zu Deutschland: Mosambik* [Em Linha]Berlin: AA. Disponível: http://www.auswaertiges-amt.de/DE/Aussenpolitik/Laender/Laenderinfos/Mosambik/Bilateral_node.html [Consult. 22 Jul.2015].
- Auswärtiges Amt, 2015. *Beziehung zu Deutschland: Namibia* [Em Linha]Berlin: AA. Disponível: http://www.auswaertiges-amt.de/DE/Aussenpolitik/Laender/Laenderinfos/Namibia/Bilateral_node.html [Consult. 22 Jul.2015].
- Auswärtiges Amt, 2015. *Beziehung zu Deutschland: Ruanda* [Em Linha] Berlin: A.A. Disponível: http://www.auswaertiges-amt.de/DE/Aussenpolitik/Laender/Laenderinfos/Ruanda/Bilateral_node.html [Consult. 22 Jul. 2015].
- Auswärtiges Amt, 2015. *Beziehung zu Deutschland: Tansania* [Em Linha]Berlin: AA. Disponível: http://www.auswaertiges-amt.de/DE/Aussenpolitik/Laender/Laenderinfos/Tansania/Bilateral_node.html [Consult. 22 Jul. 2015].
- Carvalho, M., 2015. *Tudo se desmoronou em Negomano*. [Em Linha] Lisboa: Público. Disponível: <http://www.publico.pt/culturaipsilon/noticia/tudo-se-desmoronou-em-negomano-1665340> [Consult. 27 Jul.2015].
- Deutsche Welle, 2015. *Riqueza gerada pelos recursos naturais em Moçambique não chega a todos*. [Em Linha] Lisboa: DD. Disponível: <http://www.dw.com/pt/riqueza-gerada-pelos-recursos-naturais-em-mo%C3%A7ambique-n%C3%A3o-chega-a-todos/a-16568904> [Consult. 22 Jul. 2015].
- Bundeszentrale für politische Bildung, 2005. *Chronologie zur deutschen Kolonialgeschichte*. [Em Linha]. Bonn: BB. Disponível: <http://www.bpb.de/internationales/afrika/afrika/58869/chronologie-deutscher-kolonien?p=all> [Consult. 5Fev.2014].
- Bogdan, H., 2003. *Histoire de l'Allemagne. De la Germanie à nos jours*. Paris: Editions Perrin.
- Blondel, G., 1915. *La Doctrine Pangermaniste*. Paris: Libraire Chapelot.
- Conrad, S., 2012. *German Colonialism. A Short History*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Correia, P., 2004. *Manual de Geopolítica e Geoestratégia – Volume I. Conceitos, Teorias e Doutrinas*. Coimbra: Almedina.
- Correia, P., 2010. *Manual de Geopolítica e Geoestratégia – Volume II. Análise Geoestratégica do Mundo em Conflito*. Coimbra: Almedina.
- Defarges, P., 2003. *Introdução à Geopolítica*. Lisboa: Gradiva.
- Deutsches Historisches Institut, 2014. *Friedrich Fabri, Bedarf Deutschland der Kolonien? (1879)*. [Em Linha]. Washigton DC: Deutsches Historisches Institut Disponível: http://germanhistorydocs.ghi-dc.org/sub_document.cfm?document_id=1867&language=german [Consult. 27 Jul. 2013].

- Fernandes, M., 2011. O papel da Geopolítica na posição da Alemanha na I e nas II Guerras Mundiais. *Nação e Defesa*, 129, 263-287.
- Fernandes, M., 2013a. Germany's Foreign Policy to the South Atlantic in the Current International Situation. In: 5th European Conference of African Studies, 2013. *African dynamics in a multipolar world*. ISCTE, 27, 28 e 29 de Junho de 2013. Lisboa: 5ECAS.
- Fernandes, M., 2013b. Mahan, Corbett e o Poder Naval Alemão nos Desafios do Mar no Século XXI. *O Reencontro com o Mar no Século XXI*. Almada: Escola Naval, 436-443.
- Fernandes, M., 2014. Geopolítica da Alemanha na Primeira Guerra Mundial: O Caso do Sudoeste Africano. *Revista de Ciências Militares*, Vol.II, 1, 65-86.
- Ferro, M., 2008. *A Grande Guerra 1914-1918*. Lisboa: Edições 70.
- Gallois, P., 1990. *Géopolitique. Les Voies de la Puissance*. Paris: Plon.
- Gann, L. & Duignan, P., 1977. *The Rulers of German Africa 1884-1914*. California: Stanford University Press.
- Graça, P., 2011. Moçambique e os territórios vizinhos. Ensaio de geo-história da I República. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Série 129, 1-12, 107-115.
- Guevara, G., 2006. *As Relações entre Portugal e a Alemanha em torno da África. Finais do século XIX e Inícios do Século XX*. Lisboa: Instituto Diplomático/Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- Korinman, M., 1990. *Quand l'Allemagne pensait le Monde*. Paris: Fayard.
- Lake Victoria Mining Company, 2015. *Tanzania resource wealth* [Em Linha] Vancouver: LVMC. Disponível: <http://www.lakevictoriaminingcompany.com/mining-operations/tanzania-resource-wealth/> [Consult. 22 Jul.2015]
- Lara, A., 2000. *Colonização Moderna e Descolonização*. Lisboa: ISCSP.
- Leal, F., 2012. *A Guerra Irregular – A conspiração do silêncio no século XXI? (I)* [Em Linha]. Lisboa: Revista Militar. Disponível: http://www.revistamilitar.pt/artigo.php?art_id=671 [Consult. 27 Jul. 2015].
- Lopes, M., 2005. *Atlas Universal: África*. Barcelona: Editorial Sol 90.
- Lorot, P., 1995. *Histoire de la Géopolitique*. Paris: Economica.
- MacQueen, N., 2007. *Colonialism*. Harlow: Pearson.
- Magalhães, J., 2000. *Breve História Diplomática de Portugal*. Lisboa: Publicações Europa-América.
- Martelo, D., 2013. *Origens da Grande Guerra*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Milza, P., 1999. *As Relações Internacionais de 1871 a 1919*. Lisboa: Edições 70.
- Moreira, A., 2005. *Teoria das Relações Internacionais*. Coimbra: Almedina.
- Poidevin, R., 1983. *L'Allemagne et le monde au XXe Siècle*. Paris: Masson.
- O Portal da História, 2015. *Cronologia da participação portuguesa na Primeira Guerra Mundial*. [Em Linha] Lisboa: O Portal da História. Disponível:

Portugal e as campanhas de África: da imposição de soberania à Grande Guerra

<http://www.arqnet.pt/portal/portugal/grandeguerra/pgmafrica.html>
[Consult. 27 Jul. 2015].

O Portal da História, 2015. *A Guerra em Moçambique*. [Em Linha] Lisboa: O Portal da História.

Disponível:http://www.arqnet.pt/portal/portugal/grandeguerra/pgm_mocambique.html [Consult. 27 Jul.2015]

Olugosa, D. & Erichsen, C., 2010.*The Kaiser's Holocaust*.Germany's forgotten genocide and the colonial roots of Nazism.London: Faber and Faber.

Santos, V., 2011. As Negociações Anglo-Alemãs sobre a Partilha das Colónias Portuguesas. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 1-12, 58-75.

Speitkamp, W., 2008. *Deutsche Kolonialgeschichte*. Stuttgart: Reclam.

Smith, W., 1989. *The Ideological Origins of Nazi Imperialism*. Oxford: Oxford University Press.

Strachan, H., 2004. *The First World War in Africa*. Oxford: Oxford University Press.

Stürmer, M., 2000.*O Império Alemão. História Breve*. Lisboa: Círculo de Leitores.

Veríssimo, G., 2013. *Elementos de Geopolítica e Geoestratégia*. Lisboa: Ler Devagar.

Usher, R., 1913. *Pan-Germanism*. Boston and New York: Houghton Mufflin Company.

Zimmermann, E., 1918. *The German Empire of Central Africa*. New York: George H. Doran Company.

Estratégia Geopolítica do Império Alemão para debilitar a presença de Portugal em África antes da Primeira Guerra Mundial

Gisela Guevara

Universidad Externado de Colombia
Bogotá, Colômbia
gisela.silvaguevara@gmail.com

Introdução

Quando, em 1890, o chanceler Bismarck se demitiu, abriu-se a possibilidade que o Império Alemão seguisse a política do “novo curso”. Isto implicava que daí para diante o Reich deixaria de ter tanto cuidado com eventuais fricções com a Grã-Bretanha, então o maior poder naval, e buscasse obter colónias, “custasse o que custasse”, ampliando o seu poder marítimo. Em Abril do mesmo ano era criado um novo departamento de assuntos coloniais (a *Kolonialabteilung*), que mesmo dependia do Ministério Alemão dos Negócios Estrangeiros, em assuntos de relações com outros Estados e nas restantes temáticas tinha grande autonomia, passando a estar em contacto direto com o chanceler. Em Berlim, o Ministério de Negócios Estrangeiros (*Auswärtiges Amt*) era reestruturado, sendo colocadas novas figuras políticas em cargos-chave. Poucos anos passariam para que o imperador germânico, Guilherme II anunciasse: “O futuro da Alemanha está nos mares”¹.

A nova política externa germânica baseava-se na crença de que qualquer nação com ambições a vir a ser uma potência no sistema internacional teria, necessariamente, que tornar-se potência naval. Num contexto histórico no qual a aviação não era ainda um fator decisivo, para controlar e dominar grandes espaços coloniais era necessário contar com bases estratégicas navais. No entanto, a Alemanha, que tinha chegado tarde à corrida para África (*scramble*

¹ Discurso de Guilherme II proferido no ano de 1896.

for Africa) não as detinha. A possibilidade que então foi considerada em Berlim foi a de obtê-las de nações que se consideravam “moribundas”. Este seria o caso de Portugal e Espanha. No século XIX e inícios do século XX, o social-darwinismo teve grande acolhimento em países como a Alemanha e o Reino Unido. Considerava-se, segundo esta corrente ideológica, que a evolução social determinaria uma luta entre nações, pela qual as “mais aptas” acabariam por vencer as mais débeis, também chamadas de “nações moribundas”.

As ideias social-darwinistas não só tiveram um bom acolhimento por parte de movimentos mais radicais como a Liga Pangermânica, como também eram vistas com bons olhos pelas elites políticas na Alemanha e Reino Unido. Nomeadamente Lord Roberts, Comandante-em-Chefe durante a segunda Guerra Anglo-Boer (1899-1902), justificou este conflito como uma necessidade biológica que levaria a um revigorar do impulso da Grã-Bretanha para ser potência mundial. Por sua vez, o chanceler germânico Bernhard von Bülow anunciaria, num discurso, que a Alemanha tinha direito a um “lugar ao sol” (*Platz an der Sonne*), pelo qual se deduzia que a expansão do Império Germânico poderia, de forma legítima, fazer-se à custa das colónias das chamadas “nações moribundas”. Tanto no Reino Unido como na Alemanha construía-se um discurso legitimador, que justificava a expansão colonial à custa de outros países.

Nas últimas décadas do século XX, Portugal tinha-se debatido com uma séria crise económica e política. Em Janeiro de 1891, uma revolta republicana no Porto tinha tentado derrubar a monarquia. Em Lisboa faziam sentir-se, de igual forma, distúrbios, pelos quais se acusava a família real de não defender os interesses do país. Os estratos sociais populares viam-se muito afetados pela crise económica e financeira, enquanto se criticava o rei e os seus familiares de viver no luxo.

A posição da monarquia portuguesa tinha-se debilitado desde que, em inícios de 1890, o representante diplomático do Governo britânico em Lisboa tinha entregado um ultimato pelo qual Londres exigia a retirada imediata dos soldados portugueses estacionados nos territórios da África central ambicionados pelos britânicos, isto é, os espaços que atualmente se situam, grosso modo, na Zâmbia e Zambézia.

O projeto colonial português do “Mapa-Cor-de-Rosa”², que tinha como objetivo unir uma franja territorial da África meridional entre Moçambique e Angola, chocava brutalmente com o projeto britânico do “Cabo ao Cairo”. Por outro lado afetava também os interesses de uma *Mittelafrika*, que estava em

² Publicado oficialmente em 1886 pelos portugueses.

construção. Por esse motivo, os alemães dariam instruções ao seu embaixador em Londres para avisar os britânicos que a querela luso-britânica punha em causa também interesses germânicos.

Finalmente, em finais de 1894, o imperador alemão daria instruções oficiais ao seu chanceler para que se desse início às negociações com o Reino Unido para dividir Moçambique.

A Alemanha e o Reino Unido aproveitavam a situação do pequeno país que se deteriorava, para começar a negociar a divisão das suas colónias africanas. Com efeito, os gastos do Estado português eram sistematicamente financiados pelos empréstimos pedidos junto do Banco de Portugal à custa da desvalorização da moeda nacional. A desvalorização levava, por sua vez, a uma especulação e à compra de grandes quantidades de divisas estrangeiras. Como os únicos ingressos seguros do Estado já estavam hipotecados junto dos credores estrangeiros, os sucessivos governos iam recorrendo a empréstimos de curto prazo (com juros altos) lançados nos principais mercados financeiros europeus, a fim de poder fazer frente ao gasto público.³ Assim, nascia a ideia do primeiro acordo secreto anglo-alemão sobre as colónias portuguesas. Tratava-se de pressionar Portugal a aceitar um empréstimo conjunto entre Berlim e Londres, tendo como garantia as possessões coloniais lusas, ou melhor, as suas alfândegas.

A nível sistémico é relevante mencionar que a Europa se situava numa “*unbalanced multipolarity*”, como salienta Mearsheimer. Isto é, até 1902, o Império Germânico tinha sido um *hegemon* potencial. Ou seja, o grau da sua riqueza, a sua população, o seu poder militar e a sua tecnologia ameaçavam, mas ainda não tinha destronado, a Grã-Bretanha como potência mundial. A partir de 1903-1905, o velho continente já entraria num “*balanced multipolarity*”. A Alemanha lograva, finalmente, deter 36,5% da riqueza europeia, teria a capacidade para mobilizar 1,5 milhões de soldados. O seu exército era o mais poderoso da Europa. Por seu lado, a Grã-Bretanha já só detinha 34,5% da riqueza europeia, em comparação com os 50% que tinha alcançado em 1890⁴. Neste contexto, a problemática da divisão das colónias lusas passava a ser fundamental, pois se a Alemanha passasse a ter acesso aos excelentes portos e baías de Angola e Moçambique, passaria a deter bases estratégicas para a sua marinha, que estava em crescimento, o que lhe permitiria rivalizar com a marinha britânica no Atlântico e no Índico. Esta será então a temática que desenvolveremos no nosso texto.

³ Schaeffer, Munster, 1995, p. 92 e ss.

⁴ Mearsheimer; N. York, 2001.

1. Os problemas financeiros de Portugal e o seu perigo para as colónias

Em meados de 1892, o Governo português decretou, sem avisar previamente os comités de credores estrangeiros, que reduziria a 2/3 os interesses da dívida externa. A França, a Alemanha e a Grã-Bretanha protestaram energicamente contra essa medida. O motivo era simples. Eram sobretudo os grupos financeiros desses países que detinham as mais importantes “fatias” da dívida externa lusa. Os franceses detinham 57% desta, os britânicos 16% e os alemães 15%. Num menor montante seguiam-se os holandeses e os belgas.⁵ Seria justamente nestes anos que alemães e britânicos começariam a debater o futuro das colónias portuguesas e a possibilidade de exigir de Lisboa os seus territórios coloniais como garantia de um novo empréstimo de grande dimensão.

Em 1895, os britânicos, que tinham grande interesse em apropriar-se do sul de Moçambique, consideram as várias possibilidades de cenários hipotéticos de divisão das colónias portuguesas. Os alemães, por sua vez, apoiavam os boers, numa tentativa de proteger interesses germano-boers na África do Sul. Com efeito, na sequência do “*Jameson raid*”, um grupo armado da *chartered*, guiado por Leander Jameson, invadia o Transvaal.

O ataque, que teria sido decidido pelo magnata Cecil Rhodes, foi veementemente repudiado pela Alemanha, que solicitou a Portugal a autorização para deixar passar por Lourenço Marques (hoje Maputo) um destacamento da Marinha para defender os interesses dos súbditos alemães no Transvaal. Lisboa recusou o pedido. No entanto, o incidente tinha deixado claro que eram grandes as fricções germano-britânicas na África meridional. É neste contexto que se deve compreender que Londres e Berlim começaram a considerar a solução, para apaziguar esta rivalidade, de dividir as colónias africanas de Portugal.

A oportunidade de considerar umas negociações que desembocassem num acordo colonial anglo-alemão surgiu quando, em 1897, Lisboa solicitou um empréstimo a Londres para pagar os cupões da dívida externa. Ante este pedido, os britânicos colocaram como condição do empréstimo que Portugal aceitasse formar uma companhia luso-inglesa que tivesse a seu cargo a gerência e a administração do porto e do caminho-de-ferro de Lourenço Marques. Tendo a proposta sido rejeitada por Lisboa, as conversações com o Governo britânico fracassaram. De igual forma fracassariam as tentativas de negociar a conversão da dívida externa com alemães e franceses, o que fazia com que Lisboa se encontrasse numa difícil situação financeira. Isso

⁵ Sobre este assunto veja-se de forma mais profunda Guevara, 2006, p. 133 e ss.

permitia consolidar o projeto, em Berlim, de dividir Angola e Moçambique com Londres, para ter acesso aos portos portugueses em África.

É relevante mencionar que, entre 1815 e 1914, o sistema de forças e alianças no continente europeu logrou evitar guerras de grande alcance. No entanto, a partir de finais do século XIX, este sistema começou a revelar grande debilidade, sucedendo-se várias crises que começaram a aumentar de intensidade. Para Paul MacDonald, o concerto europeu que tinha surgido no Congresso de Viena, em 1815, apresentava a novidade de compelir as grandes potências a estar numa estreita dependência entre elas. O que dava uma garantia de que a paz e a segurança se poderiam manter no continente.⁶ No entanto, quando em 1871 o Império Alemão apareceu desafiando o concerto europeu, derrotando a França na Guerra Franco-Prussiana, o próximo passo parecia ser que também acabaria por destronar a supremacia do Reino Unido nos mares. Por este motivo, bases estratégicas germânicas no Atlântico⁷ e no Índico representavam um perigo para Londres.

2. O Império Alemão e as nações ibéricas

O surgimento da Alemanha como fator determinante no sistema internacional tinha despertado grande interesse tanto da parte de Portugal como da Espanha. As nações ibéricas tinham manifestado em várias ocasiões estarem insatisfeitas com as exigências da França ou do Reino Unido. Sobretudo no caso de Portugal, havia a perceção nos dirigentes monárquicos que o aliado britânico só utilizava o pequeno país quando as circunstâncias assim o exigiam. Quando a política bismarckiana em África adquiriu tons antibritânicos, os portugueses julgaram ver chegar a ambicionada oportunidade para conter as ambições de Londres. Não podemos esquecer que durante as invasões napoleónicas o preço que o pequeno país pagara pela proteção britânica tinha sido uma ocupação informal do seu território.

Bismarck, que tinha consolidado a posição da Alemanha como árbitro da Europa, estendia as suas pretensões de grande mediador ao continente africano. Isso acontecera com a Conferência de Berlim (1884-1885), quando a diplomacia portuguesa tinha tentado uma aproximação à Alemanha e França, pois Lisboa considerava que a maior ameaça às suas colónias vinha do Reino Unido. Portugal tinha então negociado com alemães e franceses para garantir as pretensões do “Mapa-Cor-de-Rosa”⁸.

⁶ Macdonald, 2002, Universidade da Columbia.

⁷ Sobre a rivalidade anglo-alemã em torno da Madeira veja-se Guevara, 1997.

⁸ Para o estudo do Mapa Cor-de-Rosa veja-se Nowell, Lisboa, 1982.

A estratégia de Lisboa era aproximar-se de Berlim e de Paris e do poder local, o Transvaal, para conseguir consolidar a sua soberania na África meridional. Nos anos noventa do século XIX a aproximação luso-alemã tinha sido celebrada com a concessão de Catembe, nas proximidades de Lourenço Marques, ao comerciante germânico Eiffel. A concessão tinha sido adjudicada em Agosto de 1894 e renegociada em 1897. No entanto, na África ocidental, quando Lisboa tinha tentado regular a fronteira meridional de Angola com a África do Sudoeste Germânica, sobretudo no sentido de manter na sua posse a ambicionada Baía dos Tigres, Berlim tinha reagido negativamente⁹. Já em 1895, o visconde de Pindela tinha feito grandes esforços para que Portugal chegasse com Berlim a um acordo definitivo da fronteira a sul de Angola. No entanto, tinha obtido como resposta ameaças veladas de que, se a Baía dos Tigres não ficasse na parte germânica, os credores alemães não facilitariam as negociações da dívida com Portugal¹⁰. Os alemães alimentavam as ambições do seu próprio projeto da *Mittelafrika*, na qual o sul de Angola ficaria incluído.

É necessário recordar que, embora Portugal tivesse tentado construir um “novo Brasil” em África, na realidade, em Moçambique e em Angola, os territórios mais significativos com soberania portuguesa continuavam a ser uma pequena franja marítima. No interior destes, a ocupação colonial era quase inexistente. O pequeno país tinha tentado desde a década de 1880 do século XIX ocupar militar e administrativamente esses territórios, no entanto a tarefa era difícil, pois a rivalidade das outras nações europeias era feroz. Temia-se que a Alemanha, que tinha chegado tarde ao *scramble for Africa*, tentasse anexar parte das colónias lusas, ignorando os “direitos históricos de Portugal”.

Da década de 1880-1890 para 1889-1890, os gastos com as colónias tinham-se elevado de 574 contos a 3800 contos de réis, o que correspondia a um aumento de 7,2% dos gastos públicos¹¹. Apesar das dificuldades internas, Portugal insistia em manter as colónias africanas na sua posse, frente ao império Alemão que ambicionava “um lugar ao sol” (*platz an der Sonne*), com os importantes portos de Angola, e face aos anseios britânicos em Moçambique, sobretudo em torno do sul. Portugal tentava negociar com alemães e britânicos e, paralelamente, acelerar uma ocupação efetiva dos seus territórios, segundo os princípios que tinham sido definidos na Conferência de Berlim.

Embora os capitalistas alemães e britânicos fossem mais poderosos que os portugueses, os primeiros preferiam fazer investimentos em grandes obras

⁹ Guevara, 2006, p. 167.

¹⁰ Memorando de Bertie, 1.05.1898, BD, vol. 1, no. 65.

¹¹ Pedreira, 2000, p. 275.

de infraestruturas nos Estados Unidos do que arriscar o seu capital em África, considerado um palco de alto risco. A grande questão não era tanto, como tem sido afirmado por alguns autores, que o governo português não conseguia atrair capitalistas para África e as outras nações europeias o podiam fazer, mas sim que, de todas as nações europeias, Portugal tinha problemas financeiros de dimensões catastróficas, além de que a situação da monarquia que era muito instável vinha agravar a posição do país na Europa.

Tal como a Alemanha, Portugal identificava a África com uma missão imperial. No entanto, no caso português, tratava-se de conferir a um pequeno país uma vocação que permitiria projetar a sua grandeza. No caso da Alemanha, a África permitiria consolidar a sua *Weltpolitik* frente ao Reino Unido, demonstrando a pretensa “superioridade” dos alemães. A componente geopolítica era também vital para as suas nações. No caso de Lisboa, Angola e Moçambique seriam “moedas de troca” geoestratégicas. Não se tratava tanto de vendê-las ou hipotecá-las, mas sim de utilizar o seu valor estratégico com a Alemanha ou a Grã-Bretanha, a fim de obter vantagens e lograr a reconversão da dívida com o auxílio de Berlim ou Londres. No caso de Berlim, o acesso aos portos de Angola ou Moçambique significaria ampliar o seu poder marítimo.

A Alemanha tinha utilizado as preocupações anexionistas da Espanha em relação a Portugal para obter compensações de Lisboa. Depois da catastrófica derrota da Espanha em 1898 frente aos Estados Unidos, temia-se em Lisboa que Madrid visasse compensações em Portugal para equilibrar as suas perdas. A Alemanha tinha-se aproximado da Espanha para obter benefícios no sentido de utilizar bases navais como Fernando Pó, na costa ocidental africana, a fim de que a Marinha alemã pudesse usufruir destas¹². Não era de excluir que, de aí para diante, Berlim tentasse aplicar a mesma estratégia aos portos lusos de Angola ou Moçambique.

3. O primeiro Acordo secreto Anglo-alemão é assinado

Em agosto de 1898 o Acordo secreto Anglo-Alemão sobre as colónias portuguesas era assinado. O seu conteúdo tinha que ver, sobretudo, com uma eventual divisão das possessões coloniais lusas entre alemães e britânicos, caso Portugal chegasse a pedir um empréstimo conjunto anglo-alemão com base nas garantias das alfândegas coloniais, como se pode ver na figura 1:

¹² Havemann, Berlim, 1997.

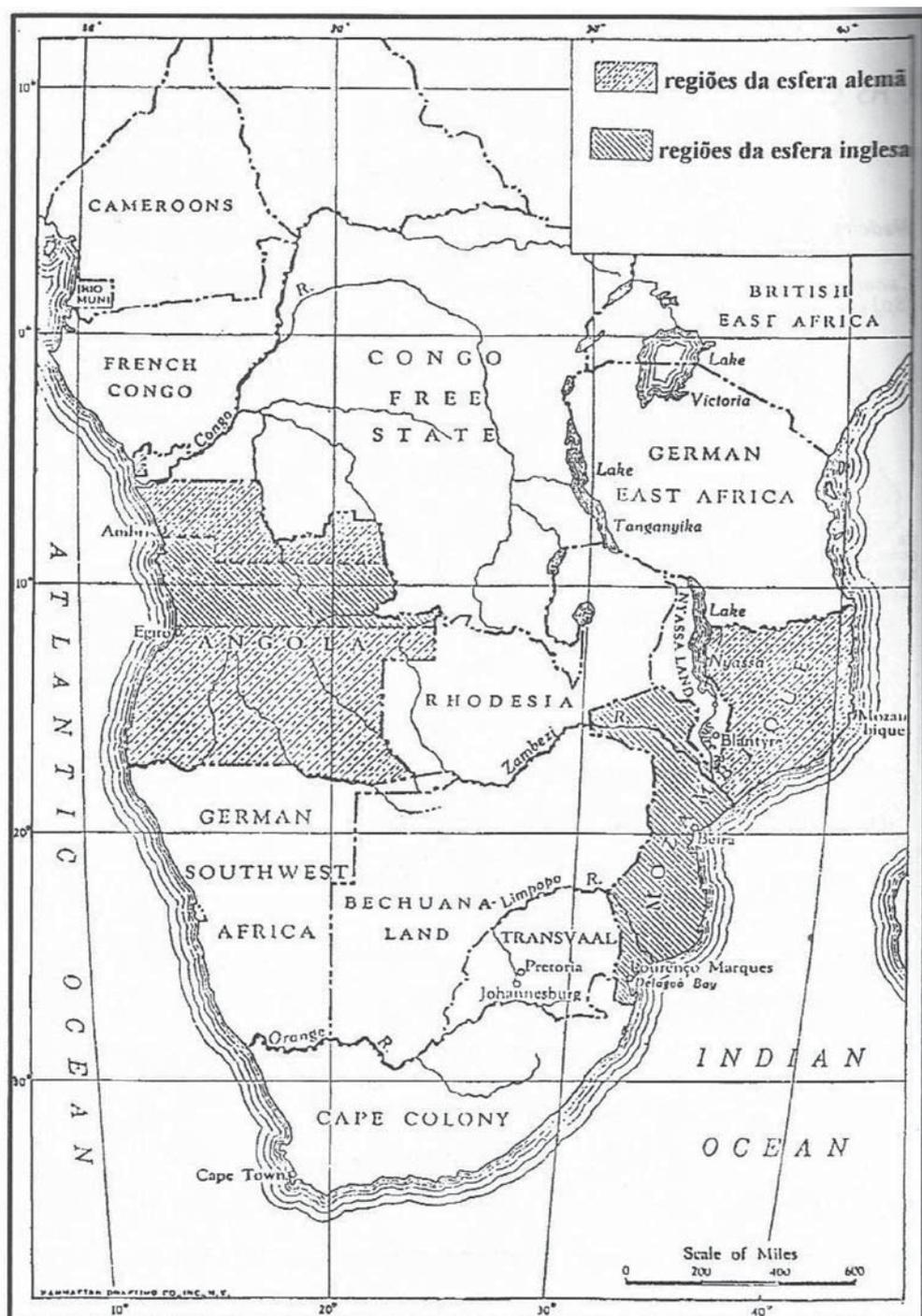


Figura 1 – Acordo secreto Anglo-Alemão de 1898 sobre as colónias africanas portuguesas

Fonte: W. Langer, *The Diplomacy of Imperialism*, N. York, 1951.

A ideia que estava subjacente a este pacto secreto era que, se Portugal não chegasse a pagar o empréstimo dado em conjunto pelos dois países, as colónias lusas seriam entregues a título de “património hipotecado” às potências mencionadas.

Um dos aspetos problemáticos deste pacto era que se tratava de um acordo secreto do qual Portugal não tinha sido informado oficialmente. Na realidade, Soveral, o ministro de Portugal em Londres, tinha recebido informações sobre o assunto por meio de círculos britânicos. No entanto, oficialmente, Portugal poderia sempre argumentar que nada sabia sobre o acordo. O outro aspeto era que, apesar da sua debilidade, Lisboa recusava, de forma vigorosa, a possibilidade de aceitar o empréstimo conjunto oferecido pelas duas potências, insistindo que o seu objetivo principal era a reconversão da dívida¹³.

A ideia errónea, que foi defendida, de forma geral, com poucas exceções, durante o século XX por autores portugueses e estrangeiros, foi que a monarquia portuguesa não tinha defendido as colónias, ideia que já foi rebatida por nós noutro lugar, pelo que não aprofundaremos mais o assunto¹⁴. Recordemos que em finais dos anos sessenta Charles Nowell, uma das poucas exceções, tinha afirmado:

“A suposição que habitualmente se faz de que o pequeno reino permaneceu inativo sob os logros dos seus antigos descobrimentos, enquanto outros atuavam, é injusta e errónea.”¹⁵

O acordo secreto foi ratificado no dia 26 de Setembro de 1898. Implicava, entre outros, que se dividia o Império colonial luso em África em esferas de influência entre Londres e Berlim, a fim daquelas, posteriormente, entrarem na posse dos dois Estados. A previsão era que, com grande probabilidade, Portugal perderia as suas colónias, pois a situação financeira do país era considerada desesperada. O preâmbulo do acordo conferia legitimidade ao pacto, explicando que se pretendia proteger o pequeno país de “complicações internacionais”¹⁶.

O acordo tinha uma convenção que estipulava que o empréstimo devia ser garantido pelas alfândegas de Moçambique, Angola e Timor. Numa convenção secreta, a concessão de Catembe seria salvaguardada, pois havia, teoricamente, a garantia que seriam respeitados direitos privados adquiridos quer por súbditos britânicos, quer por alemães. O sul de Moçambique, com a ambicionada Baía de Lourenço Marques, ficaria na posse de Londres, e, por sua vez, o sul de Angola, na posse da Alemanha, caso Portugal chegasse a aceitar um empréstimo conjunto e não pudesse pagá-lo. Isso nunca chegaria

¹³ Guevara, 2006.

¹⁴ Guevara, 2006.

¹⁵ Nowell, 1969, p. 71.

¹⁶ GP, vol. 14, no. 3872.

a acontecer, pois nem Portugal aceitaria o empréstimo, nem Londres e Berlim atuariam de forma solidária, boicotando, posteriormente, a aplicação do pacto. Devido a interesses da sua política externa, a Alemanha não tinha a intenção de ceder a Baía de Lourenço a Londres e, por sua vez, o Reino Unido não tinha nos seus planos o objetivo de ceder à Alemanha bases marítimas em Angola. Veremos mais adiante estes aspetos.

4. Angola e as ambições alemãs

As ambições germânicas relativamente a Angola eram conhecidas por Lisboa desde a década de 1880. Em meados dessa década, enquanto se aproximava a Conferência de Berlim (1884-1885), o major do exército germânico Hermann von Wissmann realizava uma expedição científico-militar ao Império Lunda, no norte de Angola, a qual, segundo os portugueses, escondia a verdadeira intenção de ocupar esse território. Com o intuito de contrabalançar os avanços alemães, Lisboa enviava quase simultaneamente uma expedição conduzida pelo major Henrique de Carvalho para assinar um tratado de paz com o imperador do Lunda e estabelecer “bases civilizatórias” que acolhessem, no futuro, colonos portugueses. Também se averiguava a possibilidade de estabelecer uma missão religiosa¹⁷.

No sul de Angola, a atenção de Berlim dirigiu-se, desde muito cedo, para a excelente Baía dos Tigres, visto que o protetorado germânico, estabelecido em 1884 com o nome de Sudoeste Africano Germânico (hoje Namíbia), não tinha um bom porto. Também, neste caso, Lisboa reagiu de forma célere, enviando varias expedições científico-militares que tinham como objetivo conter a “ameaça alemã”. Lisboa procurava garantir a lealdade dos chefes locais à Coroa portuguesa, o que nem sempre foi possível.

Nos anos noventa do século XIX, a colonização de Angola tornou-se mais agressiva. Os territórios nos quais os chefes locais não aceitavam a autoridade portuguesa eram sujeitos às chamadas “ações de pacificação”, as quais correspondiam, na realidade, a ações militares de subjugação da Coroa portuguesa. A política colonial portuguesa tornara-se mais dura, pois intensificavam-se os temores de que as potências estrangeiras, entre elas a Alemanha, acabassem por ocupar Angola. Em primeiro lugar, havia pretensões externas basadas no princípio da ocupação efetiva da Conferência de Berlim. Em segundo, era bem sabido que a Alemanha alimentava um projeto de *Mittelafrika*, que tinha alguma semelhança com o Mapa Cor-de-rosa e que incluía partes de Angola. Finalmente, com o Acordo secreto Anglo-Alemão, a

¹⁷ Carvalho, Lisboa, 1895.

Baía dos Tigres tinha sido incluída na esfera de influência alemã, o que fazia com que o sul da colónia fosse ainda mais ambicionado por Berlim.

Apesar das dificuldades financeiras que o país atravessava e os seus poucos recursos, a partir de meados do século XX, Lisboa tinha utilizado todos os meios para controlar os territórios africanos. O exército passou a integrar, para além de oficiais e soldados da metrópole, cidadãos que viviam em território angolano entre 20 e 30 anos. Adicionalmente utilizou-se contingentes boers (geralmente de origem neerlandesa) que abasteciam os militares portugueses com os seus bois, armas e alimentos. Depois das campanhas recebiam compensações com o gado roubado às populações locais¹⁸.

Depois da assinatura do Acordo Anglo-Alemão em 1898, se bem que secreto, este rapidamente chegou ao conhecimento de Lisboa, como já se mencionou, que começou a fazer diligências ativas nas principais capitais europeias para lograr um acordo geral de Portugal com os seus principais credores. Tratava-se de realizar uma reconversão da dívida externa lusa a taxas mais baixas. A ideia fundamental era não só pagar a dívida, mas também restabelecer o crédito do país nos principais mercados financeiros.

Lisboa recusou aceitar propostas que vinham, sobretudo, de financeiros germânicos relativamente a um empréstimo de grande montante, tendo como garantia as colónias lusas. O grande problema era que, para demonstrar a sua ocupação efetiva em Angola, Lisboa tinha de atrair capital estrangeiro que não lograva no país, para construir a infraestrutura tão necessária para a ocupação de extensos territórios.

No norte de Angola, a estratégica concessão que o governo português tinha outorgado à Companhia de Ambaca destinava-se a unir um caminho-de-ferro do excelente porto de Luanda a Ambaca. Este visava consolidar o domínio do interior e impedir que o comércio do caucho se desviasse para o Estado Livre do Congo. Várias potências tinham ambições em torno do caminho-de-ferro de Ambaca. A Alemanha buscava incluir o norte de Angola para permitir a sua absorção pela *Mittelafrika* e obter bases navais. Os britânicos, por seu lado, viam com interesse esse território pelas suas riquezas e bases marítimas. Como esse território estava incluído na esfera britânica, a estratégia portuguesa foi optar pelo “menor dos males”, isto é, deixar entrar capital belga, a fim de contrapor-se a ambições britânicas e germânicas.

No sul de Angola, a Companhia de Moçâmedes era disputada por britânicos, alemães e franceses. O território desta companhia tinha adquirido

¹⁸ Freudenthal, 2001, p. 268 e ss.

um valor excepcional quando, em 1899, tinha eclodido a Guerra Anglo-Boer. Esta tinha fomentado um objectivo alemão de formar um cinturão boer-germânico que permitiria quebrar o cerco aos boers realizado por parte dos britânicos. Com um projeto de um caminho-de-ferro que partiria do Atlântico, na Baía dos Tigres, na esfera portuguesa, Berlim visava adquirir, por meio de financeiros germânicos, uma concessão para construir um caminho-de-ferro que uniria os boers do Sudoeste Africano (que não tinha um bom porto) à Baía dos Tigres¹⁹. Através desta via, os boers poderiam obter um acesso ao mar que não passaria por território britânico.

O mencionado megaprojeto estava pensado no sentido de ligar o ocidente angolano com a Baía de Lourenço Marques na seguinte rota: Baía dos Tigres (esfera portuguesa) – Sudoeste Africano Alemão (esfera germânica) – Buluwaio (no controlo de Rhodes) – Transvaal (Boer) – e finalmente, a Baía de Lourenço Marques (esfera portuguesa em Moçambique).

Como Portugal queria contrapor-se aos planos germânicos, jogou com as rivalidades entre potências, terminando por recusar dar a concessão à Companhia de Moçâmedes. Evitava assim integrar o sul angolano, quer na esfera alemã, quer na britânica de Rhodes.

5. Moçambique, as ambições das potências e o “factor alemão”

Enquanto que Angola estava sujeita, sobretudo, às ambições dos alemães, – mesmo se tivermos em conta que a zona de Ambaca não estava incluída na esfera germânica do Acordo secreto de 1898 –, por sua vez, em Moçambique o maior risco vinha dos britânicos.

Desde os anos oitenta do século XIX que os britânicos tinham ambicionado Moçambique. Nesse território, os portugueses tinham seguido o modelo britânico dos charters, dando extensos direitos à Companhia de Moçambique. Esta tinha assumido poderes de polícia e administração que geralmente só o Estado detinha²⁰. Os extensos poderes atribuídos à companhia de Moçambique rapidamente atraíram capital estrangeiro, sobretudo britânico e francês. Sob um sistema de subconcessões, muitas destas empresas estavam diretamente ligadas ao magnata Rhodes. Justamente uma delas construiria o caminho-de-ferro da Beira (Moçambique) até Machonalandia (hoje Zimbabué), na esfera de administração da British South Africa Company.

No sul de Moçambique, as ambições dos britânicos foram contrapostas por parte de Lisboa com o chamado “fator alemão”. Isto significava que como Lisboa

¹⁹ Guevara, 2006.

²⁰ A este respeito veja-se, por exemplo, Newitt, 1997, p. 347 e ss.

sabia que a Alemanha apoiava os boers contra Londres – embora a posição de Berlim fosse oficialmente de neutralidade – os portugueses tentavam suavizar as exigências germânicas no sentido de não concretizar a divisão das colónias portuguesas. Recordemos que o caminho-de-ferro de Lourenço Marques tinha adquirido uma importância excepcional durante a Guerra Anglo-Boer, pois permitia a chegada rápida de alimentos e armas aos soldados.

Se os britânicos ganhassem a guerra na África austral, isso poderia significar a perda das colónias lusas, pois a região passaria a estar controlada pela “pérfida Albion”. Assim, uma integração colonial luso-germânica-boer poderia ser um contrapeso ao poderoso bloco de colónias britânicas. A diplomacia portuguesa atuava assim como mediadora entre alemães e britânicos, pois, por outro lado, um poderio alemão demasiado forte na região também poderia colocar em jogo as colónias portuguesas.

Outra estratégia utilizada por Portugal, para manter a salvo Moçambique, foi utilizar as exigências alemãs na África austral para suavizar as ambições dos britânicos nessa colónia. Lisboa tinha dado sinais que poderia ceder a exigências de Berlim, caso Londres não respeitasse a soberania de Moçambique. O caso mais significativo foi o da concessão Eiffel, um comerciante alemão apoiado por Berlim que pretendia construir um caminho-de-ferro de Catembe que passasse a estar ao serviço dos boers. A documentação consultada em arquivos de Bona, Berlim e Friburgo mostra que, se por um lado Portugal temia as ambições do Império Alemão, este também era essencial para conter Londres em Moçambique²¹. Em muitos aspetos os interesses da Alemanha e Portugal eram semelhantes em Moçambique, pois a expansão britânica representava um perigo para as duas nações. Em Londres temia-se a consolidação de um cinturão boer-alemão, apesar do Acordo de 1898. Recordemos que no início da Guerra Anglo-Boer, os britânicos sofreram reveses. Finalmente, o temor que Portugal chegasse a um entendimento com Berlim, seria um fator importante para que Londres assinasse a igualmente secreta Declaração luso-britânica de 15 de Outubro de 1899. Por fim, Lisboa conseguiria em 1902 chegar a um acordo geral com os seus credores externos. Nesse mesmo ano terminaria também a guerra Anglo-Boer.

Conclusões

A Alemanha tinha aproveitado as debilidades estruturais de Portugal para assinar com Londres um acordo secreto que previa uma divisão das colónias do pequeno país. Apesar do pacto, não tinha deixado de apoiar os boers na sua guerra

²¹ Guevara, 2006.

contra Londres, o que de certa forma contrariava o espírito com que se tinha chegado ao acordo de 1898. Os bons portos tinham sido ambicionados por Berlim para a sua Marinha, que não deixava de fortalecer-se. Em 1902, quando a Guerra Anglo-Boer terminava, a Europa entrava numa “multipolaridade equilibrada”, segundo Mearsheimer, que faria com que a Alemanha ameaçasse destronar o poder do Reino Unido. O Acordo secreto sobre as colónias portuguesas só tinha estimulado as rivalidades entre Londres e Berlim, sem realmente contribuir para a paz da Europa. Portugal, por sua vez, conseguiria manter, mesmo que a um preço elevado, as suas colónias e os seus portos de alto valor geoestratégico. A ação de Lisboa para defender as colónias africanas e forçar a reconversão da dívida externa mostrara que, afinal, não se tratava de uma “nação moribunda”. Por fim, em 1902, o pequeno país assinaria um acordo geral com os seus credores.

Bibliografia

- BD, *British Documents on the Origins of the War, 1898-1914*, ed. G. Gooch e Temperley, 1927-1936, 11 volumes.
- Guevara, G., *As Relações entre Portugal e a Alemanha em torno da África*, Lisboa: Instituto Diplomático, 2006.
- Guevara, G., *As Relações Luso-Alemãs antes da Primeira Guerra Mundial*, Lisboa: Colibri, 1997.
- GP, *Die Grosse Politik der europäischen Kabinette 1871-1914*, ed. por J. Lepsius, A. Mendelsohn-Bartholdy e F. Thimme, Berlim: 1922-1927, 40 tomos.
- Havemann, N., *Spanien in Kalkül der deutschen politik*, Berlim: Duncker e Humblot, 1997.
- Macdonald, P., “*The strength of weak norms. The concert of Europe and International Relations theory*”, conferência dada na Universidade de Columbia, 7.03-2002.
- Mearsheimer, J., *The Tragedy of Great Power Politics*, New York: Norton, 2001.
- Newitt, M., *História de Moçambique*, Mem Martins: Publicações Europa-América, 1997.
- Nowell, C., *The Rose-Colored Map*, Lisboa: Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1982.
- Nowell, C., “Portugal and the Partition of Africa”, en Abshire/Samuels, *Portuguese Africa*, Londres: 1969.
- Pedreira, J., “Imperialismo e Economia”, in *História da Expansão Portuguesa*, 2000.
- Schaefer, K., *Deutsche Portfolioinvestitionen im Ausland 1870-1914*, Munster: 1995, p. 92.

Pembe

O Império empalideceu de medo, fúria e vergonha

Marco Fortunato Arrifes
Ministério da Defesa Nacional
Lisboa, Portugal
marrifes@gmail.com

1. Introdução

Em 25 de setembro de 1904, uma coluna militar que visava a ocupação da região dos Cuanhamas, no sul de Angola, foi atacada pelos Cuamatos e severamente derrotada. Nesse confronto terão morrido mais de duzentos militares portugueses, dos quais 109 europeus e 145 africanos.

A coluna partira do Lubango, no dia 22 de agosto, tendo chegado ao Humbe, então o ponto mais extremo da influência portuguesa na região, no dia 11 de setembro. A marcha, apesar de penosa pela falta de água e demorada pelo acidentado do terreno e lentidão dos carros Boers, decorreu de forma organizada e sem acidentes de maior.

No dia 19 de Setembro, a coluna entretanto reforçada com companhias e auxiliares indígenas, colocou-se em movimento, para 2 Kms depois iniciar a travessia do rio Cunene. A passagem do rio prolongou-se por um dia e meio e é já feita sob fogo Cuamata. A batalha do Vau de Pembe começara¹.

Atingida a margem esquerda do rio, as forças comandadas pelo Capitão João Maria Aguiar, Governador do distrito da Huíla, estabelecem-se em bivaque e em formação de quadrado. O grosso das tropas ali irá permanecer sem qualquer movimentação durante seis dias, tempo durante o qual serão fustigados com ataques constantes, embora pouco intensos.

¹ Para uma análise detalhada do desenvolvimento deste confronto ver Borja (1904), Almeida (1904), Moraes, (2007), Salgado (2011).

No dia 23, um reconhecimento ofensivo, comandado pelo então Capitão Gomes da Costa, entrou em confronto direto com os cuamatos que pouca resistência ofereceram. Aproveitou-se então para incendiar algumas libatas e proceder a um reconhecimento mais apurado do território circundante.

Dois dias depois, um novo destacamento, agora comandado pelo Capitão Pinto de Almeida, penetra na mata e a cerca de 8 kms da coluna principal, na chana² de Umpungo, é cercado pelos Cuamatos e completamente destroçado. Alguns soldados, em retirada, acabarão mesmo por ser atingidos por fogo amigo proveniente da artilharia estacionada junto ao rio.

Nesse mesmo dia, os sobreviventes retiram em direção ao Humbe, passando o Cunene numas meras três horas, deixando para trás mantimentos, barris de vinho, arame, toda a folha de zinco que tinha sido utilizada na proteção das trincheiras, construídas para proteger o quadrado, e muito material pesado.

A trovoadas, que entretanto se abate sob o planalto, dificulta as comunicações telegráficas. Mas logo no dia 28, as primeiras notícias deste triste acontecimento começam a circular em Moçâmedes. Nos primeiros dias são muitas as incertezas e estupefações mas rapidamente a consternação e a revolta se generalizam. Em Portugal será já no mês de outubro que se divulgam as primeiras informações, as quais provocam grande comoção. Por todo o país, multiplicam-se as manifestações de pesar e as cerimónias religiosas em honra dos mortos, ao mesmo tempo que nas duas câmaras do parlamento irrompem acesos debates, liderados pelos deputados do Partido Progressista, então na oposição.

Em paralelo, preconizam-se expedições punitivas e levantam-se vários inquéritos disciplinares que culminam com a presença do comandante da expedição em Conselho de Guerra. Nos círculos militares produz-se então alguma reflexão, que tomando como alibi a tentativa de explicar o sucedido acaba, frequentemente, por abrir plataformas de análise mais profunda à orgânica dos mecanismos militares ultramarinos.

2. Objetivos

Não obstante o profundo pesar, então sentido na sociedade portuguesa, ter sido ultrapassado por questões mais prementes da agenda política, esta campanha acabou por assumir foros de alguma relevância que no nosso entendimento não ajudam a entender o silenciamento que a posteridade lhe reservou.

² Planície.

Essa relevância passa desde logo pelo facto de a sua preparação e posterior execução marcarem a entrada em Angola dos mecanismos operacionais e táticos mais modernos, como a utilização da formação em quadrado durante os combates, a marcha em coluna dupla, a sistematização da organização dos reconhecimentos, a tentativa de racionalização logística ou a regularização dos procedimentos de estacionamento.

Estes princípios, que no essencial derivam da influência das vitoriosas campanhas moçambicanas de 1895, já se tinham tornado presentes nas campanhas do Bailundo e do Humbe mas é aqui que a sua aplicação é assumida numa forma integrada e plena, assente também em dois outros ensinamentos fundamentais que vêm de Moçambique. Primeiro, a necessidade de assegurar superioridade em termos de armamento, que permita neutralizar a inultrapassável inferioridade em termos de recursos humanos, que marca a ação de todos os exércitos europeus em África e, segundo, o apelo à importância do recurso a tropas metropolitanas.

Podemos assim afirmar que esta campanha marca de certo modo uma rutura no sul de Angola. Passa-se de um conceito de conflito que muitas das vezes mais não era que ação de polícia, quando não rixa de brigões ou exibição tardia de um cavalheirismo romântico, para verdadeiras ações de guerra que se podemos integrar numa noção de baixa intensidade, não podemos deixar de considerar que se integram em pleno na definição de guerra como “estado de confronto entre grupos políticos, em que se emprega a força armada e se usa a violência de uma forma organizada, para obtenção de fins determinados pela política.”³.

Por motivos outros, em setembro de 1904, o resultado no terreno não será o esperado, mas a verdade é que, no essencial, todas as campanhas posteriores até final dos anos 20, altura em que podemos considerar concluído o processo de afirmação de soberania no sul de Angola, se vão estruturar em volta destes princípios básicos, incluindo as ações de Alves Roçadas e Pereira d’Eça, em 1915.

Com este trabalho perseguem-se então três objetivos fundamentais. Primeiro, tentar compreender o porquê do silenciamento a que a historiografia votou este episódio. Segundo, avaliar o impacto político e social que esta derrota causou em Angola e na Metrópole e, finalmente, averiguar, em termos genéricos, a reflexão então produzida com o objetivo de descortinar as causas da derrota.

³ Barrento, 2010, p. 85.

3. Pembe na Historiografia

Em relação ao nosso primeiro objetivo, compreender o esquecimento que a historiografia concedeu a esta derrota, podemos desde logo começar por referir que esse silêncio que vislumbramos na ciência histórica, também se faz sentir em áreas artísticas ou culturais, da música à pintura, passando pelo cinema ou pela literatura.

Com efeito, e apesar de o filão militar em várias das suas dimensões ter sido inspirador para áreas tão diversificados como o cinema, a pintura, a música e até a banda desenhada, a verdade é que em nenhum destes domínios os factos referentes a Pembe mereceram referência digna de menção.

Na literatura, por exemplo, onde se produziram alguns dos momentos mais marcantes da cultura nacional ao longo do último século, as temáticas bélicas foram muito desenvolvidas, sendo que as várias guerras africanas da história portuguesa surgem amiúde como protagonista ou cenário de múltiplos enredos. Todavia, Pembe é assunto quase proscrito, apenas marginalmente referenciado em quatro ou cinco romances, dos quais os mercedores de maior destaque são de autoria dos escritores angolanos Pepetela e José Eduardo Agualusa, ao último dos quais roubámos mesmo o título deste nosso trabalho⁴.

Esta ausência ontológica de Pembe, nos domínios da inventiva, não é convocada por qualquer intenção valorativa, trata-se apenas de uma mera constatação, que aqui nem sequer pretendemos problematizar.

De todo o modo sendo esta uma das maiores derrotas nacionais em África, e considerando a dimensão que essas terras negras impuseram no imaginário nacional, parece que a questão da derrota, sendo em si uma explicação para o esquecimento, sobretudo nas épocas de construção mitológica, não pode ser a única via explicativa para isto a que chamamos o silêncio sobre Pembe.

Para este cremos ter de convocar outras dimensões, nomeadamente a não circulação desta temática pelos domínios da memória oficial ou académica o que por si a inviabiliza como fundamento para a criatividade. Ou seja, não se pode criar sobre o que não se conhece.

E por aqui entramos na historiografia, campo do saber com a responsabilidade de fixar e disponibilizar o conhecimento do passado, independentemente das incontornáveis evoluções ontológicas e epistemológicas.

⁴ No livro “Os Colonos” de António Trabulo apresenta-se uma visão romanceada da colonização do sul de Angola; a referência a Pembe é circunstancial e esgota-se em sete linhas. José Eduardo Agualusa no romance “A Conjura” e no livro de contos “A Estação das Chuvas” e Pepetela, em “Yaka”, com a vivacidade das suas escritas conseguem utilizar este episódio como matéria-prima para algumas páginas de fulgurante criatividade.

E a verdade é que começando por analisar as grandes obras de referência da historiografia nacional aquilo que se vislumbra é que, independentemente do contexto redaccional e portanto dos diferentes enquadramentos metodológicos, este episódio ou é pura e simplesmente esquecido⁵ ou então as referências não são mais do que circunstanciais⁶.

Por seu turno nos estudos que concedem algum espaço a esta temática importa, desde logo, estabelecer uma diferenciação entre aqueles que se integram em abordagens mais generalistas, e os mais especializados no âmbito da História Militar ou da própria História Colonial.

Na primeira categoria começamos por destacar duas tentativas relativamente recentes de renovar o estudo da Expansão portuguesa, a “História da Expansão Portuguesa” com direção de Francisco Bethencourt e Kirti Chauduri e a “A Nova História da Expansão” coordenada por Joel Serrão e A.H. Oliveira Marques. Em ambas nos surgem apontamentos sobre a derrota do Vau de Pembe. No volume IV da “História da Expansão Portuguesa” Valentim Alexandre destaca a importância desta expedição, sublinhando o seu quantitativo e objetivos, ao mesmo tempo que chama a atenção para o impacto que o seu desfecho causou em Portugal⁷.

Aida Freudenthal no vol. XI da “Nova História da Expansão” aponta a derrota de 1904 como exemplo de um estado de hostilidade permanente que no sul irá perdurar até 1915⁸.

Em nenhum dos casos se desenvolve muito a análise, mas decorrendo das próprias características metodológicas de ambas as obras, apostadas na problematização e ampla contextualização dos factos, consegue-se pelo menos integrar o problema no seu todo sem no entanto se perceber que da sua dinâmica resultaram algumas ruturas relevantes.

⁵ Como acontece nas obras: “História de Portugal” de A.H. Oliveira Marques, “Nova História de Portugal” dirigida pelo mesmo autor em parceria com Joel Serrão, “Portugal Contemporâneo” de António Reis, “História de Portugal” dita de José Matoso e na muito recente “História Contemporânea de Portugal” com direção de António Costa Pinto e Nuno Gonçalo Monteiro.

⁶ Vide Damião Peres que no volume VII da edição Monumental da sua História de Portugal em que na parte referente ao Domínio Ultramarino, num total de 80 páginas divididas em quatro capítulos a única referência ao Vau de Pembe é indireta quando descreve a nomeação de Alves Roçadas para dirigir a campanha que se segue ao desastre de 1904. João Medina na História de Portugal por si dirigida apresenta duas linhas do capítulo “As campanhas Militares em África nos finais do século”. Joaquim Veríssimo Serrão, no Vol. X, da sua História de Portugal num capítulo sugestivamente intitulado “ Uma geração de Heróis”, onde destaca a figura do Tenente João Roby, um dos oficiais mortos em Umpungo.

⁷ Bethencourt, 1998, p. 195.

⁸ Marques, 2001, p. 274.

Na segunda categoria temos de começar desde logo pela afirmação de que podendo encontrar exemplos mais numerosos e ao longo de um período de tempo muito alargado, desde os anos quarenta até à atualidade, as perspetivas metodológicas encontradas são necessariamente diferentes, acompanhando o ritmo lento da inovação historiográfica nacional.

Assim, encontramos a incontornável “História do Exército Português” do General Ferreira Martins como exemplo de uma abordagem mais descritiva e tradicionalista, que sendo obra de méritos evidentes não escapa a fazer deste episódio uma apresentação acrítica e por vezes até mesmo ligeiramente hagiográfica⁹.

Produções mais recentes como a “Nova História Militar” dirigida por Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira ou a enciclopédica “História das Campanhas de Angola” da autoria de René Pélissier não só são mais prolixas no estudo deste tema como marcam evoluções seguras no âmbito de uma História Militar que não se querendo limitar ao facto, ao descritivo e ao biográfico, não tem pejo em entender que essas dimensões também têm de ser convocadas para a construção do grande mosaico que é a História.

Do supra referido ressalta a evidência do quase silêncio, o qual parece poder ser esclarecido em virtude do que infra se expõe.

Num primeiro momento constata-se que se as perspetivas mais tradicionais, que dominaram a historiografia portuguesa até meados dos anos 60, muito assentes na dimensão descritiva e biográfica, estavam predispostas a análises factuais e episódicas não encontravam no entanto espaço para derrotas militares.

Num segundo momento vislumbra-se que a renovação da historiografia portuguesa, lentamente processada ao longo do século XX, não resistiu durante muito tempo ao marginalizar da História Militar entendida como paradigmática do tradicionalismo que se queria ultrapassar.

No que ao primeiro momento diz respeito acrescenta-se que durante o período do Estado-Novo o próprio contexto político, procurando uma afirmação interna e externa de uma especificidade nacional em relação a África, exigia a afirmação de formas de heroicidade como plataformas de ligação ao passado mitificado e justificador de quinhentos, o que não permitia outra coisa que não a glorificação de grandes feitos e vitórias militares.

Em simultâneo também não se pode deixar de convocar uma questão cultural de fundo, que passa pelas dificuldades de grande parte da

⁹ Martins, 1945, pp.454-455.

intelectualidade portuguesa em ultrapassar a visão oitocentista do negro. Querendo isto significar que o indígena, pelo século XX a dentro, continua a ser visto como uma criança necessitada de proteção, ou pior, como um selvagem bronco e brutal.

Ao mesmo tempo o discurso “imperial” vai ganhando dimensão adjetiva sem grande acompanhamento substantivo. Ou seja, se é verdade que, como refere Margarida Calafate, “todos os impérios são em grande parte imaginários ou ficções políticas de nações que se excedem a si mesmas”¹⁰ no caso português esta esquizofrenia implica a dificuldade de permitir qualquer aceitação de evidência de fragilidade.

Assumir, mesmo que analisando e refletindo, uma derrota militar contra populações nativas, era colocar em questão uma imagem de superioridade na qual se acredita e da qual se necessita, também como justificação para discursos de afirmação de poder.

Entrando no segundo momento pode-se previamente afirmar que os movimentos de renovação historiográfica foram matricialmente marcados pela desconfiança face ao militar. As correntes inspiradas na escola dos Annales exigindo a ultrapassagem do individual, da valorização exclusiva das chefias, do factológico e do descritivo, punham em causa tudo aquilo que até então marcara a História Militar.

Se a penetração destes princípios em Portugal acabou por ser lenta, foi no entanto suficiente para empurrar a historiografia militar para fora da academia, remetendo-a para uma espécie de coutada dos próprios militares e dos seus espaços de formação.

Nas últimas décadas um conjunto de esforços individuais e até mesmo institucionais começou a inverter esta situação, renovando a História Militar com o abandono das dimensões propagandísticas e o ganhar de abrangência ontológica. Todavia e paradoxalmente a recuperação da dimensão batalha como objeto de estudo privilegiado tem sido pouco significativa, por esta estar muito marcada pela sua preponderância nas visões mais tradicionalistas.

Aumentaram os estudos estratégicos, sobre a vida quotidiana dos soldados, sobre a tecnologia e cultura militar, mas o mesmo não se tem verificado em relação ao facto bélico em si.

É evidente que o estudo das guerras não se pode esgotar na vertente militar, sobretudo se isso implicar o esquecimento de que a guerra pela sua capacidade destrutiva implica fortemente no todo social. As guerras

¹⁰ Calafate, 2004, p.122.

transformam as normas sociais, alteram as paisagens, implicam na cultura, na economia e na política e tudo isto deve ser estudado, mas em simultâneo não se pode desprezar a batalha em si, tem de se tentar compreendê-la nas suas próprias dinâmicas, estruturas e evoluções. Esta consciência muito presente na historiografia anglo-saxónica esteve ao invés ausente em muitos dos momentos evolutivos da historiografia nacional, e por aí também podemos encontrar mais um motivo para o silêncio sobre Pembe.

4. Impacto Social e político

Se para a posteridade Pembe pouco mais mereceu que o silêncio, para os contemporâneos tal constatação não se adequa. Com efeito, à medida que as notícias de África foram chegando à metrópole as ondas de choque foram profundas e implicaram em várias camadas do tecido social. Por todo o país se multiplicaram as ações de solidariedade e as cerimónias religiosas, ao mesmo tempo que a imprensa se desdobrou em artigos de opinião, entrevistas e notícias, e no parlamento se iniciou um intenso debate político que se prolongou até à queda do governo regenerador de Hintze Ribeiro.

a. Impacto Social

Nesta dimensão convém deixar desde logo muito claro que a adesão da sociedade portuguesa ao projeto imperial africano, ao longo do século XIX, esteve muito longe de qualquer tipo de unanimidade. Para a esmagadora maioria da população, África era terra de degredados, doenças e desgraças, de onde as notícias de derrotas, aliás abundantes, não provocavam qualquer tipo de emoção, a não ser em situações muito excecionais como a morte do Conde de Almostrim na terceira revolta do Humbe de 1897.

Por seu turno, nos círculos intelectuais a divergência era marcada. Se para alguns o caminho africano, assente na herança muitas vezes mitificada do passado glorioso das descobertas, é o mais óbvio para a convergência com uma Europa, agora também com pretensões coloniais e da qual o país se sente cada vez mais afastado, para outros, pelo contrário, a colonização é vista como um dos fatores da decadência nacional, pelo que a venda dos territórios africanos é por eles equacionada como solução razoável¹¹.

Entrementes os impactos causados pelo ultimato britânico, em simultâneo com as alterações do sistema político internacional, se bem que,

¹¹ Veja-se, por exemplo, Antero nas “Causas da Decadência dos Povos Peninsulares” ou Eça nas “Farpas”.

estruturalmente, não alterem o supra diagnosticado, estimulam o patriotismo e sobretudo contribuem para um certo exaltamento na forma como se olha para África, intensificando o processo de construção de uma ideologia colonialista.

Daqui decorre uma evidente tentativa de projeção de poder através da “*manus militaris*”, por via das então chamadas campanhas de pacificação, as quais mais não foram que efetivas ações de ocupação, visando a afirmação de uma nova ordem soberana. Neste contexto, emergem as icónicas vitórias militares de final do século XIX em Moçambique, nomeadamente Marracuene, Magul, Coolela e Manjacaze, mas também em Angola, já nos começos do século XX, no Bailundo e no Humbe. Estas vitórias, ampliadas pela imprensa e transformadas em símbolos quase mitológicos, criaram um sentimento triunfalista no país, trazendo a glória a uma nova geração de militares, que passam a ser glorificados na pátria, onde são recebidos pelo rei, condecorados e festejados.

Assim, África parece assumir-se cada vez mais como o palco para a redenção da pátria e a possibilidade de afirmação no concerto das nações pelo que a derrota de 1904, quando surge, é um violento choque com a realidade e provoca ondas de insatisfação generalizada. Desde logo, em Moçâmedes, as primeiras notícias são recebidas com estupefação. As primeiras informações terão chegado na madrugada do dia 26 de setembro, mas apenas no dia 28 se começaram a espalhar causando grande comoção e revolta. De imediato se tomam várias medidas simbólicas como a proibição de se tocar música na rua principal da cidade e o início de campanhas de subscrição pública em favor das viúvas e dos órfãos.

Paralelamente, começa a circular nos principais jornais da cidade, um discurso fortemente crítico em relação ao governo de Lisboa e ao comandante da expedição, que é totalmente responsabilizado pelo sucedido. Na metrópole os jornais de todo o país, até aqui mais preocupados com a guerra russo-japonesa, então no seu auge, começam a deter a sua atenção mais pormenorizada nos tristes acontecimentos do sul de Angola. Com o Diário de Notícias (DN) e o Século na liderança, publicam-se diariamente artigos de opinião sobre esta ocorrência e vai-se acompanhando a evolução dos seus impactos políticos e sociais.

Em paralelo, a falta de informações oficiais leva a que no dia 5 de outubro, centenas de populares invadam o Ministério da Marinha exigindo a divulgação da lista oficial de vítimas, que segundo constava, existia nesse gabinete. De

acordo com o DN¹², o ministro Raphael Gorjão terá dado então uma primeira ordem para afixar o nome dos malogrados militares mas posteriormente arrependeu-se dando uma contra ordem. A lista oficial e total dos mortos só será publicada no dia 10 de outubro, se bem que logo no dia 6, o DN na sua primeira página, tenha apresentado nomes e dados biográficos dos oficiais e sargentos mortos¹³.

Ao mesmo tempo multiplicam-se os votos de pesar oficiais e particulares e celebram-se missas em sufrágio dos mortos por todo o território nacional¹⁴. No dia 13 de outubro, na Igreja de S. Domingos, realizam-se as exéquias oficiais em honra dos militares mortos. Nestas exéquias comparecem o Rei D. Carlos, o Príncipe D. Afonso, praticamente todo o governo e corpo diplomático e uma numerosa assistência que logo desde às primeiras horas da manhã, encheu por completo o largo fronteiro ao templo.

b. Impacto político

Politicamente, o impacto do desastre do Vau de Pembe traduz-se, desde logo, no aceso confronto político verificado nas duas câmaras do Parlamento. Na Câmara dos Deputados, verifica-se uma rutura na prática que vinha sendo seguida pelos dois grandes partidos do sistema (o Partido Regenerador, então no poder, e o Partido Progressista na oposição), de procurarem consensos em matérias de política internacional ou de ordem pública. A partir de 4 de Outubro, quando o Ministro da Marinha Raphael Gorjão interrompe a sessão n.º 2 da segunda sessão legislativa da Câmara dos Deputados, para informar da derrota das tropas do Capitão Pinto de Almeida, os membros da oposição iniciam um debate que se irá prolongar por dez dias e durante o qual tentam capitalizar a comoção que se vai espalhando por todo o país, à medida que as informações que vão chegando de fontes oficiais em Angola comprovam a dimensão da derrota.

Na Câmara dos Deputados, o que então se equaciona é a responsabilidade política, nunca se pondo em causa a condução das operações no terreno ou

¹² Diário de Notícias, 6 de outubro de 1904, p.1.

¹³ No dia 10 também a revista “Ilustração Portuguesa” no seu número 49 publica fotos de quase todos os oficiais mortos. No dia 16 o mesmo fará o número 138 da revista “Brasil-Portugal” e no dia 20 a revista “O Ocidente”, número 929, publica na primeira página fotos de treze dos oficiais vitimados em Pembe.

¹⁴ Encontramos referências a celebrações religiosas em sufrágio das vítimas do Vau de Pembe em localidades como Almada, Aveiro, Barcelos, Beja, Braga, Cascais, Coimbra, Ferreira do Zêzere, Leiria, Mafra, Moçâmedes, Oliveira do Bairro, Paço de Arcos, Paredes, Silves, Torres Novas.

a conduta dos homens em campanha. Pelo contrário há sempre uma grande preocupação em exaltar as qualidades heroicas dos militares portugueses, que são completamente desculpabilizados pelo sucedido. As grandes temáticas então levantadas podem ser sintetizadas em dois patamares. Por um lado as questões imediatas de gestão de informação por parte do gabinete regenerador e, por outro, as matérias concretamente referentes às ações militares em causa.

No primeiro momento recrimina-se o gabinete ministerial por só no dia 4 de outubro ter informado formalmente a nação, quando se sabia que os primeiros telegramas com notícias provenientes de Moçâmedes tinham começado a chegar a Lisboa logo no dia 26 de setembro. No segundo patamar exige-se o esclarecimento dos objetivos da missão, a sua composição, efetivo e armamento. No que aos objetivos diz respeito, a contestação progressista não é significativa, pois no seu entender, o cerne do problema encontra-se no que consideram ser o escasso número de homens mobilizados para esta campanha, e no também escasso e sobretudo deficiente, material de guerra fornecido às tropas. Sendo que, em relação a este último tópico, o sublinhado é colocado, em particular, naquilo que se encara como sendo a insuficiência de munições distribuídas ao destacamento de Pinto de Almeida.

Ao mesmo tempo, na Câmara dos Pares, as intervenções oposicionistas são lideradas pelos Generais Dantas Barracho e Sebastião Telles e ainda Aires de Ornelas, pelo que secundando as reflexões da outra casa do parlamento, introduzem-se aqui questões mais técnicas e que por isso iniciam a problematização da condução das operações. Um dos aspetos sublinhados é a própria chefia da expedição, na medida em que se considera inapropriada a escolha de um capitão, sobretudo quando na expedição existiam outros militares que se bem tivessem o mesmo posto eram nele mais antigos. Sendo esta questão significativa nas dinâmicas próprias das comunidades militares, nele aqui apenas se insiste marginalmente, pois o que se valoriza como mais determinante para o desfecho das operações é o modelo utilizado de destacamento ofensivo. Nas “Instruções Provisórias para o Serviço de Campanha em África”, redigidas por Eduardo Costa em 1896 e que tinham sido utilizadas por Mouzinho nas campanhas de Moçambique, afirmava-se que os reconhecimentos deveriam ser feitos com patrulhas de cavalaria e pequenos grupos de auxiliares indígenas, dotados de muita mobilidade.

Perante isto, Aires de Ornelas afirma que o não respeito por estes preceitos, já assumidos como doutrinários, terão sido um dos fatores que mais contribuíram para o malogro da expedição. Acrescentando não entender qual

a função de um destacamento, como o de Pinto de Almeida, que com quase quinhentos homens é por ele, Aires, considerado como ineficaz para ações de reconhecimento, ao mesmo tempo que muito pequeno para progredir no terreno com segurança, como o verificado em Pembe terá comprovado.

Perante este argumento crítico, o Ministro da Marinha e o próprio chefe do Gabinete Hintze Ribeiro, que compareceu na sessão da câmara dos deputados de 13 de outubro, sustentam-se na afirmação de que o desfecho verificado foi uma eventualidade a que a sorte das armas está sempre sujeita, rejeitando na prática, qualquer tipo de imputação, apesar de retoricamente, ambos afirmarem a assunção das suas responsabilidades. Afirmam mesmo que à expedição foram fornecidos todos os recursos solicitados pelo seu comandante e que durante a sua preparação, já no terreno, se providenciaram reforços materiais e humanos, alguns dos quais foram mesmo rejeitados, por considerados desnecessários, por João Maria de Aguiar.

Este clima de tensão parlamentar foi limitado no tempo. Em breve outras questões mais prementes da política interna reclamariam a primazia, como o caso da chamada “questão dos tabacos” que acabará mesmo por levar a mais uma queda de um governo Hintze e a mais um regresso ao poder de um agora fisicamente muito débil José Luciano, em mais uma página daquilo a que João Franco em 1900 apelidara do Rotativismo dos grandes partidos.

5. As causas do desaire

A reflexão que o desastre de Pembe suscitou nas várias plataformas de debate – imprensa, parlamento e círculos militares – procurava no imediato a resposta para as causas da derrota. Neste debate, as temáticas que se encontram como núcleos orientadores da discussão foram fundamentalmente quatro: a questão dos objetivos, os recursos, humanos e materiais, a preparação da campanha e o enquadramento tático. Vejamos com alguma minúcia o que sobre cada um dos itens foi então problematizado.

6. Os Objetivos

a. Objetivos Políticos

A definição dos grandes objetivos que enformaram a expedição de 1904 nunca foi causa de grande polémica, nem no contexto das tentativas de aproveitamento político das consequências do desaire, nem nos círculos militares que sobre este acontecimento refletiram.

Tal circunstância resulta da existência do que podemos designar como uma plataforma consensual em torno da política africana.

Essa plataforma a que concedemos consensualidade, cientes, todavia, que essa qualidade não é sinónima de unanimidade, caracterizava-se no essencial pela pretensão de assegurar, com o mínimo de recursos, a manutenção de uma política e sobretudo de um discurso, que formatado no trauma do ultimato, apelava para a consolidação de práticas que se não eram garantidas de uma verdadeira ocupação efetiva, eram por este princípio justificadas. Daqui decorrem então duas dimensões. Uma referente ao que por facilidade de análise poderemos apelidar de política interna e uma outra concernente à dimensão externa da política, desta última fase da monarquia constitucional. Internamente é imperioso consolidar os mecanismos de soberania sobre os povos africanos, externamente é necessário marcar uma posição perante aquilo que se consideravam ser as ambições germânicas no sul de Angola.

Na primeira dimensão, é importante começar por referir que nesta região os mecanismos de influência soberana estavam muito longe de qualquer processo de consolidação. Em toda a zona a oeste do rio Cunene, o exercício de poder nacional era esparso e deficiente e por isso continuamente ameaçado pelos povos Ovamos (Cuamatos e Cuanhamas fundamentalmente), que resistiam a qualquer forma de tributação e frequentemente atacavam os núcleos dispersos de colonização branca e os seus respetivos interesses económicos. Externamente, a nova realidade internacional, emergente a partir de 1870, assente no colapsar da hegemonia inglesa e na emergência de outras potências (em particular a Alemanha) que agora reclamam para si importantes quinhões de domínio colonial, levam Portugal a esforços materiais e ideológicos no sentido de consolidar na prática um discurso colonial africanista em construção.

No rescaldo do acordo de 1898 entre a Inglaterra e a Alemanha¹⁵ e da problemática da delimitação de fronteiras entre Angola e a colónia Alemã do Sudoeste Africano¹⁶, Lisboa vislumbrava as ambições Germânicas como um perigo real para os seus interesses. A tudo isto acresce o facto de em 1904 o

¹⁵ Afligido pela bancarrota de 1892, o poder em Portugal equaciona pedir um empréstimo à Inglaterra, dando como garantia os rendimentos das alfândegas coloniais. Ciente desta possibilidade a Alemanha, que então despontava nos seus apetites coloniais, aproximou-se de Londres, que interessada nessa aproximação concorda em dividir os rendimentos alfandegários das colónias portuguesas assegurando ao mesmo tempo que o não pagamento por Portugal das suas obrigações implicaria a divisão das zonas de influência dessas alfândegas entre a Alemanha e a Inglaterra. Conhecedor deste acordo Portugal não aceita o empréstimo.

¹⁶ Ver Convénio Barros Gomes-Schhmitzals, 1886 – Arquivo Histórico-Militar- P.2 – M.31 Processo 34.

General Won Trotha, no Sudoeste Africano, ter derrotado a sublevação dos Herreros os quais se encontravam, desde então, em fuga, receando-se que esses povos atravessassem a fronteira para territórios angolanos ou que, por outro lado, os Alemães, no seu encalce pudessem ocupar de forma efetiva territórios que Lisboa considerava como seus. Deste modo, em 1904, nos círculos do poder, os objetivos estratégicos são claros e no limite unânimes: é necessário quebrar a resistência dos Ovamos e afirmar inequivocamente os direitos de Portugal sobre estas regiões do Sul de Angola.

Importa, no entanto, acrescentar que o consenso que atrás se vislumbra, começa por se quebrar quando a discussão se desloca dos grandes propósitos do Estado para o emprego dos meios no terreno. Ou seja, pode haver concordância naquilo que se quer fazer, mas o mesmo já não se verifica em relação aos modos de o fazer. E por aqui o que se impõe à discussão é no essencial a questão orçamental. Adiante-se, previamente, que em termos proporcionais Portugal era o país europeu com maior afetação de recursos para a política ultramarina, pelo que as despesas militares, em particular, eram sempre profundamente lamentadas, o que leva a que muitos defendam processos de afirmação de soberania menos exigentes em termos financeiros, tais como o aprofundamento das redes comerciais, a ação das missões religiosas ou até mesmo a utilização da diplomacia como estratégia de aproximação.

Nos círculos militares africanistas a convicção, no entanto, é que a prossecução dos objetivos políticos só é viável com um maior investimento bélico. A instabilidade do sul, a fraca penetração no terreno e a irreverência dos povos Ovamos é, para eles, uma evidência da necessidade da ocupação militar, como único garante de afirmação de posse efetiva. Assim, o que defendiam era a necessidade de avanço rápido no *interland*, visando alcançar as linhas fronteiriças estabelecidas nos acordos internacionais, para aí afirmar a presença efetiva. Para tal avanço preconizava-se o aproveitamento das vias de comunicação existentes, em simultaneidade com a ocupação dessa linha de penetração com postos militares, os quais não só deveriam garantir a proteção das linhas de comunicação, como serviriam de pontos de irradiação de força no sentido de exercerem mecanismos de soberania sobre os povos nativos.

Ou seja, defende-se a ocupação sistemática do território, ocupando pontos estratégicos para daí se projetarem operações sucessivas de soberania, castigando os interesses económicos dos povos nativos e exercendo vigilância constante, o que implicava quebrar com a prática muito frequente de derrotar os povos sublevados e depois retirar. Para tal, eram necessárias colunas militares dotadas de grande capacidade de mobilidade e ao mesmo tempo a construção

de fortes e sua posterior guarnição com unidades bem apetrechadas, o que exigia uma afetação de recursos financeiros que nos inícios do século XX o poder político não tinha condições de assegurar.

Note-se que a resistência ao aumento da despesa com África não implica uma fratura simplista entre as esferas política e militar e a situação é mais complexa na medida em que se pode constatar, em simultaneidade, que as posições dos africanistas conseguem acolher algum apoio em determinados setores políticos, nomeadamente quando estão na oposição, ao mesmo tempo que causam repugnância naqueles setores do Exército, para quem a defesa da contenção orçamental ultramarina era um modo de evitar reflexos negativos nas reformas, que consideravam mais imperiosas, nas estruturas do sistema de forças metropolitano.

A verdade é que até ao início da grande guerra esta dicotomia estará sempre presente. De um lado os que entendem que para a cabal prossecução dos objetivos pretendidos é necessária uma maior afetação orçamental, de outro os que consideram como prioridade a limitação das despesas africanas.

Refira-se, a título de mero exemplo, que como resultado imediato da comoção provocada pelos acontecimentos de Pembe, se verificou um impulso generalizado para a organização de uma expedição punitiva, ao mesmo tempo que se nomeou uma comissão para proceder a um estudo visando a escolha de novo armamento para as futuras operações ultramarinas, e se solicitou a Eduardo da Costa¹⁷ a elaboração de um projeto de operações na região sublevada. No entanto a vontade de contenção orçamental acabou por se impor face a todos esses projetos. O envio de uma expedição punitiva será adiado durante vários anos; a proposta da comissão de armamento de substituir todas as Sniders das tropas indígenas por espingardas Martini-Henry nunca se concretizará na plenitude e o plano que Eduardo da Costa acabou por apresentar foi considerado impraticável, por se entender que exigia demasiados recursos humanos do reino e por implicar, para a sua concretização, um orçamento de 1884 contos, então encarado como excessivo.

b. Objetivos Operacionais

Decorrentes dos objetivos políticos, em junho de 1904, são decretadas as instruções do Governo de Lisboa para a campanha contra os Cuanhamas.

¹⁷ Distinto africanista que já fora Governador dos distritos de Moçambique e de Benguela e Governador-geral interino de Angola, onde entre 1906 e 1907 será mesmo Governador-geral.

O objetivo fundamental então enunciado é o controlo efetivo de toda a região entre os rios Cunene e Cubango, considerando-se que para tal é imperioso a tomada de Ngiva, embala¹⁸ do soba dos Cuanhamas. Um mês depois, a 16 de julho, Custódio Borja, Governador-Geral de Angola, envia as suas instruções ao comandante da expedição. Aí, reiterando Ngiva como objetivo principal, acrescenta a necessidade de bater os cuamatos e edificar postos militares na linha de fronteira com a colónia alemã. Daqui resultará a definição dos objetivos operacionais elaborada por João Maria de Aguiar: ocupar Mogogo (capital do Cuamato Pequeno) e Ngiva (capital dos Cuanhamas)¹⁹.

Após o trágico desfecho de setembro, estas opções do comandante da expedição serão, nalguns círculos, fortemente equacionadas em virtude dos seguintes argumentos: em primeiro lugar, por se considerar que os Cuanhamas se assumiam como os principais adversários à soberania portuguesa defende-se que se deveria ter investido diretamente sobre a sua embala, evitando o confronto direto com os cuamatos, e por outro lado contesta-se a decisão de ultrapassar o Cunene na zona do Vau de Pembe. Os argumentos aduzidos para sustentarem esta segunda premissa alicerçavam-se na justificação de Pembe se encontrar a 30 Km de Mogogo e a 50 de Ngiva, distâncias de muito problemática superação, por as operações se terem iniciado numa fase tardia do ano. Aproximava-se a época das chuvas e a partir desse momento a progressão das tropas no terreno era inviável, por os caminhos alagados ficarem impraticáveis.

O entendimento de que, apesar de tudo, nada disto foi determinante para o sucedido no dia 25 de setembro, leva a que este tipo de reflexões acabe por não assumir grande relevo na estratégia discursiva dos que pretendem responsabilizar, de forma exclusiva, o comando operacional. Não obstante, estas argumentações serão muito glosadas numa série de artigos de redação do DN e do Século, e surgirão igualmente em várias entrevistas que, anonimamente, alguns militares concedem a esses mesmos órgãos da imprensa escrita.

Estas estratégias comunicacionais, se implicam por consequência o preparar de um ambiente bastante hostil para com o comandante da expedição, não deixarão igualmente de suscitar a emergência de tentativas de contra argumentação, preocupadas em validar as opções seguidas por João

¹⁸ Capitais dos Sobados.

¹⁹ A Ordem de marcha da Coluna que no dia 19 parte do Humbe em direção ao Vau de Pembe determina taxativamente: “a coluna marcha amanhã sobre Moghogho, embala do soba do cuamato para bater os indígenas desta região e do Cuanhama”.

Maria de Aguiar, até por considerarem que a personificação em curso tendia à desculpabilização das estruturas do poder, que deste modo se conseguiam ver ilibadas das suas eventuais responsabilidades.

No discurso destes podem ser sinteticamente diagnosticadas duas ideias basilares. Por um lado a afirmação de que a definição de objetivos do comando se enquadrava perfeitamente nos objetivos políticos superiormente determinados, assim como nas práticas usuais de combate em África. Por outro, a defesa da ideia de que a campanha não terá sido tardiamente iniciada, pois o seu propósito seria avançar para Ngiva apenas em 1905. O primeiro argumento, que posteriormente o próprio João Maria de Aguiar irá utilizar, é inicialmente defendido por militares com experiência africana, que se bem não entendam alguns aspetos do enquadramento tático utilizado, pretendem todavia deixar bem claro que nas campanhas africanas a definição dos objetivos militares passava ordinariamente pela ocupação das embaldas dos povos que se pretendia submeter, e não pelo confronto direto com os exércitos inimigos.

Com efeito, o que a experiência de combate no sertão tinha deixado bem claro é que, por norma, a conquista das capitais dos sobados implicava uma debandada desorganizada por parte dos nativos. Pelo que deste modo ocupar Mogogo e Ngiva fazia todo o sentido se aquilo que se pretendia era desarticular a resistência destes povos. Por outro lado, a circunstância de se preferir afrontar primeiramente os Cuamatos e só depois os Cuanhamas, explica-se pelo receio sempre presente de uma eventual aliança alargada entre os povos Ovampos, e pela crença de que os Cuamatos seriam mais fáceis de derrotar, após o que se poderia levar à rendição Cuanhama por via diplomática.

O segundo argumento, que se tornará visível sobretudo após os estudos do Coronel Genipro de Almeida²⁰, é mais discutível. Desde logo porque contradiz a própria ordem de operações de 19 de setembro, onde se referia expressamente o objetivo imediato de se avançar sobre o Cuanhama. De todo o modo, também é verdade que pela análise das memórias e diários de alguns dos expedicionários, se consegue verificar uma grande incerteza face aos objetivos. Com efeito percebe-se que nos dias em que as tropas permaneceram estacionadas na margem do Cunene não se sabe muito bem se a intenção do comando é estacionar, para edificar um posto que pudesse servir de testa de operações para uma investida a realizar no ano seguinte, ou se ao invés, a intenção era concretizar desde já o avanço sobre Mogogo, ou até mesmo sobre Ngiva.

²⁰ Almeida, 1927.

Levando em consideração que as poucas memórias e diários existentes são fundamentalmente produção da oficialidade, não pode deixar de causar alguma estupefação esta indecisão, que por outro lado nos remete também para a falta de comunicação entre Aguiar e o seu Estado-Maior e que se assumiu como um dos problemas que mais marcou o desenrolar das operações²¹.

7. Os Recursos

Central, nas reflexões sobre as causas do desaire, foram as problemáticas referentes aos recursos disponibilizados à expedição. Discutem-se os recursos humanos que para uns são exíguos e para outros mal preparados. Discute-se o armamento, se velho ou moderno, e as munições, se escassas ou mais do que suficientes. Não faltaram as opiniões, as polémicas, muitas delas politicamente condicionadas e por vezes contaminadas por segundas intenções, pequenos ódios e grandes rivalidades. Compreende-se assim não ser fácil por aqui, a síntese de grandes conclusões. De todo o modo tentemos.

a. Recursos Humanos

Neste particular temos de distinguir as críticas que a oposição parlamentar fez ao governo, daquelas que foram feitas diretamente ao comandante da expedição. No primeiro caso, acusa-se o gabinete regenerador de ter disponibilizado um contingente muito reduzido, heterogéneo e mal preparado ao nível dos princípios mais básicos da instrução militar. No segundo caso o capitão Aguiar é acusado de, ainda em Luanda, ter rejeitado a oferta, que lhe foi feita pelo Governador-Geral, de 400 auxiliares e de já no planalto, onde poderia ter efetuado um largo recrutamento de auxiliares nativos, apenas ter recrutado 100 muximbas.

Em relação às acusações oriundas do parlamento, diga-se desde logo, que a crítica à insuficiência quantitativa da coluna, assentava muita da sustentação para a sua pertinência, na convicção da veracidade de algumas informações provenientes de Angola, as quais atribuíam aos inimigos uma capacidade de recrutamento que poderia atingir mais de vinte mil guerreiros²².

²¹ Vários dos oficiais eram mais antigos e experientes nas campanhas africanas do que Aguiar e por isso não aceitaram de bom grado a sua autoridade. Por inerência de funções os governadores, mesmo quando não eram militares, comandavam as expedições em que participavam.

²² O Jornal “Correio de Mossâmedes” em julho de 1904 indica poder uma aliança Ovampo atingir os 30 mil homens.

As fontes por nós consultadas não são no entanto consensuais, nem no respeitante ao quantitativo total da expedição, verificando-se divergências até mesmo nas memórias de alguns dos expedicionários²³, nem em relação à capacidade de recrutamento indígena²⁴. De todo o modo, o cotejar das fontes permite acreditar que não se erra muito quando se estabelece que o total de homens que marcharam sobre Pembe, se poderia encontrar num intervalo entre os 1800 e os 2000.

Já quanto aos cuamatos, que durante os fatídicos dias de setembro enfrentaram a coluna e em particular o malogrado destacamento de Pinto de Almeida, é praticamente impossível avançar um número que não esteja eivado de muitas dúvidas²⁵. Contudo, o pressuposto destas críticas então apresentadas, tem de ser matizado em função das seguintes observações. Primeiro, em África, os exércitos europeus sempre lutaram em inferioridade numérica, aproveitando-se da superioridade tática e logística²⁶. Segundo, as dificuldades de comunicação, alimentação e transportes não permitiam normalmente a constituição de expedições muito numerosas. Terceiro, no combate de Umpungo, não foi o grosso da coluna que foi chacinado mas apenas um destacamento ofensivo, pelo que não se pode considerar que esta derrota tenha resultado da escassez de homens da expedição, mas eventualmente do fracionamento da força.

Por seu turno, as observações referentes à heterogeneidade das tropas partiam de uma visão negativa sobre a utilização dos homens do batalhão

²³ Contreiras Júnior fala em 1800 homens, incluindo tropas regulares e irregulares (Contreiras Júnior, 1937, p.7), Salgado refere 2053, incluindo 519 europeus (Caldeira, 2011) autores mais recentes como Jaime Ferreira Regalado reiteram os 1800 homens, particularizando que desses, 500 seriam europeus (Regalado, 2004, p.15), já René Pélissier fala num total de 1160, dos quais 507 europeus (Pélissier 1986). O DN em 25 de agosto fala em 2200 militares, mas numa carta do correspondente em Moçâmedes de 22 de setembro, publicada em 14 de outubro, apresenta-se o número de 2000 homens. Genipro Almeida num relatório estudo de 1927 afirma que à partida do Lubango a expedição teria 1223 homens dos quais 493 seriam auxiliares indígenas. Já no Humbe a coluna será reforçada com as 15^a e 16^a companhias indígenas passando a ter um efetivo de 2030 homens, dos quais os 199 da 15^a não marcharam inicialmente para Pembe. Pelo que segundo estes números o total da expedição que avançou para o Cunene seriam 1831.

²⁴ Eduardo da Costa (1906 pp. 22-24) apresenta uma síntese dos cálculos conhecidos antes de 1904 onde para uma eventual coligação Ovampo se apresentam números potenciais muito divergentes, se alguns lhes atribuem 20 mil homens outros falam de 50 mil homens, embora quando se aborda unicamente os cuamatos os cálculos nunca excedem os 15 mil sendo o número mais constante o de 10 mil.

²⁵ Contreiras Júnior (1937, p.33) refere uma grande superioridade do inimigo, na proporção de 30 ou 40 para 1.

²⁶ Segundo Eduardo da Costa (Costa, 1896, p. 78)) em Marracuene lutou-se na proporção de 1 contra 4, em Magul 1 contra 24 e em Coolela 1 contra 20.

disciplinar, constituído por desertores e criminosos condenados²⁷ e da elevada proporção de nativos conscritos, entre 1300 a 1500 o que excedia em muito os 50% do total de efetivos. Muitos recordam agora as vitoriosas campanhas de 1895 em Moçambique, onde em paralelo com a utilização da tecnologia mais moderna, das táticas mais atualizadas e dos procedimentos logísticos mais adequados, também se verificou que o essencial do esforço militar no terreno recaiu sobre forças metropolitanas. De qualquer dos modos a discussão em torno da utilização de tropas indígenas é marcada por traços muito divergentes, que expressam posições ideológicas acentuadas e que extravasam a mera discussão em torno deste conflito em particular. Com efeito para aqueles que vislumbram como excessiva a utilização de elementos nativos a argumentação é amiúde colocada em patamares discursivos próximos dos princípios derivados do Darwinismo Social. Considera-se o negro brutal, com poucas capacidades de aprendizagem e perigoso para as populações brancas, quando armado.

No entanto, também não negam em absoluto a sua utilidade nas campanhas africanas, entendem que da sua utilização derivam vantagens inegáveis, desde logo pela quantidade de recursos que disponibilizavam mas também pela sua maior capacidade de adaptação a uma realidade climatérica e geográfica, que muito penalizava os europeus. Todavia defendem que estas mais-valias só poderiam ser efetivamente potencializadas quando os nativos eram devidamente enquadrados por lideranças brancas competentes, como, afirmam, terá ocorrido em Moçambique mas não em Angola. Muitas destas críticas têm também de ser entendidas num contexto mais amplo de oposição à reorganização militar de 1901. Esta, pretendendo diminuir o recurso às dispendiosas expedições metropolitanas, que usualmente tinham de ser mobilizadas para conter as constantes sublevações indígenas, criou uma série de mecanismos legais tendentes a reforçar a utilização de elementos nativos, nomeadamente através da formação de companhias indígenas de infantaria e mistas de artilharia.

Em simultâneo, considerando que a necessidade de utilização de expedições metropolitanas resultava da incapacidade do exército ultramarino, em garantir aqueles que deveriam ser os seus objetivos fundamentais – garantir a ocupação efetiva, fazer respeitar a integridade territorial, manter a ordem e

²⁷ Os disciplinares ainda no Lubango destacaram-se pela negativa, assaltando casas comerciais e desertando com o produto dos roubos, mas a verdade é que em combate a sua ação foi muito valorosa e por isso bastante elogiada em todos os relatórios oficiais e memórias analisadas.

proteger as atividades económicas – preconizou a sua reorganização.²⁸ Nesse sentido mantém-se a existência de um exército metropolitano e um ultramarino²⁹, com este último na tutela dos ministros da Marinha e do Ultramar, mas vai introduzir-se uma série de mecanismos tendentes a favorecer a deslocação de militares europeus para África, nomeadamente promoções para os voluntários, que no regresso ao reino teriam de ser colocados na escala de acesso da respetiva arma, bonificações do tempo de serviço, melhorias salariais e gratificações.

Contudo, a verdade é que estes mecanismos serão rececionados com algum ressentimento, por parte daqueles que não desejavam partir para as colónias e consideravam que as periódicas deslocações de homens para o ultramar desarticulavam o exército do reino, sem vantagem alguma para o ultramarino, até porque os deslocados, concluída a sua comissão e obtida a promoção, raramente permaneciam em África.

Muitas das disposições definidas em 1901, irão ser alteradas, algumas outras nunca serão aplicadas e grande parte das companhias indígenas que se formaram acabarão extintas antes mesmo de 1910. Mas a verdade é que em 1904, os reparos a esta reforma foram intensos e mobilizadores, e por aqui passou também a contestação aos soldados indígenas utilizados em Pembe. No que diz respeito à formação técnica dos militares envolvidos nesta campanha é inegável que, acompanhando os níveis de iliteracia da sociedade portuguesa de então, ela é extremamente precária e rudimentar. No que às forças enviadas da metrópole se refere, temos que começar por distinguir os oficiais do restante do contingente. É verdade que os primeiros apresentavam níveis educacionais muito diferenciados, mas todos tinham uma formação base muito acima daquilo que era então o normal. Contudo, não tinham qualquer formação específica referente às matérias coloniais e escasseavam militares com formação em áreas mais técnicas como engenharia ou sapadores.

Em simultâneo, vai verificar-se que os poucos oficiais com experiência africana que participam nesta campanha tinham-na obtido em Moçambique e não em Angola, o que acabará por ser um fator muito relevante, na medida em que não vão demonstrar discernimento para adequar as suas experiências moçambicanas à realidade da costa ocidental, que em alguns aspetos, era consideravelmente diferente. Por outro lado, e em virtude da lógica de promoções resultante da supra referida reorganização de 1901, muitos dos

²⁸ Decreto da Secretaria dos Negócios da Guerra de 14 de novembro de 1901 in Ordem do Exército n.º 17, p. 377.

²⁹ A divisão orgânica entre exército ultramarino e exército colonial perdura até 1926, quando se extinguem os quadros privativos.

Alferes da expedição eram, na verdade, Sargentos do exército do reino, os quais, justa ou injustamente, serão acusados de não possuírem os conhecimentos técnicos mínimos indispensáveis nem aptidões de liderança que pudessem exponenciar devidamente as capacidades nativas. Em relação às praças verifica-se que na sua esmagadora maioria se tratavam de reservistas, que para além de analfabetos apresentavam um grau de preparação militar muito deficiente.³⁰

Já quanto às tropas indígenas, por um lado, a sua adequação às agruras dos terrenos e do clima era uma mais-valia de extrema importância, por outro, também se verifica que na generalidade denotavam deficiências profundas de formação, as quais se em muitos casos poderiam ser ultrapassadas, se devidamente enquadradas, noutros eram de muito difícil superação, como se verifica em relação às capacidades de tiro. A este respeito Bartolomeu Paiva, comandante dos auxiliares Muximbas afirmou numa entrevista ao Diário de Notícias: "Os pretos quasi não sabiam fazer fogo. Só se os Cuamatos voassem é que podiam ser atingidos.... Um dia em que os Cuamatos se aproximaram 40 metros do acampamento um grupo de soldados deu-lhes uma descarga. Pois não caiu nem um preto."³¹.

É certo que o período da marcha entre o Lubango e o Humbe foi aproveitado para dar instrução intensiva aos soldados sobre tática aplicada ao combate, passagem rápida da formação de marcha ao quadrado, serviço de campanha, proteção em marcha e em estação, estabelecimento e levante de bivaques, disciplina de fogo e prática na carreira de tiro. Mas não custa aceitar que esta instrução possa ter sido insuficiente.

b. Recursos Materiais

No que ao armamento diz respeito, as críticas convocadas para a análise da campanha de Pembe centram-se na ideia da incompetência política e técnica. Revelando-se a primeira na suposta incúria governamental, em termos de fornecimento do armamento e munições, e a segunda na falta de capacidade inspetiva por parte do comando, que não terá averiguado a qualidade das armas distribuídas, para além de ter estimado mal as necessidades totais de munições.

Em relação ao primeiro argumento, no qual a oposição progressista assentará grande parte das suas intervenções parlamentares, convém referir que no dia 11 de maio, ainda na fase de preparação da expedição, o Governador-

³⁰ Ainda em Lisboa teve de se fornecer a estas tropas alguma formação rudimentar, ao nível da ordem unida, para se poderem apresentar na cerimónia de despedida perante o rei.

³¹ DN, 5 dezembro de 1904, p. 3.

-Geral Custódio Borja, enviara para Lisboa um telegrama com o seguinte teor: “o armamento das unidades indígenas é a arma Sneyder, de antigo uso n’esta província, velha, e com todas as suas condições balísticas inteiramente desaparecidas. O cartuchame respectivo está em parte deteriorado e não merece também confiança e aqui é que, em hypothese de escolha de arma para as tropas d’esta província, o defeito da Sneyder se manifesta...”³².

A esta comunicação não será dada resposta. Mas, três meses depois, o ministro Gorjão preocupado com notícias de jornal que atribuíam aos cuanhamas elevados recursos humanos, armados com mais de 200 armas aperfeiçoadas, pede a Borja que se informe junto de Aguiar da eventual necessidade de reforços. A resposta de João Maria de Aguiar, em telegrama de 15 de agosto, é de que nada necessita pois possui todos os recursos indispensáveis. Nos debates parlamentares de outubro, será nesta resposta que o Ministro da Marinha se irá ancorar, para reafirmar por várias vezes que todo o material solicitado pela expedição foi fornecido.

Na verdade, o armamento que as tropas dispunham à partida do Lubango parece poder ser considerado perfeitamente adequado para as características da operação que se esperava³³ e sobretudo para garantir uma efetiva superioridade tecnológica face aos Ovamos. É verdade que apesar de se saber que os nativos adquiriam armas e munições a comerciantes portugueses e alemães e em particular junto dos missionários, não se conhecia ao certo as suas capacidades logísticas³⁴. Contudo, parece óbvio que muitas das informações que circulavam sobre a capacidade bélica dos nativos eram intencionalmente inflacionadas, em função de estratégias de reivindicação de recursos, pelo que no essencial nos parece que a convicção do governador da Huíla é ajustada, no sentido em que não é crível que os cuamatos tivessem capacidade para qualquer aproximação a uma paridade com as forças nacionais.

Já no que à qualidade do armamento diz respeito, deve-se recordar que era prática corrente enviar para as colónias as armas que deixavam de ser utilizadas pelo exército do reino, o que se nunca implicou hesitações de relevo em termos de superioridade tecnológica, causava por vezes alguns embaraços

³² AHM/2/2/9/7.

³³ Espingardas de repetição Kropatscheck, espingardas e carabinas Snider, 8 peças de 7 cm. BEM (Bronze Estriado de Montanha), 4 metralhadoras pesadas Hotckiss e 1 metralhadora Nordenfeldt.

³⁴ As informações que circulavam eram muito divergentes, algumas referem 5 mil guerreiros armados de espingardas Martini-Henry, outras afirmam mesmo serem os nativos possuidores de Mausers, que mesmo o exército metropolitano só começaria a utilizar em 1905.

táticos. É que se da metrópole vinham armas mais antigas, a capacidade dos poderes locais em adquirir armas mais evoluídas na África do Sul implicou que muitas das vezes as colunas se apresentassem em combate com armamento muito diversificado, por vezes de diferentes gerações, sendo comum que, como se verificou no combate do Vau de Pembe, alguns soldados surgissem munidos de armas de repetição, enquanto outros combateram com as mais antigas carabinas e espingardas de repetição.

Como as forças portuguesas disparavam à ordem, por descargas contínuas, isto significava não ser possível a todos os soldados dispararem ao mesmo tempo o que com tropas pouco disciplinadas e mal preparadas, podia ter consequências muito negativas.

No que concerne às críticas feitas ao comandante da coluna, a propósito da sua suposta incúria em relação à inspeção da prontidão do equipamento, e deficiente cálculo de necessidade de munições, importa referir que durante os combates se verificou que muitas das Snider utilizadas pelos indígenas, apresentaram graves defeitos. A algumas faltava a alça, noutras o ponto de mira não existia e o cão não funcionava e muitas deixaram mesmo de disparar depois de aquecerem. Todavia, a má qualidade de muitas destas espingardas, não só tinha sido previamente diagnosticada, como fora comunicada às instâncias superiores em maio, pelo que a tentativa de atribuição de responsabilidade ao comandante da expedição parece um pouco forçada.

Já quanto à questão das munições, esta é um pouco mais complexa. O que se verificou foi que durante o combate de dia 25 e ao fim de uma hora de tiro à ordem e disciplinado, muitos soldados começaram a disparar livremente, o que acabou por contribuir decisivamente para o esgotamento das munições numa das faces do quadrado, obrigando à carga com armas brancas onde os nativos eram claramente superiores. Na ordem de marcha publicada no Humbe no dia 18 de setembro, último dia do estacionamento antes do início da marcha em direção a Pembe, fixou-se em 120 cartuchos a dotação de munições por cada praça de Infantaria, embora muitos venham depois afirmar que durante o combate de Umpungo os soldados não dispunham de mais do que 10 cartuchos. Não sendo possível comprovar esta afirmação, a verdade é que no bivaque, junto às margens do rio, existiam armazenadas grandes quantidades de munições que por motivos não identificáveis não foram distribuídas ao destacamento de Pinto de Almeida. Assim, parece ser evidente ter-se aqui verificado uma falha grave, mas que, no entanto, só no limite pode ser imputada ao comandante da expedição, como máximo responsável das operações, pois não parece ser sua competência direta a inspeção da quantidade de munições distribuídas aos soldados.

8. As Táticas

O enquadramento doutrinário das ações militares ultramarinas baseava-se essencialmente nas “Instruções Provisórias para o Serviço de Campanha em África”. Neste texto, Eduardo da Costa, atualizando o Regulamento Provisório para o Serviço do Exército em Campanha, apresenta instruções para as operações coloniais no que diz respeito a reconhecimentos, informações, marchas, estacionamento e combate. Este trabalho, de significativa importância, servirá de base a muitas das mais importantes campanhas de Moçambique nos finais do século XIX e dele resulta a adoção da ordem em quadrado na tática de marcha e combate nas campanhas coloniais.

Esta tática, de tão bons resultados nos combates com os Vátuas, tinha algumas limitações quando no confronto com adversários com outro tipo de estratégias, como aliás mesmo em Moçambique se comprovou na campanha dos Namarrais. Os Vátuas investem em campo aberto, em massa, tentando envolver o adversário, pelo que o quadrado com superioridade muito acentuada de armamento só tem de manter as suas posições fixas e resistir até infligir a derrota, pela imposição de baixas decisivas. Já os Cuamatos utilizam a tática do desgaste, camuflando-se na vegetação ou aproveitando outros subterfúgios como os morros de salalé no sul de Angola. Ocultam-se atrás dos troncos de árvores e outros obstáculos, fazendo fogo a coberto e sem grande risco, se as circunstâncias lhe são favoráveis. Tentam atingir os oficiais e os solípedes, fatigando fisicamente e moralmente as forças nacionais e tentando provocar-lhes um exagerado consumo de munições. Fatigado o inimigo e deprimido pelas baixas, os cuamatos se apresentam o esgotamento das munições atacam com manifesta vantagem, procurando a luta corpo a corpo, com arma branca onde tinham vantagem. Pelo que nestas condições o quadrado, se chega a ser formado, deve ter a capacidade de se desfazer rapidamente para, depois da ação preparatória da artilharia, lançar uma investida decisiva sobre o inimigo, que sempre em superioridade numérica, se espera colocar em fuga.

No caso concreto do Vau de Pembe, o que se verificou foi que o Capitão Pinto de Almeida, com experiência de combate em Moçambique mas não em Angola, preferiu aguentar o quadrado fixo durante uma hora, levando ao esgotamento das munições e permitindo o ataque cuamato, que rompeu uma das faces do quadrado lançando o pânico na coluna o que levou à retirada, tardia e desordenada. É verdade que durante o período de tempo em que as tropas, formadas em quadrado, se encontraram sob fogo inimigo se lançaram duas investidas ofensivas, as quais acabaram por não ter grande sucesso. Uma dessas investidas foi protagonizada pelos Dragões, o que em zonas de mato

também não é o mais apropriado, na medida em que os nativos protegidos atrás das árvores e vegetação disparam protegidos contra os cavaleiros e as suas montadas que por seu turno investem “às cegas”. Durante esta operação o comandante do esquadrão será morto levando os Dragões a retirar para o quadrado. A outra investida será executada por um pelotão de disciplinares, que com êxito conseguem ocupar uma zona da orla da floresta. Posteriormente, e de forma inexplicável, Pinto de Almeida acabará por lhes dar ordens de reagrupar, o que permite o regresso cuamato, a sua reorganização e posterior ataque em massa ao quadrado.

Assim, parece-nos que se o estacionamento prolongado nas margens do Cunene e o fracionamento das forças se revelaram opções discutíveis, o que foi determinante para a derrota foi a má utilização da tática do quadrado, que, à maneira do que tinha vingado em Moçambique, se manteve fixo durante mais de uma hora, respondendo com fogo cerrado aos ataques inimigos. Deste modo os Cuamatos conseguiram levar ao esgotamento das munições das tropas portuguesas, e assim lançar um contra-ataque final que por romper o quadrado se revelou decisivo.

Conclusão

Medo, fúria e vergonha, a fórmula encontrada por José Eduardo Agualusa para descrever o sucedido nas margens do Cunene, em 25 de setembro de 1904, parece ser uma boa síntese do que então se viveu. É claro que essa leitura é, em grande medida, o reflexo de uma reinterpretação criativa dos acontecimentos, mas a verdade é que várias são as situações que nos permitem adequar a realidade a esta fórmula literária. Não obstante ser exagerado falar de um clima generalizado de medo, a verdade é que durante algumas semanas no sul de Angola, o temor de que os Cuamatos pudessem passar o rio, atacar o Humbe e avançar até ao Lubango, esteve bem presente entre civis e militares, levando alguns destes últimos a advogar o abandono do Forte de Humbe com receio de tal investida.

Quanto à fúria, encontramos-la bem expressa no desejo de vingança e retaliação que toda a sociedade portuguesa então manifestou, e que esteve na origem da nomeação de comissões e na elaboração de planos, para renovar os armamentos coloniais e preparar uma expedição punitiva, o que todavia nunca se viria a concretizar nos moldes então preconizados.

Por outro lado, numa sociedade em que a perspetiva da superioridade civilizacional face ao indígena é evidente, a derrota agora sofrida é entendida não só como uma humilhação mas sobretudo como um profundo choque

face ao clima de euforia que as mais recentes campanhas vitoriosas tinham começado a construir.

De todo o modo o choque é intenso, como se percebe pelas ondas de impacto políticas e sociais verificadas, mas breve, pelo que poucos serão os ensinamentos que deste acontecimento se retiram para o futuro. Para tal facto acreditamos ter contribuído a crença que então se instalou de que a derrota foi consequência de erros individuais, e sobretudo de vicissitudes circunstanciais, pelo que no essencial nada havia a mudar. Aliás, quando se analisam os argumentos então lançados ao terreiro, verificamos que eles surgem fundamentalmente como armas de arremesso político, em que as tentativas de encontrar explicações nem sempre se configuram com posturas reformistas. Ou seja, nos debates que nos vários areópagos então surgiram poucos são os direcionados para a apresentação de propostas que extravasem os meros interesses corporativos, e mesmo as reflexões sobre as causas da derrota parecem sempre mais orientadas pelo fins imediatos, de obter proveitos políticos, de salvaguardar interesses de classe ou mesmo até de acertar contas antigas, do que propriamente refletir sobre o sucedido com o intuito de apresentar propostas de alterações nos modelos de ação.

Se é verdade que do conjunto de argumentos então dirimidos na busca das causas da derrota, uma boa parte deles não foram para ela determinantes, como é o caso da definição de objetivos e até mesmo a gestão de recursos humanos e materiais, que no essencial se adequavam ao contexto, a verdade é que ao invés, outros como a falta de formação dos oficiais e por aí os erros logísticos e táticos cometidos parecem ter sido determinantes para o fatídico desfecho. Todavia e pelo que atrás se alegou nada disto se remedeia, e os mesmos erros continuarão a ser cometidos, a despeito de algumas importantes inovações de Alves Roçadas nas campanhas posteriores.

É certo que, por motivos vários, esses erros nunca mais terão as mesmas consequências, apesar de em 1915 no combate da Môngua, Pereira D'Éça ter voltado a cair no mesmo equívoco tático, fixando o quadrado durante nove horas e levando à exaustão completa dos soldados portugueses, que só não foram mais uma vez derrotados porque tinham muitas munições e sobretudo porque receberam reforços atempadamente. Mas também é certo que, apesar da valorosa e muitas vezes heroica ação das tropas portuguesas, o alcançar dos grandes objetivos, que até finais da década de 20 se irá atingir, ficou-se a dever mais à ação da diplomacia do que das armas, na medida em que estas, por si só, para tanto não tinham capacidade, por muitas e diversas razões, mas também por falta de capacidade institucional de aprender com os erros cometidos.

Fontes e Bibliografia

1. Fontes Arquivísticas

Arquivo Histórico Militar (AHM).

Arquivo Particular Gomes da Costa.

AHM/FP/59/2/58/918 – “Campanha contra o Cuanhama”.

AHM/2/2/9/14 – “Desastre no Cuamato – Relatório do Governador-geral Custódio Borja”

AHM/2/2/9/7 – Telegramas.

AHM/2/2/62/14 – “Elementos para o estudo da campanha pelo Coronel Genipro da Cunha Eça Costa Freitas e Almeida”. 1927.

Caixa 3519 – Processo Individual de João Maria de Aguiar. Inclui relatório das operações de 14 de dezembro de 1904 e o processo do Conselho de guerra.

2. Publicações periódicas

Diário da Câmara dos Dignos Pares do Reino, (1904), Lisboa.

Diário da Câmara dos Senhores Deputados, (1885 e 1904), Lisboa.

Diário Ilustrado (1904), Lisboa.

Diário de Notícias (1904), Lisboa.

Século (1904), Lisboa.

Ilustração Portuguesa (1904), Lisboa.

O Ocidente (1904), Lisboa.

Revista Brasil Portugal (1904), Lisboa.

Revista Militar (1904, 1905, 1906, 1907, 1945), Lisboa.

3. Fontes Impressas

Almeida, Belo, *Eduardo da Costa*. Vol. I, Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1938.

Caldeira, Arlindo, (Fixação do texto, introdução e notas), *O Sul de Angola no início do século XX, Cadernos de Guerra do Coronel Alberto Salgado*, Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2011.

Costa, Eduardo da, *Relatório acerca da Missão desempenhada em Moçambique, de Janeiro a Dezembro de 1895, durante a Campanha*” in Eduardo da Costa – Colectânea das suas principais obras militares e coloniais, 1939, Lisboa: Agência Geral das Colónias. 1896.

Júnior, Manuel Contreiras, *O Massacre do Cunene – Cadernos Coloniais n.º 44*, Lisboa: Edições Cosmos, 1937.

Moraes, Major Artur, *Memórias de Angola*, Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2007.

Moncada, Cabral, *A Campanha do Bailundo em 1902*, Lisboa: Livraria Ferin, 1903.

Roçadas, Alves, *O Sul de Angola*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1908.

4. Bibliografia

Barrento, António, *Da Estratégia*, Lisboa: Tribuna da História, 2010.

Bethencourt, Francisco, *História da Expansão Portuguesa – Vol. IV*”, Lisboa: Círculo de Leitores, 1998.

Calafate, Margarida. *Uma História de Regressos: Império, Guerra Colonial e Pós-Colonialismo*, Porto: Edições Afrontamento, 2004.

Carrilho, Maria, *Forças Armadas e Mudança Política em Portugal no Século XX*, Lisboa: INCM Estudos Gerais, 1985.

Marques, A.H. Coor. *Nova História da Expansão Portuguesa – Vol. XI*, Lisboa: Editorial Estampa, 2001.

Martins, General Ferreira, *História do Exército Português*, Lisboa: Editorial Inquérito, 1945.

Medina, João, *História de Portugal – Vol. IX*, Amadora: Clube Internacional do Livro.

Pélissier, René, *História das Campanhas de Angola. Resistência e Revoltas 1845-1941, Vol. II*, Lisboa: Editorial Estampa, 1986.

Peres, Damião Dir., *História de Portugal*, Barcelos: Portucalense Editora, 1935.

Regalado, Jaime Ferreira, *Cuamatos. 1907. Os Bravos de Mufllo no sul de Angola*, Lisboa: Tribuna da História, 2004.

Serrão, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal – Vol. X*, Lisboa: Editorial Verbo, 1995.

Sousa Dias, Gastão “O Desastre do Vau de Pembe” in *Revista Militar*, Vol. XCVII (12), 1945, pp. 636-653.

Teixeira, Nuno Severiano e Manuel Themudo Barata, Dir. *Nova História Militar de Portugal – Vol. 3*, Lisboa: Círculo de Leitores, 2004.

Telo, António José, *Tecnologia e 3º Império*, Separata das Actas do IV Colóquio A História Militar de Portugal no século XIX, 1993.

Telo, António José, *Moçambique 1895 a campanha de todos os heróis*, Lisboa: Tribuna da História, 2004.

O impacto da intervenção militar em Moçambique nos finais do Século XIX para o desenvolvimento das campanhas africanas

Paulo Jorge Fernandes

Investigador Integrado do Instituto de História
Contemporânea da FCSH-UNL
Lisboa, Portugal
paulojorgefernandes@sapo.pt

Introdução

Desde meados do século XIX, das províncias ultramarinas¹ os portugueses apenas estavam habituados a receber notícias de derrotas e humilhações militares que, normalmente, custavam as vidas dos soldados envolvidos em tais iniciativas. Pelo menos desde 1844, para não recuarmos mais no tempo, que periodicamente chegavam informações à metrópole de que as ambições lusitanas em África se encontravam ameaçadas ora por revoltas locais ora devido à cobiça das principais potências europeias².

Nos anos finais do século XIX, este panorama começou a alterar-se. A partir dos finais de 1894 o país iria envolver-se numa primeira guerra colonial dos tempos modernos em múltiplas frentes, erradamente designada como “Campanhas de Pacificação” dos territórios ultramarinos, primeiro em Moçambique, mas depois alargada da Guiné a Timor, passando por Angola e também pela Índia, que obrigaram ao emprego de recursos humanos e tecnológicos – material de guerra – muito para além do que se estava habituado a observar em tais paragens. Os resultados operacionais seriam bastante encorajadores. A mobilização interna gerada a propósito do ultramar e verificada a partir da década final de Oitocentos não viria a ter unicamente por sustento inicial uma

¹ O texto que serviu de base este artigo é inspirado no livro da minha autoria, *Mouzinho de Albuquerque: um soldado ao serviço do Império*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2010.

² Pélissier, 2006.

réplica directa a um estímulo externo. Os sucessos operacionais, entretanto, verificados também se ficaram a dever ao uso em larga escala de auxiliares recrutados nos vários pontos do Império, a uma melhoria dos meios logísticos empregues, nomeadamente ao nível das condições sanitárias e à superioridade do armamento utilizado. Por outro lado, construiu-se uma hagiografia colonial em torno de uma geração de “heróis” militares que nasceram com estas campanhas e que serviu propósitos ideológicos bem definidos. Para todos eles, os territórios ultramarinos faziam parte da pátria e deveriam, por isso, ser defendidos de agressões externas, fossem elas quais fossem. O Império não podia ser discutido, sendo antes um factor de unidade nacional. Conferiu-se, assim legitimidade a uma retórica patriótica e belicista, em relação ao Ultramar, que atravessou os vários tipos de regimes políticos observados em Portugal até ao último quartel do Século XX sem que alguma vez se questionasse oficialmente a matriz colonial da pátria. Esta comunicação procura discutir e problematizar o impacto do envolvimento militar em Moçambique, sob estas múltiplas vertentes, a partir dos anos finais do século XIX na doutrina de guerra portuguesa até às vésperas da abertura da frente africana já em contexto da I Guerra Mundial.

A alteração do paradigma colonial

Em 13 de Março de 1896, a Baixa de Lisboa encheu-se de bom povo para assistir a uma cena nunca observada na capital do Império. A meio da tarde, no Arsenal da Marinha, foram desembarcados Gungunhana, o rei dos Vátuas que tinha passado os últimos anos a aterrorizar o centro-sul de Moçambique, e sua comitiva, capturados poucos dias depois do Natal do ano anterior por um obscuro capitão do Exército, Mouzinho de Albuquerque, em Chaimite³. Assim que foi conhecido na Europa, o episódio transformou-se rapidamente no acto maior de uma ofensiva militar levada a cabo pelas forças portuguesas naquela província do Índico e que agora começava a produzir resultados surpreendentes. Em Lisboa, os prisioneiros seriam metidos em carros, que mais faziam lembrar jaulas, e passeados pelas ruas da baixa cidade durante algumas horas como troféus de caça antes de serem encarcerados na serra do Monsanto. Poucas semanas antes, em meados de Janeiro, a capital já tinha parado para aclamar o corpo expedicionário enviado para Moçambique, mas que agora se apresentava de regresso à Europa depois de ter oferecido à nação uma série de vitórias militares que contribuíram para mudar a impressão da opinião pública e dos decisores políticos em relação aos domínios ultramarinos,

³ Bretes, 1989.

cuja soberania, se imaginava, seria controlada pelas autoridades nacionais em vários continentes. Pela primeira vez, aos olhos do cidadão comum, a presença ancestral dos portugueses em África materializava-se numa representação visível de domínio e de força jamais observada pelas gerações recentes. A própria imprensa interessou-se pelo evento noticiando-o de forma ímpar⁴.

Até então os desastres atingiam mesmo proporções catastróficas como o verificado durante as várias campanhas levadas a cabo na Zambézia já na década de 1860⁵. Nos anos seguintes, até aos inícios de 1895, este tipo de noticiário não sofrerá grandes transformações. Os sucessivos governos metropolitanos paralisados, sobretudo, pela falta de meios financeiros, pelo deficiente investimento em recursos tecnológicos, mas também pela ausência de uma estratégia clara a seguir em termos de política colonial, nunca se encontraram em condições de esboçar uma resposta efectiva às consecutivas intimidações dos nativos e das forças ao serviço das potências estrangeiras, sobretudo, da Grã-Bretanha. Todas as acções empreendidas não podiam passar do plano simbólico. Os insucessos verificados correspondiam a uma real incapacidade da nação em afirmar um qualquer tipo de autoridade longe das fronteiras metropolitanas. Para além disso, numa altura em que a esmagadora maioria da emigração nacional era canalizada para o Novo Mundo, mais do que funcionar como espaços de fixação de populações europeias, as possessões de além-mar, sobretudo, as africanas, continuavam a ser um lugar para onde apenas se enviavam degredados, sendo poucos os que escolhiam voluntariamente estabelecer-se em tais paragens. Na viragem para o século XX, os portugueses que viviam em Angola e Moçambique (não mais de 15.000 no seu conjunto) encontravam-se, sobretudo, ao longo das linhas de costa e aglomeravam-se nos poucos núcleos urbanos existentes. Em termos concretos, o domínio branco era mais nominal do que efectivo, mesmo na Índia portuguesa, em Macau ou na nossa metade de Timor, onde no total, a população europeia não seria superior a 5000 pessoas⁶. A imigração portuguesa procurava outras paragens⁷.

Nos anos finais do século XIX, este panorama começou a alterar-se. Na sequência das resoluções adoptadas pela Conferência de Berlim (1884-1885) o paradigma colonial sofreu uma inflexão. Portugal passou a sofrer pressões directas da comunidade internacional para ocupar efectivamente os territórios sobre os quais evocava a sua dominação, quer a mesma fosse reconhecida

⁴ *O Ocidente*, de 25 de Janeiro de 1896.

⁵ Pélissier, 1994.

⁶ Castelo, 2007.

⁷ Serrão, 1982, pp. 25-45 e Rowland, 1998, p. 307.

ou não pelos poderes africanos ou asiáticos. Basicamente, havia de decidir entre os vários caminhos possíveis ou entre as formas sobre as quais se iria proceder à “recolonização” do Império⁸. À entrada da década de 1890 chegou a ser considerada a possibilidade de apostar no desenvolvimento dos domínios pela via do progresso económico e da extensão do poder infra-estrutural do Estado em articulação com os interesses britânicos. Tratava-se de uma opção lógica, mas politicamente inexequível no momento. A onda patriótica que varreu a metrópole e que tornou visível o movimento republicano, com especial ênfase após o Ultimato (1890), impediu qualquer tipo de avanços neste campo, sobretudo na África Austral portuguesa. Escolheu-se, então, a solução mais fácil, eventualmente mais barata e, seguramente, mais demagógica, a da intervenção militar enquanto forma de defesa e promoção da soberania nacional nas colónias⁹. Assim, a partir de 1894 o país iria envolver-se numa primeira guerra colonial dos tempos modernos em múltiplas frentes, erradamente designada como “Campanhas de Pacificação” dos territórios ultramarinos, da Guiné a Timor, passando por Angola, Moçambique e também pela Índia, que consumiram recursos humanos e tecnológicos muito para além do que se estava habituado a ver. O termo “Campanhas de Pacificação” foi cunhado na época, mas partida do princípio – errado – de que as forças nacionais controlavam os espaços onde se registaram sublevações contra a influência portuguesa, como que reduzindo as operações militares a simples manobras de polícia e de restabelecimento da “ordem”. Na prática, os levantamentos que se registaram a partir dos anos finais do século XIX, praticamente por todo o Império, com as exceções dos arquipélagos de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe, bem como de Macau, obedeceram a ritmos diferentes e a causas diversas consoante a região onde foram produzidos. Todavia, todos resultaram de movimentos de resistência das populações locais em relação a formas de domínio colonial com intensidades desiguais e acabaram por ser dominados através de campanhas de imposição de soberania sobre territórios deficientemente ou mesmo não controlados anteriormente.

Tudo terá começado entre Agosto e Outubro de 1894 quando dois dos «regulados» tsongas encravados nas terras que a coroa supostamente controlava nos arredores de Lourenço Marques se revoltaram contra a autoridade dos portugueses. Estava em causa o aumento do imposto de palhota cobrado pelos europeus e que passara recentemente dos \$900 para os 1\$350 réis pagos em libras, embora fora dos limites “urbanos” fosse praticamente impossível

⁸ Jerónimo, 2010.

⁹ Fernandes, 2012, pp. 17-39.

proceder à sua cobrança. Este, porém, não fora o único assunto que motivou a revolta dos nativos. Os portugueses tinham alegadamente interferido de forma desfavorável em relação a um régulo local numa questão dinástica, que envolvia disputa de propriedades. Para além disso subsistiam ressentimentos contra os brancos devido à existência de trabalho obrigatório não remunerado, às acções excessivas por parte de quem recrutava mão-de-obra usando canais informais, para além das brutalidades cometidas por capatazes durante a construção do caminho-de-ferro de Lourenço Marques. Em condições semelhantes, isto é, sem meios militares suficientes para reagirem à afronta, os portugueses recorriam aos préstimos de régulos mais obedientes. A praxe repetiu-se, mas o tiro sairia pela culatra ao governador Silva Antunes que viu os supostos aliados passarem para o lado dos inimigos descontentes com a qualidade das armas que lhes teriam entregues para fazer face à revolta local. Já em meados de Outubro, Lourenço Marques seria novamente atacada por grupos de nativos, alegadamente da etnia vátua. Cerca de 1.500 guerreiros quase tomaram a “cidade”. A artilharia defendeu o que pode com alguma eficácia, provocando cerca de uma centena de mortos entre os assaltantes. O massacre de maiores proporções apenas foi evitado graças à pronta intervenção da força da estação naval, composta pela corveta *Rainha de Portugal*, pela canhoneira *Quanza* e por duas lanchas. Parte da tripulação do primeiro navio chegou mesmo a desembarcar para acautelar males superiores¹⁰.

Em Lisboa, perante estas notícias e dados os antecedentes de conflito com os britânicos na região, os espíritos dos membros do governo da época alvoraçaram-se. Havia quem suspeitasse que por detrás das manobras se encontrava nada menos do que o próprio Cecil Rhodes, o homem-forte dos interesses britânicos na zona em causa. Ainda em Outubro de 1894, os ministros discutiram com D. Carlos a possibilidade de enviar uma coluna militar para submeter os nativos à autoridade de Portugal. O consenso em torno de tal matéria não foi difícil de atingir. Todos concordavam na “necessidade imperiosa de conservar portuguesa a chave da África Austral”¹¹. Em termos políticos, progressistas, regeneradores e até os republicanos não diferiam muito nesta matéria. Percebiam que não estava em causa uma simples afronta militar aos europeus, nem sequer se levava em consideração séria a passagem da influência lusitana para as mãos dos “cafres”. Temia-se a perda da província para a dominação britânica, isso sim, algo de irreparável no contexto pós-conferência de Berlim. Alguma decisão teria de ser tomada, e quanto mais rapidamente

¹⁰ Fernandes, 2010.

¹¹ Ornelas, 1902, p. 6.

melhor. Desta vez o executivo liderado por Hintze Ribeiro e João Franco iria reagir de forma enérgica. O ministro da Marinha e Ultramar – o capitão-de-fragata Neves Ferreira – começou por despachar o conhecido dramaturgo e também ex-ministro da Marinha (1890-1891), António Enes, como Comissário Régio dotado de amplos poderes para combater a insurreição moçambicana. Depois, enviou nos meses seguintes para Moçambique, até Abril de 1895, três expedições num total de 2.886 soldados brancos. Nunca nos tempos modernos o reino havia empenhado semelhantes esforços materiais e humanos na defesa do ultramar. A pressão externa e uma absolutamente excepcional melhoria momentânea da situação económica doméstica explicavam a mudança de atitude do executivo de Lisboa. Relembre-se que, em 1892, se tinha declarado a bancarrota parcial do Estado, mas graças à acção dos ministros Oliveira Martins e Dias Ferreira, o défice das contas públicas passou de 40,5%, em 1891-1892, para um saldo positivo das mesmas de 1%, em 1893-1894 (a primeira vez que tal ocorria desde 1851-1852). O país passou a dispor dos recursos financeiros que anteriormente não possuía para mobilizar e equipar soldados e marinheiros e enviá-los para as províncias ultramarinas. Os efeitos desta situação fizeram-se sentir de imediato e os sucessos militares obtidos em Marracuene (onde o quadrado português seria refeito com sucesso pela primeira vez depois de rompido pelos indígenas), Magul, Coolela, Manjacaze e Chaimite, no Sul de Moçambique, ao longo de 1895 e Maputo e Gaza já em 1896-97, rapidamente inverteram a posição da opinião pública e dos governantes acerca do investimento em meios militares como forma de afirmação da soberania portuguesa nos territórios do Império. A “conquista” seria efectuada com a força das armas.

A aposta decisiva no aumento de efectivos militares em África

Em 1860, ou seja, em tempo de paz no quadro europeu, o Exército contava com cerca de 24.000 homens. No final do século XIX (em 1887), o contingente total era já de 26.677 soldados na metrópole e cerca de 10.000 nas colónias – dos quais apenas 1.193 seriam europeus (12%). Neste quadro de transformação, a aposta no reforço da frente imperial passou a ser óbvia. Em 1910, o Exército contava com 30.000 soldados na Europa (mais 12% do que o verificado em 1887) e 13.000 nas possessões (mais 30% do que em 1887). Estes números ainda assim podem parecer irrisórios quando comparados com os meios humanos disponibilizados pela Espanha, Grã-Bretanha, França ou até pela Itália para a defesa dos respectivos impérios na época. A Espanha durante a chamada “Guerra dos Dez Anos” ou “Guerra Larga”, entre 1868 e 1878, enviou 181.040 soldados para a ilha das Caraíbas. Quando

se iniciou o movimento separatista em Cuba, o governo de Madrid enviou qualquer coisa como 58 batalhões para combater os insurrectos. Apenas em ano e meio chegaram 90.000 reforços¹². Durante o segundo semestre de 1895, praticamente em simultâneo com a ofensiva empreendida na África Oriental portuguesa, embarcaram para as Caraíbas cerca de 60.000 homens em armas. Quando a guerra acabou, no “desastre” de 1898, o país vizinho teve de proceder ao repatriamento de quase 200.000 tropas, um número astronómico para a realidade lusa. Ainda em termos comparativos, a Grã-Bretanha mantinha cerca de 217.000 homens estacionados só na Índia, em 1897, e os franceses empenharam 17.500 soldados apenas na conquista de Madagáscar nos finais do século XIX¹³. Até uma potência colonial de terceira categoria como a Itália contou com perto de 10.600 soldados europeus na batalha de Adowa, em 1896, na fracassada campanha da Etiópia. Apesar do aumento da atenção dos poderes metropolitanos em relação à protecção da soberania das colónias, os meios utilizados em tal empreendimento seriam sempre escassos em relação ao fim para que se destinavam. Em termos médios, Portugal garantia a presença de um soldado em cada 154 quilómetros quadrados do seu vasto Império (c. de 2.000.000 de quilómetros quadrados), enquanto na metrópole mantinha um soldado em cada 3 quilómetros quadrados.

A desproporção evidente entre a realidade que se vivia na Europa e a que era experimentada nas colónias não fez abrandar o esforço de guerra nos anos seguintes, muito pelo contrário. Numa perspectiva global de média duração, em África (Guiné, Angola e Moçambique), entre 1841 e 1936, as Forças Armadas nacionais estiveram envolvidas em pelo menos 430 operações militares contabilizadas ao longo de 557 meses, que envolveram qualquer coisa como cerca de 58.000 soldados regulares, e várias centenas de milhares de milicianos arrolados localmente e auxiliares nativos recrutados em todo o espaço imperial. Com todas as ressalvas que este tipo de contabilidade implica o conjunto de dados indicado vem revelar que apesar do relativo apagamento da corporação militar na cena política doméstica a partir de 1851, as Forças Armadas mantiveram-se bastante activas fora do perímetro do território do Portugal europeu contrariando a ideia de que o encerramento do processo de consolidação do liberalismo, a partir da Regeneração, correspondeu a uma desmobilização operacional do Exército. Se tal era verdade na metrópole, não o era perante a realidade ultramarina¹⁴.

¹² Puell de la Villa, 1996, pp. 241, 260 e 264.

¹³ Campos Júnior, p. 58.

¹⁴ Pélissier, 1994.

Ainda assim, o balanço destas intervenções foi geográfica e temporalmente diferenciado. Na Guiné, no período 1841-1936, realizaram-se 81 expedições – das quais 40 tiveram lugar entre 1891 e 1925 – que envolveram quase 8.500 soldados regulares, 2.000 milicianos e 40.000 “auxiliares” recrutados na zona ou “importados” de outras fracções do Império. Num espaço geograficamente limitado, o Exército passou um total de 65 meses em campanhas efectivas, ou seja, manteve-se ocupado em lutas, ainda que de intensidade desigual, ao longo de 6% do tempo considerado para análise.

Já em Angola, entre 1879-1926 tiveram lugar 154 operações com o recurso a 30.800 tropas regulares, dos quais 26.000 foram usadas entre 1902 e 1920. Durante o período de 1848 a 1926 o Exército manteve-se ocupado em marchas, combates e razias ao longo de 330 meses (192 meses apenas entre 1902 a 1920), ou seja, de meados do século XIX ao fim da Primeira República a tropa esteve comprometida numa guerra que se arrastou por 27 anos, o que representa um envolvimento cinco vezes superior ao verificado na experiência da Guiné. A imensa extensão do território a controlar, neste caso, exigia o emprego de mais meios, mas em 1906, cerca de 4/5 de um espaço que era o dobro da França, não se encontrava ainda sob o domínio das forças portuguesas.

Em Moçambique a intensidade da presença militar nacional não seria menor. Entre 1854 e 1918 registaram-se 167 acções militares (55 acções apenas na Zambézia), verificadas ao longo de 196 meses (mais de 16 anos de combates), envolvendo quase 19.000 soldados regulares, 70.000 cipaios e 100.000 “auxiliares”. Nos anos finais da Monarquia, o esforço de guerra aumentou consideravelmente, pois entre 1891 e 1901, foram enviadas 13 expedições e cerca de 8.000 tropas europeias, o que transformou esta colónia no grande sorvedouro de soldados do Império antes da I Guerra Mundial.

No Oriente, a presença militar portuguesa também se fez sentir. Em 1895 produziu-se uma sublevação em Pangim (Índia) quando cerca de 300 soldados ali recrutados se recusaram a embarcar para Moçambique na noite de 13 para 14 de Setembro, escassos 5 dias após a batalha de Mogul. De referir que o uso de militares angariados na Índia para actuar em Moçambique era frequente. Todavia, desde as derrotas frente ao Bonga na Zambézia (1867-1869) que havia uma total aversão pela participação em tais campanhas no continente africano. Na altura seria, então, enviada uma expedição de Lisboa, liderada pelo infante D. Afonso, irmão do rei, que reuniu um total de 589 praças e oficiais. A ofensiva para a submissão deste território, ainda que de baixa intensidade quando comparada com o que se verificou em outros pontos do Império, arrastou-se até 1897 em lutas contra acções de guerrilha que acabaram por ser dominadas.

Por fim, em Timor nas décadas finais do século XIX até à República verificaram-se “apenas” 56 operações militares, 22 das quais atribuídas ao governador José Celestino da Silva, considerado o criador do Timor português neste período. Devido à distância a que se encontrava da metrópole, estas campanhas não puderam contar com a utilização de tropas regulares como o verificado em África, sendo apenas empregues 2.200 soldados brancos. Por outro lado, o sucesso das mesmas para os brancos deveu-se ao uso em maior profusão dos “moradores” (c. de 6.000) e dos guerreiros das tribos locais (c. de 108.000)¹⁵.

O emprego deste volume de efectivos, acompanhado da modernização tecnológica ao nível do armamento traduziu-se numa inversão de resultados operacionais. Desde meados do século XIX que na metrópole os confrontos militares em contexto colonial eram sinónimo de fracasso e de sacrifício da vida dos soldados envolvidos. Agora, pela primeira vez de forma sistemática, a imprensa podia noticiar vitórias e feitos extraordinários. Com estes sucessos iria assistir-se ao nascimento de uma geração de “africanistas” que contribuiria de forma decisiva para o renascimento moderno do mito da “herança sagrada” que os lusitanos tinham de preservar em outros continentes¹⁶. Como escreveu o próprio Marcelo Caetano, “as campanhas de 1895, em Moçambique, são um dos acontecimentos capitais da história portuguesa contemporânea. Demonstraram internacionalmente a nossa capacidade para a ocupação efectiva das colónias; deram ao país confiança nas suas próprias possibilidades e acção e marcaram o início de uma nova era na política do Ultramar”, num discurso legitimador da política colonial do Estado Novo¹⁷.

Esta reorientação seria pautada por duas ideias fundamentais. Por um lado, a manutenção do Império era absolutamente determinante para a regeneração da pátria, tornando-se o projecto colonial na pedra angular do nacionalismo lusitano. Por outro, a instabilidade política vivida na metrópole nos inícios do século XX constituía a mais séria ameaça à integridade do Império. Os comandos militares, que não tinham criado e não desejavam a desordem, apresentaram-se como fazendo parte da solução deste problema. A tal linhagem que se tornou conhecida nos sertões de Moçambique ganhou força e importância à medida que o século XIX se aproximava do final, a ponto de, no início de Novecentos, se posicionar como um dos mais importantes grupos de pressão no país. Ao lado do rei D. Carlos mostravam-se dispostos a segurar e a reformar o regime em nome da ordem e do engrandecimento do reino.

¹⁵ Idem.

¹⁶ Alexandre, 1998, pp. 68-70.

¹⁷ Marcelo Caetano, 1947, p. 5.

Todavia, nenhum deu qualquer passo nesse sentido, embora praticamente todos os oficiais viessem a ter, posteriormente, a tentação do poder, protagonizando carreiras políticas importantes ligadas à administração do Império ou ao governo do país. O facto não pode ser encarado como uma simples coincidência. Aires de Ornelas, chefe do Estado-Maior de Mouzinho de Albuquerque, seria ministro da Marinha e do Ultramar ao lado de João Franco (1906-1908); Henrique da Paiva Couceiro, o guia da coluna do sul, em 1895, foi governador-geral interino de Angola (1906) e figura conhecida da resistência monárquica durante a Primeira República; Eduardo Galhardo, o vencedor de Coolela e Manjacaze, seria governador de Macau (1897), ministro plenipotenciário na China, no Japão (1897) e junto do reino do Sião (1898), governador-geral da Índia (1900-1905), director-geral dos serviços de Infantaria (1905), director-geral do Ministério da Guerra (1906), ajudante de campo efectivo do rei (1906), chegando a ser apontado como futuro ministro da Guerra (1908); João de Azevedo Coutinho, o homem da Armada em quem Mouzinho de Albuquerque confiou durante a campanha dos Namarrais, foi deputado (1900), exerceu o cargo de governador de Moçambique (1905-1906), e chegou a ministro da Marinha e Ultramar por duas ocasiões (1909-1910); Eduardo Costa, para além de governador do distrito de Moçambique, seria governador de Angola (1906-1907); o capitão Pereira de Eça, que foi nomeado e demitido por Mouzinho de Albuquerque do lugar de governador do distrito de Lourenço Marques, ganharia destaque em futuras campanhas em Angola, onde serviu como governador-geral (1915), e em Moçambique, chegando a ministro da Guerra (1914); o jovem oficial Ernesto Vieira da Rocha, foi ajudante de campo de Mouzinho de Albuquerque, chegando a General e a ministro da Guerra por diversas ocasiões (1922, 1924-1925) e das Colónias (1925-1926); Freire de Andrade, o chefe de gabinete de António Enes, foi governador de Moçambique (1906-1910); Gomes da Costa, o capitão-mor de Mossuril e governador de Gaza, chegará a marechal e a presidente da República (1926). Esta será a elite militar que vai assistir à construção do Império colonial, a partir de finais do século XIX, e que será, em boa parte responsável pela sua administração

Conclusão

A viragem de Portugal para África, iniciada como resposta à inauguração da política de concessões governamentais a privados (1878), ao assumir de uma aproximação oficial à Grã-Bretanha (1879), aos resultados do fracassado Tratado do Zaire (1884) e da Conferência de Berlim (1884-1885) e do Ultimato britânico (1890), não teve unicamente por sustento inicial uma réplica directa

a um estímulo externo. Não foi provocada somente pela pressão exercida por intermédio dos principais países europeus sobre a capacidade nacional em possuir e administrar vastos territórios longe de casa. A alteração do contexto externo e o início do “scramble for Africa”, se bem que fundamentais para se entender o lançamento de Portugal num processo de “Empire-building” a partir da última década do século XIX, são apenas um dos dados de uma equação que se veio a revelar bem mais complexa.

A consolidação das fronteiras também não teve que ver exclusivamente com o mero desejo de dilatação do Império e a construção de um novo Brasil em África, como depois a retórica salazarista tornou ideia oficial. Não só se desconhecia a geografia de vastas regiões como a inclemência do clima dissuadia a emigração, que não trocava o Brasil por paragens vivamente desaconselhadas. Da mesma forma, não representou sequer a resposta do corpo militar à inoperância a que se vinha remetendo desde o início da Regeneração, até porque o seu papel em termos políticos, entre 1890 e 1908, seria largamente exagerado pelos observadores contemporâneos. Os militares não só foram largamente minoritários nos Conselhos de Ministros e nas duas câmaras do parlamento como nunca esboçaram qualquer tipo de intenção em patrocinar uma solução governativa de tipo marcial e absorver o poder entregue aos civis por mais que estes fossem acusados de incompetência ou corrupção. Na Câmara dos Deputados, apesar do crescimento da sua influência, por exemplo, entre 1878 e 1910, apenas 18% dos parlamentares eram oriundos da corporação marcial, subindo o valor para 21%, durante a Primeira República.

Não obstante as vitórias da “geração de 1895”, a confusão deriva do facto dos militares virem a assumir nos anos seguintes um papel de destaque na reacção contra a República, não contra a Monarquia. Os militares que tinham atingido projecção em África, por regra, odiavam a política, apesar de muitos virem a ser absorvidos por cargos políticos e administrativos. Consideravam que ninguém que se desse ao respeito estaria disposto a envolver-se em maquinações insidiosas no parlamento. É verdade que se achavam, e havia quem os achasse, como os verdadeiros representantes da nação, mais legítimos do que os próprios deputados e os pares do reino, mas os “africanistas” representavam uma minoria dentro da hierarquia. Na prática, podiam alterar tudo, mas não se mexeram. Optaram por se isolar num grupo à parte dentro do Exército. Achavam-se diferentes dos outros militares. Mais capazes e imbuídos de um espírito que não encontravam, em mais nenhum lado, pensavam-se destinados a grandes feitos e alguns acabariam por o conseguir. Passaram a alimentar uma nostalgia pelos tempos passados nas matas e nos sertões africanos.

A participação de Portugal no “scramble for Africa” só se compreende, assim, pela conjugação dos factores anteriores, ou seja, pela modificação do contexto internacional, que pressionou as elites governativas nacionais a agir rapidamente em função de uma “nova ordem externa” e a procurar o apoio das Forças Armadas para cumprir tal desígnio. A estas condições acresceu uma outra. A alteração do paradigma ultramarino também se explica como reacção doméstica em relação às manifestações do nacionalismo radical de cariz colonial e anti-britânico que se começou a manifestar no final de 1878, desde que se falou na famosa concessão a Paiva de Andrade, justamente em Moçambique. As manifestações no Chiado, em Lisboa, por causa do Ultimato e as humilhações posteriores impostas por tratados tidos como ultrajantes apenas serviram para legitimar o caminho que se veio a escolher para construir o Império. Todavia, a emergência deste mesmo nacionalismo radical não se ficou a dever tanto aos republicanos, que dele tiraram bastante proveito nos anos seguintes, mas à acção de uma ala extremista do Partido Progressista, inspirada por nomes como Mariano de Carvalho ou Emídio Navarro, que elegeu o tema da alienação da soberania nas colónias, sobretudo em Moçambique, como arma de arremesso político e forma de protesto pela sua falta de acesso ao poder, bloqueado pelo Partido Regenerador de Fontes Pereira de Melo e ainda pelo rei D. Luís.

O alegado insulto do Ultimato não poderia ter tido outra resposta. A saída negociada tentada pelos dirigentes regeneradores e progressistas era a única possível. O exemplo espanhol demonstra esta tese com uma simplicidade evidente. A reacção à afronta americana por causa da questão de Cuba levou a uma guerra colonial, em 1898, onde o país vizinho acabou por se ver amputado do que restava do seu império colonial. Num exercício contrafactual legítimo poderia pensar-se que se monárquicos (ou mesmo os republicanos) se têm oposto à ofensa britânica de 1890, tal reacção implicaria a perda da pretensão nacional em ocupar Angola e Moçambique e alienaria as possessões nacionais na Índia, ou seja, dito de outro modo, toda a história do século XX português teria sido bem diferente.

Bibliografia

- Alexandre, Valentim, “A viragem para África”, in Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri, *História da Expansão Portuguesa, Vol. IV*, Lisboa: Círculo de Leitores, 1998.
- Bretes, Maria da Graça, “Arqueologia de um mito: a derrota de Gungunhana e a sua chegada a Lisboa”, in *Penélope. Fazer e Desfazer História*, n.º 2, Lisboa: Quetzal Editores, 1989.

- Caetano, Marcelo, *As Campanhas de Moçambique em 1895 segundo os contemporâneos*, Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1947.
- Campos Júnior, António de, *Victórias d'África. A defeza de Lourenço Marques e as campanhas do valle do Incomati e do paiz de Gaza, 1894-1895*, Lisboa: Typographia da Rua do Norte.
- Castelo, Cláudia, *Passagens para África: o povoamento de Angola e Moçambique com naturais da metrópole (1920-1974)*, Porto: Edições Afrontamento, 2007.
- Fernandes, Paulo Jorge, “A súbita vocação «africanista» de um ex-ministro: A viagem de Mariano de Carvalho a Moçambique em 1890”, in *Africana Studia n.º 17*, Faculdade de Letras, Centro de Estudos Africanos, Universidade do Porto, Porto: 2012.
- Fernandes, Paulo Jorge, *Mouzinho de Albuquerque: um soldado ao serviço do Império*, Lisboa: A Esfera dos Livros, 2010.
- Fernandes, Paulo Jorge, *Mouzinho de Albuquerque: um soldado ao serviço do Império*, Lisboa: A Esfera dos Livros, 2010.
- Jerónimo, Miguel Bandeira, *Livros Brancos, Almas Negras. A «missão civilizadora» do colonialismo português (c. 1870-1930)*, Lisboa: ICS, 2010.
- Kirti Chaudhuri, *História da Expansão Portuguesa Vol. IV*, Lisboa: Círculo de Leitores, 1998.
- Ornelas, Aires de, *Mouzinho de Albuquerque: sua acção em Moçambique*, Lisboa: A Liberal, 1902, p. 6.
- Pélissier, René, *As Campanhas Coloniais de Portugal, 1844-1941*, Lisboa: Editorial Estampa, 2006.
- Pélissier, René, *História de Moçambique. Formação e Oposição 1854-1918*, Lisboa: Editorial Estampa, 1994.
- Puell de la Villa, Fernando, *El soldado desconocido. De la leva a la “mili” (1700-1912)*, Madrid: Biblioteca Nueva, 1996.
- Rowland, Robert, “O problema da emigração: dinâmica e modelos”, in Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri, “História da expansão portuguesa”. Navarra: Círculo de Leitores, 1998. Vol. IV
- Serrão, Joel “ A Emigração Portuguesa”, 4.^a ed., Lisboa: Livros Horizonte, 1982,

A Primeira Guerra Mundial em Angola. O ataque Alemão a Naulila.

Preparar-se para uma guerra e combater outra¹

Luís Machado Barroso

Tenente-Coronel

Investigador no Centro de Estudos Internacionais, ISCTE-IUL e no Centro de Investigação em Segurança e Defesa do Instituto de Estudos Superiores Militares (CISDI).

Lisboa, Portugal

barrosolfm@gmail.com

Porque atacaram os alemães a guarnição portuguesa em Naulila em 18 de dezembro de 1914? Estavam os Portugueses preparados para essa eventualidade? A resposta a estas questões pretende enfatizar aspetos estratégico-militares e operacionais relativos ao combate de Naulila, entre portugueses e os alemães do sudoeste africano no âmbito da conflitualidade global relativa à Primeira Guerra Mundial.

O combate de Naulila inscreve-se na gesta dos portugueses na Grande Guerra², apesar de considerado um autêntico desastre militar, traduzido no recuo do dispositivo e na necessidade de enviar uma nova expedição, representando um enorme esforço militar para uma nação que estava à beira do colapso financeiro e político³. Porém, manter a posse de Angola representava um objetivo vital para Portugal, uma vez que foi o teatro onde mais meios militares foram empregues até então⁴. O confronto entre portugueses e alemães naquela região da África

¹ Este texto foi escrito no âmbito do Projecto de Investigação «Tipologia da Conflitualidade e Beligerância Portuguesa na Grande Guerra», da Comissão Portuguesa da Grande Guerra (1914-1918). Uma outra versão foi publicada da Revista *Relações Internacionais* nº47, setembro de 2015, pp. 127-148.

² Teixeira, Nuno Severiano, *O Poder e a Guerra, 1914-1918. Objectivos Nacionais e Estratégias Políticas na Entrada de Portugal na Grande Guerra*, Lisboa: Editorial Estampa, 1996.

³ Telo, António, *Os Açores e o Controlo do Atlântico (1898-1948)*, Porto: Edições, 1993.

⁴ Pelissier, René, *Campaignes Militaires au Sud-Angola (1885-1915)*, Paris: Cahiers d'Études Africaines, 1969, pp. 141-142.

Austral resultou do conhecimento português acerca do relacionamento entre a Alemanha e a Grã-Bretanha por causa dos territórios portugueses em África, da situação política interna em Portugal, e das recorrentes incursões militares, económicas e políticas alemãs no sul de Angola⁵.

Apesar dos efetivos envolvidos, o combate de Naulila não deve ser analisado como um simples recontro de nível tático, mas como parte de uma estratégia com objetivos muito claros. Para o Governo português, era a oportunidade para demonstrar aos aliados e à opinião pública interna a capacidade do país em salvaguardar a integridade das colónias, uma vez que a manutenção do Império Colonial era a grande preocupação nacional e talvez o único objetivo que na época reunia o consenso na sociedade civil e política. Por conseguinte, não é de estranhar a necessidade de enviar forças para as colónias mesmo em condições materiais e técnicas muito precárias. Para os alemães do Sudoeste Africano, o combate de Naulila foi o resultado dos seus receios em combater simultaneamente em duas frentes contra os aliados, um risco que não se podia aceitar devido à falta de recursos.

O combate de Naulila aparece referenciado em alguma historiografia como um “ataque punitivo” contra as forças de Roçadas depois do incidente que envolveu uma patrulha portuguesa e uma patrulha alemã e que acabou com a morte da maior parte dos alemães⁶. Outras abordagens, referem também Naulila como *straf expedition* (expedição punitiva), mas no âmbito da defesa ativa alemã no Sudoeste Africano para deixar de ter preocupações o flanco norte e para demonstrar a superioridade alemã na região, o que ajudaria os indígenas em Angola a sublevarem-se contra os portugueses⁷.

⁵ Southern, Paul, “German border incursions into Portuguese Angola prior to the First World War”, in *Portuguese Journal of Social Science* 6 (1), pp. 3-14; CANN, John P., “Angola and the Great War”, in *Small Wars & Insurgencies* 12 (1), pp. 144-165; ARRIFES, Marco Fortunato, *A Primeira Guerra Mundial na África Portuguesa: Angola e Moçambique*, Lisboa: Edições Cosmos, 2004.

⁶ L’Ange, Gerald, *Urgent Imperial Service: South African Forces in German South West Africa, 1914-1915*, Rivonia: Ashanti Publishing, 1991, pp. 170; p. 174; Baericke, Max E., *Naulila: Erinnerungen eines Zeitgenossen*, Swakopmund: Gesellschaft für Wissenschaftliche Entwicklung und Museum, 1981, pp. 61-82; Casimiro, Augusto, *1914 Naulila*, Lisboa: Seara Nova, 1922, p. 108; Arrifes, p. 159; A palavra “vingança” foi extensivamente utilizada pelos alemães, provavelmente para motivar as suas forças dadas as condições extremamente difíceis na região devido à seca e à falta de abastecimentos. O Capitão José Mendes dos Reis, comandante da 2ª Bateria do 1º Grupo de Metralhadoras, refere que um prisioneiro alemão lhe disse que os alemães tinham atacado para vingar os seus camaradas mortos pela patrulha do Alferes Sereno (AHMEME, 2º Div., 2º Sec., Caixa 21 (23 de dezembro de 1914) – Relatório do Comandante da 2ª Bateria do 1º Grupo de Metralhadoras e do destacamento de Naulila);

⁷ Cf. Cann, p. 162; Santos, p. 73.

Apesar dos efetivos envolvidos (cerca de 1500 portugueses e 600 alemães), parece-nos demasiado simplista considerar que o combate em Naulila foi um acontecimento meramente tático. Em primeiro lugar, ambos os contingentes eram comandados por dois oficiais de grande prestígio, alcançado em operações anteriores e conhecedores do teatro africano: o Tenente-coronel Alves Roçadas e o Major Victor Francke. Em segundo lugar, os meios envolvidos representavam um enorme esforço para ambos. Para os portugueses, por razões da sua débil situação económica e financeira. Para os alemães do Sudoeste Africano, que estavam empenhados numa guerra contra os sul-africanos e britânicos na fronteira sul, a operação sobre Naulila representava um elevado risco do ponto de vista estratégico-militar. Em 1914, a África do Sul tinha um efetivo que rondava os 40000 militares, enquanto o total de tropas coloniais alemãs em todas as colónias, as *Schutztruppen*, não ultrapassava os 7000. Em agosto de 1914, no Sudoeste Africano alemão não ultrapassavam os 2000 efetivos organizados em 9 companhias⁸. Tendo em consideração que os alemães tinham obtido informações de que Portugal estava a mobilizar meios para Angola, nomeadamente através dos jornais portugueses, não poderiam correr o risco de perder o seu reduto defensivo nem ter de combater em duas frentes.

A consulta de documentação no arquivo alemão em Friburgo e no arquivo militar do Estado-maior do Exército em Lisboa, leva-nos a considerar que a ação alemã deve ser entendida como um ataque preemptivo para desorganizar as forças portuguesas no sul de Angola, que os alemães consideravam em apoio dos britânicos. O nosso argumento baseia-se em dois importantes pontos de referência: (1) a definição de ataque preemptivo, que se refere à utilização da força militar contra um ataque inimigo que está em preparação ou iminente⁹; (2) e no entendimento do governador-geral do Sudoeste Africano de que Portugal se tinha decidido pela beligerância ao lado dos britânicos.

Os alemães do Sudoeste Africano, que deixaram de ter consumições com a metrópole logo no início da guerra, necessitavam da manutenção das suas linhas de comunicações com Angola, de onde recebiam importantes quantidades de abastecimentos¹⁰. A expansão da guerra a África tinha sido decidida pela Grã-Bretanha, apesar do seu compromisso na conferência de Berlim de 1885 em considerar que os territórios ao sul do Congo não deveriam

⁸ Quesada, Alejandro de, *Imperial German Colonial and Overseas Troops 1885-1918*. Oxford: Osprey Publishing, 2013, p. 5, p. 16; Bundesarchiv, RH 61-42.

⁹ Gray, Colin S., *The Implications of Preemptive and Preventive War Doctrines: A Reconsideration*, Leavenworth: Strategic Studies Institute of the U.S. Army War College, 2007, pp. 8-10.

¹⁰ Bundesarchiv, Friburgh, RH 61-42 : Krieg Sudwestafrika, p. 18.

ser campos de batalha das potências coloniais europeias¹¹. A decisão britânica deixava os colonos alemães numa situação delicada devido às assimetrias de poder em África, ditada por questões geográficas, militares e diplomáticas. Todavia, os alemães consideravam que o futuro das colónias se decidiria na Europa, onde esperavam uma rápida vitória sobre a França. Em África era apenas necessário que evitar que os britânicos alcançassem a vitória antes da decisão na Europa. Por conseguinte, não é de estranhar que no Sudoeste Africano alemão a estratégia militar tinha como objetivo ganhar o máximo tempo possível, um aspeto que assumia ainda maior importância desde que Louis Botha, o primeiro-ministro da União da África do Sul, se decidiu em apoiar os britânicos. O conceito dos alemães consistia na defesa da colónia a sul para ganhar o máximo de tempo possível, explorando a dimensão e aridez do deserto e assegurar como último reduto defensivo a zona norte do território¹². Por essa razão, garantir a segurança do flanco norte era essencial para o sucesso dessa estratégia.

1. Breve caracterização do combate em África

Desde meados do século XIX que a participação de forças europeias em guerras em África era um fenómeno recorrente, essencialmente levadas a cabo contra nativos, limitadas no tempo e espaço, com finalidade de impor a autoridade colonial. Porém, o início da escalada em África logo no verão de 1914 viria a mudar o padrão. As potências coloniais começaram a utilização generalizada de forças compostas por unidades mistas de africanos e europeus (colonos ou mobilizados das metrópoles). Pela especificidade das suas missões, tiveram de adaptar a estrutura, a composição, o armamento e o *modus operandi*. Tendiam a ser de baixo escalão, com armamento essencialmente ligeiro e com táticas que dependiam da iniciativa dos comandantes subalternos, uma vez que podiam dispersar-se e cumprir missões independentes.

Apesar de se poder considerar o teatro africano como secundário, cerca de dois milhões de africanos foram mobilizados para combater ou para exercer outras funções, essencialmente de carregadores, tendo cerca de 200 mil perecido em ação ou por doença¹³. Tomando como referência o teatro europeu, o número de mortos em combate em África foi relativamente baixo. Porém, as perdas por doença e malnutrição contabilizam-se em dezenas de milhares¹⁴. O caso português

¹¹ L'Ange, p. 163.

¹² Cf. L'Ange, pp. 158-160; p. 163.

¹³ Strachan, Hew, *The First World War in Africa*, Oxford: Oxford University Press, 2004, p. 3.

¹⁴ Connaughton, Richard, "The First World War in Africa (1914-18)", in *Small Wars and Insurgencies*, 12 (1), p. 113.

é paradigmático, uma vez que envolveu forças em ambos os teatros. Em Angola (1914) o número de mortos pode ser contabilizado em 648 por doença e 237 em combate, o que, num total de 3009 efetivos empenhados na expedição comandada por Alves Roçadas, corresponde a 29%. No caso de Moçambique (1914-17), morreram 2633 em combate e 2214 por doença, o que num total empenhado de cerca de 11961 efetivos corresponde a 40% do total¹⁵. Se compararmos com os dados relativos à Flandres, os números são ainda mais impressionantes, uma vez que o número de mortos em combate, doença e acidente atingiu os 2086 num total mobilizado de 55165, o que perfaz cerca de 4% ¹⁶.

O desafio principal que se colocava aos comandantes não era derrotar o inimigo, mas localizá-lo. Muito do sucesso das operações dependia da capacidade das unidades e elementos dedicados ao reconhecimento e à segurança, bem como da capacidade em estabelecer ligação entre os elementos dispersos pelo campo de batalha. Um outro aspeto decisivo a ter em conta era o esforço logístico necessário, mesmo para unidades de escalão companhia com cerca de 150 homens. Se considerarmos como referência uma ração diária de 1,5 Kg e o peso máximo de transporte de 30 kg por homem, uma missão com 10 dias de marcha obrigava a ter tantos carregadores como combatentes. Por conseguinte, o comandante encontrava-se perante o dilema entre optar por alimentação ou por outros abastecimentos, como por exemplo munições. Um batalhão de infantaria em deslocamento podia ter uma profundidade superior à de uma divisão em formação típica de ataque no teatro de operações no centro da Europa.

As infraestruturas rodoviárias, ferroviárias e portuárias eram praticamente inexistentes, sendo necessário estabelecer uma ligação efetiva entre as bases logísticas e a frente de combate baseada em carregadores e em “étapes”. Para aumentar a complexidade no apoio logístico, contribuía também o facto de as forças coloniais estarem normalmente equipadas com armamento não padronizado, com vários tipos de armas e calibres.

Assim, o combate em África era essencialmente um empreendimento da infantaria apoiada por unidades de metralhadoras, que eram a arma pesada mais

¹⁵ Estes números variam conforme as fontes, mas expressam o resultado da combinação dos dados obtidos por Marco Arrifes (p. 235) e por Almeida, Bello de, *Meio Século de lutas no Ultramar: Subsídios para a História das Campanhas do Exército Português de Terra e Mar*, Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, 1937, p. 90; pp. 236-237.

¹⁶ Fraga, Luís Alves de, “O Serviço de Saúde no Corpo Expedicionário Português em França 1916-1918”, In Comissão Portuguesa de História Militar, *ActasXVI Colóquio de História Militar: O Serviço de saúde Militar na Comemoração do IV Centenário dos Irmãos Hospitaleiros de S. João de Deus em Portugal*, Vol. II, Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 2006, p. 947.

disseminada pela frente de combate, excepcionalmente adequada a escaramuças entre forças de reconhecimento e segurança e unidades de baixo escalão. Apesar de muito proveitosas em espaço aberto ou com vegetação dispersa, praticamente não havia peças de artilharia para além da artilharia de montanha. O seu deslocamento e sustentação logística tornavam quase impossível a sua utilização em tempo oportuno.

2. O contexto estratégico

Desde finais do século XIX que pairavam ameaças reais sobre as duas colónias portuguesas mais importantes em África (Angola e Moçambique) devido às pretensões anglo-germânicas. O seu objetivo estava facilitado porque não reconheciam a Portugal a capacidade para manter uma presença efetiva nem potencial para os defender. Assim, no início da Primeira Guerra Mundial a problemática relacionada com a manutenção do Império em África deve ser entendida em duas dimensões distintas. Numa primeira dimensão, deve-se ter em conta a desconfiança natural que os portugueses nutriam pela Grã-Bretanha devido aos acordos anglo-germânicos de 1913 para divisão das colónias portuguesas, como moeda de troca de Londres para evitar a expansão da marinha de guerra germânica. Os períodos de tensão decorrentes da rivalidade naval anglo-germânica davam lugar a uma melhoria de relações devido à possibilidade de partilha dos territórios portugueses. Era assumido que a desintegração dos territórios portugueses na África Austral era uma questão de tempo e a Grã-Bretanha seria a herdeira natural¹⁷. Numa segunda dimensão, a ameaça direta a Angola e a Moçambique apresentava-se pela concretização da beligerância com as forças alemãs. Apesar da tentativa em não envolver o continente africano, o ataque britânico ao Togoland, evidenciou que a guerra iria ter o seu teatro africano com sequelas nos Camarões, África Oriental e África Ocidental e África Austral. Os colonos consideravam que o seu papel era essencial no controlo dos territórios, das populações negras e a sua exploração económica, ficando o seu futuro em perigo com a possibilidade de uma guerra que opusesse os brancos em África¹⁸¹⁹.

Assim, para além das questões políticas internas e da grave crise financeira, o caso português era mais complexo devido à rivalidade entre britânicos e alemães e ao papel que Angola e Moçambique podia desempenhar

¹⁷ Telo, António, *Os Açores e o Controlo do Atlântico (1898-1948)*, Porto: Edições ASA, 1993, pp. 87-88.

¹⁸ Farwell, Byron, *The Great War in Africa*. New York: W. W. Norton & Co., 1986, p. 24.

¹⁹ Strachan, p. 2.

nas suas relações. Em Angola entrecruzavam-se as dinâmicas decorrentes da desconfiança em relação aos britânicos e da rivalidade anglo-germânica com a necessidade do Governo português demonstrar a sua autoridade junto à colónia alemã do Sudoeste Africano, que tinha fronteiras mal definidas com Angola e que era local propício para constantes incursões germânicas de âmbito político, económico e militar ²⁰.

A partir do momento em que forças sul-africanas invadiram o Sudoeste Africano em apoio à Grã-Bretanha (setembro de 1914), a fronteira sul passou a ser a principal preocupação em Windhoek. Os britânicos pretendiam apoderarem-se dos portos e das estações rádio existentes no Sudoeste Africano para isolarem os alemães. O Governo sul-africano, liderado pelo general Louis Botha, assumiu o ónus da campanha militar contra os alemães para dar um claro sinal que o seu país podia aspirar à incorporação de todos os territórios sob domínio britânico na África Austral: Bechuanalândia, a Rodésia do Sul e o Niassalândia²¹. Porém, a decisão em tomar partido pela Gra-Bretanha não era unânime na África do Sul, culminando numa rebelião de africaners contra Luis Botha, que durou até janeiro de 1915²². A revolta dos boers, liderada por Maritz, conseguiu agregar um considerável número de revoltosos que tinham lutado contra os britânicos na Guerra Anglo-Boer de 1899-1902. O golpe falhou por falta de um plano coerente e de unidade de comando, mas manteve as forças fiéis a Botha empenhadas contra essa ameaça, interrompendo as operações de grande envergadura contra os alemães entre setembro e dezembro de 1914²³.

Foi no período entre o início das revoltas africaners, de agosto de 1914, e o reinício das ofensivas sul-africanas sobre o Sudoeste Africano, que as tropas portuguesas, lideradas pelo tenente-coronel Alves Roçadas, iriam enfrentar as forças alemãs. Dado o contexto estratégico, a maior ameaça ao sul de Angola advinha da fraca implantação administrativa e militar. No início do século XX, apenas cerca de 20% do território angolano estava controlado pelas autoridades portuguesas, o que tinha sido conseguido à custa de sangrentas campanhas de pacificação. A última, antes do início da guerra, tinha sido liderada por Alves Roçadas em 1907 na região do Cuamato. Por essa razão, não é de estranhar que no sul de Angola houvesse uma sensação de insegurança junto das populações brancas, não só em relação aos nativos, mas também em relação aos alemães do Sudoeste Africano que percorriam a região sem grande interferência das

²⁰ Martelo, David, *As Mágoas do Império*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1998, p. 228.

²¹ Strachan, pp. 63-64.

²² Keegan, John, *The First World War*, Vintage Canada Edition, 2000, p. 208.

²³ Bundesarchive, RH 61-42; Strachan, p. 70.

autoridades portuguesas. Para acesso do norte da colónia ao mar, aos alemães convinha a ligação ao porto de Moçâmedes, que era o menos distante e não estava controlado pelos britânicos. Desde o final do século XIX que a Baía dos Tigres em Angola tinha sido considerada como porto essencial para ligação a uma linha transafricana para ligar o Sudoeste Africano ao Transvaal e a Lourenço Marques²⁴.

A fraca implantação administrativa, militar, e a extensão da fronteira sul de Angola faziam com que o território estivesse à mercê de incursões militares, económicas e políticas²⁵. A população Cuanhama (região do Cuamato), que resistia aos esforços de pacificação e ocupação dos portugueses, tinha uma relação muito próxima com os alemães, por quem era munida de armamento e incentivada a não aceitar a administração portuguesa. A criação da companhia Angola Bund confirmava o interesse económico e político alemão na colónia portuguesa. Em 1913 foi estabelecido o consulado-geral da Alemanha em Luanda e foi selado um acordo comercial para abrir os portos angolanos aos alemães. Foi criada uma comissão científica conjunta luso-alemã para estudos no sul de Angola, que permitia a livre circulação dos seus membros, embora acompanhados pela delegação portuguesa²⁶. Desde o início de 1914 que era comum o movimento de comerciantes e outros cidadãos originários do Sudoeste Africano, que os portugueses consideravam como os elementos mais avançados de uma ação militar no Sul de Angola²⁷. Há também que considerar que em 1914 a colónia alemã não dispunha de abastecimentos suficientes para alimentar as suas tropas e populações brancas devido à fraca produtividade e à seca extrema que a afetava. Por conseguinte, dependia das linhas de comunicações abertas com Angola, especialmente do porto de Moçâmedes, com quem negociavam o abastecimento de alimentos e forragens²⁸.

Assim, a hostilidade anglo-germânica no verão de 1914 fez Lisboa temer pela soberania dos seus territórios em África. Em 8 de setembro, Norton de Matos decretou o estado de sítio com a intenção de proibir as constantes

²⁴ Guevara, Gisela, *As Relações entre Portugal e a Alemanha em torno da África. Finais do século XIX e Inícios do Século XX*, Lisboa: Instituto Diplomático/Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2006, p. 49; Fernandes, Marisa, "Mahan, Corbett e o Poder Naval Alemão nos Desafios do Mar no Século XXI, In AAVV, *O Reencontro com o Mar no Século XXI*, Almada: Escola Naval, 2013, p. 440.

²⁵ Pelissier, René, *Campaignes Militaires au Sud-Angola (1885-1915)*, Paris: Cahiers d'Études Africaines, 1969, p. 47.

²⁶ A decisão foi tomada pelo Governo Português sem consultar o governador-geral Norton de Matos. Este, temendo que isso fosse um subterfúgio para uma penetração política e militar em Angola, protesta junto do Governo.

²⁷ Casimiro, pp. 60-63.

²⁸ Strachan, pp. 77-78.

violações de fronteira no sul de Angola por alemães civis e militares. Em 17 de setembro foi o governador Seitz a fazê-lo, por considerar que estava rodeado de inimigos, desconfiando que Portugal declararia brevemente guerra à Alemanha para poder apoiar a Grã-Bretanha em África²⁹. Poderia não ser provável um ataque alemão de larga escala, mas a falta de meios militares na região dava oportunidade para que as populações locais sentissem que Portugal não tinha capacidade para controlar a região.

Apesar de ter a sua garantia de que as colónias seriam protegidas pelos britânicos, em agosto de 1914 o Governo português (Partido Democrático) decidiu-se pelo envio de forças para Angola e Moçambique. Era necessário demonstrar capacidade de mobilizar forças, de garantir a autoridade nas colónias de provar que poderia ser muito útil aos Aliados. Além do mais, a defesa das colónias africanas era fator de consenso, político e público, quanto à participação de Portugal na guerra³⁰.

A Ordem do Exército nº 19, de 18 de agosto, estabelecia que as missões a desempenhar pelas forças seriam atribuídas pelos governadores-gerais, uma vez que aquelas eram colocadas à disposição do Ministério das Colónias para guarnecimento de postos fronteiriços e para controlo das populações³¹. As instruções para o comandante da expedição a Angola, emitidas pelo Ministro das Colónias, pretendiam reforçar o dispositivo militar para fazer face a possíveis invasões alemãs, submeter o gentio, poder estar em condições de cooperar com as forças aliadas nas colónias, e evitar o incómodo político de assistir a uma confrontação entre alemães e britânicos em Angola e em Moçambique sem que Portugal aí dispusesse de qualquer dispositivo. Contudo, era também deixado claro que o comandante da expedição deveria envidar todos os esforços para evitar causar qualquer incidente de carácter internacional³².

Em 11 de setembro de 1914, menos de um mês depois da ordem para se constituir a força expedicionária, cujo comando foi atribuído ao tenente-coronel Alves Roçadas, que acumulava com a função de governador do distrito de Huíla, marchava da Rotunda ao cais de embarque, efusivamente saudada pela multidão que acorreu ao local. Este era um sinal de que a população estava ao lado da decisão do Governo e do comandante da força, considerado um herói depois do sucesso da campanha dos Cuamatos.

²⁹ Cf. Africanus, p. 11.

³⁰ Teixeira, p. 112 e sgs.

³¹ Roçadas, J. A. Alves, *Relatório Sobre a Operação no Sul de Angola em 1914*, Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1919, pp. 88-89.

³² Arquivo Histórico Militar do Estado-Maior do Exército (doravante AHMEME), 2º Div., 2º Sec., Caixa 21 (10 de Setembro de 1914) – Instruções e Plano do Roçadas: *Instruções para o Comandante da Expedição de Angola*.

O tempo de preparação da expedição tinha sido excepcionalmente curto, mas o “Projeto das Operações” de Roçadas colocava como missão mais provável a necessidade de assegurar a ordem pública, ou seja, impor a autoridade administrativa e militar na região do Cuamato. A possibilidade de ter de garantir a integridade do território contra os alemães apenas estava baseada em dois cenários possíveis. No primeiro, que Roçadas considerou como pouco provável, porque as suas forças estavam empenhadas contra os ingleses, os alemães podiam atacar com o intuito de invadir Angola. No segundo cenário, Roçadas considerava que podia dar-se o caso de a pressão exercida pelos ingleses a sul obrigar os alemães a ter de retirar por Angola, tendo como objetivo provável a saída pelo porto de Moçâmedes³³. A sua consideração em relação ao cenário mais provável e experiência anterior no Cuamato deram-lhe certamente a maior confiança no êxito da expedição. Enfrentar forças alemãs que combatiam em duas frentes facilitaria a defesa da fronteira ao longo do rio Cunene e poderia ser uma importante ajuda para os britânicos.

3. Os alemães do Sudoeste Africano e o Sul de Angola

A força expedicionária enviada para Angola tinha composição e efetivos mais adequada a uma campanha de pacificação do que para lidar com forças militares coloniais alemãs *Schutztruppen*. Estas eram formadas por colonos brancos, liderados por oficiais bem preparados, e eram reforçadas, tropas nativas bem pagas e com um elevado nível de proficiência militar quando comparadas com outras tropas indígenas³⁴. Treinadas para atuar em unidades independentes de escalão companhia, mais adequadas ao terreno e combate em África, as *Schutztruppen* representavam um poderoso adversário para as forças portuguesas.

A somar ao adversário alemão, os povos na região do Cuamato, que nunca tinham sido completamente submetidos pelas autoridades portuguesas, tinham uma enorme influência alemã. Muitos deles trabalhavam em minas da Damaralândia e lidavam regularmente com as missões protestantes alemãs. Podiam organizar-se em pequenas unidades, podendo mobilizar com alguma facilidade cerca de 30 000 efetivos e armar cerca de 15 000. Em combate podiam desempenhar importantes missões, tendo como tática preferida o envolvimento

³³ AHMEME, 2º Div., 2º Sec., Caixa 21 (7 de Setembro de 1914) – Instruções e Plano do Roçadas: *Expedição a Angola, Projeto de Operações*.

³⁴ Connaughton, pp. 111-112; Quesada, pp. 4-5.

e o cerco³⁵. Por essa razão, também não é de estranhar que a implantação do dispositivo militar na região fosse baseada em fortes com espaldões para armas ligeiras, como era o caso do Forte de Naulila.

O início da ação militar em Naulila foi a consequência de um incidente entre uma patrulha alemã e uma patrulha portuguesa em 18 de outubro de 1914, que redundou na morte de quase todos os alemães. Depois de um conjunto de incidentes de fronteira que tinham levado ao aprisionamento de vários carros de víveres alemães, em 18 de outubro uma patrulha portuguesa, chefiada pelo alferes Sereno, interceptou um grupo alemão liderado por Schultz-Jena, administrador do distrito de Outjo, em território angolano.

Apesar de alguma animosidade inicial, a patrulha portuguesa jantou no acampamento alemão e no dia seguinte, apesar de algumas desconfianças de parte a parte, ambas seguiram para Naulila para se encontrarem com o Capitão-mor do Cuamato. É aqui que tudo se precipita a pretexto de mal entendidos e das desconfianças mútuas que acabam na morte de Schultz-Jena e da maior parte dos outros alemães. Se por um lado os alemães já tinham atacado o posto de Maziúia no norte de Moçambique, por outro, o facto de Shultz-Jena ter em sua posse um exemplar do jornal *O Século*, que noticiava a expedição de Roçadas, indiciava que os alemães desconfiavam da neutralidade portuguesa³⁶.

De acordo com documentação consultada nos arquivos alemães de Friburgo, Schultz-Jena liderava um grupo que tinha por missão contactar os comerciantes que abasteciam o seu distrito com víveres e para saber qual era o efeito da chegada das forças de Roçadas ao Cunene³⁷. Os alemães não sabiam exatamente qual era o posicionamento de Portugal em relação à guerra e desconfiavam que assumiria uma posição ao lado dos britânicos, o que criava um problema em relação às suas linhas de comunicações com o exterior. As autoridades alemãs no Sudoeste Africano decidiram a ação militar sobre as tropas portuguesas em Naulila logo no dia 25 de outubro, por considerarem que o incidente foi uma armadilha montada pelos portugueses, que se tinham decido em lutar ao lado dos britânicos e que abririam a frente norte³⁸.

Todavia, os alemães tentaram ainda uma aproximação pacífica, uma vez que não pretendiam arriscar desviar forças da frente sul. Assim, depois de receber a notícia da morte de Schultz-Jena, o governador do Sudoeste-Africano,

³⁵ Rocha, Vieira da, *As Operações Militares em Angola: A Acção da Cavalaria Portuguesa no Sul de Angola em 1914-1915*, Lisboa: Imprensa Beleza, 1936, pp. 22-23.

³⁶ Africanus, pp. 31-32; Casimiro, pp. 72-73.

³⁷ Bundesarchiv, RH 61-42, p. 41.

³⁸ Bundesarchiv, RH 61-42, p. 42; Africanus pp. 31-32.

Theodor Seitz tentou contactar Norton de Matos, mas não obteve qualquer resposta. A 24 de outubro, Seitz recebeu um telegrama a informar que uma nova força de cerca de 2000 homens tinha desembarcado em Moçâmedes e que se dirigia à fronteira alemã. Como não tinha ligação por telégrafo com a Alemanha nem conseguia ligação com o cônsul em Luanda, Seitz considerou que Portugal estava em guerra com a Alemanha. Norton de Matos chegou mesmo a recusar a proposta do cônsul alemão em utilizar o telégrafo de um navio estacionado no porto de Luanda para contatar a Alemanha. Por conseguinte, Seitz reuniu-se com o comandante das *Schutztruppen*, o tenente-coronel Joachim von Heydebrech, e ficou decidido levar a cabo uma operação militar para prevenir um ataque português e para vingar a morte dos alemães que tinham sido alvo de uma armadilha. Por essa razão é ordenada uma ação retaliatória sobre alguns postos ao longo do rio Cunene, um dos quais Cuangar³⁹. Para os alemães tratava-se de uma questão de honra e de prevenir qualquer veleidade portuguesa sobre o Sudoeste Africano. Tratava-se de aplicar o princípio de que o ataque é a melhor defesa, apesar de von Heydeberek apenas considerar a operação com as forças não necessárias na frente sul, onde concentravam o seu esforço defensivo⁴⁰.

A morte dos militares alemães representava o início das hostilidades e acontecia num momento em que as forças portuguesas se movimentavam para sul, o que indiciava também uma postura ofensiva de Portugal. A reação alemã não se fez esperar e, em 31 de outubro, a guarnição do Cuangar foi atacada e massacrada, e levados a cabo outras ações contra postos ao longo do rio Cunene (Bunja, Sambio, Dirico e Mucusso). Nesse momento, Roçadas ultimava os preparativos da força e recrutava nativos em Huíla⁴¹. A força expedicionária tinha como elemento de manobra principal um batalhão de infantaria do Regimento de Infantaria 14 (Viseu). Era composta também por subunidades de artilharia de montanha, de engenharia e de serviços, com cerca de 1400 homens, aos que se iam juntar as forças na colónia colocadas sob o comando de Alves Roçadas⁴². Para a sua missão previsível, que era ocupar a região do Cuamato e estabelecer a segurança a uma linha de comunicação que ligava Quihita – Gambos – Cahama – Forte Roçadas – Forte Cuamato, a força dispunha potencial de combate suficiente⁴³.

O ataque ao posto de Cuangar fez apressar o movimento das forças portuguesas para a fronteira sul e a uma alteração ao plano. Roçadas viu-se

³⁹ Bundesarchiv, RH 61-42, p. 42; Zollmann, p. 212.

⁴⁰ Africanus, pp. 16-17; p. 35.

⁴¹ Roçadas, p. 132-134.

⁴² Almeida, pp. 89-90; Roçadas, p. 243.

⁴³ Costa, Gomes da, *A Guerra nas Colónias*. Lisboa: Artur Brandão, 1922, pp. 51-52.

obrigado a estabelecer uma linha de defensiva ao longo do Cunene, com ponto forte em Naulila, para evitar uma invasão do distrito do Huíla e assim controlar os principais itinerários para Moçâmedes, que era o principal porto na região⁴⁴. Apesar do incidente e das represálias sobre Dangoena, Roçadas deu ordens expressas para que não fosse ultrapassada a fronteira, uma vez que tinha ordens claras de Lisboa para não criar nenhum incidente que levasse ao agudizar das relações com a Alemanha⁴⁵.

Depois de vários dias de contactos entre elementos de segurança portugueses e alemães durante os meses de novembro e dezembro, em 18 de dezembro as forças alemãs atacaram Naulila. Depois de quatro horas de intenso combate, Roçadas deu ordem para retirar e abandonar a posição. Os alemães não exploraram o sucesso, pelo que a sua missão seria expulsar as forças portuguesas, contribuindo para que os povos da região se libertassem da administração portuguesa durante algum tempo.

Para além dos aspetos psicológicos, o combate traduziu-se num enorme revés político e militar. A derrota deixou a região sem presença militar e obrigou à mobilização de uma nova expedição com cerca de 2400 efetivos, agora comandada pelo general Pereira D'Eça, que era o ministro da Guerra quando Alves Roçadas foi nomeado comandante da força expedicionária. Para além da falta de recursos, qualidade e preparação das tropas, e disponibilidades logísticas, a missão de Alves Roçadas ficou ainda mais dificultada pela surpresa do ataque alemão.

Como a definição do objetivo e a formação da força expedicionária evidenciam, era tomado como altamente provável que a pacificação dos povos da região do Cuamato seria uma tarefa relativamente simples e fácil, dada a experiência de Roçadas. Porém, depois do “incidente de Naulila” e da retaliação dos alemães no Cuangar, Roçadas afigurava como provável que o próximo passo alemão fosse uma ação militar em direção a Porto Alexandre ou a Moçâmedes,

⁴⁴ AHMEME, 2ª Div., 2ª Sec., Caixa 21 (3 de novembro de 1914) – Instruções e Plano do Roçadas: *Telegrama expedido por Alves Roçadas para o Governador do Distrito de Moçâmedes*.

⁴⁵ AHMEME, 2ª Div., 2ª Sec., Caixa 22 (27 de novembro de 1914) – Ordem de Serviço nº 13 do Quartel-General das Forças em Operações no Sul de Angola, entre 09/09/1914 e 27/04/1915. A questão do fim da neutralidade portuguesa era um tema delicado que o Governo pretendia coordenar com a Grã-Bretanha. Mesmo depois do ataque alemão a Naulila, as ordens do ministro dos negócios estrangeiros para Sidónio Pais, ministro de Portugal em Berlim, era o de protestar com firmeza mas sem violência, mesmo que os factos de seu conhecimento equivalassem a uma declaração de guerra por parte da Alemanha (Ministério dos Negócios Estrangeiros, Portugal na Primeira Guerra Mundial (1914-1918): *As Negociações Diplomáticas até à Declaração de Guerra (Tomo I)*, Lisboa: MNE, 1995, p.171).

devido à sua necessidade em manter abertas linhas de comunicação com Angola por causa da pressão sul-africana. De facto, no momento em que a força expedicionária desembarcou em Moçâmedes e se desloca para o planalto do Huíla (outubro de 1914), o grosso das forças alemãs no Sudoeste Africano estava orientada em operações contra a União Sul-Africana, razão pela qual parecia remota a possibilidade de uma operação militar de envergadura contra Angola. Por essa razão, as ações militares alemãs mais previsíveis eram entendidas pelos militares portugueses como as necessárias para obter informações sobre as intenções das tropas portuguesas e instigar à revolta das populações locais. Não obstante, depois do ataque a Cuangar e da intensificação dos contactos entre as patrulhas de ambos os lados, um ataque a Moçâmedes e Porto Alexandre para controlar os itinerários e linha de caminho de ferro tornara-se a principal preocupação do governador-geral de Angola e do governador do distrito de Moçâmedes⁴⁶.

Contudo, em termos estratégico-militares, os alemães poderiam ter considerado uma ação sobre Naulila de forma bem diferente. Em setembro de 1914, uma ação ofensiva alemã em Sandfontein, uma pequena cidade na fronteira com a União da África do Sul, levada a cabo com uma força 1200 homens, logrou desbaratar uma uma força sul-africana de cerca de 3000 homens, conseguindo capturar a sua guarda avançada e a maioria do seu comando⁴⁷. Esta ação, tendo em conta a situação interna motivada pela revolta dos boers, pretendeu desorganizar e retirar capacidade ofensiva aos sul-africanos. Assim, se considerarmos a posição central dos alemães em relação aos seus adversários, interessava levar a cabo ações ofensivas desorganizantes para desgastar e ganhar o máximo de tempo possível. Afinal, consideravam que o futuro da colónia se decidiria na Europa.

4. A ação militar

Depois da notícia do ataque alemão a Cuangar, Roçadas decidiu enviar um destacamento de infantaria, de escalão companhia (reforçada com uma bateria de artilharia Erhardt e uma bateria de metralhadores), comandado pelo major Salgado (comandante do batalhão de infantaria de Viseu). A sua missão era controlar as passagens no Vau do Calueque e Vau dos Elefantes (Vau

⁴⁶ Disso davam conta os telegramas trocados entre Roçadas e o governador do distrito de Moçâmedes, Alfredo Felner durante os meses de novembro e de dezembro de 1914 (AHMEME, 2ª Div., 2ª Sec. Caixa 23 – Instruções e Plano do Roçadas).

⁴⁷ Warwick, Rodney C., "The Battle of Sandfontein: The role and Legacy of Major-General Sir Henry Timson Lukin", in *Scientia Militaria, South African Journal of Military Studies*, 34 (2), pp. 73-76; Strachan, pp.69-71.

do Nangulo), e obter informações sobre as forças alemãs. A maior parte dos relatórios elaborados nos postos de observação confirmavam o incremento da presença de militares alemães na região⁴⁸.

A situação evidenciava que uma ação ofensiva alemã parecia estar em marcha, restando saber quando e onde seria levada a cabo. O sistema defensivo das forças portuguesas estava disseminado numa frente de cerca de 30 km para cobrir as passagens no rio Cunene e impedir que os alemães conseguissem controlar a estrada para Dangoena e a região do Humbe. A âncora desse sistema defensivo era o forte de Naulila que albergava um efetivo aproximado de 600 militares (incluindo cerca de 200 tropas africanas) comandado por Alves Roçadas. No Calueque, onde se encontrava o major Salgado, o efetivo rondava os 350 homens. O capitão Aragão, comandante do 1º Esquadrão de Cavalaria, estava posicionado junto à passagem do Vau dos Elefantes, podendo servir como força de balanceamento entre posições devido à mobilidade da tropa a cavalo. Portanto, face à missão esperada, o sistema defensivo parecia equilibrado, exceto a distância que separava as forças e a dificuldade em transmitir informação.

Em 25 de novembro, Roçadas recebeu um telegrama do Ministério das Colónias a lembrar-lhe que Portugal era um país neutro, em clara oposição ao que se passava no terreno⁴⁹. Ora, esta ocorrência terá deixado Roçadas com muitas dúvidas quanto aos objetivos do Governo, aumentando a confusão quanto ao que poderia esperar depois do confronto, se viesse a ter lugar. Isto é, a situação no terreno era de clara confrontação militar, mas Roçadas não podia tomar a iniciativa por condicionamento político.

Em 29 de novembro, Roçadas acreditava que os alemães iriam atacar exercendo o esforço a oeste, pelo Vau dos Elefantes e por Schwartz-boy Drift, razão pela qual tinha ordenado a Salgado a manutenção de postos de observação para bloquear qualquer penetração para o Humbe. Roçadas acreditava que o ataque secundário seria por Naulila uma vez que as estradas e os vaus o indicariam como demasiado óbvio.

Em 8 de dezembro as forças portuguesas estavam prontas a receber as tropas alemãs, comandadas pelo major Franke, também ele um prestigiado oficial das anteriores campanhas no Sudoeste Africano, com um efetivo que

⁴⁸ Para detalhes sobre a missão e o dia-a-dia do destacamento comandado pelo major Salgado Cf. Caldeira, Arlindo Manuel (Ed.), *O Sul de Angola no Início do Século XX. Cadernos de Guerra do Coronel Alberto Salgado*, Lisboa: Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa da Universidade Católica Portuguesa, 2001, pp.133-135.

⁴⁹ Casimiro, pp.103-104.

rondava os 500 militares (europeus e africanos) apoiados por seis armas de artilharia e duas metralhadoras. Tal como acontecia com a força expedicionária portuguesa, a força alemã tinha também sido constituída *ad-hoc* para essa missão em 18 de outubro⁵⁰.

À medida que o tempo passava, somavam-se os recontros entre patrulhas de ambos os lados. Em 13 de dezembro, os portugueses fazem um prisioneiro que o tenente Aragão interroga. As notícias recolhidas indiciam que a força alemã tinha cerca de 700 efetivos e que a sua missão era vingar os mortos do incidente de Naulila⁵¹. Em primeira instância, o objetivo principal de Franke não poderia ser simplesmente uma vingança, uma vez que era um objetivo demasiado limitado num momento em que os alemães combatiam a África do Sul e não podiam arriscar a perda de efetivos militares. Mas para pedir aquele esforço adicional aos seus homens, referir o ataque como uma vingança era um fator de moralização importante.

Um objetivo mais lógico a considerar é que a ação ofensiva fosse um instrumento para dissuadir os portugueses a apoiar uma futura operação britânica de grande envergadura partir de Naulila⁵². Alguns elementos podem ter sido tomados em consideração por Franke: o forte de Naulila estava a sul do Rio Cunene, era facilmente defensável, permitia facilidade de movimentos em direção a sul e era ponto de chegada da “linha de étapes” (itinerário de reabastecimento desde Huíla); a região onde se situava o forte tinha fraca adesão à administração portuguesa, razão pela qual uma derrota militar obrigaria os portugueses a terem de levar a cabo outra campanha na região, como de facto aconteceu em 1915 com o General Pereira D’Eça.

As forças portuguesas em Naulila defendiam em perímetro com esforço orientado a sul e com outras posições defensivas ao longo do rio Cunene para controlar os vaus. No dia 18 de dezembro, pelas 05h00 da madrugada e com o sol pelas costas, os alemães atacaram ao longo de toda a frente, dificultando aos portugueses a determinação do eixo de ataque principal. Este seria em direção à posição de Naulila, que foi flanqueada e suprimida na sua ala leste, que era guarnecida por tropa indígena que não estava treinada nem preparada para lidar com fogos de supressão de artilharia e de metralhadoras, recolhendo-se nas trincheiras sem conseguirem responder eficazmente ao fogo, e abandonando a posição⁵³. Quatro horas depois do início do ataque, as forças portuguesas,

⁵⁰ Ibidem, p.109-110.

⁵¹ Ibidem, pp.117-118.

⁵² Ibidem, p.136.

⁵³ Costa, pp.58-62.

sem terem conseguido garantir o apoio mútuo entre as posições ao longo do rio Cunene, são obrigadas a retirar para norte. Roçadas tentou ainda contra-atacar, mas sem tropa moralizada e treinada, foi facilmente repellido. Restou-lhe a formação de uma guarda de retaguarda para evitar a perseguição, que não foi consumada, apesar de a coluna se ter retirado de forma caótica e ter sido atacada por nativos. Segundo as memórias do major Salgado, depois da retirada generalizada das forças portuguesas de Naulila ao Humbe, os povos da região puderam considerar-se de novo livres e vingados das anteriores humilhações, tendo resultado na retração completa do dispositivo português na região. Devido à insurreição generalizada, deixava de ser possível saber se os alemães tinham invadido ou não o território do Cuamato⁵⁴.

Apesar de os portugueses terem retirado com receio de uma perseguição e envolvimento das forças alemãs, a vitória de Franke esteve sempre em perigo até ao abandono das posições portuguesas em Naulila. O efetivo alemão não era superior ao comandado por Roçadas, tendo apenas empenhado cerca 50 a 60 militares no assalto ao forte, uma vez que as restantes tropas tinham ficado em contacto com os dragões e em proteção à base de fogos da artilharia⁵⁵. Assim, sabendo que o efetivo dos portugueses no sul de Angola rondava os 2500 homens, e que os sul-africanos tinham retomado as ações ofensivas na frente sul, a ação sobre Naulila carregava um enorme risco e que não se coaduna com uma ação com o simples objetivo de punir a “armadilha” de Naulila em 18 de outubro. Franke não explorou o sucesso sobre os portugueses porque não dispunha dos meios suficientes para o fazer nem podia correr mais riscos. Sabia que em breve os sul-africanos podiam desembarcar em Walvis Bay, onde era necessário reforçar o dispositivo defensivo e assumir o comando das *Schutztruppen* em Windhoek⁵⁶.

Como se depreende, o potencial alemão era insuficiente para levar de vencida um sistema defensivo com potencial superior. Porém, a dispersão das forças portuguesas, a composição das guarnições, a falta de treino dos militares portugueses e a precipitação de Roçadas em ordenar a retirada, facilitaram a missão do major Franke. A retirada teve como consequência direta a insegurança e o medo junto dos colonos portugueses na região, uma vez que deu início a uma sequência de roubos, assassinatos e incêndios nas instalações e culturas por parte de nativos⁵⁷. Estava consumada a vitória dos alemães em Naulila e,

⁵⁴ Caldeira, pp.26-27; p.46.

⁵⁵ Baericke, pp.74-81; Santos, p.73.

⁵⁶ Bundesarchiv, RH 61-42, p. 44.

⁵⁷ D'Eça, António Júlio da Costa Pereira, *Campanha do Sul de Angola em 1914*, Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1919, p.4.

pelo menos durante alguns meses, o flanco norte deixava de ser preocupação. Mas o destino dos alemães no Sudoeste Africano estava traçado, uma vez a superioridade sul-africana e britânica era impossível de conter. Em julho de 1915 os alemães, sendo incapazes de lidar com a magnitude das operações sul-africanas, renderam-se sem saber se a operação sobre Naulila tinha produzido os resultados que pretendiam.

Conclusões

Consideramos que o objetivo alemão em Naulila foi muito mais que uma ação punitiva. Em primeiro lugar, o movimento das forças portuguesas era suficientemente ameaçador para quem combatia a sul contra britânicos e sul-africanos. Portugal mantinha uma aliança secular com a Grã-Bretanha, o incidente de Naulila tinha sido interpretado como uma armadilha e as notícias de desembarques de tropas portuguesas em Moçâmedes criaram nos alemães a ideia de que Portugal assumiria uma posição belicosa a partir de Angola. Em segundo lugar, para os alemães era demasiado arriscado levar a cabo uma operação militar envolvendo um efetivo considerável, dada a sua desproporção em relação aos aliados, apenas como vingança pelo incidente. Em terceiro lugar, no momento da operação em Naulila os sul-africanos e britânicos estavam preocupados com a rebelião de boers, o que permitia aos alemães concentrarem-se em outras partes do território. Em quarto lugar, depois de estarem rodeados por forças hostis, os alemães não podiam arriscar ficar sem as linhas de comunicações a norte nem arriscar a que os portugueses pudessem atacar e ocupar o seu reduto defensivo a norte. A estratégia alemã baseava-se em ações disruptivas tirando proveito da profundidade e da aridez do seu território para ganhar o tempo necessário até que a guerra ficasse decidida na Europa. Os alemães sabiam que se derrotassem ou expulsassem os portugueses do Cuamato as populações contribuíam também para a insurreição generalizada na região, o que implicava novas expedições e mais tempo.

O combate de Naulila representa uma operação típica num teatro africano, envolvendo unidades de baixo escalão, com muitas dificuldades logísticas e com ações de curta duração. A força expedicionária portuguesa, formada num curto espaço de tempo, não estava preparada para o combate contra as *Schutztruppen*, nem para lidar com os rigores do teatro africano. O que evidencia uma clara superioridade alemã, apesar de os meios e efetivos não serem superiores. A qualidade, a preparação e a motivação das suas tropas devem ser tomadas como um fator para esse sucesso. Ambas as forças eram comandadas por oficiais de grande prestígio, razão pela qual se deve entender

que o que estava em jogo poderia ser mais do que uma simples escaramuça ou combate de nível tático e local, apesar de estas serem as características das operações em África.

A rapidez com que a força expedicionária portuguesa foi formada e preparada indicia muita imaturidade estratégica. Apesar de a missão atribuída não ter como mais provável um ataque alemão, o objetivo secundário atribuído a Roçadas era a oposição ao avanço de quaisquer forças, isoladas ou que pretendessem invadir os territórios da colónia. Por essa razão, havia que contar com essa possibilidade, havendo aqui alguma falta de iniciativa de Roçadas que pode ter advindo da confusão com que encarou as restrições em relação à não-beligerância de Portugal.

A retirada das forças de Roçadas implicou o início de uma nova fase na região do Cuamato, deitando por terra o esforço desenvolvido nas décadas anteriores para “pacificar” a região. Apesar de ter entrado em combate com os alemães, Portugal só entraria oficialmente em guerra com a Alemanha em 9 de março de 1916, quando já não existia a colónia alemã do Sudoeste Africano. Roçadas preparou-se para uma guerra mas encontrou outra.

Fontes e Bibliografia

Fontes

Arquivo Histórico Militar do Estado-Maior do Exército.
Bundesarchiv-Militärarchiv (Freiburg, Alemanha).

Bibliografia

- Africanus, Historicus, *Der 1. Weltkrieg in Deutsch-Sudwestafrika 1914/15: Naulila*, 2º Band, Vorwort von Volker Lohse. Windhoek: Glantz & Gloria Verlag, 2012.
- Almeida, Bello de, *Meio Século de lutas no Ultramar: Subsídios para a História das Campanhas do Exército Português de Terra e Mar*, Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, 1937.
- Arrifes, Marco Fortunato, *A Primeira Guerra Mundial na África Portuguesa: Angola e Moçambique*, Lisboa: Edições Cosmos, 2004.
- Baericke, Max E., *Naulila: Erinnerungen eines Zeitgenossen*, Swakopmund: Gesellschaft für Wissenschaftliche Entwicklung und Museum, 1981.
- Caldeira, Arlindo Manuel (Ed.), *O Sul de Angola no Início do Século XX. Cadernos de Guerra do Coronel Alberto Salgado*, Lisboa: Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa da Universidade Católica Portuguesa, 2001.

- Cann, John P., "Angola and the Great War", in *Small Wars & Insurgencies*, vol. 12, n.º 1, pp. 144-165.
- Casimiro, Augusto, *1914 Naulila*, Lisboa: Seara Nova, 1922.
- Connaughton, Richard, "The First World War in Africa (1914-18)", in *Small Wars and Insurgencies*, 12 (1), pp. 110-113.
- Costa, Gomes da, *A Guerra nas Colónias*, Lisboa: Artur Brandão, 1922.
- D'Eça, António Júlio da Costa Pereira, *Campanha do Sul de Angola em 1914*, Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1919.
- Farwell, Byron, *The Great War in Africa*, New York: W. W. Norton & Co., 1986.
- Fernandes, Marisa, Mahan, Corbett e o Poder Naval Alemão nos Desafios do Mar no Século XXI, In AAVV, *O Reencontro com o Mar no Século XXI*, Almada: Escola Naval, 2013.
- FRAGA, Luís Alves de, "O Serviço de Saúde no Corpo Expedicionário Português em França 1916-1918", In COMISSÃO PORTUGUESA DE HISTÓRIA MILITAR, *ActasXVI Colóquio de História Militar: O Serviço de saúde Militar na Comemoração do IV Centenário dos Irmãos Hospitaleiros de S. João de Deus em Portugal*, Vol. II, Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 2006.
- Guevara, Gisela, *As Relações entre Portugal e a Alemanha em torno da África. Finais do século XIX e Inícios do Século XX*, Lisboa: Instituto Diplomático/Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2006.
- Gray, Colin S., *The Implications os Preemptive and Preventive War Doctrines: A Reconsideration*, Leavenworth: Strategic Studies Institute of the U.S. Army War College, 2007.
- Keegan, John, *The First World War*, Vintage Canada Edition, 2000.
- L'Ange, Gerald, *Urgent Imperial Service: South African Forces in German South West Africa, 1914-1915*, Rivonia: Ashanti Publishing, 1991.
- Martelo, David, *As Mágoas do Império*, Mem Martins: Publicações Europa-América, 1998.
- Ministério dos Negócios Estrangeiros, *Portugal na Primeira Guerra Mundial(1914-1918) : As Negociações Diplomáticas até à Declaração de Guerra (Tomo I)*, Lisboa: MNE, 1995.
- Pelissier, René, *Campaignes Militaires au Sud-Angola (1885-1915)*, Paris: Cahiers d'Études Africaines, 1969.
- Quesada, Alejandro de, *Imperial German Colonial and Overseas Troops 1885-1918*, Oxford: Osprey Publishing, 2013.
- Rocha, Vieira da, *As Operações Militares em Angola: A Acção da Cavalaria Portuguesa no Sul de Angola em 1914-1915*, Lisboa: Imprensa Beleza, 1936.
- Roçadas, J. A. Alves, *Relatório Sobre a Operação no Sul de Angola em 1914*, Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1919.

- Santos, Ernesto Moreira dos, *A Cobiça de Angola: Combate de Naulila, seus heróis e seus inimigos, Memórias*, Braga: Livraria Cruz, 1957.
- Southern, Paul, "German border incursions into Portuguese Angola prior to the First World War", in *Portuguese Journal of Social Science*, Vol. 6, N.º 1, pp. 3-14.
- Strachan, Hew, *The First World War in Africa*, Oxford: Oxford University Press, 2004.
- Teixeira, Nuno Severiano, *O Poder e a Guerra, 1914-1918. Objectivos Nacionais e Estratégias Políticas na Entrada de Portugal na Grande Guerra*, Lisboa: Editorial Estampa, 1996.
- Telo, António, *Os Açores e o Controlo do Atlântico (1898-1948)*, Porto: Edições, 1993.
- Warwick, Rodney C., "The Battle of Sandfontein: The role and Legacy of Major-General Sir Henry Timson Lukin", in *Scienza Militaria, South African Journal of Military Studies*, 34 (2), pp. 65-92.
- Zollmann, Jakob, "L'affaire Naulilaa entre Portugal et Allemagne, 1914-1933. Réflexions sur l'histoire politique d'une sentence arbitrale internationale", in *Journal of the History of International Law* 15 (2), pp. 201-234.

Moçambique e as opções de Heinrich Schnee e von Lettow-Vorbeck durante a Grande Guerra

Nuno Lemos Pires

Coronel

Academia Militar

Lisboa, Portugal

nlemospires@gmail.com

As memórias do Governador da AOA (África Oriental Alemã – que hoje corresponde aproximadamente à Tanzânia – em inglês a GEA – *German East Africa* e, em alemão, a DO – *Deutsch-Ostafrika*), Heinrich Schnee, e do respetivo Comandante-chefe da denominada Força de Proteção, Paul Émile von Lettow-Vorbeck, demonstram bem o ambiente tenso e as grandes diferenças de opinião, decisão e escolhas, que existiam entre ambos, especificamente, durante a campanha alemã em terras de Moçambique nos finais de 1917 e durante o ano de 1918.

Schnee defendia a neutralidade desde o início da grande guerra (em agosto de 1914) e acreditava que assim poderia preservar os territórios africanos na posse da Alemanha (desde o Tratado de Berlim de 1885 – ou o acordo do Congo – onde as potências coloniais concordavam que, em caso de guerra entre si na Europa, deveriam manter a neutralidade em África e respeitar a inviolabilidade dos respetivos territórios)¹. Lettow-Vorbeck queria fixar o inimigo em África, isto é, essencialmente, os britânicos, impedindo que as suas forças fossem empregues nos restantes teatros da Grande Guerra: “não tínhamos o domínio do mar (...) mas uma população leal de oito milhões aptas a pegar em armas”, depois justifica acrescentando que “a Inglaterra poderia levar todos os seus askaris para outros teatros de operações” concluindo o seu raciocínio da seguinte forma: “teria sido dum vantagem evidentemente grande

¹ Abbot, 2002, p. 3; Samson, 2013, p. 28.

para a Inglaterra se existisse algum acordo que nos condenasse à neutralidade”. Venceu, ou antes, impôs-se, a tese do Comandante-chefe e Schnee, iria aceitar ingressar nas colunas militares e cumprir com as determinações de Lettow-Vorbeck no decorrer da campanha. No momento do anúncio do armistício em novembro de 1918, pouco tempo depois de saírem de Moçambique e de entrarem em território da Rodésia do Norte, Schnee solicitou imediatamente a primazia da direção política e, lamentando profundamente o vexame de ter de evacuar a colónia, deu a entender que nunca concordara com as opções tomadas pelo *seu* comandante militar².

Lettow-Vorbeck tinha conseguido deter e forçar o inimigo a combater e a empenhar elevadíssimos meios humanos, materiais e financeiros, em número muito superior ao alemão. A Alemanha tinha capitulado e perdido os seus territórios em África. Os aliados, britânicos, belgas e portugueses, dentro e fora dos seus territórios, perderam milhares, centenas de milhares de vidas e trocavam acusações entre si dando mostras de ressentimentos indisfarçáveis. Quem venceu em África?

1. O caminho na decisão político-estratégica alemã

No início da guerra em África, aparentemente, os belgas perseguiram a neutralidade, franceses e britânicos estavam mais preocupados com a Europa e não mostravam intenções de intervir *imediatamente* sobre as colónias alemãs, embora existissem planos, alguns muito antigos, preparados para esse efeito³. Nos territórios da União Sul-Africana, a GB (Grã-Bretanha) estava a braços com mais uma grave rebelião bóer e até tinha pedido ajuda, mais uma vez, a Portugal, para lhe enviar espingardas⁴. Portugal oscilava entre uma neutralidade anunciada, uma política errática europeia e interesses divergentes dentro de Moçambique. Mas nenhuma das potências coloniais estava efetivamente preparada para combates entre si, incluindo os alemães. No caso de Portugal, a situação ainda era mais grave porque o Exército tinha vindo a ser politicamente destruído, dividido e diminuído, nos 4 anos anteriores ao início das hostilidades⁵.

Decisivamente, no futuro teatro de operações africano, entre 1914 e 1918, a política pouco previra, antecipara, determinara e fizera para efetivar estratégias

² Lettow-Vorbeck, 1923, pp. 21-22; Schnee, 1918, p. 121.

³ Desde 1897 que a GB tinha planos para invadir a AOA, reforçados em 1905, 1908 e 1911, embora sem nunca terem sido formalmente aprovados por Londres (Samson, 2013, pp. 28-29).

⁴ Abecassis, 2014, p. 39.

⁵ Telo, 2015.

coerentes e exequíveis para as suas forças. De facto, nem a política global era conhecida, nem a clareza de visões se afirmava no continente africano. Decisores políticos e responsáveis operacionais divergiam na grande política, na aplicação da estratégia e no entendimento do papel respetivo que cabia a cada um para fortalecer uma posição comum político-militar. Todos desconfiavam de todos e pouco queriam colaborar entre si⁶. Uma pequena exceção, não consensual nem geral em toda a AOA, mostrava que havia vontade e determinação no lado do comando militar.

Até ao início da década de 1910, na Alemanha, a decisão militar era independente da decisão política. Os comandantes operacionais dependiam diretamente do Kaiser e havia um sentimento, entre os generais, de aversão à mistura entre a política e os assuntos da guerra. No caso que estamos a analisar, da AOA, tudo se agravou na revolta dos Maji-Maji entre 1905-1907. Esta revolta foi esmagada pela ação dos militares que, aparentemente, ignoraram completamente qualquer coordenação com o poder político regional, ou seja, as recomendações do governo. A ação levou à morte de 75.000 africanos (aldeias que foram arrasadas, os chefes enforcados, os mortos deixados a apodrecer) – “os militares mostraram a sua brutalidade e incapacidade como administradores”⁷. Como consequência desta descoordenação, foi criado um novo departamento na Alemanha: *Reichskolonialamt* – o RKA ou Departamento Colonial. Seguiu-se a nomeação de vários governadores civis que tinham poder sobre os militares, em 20 dos 22 distritos africanos. Mas a situação criada estava longe de estar pacífica e a tensão era permanente entre a autoridade civil e a militar. Levou a que o governador Rechenberg se desentendesse com os colonos da AOA, estes últimos que abertamente recusavam a sua liderança “civil”, obrigando assim à sua demissão em 1912. Seria substituído por um reputado jurista e liberal, de 42 anos, de seu nome Heinrich Schnee.

Sem entrarmos em grandes pormenores sobre as personalidades dos dois líderes que iremos analisar, diríamos que Schnee tinha uma anunciada visão de desenvolver os povos locais, as regiões e uma aposta declarada de não hostilidade com as potências vizinhas: “nenhuma ação deveria ser tomada que colocasse em perigo o futuro brilhante da AOA”, até porque, defendia ele,

⁶ Símbolo desta pouca vontade de colaborar está o desejo manifestado pela França de enviar, desde Madagáscar, um Corpo Expedicionário (*Corp Mobile*) com quatro batalhões para combater na África Oriental (com dois dos batalhões já prontos para partirem no início de 1915: um Batalhão de Malgaches e outro composto por forças europeias, crioulas, senegalesas e camaronesas). Mas a desconfiança britânica de que esta participação francesa era uma forma de, posteriormente, virem a reclamar mais territórios na região, levou à decisão de declinar a oferta (Abbot, 2002, p. 5).

⁷ Anderson, 2014, p. 24.

havia uma tendência inata das populações indígenas para a beligerância, pelo que se teria de evitar qualquer ação que a provocasse⁸. Lettow-Vorbeck⁹ não estava de acordo e, de forma pública, dizia “desconfiar das visões liberais do Dr. Schnee”, defendendo “que o homem branco estava destinado a mandar em África”¹⁰. Se fosse clara a questão de quem dirigia a política e de quem cumpria a estratégia aprovada, poderia não ter havido um problema, mas a situação nunca foi, de facto, nem transparente nem objetiva, antes, foi isso sim, ambígua e tensa. A solução em vigor encontrada pelo governo alemão estava longe de estar assumida nas suas colónias e em todos os seus distritos pois, tal como afirma o tradutor português das memórias de Lettow-Vorbeck, era evidente o “dualismo do comando e a notável discordância entre os dois chefes”¹¹. Para ajudar à confusão estava uma fórmula vaga em que o governo alemão definira: “no caso de ser necessário mobilizar tropas, a decisão do seu emprego fica sob a responsabilidade quer do governador quer do Comandante em Chefe”¹². Ou seja, ao contrário do que atualmente é entendido na autoridade governativa, em vigor na maioria dos países democráticos, naquela época, nas colónias africanas alemãs, a determinação dos objetivos políticos para a guerra passava para as mãos do comandante militar quando o conflito se declarava. A coerência política num determinado território era assim limitada e constrangida pela interpretação duma possível situação, ou não, de guerra.

No lado britânico havia algumas diferenças porque o governador civil da AOB (África Oriental Britânica) era, simultaneamente, o comandante em chefe e dava ordens diretas aos comandantes dos Batalhões do KAR (*King's African Rifles*), o que provocou e levou “a haver fricções por um civil dar ordens diretas a militares”¹³. Do lado português, em Moçambique, como veremos, também a questão estava longe de estar esclarecida porque embora politicamente o comandante-chefe dependesse do governador, “na hierarquia militar, não era seu superior”¹⁴. Aparentemente então, não havia soluções equilibradas nem coerentes, nos vários lados da contenda.

⁸ Paice, 2008, p. 17.

⁹ “prussiano da velha escola que acreditava que as medidas militares eram exclusivamente militares” (Paice, 2007, p. 17). Não participou nos massacres dos Maji-Maji mas tinha experiência na contenção das revoltas: “*Fiz a minha iniciação nas particularidades da guerra no mato nas rebeliões dos Hereros e Hotentotes no Sudoeste Africano*” (1904-1906) (Lettow-Vorbeck, 1923, p. 19).

¹⁰ Sibley, 1974, p. 17.

¹¹ Lettow-Vorbeck, 1923, p. XXII.

¹² Paice, 2007, p. 17.

¹³ Sibley, 1974, pp. 12-13.

¹⁴ Marques, 2012, p. 35.

Lettow-Vorbeck, depois de desembarcar em Dar-es-salem em janeiro de 1914, afirmou que “devíamos, em caso de guerra, lançar mão do que pudéssemos para atacar os nossos inimigos para aliviar a pressão na europa”¹⁵. Assim, o mal-estar político-militar começa logo em 1914, quando assume o poder como comandante militar e critica o plano de defesa, em vigor desde 1912, da autoria de Schnee. Lettow-Vorbeck reforça: “a AOA não dá recursos nem deve ser civilizado mas pode ser utilizada como um campo de batalha potencial que devia ser explorado ao máximo para atrair forças das outras potências para lá evitando que fossem para a Europa, ou desviando reforços asiáticos e africanos (Índia e África do Sul, sobretudo)”. Para materializar este grande objetivo político, nunca partilhado ou definido por Schnee, Lettow-Vorbeck definiu um objetivo estratégico imediato e prioritário em 1914, também sem a concordância do seu governador, que era atacar o caminho-de-ferro do Uganda¹⁶.

2. Os ataques em território Britânico

A Grã-Bretanha foi efetivamente surpreendida pela iniciativa estratégica de Lettow-Vorbeck que, com uma força alemã disponível para o Exército com cerca de 216 europeus, 2540 askaris, uma força de polícia com 45 europeus e 2154 askaris e, mais tarde, com o reforço das forças dos navios Königsberg e Möve, com mais 322 e 102 soldados europeus. O número total de alistamentos na Força, durante os quatro anos de guerra, foi de 3000 europeus e 11000 askaris. Mas nem todos estavam disponíveis e determinados como o seu comandante: “Para dizer a verdade, ainda levou bastante tempo a infiltrar o espírito guerreiro em grande número dos habitantes de Dar-es-Salem e até mesmo nalgumas autoridades do governo”¹⁷.

Lettow-Vorbeck tem uma clara intenção de provocar, além da Grã-Bretanha, também Portugal e a Bélgica. Por outro lado, Schnee, quer Portugal neutral para continuar a utilizar os seus portos¹⁸. Portugal e a sua colónia Moçambique (também referida como África Oriental Portuguesa) vão estar, mais do que uma vez, no centro das discordâncias políticas entre Schnee e Lettow-Vorbeck, mas também entre o governo britânico e os principais comandantes militares no terreno – Smuts, Hoskins e Van Deventer. Também há importantes discordâncias entre os decisores políticos e os comandantes militares, dentro do próprio território moçambicano, entre o governador português e os

¹⁵ Lettow-Vorbeck, 1923, pp. 5-6.

¹⁶ Anderson, 2014, pp. 26 e 68.

¹⁷ Lettow-Vorbeck, 1923, pp. 21-23.

¹⁸ Anderson, 2014, pp. 37-41.

sucessivos comandantes militares, Massano de Amorim (que durante a última das expedições substituiria Álvaro de Castro como governador), Moura Mendes, Ferreira Gil e Sousa Rosa, entre as visões políticas opostas de Lisboa e Lourenço Marques ou mesmo, entre Lourenço Marques e o posto de comando em Porto Amélia porque, basta recordar que, “de 1910 a 1918 Moçambique conheceu oito governadores-gerais e governadores interinos (...) de 1910 a 1917, Portugal teve dezasseis Ministros do Ultramar”¹⁹.

Diz Lettow-Vorbeck (1923, p. 32): “encontrei dois indivíduos do governo de Dar-es-Salem que me mostraram um documento de negociações para a rendição de Dar-es-Salem aos ingleses (...) não me ocorreu que ele encerrava qualquer espécie de acordo com o consentimento do governador (...) O governador não aprovou a minha intervenção e o supremo poder militar ficou nas suas mãos, de acordo com a ordenança da Força de Proteção”. Ainda não era Lettow-Vorbeck a determinar a campanha política mas também não era Schnee que controlava o ritmo operacional.

Schnee mantém a sua determinação política, dificulta os recrutamentos e a preparação para a guerra e não informa Lettow-Vorbeck que tenta negociar com GB, a Bélgica e Portugal. Lettow-Vorbeck, então alcunhado por muitos dos habitantes da AOA como o “*Mad-Mullah*”, por motivo das suas determinações em querer provocar a guerra em todo o lado, levou a que os comerciantes se queixassem a Schnee. Mas a maioria dos habitantes da Colónia sentiam-se mais seguros sob as ordens de Lettow-Vorbeck: “em toda a Colónia, os governantes subordinados de Schnee, aceitavam Lettow como o seu Comandante Supremo”²⁰. Nos meses e anos seguintes a autoridade de Lettow-Vorbeck será, cada vez mais, inquestionada.

3. Que política para África?

Havia inúmeros fatores que inviabilizavam a aplicação de modelos europeus em África e que atravessavam todos os níveis, desde a técnica para combater, passando pela tática e pela estratégia, até às grandes opções políticas. Gostaríamos de destacar alguns desses fatores.

Não existiam mapas fiáveis da região, a AOA era três vezes o tamanho da Alemanha, coberta de densa vegetação, sem estradas e com apenas duas

¹⁹ Pélissier, 2000, vol. 1, pp. 190-191 e 211.

²⁰ Samson, 2013, pp. 51-52; Anderson, 2014, p. 42; Paice, 2007, p. 43.

linhas de caminho-de-ferro²¹. A água era mais preciosa que o ouro, havia moscas tsé-tsé que impediam o uso de cavalos, os rios estavam infestados de crocodilos, as matas por leões, abelhas e girafas. Do lado britânico os pontos mais vulneráveis eram também as poucas comunicações e, por isso, é que “Vorbeck defendia que a melhor tática era atacar a AOB no seu ponto mais sensível – a linha de caminho-de-ferro do Uganda”²².

Nenhuma força colonial estava preparada: “em vésperas da Grande Guerra tanto a AOB como o Uganda estavam completamente impreparados e em nada esperavam que houvesse acontecimentos na região (...) apenas a 29 de julho de 1914 foi feito um aviso pelo comandante das forças, Sir Henry Belfield, para se tomarem medidas de precaução”²³ e “não havia planos para aumentar as forças em caso de necessidade”. Há uma frase que resume bem a situação no início da guerra: “o Exército Britânico da AOB foi o único que combateu primeiro e só depois é que treinou”. Como exemplo desta falta de preparação, destaca-se que “no princípio da guerra ofereceram-se 3.000 voluntários para os KAR mas não havia transportes, armas ou munições”²⁴. As populações disponíveis também eram poucas: a AOA tinha 7,5 milhões de habitantes, dos quais 14000 indianos e 5300 europeus. A AOB e o Uganda tinham respetivamente: 7 milhões, 28000 e 6000. Por fim, “as forças em África

²¹ Paice, 2008, p. 10. A linha de caminho-de-ferro foi construída entre 1896 e 1912 (Mochi); entre a cidade de Tanga e a base do Monte Kilimanjaro; em 1904 começou a linha Dar-es-Salem chegando a Morogoro em 1908 a Tabora em 1912 (526 milhas) e em 1914 chegou a Kigoma no Lago Tanganika.

²² Sibley, 1974, pp. 22-23.

²³ As forças presentes na AOB e Uganda eram: os 3º e 4º Batalhões dos KAR com os QGs em Nairobi – 4 mais 1 companhia de camelos dispersas na AOB e QG no Bombo com as suas 7 companhias dispersas no Uganda, 4 companhias do 1º Batalhão KAR da Niassalândia, num total de 17 companhias dispersas em três territórios – 62 Oficiais, 2.319 soldados numa proporção de 1 europeu por cada 30 africanos armados com espingardas, cada companhia tinha uma metralhadora e não havia artilharia. Do lado alemão existiam, “em 1914 as *Schutztruppe* estavam organizadas em companhias independentes, cada uma a 3 pelotões com cerca de 60 homens, numa proporção de 16 a 20 europeus para cada 200 askaris (numa proporção de 1 para 10), cada companhia era autossuficiente com uma pequena subunidade de transporte e apoio, denominadas *feldkompanie* (FK) ou *SchutzenKompanie* (SchK), num total de 14 companhias, 260 alemães e 2.472 Askaris, cada companhia com 2 a 4 metralhadoras e cerca de 250 carregadores”; Sibley, 1974, pp. 15 e 18-19.

²⁴ Sibley, 1974, p. 16. Interessante para entender o grau de lealdade destas forças: “um dos Batalhões, o 2º KAR da Niassalândia, tinha sido extinto antes da guerra se iniciar e, quase todos os seus askaris ofereceram-se imediatamente para as forças alemãs, as *Schutztruppe* (...) desde que fossem pagos, vestidos e alimentados, os askaris mantinham-se leais”. Ou, noutra fonte, diz um prisioneiro askari-belga: “vós bem sabeis que os indígenas tomam sempre o partido do mais forte” (Samson, 2013, pp. 34, 36 e 46 e Paice, 2007, p. 50).

foram pensadas para lidar com insurreições e manutenção da ordem pública, nunca para atuarem contra entidades externas”²⁵.

A organização era confusa: As Forças de Proteção (*Schutztruppe*) na AOA estavam sob a autoridade do comandante mas os destacamentos de polícia dependiam das autoridades civis, onde cada comissário de distrito dispunha de uma força de 100 a 200 homens (sensivelmente da mesma dimensão da força de proteção) para cobrar impostos e manter a autoridade, e eram, nas palavras de Lettow-Vorbeck (1923, pp. 9-10), por natureza “uma paródia à organização militar”. Estas forças (askaris) provinham da força de proteção privando esta dos seus melhores efetivos. Os plantadores alemães eram, muitos, de origem militar e “constituíam uma valiosa origem de poder militar”. Portugal tinha uma organização ainda mais distinta porque, em caso de guerra, contava muito mais com o reforço europeu do que com as forças residentes: “um caminho diametralmente oposto ao dos seus aliados, em vez de sugar as forças no continente negro, enviou-lhas a fim de salvar a sua colónia”²⁶.

Os interesses de todos eram muito diversos e opostos: As rivalidades eram maiores que os objetivos de cooperação entre a GB com Portugal, com a França e a Bélgica²⁷. Na Alemanha, o secretário para as colónias, Dr. Wilhelm Solf, ambicionava com uma *Mittelafrika* Alemã que fosse de costa a costa incluindo territórios belgas e portugueses. As colónias alemãs estavam muito dependentes dos abastecimentos exteriores, nomeadamente de carvão para manter os seus navios, pelo que a neutralidade dos portos portugueses seria importante para manter o movimento e, como se viria a provar após o início das hostilidades, a AOA só foi reabastecida do exterior por duas vezes. A Bélgica também tinha uma aproximação diferenciada ao conflito a partir do momento em que a Alemanha invadiu parte do seu território na Europa pois, a partir desse momento, a captura de território alemão em África significaria uma base para futuras negociações. A somar à discrepância de objetivos havia enormes desequilíbrios nos recursos alocados para efetuar as campanhas, sendo o caso mais flagrante, a pobreza de meios, o caos político e a indeterminação na definição de objetivos coerentes e a incapacidade de sustentação do lado português²⁸.

4. As hostilidades começam em força

“Segundo a Ordenança, que certamente não previa o caso de uma guerra com um país estrangeiro, o supremo poder militar estava nas mãos do

²⁵ Anderson, 2014, pp. 13-15.

²⁶ Pélissier, 2000, vol. 1, p. 211.

²⁷ Anderson, 2014, p. 36.

²⁸ Samson, 2013, pp. 33 e 53; Marques, 2012, p. 113 e Anderson, 2014, pp. 18-19 e 23.

Governador” e como não havia comunicações com a Alemanha teve de se manter a determinação do Governador para se evitar algum tipo de provocação aos estrangeiros. “O meu ponto de vista era o de que protegeríamos melhor a nossa Colónia ameaçando o inimigo no seu próprio território” mas “o Governador, contudo, não concordou com a proposta (...) nem com a concentração das forças junto ao Kilimanjaro (...) que era absolutamente necessário concentrar as forças dispersas pela Colónia”. Acabou por se fazer no planalto de Pegu, a um dia de marcha de Dar-es-Salem. Lettow-Vorbeck, com a Polícia, em parte, sob o seu comando e depois dos reservistas alemães terem sido mobilizados, não perde tempo: ordena a ocupação do Lago Tanganica (que foi rápida e eficaz levando os belgas, completamente surpreendidos, à rendição na área porque, como já aludimos anteriormente, “muitos Europeus acreditavam que segundo a ata do Congo nós eramos obrigados a ficar neutrais”). A 15 de agosto é tomada a cidade de Taveta na AOB. Os resultados falavam mais alto e Schnee, naquele momento, teve de concordar com a iniciativa do seu comandante militar: “durante os dias seguintes o possuidor do supremo poder militar foi, com êxito, convencido a concordar com a mudança do grosso das nossas forças para o caminho-de-ferro do Norte”²⁹.

No Kilimanjaro estava-se a fazer a preparação para uma guerra de guerrilhas “e as nossas patrulhas avançavam de Taveta sobre o caminho-de-ferro inglês do Uganda”. Porque já era esperado por Lettow-Vorbeck um ataque britânico no final de outubro de 1914, com forças oriundas da Índia sobre a Capital ou sobre Tanga (no litoral norte da AOA), este atuou de acordo com o que achava ser mais importante assegurar, a “unidade de ação” e “reunir todas as forças aproveitáveis o mais rapidamente possível”. O Governador, por seu lado e mostrando claramente que continuava a discordar da visão de Lettow-Vorbeck, avisara que o bombardeamento sobre Tanga deveria ser evitado a todo o custo pelo que privilegiaria sempre a negociação sobre a ação militar. A 2 de novembro, 14 navios de transporte, dois cruzadores e 8000 militares apareceram sobre Tanga e exigiram a rendição imediata, mas Lettow-Vorbeck estava completamente determinado: “Para ganharmos tudo temos de arriscar tudo”³⁰.

A manobra arriscada de Lettow-Vorbeck compensou. As baixas deverão ter atingido as 2000 entre os ingleses “mas ainda maior foi a perda moral do inimigo (...) as tropas fugiam apavoradas e atiravam-se para as lanchas virando os pés pela cabeça”. “No início de novembro, estávamos na iminência de um ataque concêntrico à nossa Colónia, planeado em grande escala. O fracasso deste

²⁹ Lettow-Vorbeck, 1923, pp. 24 e 33.

³⁰ Lettow-Vorbeck, 1923, pp. 36 e 43-44.

ataque (em Tanga) fazia-nos acreditar que poderíamos manter-nos tanto tempo na Colónia como os nossos camaradas na Alemanha”. Cumpria-se a política de Lettow-Vorbeck e Schnee perdia completamente a sua margem de manobra³¹.

A estratégia britânica passava agora por mover o esforço desde o lago Vitória para as montanhas do Kilimanjaro e o que Vorbeck queria mesmo era obrigar a um empenhamento inimigo num só ponto da colónia, mesmo que tivesse de correr riscos noutras frentes. As perdas elevadas de oficiais, soldados e carregadores, nos grandes combates, tinham levado a uma nova decisão de Lettow-Vorbeck: “só excepcionalmente travar grandes combates e de me restringir quase exclusivamente à guerra de guerrilhas”. As expedições profundas contra o caminho-de-ferro do Uganda tinham de terminar porque a água era quase inexistente, bem com os alimentos. A opção passou então por usar pequenos destacamentos “de oito a dez homens, europeus e askaris, que circundavam pela retaguarda os acampamentos inimigos (...) e atacavam as suas comunicações (...) e assim capturamos espingardas, munições e material de guerra de toda a espécie”³². Na realidade, a iniciativa estratégica de Lettow-Vorbeck ganhou-lhe imediatamente mais um ano de atividade, “em resultado do combate de Tanga (...) o ano de 1915 pode considerar-se neutro”³³.

Enquanto decorriam as provocações alemãs sobre os territórios britânicos, tornavam-se cada vez mais claras as divisões entre os possíveis aliados. O governador de Niassalândia pediu ajuda a Portugal mas foi desautorizado pelo seu ministério – só em caso de extremo perigo é que podia pedir ajuda porque a GB não queria dever favores ao seu antigo aliado. A GB, depois dos sucessivos desastres – especialmente o de Tanga – alterara a sua política para África no início de 1915 mas continuava a não querer empenhar aí grandes efetivos porque a Europa, o Egipto e os Dardanelos eram considerados de importância superior. Esta situação será reforçada com a afirmação de Lord Kitchener (Secretário de Estado para a Guerra) ao Tenente-General Wapshare: “eu penso que deve concentrar mais as suas forças e desistir de fazer expedições arriscadas que nos criam situações embaraçosas em África Ocidental sem termos a possibilidade de reforçar aí com mais efetivos. Você está completamente errado em pensar que as operações ofensivas são necessárias”³⁴.

³¹ Lettow-Vorbeck, 1923, pp. 53-57. Ver descrição completa em Lemos Pires, 2014: “O Exército de Portugal no início da Guerra: Ação, Reação e Omissão”.

³² Lettow-Vorbeck, 1923, pp. 75-76.

³³ Abecassis, 2014, p. 42.

³⁴ “em agosto de 1914, Portugal também tinha autorizado a passagem de forças através de Moçambique em direção a Niassalândia” Samson, 2013, pp. 58-59, 64; Anderson, 2014, p. 47, 64 e 70.

Lettow-Vorbeck não obtém, entretanto, grande sucesso com os ataques na linha do Uganda. Schnee e Lettow-Vorbeck vão deteriorando ainda mais as suas relações em julho de 1915 por causa da guarnição de Lindi (na costa da AOA pouco acima da fronteira de Moçambique): Lettow-Vorbeck queria que eles marchassem para norte e Schnee queria que se mantivessem porque, estes, sendo os mesmos que provocaram os massacres contra os Maji-Maji, poderiam retomar uma rebelião na área. Anulou por isso a ordem do comandante militar. Lettow-Vorbeck reclamou da contraordem diretamente para o Kaiser e, junto com a queixa enviada, Schnee anexou também a sua explicação, de “que tinha de se prevenir novas revoltas das populações na região”. A queixa chegou em agosto de 1916 a Berlim e, enquanto as autoridades militares deram razão a Lettow-Vorbeck o RKA deu razão a Schnee³⁵. Às diferentes visões existentes na AOA correspondiam iguais divisões entre os decisores de Berlim.

Lettow-Vorbeck decide passar dos ataques aos comboios (que tinham pouco efeito) para ataques e destruição de pontes e pontos fortes. Os militares queriam os recursos para combater e os civis para manter o comércio, a tranquilidade, as plantações em funcionamento e as finanças em ordem. Lettow-Vorbeck pediu para ter o controlo direto das medidas económicas e Schnee afirmou: “Lettow é um soldado de talento excecional mas completamente incapaz de pensar em soluções para além das militares”.

Entretanto, mais uma revolta das populações na Niassalândia com um novo pedido de apoio a Portugal. Mais uma vez sem a cooperação efetiva. No final de 1915 a GB ainda não tinha mobilizado os efetivos necessários, nem para conter rebeliões de grandes dimensões, e muito menos para fazer frente a uma AOA bem preparada, com uma adequada doutrina de emprego de meios (guerrilhas e baixos escalões). Aos 15000 da AOA a GB apenas dispunha em 1915, de 17000 homens, mas este número cresceria muito nos anos seguintes³⁶.

5. A grande ofensiva aliada contra a AOA de 1916

É definida uma estratégia global e surgem, de uma forma clara, as ambições sul-africanas, expressas pelas palavras da dupla Botha /Smuts: “se se conquistar a AOA pela mão dos sul-africanos iremos conseguir trocá-lo pelo território de Moçambique para onde queremos expandir”. A União Sul-Africana nunca escondera as suas ambições pelo território moçambicano, em especial a sul do Zambeze: “o Transval deveria receber trabalhadores

³⁵ Anderson, 2014, pp. 78-79.

³⁶ Anderson, 2014, pp. 82-86, 93-94 e 98.

“voluntários” de Moçambique para as suas minas e em troca o caminho-de-ferro de Lourenço Marques seria usado para as transações de mercadorias”. Anne Samson é clara: “os sul-africanos queriam este caminho-de-ferro” e cita o Ministro dos Negócios Estrangeiros da GB em que este afirma: “Os sul-africanos nunca irão desistir na obtenção desta área, o melhor era Portugal vender”. Em maio de 1915 a GB forma um novo governo, o que implicou uma imediata transformação na política, de que se destaca: passar a cooperar com a Bélgica incluindo o planeamento de um ataque anglo-belga e a nomeação do Brigadeiro General Northey (Oficial experiente e com elevada reputação no Exército) para o comando das forças do sudoeste (Rodésia do Norte + Niassalândia). No dia 22 de novembro o General Smith-Dorien foi nomeado comandante em chefe da AOB mas nunca iria exercer o seu mandato. O plano aliado de ataque à AOA tem oponentes internos e persiste um diferendo político militar na GB: Lord Kitchener continua a não querer o envolvimento direto na Colónia Alemã enquanto o seu estado-maior general quer³⁷.

Após o afastamento de Kitchener, em 28 de dezembro de 1915, o nível de força em campanha contra os alemães aumentará substancialmente em 1916, com mais de 1500 indianos e 13400 sul-africanos. Com a entrada em força da União Sul-Africana, decide-se aumentar o número das brigadas e Divisões, a criação de um Quartel-general avançado para coordenar as ações, e dar corpo a uma nova estratégia que se traduzia em dar prioridade às progressões de flanco com um total de 40000 homens. À AOA, chegam entretanto, e apenas por esta vez em maio de 1916, alguns reforços da Alemanha (navio Marie) e também os alemães atingem o seu máximo em efetivos: 2712 europeus, 11367 askaris, 2591 auxiliares, num total de 40 a 44 companhias (cada uma com 15 a 20 europeus e 200 askaris)³⁸.

Foram três as modalidades de ação, levantadas em 1916, para atacar a AOA: 1) Tentar o desembarque em Dar-es-Salem mas, devido ao desastrado desembarque em Tanga e, também, por causa do difícil acesso aos portos, esta modalidade foi considerada pouco aconselhável; 2) Atacar desde o Lago Vitória direto a Tabora (a antiga capital da AOA), mas que obrigaria a grandes deslocamentos em terrenos muito inóspitos e a uma extensíssima linha de comunicações e; 3) Atacar em várias direções simultaneamente: do Kilimanjaro em duas colunas direto à linha de caminho-de-ferro de Ussambara, a outra aos caminhos-de-ferro centrais, a partir do oeste por uma força belga e desde o sudoeste, com uma força britânica comandada pelo Brigadeiro-general

³⁷ “Em 13 de outubro, relutantemente, a Bélgica tinha declarado guerra à Alemanha em África” Samson, 2013, pp. 32 e 54; Anderson, 2014, pp. 101-105.

³⁸ Anderson, 2014, pp. 106-107, 110 e 114.

Northey. O plano de uma grande ofensiva é então aprovado de acordo com a última modalidade de ação apresentada: ataque simultâneo dos britânicos desde a Rodésia e da AOB e dos belgas desde o Congo.³⁹

Nas operações no resto da colônia, e até ao princípio de 1916, “devido à falta de comunicações da nossa parte, estes combates deram origem a uma série de operações locais, completamente independentes umas das outras” e, acrescenta Lettow-Vorbek “assim não acontecia com o inimigo”. Smith-Dorien está doente e Smuts, dando força às ambições sul-africanas, recebe o comando aliado em 5 de fevereiro de 1916. Smuts tem má opinião dos portugueses, nunca o escondeu, e porque sabia da enorme confusão que reinava em Portugal, com os efeitos agravados da situação nas colônias, não deixou de o exprimir em muitos dos relatórios por ele enviados⁴⁰.

Os avanços previstos iniciam-se no final de fevereiro de 1916 e, em finais de março, os confrontos levam a enormes perdas de ambos os lados (dos combates, mas fundamentalmente das doenças, da ausência de recursos e da fadiga). Portugal colabora discretamente nesta grande ofensiva, em Metangula “mais para evitar uma entrada britânica do que colaborar contra os alemães”. Os belgas avançam em força e querem ocupar rapidamente a região do Ruanda. Entretanto dá-se um importante passo na sustentação logística – o caminho-de-ferro ficou concluído no norte – mas os avanços fazem-se a um preço elevadíssimo (quase desastroso). Smuts recebe a ordem da GB de capturar toda a AOA e, simultaneamente, que evite que se hostilizem as populações brancas locais. O ataque português para passar o Rovuma é travado e, ironia do destino, foi a decisão de Schnee, contra a opinião de Lettow-Vorbeck, que ao deixar umas pequenas guarnições nos postos da fronteira, conseguiram travar o avanço português.

Os belgas, por seu lado, conseguiram avançar muito rapidamente em busca dos seus objetivos e em 01 de julho já estavam em Namirembe e, de seguida, avançaram sobre Tabora⁴¹. No final de maio de 1916 os belgas tinham ocupado quase toda a região Ruanda-Urundi e o Capitão alemão,

³⁹ A situação era a seguinte no princípio de 1916: “uma grande parte da AOA estava agora nas mãos dos britânicos mas os alemães de Vorbeck não tinham sofrido nenhuma derrota” Anderson, 2014, p. 106 e Sibley, 1974, pp. 36 e 95.

⁴⁰ Lettow-Vorbeck, 1923, p. 99, projeto EvocIGG- P. Tip&Bel.

⁴¹ A forma de combater e a facilidade de cooperação entre portugueses e belgas levou a que os relatos posteriores falassem sempre dos belgas como as melhores forças (da sua Force Publique) a combater em África depois das alemãs e acima das britânicas (Abbot, 2002, p. 40). Os belgas também provocaram grande celeuma quando, depois de ocuparem Tabora, contrariando as determinações aliadas, “fazem um massacre contra as populações locais com atrocidades e barbaridades contra os habitantes de AOA” (Anderson, 2014, p. 250).

Witgens, praticamente não ofereceu resistência e retirou da área. Noutra área, a sudoeste, o Major-general Whale, com cerca de 5000 homens, inicialmente estacionado na cidade de Tabora, esperou pelo avanço belga e britânico e, depois, executou as ordens para “retirar para se juntar na região de sudeste com Kraut e Vorbeck”. As forças belgas avançaram para Kigoma (que capturaram no fim do mês de julho) e os britânicos, com o general Crew, conseguiram conquistar Mwamza a 14 de julho. No dia 19 de setembro, já depois da esperada retirada de Whale, as forças belgas ocuparam a cidade de Tabora atingindo assim o seu objetivo final e “não precisavam de avançar mais” pois “tinham ganho a “corrida”. Smuts, com alguma falta de habilidade diplomática, propõe à Bélgica que a *Force Publique* fique sob o comando de oficiais britânicos – dando a entender que os deles não estão preparados para o fazer – imediatamente recusado e causador de um mal-estar entre Bélgica e a Grã-Bretanha. A cooperação anglo-belga é mesmo dada como terminada sendo apenas recomeçada no ano seguinte. No fundamental, “os belgas consideravam a campanha terminada”⁴².

Para terminar esta fase, de um grande, mas simultaneamente muito desgastante, ataque em várias direções, a cidade costeira de Bagamoyo foi ocupada por uma força anfíbia sob o comando do Contra-Almirante Charlton, “com imensos meios navais e terrestres face ao reduzido número de defensores, no dia 15 de julho”, de seguida iriam prosseguir para conquistar a capital, Dar-es-Salem⁴³.

Smuts manda avançar em força ao longo do Vale Pangani e é apoiado por três ataques secundários, o do Brigadeiro-general Northey, o das forças belgas e ainda o das portuguesas, mas estas últimas têm grandes problemas em se manterem no território entretanto conquistado (Nevala). O desastre administrativo é bem patente no apoio às forças expedicionárias portuguesas. Portugal tinha forçado a entrada na guerra quando tinha sido, claramente, desencorajado pelas autoridades britânicas: “não queremos que Portugal abuse da nossa generosidade futura para vir a reclamar territórios alemães tanto a oeste como a este, nem queremos que pensem que os podemos ajudar muito na defesa das suas colónias”. Interessante notar que havia grupos em Moçambique que apoiavam esta ideia britânica de não intervenção porque, através da neutralidade, lucravam muito com o contrabando com a AOA⁴⁴.

⁴² Abecassis, 2014, p. 59; Anderson, 2014, p. 134 e Lettow-Vorbeck, 1923, pp. 97-98.

⁴³ Lettow-Vorbeck, 1923, p. 104.

⁴⁴ Anderson, 2014, pp. 117- 119, 122-125.

O plano português tinha basicamente três grandes ambições: 1) Reconquistar o pequeno triângulo de Quionga⁴⁵; 2) Garantir a defesa do Rio Rovuma e controlar a região da AOA até ao Rio Rufigi e, finalmente; 3) Ocupar a cidade de Tabora. A Alemanha, na altura, dos seus 12000 combatentes apenas tinha 300 junto à região sul mas a ambição lusa era, obviamente, impossível de se conseguir realizar pela ausência quase total de forças, pela imensa extensão das linhas de comunicação e pela rarefação dos meios de reforço e logística.

Face à invasão portuguesa da AOA a ordem de Lettow-Vorbeck foi clara: esmagar os portugueses e acabar com a rebelião maconde contra os alemães na região. Smuts, tal como fez com os belgas, propõe aos portugueses que sejam britânicos a comandar e a administrar os territórios – Portugal também recusa liminarmente. Os planos de Smuts, irrealistas, obrigam à paragem da grande ofensiva e Smuts demite-se, pelo que, as forças aliadas passam para o comando do General Hoskins. Este é momento em que se percebe que as ambições sul-africanas estavam, de alguma forma, a comprometer as determinações políticas da Grã-Bretanha. Mesmo que Londres não compreendesse o alcance total das ambições sul-africanas, os portugueses conheciam-nas muito bem: “os Boers, que fundaram em 1844 a República do Transval” sempre declararam a ambição de “se apoderarem de Inhambane ou de Lourenço Marques” chegando mesmo a, “em 1869, com o Presidente Pretorius (...) ter proclamado a anexação de Lourenço Marques”⁴⁶.

Hoskins assume o comando aliado e, símbolo do elevadíssimo esforço em recursos usados nesta campanha, pede de imediato: 160000 carregadores, 16000 homens para recompletar forças em cada mês da campanha, a capacidade para construir e manter as linhas de comunicações, a construção de bases permanentes e mais hospitais fixos. Relativamente a Moçambique, Hoskins defendia uma política de *terra queimada*⁴⁷ porque, para ele, os territórios portugueses não tinham importância estratégica e os recursos disponibilizados por Portugal “eram ridículos”, quando comparados com os cerca de 50000 aliados, incluindo os três novos batalhões belgas ou, quando comparados

⁴⁵ Quionga, a *Alsácia Lorena de Moçambique*, segundo René Pélissier, 2000, Vol. 2, p. 397.

⁴⁶ Pélissier, 2000, Vol. 1, pp. 116-117; Anderson, 2014, pp. 146-165. Em 1901 foram muitos os bóeres que se mudaram para a AOA e para a AOB, constituindo-se como importantes grupos de pressão, tanto sobre alemães, como sobre britânicos, durante a guerra (Samson, 2013, p. 34).

⁴⁷ Parecida com o que fora defendido, e executado parcialmente, pelo duque de Wellington, cem anos antes para Portugal, para travar a 3ª invasão francesa a Portugal em 1810.

com os mais de 12000 inimigos entre as forças da AOA. A missão atribuída a Hoskins, ou seja, a todos os aliados, era clara: “Evitar que os alemães entrem em Moçambique” e, se necessário, apoiar as rebeliões na AOA⁴⁸.

Hoskins é retirado do comando aliado em 23 de abril de 1917 e os sul-africanos conseguem colocar o Tenente-general Van Deventer (que tinha sido um dos subordinados mais fieis de Smuts)⁴⁹ como responsável máximo da campanha aliada. A missão mantém-se para Van Deventer – impedir a entrada da AOA em Moçambique mas, como veremos, esta falhou e provavelmente nem foi tentada. Dos novos planos para a ofensiva de 1917, a Portugal é dado um papel ainda menor. Portugal tinha gostado de negociar com o General Hoskins mas tinha uma péssima impressão de Van Deventer, o que era garantidamente um sentimento recíproco como podemos ler pela correspondência recolhida pelo nosso grupo de investigação⁵⁰.

A situação das forças britânicas, entretanto, estava péssima porque os batalhões indianos estavam incapazes de combater (com menos de 400 homens cada e dois deles com menos de 100), abundavam as doenças e, até, “tiveram de ser os belgas a ajudar”. Os alemães, por seu lado, estavam então organizados em dois grandes grupos: 6200 (a oeste) e 2500 (a leste) mantendo ainda grande capacidade de iniciativa. À medida que os alemães avançavam na direção de Moçambique, os britânicos cortavam nos apoios e sustentação das forças: dos 328 navios de apoio apenas 35 apoiavam a campanha em África e a tendência era para continuarem a diminuir⁵¹.

Lettow-Vorbeck decide que, para partir para Moçambique, terá de levar os seus 2000 melhores combatentes e deixar os outros para trás (300 alemães + 1700 askaris e cerca de 3000 carregadores). Aparentemente, britânicos e

⁴⁸ Anderson, 2014, pp. 184-204. A AOA apresentava então alguns problemas em manter a unidade de comando. Exemplo disso é alguma indisciplina na execução política da guerra de Lettow-Vorbeck: Wintgens, sem ordens de Lettow-Vorbeck, decide fazer um raid profundo contra as forças britânicas e belgas.

⁴⁹ Conhecido entre os sul-africanos como o Sir Jaap “*The South African Knight – Sir Jaap*”. Um dos mais salientes líderes bóeres contra os britânicos na guerra anglo-bóer (1899-1902 – provavelmente o primeiro a disparar contra os britânicos), viria a ser um dos, aparentemente, mais dedicados oficiais ao serviço da Grã-Bretanha. Mas pensamos que nunca esqueceu o apoio que Portugal deu à GB, tanto na guerra anglo-bóer, como nas revoltas bóeres de 1914. Na guerra anglo-bóer chegou a ser o segundo comandante do General Smuts, ou seja, entre os dois existia uma lealdade que vinha de muito longe: “*General Smuts had great confidence in Van Deventer and it is said that he was the only man with whom he confided regarding his plans*”. Falava mal inglês e muitas vezes utilizou intérpretes para dar ordens aos britânicos. (<http://www.angelfire.com/biz4/bigbrian/sirjaap.html>, consultado em 11 de junho de 2015).

⁵⁰ EvocIGG – P. Tip&Bel – NA docs e Anderson, 2014, pp. 184-217.

⁵¹ Anderson, 2014, pp. 219, 231 e 250.

belgas achavam que a campanha tinha terminado com a entrada dos alemães em Moçambique e, imediatamente, reduziram fortemente os apoios e recursos sabendo claramente que as forças portuguesas, sozinhas, nunca conseguiriam deter as alemãs. Van Deventer ficou furioso quando soube que não tinha recursos nem unidades capazes para operar a sul do Rovuma e ainda pensou que os portugueses pudessem criar um *milagre* de deter Lettow-Vorbeck. É o próprio Lettow-Vorbeck que se espanta com o abandono dos aliados face aos portugueses quando considera a ordem britânica, conforme está nas suas memórias, “uma ordem impossível dos ingleses: evitar a travessia do Rovuma pelos Alemães”. Conscientes da avançada alemã em dois grupos de forças, um a sudoeste e outro mais poderoso sob o comando de Lettow-Vorbeck perto do rio Rufigi, a decisão britânica foi inequívoca – continuar a diminuir forças, meios, efetivos e “empurrar os alemães contra as esgotadas tropas” portuguesas que, além de tudo o que já foi referido, também estavam a braços com uma revolta interna no Barué⁵².

Face à inevitável entrada dos alemães em Moçambique é restabelecida a missão de Van Deventer: 1) Atacar os alemães sempre que possível para lhes causar o máximo de danos possível (note-se que, proteger ou defender os portugueses, não era missão atribuída); 2) Evitar uma possível invasão de Niassalândia; 3) Impedir a reentrada na AOA⁵³. Embora o primeiro dos objetivos tivesse alguns efeitos (muito mais favorável para os alemães do que para os britânicos, sempre em superioridade – esmagadoramente – numérica), apenas o segundo objetivo foi conseguido.

6. As confidências em terras de Moçambique:

Entre um dos documentos importantes que recolhemos está o diário do Dr. Heinrich Schnee, escrito durante um ano, entre novembro de 1917 e novembro de 1918⁵⁴.

⁵² Abecassis, 2014, p. 87; Anderson, 2014, pp. 255-258, 263 e Marques, 2012, pp. 114 e 185. “A mobilização dos europeus para lutar contra os alemães deixara no Barué apenas um secretário de circunscrição (...) militares nenhuns”. É importante notar que, mais uma vez nesta revolta do Barué, vemos como existe uma posição diferente entre britânicos (que não se importavam com a “humilhação dos portugueses mas não apoiavam os revoltosos”) e os seus súbditos bóeres: “carroceiros bóeres tenham dado ajuda aos revoltosos perto da fronteira da Rodésia” (Pélissier, 2000, vol. 2, pp. 349 e 355).

⁵³ Anderson, 2014, p. 260.

⁵⁴ Documento recolhido em Londres no NA: WO 106 1460 – 1917-1918 Diary of Dr. Schnee.

A situação era complicada para as forças alemãs enquanto ficaram, desde dezembro de 1917 até ao final da estação das chuvas em março de 1918, sem se moverem da região de Namune. Foi um tempo para acumular energias, pois como afirma Lettow-Vorbeck “capturámos algumas centenas de askaris, grande quantidade de medicamentos (...) todos de excelente qualidade, o que era de esperar pela experiência de séculos dos portugueses em campanhas coloniais e ainda alguns milhares de quilos de víveres europeus, grande número de espingardas, seis metralhadoras e cerca de trinta cavalos (...) apoderámo-nos de cerca de 250000 carregadores, número que se elevou a um milhão durante o mês de dezembro”⁵⁵. Como refere Pélissier, as populações recebiam, efetivamente, os alemães de braços abertos porque estavam cansadas e revoltadas pelos “contratos forçados na região da companhia do Niassa” e também pelo “recrutamento imposto pelos britânicos em 1914”. Além disso, a ação desenvolvida em termos psicológicos, “pela propaganda alemã entre os Ajauas muçulmanos (...) rubricada pelo governador Schnee” que, entre outras medidas, contava com uma arquitetada “conspiração alemã que procurava fazer destruir as casas dos brancos (com os seus moradores dentro) por muçulmanos dispostos a morrer” levava a evidentes divisões, um ambiente tenso e de conflito. No entanto, esta situação era geral a todos os territórios africanos, porque tanto havia “os macondes antialemães, a norte do Rovuma” como os “ajauas antiportugueses a sul”⁵⁶.

Os britânicos levantam a suspeita de cooperação entre a Companhia do Niassa e os Alemães (inclusivamente ajudando no recrutamento de africanos na zona)⁵⁷. Para Portugal esta era uma área em que “o Estado se encontrava ausente (cerca de 25% de todo o Moçambique) (...) por ordem de um Conselho de Administração londrino no qual preponderavam os interesses dos Randlords e, depois, dos banqueiros alemães”. No fundo estava-se em presença de uma “colónia privada no interior de uma colónia portuguesa” e que não estava em África para “a colonizar mas para dela extorquir o máximo lucro”. Esta foi uma constatação confirmada, com muita surpresa, pelas sucessivas expedições portuguesas enviadas da metrópole e talvez isso explique, também, além dos fatores referidos anteriormente, porque “os alemães, que eram copiosamente odiados pelos seus súbditos, nunca foram tomados por inimigos pelos

⁵⁵ Lettow-Vorbeck, 1923, p. 272.

⁵⁶ Além de muitos outros motivos referidos em: Pélissier, 2000, vol. 2, pp. 406-409.

⁵⁷ “A coluna dos Macondes, comandada pelo Major Cunha para abrir os 14 quilómetros de estrada (...), entre 27 de abril e 14 de junho de 1917 (...) destruíram 150 povoações indígenas, envolvendo-se em diversos combates com as populações revoltadas e descontentes com a ação da Companhia do Niassa” (Marques, 2012, p. 207).

Moçambicanos”⁵⁸. Os britânicos diziam claramente que os alemães tinham ascendência sobre a Companhia como podemos ler num dos documentos recolhidos: “Mr. Pieter Vuyk, de Amsterdão, admitiu que possuía as ações em nome de empresas alemãs”. Neste mesmo documento o General Smuts declara que a Grã-Bretanha deve comprar estas ações alemãs, antes da guerra terminar, por forma a controlar, no futuro, a rica região e o acesso ao importantíssimo Porto Amélia. Smuts afirma ainda que a Companhia é deliberadamente “corrupta e cruel”⁵⁹.

Em março, e a partir de Muíte, as forças britânicas reforçaram os ataques na direção dos alemães. Em abril o inimigo “aproximou-se tanto que tiveram de evacuar Namune” na direção de Nanungu. Chegaram a Nanungu em meados de maio. Schnee não perdia a oportunidade para classificar a opinião que tinha dos portugueses fazendo-a concordar com as palavras de um dos britânicos capturados, o Coronel Goodwin: “*I would not give a pound for 1000 of them, they are more of a danger than a help*”⁶⁰.

As razões de uma delineada falta de ajuda das forças britânicas às portuguesas tornam-se cada vez mais claras e evidentes – o embaixador britânico foi incumbido de passar a mensagem, que há muito a dupla Smuts/Deventer queriam que fosse escutada, para conseguir convencer as restantes potências coloniais de que Portugal não conseguia governar os povos africanos. O fundamental era transmitir que os nativos detestavam os portugueses e que só os sul-africanos sabiam lidar com as populações (com a dureza conhecida). Assim as palavras do embaixador britânico não podiam ser mais claras: “As autoridades portuguesas nas colónias são incapazes de governar os territórios e têm a oposição das populações nativas”. Mas o Coronel Sousa Rosa, comandante da última expedição portuguesa, sabia claramente que, tal como Smuts sempre defendeu: “as ordens eram para forçar os portugueses a combater nas regiões mais inóspitas e perigosas do Rovuma para permitir libertar as forças britânicas” e essa afirmação, também todos sabiam, era “verdadeira” e ajudava a desgastar, ainda mais, a imagem da administração portuguesa.

Sem entrarmos em grandes descrições sobre a campanha em Moçambique escolhemos algumas passagens que nos interessam reter do diário do governador alemão. Os alemães atacaram de novo a estação de caminho-de-ferro de Nhamacurra, agora defendida também por forças britânicas, mas estas acabaram por fugir. Na perseguição aos britânicos

⁵⁸ Pélissier, 2000, vol. 1, pp. 134, 391 e 396 e Vol. 2, p. 439.

⁵⁹ EvocIGG – P. Tip&Bel; 1917, NA T1 12131, pp, 7-8.

⁶⁰ Schnee, 1917-1918, pp. 134-137.

estes acabaram por entrar no rio Nhamacurra, deixando para trás armas e equipamentos, morrendo afogados pelo menos cerca de 100. Oficiais portugueses e alguns sargentos britânicos que não tinham fugido foram feitos prisioneiros. Do lado vitorioso, os alemães, durante o saque entregaram-se a fortes momentos de indisciplina, incluindo muitos alcoolizados (quase mortos ao longo da estrada e muitos com comportamentos violentos, incluindo um que começou a disparar contra todos) impedindo, inclusivamente, que muitos dos mantimentos fossem distribuídos⁶¹. As leituras, diríamos tendenciosas, sobre o combate em Nhamacurra são reforçadas na obra de Anderson⁶², como em outras fontes britânicas ou sul-africanas. Embora não restem dúvidas sobre a fuga descontrolada dos britânicos, e naturalmente, também de portugueses, continuam a existir imensas críticas que tentam colocar a culpa exclusivamente nas forças portuguesas. Numa das muitas interpretações, salientamos esta, que achamos mais correta: “portugueses cansados e ingleses recém-chegados foram presas fáceis para os alemães (...) a força anglo-lusa resistiu a mais de vinte ataques alemães (...) entre os que morreram afogados estava o tenente-coronel Gore-Brown, comandante (...) dez prisioneiros portugueses e quatro ingleses”⁶³.

Até o próprio Lettow-Vorbeck confessa, nas suas memórias, que esta manobra de abandono dos portugueses é deliberada quando afirma: “Deventer convidava a render-me (...) a nossa invasão do território português os embaraçava muito (...) nunca este nem o general Smuts se tinham lembrado de me fazer um convite idêntico quando a situação lhes era favorável”⁶⁴. Sousa Rosa fica como o bode-expiatório usado por Van Deventer e acaba por ser chamado de volta a Lisboa e preso à chegada mas, os britânicos, em Londres, atribuíram-lhe a “Order of the Bath” (seria pura diplomacia de charme ou havia um entendimento diferente entre Pretória e Londres?).

Os territórios portugueses são, nas palavras de Schnee, muito mais férteis, com mais água e com mais populações lá a trabalhar e a viver que os alemães do outro lado da fronteira. Atravessaram o rio Malle junto a Ossiwa e seguiram na direção nordeste debaixo de um ataque da outra margem do rio, que lhes causou muitas baixas, em especial, entre os askaris. No caminho, num encontro com um batalhão britânico e, depois de um combate, este foi derrotado e capturando-se o comandante e respetivo estado-maior (que estavam sem armamento e se renderam de imediato). Foram apreendidas muitas munições,

⁶¹ Schnee, 1917-1918, pp. 155-156.

⁶² Anderson, 2014, pp. 282-283.

⁶³ Marques, 2012, p. 240; descrição em Abecassis, 2014, pp. 121-122.

⁶⁴ Lettow-Vorbeck, 1923.

metralhadoras e espingardas. Se estas situações tinham ocorrido com forças portuguesas, nos mal e muito dispersos postos defensivos, vemos que também ocorriam, com frequência, entre as forças, muito maiores e mais apoiadas, britânicas. Na continuação do ataque, e depois dos britânicos se terem rendido, muitos dos askaris alemães abriram fogo sobre os askaris britânicos, mesmo depois de eles terem deposto as armas⁶⁵.

No dia 3 de junho de 1918, depois de um forte ataque e perseguição por 8 a 10 companhias britânicas, os destacamentos de Kohl juntaram-se aos do General Whale na direção de Koriwa. No dia 15 de junho chegaram ao Alto Molocué, povoação portuguesa ocupada previamente pelas forças de Muller que tinham, na ação, capturado um capitão português. As operações em Moçambique traduziam-se bem nas palavras de um oficial alemão que dizia: “Os ingleses perseguem-nos e nós perseguimos os portugueses”⁶⁶. Na opinião de Schnee esta é a primeira povoação portuguesa bem edificada, bem planeada, com edifícios bonitos e funcionais⁶⁷.

Os britânicos a combater (sob as ordens de Fitzcol) em Namirrué foram derrotados e não conseguiram evitar que passassem o rio Molocué. Já fora do território português, Van Deventer ataca agora os líderes britânicos e culpa a NORFORCE de falta de iniciativa e determinação, mas também era reconhecido que a estratégia global estabelecida estava claramente a falhar⁶⁸. Entre a descrição exaustiva, diária da campanha, nota-se a crítica permanente ao sacrifício imposto face aos resultados obtidos: “a 31 de agosto de 1918 decidiram continuar a marcha e imediatamente foram atacados por patrulhas inimigas, muitos dos carregadores fugiram”⁶⁹. Parte do acampamento que restou na retaguarda foi capturado e muitos abastecimentos tomados. Marcha através das montanhas muito difíceis. No final, ao reunir-se com o General Whale, confirma-se que as bagagens e tudo o que tinha ficado atrás ficaram com o inimigo, além de inúmeros mortos, feridos e prisioneiros⁷⁰.

À medida que se aproximavam de território alemão e britânico, os africanos desertavam das forças alemãs e, “em apenas dois dias 300 dos carregadores mais experimentados desertaram e 200 prisioneiros de guerra

⁶⁵ Schnee, 1917-1918, pp. 157-161.

⁶⁶ Marques, 2012, p. 15.

⁶⁷ Schnee, 1917-1918, pp. 143-144.

⁶⁸ Anderson, 2014, pp. 260-261 e 284.

⁶⁹ “Recrutados à força nas povoações do itinerário. Todos os homens válidos eram capturados e tinham de transportar carregamentos até que outros fossem capturados para os substituir (...) métodos brutais mas sempre eficazes” (Deventer em Pélissier, 2000, vol. 2, p. 423.

⁷⁰ Schnee, 1917-1918, pp. 17-20.

conseguiram escapar”⁷¹. Schnee implica Lettow-Vorbeck em decisões que afetam a moral das tropas, como “a pressão britânica aumentava nos flancos e na retaguarda da coluna alemã” obrigava-os a deixar muitos dos feridos e alguns dos prisioneiros para trás. Depois de uma noite sem água recomeçaram a marcha no dia 7 de setembro e a descrição das péssimas condições tornam-se ainda mais evidentes: “Os combatentes e os carregadores africanos são os que mais sofrem – tosse toda a noite, muitos têm graves infeções pulmonares, febres altas, quer seja da malária ou de simples gripes. Os mesmos problemas se passam com os europeus”. “À medida que nos aproximamos de território Alemão os carregadores fogem” afirma Schnee, porque sabendo que “a região é densamente povoada os nativos fugiram todos”⁷².

Schnee critica outras das decisões de Lettow-Vorbeck afirmando que “não faz sentido este sacrifício de obrigar os doentes alemães a acompanhar a marcha” e faz uma síntese depois de passar o Rovuma, ao sair de Moçambique, de regresso à colónia alemã: em 10 meses passaram de 278 para 168 europeus, de 1600/1700 para menos de 100 veteranos e 300 recrutas askaris, de 4000 para menos de 2000 carregadores, além dos prisioneiros de guerra (cerca de 278?), mulheres e crianças (de 1000 para 500?); dos seus 10 carregadores pessoais, 3 estão gravemente doentes, o seu cavalo *quebrou* e teve de ser abatido. Junto ao Lago Niassa as deserções dos nativos (askaris e carregadores) aumentaram ainda mais, mesmo com aumentos significativos dos vencimentos, os que ficavam, ameaçavam também querer desertar e regressar às suas terras de origem. Também já não havia nativos para serem capturados porque os britânicos os tinham obrigado a abandonar as suas terras. Por fim, os roubos aumentavam dentro da coluna de marcha (o próprio Schnee fica sem o material para fazer a barba). No dia 12 de novembro de 1918 chegaram a Kassama na Rodésia⁷³.

No dia 13 de novembro de 1918 chegou um telegrama a dizer que a guerra acabara e, mais tarde, um outro a dizer que o Kaiser tinha abdicado e tinha ido para a Holanda. Schnee reassume a sua função de governador e manda cartas para o Príncipe Regente (da GB) e para o General Van Deventer (que comandava as forças britânicas e portuguesas). Von Lettow-Vorbeck foi informado pelos britânicos que as forças alemãs teriam de evacuar da África Oriental, ou seja, entregar os territórios aos ocupantes e Schnee escreveu logo, de forma clara e sentida, a sua revolta por esta decisão, insinuando que foi a ação

⁷¹ Anderson, 2014, pp. 260-261, 284, 290-291.

⁷² Schnee, 1917-1918, pp. 28-35.

⁷³ Schnee, 1917-1918, pp. 38, 45-46, 56-57 e 101.

impetuosa de Lettow-Vorbeck que levou a isso. Schnee sentia, com razão, que iriam perder os territórios definitivamente. O remanescente das forças no dia 14 de novembro de 1918 eram as seguintes: 30 oficiais, 125 sargentos e soldados europeus (total de 155 europeus incluindo o próprio Schnee), 1168 Askaris, 1516 carregadores, 130 prisioneiros de guerra, 482 carregadores locais, 4410 nativos (incluindo mulheres e crianças). A 26 de novembro as tropas alemãs renderam-se formalmente. O General Edwards, representando a GB, apresentou os seus oficiais a Schnee e este cumprimentou todos mas, Von Lettow-Vorbeck, recusou-se. Por causa da gripe espanhola o embarque num vapor belga de regresso à Alemanha, é atrasado e, na lista de prisioneiros de guerra recebida, a 29 de novembro de 1918, Schnee aparece incluído como “S. Ex^a o Governador” mas, para Lettow-Vorbeck, este, ainda assim, não o considerava⁷⁴.

Schnee conta que Von Lettow-Vorbeck tinha entregado uma queixa aos britânicos sobre a forma como os prisioneiros estavam a ser tratados e nem sequer o tinha informado. É recorrente, ao longo de todo o diário o uso apenas da letra “L” ou simplesmente “Comandante” quando escreve (muito poucas vezes) sobre Von Lettow-Vorbeck.

O total das perdas alemãs são (datado de 14 de novembro) de 3509 mortos e 3731 feridos europeus e 14252 mortos e feridos askaris além de se registarem 2 europeus e 2847 askaris desertores. Na mesma lista são referidas as baixas de 917000 entre as forças britânicas na África Oriental. Lettow-Vorbeck escreve nas suas memórias, que durante a Grande Guerra em África, e contra os alemães, entraram em combate 130 generais e um efetivo total de 300 000 combatentes que sofreram 20000 baixas em europeus, 40000 indígenas e indianos além de 140000 solípedes. Portugal regista mais de 100000 mortos entre a população local⁷⁵.

Teria valido a pena? Deixa Schnee a pergunta no ar.

Reflexões finais

Tal como Wellington tentou fazer na Guerra Peninsular entre 1808 e 1814, ou seja, o de atrair o máximo de forças francesas à Península Ibérica para enfraquecer Napoleão na Europa Central, também Lettow-Vorbeck

⁷⁴ Schnee, 1917-1918, pp. 102-107, 110-120.

⁷⁵ Schnee, 1917-1918, p. 126; Lettow-Vorbeck, 1923, p. 23; Abecassis, 2014, p. 135; Do lado português contabilizaram-se, durante os 4 anos da guerra, 39 201 combatentes entre os enviados da Europa (19 438) mais os que viviam em Moçambique e os nativos, morrendo 2007 europeus, cerca de três vezes mais soldados africanos e um número “incalculável de carregadores anónimos” (Marques, 2012, p. 18).

tentou fazer o mesmo na AOA entre 1914 e 1918. A sua intenção foi cumprida e eficazmente obtida mas, como se pode constatar, com custos muito elevados. No final tinha atraído as forças e tinha causado enorme desgaste aos inimigos, mas também tinha ficado sem território e sem margem para negociar. Ao contrário de Wellington, que contava com as forças portuguesas, milícias e ordenanças, em território português para lhe garantir a segurança e a defesa de um santuário seguro, Portugal, Lettow-Vorbeck, não contava com aliados locais nem apoios regionais, quando saía com o seu exército da AOA. As populações na sua retaguarda entregavam-se aos novos ocupantes ou, simplesmente, tentavam a sua independência.

Esta foi uma guerra essencialmente combatida por “*proxys*”. Foram as populações locais as que participaram em maior número, quer como combatentes, nomeadamente os askaris, quer como auxiliares, em especial os carregadores, quer pelos efeitos – as centenas de milhares de vítimas espalhadas por inúmeras e vastas regiões. Os atingidos em nada beneficiaram com os objetivos propostos, foram, apenas, vítimas e sofredores dos efeitos que não propuseram, não defenderam e nunca desejaram.

Ninguém, nenhuma das potências coloniais em confronto, estavam preparadas para combater entre si no início da guerra. As forças, o sistema de recrutamento, a organização e os equipamentos militares presentes estavam dimensionados para lidar apenas com a ordem interna e com possíveis, frequentes, sublevações e revoltas das populações locais. A iniciativa alemã levou a uma adaptação mais rápida mas, genericamente, todos estavam muito mal preparados para o fazer. A diferença notou-se na forma como cada uma das potências coloniais reagiu e alterou profundamente os seus meios políticos, económicos e militares para fazer face a crescentes necessidades operacionais. Quando as necessidades operacionais aumentaram, o esforço aumentou e quando os objetivos foram sendo atingidos imediatamente reduziu-se o esforço. Esta oscilação foi mais evidente nos recursos disponibilizados pela Grã-Bretanha e pela Bélgica, nomeadamente, quando as forças alemãs se aproximaram e depois entraram em Moçambique.

Portugal apresentava, além de um prévio e agravado caos político e estrutural, uma relação de recursos, humanos, materiais e financeiros, muitíssimo menor que os seus aliados. Contra o mesmo inimigo, as forças da AOA, os britânicos apresentaram sempre efetivos na ordem dos 30000 a 60000 combatentes (excluindo os carregadores), os belgas, várias dezenas de milhares e ambos utilizaram muito do seu esforço, recursos e tempo, na construção e edificação de sistemas completos de sustentação e apoio (desde um sistema

fiável de pagamentos aos combatentes e carregadores, passando por adequadas linhas de comunicação até ao apoio em hospitais e distribuição de munições e alimentos). Portugal nunca atingiu a dezena de milhar de combatentes, sendo que a sua maior expedição não chegou sequer aos 5000 homens e, porque tinha uma enorme e inóspita área para defender, teve imensas dificuldades em concentrar potencial para poder influenciar decisivamente os resultados dos combates. Para a dimensão do esforço português, enorme em termos nacionais, mas pequena quando comparada com a dimensão dos aliados que chegou a ser “um Exército aliado cujos efetivos acumulados chegaram a atingir entre perto de 250000 homens e, pouco mais ou menos, 210000 homens”, ou, por exemplo, descrevendo apenas o caso dos K.A.R que foram “pelo menos, dez vezes mais numerosos que as tropas alemãs”. A somar a esta dificuldade, Moçambique praticamente não dispunha de bases de apoio e muito menos, de linhas de comunicação com a devida sustentação logística. No entanto, importa referir que foi um esforço tremendo e que saiu caríssimo a Portugal, nada melhor do que a síntese de René Pélissier para entendermos a gravidade da situação: “todas as campanhas coloniais em Moçambique de 1855 a 1917, reunidas, custaram aos portugueses menos mortos que a sua intervenção na Grande Guerra na África Oriental”⁷⁶.

O estabelecimento dos objetivos político-estratégicos foi descoordenado e inconsequente. No caso alemão, e ainda antes da guerra, a falta de controlo político da ação militar tinha levado à mudança das dependências dos distritos alemães de militares para civis mas a definição dos objetivos de campanha, em caso de guerra, continuou na mão do comandante militar. Assim, foi Lettow-Vorbeck a definir o nível de ambição político e Schnee, em muitos casos, a apresentar preocupações de nível tático, como pudemos ler pelos relatórios e diários de ambos. A política desejada pelo governador, de tentar manter o território para o final da guerra, não se consumou e a estratégia elaborada pelo comandante militar, que tinha objetivos marcadamente globais, embora atingidos em parte, não evitou a perda total de todos os territórios alemães em África. No caso britânico foi evidente a força de objetivos políticos diferenciados entre os principais responsáveis da União Sul-Africana e as diretivas de Londres. Os sul-africanos queriam Moçambique mais do que a AOA e estavam dispostos a um esforço considerável nessa ambição, Londres embora tenha concordado em parte com esta visão, tinha outros estratégias que aconselhavam um esforço mais moderado e contido que se traduziria (como era a vontade de Kitchener) de limitar a ação dos alemães ao interior do seu território. No caso português houve

⁷⁶ Pélissier, 2000, vol. 2, pp. 387, 393 e 405.

ambições políticas perfeitamente desajustadas às possibilidades atribuídas às forças militares. Fundamentalmente, face aos reduzidos meios e parcas condições disponíveis, não houve capacidade diplomática para coordenar o esforço global da guerra nem a determinação em exigir que os interesses locais se subordinassem ao interesse nacional, como foi o exemplo da Companhia do Niassa e de muitos dos comerciantes locais⁷⁷.

As acusações recíprocas de comportamentos agressivos contras as populações, as permanentes ofensas veiculadas entre combatentes, traduzem muitas das frustrações pelos variados objetivos das campanhas que ninguém conseguiu efetivamente alcançar. A Grã-Bretanha não conseguiu evitar a entrada dos alemães nos seus variados domínios, incluindo a AOB, nem a saída posterior dos alemães em direção a Moçambique e também não conseguiram controlar a sua reentrada final na AOA e, depois, na Rodésia. Os belgas, inicialmente profundamente atingidos no seu território europeu, foram os únicos a conseguirem atingir os objetivos que tinham traçado em domínios territoriais e, talvez por isso, os que menos acusaram e trocaram acusações – quando as coisas *azedavam* terminavam com a cooperação e quando se faziam respeitar reiniciavam a colaboração. Os Alemães não conseguiram a adesão das regiões por onde passavam nem conseguiram manter o seu território. Os portugueses não conseguiram almejar as suas operações ofensivas nem evitar a entrada dos alemães em Moçambique nem fazer uma colaboração acertada com os aliados.

No final, todos perderam muito e alguns ganharam pouco, mas o preço foi igualmente elevadíssimo. O preço das vidas e dos recursos perdidos foi enorme. O desprestígio e o sacrifício imposto às populações locais deixou marcas profundas em todos os territórios. O mal-estar provocado pelas acusações e recriminações recíprocas, dentro e entre cada nação, foi profundamente deselegante, mesquinho e enganador, porque apenas traduziu a enorme frustração sentida por quem não conseguiu atingir, na plenitude, os seus objetivos. A natureza humana tem destas coisas e quando falha, quando tudo falta, *“todos ralham e ninguém tem razão”*. Sobrou apenas o reconhecimento, futuro, da arte da guerra e o respeito pela ação de Lettow-Vobeck, mas foi um pequeno paliativo construído em cima de muito azedume e sofrimento.

⁷⁷ “A economia local ia “de vento-em-popa”: uma galinha que em novembro de 1915 se comprava por 10 ou 12 centavos, custava em março de 1916, 50 centavos (...) em Lourenço Marques (...) luxuosos carros dos homens bem vestidos que entravam no QG (...) eram os fornecedores da expedição militar” (Marques, 2012: 33 e 215).

Bibliografia

- Abbot, Peter, *Armies in East Africa 1914-18*, Oxford (Reino Unido): Osprey, 2002.
- Abecassis, Fernando, *A Grande Guerra em Moçambique*, Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, 2014.
- Anderson, Ross, *The forgotten Front – The East African Campaign 1914-1918*, Gloucestershire (Reino Unido): History Press, 2014.
- Barbosa, Eduardo Alfredo Araújo, “O nosso esforço militar em África”, Lisboa: *Revista Militar* nº 69 de 12 de dezembro, 1917, pg. 836-843.
- Cann, John P., “Moçambique, Africa Oriental Alemã e a Grande Guerra”, Lisboa: *Revista Militar* nº 151, Maio, 2002, pp. 361-392.
- Costa, Mário Augusto da: “Nangadi: 1-8-1916”, Lisboa: *Revista Militar* nº 81, Mai/Jun, 1929, pp. 358-363.
- Costa, Mário Augusto da: “Grande Guerra em Moçambique”, Lisboa: *Revista Militar* nº 82, Mai/Jun, 1930, pg. 298-307.
- Costa, Mário Augusto da: “Grande Guerra em Moçambique”, Lisboa: *Revista Militar* nº 82, Mar/Abr, 1930, pp. 161-175.
- Gil, José César Ferreira, “A invasão da África Oriental Alemã pelos portugueses: o esforço da expedição de 1916”, Lisboa: *Revista Militar* nº 71 de Junho/Julho, 1919, pp. 331-352.
- Haywood, A., *The History of the Royal West African Frontier Force*, Aldershot (Reino Unido): Gale & Ponden, 1964.
- Jordan, David, *The Balkans, Italy & Africa 1914-1918*, Londres (Reino Unido): Amber Books, 2008.
- Lettow-Vorbeck, Von – Tradução de Abílio Pais dos Ramos, *As minhas memórias da África Oriental*, Lisboa: *Revista Militar*, 1923.
- Martins, Ferreira (cord.), *Documentos em Portugal na Grande Guerra*, Lisboa: Editorial Ática, 1938.
- Marques, Fernando Pimentel da Motta, “A passagem do rio Rovuma”, Lisboa: *Revista Militar* nº 72, Maio, 1920, pp. 299-304.
- Marques, Ricardo, *Os Fantasmas do Rovuma*, Lisboa: Oficina do Livro, 2012.
- Monteiro, António Pires, “A Grande Guerra na África Portuguesa”, Lisboa: *Revista Militar* nº 9/10, Set/Out, 1923, pp. 456-473.
- Paice, Edward, *World War I – The African Front: an imperial war on the African Continent*, Nova Iorque (EUA): Pegasus Books, 2008.
- Pélissier, René, *História de Moçambique: formação e oposição 1854-1918*, 2 Vols., Lisboa: Editorial Estampa, 2000.
- Pires, Nuno Lemos: “Recordar o esforço Português em Moçambique durante a Grande Guerra (1914-1918) através da *Revista Militar*”, *Revista Militar*, 66º Volume, nº5, número temático extraordinário sobre: *Portugal na I Guerra Mundial – Operações em África (1914-1918)*, 2014, pp. 429-458.

- Pires, Nuno Lemos: “O Exército de Portugal no início da Guerra: Ação, Reação e Omissão” no livro *Portugal e a I Guerra Mundial (1914-1918)*, Lisboa: Edições Assembleia da República, 2014, pp. 25-36.
- Ponte, Luís Monteiro Nunes da: “Notas da campanha de Moçambique: 1917-1918”: Lisboa: *Revista Militar* n° 92, Julho, 1940, pp. 437-445.
- Ponte, Luís Monteiro Nunes da: “Notas da campanha de Moçambique: 1917-1918”: Lisboa: *Revista Militar* n° 92, Agosto, 1940, pp. 515-525.
- Ponte, Luís Monteiro Nunes da: “Notas da campanha de Moçambique: 1917-1918”: Lisboa: *Revista Militar* n° 92, Novembro, 1940, pp. 706-719.
- Samson, Anne, *World War I in Africa: The forgotten conflict among the European Powers*, Londres & Nova Iorque: I.B. Tauris, 2013.
- Sibley, Roger, *Tanganikyan Guerrilla: East African Campaign 1914-18*, New York (EUA): Ballantine Books, 1971.
- Teixeira, Nuno Severiano, “Portugal e a Grande Guerra: entre a memória do passado e os desafios do futuro”, 2014, disponível em: <http://www.portugalgrandeguerra.defesa.pt/Documents/Portugal%20e%20a%20Grande%20Guerra%20-%20entre%20a%20mem%C3%B3ria%20do%20passado%20e%20os%20desafios%20do%20futuro.pdf>
- TELO, António: “Cronologia de 1914: Portugal na Grande Guerra”, 2014a, disponível em: <http://www.portugalgrandeguerra.defesa.pt/Documents/CRONOLOGIA%201914.pdf>
- TELO, António: “A beligerância portuguesa na Grande Guerra”, 2014b, disponível em: <http://www.portugalgrandeguerra.defesa.pt/Documents/A%20BELIGER%C3%82NCIA%20PORTUGUESA%20NA%20GRANDE%20GUERRA%201.pdf>
- TELO, António: “Um enquadramento Global para uma Guerra Global”, *Revista Nação e Defesa* n° 139, *Portugal na Grande Guerra*, Lisboa: IDN, 2015.

Fundos Documentais

Comissão Organizadora da “Evocação dos 100 anos da Grande Guerra” – Projeto: “Tipologia da Conflitualidade e Beligerância Portuguesa na Grande Guerra” liderado pelo Professor Doutor António José Telo com a participação do autor, entre vários elementos, (EvocIGG- P. Tip&Bel), recolhidos em Portugal (arquivos); Londres / RU; Paris / França; Washington / EUA e Friburgo / Alemanha.

A Guarda Republicana de Lourenço Marques

Rui Moura

Major-General

Comandante de Doutrina e Formação da Guarda Nacional Republicana

Lisboa, Portugal

moura.rfb@gnr.pt

Dedicatória

Ao meu avô, Tenente Joaquim José de Moura que *“Nos anos de 1914 a 1919, fez parte das operações contra os alemães na África Oriental.”*

(in Registo de Matrícula do Tenente Joaquim José de Moura, Arquivo Geral do Exército, onde consta “150% de aumento de tempo de serviço em Moçambique entre as datas de 14 de Agosto de 1914 a 15 de Abril de 1919”).

Introdução

A partir de 1914 a segurança e o policiamento de todas as áreas na região sul de Moçambique foram atribuídos à Guarda Republicana de Lourenço Marques (GRLM), substituindo a Guarda Cívica que até aí fora a responsável por funções semelhantes naquela região. A GRLM assumiu as missões de ocupação e de polícia militar do território, de segurança interna e de ordem pública, de polícia de emigração, para além de outros serviços de polícia sanitária e de caça, assumindo ainda as responsabilidades de guarda-fiscal no interior e nas fronteiras com a colónia britânica da União Sul Africana¹, constituída em 1910, e com o protetorado britânico da Suazilândia.

¹ *South Africa Act 1909* – lei do Parlamento Britânico que criou a *Union of South Africa* constituída pelas colónias britânicas do Cabo da Boa Esperança (*Cape of Good Hope*), Natal, Rio Orange (*Orange River Colony*), e Transvaal. Apenas as colónias do Transvaal a oeste e do Natal a sul tinham fronteira com a colónia de Moçambique, na região sul.

As subunidades da GRLM estavam ainda equipadas e preparadas para desempenhar operações de combate, segurança de colunas e reconhecimentos. E por esse facto foram utilizadas nas campanhas do norte de Moçambique, no combate aos alemães, entre 1916 e 1918.

Para a sua constituição foram dadas condições muito especiais, de que se destacam um recrutamento cuidado, pois todos os seus oficiais eram de carreira, oriundos da Escola do Exército, bem como as praças europeias que eram recrutadas na metrópole, preferencialmente na Guarda Nacional Republicana (GNR) e na Guarda Fiscal, que contava com homens com características difíceis de encontrar em 1914, designadamente precisavam de “*saber ler, escrever e contar*”, sem esquecermos que as praças indígenas foram selecionadas de entre os melhores landins, considerados “*os temíveis soldados moçambicanos dos quais Gungunhana disse terem o maior instinto guerreiro*” (Sá, 1992)².

A formação da Guarda Republicana de Lourenço Marques

Para entender a génese da GRLM é necessário analisar alguns documentos fundamentais, designadamente a correspondência entre o Governo da colónia de Moçambique, em Lourenço Marques, com o Governo da República, em Lisboa, que conduziu ao Decreto n.º 58, de 24 de julho 1913, do Ministério das Colónias.

Este diploma legal, publicado inicialmente no Diário da República³, viria, com um afastamento temporal de mais de dezasseis meses, a ser publicado nas Ordens do Exército⁴, a 11 de dezembro de 1914, data em que as grandes potências europeias já se encontravam envolvidas na Primeira Grande Guerra, na qual Portugal só viria a entrar em 1916.

Voltando ao texto publicado em 1913, verificamos que este é antecedido por um preâmbulo, que a versão da Ordem do Exército de 1914 não inclui, que é de extrema importância para se perceber a génese da GRLM.

Neste preâmbulo faz-se referência a um decreto de 17 de abril de 1911, através do qual fora “*criado em Moçambique um corpo especial de tropas denominado Guarda Cívica de Lourenço Marques*”⁵, que “*pela sua organização e*

² Sá, Luís Andrade, “Memórias de um Exército já Ausente”, *Revista Macau*, S. 2, n.º 1 (Maio, 1992), p. 14

³ Portugal. Ministério das Colónias. Direção Geral das Colónias. 5ª Repartição, “Decreto n.º 58”, *Diário da República*, n.º 171 (24 de julho 1913), pp 2758-2759.

⁴ Portugal. Ministério da Guerra, “OE n.º 30”, in *Ordens do Exército*, 1ª Série, Secretaria da Guerra (11 de dezembro de 1914), pp. 1444-1450.

⁵ Portugal, [Decreto do Governo de 17 de abril de 1911 s/ n.º], in *Diário da República*, n.º 96 (26 de abril de 1911), p. 1710.

*pelas condições do recrutamento pudesse eficazmente concorrer para assegurar a ordem pública e a defesa daquela colónia*⁶.

Pela análise desse decreto de 1911, percebemos que a organização desta Guarda Cívica estava baseada na estrutura de uma companhia de infantaria (artigo 3.º), com cerca de 230 efetivos europeus, comandados por um capitão (artigo 1.º), recrutados no Exército ativo, na Guarda Fiscal, na Guarda Nacional Republicana e na Polícia Cívica (artigo 2.º). No entanto, o recrutamento fora executado essencialmente na Polícia Cívica e Guarda Fiscal e, como veremos adiante, não era um corpo que demonstrasse disciplina e coesão para o desempenho da sua difícil missão.

Já em dezembro de 1912, a exoneração do Comandante da Guarda Cívica pedida pelo governador-geral de Moçambique ao ministro das Colónias, em Lisboa, com a justificação de que a Guarda Cívica de Lourenço Marques não tinha *“o apoio evidente, manifesto, que lhe é preciso, das estações oficiais de que depende n’esta Província”*⁷, era reveladora do descrédito em que caíra este corpo e a urgente necessidade de o substituir.

Por este motivo, podemos ler no referido preâmbulo ao Decreto n.º 58, que era necessário *“atenuar a despesa que a constituição daquela unidade acarreta, e por outro lado organizar um corpo militar que, além de poder cooperar no importante serviço de ocupação e segurança do território, exerça ao mesmo tempo a polícia puramente administrativa das circunscrições civis, a polícia especial de emigração, a polícia urbana, e ainda os serviços da guarda fiscal”*⁸.

Existia, sem dúvida, uma preocupação evidente em dotar a região sul da colónia de Moçambique, a única que não estava concessionada a uma companhia majestática⁹, de uma nova força de elite, recrutada entre os melhores militares, conforme podemos constatar nas condições impostas ao recrutamento:

“para exercer cabalmente esta missão é necessário que este corpo especial tenha um recrutamento adequado, constituindo-se o seu efectivo, tanto quanto possível, com praças já com prática do serviço militar, e que pela sua permanência nas fileiras e pelos hábitos adquiridos de disciplina sejam garantia bastante de que

⁶ *Ibidem*.

⁷ AHU. Ministério das Colónias. Direcção Geral das Colónias. 5ª Repartição. [Ofício s/n.º]

⁸ Preâmbulo ao Decreto n.º 58. *Op. Cit.*

⁹ Companhias majestáticas (ou companhias privilegiadas) eram companhias privadas portadoras de carta de concessão do governo que lhes conferia o direito a certos privilégios comerciais. Nas regiões das colónias administradas por concessão, o poder público não se exercia diretamente por meio dos órgãos do Estado soberano, mas era confiado pelo Estado a estas sociedades comerciais que o exerciam sob fiscalização do governo. Em 1914 existiam em Moçambique as Companhias do Niassa (1890), de Moçambique (1891) e da Zambézia (1892).

se tornarão na colónia um exemplo a seguir, impondo-se por isso pela sua coesão e homogeneidade às populações indígenas, sobre as quais exercerão influência mais pelo cumprimento recto dos seus deveres e pelo respeito do si próprios do que pelo uso e acção da força.

Um outro e não menos importante serviço deverá caber à guarda republicana: o da policia civil de Lourenço Marques.

As honrosas tradições que de si deixou o antigo corpo de policia o fiscalização de Lourenço Marques, emquanto se procedeu com escrupuloso cuidado ao recrutamento do seu efectivo, e se entregou o seu comando a oficiais escolhidos e seleccionados, corpo que exerceu, de forma a merecer os maiores louvores, o árduo serviço de policia civil; e por outro lado o descrédito em que caiu o actual corpo de policia civil daquela cidade, a cujo serviço tem sido feitos, nos últimos tempos, diversas sindicâncias que demonstraram a forma irregular como eles corriam, levam a entregar à guarda republicana, que se projecta criar, essa missão logo que os actuais guardas do corpo de policia civil terminem o seu tempo de permanência no serviço.”¹⁰

Para além de substituir uma força de segurança de carácter mais civil por uma guarda republicana, fosse pelas razões aduzidas de falta de disciplina, coesão e exemplo, fosse, eventualmente por outras questões, de que não se poderão esquecer possíveis razões políticas, o argumento financeiro não ficou também esquecido.

Os vencimentos dos militares, e outros servidores do Estado, nas colónias eram fortemente reforçados com gratificações de serviço adicionais para compensar a penosidade das missões e o afastamento das famílias. Os vencimentos da Guarda Cívica, toda ela constituída por elementos de origem europeia, eram significativos, como se pode ler no seu diploma constituinte que estabeleceu a sua tabela de vencimentos. Os oficiais da policia cívica tinham ordenados manifestamente superiores aos dos oficiais em funções em unidades do Exército, e mesmo superiores aos dos oficiais da futura Guarda Republicana, e as despesas com as praças europeias da policia cívica eram de montante significativo. Por outro lado, as praças indígenas tinham um soldo bastante inferior ao das praças europeias, numa relação de um para quatro, e eram de muito mais fácil recrutamento, pelo que as companhias indígenas enquadradas por oficiais e sargentos europeus eram uma solução muito interessante sob vários pontos de vista.

¹⁰ Ibidem.

Mas como seria possível criar uma Guarda Republicana com mais efetivos e com recrutamento mais cuidadoso, sem aumentar a despesa?

A solução para este problema encontramos-la explicada, mais uma vez, no referido preâmbulo do Decreto n.º 58:

“Impõe-se, porém, que aos quadros de oficiais, sargentos e demais praças da guarda republicana sejam arbitrados vencimentos especiais superiores aos das demais unidades da guarnição da província, de que não resultará aumento da despesa, visto que são extintas a guarda cívica, o esquadrão de dragões e a 12.ª companhia indígena de infantaria.”¹¹

Isto é, para ser criada a Guarda Republicana, não foi apenas extinta a Guarda Cívica, mas também o foram o Esquadrão de Dragões e a 12ª Companhia Indígena, criando assim uma disponibilidade orçamental. Assim sendo, a Guarda Republicana viria a ser constituída por uma companhia europeia a cavalo, aproveitando os solípedes do esquadrão de dragões extinto, e uma companhia indígena recrutando os melhores soldados landins da 12ª Companhia, também ela extinta.

É no preâmbulo do Decreto n.º 58 que, de forma original para um diploma legal, encontramos demonstrada também a poupança global que se pretendia obter, comparando os custos da Guarda Cívica, com os da futura GRLM.

Por um lado, haveria uma economia global calculada em 6.555\$400 (cerca de 135 mil euros¹²) em orçamentos de funcionamento, pois a importância a despende com a Guarda Republicana era estimada em 169.314\$000 (3,50 milhões de euros), enquanto se deixariam de gastar, entre outros custos, 175.869\$400 (3,65 milhões) com as três unidades a extinguir: 22.122\$650 (457 mil euros) do esquadrão de dragões, 19.472\$750 (402 mil euros) da companhia indígena e 134.274\$000 (2,78 milhões de euros) da Guarda Cívica.

Por outro, haveria também uma poupança por se ter duplicado o tempo de serviço exigido ao pessoal da nova guarda, reduzindo as despesas no transporte de pessoal europeu para a Metrópole, e adicionalmente nas ajudas

¹¹ Ibidem.

¹² Utilizados os coeficientes de desvalorização da moeda a aplicar aos bens e direitos alienados durante o ano de 2014, Portaria n.º 281/2014, de 30 de dezembro. Estes valores servem apenas de referência, pois não têm em conta os valores reais do custo de vida. De qualquer modo para poderemos ter uma base de comparação, de acordo com este cálculo o soldo base mensal do Comandante da Guarda Republicana de Lourenço Marques, com o posto de Tenente-coronel ou Major, que era de 65\$00 seria equivalente a €1343, mas que com a gratificação da arma (15\$00) e gratificação especial da guarda (210\$00) teria um vencimento mensal de quase 6 mil euros.

de custo a oficiais e nos prémios de realistamento das praças de pré, num total de 16.492\$600 (cerca de 340 mil euros). Outra redução dos gastos resultaria da diminuição dos vencimentos dos cabos e soldados da guarda, os quais seriam inferiores aos dos cabos e guardas da polícia cívica, mantendo o restante pessoal graduado os mesmos vencimentos, num montante de 38.512\$600 (mais de 796 mil euros).

Estaria assim justificada a extinção da polícia civil, mais cara, substituída por uma guarda militar, mais disciplinada, mais coesa, mais profissional, e acima de tudo menos dispendiosa.

Uma análise detalhada do Decreto n.º 58 permite entender a missão e as características previstas para a GRLM.

A GRLM foi criada pelo Governo de Portugal, por proposta do governador de Moçambique, com a missão de desempenhar o serviço de polícia e fiscalização do território da Província de Moçambique sob administração direta do Estado, ao sul do Save, englobando os distritos de Lourenço Marques (22 mil quilómetros quadrados), Gaza (75 mil quilómetros quadrados) e Inhambane (68 mil quilómetros quadrados), uma região com uma área correspondente a quase duas vezes a de Portugal Continental (art.º 1.º). A sua área de responsabilidade confrontava a norte com os territórios da Companhia de Moçambique e a oeste e sul com a colónia britânica da União Sul Africana e com o protetorado da Suazilândia, estabelecendo a sua sede na cidade de Lourenço Marques (Moura 2015, p.16-17).

A GRLM era constituída por um Estado-Maior, uma companhia europeia de infantaria montada e uma companhia indígena de infantaria a pé, com efetivos totais na ordem de 460 homens e 110 solípedes, correspondendo a 12 Oficiais, 18 Sargentos e 224 Praças Europeias, e ainda 206 Praças Indígenas¹³, podendo este efetivo ser aumentado em 50% dos números fixados por ordem do governador-geral (parágrafo único do artigo 6.º). De acordo com o General Ramires de Oliveira “*os efectivos orgânicos das duas companhias estavam sempre largamente aumentados*” (1994, vol. 3, p. 371).

A missão atribuída à GRLM era a de ocupação e polícia militar do território, de polícia dos caminhos, povoações e propriedades rurais, de polícia especial de emigração, para além de outros serviços de polícia, designadamente sanitária e de caça, e ainda de guarda-fiscal no interior e na fronteira do território (art.º 2.º), expandindo responsabilidades atribuídas anteriormente à Guarda Cívica.

¹³ Vide organização completa no anexo A.

Estas múltiplas e diferentes missões faziam com que a Guarda desempenhasse os seus serviços sob a direção de diversos responsáveis da Colónia, designadamente “*das autoridades militares competentes; das autoridades administrativas competentes; do intendente dos negócios indígenas e de emigração e seus delegados; e do director do círculo aduaneiro e seus delegados.*” (art.º 4.º).



Figura 1 - Fotografia da *Ilustração Portuguesa* inserida num artigo intitulado “Internados alemães em Lourenço Marques”.

Fonte: Ilustração Portuguesa. S.I., n.º 585 (7 de Maio de 1917), p. 378.

O cargo de comandante da Guarda estava reservado a um oficial do exército da metrópole habilitado com o curso da respetiva arma e com a patente de major, podendo ser reconduzido no comando se entretanto fosse promovido a tenente-coronel (art.º7.º). No entanto as funções de comandante poderiam ser desempenhadas, excecionalmente, por um oficial com a patente de capitão, quando “*tendo prestado serviços importantes na província, satisfaça todos os requisitos necessários para o comando*”. (§ único, art.º 7.º).

Esta prática veio logo a materializar-se com o primeiro comandante da GRLM, nomeado em julho de 1913, o que obrigou a um esclarecimento à tabela dos vencimentos previstos para este cargo, através do Decreto n.º 728¹⁴ que aprovava a proposta de lei n.º 171-E, apresentada na sessão do Senado de 28 de junho de 1914, com a seguinte redação:

“Artigo 1.º O comandante da guarda republicana de Lourenço Marques, quando tenha patente de capitão, perceberá de vencimento o soldo e a gratificação de exercício relativos à sua patente, mais a gratificação especial do comando fixada no quadro

¹⁴ Portugal. *Diário da República*, n.º 133, I Série (4 de agosto de 1914), pp 635-636.

*n.º 2, anexo ao decreto de, 24 de Júlio de 1913, para o tenente-coronel ou major comandante.*¹⁵

Isto significava que um capitão no cargo de comandante da GRLM iria auferir uma gratificação especial equivalente à de major/tenente-coronel, o que resultava num vencimento mensal global quase 40% superior aos capitães comandantes de companhia seus subordinados.

O primeiro Comandante da GRLM foi o jovem Capitão Cavalaria Carlos Alberto da Guerra Quaresma, nomeado por Despacho Ministerial de 30 de julho de 1913, com apenas 32 anos. Natural de Elvas e nascido em 15 de abril de 1881, era ex-aluno do Colégio Militar e da Escola do Exército¹⁶, tendo-se destacado como tenente no comando de um esquadrão de cavalaria, nas operações em Vinhais, em outubro de 1911, contra os conspiradores monárquicos, por ocasião da incursão dos rebeldes de Paiva Couceiro¹⁷. O capitão Quaresma, republicano e liberal, veio a ser mais tarde exonerado, em 21 de março de 1915, pelo governador-geral, o General Joaquim José Machado (1847-1925)¹⁸, oficial do exército com conotações monárquicas, que já havia sido governador no tempo da monarquia, facto que mereceu uma campanha pública dos órgãos de comunicação social republicanos e um quase levantamento popular na capital laurentina. O jornal *O Incondicional* (semanário republicano evolucionista, clama numa peça de primeira página, intitulada “*Pela Justiça*”:

*“Aprove assim ao Snr Governador Geral que, por um simples e lacónico despacho de 21 de corrente, cometeu, segundo as pessoas de bem, a mais irritante das violências. Aprove, eu o sinto em consciência, a uma determinada confraria, traiçoeira e vingativa, que aí vive na sombra, refocila nos charcos, afanosa num contínuo, bem organizado e metódico trabalho de sapa, senhora de tudo isto, sempre minando terreno, conquistando posições, sempre ferindo, sempre apunhalando quantos manifestem sentimentos republicanos e liberais.”*¹⁹

¹⁵ Portugal. Assembleia da República. Diário das Sessões do Senado, 1914, p.20.

¹⁶ AHM. Projeto Germil: Genealogia em Registos Militares. Livros Mestres. Estações Superiores do Exército. Registo dos oficiais e indivíduos com a graduação de oficial no estado-maior de cavalaria. Livro N.º 3

¹⁷ AHM. Divisões. Portugal e as Campanhas na Europa. 1ª República (1ª fase). Revoltas e Incursões Monárquicas (1910 - 1914). Caixa 06.

¹⁸ Joaquim José Machado (Lagos, 24 de setembro de 1847-Lisboa, 22 de fevereiro de 1925) engenheiro, militar e político português. Destacou-se como Governador da Província de Moçambique (1890-91; 1900; 1914-1915), Companhia de Moçambique e da Índia Portuguesa, e director das Obras Públicas de Moçâmedes.

¹⁹ *O Incondicional*. A. 5, n.º 158 (29/04/1915).

Este número do *O Incondicional* foi ainda acompanhado por um suplemento intitulado “*Pela Justiça – ao povo de Lourenço Marques*” com um inflamado discurso reclamando que “... a sua exoneração foi uma violência e uma perseguição odiosa manobrada pelos monárquicos desta cidade. Na sombra e cobardemente tecem-se as mais infames perseguições contra os elementos republicanos”²⁰.

A comoção entre os círculos republicanos em Lourenço Marques foi muito grande e a sua partida de comboio, a caminho da Cidade do Cabo, de regresso a Lisboa, levou a que a associação Grémio Cruzeiro do Sul difundisse um panfleto apelando a uma manifestação de apoio na Estação dos Caminhos de Ferro de Lourenço Marques²¹. O capitão Quaresma regressou efetivamente a Lisboa, após a sua exoneração, mas o general Joaquim Machado acabou igualmente exonerado do cargo de governador-geral de Moçambique poucos dias depois, em maio de 1915, sendo substituído pelo coronel Alfredo Baptista Coelho²², o qual se manteve no cargo apenas quatro meses, até outubro desse ano, sendo então substituído por Álvaro Xavier de Castro²³, que se manteve no cargo até abril de 1918.

O conflito entre o governador-geral e o comando da GRLM já vinha desde dezembro de 1914, quando aquele havia proposto ao Ministro das Colónias a extinção da GRLM como corpo e a constituição de duas companhias de Guarda Republicana independentes, ambas de constituição mista, europeia e indígena, uma para Lourenço Marques e outra para Inhambane²⁴.

De facto, o comando da GRLM, pela sua importância na colónia e pelo destaque do seu desempenho, era uma força que podia antagonizar o poder do governador-geral sendo por isso considerada uma ameaça por este.

²⁰ *O Incondicional*. A. 5, n.º 158, supl (29/04/1915).

²¹ AHU. Ministério das Colónias. Direção Geral das Colónias. 5ª Repartição.

²² Alfredo Baptista Coelho (24 de dezembro de 1865 – 1952). Oficial do Exército combateu em Moçambique nas campanhas de pacificação e em 8 de maio de 1915 foi nomeado governador-geral daquela colónia. Integrou o CEP enviado para França, dali regressando em 22 de janeiro de 1918. No final desse ano, em 23 de dezembro, ocupou a pasta das Colónias até 27 de janeiro de 1919. Foi depois diretor geral militar da Secretaria de Estado das Colónias. Passou à reserva em 31 de dezembro de 1925 e à reforma dez anos depois.

²³ Álvaro Xavier de Castro (Guarda, 9 de novembro de 1878 — Coimbra, 29 de junho de 1928) foi major de Infantaria e político português da I República que fez parte da Junta Constitucional que governou Portugal após o derrube do governo de ditadura do general Pimenta de Castro, em 1915. Exerceu depois, entre outras funções, o cargo de governador-geral de Moçambique (entre 1915 e 1918) e foi, por duas vezes, presidente do Ministério (atual cargo de primeiro-ministro).

²⁴ AHU. Ministério das Colónias. Direção Geral das Colónias. 5ª Repartição, *Ofício n.º 743/2: Confidencial: Sobre a organização da Guarda Republicana*, 29 de dezembro de 1914.

Regressando ao texto do Decreto n.º 58 verificamos que o recrutamento de oficiais para a GRLM foi altamente restritivo, pois os mesmos teriam de ser voluntários das armas de cavalaria ou infantaria do exército da metrópole, habilitados com o curso da respetiva arma, isto é que tivessem cursado a seletiva Escola do Exército (art.º 8.º), excluindo, assim, aqueles que tinham sido promovidos a oficiais oriundos da classe de sargentos, pelo seu apoio ao regime republicano, e os oficiais milicianos. O texto do diploma estabelecia, ainda, como proceder em relação aos oficiais que não prestassem bom serviço. Poderiam ser desligados do serviço da Guarda, por proposta do seu Comandante, confrontados com a necessidade de completar na guarnição de Moçambique o tempo de serviço restante, mas com os seus vencimentos reduzidos ao de “*comissão ordinária*” (art.º 8.º, § único).

Eram condições preferenciais para as nomeações de oficiais e sargentos para o quadro da GRLM ter “*prestado serviços relevantes no ultramar*”, “*mais tempo de serviço no ultramar*”, em especial na província de Moçambique, e “*mais tempo de serviço de campanha*” (art.º 9.º).

Quanto às praças europeias para a constituição da companhia de infantaria montada havia prioridade para as praças voluntárias da Guarda Nacional Republicana e Guarda Fiscal da metrópole. Apenas na falta destas praças se poderia mobilizar voluntários das diferentes unidades montadas da metrópole e suas reservas, o que acabou por ser uma realidade. Eram condições necessárias ter entre 24 e 35 anos, bom comportamento militar e civil, robustez para servir na colónia de Moçambique, ter mais de 1,65 metros de altura e, a condição mais exigente num país analfabeto, “*saber ler, escrever e contar*” (art.º 10.º). Havia ainda duas condições preferenciais, ser praça readmitida no serviço ativo, privilegiando assim a experiência, e ser atirador de 1ª classe (art.º 11.º), distinguindo a competência operacional.

No entanto, verificou-se alguma dificuldade no recrutamento inicial de praças europeias para a GRLM, como se pode constatar neste excerto de uma informação da 5.ª Repartição da Direção Geral das Colónias, de 1915:

*“...tendo-se lutado com grandes dificuldades para o preenchimento do efectivo da actual Guarda Republicana de Lourenço Marques, devido à Guarda Fiscal da metrópole ter apenas dois esquadrões, a Guarda Nacional Republicana não dispensar as praças sem que elas contemplarem o tempo a que se obrigaram, à exiguidade dos efectivos do exercito metropolitano em vista da sua organização miliciana e que a maioria das praças não sabem ler, escrever e contar e ainda à exigência da altura mínima de 1,65 m ...”*²⁵

²⁵ AHU. Ministério das Colónias. Direção Geral das Colónias. 5ª Repartição. Moçambique. G 6/12

O recrutamento das praças indígenas foi obviamente mais facilitado por regras menos exigentes e pela desmobilização da 12ª Companhia Indígena. Era seguido o “*Regulamento para o recrutamento das forças indígenas da província de Moçambique*”, de 14 de julho de 1906, sendo requerido ter bom comportamento, ser voluntário, ser natural de um dos distritos de Lourenço Marques ou Inhambane e ser praça readmitida nas unidades indígenas da Colónia (art.º 12.º).

Adicionalmente, estava prescrito que o tempo de serviço na GRLM era de quatro anos para os oficiais e para as praças de pré europeias (art.º 13.º) e que os mesmos gozariam de todas as vantagens conferidas, ou que se viessem a conferir, às praças das unidades militares do ultramar (art.º 14.º).

Para além destas vantagens foi estabelecida uma tabela de vencimentos²⁶ muito favorável, para além de regalias como o direito a alojamento e a gratificação de readmissão (art.º 14.º). De acordo com o Decreto, assinado por Manuel de Arriaga, de 6 de setembro de 1914, “...foi neste objectivo que se impôs a uns e outros a obrigação de servirem durante quatro anos no referido corpo, arbitrando-se-lhes, como compensação, vencimentos especiais superiores aos estabelecidos para as demais unidades da guarnição da província”²⁷. Uma limitação no recrutamento de oficiais era a de que os mesmos não deveriam ser previsivelmente promovidos durante a sua prestação de serviço, com exceção dos alferes²⁸, sendo, deste modo, os tenentes e capitães cooptados relativamente modernos no seu posto.

O vencimento mensal do comandante da GRLM, com o posto de tenente-coronel ou major, era um soldo de 65\$00 (utilizando a metodologia anterior o correspondente a cerca de €1343), a que se adicionavam a gratificação da arma 15\$00 (cerca de €310) e a gratificação especial da guarda de 210\$00 (cerca de €4339), isto é teria um vencimento mensal 290\$00, o equivalente a quase seis mil euros, cerca de três vezes superior a uma pensão de reserva de um coronel na metrópole na mesma época²⁹, que rondava os cerca de 100\$000 (cerca de €2050).

O fardamento de todas as praças era por conta própria (art.º 16.º) mas havia, no entanto, outras compensações para os graduados e praças europeus,

²⁶ Vide tabela n.º 2

²⁷ Portugal. Ministério da Guerra, “OE n.º 25”, in *Ordens do Exército*, 1914, 1ª Série, pp. 1315-1316

²⁸ Idem, art.º 2.º

²⁹ A título de exemplo a pensão de reserva do Coronel Hermano de Medeiros publicada em OE (Portugal. Ministério da Guerra. *Ordens do Exército*. OE n.º 1, 2ª Série. Secretaria da Guerra. 1ª Direção Geral. 2ª Repartição (24 de janeiro de 1914), p. 15) era de 99\$20 mensais (cerca de €2050).

que compensavam este encargo. A primeira, definida no art.º 17.º do diploma, conferia o direito a uma concessão gratuita de uma área de terreno no final de cada comissão completa de quatro anos, preferencialmente junto a postos fiscais, com uma dimensão de cinquenta hectares para oficiais, de trinta para sargentos e equiparados e de dez para cabos, soldados e equiparados. Ao fim do oitavo ano só seria oferecida nova concessão se tivesse sido aproveitado e valorizado pelo menos metade da concessão recebida anteriormente (art.º 17.º e tabela 3). A segunda compensação, garantia às praças no regresso à metrópole o ingresso nos corpos a que pertenciam, nas condições em que delas tinham saído ou naquelas que legalmente tivessem obtido, como por exemplo no caso de promoções e tempo de serviço (art.º 20.º) e, para os oficiais, assegurava a colocação nos corpos a que pertenciam, se assim pretendessem, caso houvesse vacatura, ou de preencherem nelas a primeira vacatura aberta (art.º 21.º).

Era um diploma muito completo e que dava condições muito atrativas de prestação de serviço na Colónia. Não era pois de estranhar que os efetivos das companhias, apesar das dificuldades iniciais de recrutamento, estivessem muitas vezes acima dos efetivos aprovados como já foi afirmado (Oliveira, 1994, vol. 3, p. 371).

A Guarda Republicana de Lourenço Marques em combate contra os alemães

Em Moçambique, a GRLM era pois responsável pela segurança e policiamento de todas as áreas na região sul da colónia com responsabilidade para desempenhar missões típicas de uma Guarda, tais como a ocupação e polícia militar do território, a segurança interna e ordem pública, a polícia de emigração, bem como outros serviços de polícia sanitária e de caça, sendo ainda guarda-fiscal no interior e na fronteira com as colónias da África do Sul e da Rodésia e estando, ainda, preparada para desempenhar operações de combate, segurança de colunas e reconhecimentos.

Efetivamente, a GRLM era reconhecida como a melhor força militar existente em Moçambique, não só a mais bem treinada como aquela com maior capacidade de intervenção militar, como se pode depreender de diversas obras coevas e posteriores.

O General Ramires de Oliveira, no volume dedicado à Grande Guerra da sua obra sobre a *História do Exército Português (1910-1945)*, afirma que “A Guarda Republicana de Lourenço Marques, com efectivos europeus e indígenas de infantaria e cavalaria, era a única força que dispunha de estrutura capaz, com elevado treino e capacidade de combate” (Oliveira, 1994, vol. 3, p. 199).

Mas é em obras de oficiais do Exército que participaram nas Campanhas em Moçambique durante este período, que se pode perceber o papel que a GRLM desempenhou nas campanhas contra os alemães a norte da Província de Moçambique, junto à fronteira com a colónia alemã, conhecida como *Deutsch-Ostafrika*, que incluía os territórios posteriormente conhecidos como Tanganica (a porção continental do que é hoje a Tanzânia), Burundi e Ruanda.

O seu papel é destacado, por exemplo, pelo Coronel Eduardo Azambuja Martins, Chefe do Estado-Maior da 3.^a Expedição a Moçambique, que tem uma extensa obra publicada referente ao assunto, em monografias tais como *O Soldado Africano de Moçambique*, de 1936, *Expedição a Moçambique*, de 1935, *Operações Militares no Barué*, de 1917, e em cerca de trinta e cinco artigos publicados na *Revista Militar*, para além da contribuição na obra *Portugal na Grande Guerra (1934-1935)*, dirigida pelo General Ferreira Martins, com a parte sexta intitulada «A campanha de Moçambique» (1935).

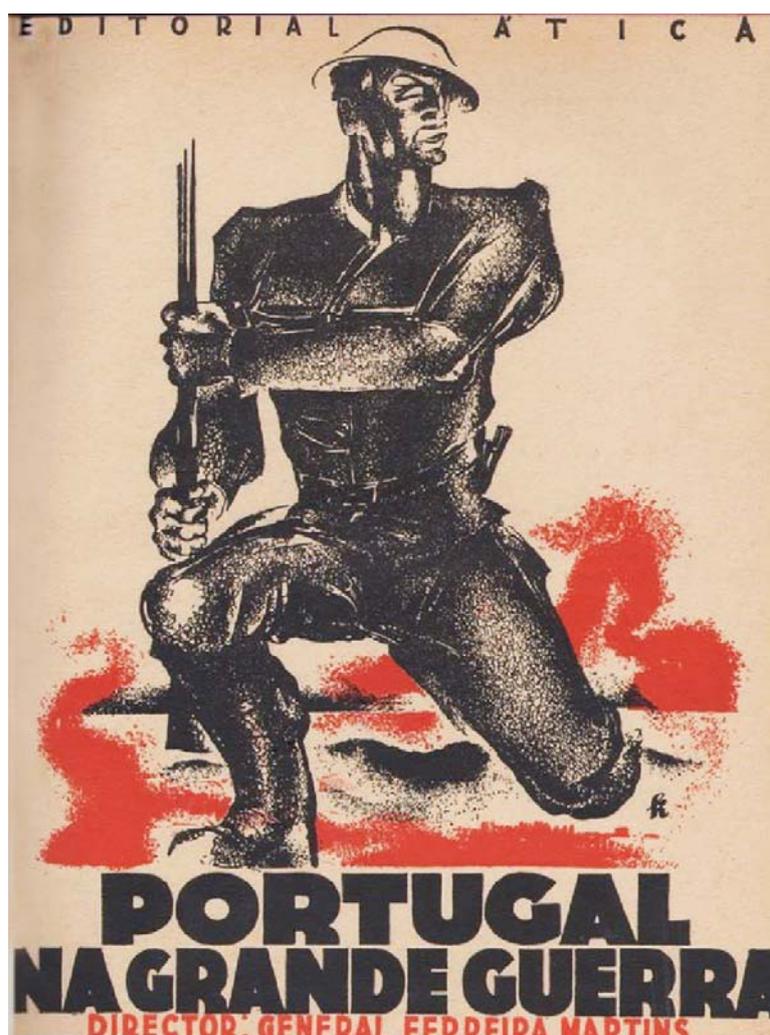


Figura 2 – *Portugal na Grande Guerra* (1934-1935). Rosto.

Fonte: Martins, Ferreira, dir., *Portugal na Grande Guerra*, Lisboa: Ática, 1934-1935.

Desta última obra de Azambuja Martins (1935) podemos destacar os seguintes extratos:

“A 18 de Maio [do ano de 1916] o Governador Geral [Álvaro Xavier de Castro] embarcou em Lourenço Marques para o Rovuma acompanhando os reforços que conseguira mobilizar na Colónia, formando uma companhia europeia de infantaria montada da Guarda Republicana de Lourenço Marques e uma companhia indígena da mesma unidade (a qual era considerada de elite, tendo todos os seus oficiais o curso da sua arma)”³⁰.

“Foi ele que deu o maior impulso para a imediata passagem do Rovuma, antes mesmo de chegar a Guarda Republicana de Lourenço Marques, que era a tropa com melhor espírito de corpo.”³¹.

“O alferes Pais de Ramos, que comandava o pelotão da Guarda Republicana e que, tendo desmaiado quando dentro do rio procedia ao seu reconhecimento, foi salvo por dois soldados indígenas debaixo do fogo do inimigo. O oficial e, os indígenas tiveram a Cruz de Guerra.”³².

“Em 27 de Maio [de 1916] não se esperou pela Guarda Republicana, que era a melhor tropa colonial, mas em Setembro o General não quis repetir essa falta imperdoável de não concentrar as suas forças para uma operação decisiva como era a passagem do rio”³³.

“A bandeira foi erguida no mastro do fortim e as duas melhores companhias indígenas, a 21.^a e a da Guarda Republicana de Lourenço Marques, foram para os postos avançados.”³⁴.

“Esforço do bravo capitão Curado com a sua 21.^a e alguns bons pelotões indígenas, um da Guarda Republicana e outro da 22.^a, depois de terem cooperado num renhido combate de guarda avançada, que bem merecia as honras duma monografia.”³⁵.

³⁰ In Subcapítulo B “As Acções no Rovuma de Abril a Junho De 1916” do capítulo XXIX “Depois da Declaração de Guerra a Portugal (1916-1917)”, pp. 147-148.

³¹ Ibidem, p. 150.

³² In Subcapítulo A “Reconhecimentos, Passagem do Rovuma e Combate de Maúla” do capítulo XXX “A Ofensiva dos Portugueses e a Contra-Ofensiva Alemã”, p. 150

³³ Ibidem, p. 158.

³⁴ In subcapítulo B “A Coluna De Massassi E Os Combates De Nevala” do capítulo XXX “A Ofensiva Dos Portugueses e a Contra-Ofensiva Alemã”, p. 165.

³⁵ Ibidem, p. 166.

pelas requisições de mantas e outros equipamentos, armados com a espingarda Mauser Vergueiro m/904³⁷ de calibre 6,5 milímetros.

Em termos sanitários, os indígenas indisponíveis evacuados eram tratados no Hospital de Indígenas de Palma. Estavam na totalidade da Província de Moçambique seis oficiais médicos colocados na Guarda Republicana: o capitão-médico José Augusto Rodrigues em Lourenço Marques, e os alferes-médico Henrique de Barros Lima, diretor do Hospital e clínico da Enfermaria 1, António Antunes Farinha Pereira, clínico da Lona, Ramiro de Barros Lima, clínico das “Enfermarias de oficiais, de sargentos n.º 2 e de bivaques”, Francisco Eduardo Peixoto, clínico de Namoto e Abílio de Souza Camões, diretor do “Depósito de Medicamentos e farmácia”.³⁸

De acordo com o artigo de Fernando Rita “a 2ª Expedição embarcou para Moçambique em Outubro de 1915, e foi comandada pelo Major de Artilharia José Luiz de Moura Mendes, organizada à volta do Batalhão de Infantaria n.º 21, com um total de 1558 homens” ([2013], p. 9). Neste texto, o autor refere as seguintes unidades: 3.º Batalhão do Regimento de Infantaria n.º 21 (Penamacor), a 2.ª Bateria do 7.º Grupo de Metralhadoras (Castelo Branco), a 5.ª Bateria do Regimento de Artilharia de Montanha (Évora), a 4.º Esquadrão do Regimento de Cavalaria n.º 3 (Estremoz), adicionadas a Tropas de Engenharia, Serviço de Saúde e Administração Militar, mas, como em quase todos os autores que escrevem sobre a história das expedições a Moçambique nesta época, não há qualquer menção às unidades da Colónia que reforçaram a expedição, o que, muitas vezes, induz ao esquecimento do papel relevante destas forças no conflito.

Esta expedição teve como objetivo a recuperação do triângulo de Quionga e a conquista de alguns territórios alemães a norte do rio Rovuma. Mas a região de Quionga tinha sido entretanto abandonada pelos alemães pelo que foi meramente ocupada pelas forças portuguesas, não tendo havido qualquer conquista de território alemão.

No entanto, entre outras forças coloniais que reforçaram a expedição, a companhia de infantaria europeia da GRLM foi deslocada para a região de Cabo Delgado, como se depreende da carta, escrita em Palma a 4 de novembro de 1916, pelo tenente-coronel de artilharia Moura Mendes,

³⁷ A Mauser-Vergueiro, conhecida também como Mauser portuguesa, foi o resultado de um processo de escolha de uma nova arma para o exército português que decorreu entre o fim do século XIX e o início do século XX destinado a substituir a espingarda Kropatschek que equipava o exército português.

³⁸ AHU. Expedição a Moçambique. Quartel-general, 1916.

comandante do Destacamento Mixto Expedicionário a Moçambique 1915, dirigida ao General Comandante da Expedição a Moçambique 1916, General José César Ferreira Gil, cujo interessante texto se transcreve:

“Tendo conhecimento do embarque para Lourenço Marques, no dia 25 findo, no vapor Moçambique, da força europeia da Guarda Republicana de Lourenço Marques, julgo do meu dever comunicar a V.Exa. que a Guarda Republicana de Lourenço Marques, sob o comando do tenente-coronel de Cavalaria José de Almeida Vasconcellos, enquanto esteve em serviços sob as minhas ordens, prestou os mais relevantes serviços manifestando sempre a sua disciplina, instrução e boa organização e mantendo em todas as situações por mais difíceis, um levantado espírito de sacrifício, abnegação e patriotismo em que muito se distinguiu a acção inteligente e o exemplo de todos os officiaes.

A Guarda Republicana de Lourenço Marques cooperou com as forças da expedição de 1915 no mais devotado esforço para manter na nossa posse os territórios alemães ocupados, n’um serviço constante de postos avançados que lhe produziu exgotamento de forças, exgotamento que por certo levou V.Exa. a dispensar os seus valiosos serviços. No cumprimento d’um agradável dever venho manifestar a V.Exa. a minha admiração pelos serviços prestados pelo Exmo. Comandante tenente-coronel de Cavalaria José de Almeida Vasconcellos, todos os officiaes, sargentos e praças da Guarda Republicana de Lourenço Marques que julgo dignos do maior elogio.”³⁹

Mas se a Companhia de Infantaria europeia da GRLM fez, em outubro de 1916, após quase seis meses de campanha, a viagem de regresso do norte de Moçambique para Lourenço Marques, a Companhia de Infantaria indígena permaneceu em operações na região do Cabo Delgado, com base em Palma e um destacamento em Matchemba.

³⁹ AHU. Expedição a Moçambique. Quartel General. Secretaria, pasta 19.



Figura 4 – Bivouque das forças indígenas da Guarda Republicana de Lourenço Marques.

Fonte: Retirado de Marques, 2012, p. 52.

O designado Destacamento da Companhia Indígena da GRLM de Matchemba chegou a este posto no dia 14 de fevereiro de 1917, tendo o alferes Valdomir de Azevedo remetido um telegrama ao seu Comandante de Companhia para dar nota do sucedido: “*Comunico a V. Ex.^a que cheguei hontem esta localidade com a força do meu comando sem novidade.*”⁴⁰

A partir desta data esta subunidade passou a ter como missão destacar equipas para ocupar os postos de vigilância e observação ao longo da frente do rio Rovuma, ou integrar colunas de ligação e reconhecimento entre as diferentes posições, ou mesmo participar em operações além do Rovuma a fim de atacar posições alemãs.

Da atividade desta força encontramos inúmeros documentos no Arquivo Histórico Ultramarino, como por exemplo o telegrama n.º 100, de 29 de setembro de 2015, através do qual o Comandante do Destacamento de Matchemba da GRLM, comunicou ao Comandante da Guarda a morte em combate do soldado 1349/L Uarrequete, na manhã do dia 22 de setembro

⁴⁰ AHU. Expedição a Moçambique. Guarda Republicana de Lourenço Marques. Companhia Indígena d’Infantaria a pé. Destacamento em Matchemba.

de 1917, “na ocasião do ataque dos alemães ao posto de observação que este destacamento fornece para o M’Cunha.”⁴¹

A criação da GRLM no contexto da Primeira República

A importância da região de Lourenço Marques não era despicienda. De facto, a ocupação portuguesa da região da baía de Lourenço Marques sempre sofreu pressões exercidas pelas várias unidades políticas tribais que a circundavam, mas os portugueses, que a reconheceram em 1544⁴² e instalaram uma feitoria e casa forte em 1781⁴³, também vieram a enfrentar a rivalidade dos ingleses que se tinham estabelecido no Natal⁴⁴ a partir de 1834 e que tinham tido pretensões relativamente ao sul da baía (Maputo, Catembe e Inhaca)⁴⁵, bem como das comunidades *boers* do Transvaal⁴⁶ que nela viam uma via rápida de comunicação com o exterior, por possuir um dos melhores portos da África Austral. Foi por isto que Lourenço Marques, no extremo sul da colónia de Moçambique, numa posição excêntrica, ascendeu a cidade por decreto real de 10 de novembro de 1887 e se tornou a capital da colónia a 23 de maio de 1907, substituindo nestas funções a cidade insular situada no distrito de Nampula, na região norte de Moçambique, que deu o nome ao país.

A história da GRLM merece ser analisada à luz dos desenvolvimentos mais recentes da historiografia, no que respeita aos estudos sobre o nascimento, a partir do segundo quartel do século XIX, de um projeto colonial para Portugal centrado em África, como compensação da independência do Brasil (Alexandre, 2004), o qual se tornará bandeira do Partido Republicano, durante a partilha

⁴¹ Idem.

⁴² O navegador e comerciante português Lourenço Marques foi, por volta de 1544, o primeiro europeu a fazer o reconhecimento de toda a região que confinava com a baía a que chamou do Espírito Santo (atual baía de Maputo) mas há referências portuguesas a esta baía, anteriores a essa data.

⁴³ Deve-se a Vicente Caetano da Maia e Vasconcelos, governador interino de Moçambique, empossado em 8 de maio de 1781, a iniciativa de se instalar “uma feitoria e casa forte”, o chamado presidio, para proteger o comércio português na Baía.

⁴⁴ Natal, província da África do Sul de 1910 a 1994, foi assim designada por ter sido avistada a costa oriental de África pela primeira vez por um europeu, Vasco da Gama, no dia de Natal de 1497

⁴⁵ Esta rivalidade inglesa só foi resolvida a 24 de julho de 1875 depois da sentença arbitral proferida pelo então presidente da República Francesa, marechal de Mac-Mahon que reconheceu a Portugal direitos soberanos sobre a região.

⁴⁶ No século XIX, Transvaal designava os territórios que se constituíram numa república boer denominada Zuid-Afrikaansche Republiek (República sul-africana), informalmente referida como República do Transvaal. Esses territórios ocupavam toda a parte norte da África do Sul, situados a montante do rio Vaal até ao rio Limpopo. Anexado pelos britânicos em 1902, o Transvaal tornou-se, em 1910, uma das quatro províncias sul-africanas.

de África e a cedência de Portugal ao Ultimato britânico de 1890 (Severiano Teixeira, 1987).

Quando é instaurada a República, em 1910, os interesses das grandes potências europeias estavam concentrados em África e as colónias portuguesas estavam no centro das suas atenções. De facto, Portugal, a partir de finais de oitocentos, constituía o seu último império, centrado no continente africano com dois territórios de grande extensão (Angola e Moçambique), um terceiro de menores dimensões (Guiné), e os estrategicamente localizados arquipélagos de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, na costa ocidental de África.

Mas, não foram só os interesses com a segurança e a defesa da colónia, e em particular da região de Lourenço Marques, devido à putativa entrada de Portugal na grande guerra que motivaram a criação de uma Guarda com as características de uma tropa de elite (aliás como vimos esta foi formada em 1913, antes do início do conflito mundial). O território do sul de Moçambique não estava diretamente ameaçado pela Alemanha e, na altura, algumas vozes da elite política portuguesa defendiam a neutralidade do País face ao conflito, limitando-se a defender a integridade territorial das colónias (Castaño, 2014).

É nossa opinião, que criação da GRLM nasceu da necessidade de, por um lado, substituir uma polícia inoperante, mas também de garantir a ocupação e controlo eficaz de um território “ameaçado” e por outro obter o reconhecimento internacional da República, investindo assim numa força de prestígio que garantisse na colónia uma imagem de dignidade nacional, marcada pelas tradições históricas e pelos ideais nacionalistas.

É, por isso, muito curioso o texto que Francisco Veloso dá à estampa, em 28 de dezembro de 1928, já no período da ditadura nacional, que se seguiu à ditadura militar que pusera fim à primeira república, através de um artigo num periódico da época intitulado *Ilustração Católica*⁴⁷. Neste artigo, que em seguida transcrevemos um excerto, impossível de dispensar pela sua inegável expressividade, o autor relata uma visita a terras do sul de Moçambique, efetuada nesse mesmo ano de 1928, durante a qual entrevista um indígena landim que ainda utilizava com muito orgulho, naquela data, a farda da GRLM⁴⁸.

Este relato comovente é demonstrativo da importância que a GRLM obteve naquele território. Uma força recrutada entre os melhores militares, como se de uma tropa de elite se tratasse, respeitando e valorizando também o contingente indígena selecionado entre os povos mais aguerridos, granjeando

⁴⁷ *Ilustração Católica*, A. VII, n.º 350, p 709-712.

⁴⁸ A GRLM foi extinta em 1924 alegadamente por motivos economicistas, mas a que não deverá ser alheia a evolução política na metrópole.

honra e lustre, no fundo aquilo que República pretendia: representar e prestigiar a presença portuguesa em Moçambique.

«E agora ouçamos Uamúle:

As terras de Gaza mereceram-nos sempre um carinho especial e, quando no Chibuto nos demoramos alguns dias visitando em Chaimite, as ruínas do antigo forte, comendo bons jantares e passeando pelas belas estradas, tivemos conhecimento de que no regulado Canhavane, agora entregue á rainha Bassanhana, havia um indígena condecorado com a Cruz de Guerra, com quem, graças à gentileza do Administrador, podemos conversar.

O referido indígena é um homem alto, bem conformado, olhar franco, cabeça erguida e sem boné, deve ter uns trinta e seis anos. Vestia o uniforme da de 1º cabo da Guarda Republicana. Nunca foi castigado tem a sua caderneta limpa. Perguntamos-lhe o seu nome. Fez uma grande continência e respondeu:

– Eu chamo Uamúle, 1º Cabo 1.215 L, da Guarda Republicana ...

– Estás satisfeito com a Cruz de Guerra que trazes ao peito?

– Estou! Nosso comandante já falou que é grande honra ter Cruz de Guerra, e quando fala assim comandante é porque é direito, e por isso esta Cruz de Guerra só vai acabar quando eu morre!

Perguntamos-lhe depois:

– Porque foi que te deram a Cruz de Guerra ?

Pensou, e antes de responder, observou:

– Espera pouco! Eu quere falar que tem meu fardamento enrascado, pois não tem barrete e quere pedir a sr. para falar esta coisa a nosso comandante, para mandar barrete, que eu paga nos descontos, pois não pode apresentar assim diante de nosso superior, sem fardamento na ordem ... Sem barrete não estar direito!

E consigo mesmo mais baixinho:

– Uamúle, tens razão! ...

Prometemos interessar-nos para que Ihe dessem o barrete da ordem, o que facilmente conseguimos por intermédio de um nosso amigo e distinto oficial do exercito, o capitão sr. Oliveira Dias.

Uamúle olha-nos de frente e conta assim a sua história:

– Eu ganhou a Cruz de Guerra porque eu foi muito malandro na Guerra ... Eu matou muito malandro inimigo; quando via eles, pum ! abaixo malandro que quiere roubar nosso terra ! ... Nosso comandante sr. Bivar ter muito força, estar sempre a brincar com o medo, e nós assim também não pode ter medo. Assim é que é direito...

– Mas, interrompemos ...

– Espera pouco ... soldado branco é mesmo maluco, não tem medo de tiros, quando bala passa assobiar também ele assobia assim ...

E Uamúle assobia, imitando os seus camaradas, num asso-bio prolongado, agudo.

E continua:

– É preciso ir buscar mais cunhetes? Vai eu, não tem medo; é preciso levar carta a outro lado? Vai eu, está direito.

E arregalando muito os olhos, como querendo dar expressão às suas palavras:

– Quando está na trincheira a dar tiros no malandro inimigo, é bom ... eu lembra que deu pancada naqueles malandro, no combate de Kiwambo, no dia 8 de Novembro, com soldado branco português e outro preto e nossos oficiais e sargentos, tudo não tem medo, pum, pum, pum, mata malandro inimigo, morre grande malandro. Foi assim que ganhou minha Cruz de Guerra!

– Parece que gostas de guerra?

– Gosta, que é meu serviço! Quando comandante chamar vai logo. Não tem medo. É nosso serviço, e assim está direito ...

E com grande convicção:

– Quando morrer há-de acabar, e pronto!

– Não tens família?

– Tem mulher e três filhos pequeninos ... Eu só ganha pouco dinheiro, 18\$00 por mês, que manda nosso chefe de Quartel General, porque tem esta Cruz de Guerra ...

– Vives então com dificuldades ?

– Trabalho pouco, pouco ... arranjo milho e mandioca.

.../...

Dos Senhorios d’Africa...

Assim falou Uamúle

... **O** *Jornal do Comercio* traz-me hoje a faza de Uamúle, 1.º cabo da Guarda Republicana de Lourenço Marques, n.º 1.215/L, e eu quero resguardá-la do vento de olvido que constantemente ameaça varrer as belas almas dos belos feitos, no turbilhão de questões e questionculas que regira sobre as páginas hostis da imprensa colonial, cuja psicologia hei-de dedicar uns lazères, mais de espaço, para que ela figure nas anotações do que vi e ouvi nos senhorios portugueses de Africa...

E ao ler o que disse Uamúle, reabri o mapa, e deante dele, fui pedir á *Guerra nas Colonias* do marechal Gomes da Costa, ao *Relatorio* de Uorbeck, á *Grande Guerra em Moçambique* do Major Curado, á *Tropa de Africa* de Carlos Selvagem, e á *Epopeia Maldita* de Certimo, a evocação dessas tragicas horas de Kiwambo, onde a bravura e o sereno destemór de Uamúle lhe deram titulos á cruz de guerra. Treme-se á leitura dessas paginas. A tragedia desse combate, de cujo entrevé

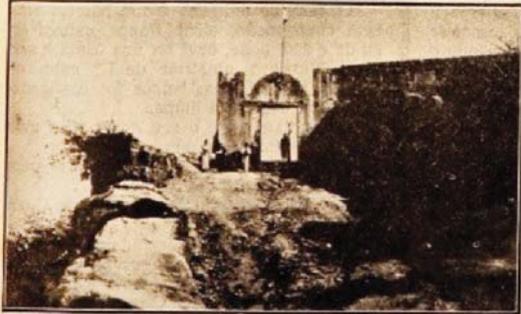
a beleza epopeia de gentil bravura do capitão Curado, á frente de officais cheios de chama. — essa tragedia de que marca uma vitoria bem ganha mas inutil, porque, á falta de meios, não pôde ser explorada numa



AMATONGAS — Missões Franciscanas — Deixai que os pequeninos venham a mim

perseguição tenaz dos alemães, — é alguma coisa de imorredoiro nas nossas campanhas coloniais.

8 de novembro. Marcha sobre Lulinde (Kiwombo), primeira escala da jornada militar Newala-Massassi traçada na ordem do quartel general da expedição em Palma a 12 de outubro desse ano de 1916 á columna de Massassi do major Pires, reforçada mais tarde pelas columnas do major Gama Lobo. E’ nesta ultima que está incorporado o contingente indígena da Guarda Republicana de Lourenço Marques, das companhias do capitão Bivar que formavam na ala esquerda e á que pertence o 1.º cabo Uamúle, depois da marcha sobre Newala que vai desde 26 de outubro a 7 de novembro, e por seus transees infernais ficou conhecida pela *Marcha da osga*. E’ pois no dia seguinte ao da entrada em Newala que o major Leopoldo da Silva em boa hora assumindo o posto do major Pires, e reorganizando a tropa exausta em tres dias, rompe a marcha para noroeste com uma columna «horda de rotos, meio des-



SOFALA — Ruínas da Fortaleza (Fotografia antiga)

exsurge livida e dominadora a figura antiga do major Leopoldo da Silva «um dos nossos mais bravos soldados e um dos mais valorosos chefes que teem vestido a farda de artilheiro do exercito português, e passa

em Newala que o major Leopoldo da Silva em boa hora assumindo o posto do major Pires, e reorganizando a tropa exausta em tres dias, rompe a marcha para noroeste com uma columna «horda de rotos, meio des-

ILLUSTRAÇÃO CATHOLICA 709

Figura 5 – Artigo com entrevista a um indígena landim em 1928.

Fonte: Ilustração Cathólica, A. VII, n.º 350, p. 709.

Pedimos a caderneta valente Uamúle e dela transcrevemos para aqui o seguinte:

Condecorações e louvores

Louvado pela destemida bravura e serenidade com que se houve na linha de fogo, concorrendo assim para o bom êxito do combate de KIWAMBO, o dia 8 de Novembro. (Ordem do Comando da Expedição a Moçambique N.º 63, de 23 de Novembro de 1916). (B.M. N.º 11 de 18 de Julho de 1918).

Cruz de Guerra de 3ª classe [B. M. C. N.º 5 de 29 de Maio de 1919]».

Conclusão

A Guarda Republicana de Lourenço Marques, a sua formação e organização, as suas missões e responsabilidades, e as operações em que participou, são elementos pouco conhecidos da maior parte dos historiadores militares e dos estudiosos das campanhas coloniais da Grande Guerra 1914-1918. Este facto deve-se, em parte, às parcas referências às forças coloniais, entre elas a GRLM e as Companhias Indígenas do Exército *às ordens do* governador-geral, nos relatórios e na história das expedições a Moçambique.

No entanto, todas as expedições a Moçambique tiveram, de uma forma ou de outra, reforço de tropas coloniais, para além da utilização intensiva de mão-de-obra local.

Na colónia de Moçambique as unidades europeias, derivadas da organização militar definida no decreto de 14 de novembro de 1901, estavam quase extintas por questões económic^{as}, e, em 1914 “a guarnição da colónia limitava-se a um fraco esquadrão europeu e a uma dúzia de companhias indígenas, cuja instrução não ia além da ordem unida”, e os quadros brancos, em geral, “fatigados pelas febres, tinham fraca robustez e, quanto a instrução militar, estavam mal preparados, porque nunca tinham passado por nenhuma escola militar”⁴⁹.

A GRLM foi um oásis no deserto, em termos de organização, recrutamento, preparação, instrução e liderança, e conduta em operações contra os alemães.

Tendo substituído, logo a partir de 1914, a Guarda Cívica na segurança e policiamento de todas as áreas na região sul da colónia desempenhando missões típicas de uma *Gendarmerie*, tais como as de ocupação e de polícia

⁴⁹ Martins, *Op. Cit.*

militar do território, as de segurança interna e de ordem pública, as de polícia de emigração, para além de outros serviços de polícia sanitária e de caça, sendo ainda guarda-fiscal no interior e na fronteira com a colónia da África do Sul.

Para a sua constituição foram dadas condições muito especiais, de que se destacam um recrutamento cuidadoso, pois todos os seus oficiais eram de carreira, oriundos da Escola do Exército, as praças europeias eram recrutadas na metrópole, preferencialmente na Guarda Nacional Republicana e na Guarda Fiscal, com características difíceis de encontrar em 1914, designadamente “*saber ler, escrever e contar*” e uma altura mínima, e as praças indígenas eram recrutadas de entre os melhores dos landins, considerados temíveis soldados dos quais Gungunhana disse “*terem o maior instinto guerreiro*”.

Para além das missões de polícia, as subunidades desta força estavam ainda preparadas para desempenhar operações de combate, segurança de colunas e reconhecimentos. E por estes factos, associados ao seu treino e disciplina, foram utilizadas nas campanhas do norte de Moçambique, no combate contra os alemães, entre 1916 e 1918, no contexto da Grande Guerra, tendo-se revelado uma mais-valia.

O estudo da génese, organização e ação desta força, de características tão especiais para a época, durante a primeira república, com base nos recentes desenvolvimentos da historiografia moderna sobre a criação de um império colonial português centrado no território africano, que se começara a desenhar a partir do segundo quartel do século XIX, com a independência do Brasil, permite-nos perceber, também, que a criação da GRLM obedeceu a intenções que ultrapassavam a mera defesa e segurança do território e das populações. De facto, a República, ao criar esta força, pelo Decreto n.º 58 de 1913, ainda antes do início do conflito na Europa, na senda da sua assumida política colonial em África, pretendia estabelecer, na região estratégica de Lourenço Marques, uma unidade prestigiada e eficiente, por forma a legitimar e credibilizar internacionalmente o novo regime republicano, garantindo a presença portuguesa em África e, conseqüentemente, a consolidação do império colonial.

ANEXO A (conforme o constante no Quadro n.º 1 do Decreto n.º 58)

Composição da Guarda Republicana de Lourenço Marques

Estado Maior

- 1 Comandante, Major ou Tenente-coronel
- 1 Ajudante, Tenente da arma de cavalaria ou infantaria
- 1 Veterinário, Tenente
- 1 Tesoureiro, Tenente da administração militar

Companhia europeia de infantaria montada

- 1 Comandante, Capitão
- 1 Tenente
- 2 Alferes
- 1 Primeiro sargento
- 8 Segundos sargentos
- 16 Primeiros cabos
- 200 Soldados
- 4 Ferradores
- 2 Clarins
- 110 Solípedes

Companhia indígena de infantaria a pé

- 1 Comandante, capitão
- 1 Tenente
- 2 Alferes
- 1 Primeiro sargento da arma de infantaria
- 8 Segundos sargentos da arma de infantaria
- 16 Primeiros cabos indígenas
- 190 Soldados indígenas
- 9 Clarins

FONTES E BIBLIOGRAFIA

- Alexandre, Valentim, “O império português (1825: 1890), ideologia e economia”, in *Análise Social*, vol. 38 (169), (2004), pp. 959-979
- Andrade, Nuno, *100 Anos GNR*, Lisboa: Guerra e Paz, 2011
- Arquivo Histórico Militar. Divisões. Portugal e as Campanhas na Europa. 1ª República (1ª fase). Revoltas e Incursões Monárquicas (1910 - 1914). Caixa 06.
- Arquivo Histórico Militar. Projeto Germil: Genealogia em Registos Militares. Livros Mestres. Estações Superiores do Exército. Registo dos oficiais e indivíduos com a graduação de oficial no estado-maior de cavalaria. Livro N.º 3.
- Arquivo Histórico Ultramarino. Expedição a Moçambique. 1917-1918
- Arquivo Histórico Ultramarino. Expedição a Moçambique. Quartel General. 1916
- Arquivo Histórico Ultramarino. Expedição a Moçambique. Serviços de Saúde. Ambulância. [Relação de pessoal]. 1916.
- Arquivo Histórico Ultramarino. Expedição a Moçambique. Serviços de Saúde. Ambulância. [Relação de pessoal]. 1916.
- Arquivo Histórico Ultramarino. Ministério das Colónias. Direcção Geral das Colónias. 5ª Repartição.
- Arquivo Histórico/GNR. Colecção de Notas, Circulares e Ordens de Execução Permanente.
- Arquivo Histórico/GNR. Livros de Ordens de Serviço.
- Castaño, David, “A grande guerra e as relações internacionais de Portugal: Da Monarquia à República”, *Relações Internacionais*, n.º 42 (jun. 2014) [em linha], Disponível em: <http://goo.gl/zfEOv4> [acedido em 15 de jun. de 2015].
- Companhia de Moçambique and África Oriental Portuguesa* [em linha] Disponível em: <http://goo.gl/BvT9Gb> [acedido em 1 nov. 2014].
- Ilustração portuguesa*, dir. José Joubert Chaves, Lisboa: Empreza do Jornal O Seculo, 1917-1921.
- Marques, Ricardo, “*Os Fantasmas do Rovuma*”, Lisboa: Leya, 2012
- Martins, Eduardo Azambuja, “A campanha de Moçambique”, in MARTINS, Ferreira, dir., *Portugal na Grande Guerra*. Lisboa: Ática, 1934-1935, vol. 2, pp. 131-189.

Portugal e as campanhas de África: da imposição de soberania à Grande Guerra

- Martins, Ferreira, dir., *Portugal na Grande Guerra*, Lisboa: Ática, 1934-1935
- Moura, Rui, “A participação da Guarda Nacional Republicana na Grande Guerra”, in CPHM, *XXIII Colóquio de História Militar: Portugal 1914-1916 Da Paz à Guerra*, Universidade Católica Portuguesa, 4-7 nov. 2014
- O Incondicional*, adm. A. Carlos dos Santos; dir. Simões da Silva. Lourenço Marques: Cesar Dias Lopes Júnior, 1910-1920
- Oliveira, A.N. Ramires de, coord., *História do Exército Português (1910-1945)*, Lisboa: EME, 1994, vol. 3
- Pires, Nuno Barrento Lemos, “Recordar o Esforço Português em Moçambique Durante a Grande Guerra (1914-1918)”, in *Revista Militar*, Lisboa: Revista Militar, n.º2548 (maio. 2014) [em linha]. Disponível em: <http://goo.gl/byczub> [acedido em 26 de outubro de 2014]
- Portugal. Ministério da Guerra, *Ordens do Exército*, 1914
- Portugal. Ministério das Colónias. Direção Geral das Colónias. 5ª Repartição, “Decreto n.º 728”, in *Diário da República*, I Série, n.º 133 (4 de agosto 1914), pp 635-636
- Portugal. Ministério das Colónias. Direção Geral das Colónias. 5ª Repartição, “Decreto n.º 58” in *Diário da República*, n.º 171 (24 de julho 1913), pp 2758-2759
- Rita, Fernando, *A Primeira Grande Guerra em Moçambique (1914-1918)*. [em linha] Disponível em <http://goo.gl/cB6cX8> [acedido em 1 mai. 2015]
- Rita, Fernando, *Na Sombra do Expedicionário*, Porto: Fronteira do Caos, 2013
- Severiano Teixeira, Nuno, “Política externa e política interna no Portugal de 1890: o Ultimatum inglês”, *Análise Social*, vol. 23 (98) (1987) – 4.º, pp. 687-719
- Severiano Teixeira, Nuno, *O Poder e a Guerra 1914-1918: Objectivos Nacionais e Estratégias Políticas na Entrada de Portugal na Grande Guerra*, Lisboa: Editorial Estampa, 1996

O Oficial do Serviço de Estado-Maior no Período da Grande Guerra: Dois Exemplos das Campanhas de África

Fernando César de Oliveira Ribeiro

Major

Investigador integrado no Centro de Investigação em Segurança e Defesa do IESM (CISDI)

Lisboa, Portugal

ribeiro.fco@iesm.pt

Introdução

Ao receber o convite para apresentar uma comunicação relativa ao Serviço de Estado-Maior no período da Grande Guerra, num Seminário focado nas campanhas de África, vimo-nos, naturalmente, perante o desafio de encontrar na nossa investigação pontos de afinidade de modo a integrar a apresentação com as demais. Não nos tendo debruçado em particular sobre as campanhas de África, a verdade é que durante a investigação nos “cruzámos” por diversas vezes com informação a elas relativa, mas que por não se adequar aos nossos objetivos na altura, não aprofundámos. O texto que segue é, portanto, o resultado de um reajuste e fusão entre um trabalho anterior¹, que constituiu a base de grande parte deste texto, e alguns dados relativos às campanhas de África.

A 5 de outubro de 1910 caiu a Monarquia e instaurou-se a República em Portugal. Quatro anos volvidos, a Europa viu-se perante uma guerra de tal forma aterradora que ficou conhecida como a “Grande Guerra”. Portugal, com a sua jovem República, acabou por declarar formalmente guerra à Alemanha em 1916. Com a entrada na guerra, Portugal pretendia obter prestígio internacional e assento no “concerto das nações”, garantindo, assim, a sua soberania perante a ameaça de anexação pela Espanha. Internamente, interessava garantir a

¹ Ribeiro, P. “O perfil do oficial do Serviço de Estado-maior na Grande Guerra”, in *Revista de Ciências Militares do IESM Vol. II, N°2*, Lisboa, novembro de 2014, pp. 109 – 131.

legitimação e consolidação da República e do partido que levou Portugal para a Grande Guerra².

No sentido de garantir as colónias, são enviados dois contingentes, um para Angola e outro para Moçambique, ainda em 1914. No total, os efetivos para o teatro africano terão rondado os 34.600 homens da metrópole e 19.500 tropas indígenas³.

Em 1916 inicia-se o aprontamento de uma Divisão para intervir no teatro europeu, feito que ficou conhecido como o “milagre de Tancos”. Em 1917, o Corpo Expedicionário Português (CEP), a força reunida para operar na Flandres, contava com 55.000 homens, nunca tendo estado, por motivos vários, na sua máxima capacidade⁴.

Parte integrante deste esforço foi o Serviço de Estado-Maior (Serviço de EM)⁵, instituído no Exército português em 1899⁶, herdeiro do Corpo de Estado-Maior (Corpo de EM)⁷, de 1834. A Lei 26 de maio de 1911, que visou a reforma do Exército após a implementação da República, manteve a designação de Serviço de EM.

Os oficiais que constituíam o Serviço de Estado-Maior recebiam formação específica para o desempenho das respetivas funções. Até 1890, a formação desses oficiais ocorria em cânones análogos às restantes Armas do Exército, sendo um curso elementar da Escola do Exército. A partir de 1891, passou a ser um curso complementar, mantendo-se o Corpo de EM como uma entidade distinta, mas a ser preenchido pelos oficiais das restantes Armas do Exército que frequentassem esse curso.

No período de 1914 a 1918, ou seja, desde a intervenção em África até ao fim da guerra, este Serviço foi constituído por 74 oficiais, sendo 23 deles oriundos do Serviço de Estado-Maior da Escola do Exército (SEM/EE) e 51 das diversas Armas, habilitados com o curso complementar.

Destes 74 oficiais, estiveram envolvidos 15 nas campanhas de África: 12 em Angola e três em Moçambique. Dos que estiveram em Angola, dois oficiais

² Teixeira, et al., 2004, pp. 17-22.

³ Teixeira, et al., 2004, p. 25.

⁴ Teixeira, et al., 2004, pp. 27,28.

⁵ Por forma a evitar confusão entre a abreviatura do Serviço de Estado-Maior (Arma), da abreviatura do Serviço de Estado-Maior (curso de formação base da Escola do Exército), as abreviaturas serão “Serviço de EM” para designar a Arma e “SEM/EE” para designar o curso.

⁶ Sá Nogueira, 1969, p. 21.

⁷ Pelo motivo anteriormente explanado, designaremos Corpo de Estado-Maior por “Corpo de EM” e Curso de Estado-Maior por “CEM”.

que participaram na Campanha no Sul daquela Colónia, comandada pelo General Pereira D'Eça, destacaram-se pelo seu comportamento nos momentos mais difíceis. Analisando as carreiras destes dois oficiais, atestámos que se enquadravam perfeitamente no perfil mais comum que, aliás, já tínhamos identificado no nosso trabalho anterior. Tratavam-se de oficiais que, pelo seu percurso profissional, possuíam experiência de nível tático e de comando assim como capacidade de gestão/administração obtida nas diversas colocações do Serviço de EM.

O Serviço de Estado-Maior desempenhou um importante papel no seio do Exército, incluindo nos momentos mais conturbados como o da Grande Guerra, tanto na frente Europeia como nas campanhas de África, sendo que os seus elementos se evidenciavam pela sua competência, brio e capacidade de adaptação.

1. Caracterização histórica do Corpo/Serviço de Estado-Maior

Entre nós, a expressão “Estado-Maior do Exército” (EME) foi empregue pela primeira vez na Carta de Lei, de 9 de julho de 1763, a qual visava regular o processamento e pagamento dos soldos a um grupo de oficiais, assim designado. Eram estes, os Oficiais-Generais, os Inspectores-gerais, Deputados Assistentes dos Inspectores-gerais e o Quartel-Mestre General⁸. Esta designação, anterior à moderna instituição do EM originária da Prússia⁹, não corresponde ainda a um Corpo com as práticas e métodos de assessoria ao comando que viriam posteriormente desenvolvidos, mas a um grupo de oficiais que tinha, perante a Coroa, as mais altas responsabilidades na condução do Exército.

O Corpo de EM do Exército foi criado pelo decreto de 18 de julho de 1834, sendo um organismo que já nada possuía em comum com o Estado-Maior General¹⁰. No Art.º 9º, §1 do referido decreto, lê-se que os oficiais generais, pertencentes ao EM General estavam destinados a ser empregues no comando dos EM (do Exército, da Engenharia e da Artilharia) das Divisões e Brigadas, das Praças de 1.ª Ordem e nas Inspeções das diferentes Armas do Exército. O §2 do mesmo Art.º ordena que os elementos desse Corpo, constituído por oito oficiais superiores, 16 capitães e 16 tenentes, fossem empregues nos EM das Províncias, Divisões e Brigadas, assim como em ajudantes-de-ordens dos generais. Verificamos, nesta altura, que este Corpo já se encontrava destinado ao desempenho de funções de assessoria e apoio

⁸ Sá Nogueira, 1969, p. 9.

⁹ Carrilho, 1985, p. 135.

¹⁰ Sá Nogueira, 1969, p. 14.

à decisão. É também no mesmo decreto, no Art.º 12º, §2, se estabelece um regime de promoção distinto das outras Armas do Exército, sem prejuízo para o lugar que ocupavam anteriormente. Esta disposição configurava a criação de uma nova Arma/Serviço.

a. A formação dos oficiais de Estado-Maior

A 12 de janeiro de 1837, foi criada a Escola do Exército (EE), substituindo a Academia de Fortificação, Artilharia e Desenho¹¹. No currículo escolar foram mantidos os cursos de Engenharia Militar, a Artilharia e, num tronco comum, a Infantaria e Cavalaria, sendo criados dois novos cursos para oficiais de EM e para engenheiros civis, respetivamente¹².

Esta realidade manteve-se até 1890, quando o curso de EM deixou de ser um curso de formação de base da EE para o Serviço de Estado-Maior (SEM/EE), passando a ser um curso complementar, abrindo assim o Corpo de EM a todas as Armas¹³.

Sendo este grupo constituído por oficiais formados antes e depois de 1890, engloba portanto, oficiais oriundos do SEM/EE e das Armas.

b. Curso de Estado-Maior (complementar)

Com a reforma escolar de 1890, a formação dos oficiais de EM deixou de ser um curso de base da EE para passar a constituir um curso complementar para as Armas. Passou também a designar-se como Curso Superior de Guerra, tendo a duração de dois anos letivos¹⁴.

O oficial que desejasse concorrer ao Curso Superior de Guerra, para além de necessitar de possuir dois anos de bom e efetivo serviço como oficial “nas tropas ativas das suas armas”, Art. 24º, Nº1 da OE de 1890, teria de ter aprovação em todas as disciplinas da Escola Preparatória necessárias para a matrícula de Engenharia Militar, o que, para além das disciplinas exigidas para o curso de Artilharia, todas elas relacionadas com as Ciências Exatas¹⁵ implicava ainda, aproveitamento em Geometria Descritiva (segunda parte), Astronomia, Botânica e Mineralogia e Geologia¹⁶.

¹¹ Gaspar, 2009, p. 17.

¹² Barata, et al., 2004, p. 426.

¹³ Carrilho, 1985, p. 136

¹⁴ Gaspar, 2009.

¹⁵ Geometria Esférica, Cálculo Diferencial Integral, Desenho, etc..

¹⁶ OE, 1890, pp. 516, 517.

Para além destas condições, foi também estipulado um critério etário: os oficiais que se candidatavam ao curso teriam de ter menos de 29 anos (Engenharia); 28 anos (Artilharia); e menos de 26 anos (Infantaria ou Cavalaria), assim como apresentar um atestado de aptidão para montar a cavalo facultado pela Escola Prática de Cavalaria.

De dois em dois anos estavam previstas as seguintes vagas: um oficial de Engenharia, dois de Artilharia, dois de Cavalaria e oito de Infantaria. Se o número de candidatos fosse superior ao número de vagas, a admissão era feita de modo documental perante um júri e caso uma das Armas não preenchesse a totalidade das suas vagas, que não poderiam ser preenchidas por oficiais de outras Armas.

Uma vez na EE, o curso teria a duração de dois anos, pelo que os oficiais que obtinham a carta do Curso Superior de Guerra continuavam a pertencer à sua Arma de origem, devendo fazer um tirocínio de um ano, constituído por dois períodos de seis meses em cada uma das Armas à qual não pertenciam. Após completarem este tirocínio eram promovidos a capitães das suas Armas ao perfazerem quatro anos de tenente ou antes, caso lhes competisse por escala, Art.º 32º, n.º 4¹⁷.

Quer no SEM/EE como no CEM, os oficiais frequentavam cadeiras exclusivas destes cursos, capacitando-os para uma visão transversal da organização, do seu funcionamento e capacidades.

c. Funções do Serviço de Estado-Maior

Desde a sua génese em 1834, o Corpo de EM desempenhou um importante papel no seio do Exército, estando as suas funções definidas em termos legislativos. O Corpo de EM foi extinto em 1899, com a adoção da designação de Serviço de EM na Organização do Exército desse ano¹⁸.

À Implantação da República seguiu-se uma reforma do Exército e, a 26 de maio de 1911, a Secretaria de Guerra publicou a OE N.º 11 para a materializar. Em termos da organização geral, dispunha-se que o Exército Metropolitano compreendesse, “1º- Os officiaes-generaes; 2º- O Serviço de estado maior; 3º- as diversas armas e serviços...”¹⁹. Verificamos que o Serviço de EM surge aqui destacado das restantes Armas e apenas precedido pelos oficiais-generais, facto revelador da hierarquia que ocupava em termos formais.

¹⁷ OE, 1890, p. 518.

¹⁸ Sá Nogueira, 1969, p. 21.

¹⁹ OE, 1911, p. 580.

Relativamente às competências que cabiam ao Serviço, pode ler-se no Art.45º, Cap. III²⁰, que compreendiam os estudos e trabalhos da Primeira Direção e da Segunda Repartição da Segunda Direção do EME.

À Primeira Direção do EME cabiam, entre outras missões, as relações com os adidos militares e com oficiais em comissões de estudo no estrangeiro; relações com as inspeções das Armas no que dizia respeito à preparação da guerra (exercícios) e instrução; elaboração de projetos de operações; estudos sobre a importância estratégica das vias de comunicação; determinação dos pontos estratégicos onde deviam ser construídas fortificações; estudos relativamente às melhorias a introduzir no Exército da metrópole; estudos sobre convenções internacionais; leis e usos da guerra; elaboração do plano geral de mobilização; preparação de exercícios sobre a carta para instrução dos oficiais do Serviço de EM e de todo o EME²¹.

À Segunda Repartição da segunda Direção competiam: os estudos das linhas férreas do ponto de vista de transporte militar; estudos relativos à organização geral e proteção das linhas de comunicação do Exército; elaboração e revisão das instruções dos serviços de segunda linha (apoio logístico) e do serviço militar dos caminhos-de-ferro; estudo crítico sobre os regulamentos e instruções em vigor nos exércitos estrangeiros, em termos dos serviços mencionados; e a elaboração e coordenação dos trabalhos de estatística geral necessários para os estudos do EME²².

O quadro do Serviço de EM era composto por seis coronéis, 12 tenentes-coronéis e 30 capitães, que prestavam serviço no EME, nos quartéis-generais das Divisões, quartel-general da Brigada de Cavalaria e no Campo Entrincheirado de Lisboa.

Os oficiais oriundos do SEM/EE teriam que exercer, durante um ano, o comando de um Regimento de Infantaria ou Cavalaria, continuando a pertencer ao Serviço de EM. Os tenentes-coronéis das Armas que pertenciam ao Serviço de EM, ao serem promovidos a coronéis tornavam ao seu quadro de origem, regressando ao Serviço como coronéis, após efetuarem o comando de um Regimento, mesmo que não fosse da sua Arma de origem. Assim, poderá ter havido oficiais do Serviço de EM que serviram nas Campanhas de África, mas que não foram identificados por se encontrarem fora do Serviço durante o período estudado.

²⁰ OE, 1911, pp. 585.

²¹ OE, 1911, pp. 673-675.

²² OE, 1911, p. 683.

2. Os oficiais do Serviço de Estado-Maior

Após a identificação dos 74 oficiais que pertenceram ao Serviço de EM de 1914 a 1918, estabelecemos uma relação restrita de fatores prosopográficos a estudar. Para obter a informação necessária recorreremos às seguintes fontes:

- Listagem dos Alunos da Academia de Fortificações, Escola do Exército, Escola de Guerra, Escola Militar (LAEE);
- Folhas de matrícula (FM) de 64 elementos do grupo;
- Alguns processos de acesso à Escola do Exército (PAEE);
- OE e Almanques do Exército (AE).

Sempre que detetámos discrepâncias entre os documentos consultados, optámos por levar em consideração a informação presente nas FM.

a. Curso de origem e lugar de curso

Os últimos elementos do nosso grupo a entrar para o SEM/EE foram José Mendes Ribeiro Norton de Matos, António Nogueira Mimôso Guerra e Eduardo Augusto Marques (1888), tendo o primeiro CEM complementar sido realizado em 1895. Assim, no Serviço de EM em 1914-1918, 23 oficiais ainda eram oriundos do curso do SEM/EE, contando-se 29 de Infantaria, 16 de Artilharia e seis de Cavalaria.

Retirando os elementos oriundos do SEM/EE de modo a analisar a percentagem relativa das Armas de origem, destaca-se a Infantaria com 56,86%, sendo que a Artilharia surge com 31,37% e a Cavalaria com 11,76%, não existindo nenhum oficial oriundo de Engenharia.

Ao aferimos a posição no curso geral à saída da EE, referente apenas aos 51 oficiais que não pertenciam ao SEM/EE, dividimos os 27 cursos de origem em terços para tornar explícita a relação da antiguidade relativa no curso e a frequência do CEM.

Concluimos que 62,75% dos oficiais pertencia ao primeiro terço do seu curso. De referir que o curso mais pequeno tinha apenas dois elementos, o Curso de Artilharia (1899) e o maior, o de Infantaria (1901), possuía 76 elementos. A média dos 27 cursos analisados é de 54 indivíduos/corso, existindo oito cursos com mais de 60 elementos.

Este dado é indicador que a este Serviço pertenciam maioritariamente os melhores de cada curso, pelo menos do ponto de vista académico, visto que esta relação foi elaborada com a classificação de saída da EE. Julgamos natural

que assim seja, considerando a frequência da Escola Preparatória que, como vimos, implicava o estudo de cadeiras de Ciências Exatas que não eram necessárias para as Armas de Infantaria e Cavalaria. Esta obrigatoriedade de formação científica para a passagem a uma Arma mais “técnica” e “organizativa” e apesar de quase 10% pertencerem ao último terço, pode ser entendida como um obstáculo que desmotivaria os elementos que menos se destacavam academicamente. Assim, em termos de elementos não oriundos do SEM/EE, a maioria dos oficiais provinha do grupo dos mais bem classificados dos respetivos cursos.

b. O percurso profissional

As funções desempenhadas pelos oficiais do Serviço de EM foram analisadas, não apenas no período 1914-1918, mas ao longo de toda a sua carreira, para conseguirmos visualizar o que era instado a um oficial oriundo do SEM/EE, ou com CEM, durante a sua vida militar.

Para melhor ilustrar a vida profissional dos oficiais deste Serviço, passaremos a descrever uma hipotética carreira, ilustrando as diferenças entre quem frequentou o SEM/EE e quem cursou posteriormente o CEM como curso complementar.

(1) A hipotética carreira

Em finais do séc. XIX, o jovem que desejasse ser oficial do Exército, após terminar o Real Colégio Militar²³ (CM) ou outro qualquer liceu, teria de assentar praça num corpo do Exército antes de poder concorrer à EE²⁴. O nosso pretendente, com 16 anos e meio²⁵, assentava praça numa unidade do Exército onde, após servir com bom comportamento e possuindo as habilitações liceais descritas, se matricularia, por três anos²⁶, na EP, AP ou UC para os estudos preparatórios. Adquirindo as habilitações necessárias, e agora com cerca de 20 anos, ingressava no curso de SEM/EE.

²³ Com a implantação da República passou a designar-se Colégio Militar. Será esta designação que iremos utilizar independentemente da nomeação do oficial ter ocorrido antes ou depois da queda da monarquia.

²⁴ OE, 1863 n.º54, p. 8.

²⁵ Mediana de idades de assentamento de praça. O mais novo foi António José Garcia Guerreiro, com 14 anos e 5 meses, que ingressou em 1872, sendo o mais velho José Mendes Ribeiro Norton de Matos que ingressou em 1887 com 20 anos e 8 meses.

²⁶ OE, 1863 n.º54, p. 2.

Volvidos dois anos, terminado o curso do SEM/EE, o alferes, agora com 23 anos²⁷, ingressava numa unidade de Infantaria ou Cavalaria. Nesta unidade, ao fim do tirocínio de dois anos, com a idade de 25, era promovido a tenente²⁸. A fim de cumprir a “condição essencial para ingressar no Corpo de EM”²⁹, o tenente iria estagiar durante um ano numa unidade de Artilharia e noutra de Infantaria ou Cavalaria, alternando esta última com a respetiva Arma de colocação em alferes.

O oficial do SEM/EE serviria nestas unidades até ter colocação, consoante a vacatura, no quadro do Corpo de EM, onde entrava como tenente sendo, aos 29 anos, promovido a capitão³⁰. Enquanto membro do Corpo de EM desempenharia diversas missões, nomeadamente levantamentos de terreno, trabalhos de campo para elaboração de cartas itinerárias e reconhecimentos militares como, por exemplo, o pormenorizado reconhecimento da fronteira a sul do Tejo³¹ que tinha como finalidade “preparar os estudos necessários ao seu guarnecimento de observação e proteção à mobilização do nosso Exército.”³². O capitão poderia também ser nomeado vogal dos júris para exames especiais de habilitações dos alunos da EE, nomeado adjunto de uma das secções do Corpo/Serviço do EM ou para funções num dos EM das Brigadas e pertenceria a comissões encarregues de atingir diversos objetivos, como por exemplo: elaborar um projeto de uma biblioteca central militar; o de aperfeiçoar³³ o comando do Corpo/Serviço de EM; alterar a legislação vigente em regime transitório na EE; reorganizar o Serviço de Administração Militar; a reorganização das nossas forças ultramarinas ou a incorporação de tropas metropolitanas no serviço colonial (estas duas últimas apenas após ter servido nas colónias). Sendo capitão com experiência adquirida no Corpo/Serviço de EM, poderia também ser nomeado lente na EE, no CM, no Instituto Profissional dos Pupilos do Exército de Terra e Mar (IPE)³⁴ ou na Escola

²⁷ Os mais novos foram Tomáz António Garcia Rosado e João Montês Champalimaud, alferes em 1886 e 1890 com 22 anos. O mais velho foi Alfredo Carlos Pimentel May, alferes com 29 anos em 1888.

²⁸ Os mais novos e o mais velho são os mesmos indivíduos do posto de alferes, tendo os dois primeiros 24 e o mais velho 31anos.

²⁹ Martins, 1937, p. 616.

³⁰ Os mais novos foram Rosado Abel Acácio de Almeida Botelho e Tomáz António Garcia, em 1881 e 1889, respetivamente, com 25 anos, sendo o mais velho Luís António Carvalho Martins em 1899, com 33 anos.

³¹ Caso de Tomáz António Garcia Rosado, por exemplo.

³² Martins, 1937, p. 617.

³³ Por exemplo a comissão para o “aperfeiçoamento” do Serviço do EM (FM Francisco Correia Mendes) AHM, s.d., p. 1.

³⁴ Fundado em 1911 IPE, 2014.

Central de Oficiais³⁵ (ECO), ou nomeado para uma comissão de serviço noutra ministério, nomeadamente nas Obras Públicas, Comércio e Indústria, ou o da Marinha e Ultramar, sendo esta última a nomeação mais usual, pois era quem tutelava as comissões dos oficiais nas colónias.

Para as colónias, o nosso capitão, indo integrado numa força, seria membro do EM dessa força, um dos adjuntos do comandante. Aí poderia servir como chefe de Estado-Maior numa das províncias, caso a força se dividisse. Nomeado para serviço nas colónias, poderia desempenhar uma multiplicidade de funções militares e civis, desde comandante de uma companhia indígena, comandante de destacamento, vogal de uma comissão municipal, chefe do gabinete militar de uma das províncias, comissário do Governo para delimitar fronteiras entre uma província e outro Estado, secretário-geral do Governo de um dos territórios, chefe de equipas de levantamento topográfico e de agrimensura, assim como desempenhar funções administrativas, tais como administrador interino das matas de Goa ou ser encarregado provisoriamente da Direção das Obras Públicas desse Estado³⁶. Um dos nossos oficiais foi eleito deputado entre 1906/1907³⁷, regressando para o Serviço de EM (1908).

Aos 42 anos, após cerca de 12 anos³⁸ de capitão, era promovido a major. Neste posto, era expectável que o nosso oficial continuasse a integrar comissões com objetivos de desenvolver ou melhorar capacidades e procedimentos no Exército desde o próprio Serviço de EM até à revisão do Código de Justiça Militar. Poderia ser nomeado lente ou regente, mediante candidatura e concurso, de uma das cadeiras da EE, CM, IPE ou ECO, ser nomeado membro do júri de avaliação para os exames necessários à promoção de capitão ao posto de major das diversas Armas, do corpo de Administração Militar e do Corpo/Serviço de EM. Seria comandante de Batalhão ou Grupo³⁹ em Regimentos, Chefe de EM de uma das divisões do Exército ou Chefe de repartição de uma das direções do EME. Os majores do SEM/EE eram também chamados para prestar serviço

³⁵ Fundada em 1914 foi a antecessora do Instituto de Altos Estudos Militares e do atual Instituto de Estudos Superiores Militares.

³⁶ Exemplo específico de José Mendes Ribeiro Norton de Matos AHM, s.d., pp. 2,3.

³⁷ Alfredo Mendes de Magalhães Ramalho AHM, s.d., p. 2.

³⁸ O elemento mais novo a ser promovido a major foi Tomás António Garcia Rosado em 1899 com 35 anos de idade e dez anos de capitão, o elemento mais velho a ser promovido foi Luís António Carvalho Martins em 1911 com 45 anos e 12 anos de posto. O tempo mínimo no posto de capitão foi de cinco anos, Alfredo Carlos Pimentel May. O tempo máximo neste posto foi de 14 anos (três elementos).

³⁹ Batalhão e Grupo são a designação de uma unidade formada por um conjunto de Companhias, comandadas por capitães. Isto significa que nosso oficial, sendo oriundo do SEM/EE, seria o Comandante tático de oficiais da Arma de Infantaria, Cavalaria ou Artilharia.

no Ministério da Guerra ou no Ministério da Marinha e das Colónias. Aqui, se colocado numa das Colónias poderia ser nomeado chefe do gabinete militar ou até Governador de um território, distrito ou região, inclusive governador-geral de uma Província⁴⁰. Caso fosse integrado numa força expedicionária às colónias seria nomeado Chefe de Estado-Maior.

Com 45 anos era promovido a tenente-coronel⁴¹ e, neste posto, continuaria nomeado para os júris de promoção e para as mencionadas comissões de estudo. Seria chefe de repartição de umas das divisões do EM, lente ou regente de cadeiras na EE, CM, IPE ou ECO, assim como diretor do IPE. Poderia também ser nomeado comandante de uma força militar às províncias ou desempenhar as funções de Comandante Militar de uma região ou território ultramarino, ou diretor das Obras Públicas de uma província⁴². Podia ser designado para o Ministério dos Negócios Estrangeiros como delegado técnico ou, caso algum cataclismo atingisse o país, o tenente-coronel poderia ser chamado a comandar uma força de socorro e apoio a uma população⁴³ vítima de um desastre ou talvez diretor do serviço cartográfico e gabinete fotográfico do Estado-Maior do Exército⁴⁴.

Aos 51 anos seria promovido a coronel⁴⁵. Neste posto, comandaria um Regimento de Infantaria, Cavalaria ou Artilharia para os oficiais do CEM ou, no caso de ser oriundo do SEM/EE, apenas Regimentos de Infantaria ou Cavalaria. Seria nomeado chefe de uma das repartições do Estado-Maior do Exército ou do Ministério da Guerra, seria diretor da ECO ou do CEM, regente de cadeiras na EE, CM, IPE ou ECO, nomeado como vogal ou presidente de uma das diversas comissões para organização e melhoramentos do Exército, vogal dos júris de promoção a capitão e major das diversas Armas ou ainda ser Chefe de Estado-Maior do Campo Entrincheirado de Lisboa. Nesta fase da sua carreira, o nosso oficial podia ser nomeado para adido militar, ficando dependente do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Aqui o nosso oficial, ou se encontrava no terço superior da escala de coronéis e reunia as condições necessárias para a promoção a general, ou passaria à situação de reserva aos 62 anos.

⁴⁰ Tomáz António Garcia Rosado foi Governador de Moçambique em 1904 AHM, s.d., p. 4.

⁴¹ O mais novo foi José Augusto Alves Roçadas com 42 anos, promovido por distinção em 1908 (Serrão, 1968, p. 653) e o mais velho foi António Nogueira Mimôso Guerra, em 1917, com 50 anos.

⁴² João Augusto Crispiano Soares, diretor das Obras Públicas de Angola em 1919 e em 1924 encarregado do Governo Geral de Angola.

⁴³ António Maria de Matos Cordeiro foi nomeado em 1909 comandante da força de socorro a Salvaterra e Benavente, 2014.

⁴⁴ Carlos Maria Pereira dos Santos em 1925, AHM, s.d., p. 3.

⁴⁵ O mais novo foi Tomáz António Garcia Rosado com 47 anos, em 1911 e o mais velho foi Manuel Maria de Oliveira Ramos, em 1919, com 57 anos.

Caso fosse promovido a general, esta promoção ocorreria quando atingisse os 60 anos⁴⁶. Com este posto poderia ser nomeado como vogal do júri para avaliar as provas especiais de aptidão para a promoção a general, ser subchefe do EME, Quartel Mestre General, Comandante da EE e Chefe do EME.

(2) As diferenças dos oficiais do Curso de Estado-Maior

As funções desempenhadas pelo nosso grupo, algumas sem qualquer relação com a vida militar, fazem-nos acreditar que estes elementos eram indivíduos de destacada referência na sua época. O seu mérito académico era reconhecido, não apenas por frequentarem a Escola Preparatória, mas pelo número de entre eles que foram lentes e assistentes nas escolas militares, assim como pela responsabilidade nas reformas do Exército, as quais abrangiam não apenas o âmbito operacional mas também o âmbito cultural e legislativo.

Apurámos que não se limitavam a planear e fazer estudos, sendo nomeados para comandar. A nomeação de um elemento do Serviço de EM para o socorro das populações no terramoto de Benavente ilustra que eram homens de ação e comando.

Assim, na nossa opinião, não estamos perante um grupo unicamente de gestores/administradores. As carreiras de comando destes elementos demonstram que eram operacionais e a legislação demonstra que era esse o desejo do Exército.

No que se refere à participação destes oficiais na Grande Guerra, identificámos 14 elementos que pertenceram ao CEP, sendo que dois deles foram comandantes daquele corpo⁴⁷ e os restantes foram membros dos EM e oficiais de ligação junto do Exército Britânico.

3. Os Oficiais do SEM nas Campanhas de África

Do estudo realizado apurámos que dos 64 oficiais, dos quais analisámos as FM, 15 estiveram envolvidos nas Campanhas de África durante a Grande Guerra⁴⁸, 12 em Angola e três em Moçambique. Desempenharam funções dentro dos Estados-maiores das forças, como Chefes ou Sub-Chefes de Estado-Maior, sendo que Alves Roçadas foi comandante da Força Expedicionária para Angola em 1914.

⁴⁶ O mais novo foi Tomás António Garcia Rosado, em 1917, com 53 anos. O mais velho foi Luís António César de Oliveira com 64 anos, em 1926.

⁴⁷ Tomás António Garcia Rosado e José Augusto Alves Roçadas.

⁴⁸ O nome destes oficiais encontra-se na relação no final do artigo.

Destes 15 seleccionámos dois oficiais, José Esteves da Conceição Mascarenhas e Henrique Sátiro Lopes Pires Monteiro, que serviram em Angola em 1915. O que nos motivou a focar a atenção nestes dois elementos, foi o facto de durante a nossa pesquisa nos termos cruzado com alguns documentos pessoais de Henrique Sátiro Monteiro, que se encontram na Biblioteca do Exército nomeadamente cartas trocadas entre este e José Mascarenhas, três delas durante o período da campanha, alguns menus e recortes de notícias alusivas a reuniões de comemoração da Campanha do Sul de Angola, assim como alguns relatórios por ele elaborados no CEP.

a. A Campanha no Sul de Angola em 1915⁴⁹

Em fevereiro de 1915, na sequência dos acontecimentos de 1914 com a força de Alves Roçadas, foi convidado o General Pereira D'Eça⁵⁰ para comandante das tropas expedicionárias ao Sul de Angola. Esta campanha visava reocupar todo o território abandonado, fornecer aos governadores elementos para que sufocassem prontamente qualquer rebelião e ter forças prontas para fazer face a qualquer nova investida dos alemães, ou se a situação o permitisse e sem perigo, realizar operações para penetrar no seu território, preparar a ocupação do território do Cuanhama e cooperar com os aliados da África-do-Sul se eles forçassem os alemães a dirigir-se para a fronteira⁵¹.

A fim de cumprir estes objetivos, Pereira D'Eça acautelou a ligação e o apoio logístico da força, melhorando as linhas de comunicações e requisitando abastecimentos, por forma a ampliar a capacidade de conduzir operações no Humbe a cerca de 600 km de distância⁵², o que lhe permitia conduzir operações além do rio Cunene.

Em meados de julho, no Lubango, onde regressou de Humbe (a 275 km) para apressar a marcha das tropas, recebeu a notícia que os alemães da Damaralândia se tinham rendido, facto que lhe simplificou a missão que tinha pela frente. Face à premência do tempo, havia que ocupar o Cuanhama e reocupar todo o território além Cunene antes da época das chuvas em setembro, e já não tendo de lidar com a ameaça alemã⁵³, Pereira D'Eça dividiu a sua força em quatro destacamentos: o de Cuamato com 1457 efetivos, o de Cuanhama

⁴⁹ Ao Major Sandro Geraldês o nosso agradecimento pela sua disponibilidade em nos deixar utilizar o seu trabalho o que veio simplificar a tarefa de compreender como decorreu a campanha de Angola de 1915.

⁵⁰ Eça, 1921 p. 1.

⁵¹ Eça, 1921 p. 84.

⁵² Eça, 1921 pp. 7-8.

⁵³ Eça, 1921 pp. 22-24.

falta de água. Para que a água não fosse envenenada e vendo-se incapaz de ocupar as cacimbas nesse dia, Pereira D'Eça ordenou a realização de salvas de artilharia para manter o gentio afastado.

No dia seguinte, 18 de agosto, marchou sobre as cacimbas, assim que a exploração⁵⁷ se aproximou do local começou a ser intensamente batida por fogo do gentio. O destacamento fez alto, e passou à formação do quadrado, recolheu a força de exploração e abriu fogo de artilharia, após calar o inimigo saiu a cavalaria que já não encontrou resistência⁵⁸.

Após ocupar as cacimbas, Pereira D'Eça descobre que estas estavam secas, sendo depois informado que as que tinham água se encontram a dois km e estavam defendidas pelo gentio. Avaliando o estado do destacamento, o general decide apenas avançar sobre as cacimbas no dia seguinte. Pelas 08h30 do dia 19 de agosto, ao prepararem-se para levantar bivaque, são batidos intensivamente pelo fogo de "*armas aperfeiçoadas*"⁵⁹. Respondem prontamente com a artilharia, mas o gentio consegue aproximar-se do quadrado, utilizando os abrigos conferidos pelos morros e arvoredos e varre-o em todas as direções, atingindo os integrantes do destacamento, entre eles quatro oficiais, inúmeras praças e gado. Pelas 11h30 a investida acalmou e Pereira D'Eça mandou sair a cavalaria que conseguiu dispersar o gentio mas com mais algumas baixas. Neste dia de combate o destacamento teve um oficial e 15 praças mortas e seis oficiais (incluindo Monteiro) e 24 praças feridos.

Prevedendo ser novamente atacado, o general enviou despacho para o Humbe, onde se encontrava o estado-maior do serviço de étapes, encarregue do abastecimento e da ligação entre destacamentos, solicitando fornecimento de mais munições e que se levantasse a hipótese de qualquer um dos destacamentos laterais cooperar com o de Cuanhama, nomeadamente o destacamento de Cuamato fazer uma ação sobre Ngiva para que o gentio dividisse esforços.

No dia 19 são novamente atacados com o mesmo ímpeto, tendo novamente baixas. Evacuados os feridos é reiterada a solicitação, desta vez diretamente para o comandante do destacamento do Cuamato da conveniência deste marchar sobre o Ngiva. Pelas 15h do dia 19 inicia a marcha para a

⁵⁷ Tropas de cavalaria e auxiliares, forças de reconhecimento a avançar à frente do grosso do destacamento, para garantir segurança.

⁵⁸ Eça, 1921, pp. 29-30.

⁵⁹ Eça, 1921 p. 31, forma como o General descreve capacidade de fogo que o gentio demonstrou neste primeiro encontro. Na página seguinte ele refere inclusivamente a tipologia de armamento ligeiro encontrado (espingardas europeias de idêntica capacidade às disponíveis aos exércitos europeus da época) as muitas munições e a forma como o gentio denotava ter tido instrução.

conquista das cacimbas, que apesar de muito numerosas tinham muito pouca água, não obstante durante a noite o destacamento entrega-se à preparação do terreno⁶⁰.

No dia 20 o quadrado é atacado de forma intensa de todos os lados, a intensidade manteve-se durante o dia sendo que, pelas 16h00, Pereira D'Eça, incapaz de fazer sair a cavalaria (só dispunha agora de quatro solípedes) ordenou que as duas faces mais atacadas, a de leste e a de norte, destacassem pelotões alternados e procedessem ao assalto das posições inimigas. Conseguiu assim que o gentio retirasse desordenadamente⁶¹.

Não tendo recebido qualquer reabastecimento, mandou reduzir a ração para $\frac{1}{4}$, passando assim os dias 21 e 22. Vendo-se incapaz de destacar forças para a retaguarda, apenas dispunha de quatro cavalos aptos a marchar, restava a Pereira D'Eça aguardar que o restabelecimento das comunicações fosse feito da retaguarda para a frente. De 21 a 23 não foram atacados, mas não se encontravam em condições de restabelecer as comunicações. Pelas 15h00 do dia 24 recebem finalmente um comboio de reabastecimentos, escoltado pelo destacamento de Cuamato, ao saberem da situação, por iniciativa do seu Comandante, Coronel Veríssimo e do seu CEM (Capitão Mascarenhas), encontrando-se já prontos para marchar diretamente sobre Ngiva decidiram vir rumo ao Cunene a fim de restabelecer as comunicações com o destacamento do Cuanhama⁶².

b. Mascarenhas e Monteiro

Conceição Mascarenhas nasceu em Lamego a 25 de maio de 1881, entrou para a EE em 1901, com 20 anos, onde frequentou o curso de Artilharia.

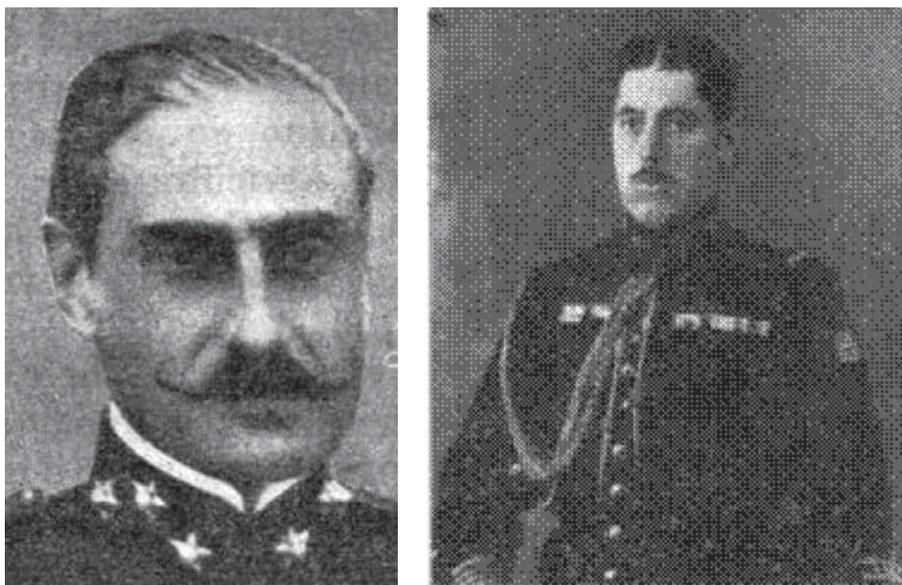
Terminou o CEM em 1910 como tenente. Já como Capitão, voluntariou-se⁶³ para a expedição a Angola comandada por Alves Roçadas, desembarcando em Mossâmedes a 09 de fevereiro de 1915, tendo sido Chefe de Estado-Maior de Alves Roçadas, de 03 de março de 1917 a 15 de março de 1918 foi Chefe de EM da 3ª Brigada de Infantaria do CEP. Atingiu o posto de General.

⁶⁰ Eça, 1921, pp. 31-33.

⁶¹ Eça, 1921, pp. 34-35.

⁶² Eça, 1921, pp.38-39.

⁶³ De acordo com o próprio em carta de 1922 a Monteiro (Mascarenhas, 1922).



Figuras 2 e 3 – Conceição Mascarenhas e Pires Monteiro, respetivamente.

Fontes: <http://maltez.info/respublica/portugalpolitico/g94%201925.htm> e Biblioteca Nacional de Portugal, respetivamente.

Pires Monteiro nasceu em Lisboa a 12 de fevereiro de 1882, entrou para a EE em 1899, com 17 anos, onde frequentou o curso de Infantaria. Já como tenente terminou o CEM em 1909. Na expedição de 1915 foi Chefe de Estado-Maior do destacamento de Cuanhama, de 30 de dezembro de 1916 a 06 de novembro de 1918 fez parte do Estado-Maior da Divisão do CEP. Atingiu o posto de Coronel.

Durante a campanha os dois oficiais desempenharam funções sempre em locais diferentes, sendo que, após a constituição dos destacamentos anteriormente mencionados são nomeados Chefes de Estado-Maior de destacamento, Monteiro do destacamento do Cuanhama e Mascarenhas do de Cuamato.

As três cartas enviadas por Mascarenhas durante a expedição, respetivamente a 12 de junho e a 18 e 28 de julho de 1915, falam do dia-a-dia da expedição, problemas com carros alentejanos e animais assim como considerações relativas à campanha. À data das duas últimas cartas Mascarenhas encontrava-se em Humbe, na terceira carta ele está a responder a Monteiro que a 16 de julho se encontrava no Lubango, ainda a 280 Km do Humbe, o que evidencia que o serviço postal dentro da força era existente, permitindo uma troca de correspondência entre destacamentos (pelo menos entre oficiais do EM). Estas cartas são manuscritas e de difícil leitura, pelo que não nos foi possível analisá-las com a profundidade que merecem, uma vez que

transmitem as impressões vivenciadas por um oficial que ocupava um cargo na força que lhe permitia ter uma visão geral sobre a campanha, sendo um relato em confidência do que ele pensava sobre o que se passava, pelo que seria enriquecedor, para melhor entender a campanha, as cartas serem analisadas em pormenor.

Na carta datilografada, enviada do Porto a 05 de julho de 1922 ele descreve, com grande detalhe, os acontecimentos que antecederam a intervenção do seu destacamento para restabelecer as linhas de comunicações do destacamento do Cuanhama.

Nesta carta percebe-se alguma indignação, uma vez que na sua opinião a Campanha do Sul de Angola era alvo de grande injustiça face a outros teatros contemporâneos, não apenas a França mas também as campanhas contra os monárquicos. Chega a dar exemplo de promoções ao posto imediato de alguns camaradas (que trata apenas pelo nome) por feitos, por ele considerados menores, nomeadamente no CEP e nas campanhas contra os monárquicos. Este estado de espírito relativamente ao motivo pelo qual escreve a Monteiro leva-nos a encarar com algumas reservas a descrição relativamente aos factos da intervenção do destacamento do Cuamato e do papel desempenhado por Mascarenhas. Não queremos no entanto deixar claro que, do que nos apercebemos, nada do que está descrito na carta é contraditório à descrição dada pelo General Pereira D'Eça no seu relatório.

Ambos os oficiais foram louvados por Pereira D'Eça⁶⁴. Este refere no louvor os contributos deles durante toda a Campanha, elogiando o seu empenho, inteligência e dedicação mas o que mais foi realçado nos louvores foram os seus desempenhos no incidente de Môngua. A Monteiro é-lhe reconhecida a coragem e valentia, quando no dia 18 de agosto, durante os combates é ferido, estando a montar a cavalo para entregar uma ordem que foi transmitir⁶⁵. Pereira D'Eça refere também que os abrigos evitaram muitas baixas entre o pessoal. Considerando este ponto, ficamos com uma melhor ideia da coragem e bravura necessárias para se deslocar montado a cavalo na retaguarda de pessoal abrigado (junto ao solo, portanto) enquanto o quadrado está a ser batido pelo fogo do inimigo. A Magalhães é-lhe reconhecido o papel central no pronto-socorro que o Destacamento do Cuamato prestou ao de Cuanhama.

Analisando as suas FM, verificamos que, ambos os oficiais depois de regressarem da campanha de Angola, foram nomeados para prestar serviço

⁶⁴ Eça, 1921, pp. 51,52.

⁶⁵ A bala atravessou-lhe as duas pernas matando a montada.

no CEP. Após a guerra ambos estiveram novamente envolvidos em operações: Monteiro contra os revoltosos do Norte em 1919 e Mascarenhas contra os insurretos monárquicos em 1925. Também foram ambos lentes da EE, da ECO e, Mascarenhas, já do IAEM. Foram vogais de júris para avaliação de provas de passagem a diversos postos, desempenharam funções, por diversas vezes ao longo da sua carreira, no Estado-Maior do Exército. Foram nomeados para diversas comissões⁶⁶, desde a comissão para a reorganização de unidades após a Grande Guerra, até à comissão organizadora do Arsenal do Exército ou da EE.

O facto de no espólio de Monteiro para além das cartas, se encontrarem menus e convites e recortes de noticiais de confraternizações da “Campanha do Sul de Angola 1914-1915”, um de 1923 e outro de 1945, é para nós prova, de que a experiência e o período vivenciado nesta campanha marcou os oficiais que lá serviram sendo digno de memória e comemoração.

4. Conclusões

Propusemo-nos estudar o grupo constituído pelos oficiais do Exército que serviram no Serviço de Estado-Maior de 1914-1918. Como surgiu em Portugal o conceito de “EM”, especificando a tipologia de funções esperadas do “EME” e observamos as alterações introduzidas durante o séc. XIX para a formação de oficiais, especificamente para este tipo de funções. Estabelecido o grupo, elencamos um número de elementos sociográficos que analisámos e nos permitiu concluir que se tratavam de oficiais com uma experiência militar transversal a todas as áreas do Exército.

Em 1837, com a criação da EE, pela mão de Sá da Bandeira e o início do verdadeiro profissionalismo na classe militar, foram estabelecidos os critérios de seleção dos candidatos aos cursos da EE, incluindo ao curso do Serviço de EM, curso que frequentavam os futuros oficiais do Corpo de EM instituído em 1834.

Em 1891, alterou-se o conceito do curso, deixando de ser um curso de base para ser um curso complementar aberto a todas as Armas do Exército. As cadeiras frequentadas não sofreram alterações relevantes e os alunos, já oficiais formados na EE, tinham apenas de frequentar cadeiras específicas do CEM e/ou aquelas onde ainda não tinham aproveitamento, foi o caso dos dois oficiais que estudámos.

⁶⁶ Monteiro foi nomeado para fazer parte da comissão “encarregada de escolher o melhor local do Mosteiro da Batalha onde devem ser depositados os restos mortais dos Soldados Desconhecidos”.

Conseguimos apurar, relativamente ao curso de origem, que no Serviço de EM de 1914-1918, 23 oficiais ainda eram oriundos do curso do SEM/EE, 29 eram de Infantaria, 16 de Artilharia e seis de Cavalaria. No que concerne à sua posição geral de curso à saída da EE, apuramos que, dos elementos que frequentaram o CEM, a maioria pertencia ao primeiro terço do respetivo curso. Esta análise demonstrou-nos que a maioria dos oficiais que frequentaram o CEM (curso complementar) detinham das melhores notas na saída dos respetivos cursos da EE, caso de Monteiro quinto em 56 de Infantaria e Mascarenhas primeiro em oito de Artilharia.

Ao criar uma carreira hipotética, para melhor demonstrar o percurso profissional deste grupo de oficiais, vimos que este grupo levou uma vida profissional muito rica em termos de experiências, não apenas como oficiais de EM, mas no desempenho de funções e cargos civis, participando em ações expedicionárias, no comando de tropas, servindo em diversos ministérios e lecionando. A análise das suas funções mostrou-nos que estamos perante um grupo com capacidade de desempenhar um leque variado de funções, tanto militares como civis. A nível militar, para além das missões inerentes ao EM, comandaram Companhias, Batalhões e Grupos e forças de expedicionárias, tanto para as colónias como para a Flandres. Eram oficiais com experiência a nível tático, aliada uma grande capacidade de gestão/administração conquistada com a experiência de servir nos diversos postos do Serviço de EM.

Os dois oficiais por nós escolhidos não foram exceção ao grupo, tendo desempenhado funções no Estado-Maior da força expedicionária ao Sul de Angola, onde cumpriram papéis considerados relevantes pelo comandante da força. Após regressarem de Angola, ambos os oficiais foram nomeados para o CEP na Flandres. Ao terminar a guerra ambos foram novamente chamados a participar em operações, desta vez em Portugal Continental, tendo a sua carreira sido muito similar à por nós explanada como a hipotética carreira de um oficial com o CEM.

Ao analisarmos o contributo dado pelos oficiais do Serviço durante as campanhas de África, através do desempenho de dois desconhecidos, selecionados por um (feliz) acaso, vimos confirmadas as conclusões que havíamos generalizado para o Serviço como um todo, estamos perante um grupo de oficiais que desempenhava missões de âmbito operacional, sendo os seus oficiais notórios pela sua competência, brio e capacidade de adaptação.

O Serviço de Estado-Maior desempenhou um importante papel no seio do Exército, incluindo nos momentos mais conturbados como o da Grande Guerra, tanto na frente Europeia como nas campanhas de África.

O Oficial do Serviço de Estado-Maior no Período da Grande Guerra:
Dois Exemplos das Campanhas de África

Relação dos Oficiais que fizeram parte do Serviço de EM de 1914 a 1918	
Abel Acácio de Almeida Botelho	Amândio Oscar da Cruz e Sousa
Gaspar António Azevedo Meira	Jorge Soares Pinto de Mascarenhas
Antonio Maria de Matos Cordeiro	Arnaldo de Melo
Tomáz António Garcia Rosado	Eduardo Augusto de Azambuja Martins
Augusto da Costa Macedo	Genipro da Cunha de Eça Costa Freitas e Almeida
Antonio José Garcia Guerreiro	José Alberto da Silva Basto
Manuel Rodrigues Ermitão	D. José de Serpa Pimentel de Sousa Coutinho
Vitoriano José César	Luís Augusto Ferreira Martins
José Augusto Alves Roçadas 1)	Miguel de Almeida Santos
José Júlio Forbes Costa	Gaspar do Couto Ribeiro Vilas
Alfredo Carlos Pimentel May	João Ortigão Peres 1)
Francisco Xavier Correia Mendes	Artur Ivens Ferraz
Manuel Maria de Oliveira Ramos	Antonio de Sant'Ana Cabrita Júnior
Vasco Martins	Augusto Botelho da Costa Veiga
Pedro Lopes Cunha Pessoa	Fernando Augusto Freiria
Alfredo Mendes Magalhães Ramalho	Alfredo Balduino de Seabra Junior
Luís António César de Oliveira	António Maria de Freitas Soares 1)
João José Sinel Cordes	Tasso de Miranda Cabral
João Montês Champalimaud	Fernando Augusto Borges Júnior
Luís António Carvalho Martins	Carlos Maria Pereira dos Santos
António Nogueira Mimôso Guerra	João de Sousa Eiró
Eduardo Augusto Marques	Carlos Matias de Castro
José Mendes Ribeiro Norton de Matos	José Arrôbas Machado
João Pereira Bastos	Joaquim Artur dos Santos Machado
Amílcar de Castro Abreu e Mota	João Augusto Crispiniano Soares
Ilídio Marinho Falcão de Castro Nasareth	Manuel Firmino Almeida Maia Magalhães 1)
Aníbal Augusto Ramos de Miranda	Helder Armando dos Santos Ribeiro
Angelo Leopoldo da Cruz e Sousa	Vasco Freire Ternudo
Roberto da Cunha Baptista	António de Sousa Pinto Machado Coutinho
Abílio Augusto Valdez de Passos e Sousa	José Joaquim Ramos 1)
Júlio d'Abreu Campos 1)	Jorge Dias da Costa 1)
Ernesto de França Mandes Machado	António Cândido de Gouveia Castilho Nobre 2)
João Carlos Pires Ferreira Chaves 1)	Artur Pereira de Mesquita

Armando Bertoldo Machado 2)	Liberato Damião Ribeiro Pinto 2)
António de Sousa Guedes Cardoso Machado 1)	Vitorino Henriques Godinho
Joaquim dos Santos Correia 1)	Henrique Sátiro Lopes Pires Monteiro 1)
Mário Augusto Gouveia Xavier de Brito	José Esteves da Conceição Mascarenhas 1)

1) Oficiais que serviram em Angola.

2) Oficiais que serviram em Moçambique.

Fontes

AHM, A., 1913. Almanaque do Exército. Lisboa ed. Lisboa: Imprensa Nacional, 1914.

AHM, s.d. Folha de Matrícula (FM) de Alfredo Carlos Pimentel May. Lisboa: Arquivo Histórico Militar (AHM) cx 3462.

AHM, s.d. FM de Carlos Maria Pereira dos Santos. Lisboa: AHM cx 3295.

AHM, s.d.. FM de Abel Acácio de Almeida Botelho. Lisboa: AHM, caixa 1338.

AHM, s.d.. FM de Abílio Augusto Valdez Passos Sousa. Lisboa: AHM cx 1750.

AHM, s.d.. FM de Alfredo Balduino de Seabra Junior. Lisboa: AHM cx 2401.

AHM, s.d.. FM de Alfredo Mendes de Magalhães Ramalho. Lisboa: AHM cx 3344.

AHM, s.d.. FM de Amândio Oscar da Cruz e Sousa. Lisboa: AHM cx 1303.

AHM, s.d.. FM de Amílcar Castro Abreu Mota. Lisboa: AHM cx 719.

AHM, s.d.. FM de Angelo Leopoldo Cruz e Sousa. Lisboa: AHM cx 1523.

AHM, s.d.. FM de Aníbal Augusto Ramos Miranda. Lisboa: AHM cx 3147.

AHM, s.d. FM de António Cândido Gouveia Castilho Nobre. Lisboa: AHM cx 1462.

AHM, s.d. FM de António de Sant'Ana Cabrita Junior. Lisboa: AHM cx 2299.

AHM, s.d. FM de António de Sousa Guedes Cardoso Machado. Lisboa: AHM cx 3758.

AHM, s.d. FM de António de Sousa Pinto Machado Coutinho. Lisboa: AHM cx 3446.

AHM, s.d.. FM de Antonio José Garcia Guerreiro. Lisboa: AHM cx 1678.

AHM, s.d. FM de António Maria de Freitas Soares. Lisboa: AHM cx 1329.

AHM, s.d. FM de Antonio Maria de Matos Cordeiro. Lisboa: AHM cx 1439.

AHM, s.d. FM de António Nogueira Mimoso Guerra. Lisboa: AHM cx 717.

AHM, s.d. FM de Armando Bertoldo Machado. Lisboa: AHM cx 2254.

AHM, s.d. FM de Arnaldo de Melo. Lisboa: AHM cx 2375.

AHM, s.d. FM de Artur Ivens Ferraz. Lisboa: AHM cx 2213.

AHM, s.d. FM de Augusto Botelho Costa Veiga. Lisboa: AHM cx 3181.

- AHM, s.d. FM de Augusto da Costa Macedo. Lisboa: AHM cx 2804.
- AHM, s.d. FM de Carlos Maria Pereira dos Santos. Lisboa: AHM cx 3295.
- AHM, s.d. FM de Carlos Matias de Castro. Lisboa: AHM cx 2691.
- AHM, s.d. FM de D.José Serpa Pimentel Sousa Coutinho. Lisboa: AHM cx 2056.
- AHM, s.d. FM de Eduardo Augusto Marques. Lisboa: AHM cx 2639.
- AHM, s.d. FM de Fernando Augusto Borges Junior. Lisboa: AHM cx 2856.
- AHM, s.d. FM de Fernando Augusto Freiria. Lisboa: AHM cx 715.
- AHM, s.d. FM de Francisco Xavier Correia Mendes. Lisboa: AHM cx 2651.
- AHM, s.d. FM de Gaspar António Azevedo Meira. Lisboa: AHM cx 2266.
- AHM, s.d. FM de Gaspar do Couto Ribeiro Vilas. Lisboa: AHM cx 3547.
- AHM, s.d. FM de Henrique Sátiro Lopes Pires Monteiro. Lisboa: AHM cx 3382.
- AHM, s.d. FM de Ilídio Marinho Falcão de Castro Nasareth. Lisboa: AHM cx 1483.
- AHM, s.d. FM de João Augusto Crispiano Soares. Lisboa: AHM cx 2844.
- AHM, s.d. FM de João Carlos Pires Ferreira Chaves. Lisboa: AHM cx 2528.
- AHM, s.d. FM de João de Sousa Eiró. Lisboa: AHM cx 2637.
- AHM, s.d. FM de João José Sinel de Cordes. Lisboa: AHM cx 2083.
- AHM, s.d. FM de João Montez Champlimaud. Lisboa: AHM cx 2287.
- AHM, s.d. FM de João Ortigão Peres. Lisboa: AHM cx 1353.
- AHM, s.d. FM de João Pereira Bastos. Lisboa: AHM cx 715.
- AHM, s.d. FM de Joaquim Artur dos Santos Machado. Lisboa: AHM cx 1701.
- AHM, s.d. FM de Joaquim dos Santos Correia. Lisboa: AHM cx 3859.
- AHM, s.d. FM de Jorge Dias da Costa. Lisboa: AHM cx 3489.
- AHM, s.d. FM de Jorge Soares Pinto Mascarenhas. Lisboa: AHM cx 2119.
- AHM, s.d. FM de José Alberto da Silva Basto. Lisboa: AHM cx 1718.
- AHM, s.d. FM de José Arrobas Machado. Lisboa: AHM cx 3060.
- AHM, s.d. FM de José Esteves Conceição Mascarenhas. Lisboa: AHM cx 1328.
- AHM, s.d. FM de José Júlio Forbes da Costa. Lisboa: Arquivo Histórico-Militar
caixa 1724.
- AHM, s.d. FM de José Mendes Ribeiro Norton de Matos. Lisboa: AHM cx 1325.
- AHM, s.d. FM de Júlio d'Abreu Campos. Lisboa: AHM cx 3651.
- AHM, s.d. FM de Liberato Damião Pinto. Lisboa: AHM cx 2861.
- AHM, s.d. FM de Luís António César de Oliveira. Lisboa: AHM cx 2606.
- AHM, s.d. FM de Luís António de Carvalho Martins. Lisboa: AHM cx 2169.
- AHM, s.d. FM de Manuel Firmino de Almeida Maia Magalhães. Lisboa: AHM
cx 2204.
- AHM, s.d. FM de Manuel Maria de Oliveira Ramos. Lisboa: AHM cx 2166.
- AHM, s.d. FM de Manuel Rodrigues Ermitão. Lisboa: AHM cx 2169.

- AHM, s.d. FM de Miguel de Almeida Santos. Lisboa: AHM cx 2682.
- AHM, s.d. FM de Pedro Lopes Cunha Pessoa. Lisboa: AHM cx 2679.
- AHM, s.d. FM de Roberto da Cunha Baptista. Lisboa: AHM cx 2203.
- AHM, s.d. FM de Tasso de Miranda Cabral. Lisboa: AHM, caixa 2845.
- AHM, s.d. FM de Tomaz António Garcia Rosado. Lisboa: AHM cx 2363.
- AHM, s.d. FM de Tomaz António Garcia Rosado. Lisboa: AHM cx 2363.
- AHM, s.d. FM de Vasco Martins. Lisboa: AHM cx 2877.
- AHM, s.d. FM de Vitoriano José César. Lisboa: Arquivo Histórico-Militar caixa 2403.
- AHM, s.d. FM de Vitorino Henriques Godinho. Lisboa: AHM cx 3663.
- LAEE, A., s.d.. Listagem dos Alunos da Academia de Fortificações, Escola do Exército; Escola de Guerra, Escola Militar. Unica ed. Lisboa: Fundo 100 caixa SIL.
- LGAE, 1914. Lista Geral de Antiguidades do Exército. Lisboa: Imprensa Nacional.
- LGAE, 1915. Lista Geral de Antiguidades do Exército. Lisboa: Imprensa Nacional.
- LGAE, 1916. Lista Geral de Antiguidades do Exército. Lisboa: Imprensa Nacional.
- LGAE, 1917. Lista Geral de Antiguidades do Exército. Lisboa: Imprensa Nacional.
- LGAE, 1918. Lista Geral de Antiguidades do Exército. Lisboa: Imprensa Nacional.
- OE, 1863 nº54. Ordens do Exército. Única ed. Lisboa: Imprensa Nacional 1864.
- OE, 1890. Ordem do Exército 1890. Única ed. Lisboa: Imprensa Nacional, 1891.
- OE, 1901. Ordem do Exército. Única ed. Lisboa: Imprensa Nacional.
- OE, 1911. Ordem do Exército. Única ed. Lisboa: Imprensa Nacional.

Referências Bibliográficas

- AHM, 2011. *Projeto GERMIL, Genealogia em Registos Militares*. [Online] Available at: <http://arqhist.exercito.pt/germil/details?id=6958> [Acedido em 03 abril 2014].
- Anon., s.d.. Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, vol. XXV. Em: Lisboa: Editorial Enciclopédia, pp. 828-829.
- Barata, M. T. et al., 2004. *Nova História Militar de Portugal Volume 3*. 1ª ed. Rio de Mouro: Circulo dos Leitores e Autores.
- Barroso, L. F. M., 2008. A Diplomacia 1890-1910: A Chave para a manutenção do Império Africano. *Revista Militar*, 26 novembro, pp. 559-580.
- Benavente, C. M., 2014. *Terramoto de 1909*. [Online] Available at: <http://www.cm-benavente.pt/conhecer-benavente/historia/terramoto-de-1909?tmpl=component&print=1> [Acedido em 11 abril 2014].
- Carrilho, M., 1985. *Forças armadas e mudança política em portugal no sec xx*. 12.310.176 ed. Lisboa: Imprensa Nacional da casa da Moeda.

- Eça, G. P. d., 1921. *Campanha do Sul de Angola em 1915 - Relatório*, Lisboa: Imprensa Nacional.
- Gaspar, A. P. R., 2009. *História da Academia Militar 2ºVolume - AHM B- 8570*. 1ª edição em 1991 ed. Lisboa: Centro de Audiovisuais do Exército.
- Geraldes, S. R., 2014. *A atuação de forças conjuntas na campanha do sul de angola de 1915*. Pedrouços: IESM.
- Henri, P. & Lauwe, M.-J. C. d., 2012. *A evolução contemporânea da Família: estruturas, funções, necessidades*, s.l.: artigo «L'évolution des besoins et la conception dynamique de la famille», publicado na Revue Française de Sociologie, ano I, n.º 4, Out.-Dez. 1950,.
- Huntington, S. P., 1981. *The Soldier and the State*. 7ª ed. Massachusetts: Harvard University Press.
- IPE, 2014. *A história do IMPE*. [Online] Available at: http://www.pupilos.eu/OIMPE_Historia.aspx [Acedido em 30/03/2014].
- Martins, F., 1937. General Garcia Rosado. *Revista Militar n.º9*, setembro, pp. 615-630.
- Nogueira, J. A., s.d.. *Dicionário de História de Portugal, vol. V*. Porto: Livraria Figueirinhas.
- Oliveira, M. A. d. & Rego, M., 1990. *O Grande Livro dos Portugueses*. 1ª ed. Lisboa: Círculo dos Leitores.
- Ramos, R., 1988. Culturas da alfabetização e culturas de analfabetismo em Portugal: uma introdução à história da Alfabetização no Portugal contemporâneo. *Análise Social*, (4º, 5º), pp. 1067-1145.
- Ribeiro, F., 2014. “O perfil do oficial do serviço de estado-maior na grande guerra”. *Revista de Ciências Militares do IESM*, novembro, pp. 109 - 131.
- Sá Nogueira, J. C. d., 1969. *Breve notícia histórica acerca do Corpo de Estado-Maior*. Separata ao Boletim do EM n.º 8 - 4ª Série ed. Lisboa: Boletim do Estado Maior do Exército.
- Serrão, J., 1968. *Dicionário de História de Portugal*. 1ª ed. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade.
- Teixeira, M. C., 1992. As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940. *Análise Social Vol XXVII*, (1º), pp. 65-89.
- Teixeira, N. s., 1987. *Política externa e política interna no Portugal de 1890, o ultimatum inglês*. [Online] Available at: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223027734K4zTZ2wh1Lu94TC4.pdf> [Acedido em 25 janeiro 2014].
- Teixeira, N. S., 2004. Portugal e a Grande Guerra. Em: *Nova História Militar de Portugal*. Casais de Mem Martins, Rio de Mouro: Circulo de Leitores, pp. 14-34.
- Teixeira, N. S., 2013. *Portugal na Grande Guerra*. [Online] Available at: <http://www.portugalgrandeguerra.defesa.pt/Documents/Portugal%20e%20a%20Grande%20Guerra%20-%20entre%20a%20memória%20>

Portugal e as campanhas de África: da imposição de soberania à Grande Guerra

do%20passado%20e%20os%20desafios%20do%20futuro.pdf
[Acedido em 07 janeiro 2014].

Teixeira, N. S. et al., 2004. *Nova História Militar de Portugal Volume 4*. 1ª ed. Mem Martins: Círculo dos Leitores.

Comandantes em África (1914-1918): Uma Geração Infortuna. Oficiais Comandantes da 1ª Expedição a Angola

Renato Assis

Tenente-Coronel

Academia Militar

Lisboa, Portugal

raga10075390@gmail.com

Introdução

A presente comunicação enquadra-se num projeto financiado pelo Centro de Investigação da Academia Militar (CINAMIL) intitulado “Uma forma portuguesa de comando e liderança militar na Grande Guerra – África”. O objetivo principal do projeto é caracterizar uma “forma portuguesa de comando e liderança militar na Grande Guerra” especificamente em África, no contexto das expedições para Angola e Moçambique de 1914 a 1918, contribuindo para um referencial de comando e liderança militar que possa orientar para desempenhos relevantes em condições de extrema adversidade caracterizada por ambientes físicos hostis e escassez de recursos humanos e materiais.

A pertinência do tema advém do facto de neste período a situação que as unidades do Exército Português e os seus comandantes enfrentaram, logo no início das hostilidades, com a projeção para África na defesa da integridade dos territórios coloniais, ser completamente atípica pela introdução de duas novas realidades: um adversário técnico e taticamente superior, em oposição aos empenhamentos em África das décadas anteriores; um exército inoperante consequência da instabilidade político-social que se vivia a nível nacional.

A presente comunicação visa apresentar o estado da investigação relacionada com o objetivo parcial de compreender “qual o perfil sociológico dos oficiais comandantes das unidades mobilizadas para África no período 1914-1918”. Este objetivo parcial enquadra-se nas linhas de investigação

“oficiais comandantes” e “exército e sociedade”. Para o efeito e nesta fase inicial da investigação optou-se por tentar caracterizar, apenas, o perfil sociológico dos oficiais comandantes das unidades mobilizadas para Angola durante a 1ª Expedição (da projeção, em setembro de 1914, até ao combate de Naulila, em dezembro do mesmo ano) num total de nove oficiais.

Em termos metodológicos e no que diz respeito objetivamente ao que se entende como “perfil sociológico”, a investigação ainda se encontra na fase de reflexão e debate intra-projeto no sentido de procurar os indicadores que sejam pertinentes para a prossecução do objetivo principal do projeto. Assim, nesta fase os indicadores centram-se nas principais tendências em relação às origens sociais, percurso académico e percurso profissional, no qual se destacam os parâmetros da experiência profissional, nomeadamente a experiência de serviço no ultramar, a experiência de comando, instrução e treino de tropas e em particular a eventual experiência de combate nas campanhas africanas (ou noutras) do fim do século XIX e início do século XX, bem como as funções de comando e/ou estado-maior desempenhadas em território nacional e nas colónias. O trabalho de campo assentou na pesquisa a fontes primárias em que se destacam os processos individuais dos oficiais em questão (quer como alunos da Escola do Exército (EE), quer como oficiais) no Arquivo Histórico Militar e Arquivo Geral do Exército, Ordens do Exército e outros despachos, bem como correspondência oficial. Por último, considerou-se relevante, nesta fase da investigação, tipificar a carreira militar dos oficiais segundo Morris Janowitz, que distingue três tipos de carreira militar: “a carreira-padrão (*standard*), a rotineira, e a adaptativa. No primeiro caso o oficial segue um modelo de carreira que compreende etapas obrigatórias, mas que exigem particular empenhamento pessoal, como a frequência de escolas de comando e de estado-maior e adequado cumprimento de determinadas funções. Na carreira tipo rotineiro, o oficial cumpre as regras mínimas estabelecidas, mas em momentos cruciais para a progressão para a carreira não lhe é dada a oportunidade – ou não a aceita – superar certos obstáculos, como cursos especiais, cargos de estado-maior, etc. Nas carreiras tipo adaptativo encontramos oficiais que seguem uma carreira-padrão, mas que investem (e arriscam) em experiências adicionais, como especialidades raras, novas, ou ainda em fase experimental. Embora a carreira-padrão constitua a forma mais segura de atingir uma elevada posição hierárquica, são as carreiras de tipo adaptativo – e não apenas no domínio técnico – que ocasionam ascensões mais rápidas e fulgurantes”¹.

¹ Carrilho, 1985, pp. 53–54.

O trabalho está dividido em três partes. Uma primeira onde se faz uma breve abordagem à evolução do ensino superior militar no âmbito da Escola do Exército com o objetivo de esclarecer essa própria evolução² e permitir, no final, posicionar a formação de cada um dos oficiais na cronologia dessa evolução. Segue-se uma segunda parte que começa com uma breve caracterização da 1ª Expedição para Angola mas que é dedicada aos oficiais em análise e na qual se procurou dar informação detalhada sobre os indicadores anteriormente referidos. Termina-se com as conclusões que procuram sistematizar as ideias gerais dos oficiais em estudo relativo a alguns dos indicadores em estudo: posicionamento na cronologia da evolução do ensino na Escola do Exército; percurso e desempenho académico e disciplinar na Escola do Exército; percurso profissional com destaque para a experiência de comando, de instrução e de estado-maior, registo disciplinar e com especial destaque para a eventual experiência de combate e de serviço nas colónias; caracterização da carreira militar.

1. A Evolução do Ensino na Escola do Exército

a. Criação da Escola Politécnica e Escola do Exército (1837)

Na sequência das guerras napoleónicas, as invasões das Tropas de Napoleão a Portugal puseram a nu as deficiências do sistema militar português, o qual não conseguiu garantir a sua missão – a defesa militar do País –, sendo esta assumida e liderada pelo principal aliado de Portugal, a Inglaterra. Só após a instauração do regime liberal existem condições para responder positivamente às aspirações de atualizar o ensino militar e conceder maior atenção à preparação dos oficiais portugueses, com vista à sua profissionalização. “Assim, em 11 de janeiro de 1837, para permitir a substituição das Academias Reais, é criada a Escola Politécnica, (...) com o objetivo principal de proporcionar o ensino preparatório necessário aos futuros alunos dos cursos militares específicos do Exército e Marinha. (...) No dia seguinte ao decreto que instituiu a Escola Politécnica, (...) sob a influência do então visconde de Sá da Bandeira, (...) é publicada a lei que criava a Escola do Exército, desaparecendo a velha Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho”³. Dava-se assim início a um processo conducente a uma melhor definição da carreira das armas e da profissionalização do corpo de Oficiais do Exército.

² No âmbito deste mesmo projeto a questão de perceber “qual a formação académica e técnica dos oficiais comandantes das unidades mobilizadas para África no período 1914-1918” foi apresentado no XXIII Colóquio de História Militar, em novembro de 2014. Ver Freire e Varanda, 2014.

³ Carrilho, 1985, p. 129.

Em 1837, decorrentes das Escolas Politécnicas de Lisboa e do Porto, foram criados estudos preparatórios, de duração variável, conducentes às diferentes armas e serviços aos quais eram destinados os futuros oficiais. “Os alunos de Engenharia e Estado-maior requeriam quatro anos; Artilharia, três anos; e Cavalaria e Infantaria, apenas um ano. A partir de 1843 é autorizada a inscrição na Escola aos candidatos que (...) possuísem o bacharelato da Faculdade de Matemática da Universidade de Coimbra, na medida que facilitava aos jovens do Norte” e do Centro “do País a escolha da carreira das armas”⁴. No mesmo ano deu-se início ao funcionamento da Escola do Exército, onde se lecionavam sete cadeiras fundamentais⁵, com “três cursos de carácter militar e um curso destinado à formação de engenheiros civis. Os cursos militares dividiam-se em: Engenharia Militar e Artilharia, com a duração de três anos; Estado-Maior, de dois anos; Infantaria e Cavalaria, de um ano”⁶.

b. Reorganização do Ensino Superior Militar de 1863 e 1884

Por influência do desenvolvimento do ensino superior militar na Europa, em especial pelo ocorrido na Prússia, mas também pelo avanço no processo de organização e profissionalização militares decorrentes da Guerra da Crimeia (1853-56) e da Guerra Civil Americana (1861-65), com a introdução de novos desenvolvimentos tecnológicos – telégrafo, artilharia de retrocarga e a ela associada a Balística –, sentiu-se a necessidade “de aperfeiçoar o sistema de ensino, transformação pela qual se bateu ainda Sá da Bandeira e que conseguiu introduzir, em 1863, depois de voltar a ocupar o cargo de Ministro da Guerra. O número de cadeiras da EE era aumentado”, para um total de dez, “e o âmbito cultural das matérias cientificamente alargado. Introduzia-se o estudo de Legislação e Administração Militares; História, Geografia e Estatística Militares; Noções de Direito – para além dos novos aspetos relacionados com o progresso da artilharia e da mecânica. A duração dos cursos de Infantaria e Cavalaria era elevada para dois anos, os cursos de Artilharia e Engenharia passam a ser diferenciados (...), e criava-se um curso de habilitação para o preenchimento de lugares na Administração Militar”⁷. As reformas não se fizeram apenas na Escola do EE, foram também incidentes sobre os estudos preparatórios na Escola Politécnica, onde passaram a ser requeridos três anos para os cursos

⁴ Carrilho, 1985, p. 130.

⁵ Arte Militar e Fortificação Passageira; Fortificação Permanente; Artilharia; Estabilidade de Construções e Mecânica Aplicada às Máquinas e Obras Hidráulicas; Arquitetura Civil suas Aplicações e Construção; Topografia; Gramática e Língua Inglesa.

⁶ Carrilho, 1985, p. 130.

⁷ Carrilho, 1985, pp. 130-131.

de Artilharia, Engenharia e Estado-Maior, ao invés dos quatro anos requeridos anteriormente para a Engenharia e o Estado-Maior. O ingresso para os cursos de Infantaria e Cavalaria tornou-se mais flexível podendo-se ingressar com o curso completo do Colégio Militar ou o curso dos liceus de 1ª classe, para além dos estudos preparatórios na Escola Politécnica de um ano.

Em 1884, por pressão do corpo docente da Escola do Exército e influência de mais desenvolvimentos, nomeadamente o caminho-de-ferro, e de novas guerras, como a Guerra Civil Americana (1861-65), e as Guerras Austro-Prussiana (1866) e FrancoPrussiana (1870-71), criou-se num “novo ordenamento das matérias que se traduz principalmente num aprofundamento dos conhecimentos da balística e do material de artilharia, assim como numa tentativa de elevar o nível dos cursos de Estado-Maior, alargando a extensão e o número de cadeiras”⁸. Além do ensino teórico, havia na escola o ensino prático, que consistia na execução de trabalhos nas salas de estudo (projetos, problemas, etc.), levantamentos topográficos nos arredores da Escola, trabalhos de fortificação passageira, de sapa, de minas. Visitas de estudo a estabelecimentos industriais e militares, e às fortificações de Lisboa. No caso das armas, instrução tática de infantaria, de cavalaria, e de artilharia, esgrima, ginástica e equitação, não sendo possível de ensinar a natação, igualmente prescrita, por falta de instalações adequadas⁹.

c. Reorganização do Ensino Superior Militar de 1894-97

No período de 1894 a 1897 foram materializadas reformas decretadas entre 1890 e 1892 e lideradas pelo General Luís Augusto Pimentel Pinto, à altura detentor da pasta da Guerra, conducentes à criação do internato dos alunos com o objetivo de criar um maior «espírito de corpo». Estas reformas incluíram um maior rigor na inspeção física dos candidatos, uma melhor preparação física dos alunos e num maior rigor académico com o aumento para 15¹⁰ e 20¹¹ cadeiras fundamentais, em 1894 e 1896, respetivamente, e a introdução do chamado «ato final», no “qual eram admitidos os alunos que no decurso do ano tivessem obtido classificação não inferior a dez valores nos grupos e subgrupos em que se dividia a aprendizagem”¹². À introdução destas medidas, que pressupõem

⁸ Carrilho, 1985, p. 131.

⁹ Sena, 1922, p. 28.

¹⁰ Curso Geral de Tática, Balística Externa, Curso Complementar de Tática, Estradas e Caminhos-de-ferro.

¹¹ Fabrico de Material de Guerra, Resistência Aplicada, Navegação Interior, Geologia Aplicada e Metalurgia.

¹² Carrilho, 1985, p. 134.

«maior rigor», estava associado também a tentativa de alteração dos estudos preparatórios, relativamente a 1863, na Escola Politécnica, para os cursos de Infantaria e Cavalaria, com aumento de mais um ano, para dois anos, entretanto não efetivo, em 1897, por falta de candidatos suficientes. Por sua vez na EE, na mesma lógica, foi alterada a duração do curso Engenharia, relativamente a 1863, para mais um ano, para um total de quatro. Para além destes aspetos eminentemente académicos, existiu um tópico da política internacional que se mostrará vital na reforma referida – “a curiosidade, o interesse, e principalmente a cobiça, do Mundo pelo Continente Africano”¹³.

Em meados de século XIX, Portugal “assistiu às viagens dos grandes exploradores da África Central: Levingstone, Stanley, Brazza, etc., esteve na Conferência de Berlim de 1884, viu nascer o Congo Belga, e teve de resolver uma série de conflitos graves, como a questão de Bolama, a questão de Lourenço Marques, a do Zaire, e finalmente a que resultou do mapa cor-de-rosa e da fixação das fronteiras de Moçambique, que atingia a culminância da sua gravidade em 11 de janeiro de 1890”, resultando uma “campanha da ocupação e defesa do Império africano dos Portugueses”¹⁴ de forma a preservar os interesses da nação. Assim, “O Exército português via-se envolvido em permanente tensão, de um lado, por causa dos conflitos de soberania com as potências europeias em África, por outro lado, pela resistência que as populações locais opunham em quase todos os territórios além-mar. Principalmente a partir de 1885 sucederam-se, em Angola e Moçambique, combates em que, muitas vezes as tropas portuguesas saíam derrotadas”, e “na Guiné, Índia e Timor, embora em dimensão reduzida, também se hostilizava a presença portuguesa”¹⁵. Praticamente uma década depois do início da campanha de ocupação em 1885, as referidas convulsões políticas tiveram impacto direto nas reformas da Escola do Exército de 1894-97, materializado em diversas cadeiras pela introdução nos seus conteúdos programáticos dos assuntos coloniais, ao nível organizacional, administrativo, operacional e tático, assim como da Geografia e da História.

¹³ AAVV, 1952, p. 51.

¹⁴ AAVV, 1952, p. 51.

¹⁵ Carrilho, 1985, pp. 169-170.



Figura 1 – Ensino Superior Militar no Século XIX, seu contexto e desenvolvimento

Fonte: Autor

2. A Expedição a Angola e os seus Oficiais Comandantes

a. A 1ª Expedição a Angola

A 1ª expedição para Angola tem lugar, no contexto político-estratégico da África Ocidental, e o seu empenhamento operacional é fortemente condicionado pelo conhecido “incidente de Naulila” de 19 de outubro de 1914¹⁶. Após a declaração de guerra do Reino Unido à Alemanha, Portugal mantém uma posição de neutralidade, a pedido do Reino Unido, sentindo-se, contudo, uma sensação de «ameaça» na fronteira sul de Angola, por parte da colónia alemã – o então Sudoeste Africano Alemão. Esta colónia, em aparente situação de isolamento por imposição do bloqueio da *Royal Navy*, e apesar da postura defensiva, forçada pelo Departamento Colonial de Berlim em caso de guerra, tem uma «oportunidade para retaliação» ao acontecido em Naulila. Esta oportunidade surge por incapacidade da África do Sul em conduzir operações militares a pedido do Reino Unido, depois de uma campanha fracassada¹⁷ a que se seguiu uma revolta *afrikaner* (15 de setembro de 1914).

¹⁶ Sobre este assunto merece particular atenção a obra de (Santos, 1978) e mais recentemente (Freire, 2015).

¹⁷ Van der Waag, 2013.

“No projeto das operações elaborado em ainda em Lisboa, em agosto de 1914, a missão do destacamento expedicionário era marchar para a província de Angola a fim de, incorporado com elementos da guarnição da colónia, constituir uma coluna de operações pronta a atuar em conformidade dos objetivos: a ocupação direta do país Cuanhama, e a oposição ao avanço de quaisquer forças isoladas ou não, que pretendam invadir o território da colónia”, tal como foi referido pelo comandante da expedição, o Tenente-Coronel José Alves Roçadas¹⁸. Após a definição dos objetivos e da missão, foram definidos os meios: vindos da metrópole, um batalhão de infantaria do Regimento de Infantaria (RI) 14 de Viseu, sob o comando do Major Alberto Salgado – a quatro companhias, a 9^a, a 10^a, a 11^a e a 12^a, comandadas, respetivamente, pelo Capitão Artur Homem Ribeiro, Capitão José da Fonseca Lebre, Capitão António Lopes Mateus e Capitão Aristides da Cunha; um esquadrão de cavalaria do Regimento de Cavalaria (RC) 9 de Braga, sob o comando do Capitão Alberto Macedo; uma bateria de artilharia T.R. 7,5 do Regimento de Artilharia (RA) 19 de Viana do Castelo, sob o comando do Capitão António Lopes Batista; uma bateria de metralhadoras do 1º Grupo de Metralhadoras sediado em Lisboa, sob o comando do Capitão José Mendes dos Reis; “um quartel-general completo e de outros serviços que não contavam do projeto inicial, nomeadamente, saúde, engenharia, administração militar, transporte e de étapes”¹⁹. Da província de Angola contou-se com a mobilização de uma bateria Erhardt e com o efetivo máximo do 1º e 2º esquadrões de dragões, 1º e 2º companhias europeias e as quatro companhias indígenas da guarnição do Huíla.

¹⁸ Freire, 2015, p.129.

¹⁹ Freire, 2015, pp.129-130.

1ª Expedição a ANGOLA (1914)

Missão: "... incorporado com elementos da **guarnição da colónia** constituir uma coluna de operações pronta a atuar para: Ocupar o Cuanhama; opor-se ao avanço de quaisquer forças que invadam o território".

(Roçadas, 1919, p. 94-95)

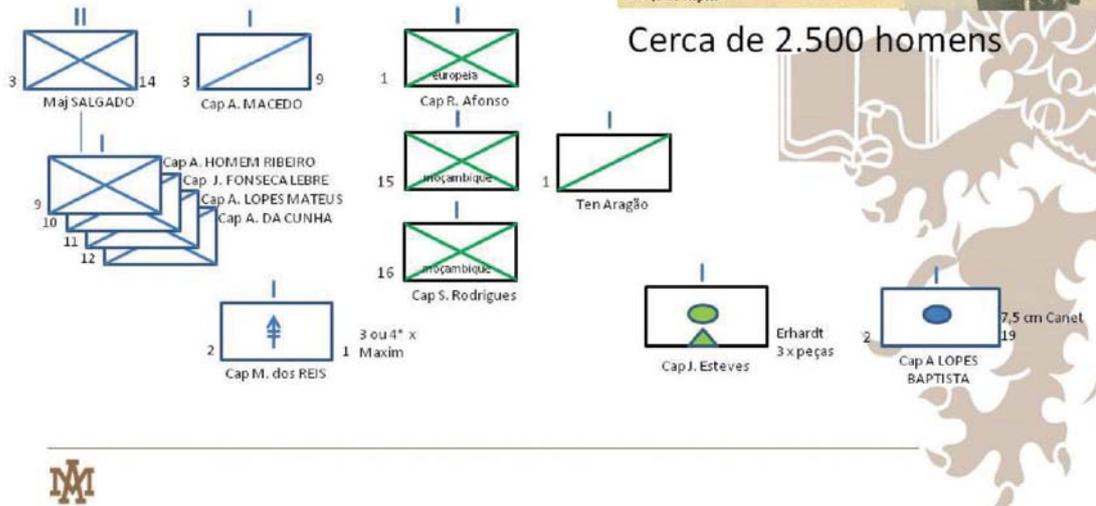


Figura 2 – Caracterização da 1ª Expedição a Angola (1914)

Fonte: Autor

Tenente-Coronel José Augusto Alves Roçadas²⁰

Nasceu em 06 de abril de 1865 na freguesia de São Pedro, em Vila Real, de Trás-os-Montes, filho de Anna de Jesus Ferreira. Casou em 3 de dezembro de 1889 com D. Maria Clementina Ferreira de Carvalho. Teve 05 filhos.

Ingressou no exército como voluntário no Batalhão de Caçadores 2, a 30 de novembro de 1882. Habilitado com o primeiro curso da Escola Politécnica - curso preparatório para oficiais de estado-maior, de engenharia militar e de engenheiros civis -, iniciado a EE em 1882 e concluído em 1886, terminando o curso de estado-maior em 1º lugar, num curso de 7 alunos, com classificação final de 14,9 valores.

Após ter terminado a EE foi promovido a alferes, em 08 de janeiro de 1889, quando servia no Regimento de Cavalaria (RC) 6. Foi promovido a tenente, a 31 de março de 1892, e colocado no Corpo de Estado-Maior. De 1 de maio a 1 de novembro de 1893 foi nomeado para o serviço de reconhecimentos militares, após o que desempenhou as funções de adjunto da 2ª secção da secretaria de comando do Corpo de Estado-Maior. Promovido a capitão em 24 de fevereiro

²⁰ Processo individual. Arquivo Histórico Militar, Cx 576 e 3620 (EE). Lisboa.

de 1894. Em 30 de janeiro de 1895 é major graduado da 8ª Brigada de Infantaria. A 1 de maio de 1897 é nomeado para proceder a reconhecimentos militares dos arredores de Lisboa. A 29 de outubro de 1897 é mandado apresentar no Ministério da Guerra a fim de ir prestar serviço em Angola como chefe do estado-maior do governo-geral dessa província. Desembarcou em Luanda a 3 de dezembro de 1897 e regressou a Lisboa no fim da comissão em 20 de novembro de 1900 e é colocado posteriormente no quadro do Corpo de Estado-Maior. Em 14 de novembro de 1901 é nomeado para uma comissão de serviço no Estado da Índia, onde para além de chefe do estado-maior do governo-geral do Estado foi também vogal na comissão permanente de investigações arqueológicas no território de Goa. A 4 de março de 1905 é nomeado governador do distrito de Huíla em Angola, tendo passado por Lisboa em trânsito da Índia para esta localização. Desembarcou em Luanda em 15 de julho de 1905, e fez parte da coluna de operações do Mulondo. Comandou as operações realizadas no distrito de Huíla entre 8 de agosto e 27 de novembro de 1906. Tomou parte nas razias de Pacolo, Mucuená, Jau e BaraBara. Regressado à metrópole é nomeado oficial às ordens do Rei D. Carlos. Dispensado das provas de tirocínio, é promovido a Major em 2 abril de 1908. Foi posteriormente nomeado governador da província de Macau. Fez parte da coluna de operações do Cuamato na província de Angola entrando nas operações em Mufilo, defesa do bivaque no Anlungo, ação de Macuri, marchou debaixo de fogo de Dameguero a Aluendo, defesa do bivaque em Aluendo, em Inhaca, tomada da embala do Cuamato Pequeno e tomada do Cuamato Grande. Em 1909 é nomeado governador-geral da província de Angola de onde é exonerado a 13 de outubro de 1910, regressando à metrópole em 16 de novembro desse ano, sendo colocado na disponibilidade. Desempenha posteriormente várias funções: chefe do estado-maior da 4ª Divisão do Exército, chefe do estado-maior da 8ª divisão, de onde pede a exoneração do cargo em 2 de janeiro de 1912, chefe da 2ª repartição da 1ª Direção do Estado-Maior do Exército. A 28 de setembro de 1912 jurou defender a pátria e as leis da república²¹. A 22 de agosto de 1914 foi nomeado comandante da expedição à província de Angola para onde embarcou a 11 de setembro tendo chegado a Moçamedes a 1 de outubro. À data de início da 1ª Expedição tinha 50 anos de idade e 32 anos de serviço, dos quais cinco como subalerno, quatro como capitão e seis como tenente-coronel.

Até à primeira expedição constam da sua folha de matrícula, sete louvores e diversas condecorações. As condecorações eram as de Cavaleiro da

²¹ Depois da implantação da República, todos os oficiais que se mantiveram em funções tiveram que assinar esta declaração de lealdade ao regime republicano.

Ordem Militar de São Bento de Avis (1900), de Comendador da Ordem Militar da Torre e Espada de Valor, Lealdade e Mérito (1906), Medalha de Ouro Rainha D.^a Amélia (1907), Grande Oficial da Ordem Militar da Torre e Espada de Valor, Lealdade e Mérito (1907), Medalha e Ouro da Classe de Serviços Distintos (1907) e Medalha de Ouro de Valor Militar (1908).

Dos seus louvores destacam-se as qualidades de zelo e de perseverança com que procurou promover a instrução das praças, a sua proficiência, retidão e lealdade. Foi promovido por distinção a tenente-coronel, pelas qualidades de comando, inteligência e previdente preparação e realização das operações nos Cuamatos. Nas suas informações anuais é recorrente a referência dos seus chefes à sua inteligência, ao seu bom desempenho de funções e ao seu valor futuro. As suas avaliações podem ser reconhecidas como excepcionais. Detinha experiência do ultramar (Índia, Angola e Macau) e de combate em Angola.

Major Alberto Salgado²²

Nasceu a 21 de fevereiro de 1870, natural da Freguesia de Bonfim, cidade do Porto, bairro oriental. Filho de José Pereira Salgado e D. Ana Augusta Rodrigues Barbosa. Casou com D. Amelia Martins em 21 de abril de 1895 e teve três filhos varões: Fernando (12-4-1896); José (20-8-1897); Alexandre (28-10-1898).

Estudou no Liceu Central do Porto. Com 19 anos foi voluntário no Regimento de Caçadores 9, em 31 de agosto de 1889, como soldado n.º 5 da 2ª companhia, n.º 1042 do 1º batalhão. Em 3 de outubro de 1889 foi matriculado no curso de infantaria da EE com o 171, como número de corpo. Devido a desobediência e ameaças a um 2º Sargento de Cavalaria 10, N.º 161 José Lopes Siqueira, conforme participação deste de 21 de agosto de 1890, foi punido com 12 dias de reclusão no Castelo de S. Jorge por falta de respeito, até 1 de setembro de 1890. Terminou o referido curso em 50º num curso de 151 alunos, com classificação final de 11,1 valores.

Foi promovido a alferes do RI 18, em 23 de junho de 1894. De seguida passou pelo RI 6 e RI5, de onde é destacado para Moçambique em 18 de agosto de 1898, chegando a Lourenço Marques a 11 de setembro. Em 30 de junho de 1899 é promovido a tenente do RI 1, após o que fez parte da expedição do Niassa, tomando parte nas operações contra o Cuanhama e o Mataka,

²² Processo individual. Arquivo Histórico Militar, Cx 588 e 7358 (EE). Lisboa. Vale a pena ainda ver Caldeira, 2011 e para o caso de todos os oficiais que serviram no RI 14, ver Borges, 2014.

entrando nos combates de Matancolo e Namalando e na ação de Nangama. Em 18 de outubro, passou para o RI 10 e regressou à metrópole em 19 de dezembro de 1899, passando pelo RI 6 e em 27 de janeiro de 1900 no RI 5. Antes da promoção a capitão, em 14 de maio de 1904, esteve colocado na EE e Escola Prática de Infantaria (EPI), em Mafra, onde desempenhou as funções de subalerno para a Companhia de Alunos e Adjunto, respetivamente. Colocado na província de Angola, desembarcou em Luanda a 4 de julho, onde assumiu o comando da Companhia Europeia de Infantaria, fazendo parte da Coluna de Operações no Cuanhama. Terminando a sua comissão, em 25 de julho de 1906, embarcou de regresso à metrópole e é colocado no Batalhão de Caçadores nº1, sendo depois requisitado para desempenhar uma comissão de serviço dependente do Ministério do Reino até 1910, tendo depois passado pelos RI 24, RI 35 e novamente no RI 24, em 30 de setembro de 1911. Em 16 de abril de 1914 foi promovido a major no RI 14, meses antes de assumir o comando do 3º batalhão expedicionário, que deixa em 17 de junho de 1915, ainda em Angola, para comandar o 3º batalhão do RI 18, fazendo parte do destacamento do Cuamato.

Antes da sua projeção para Angola foi louvado pelo comandante do RI 14, em 7 de setembro de 1914, pela «zelosa leal cooperação e dedicação pelo serviço» no levantamento do batalhão, no entanto já tinha sido louvado duas vezes pela sua prestação como comandante da companhia europeia em Angola, pela «dedicação, zelo e muita competência» e pelo «sangue frio, dedicação e bravura» e manter «a disciplina de fogo na campanha do Mulondo». Foi agraciado com as seguintes condecorações: Cavaleiro da antiga e mui nobre Ordem Militar de Torre e Espada de valor, lealdade e mérito (maio de 1900); Medalha de prata da Rainha D. Amélia (junho de 1900); medalha Rainha D. Amélia – campanha do Mulondo (abril de 1905); Cavaleiro da Ordem Militar de S. Bento de Avis (janeiro de 1907).

Das suas folhas de avaliação é notório que os seus comandantes realçam as seguintes características: inteligência; carácter; disciplina. Logo em alferes o seu comandante (RI 6) escreve “é de todos os subalternos o que manifesta melhores qualidades militares” e “é o subalerno mais hábil do regimento” (1896).

Na data de início da 1ª Expedição tinha 44 anos de idade e 25 anos de serviço, dos quais dois na EE, dez como subalerno e dez como capitão. Era um veterano das campanhas de ocupação de Moçambique e Angola, destacando--se o «sangue frio, dedicação e bravura» e manter «a disciplina de fogo na campanha do Mulondo», onde demonstrou ser um comandante

rigoroso mas justo. O «enérgico comandante, Major Salgado, oficial dos mais experimentados nas campanhas coloniais», como foi caracterizado por Alves Roçadas. Revelou ser um homem de ação que, mesmo depois da dura missão do batalhão do RI 14, continuou no teatro como comandante do batalhão do RI 18.

As suas avaliações podem ser consideradas, desde bem cedo, como excepcionais. Mais tarde destacam-se como características «a inteligência, o carácter, a disciplina», «a dedicação, o zelo e muita competência», bem como «zelosa leal cooperação e dedicação pelo serviço».

Capitão Artur Homem Ribeiro²³

O capitão Homem Ribeiro nasceu em 11 de novembro de 1874, natural de Vale de Madeiros, freguesia de Canas de Senhorim, Conselho Nelas, Distrito de Viseu. Era solteiro.

Estudou no Liceu Nacional Central de Viseu – onde executou o exame de classe de língua inglesa – e na Escola Politécnica – no qual, no 1º ano, efetuou exame de geometria descritiva. Foi voluntário em 10 de setembro de 1897 como soldado nº110 de matrícula e 66 da 1ª companhia do 1º batalhão do RI 14. Matriculou-se no 1º ano comum dos cursos de Cavalaria e Infantaria da EE em 22 de outubro de 1898, onde foi 1º Sargento Cadete com 143, como número de corpo. Perdeu o 1º ano por ter sido inabilitado para exame nas cadeiras, repetindo-o (1899-1900). Terminou o curso de infantaria em 55º num curso de 56 alunos, com classificação final de 10,8 valores.

Iniciou a sua carreira de oficial, em 1901, como aspirante a oficial no Regimento nº1 de Infantaria da Rainha, de seguida serviu no RI 12 onde foi promovido a alferes em 15 de novembro de 1902. Em 1903 foi transferido para o RI 14, onde foi promovido a tenente em 01 de dezembro de 1906, onde desempenhou a função de comandante de pelotão de sapadores. Em 1909 foi colocado na Casa de Reclusão da 2ª Divisão Militar, em Viseu. Em 1913 foi colocado no RI 9, onde foi promovido a capitão em 8 de novembro de 1913. Em 1914, foi colocado no RI 14, onde foi nomeado comandante da 9ª Companhia do 3º Batalhão expedicionário.

Foi louvado em 21 de abril de 1909 pelo comandante do RI 14 pelo “zelo e cuidado havido no trabalho realizado, a par da muita leitura e estudo histórico numa conferência que havia realizado sobre a guerra peninsular - defesa da Ponte de Amarante”.

²³ Processo individual. Arquivo Histórico Militar, Cx 1262 e 4745 (EE). Lisboa.

Nas folhas de avaliação, os seus comandantes realçam as seguintes características: inteligente, dedicado ao serviço e estimado pelos seus camaradas e sociedade civil (Alferes); trabalhador e procura com interesse desempenhar qualquer serviço (Tenente do RI 14); inteligente, disciplinado e caprichoso no desempenho dos serviços a seu cargo (Casa de Reclusão da 2ª Divisão Militar). As suas avaliações podem-se considerar como normais, ao padrão da altura.

À data de início da 1ª Expedição tinha 40 anos de idade e 17 anos de serviço, dos quais, três na EE e onze como subalerno. Não detinha qualquer experiência no ultramar e de combate. Viria a morrer no combate de Naulila a 18 de dezembro de 1914.

Capitão José da Fonseca Lebre²⁴

Nasceu em 21 de novembro de 1870 na Freguesia oriental da Sé de Viseu, Concelho e Distrito de Viseu, filho de Silvério António da Fonseca e D. Maria dos Prazeres da Silveira Lebre. Casou em 03 de abril de 1898 com D. Palmira Adília Martins. Teve 06 filhos.

Fez o percurso escolar normal até ao Liceu de Viseu. Foi alistado como voluntário para o Exército em 05 de fevereiro de 1890, no RI 14, com o posto de soldado, sendo promovido a 2º Cabo em 22 de junho de 1890, e posteriormente a 1º Cabo, em 29 de dezembro do mesmo ano. Novamente promovido a 2º Sargento em 23 de fevereiro de 1891, executou o curso preparatório para a EE na Academia Politécnica do Porto de 1891 a 1893, tendo-se matriculado na EE em novembro 1893, com 22 anos, onde frequentou o Curso de Infantaria, como 1º Sargento graduado em cadete com o 15, como número de corpo. Terminou o mesmo em 21 de Outubro de 1896, em 14º num curso de 16 alunos, com classificação final de 12,1 valores. Passa a aspirante a oficial, frequentando o Tirocínio para Oficial (TPO) na EPI, em Mafra.

Após ter terminado a EE foi promovido a alferes, em 03 de março de 1898, e ingressou no RI14, na mesma data. Em 16 de abril do mesmo ano colocado no RI14, em Viseu, e depois a 06 de novembro de 1901 no RI20, regressando ao RI14 em 18 do mesmo mês. Promovido a tenente em 28 de junho de 1905, colocado no RI14, na situação de adido por ir servir na Guarda-Fiscal (GF) como Comandante da Secção de Miranda. Em 25 de abril de 1908 passa a Comandante da Secção de Melgaço. Promovido a capitão em 14 de julho de 1911, e colocado no RI29, ficou como adido em 06 de dezembro de 1911, passando à Circunscrição Norte da Guarda Fiscal como Comandante da 3ª Companhia. A

²⁴ Processo individual. Arquivo Histórico Militar, Cx 1519 e 4420 (EE). Lisboa.

19 de maio de 1913, a seu pedido foi mandado apresentado na 3ª Divisão do Exército, sendo colocado a 05 de julho de 1913 no RI14, para participar na 1ª Expedição a Angola. Contudo, ainda antes de ser destacado para o Ultramar é nomeado, a 30 de agosto do mesmo ano, por indicação do Ministério do Interior, para Administrador do Concelho de S. Pedro do Sul, apresentando-se para isso no Governo Civil de Viseu no dia seguinte, só regressando ao RI14 a 25 de janeiro de 1914, para posterior destacamento em Angola.

No período académico, durante a sua estada na EE e, posteriormente, na EPI, foi punido, em 04 de novembro de 1893, com 10 dias de prisão disciplinar, pelo Comandante da Escola do Exército, por “por estar no Café Martinho pelas 07:30 horas da noite do dia 31 outubro, gritando, gesticulando, praticando outros actos menos próprios da sua posição. Acabou por ser advertido pelo Alferes da Guarda Municipal Alfredo Pedreira Martins de Lima, que não se acharia em estado de ali estar, até o aconselhou a que se retirasse, respondeu violentamente e cumpriu com relutância a ordem que depois recebeu para o acompanhar, verificando-se estar embriagado”. Recebeu, conforme OE nº 10 de 1894, a Medalha Militar de Cobre da classe de comportamento exemplar. Aquando da sua estada na EPI, foi, em 27 de agosto de 1897, “louvado por ter sido considerado distinta a frequência do 1º ano do curso de esgrima”.

Detém no seu Registo Disciplinar 2 louvores; em 1901 pelo Comandante do RI14 pela forma como fez o levantamento das plantas das dependências do Regimento; em 1912 pela “rápida participação que fez às autoridades superiores da aproximação do inimigo – rebeldes realistas –, por ocasião da incursão dos mesmos rebeldes em Valença, em 07 de Julho de 1912 e pela pronta e rápida resistência que empregou até à chegada de reforços”.

No que à avaliação diz respeito, durante o período académico (EE e TPO), não existe qualquer referência negativa, tendo contudo dado boa imagem de si, pois numa folha de avaliação do TPO, é destacado que “convive muito bem com os seus camaradas; é correcto em todos os seus actos; é estimado militar e civicamente (...)”. Após o ingresso no RI14, tem avaliações normais, com padrões positivos, salientando-se o facto de ser “inteligente, estudioso e disciplinador. Convive bem com os seus camaradas; é correcto nos seus actos e muito estimado como cidadão e como militar. É bom chefe de família. Faço dele bom conceito” (1898 e 1900); ter “grande aptidão para o desenho e é dele a invenção de um modelo de calçado para a Infantaria que teve parecer de engenhoso e bom. (...) Cumpre muito bem os seus deveres profissionais (1902 e 1904); “(...) tem grande aptidão para o desenho e a esgrima (1903 e 1904). Após o ingresso na GF na secção de Miranda e de Melgaço e posteriormente como Comandante

da 3ª Companhia da Circunscrição Norte da GF é destacado por ser “disciplinador, digno, ilustrado e correcto. Bastante inteligente, desempenhando com muito zelo e dedicação as funções a seu cargo. Faço dele bom conceito (...)” (1905 a 1912). Em 1914, já à espera do destacamento em Angola, o Comandante do RI14 refere no juízo ampliativo, o seguinte: “Este oficial é actualmente Administrador do Concelho de S. Pedro do Sul. Quando aqui me apresentei a tomar o comando do Regimento já ele aqui não estava, nem o conheço. No entanto, pelas informações que me foram prestadas pelo seu Comandante de Batalhão, passo a informar o seguinte: cumpre as suas obrigações de serviço, procurando desempenhar-se bem delas (...)”. As suas avaliações podem ser consideradas como regulares.

Na data de início da Expedição tinha 43 anos de idade e 24 anos de serviço, dos quais três como Soldado, 2º Cabo, 1º Cabo e 2º Sargento, três como 1º Sargento graduado em Cadete na EE, dois como aspirante a oficial na EPI, 13 como subalterno – dos quais seis na GF – e três como Capitão, na GF. A única experiência de combate foi a ocorrida em 1912, aquando da invasão dos rebeldes realistas em Valença, que lhe valeu um louvor.

Capitão António Lopes Mateus²⁵

Nasceu a 23 de abril de 1877 sendo natural de Cabril, freguesia de Povolide, concelho e distrito de Viseu. Filho de pai incógnito e Maria do Céu. Casou com D. Maria da Anunciação de Melo em 29 de junho de 1923 e teve dois filhos: António Eduardo de Melo Lopes Mateus e Fernanda.

Estudou no Liceu Nacional Central de Viseu. Com 20 anos, em 01 de outubro de 1897, ofereceu-se como voluntário no RI 23, pedindo, ainda nesse mês, licença para estudar em Coimbra. Na Universidade de Coimbra frequentou no ano letivo de 1897-98 as disciplinas do 1º ano da Faculdade de Matemática.

Passou para o RI 14 em 16 de junho de 1898, onde foi o soldado nº 13 da 4ª Companhia e nº 363 de matrícula do 1º Batalhão do RI 14. Entrou para a EE nesse mesmo ano, para o curso de Infantaria, tendo como número de corpo o 200/336, terminando como 1º sargento cadete em 1900, em 9º num curso de 54 alunos, com classificação final de 12,9 valores.

Foi aspirante do RI 14 sendo, posteriormente, colocado no RI 12, onde foi promovido a alferes, em 25 de outubro de 1900. Em 1901 foi colocado no RI 7 e em 1902 foi colocado no RI 14, onde foi promovido a tenente em 24 de março de 1904. Embarcou para Angola no mês seguinte onde serviu na 13ª Companhia

²⁵ Processo individual. Arquivo Histórico Militar, Cx 719 e 4564 (EE). Lisboa.

Indígena, regressando ao Reino em 13 de junho de 1906, tendo sido colocado no RI 24. Em 1912, foi colocado no RI 12, sendo promovido a capitão 17 de junho de 1912 e no mês seguinte apresentou-se no RI 14. Neste regimento assumiu o comando da 11ª Companhia do 3º Batalhão Expedicionário. Demonstrou ser um homem de ação bem patente nas sete declarações de oferecimento para servir no ultramar, de 1901 a 1911 (1901, 1902, 1907, 1908, 1909, 1910 e 1911).

O Capitão Lopes Mateus foi louvado em quatro ocasiões até à partida para Angola em 1914. Em 22 de abril de 1903, foi louvado pelo seu comandante de divisão “pelos serviços prestados num incêndio na Covilhã (...) na manutenção da ordem e salvaguarda da propriedade”. Foi louvado pelo comandante de 13ª Companhia Indígena, em 8 de agosto de 1905, pela “inteligência, ilustração e notável zelo” como desempenhou funções nesta companhia e, em 19 de junho de 1906, pelo comando de destacamentos para perseguir guerrilhas cuanhamas. Ainda em 1906 foi louvado pelo comandante militar das Gunguelhas e Ambuelhas pela “superior ilustração, muito cuidado e zelo inexcedível com que organizou a carta topográfica desta região (...)”.

Relativamente à participação nas Campanhas de Angola de 1914-15, foi louvado pelo comando da 11ª Companhia da Expedição Roçadas, «como capitão, incorporado com um Batalhão de Infª 14, onde tem à sua guarda o nó de comunicações Cuanhama-Ediva-Achigan (...) destacou-se pelas suas qualidades de inteligência, critério, energia e muita dedicação pelo serviço» (sic).

Foi condecorado com a Medalha Militar de Prata da classe de comportamento exemplar; Medalha de Prata da classe de bons serviços; Ordem de Serviços Distintos por Sua Majestade o Rei de Inglaterra; Medalha de Prata comemorativa das Campanhas do Sul de Angola; Medalha de Prata comemorativa das campanhas do Exército Português das operações militares na Província de Moçambique; Medalha da Vitória comemorativa inter-aliada “África, 1914-1918”.

Nas suas folhas de avaliação os seus comandantes realçam as seguintes características: ativo, inteligente e disciplinador (Alferes RI 7); inteligente, zeloso de trabalhador (Alferes RI 14); inteligente, carácter primoroso e educação finíssima, muito enérgico no comando (Tenente RI 14); inteligente e ilustrado (Tenente 13.ª Companhia Indígena); inteligente e estudioso, correto e leal (Tenente RI 24); muita aptidão profissional, disciplinador, bom cidadão e bom chefe de família (capitão RI 14).

À data de início da 1ª Expedição tinha 37 anos de idade e 17 anos de serviço, dos quais dois na EE e 12 como Subalerno, ligados ao comando

de tropa no RI 12, RI 7, RI 14 e RI 24. No ultramar, serviu em Angola, na 13.^a Companhia Indígena. Como Capitão comandou a 11.^a Companhia do 3.^o Batalhão de Infantaria do RI14.

Detinha experiência do ultramar e de combate em Angola, na 13.^a Companhia Indígena. Era um voluntário convicto para o serviço no Ultramar, sendo voluntário desde 1901. As suas avaliações podem ser consideradas acima da média. Foi louvado em quase todas as funções que desempenhou, logo a partir de 1901 somando sete louvores até à partida para Angola em 1914.

Capitão Aristides Rafael da Cunha²⁶

O nasceu a 11 de fevereiro de 1874, na Freguesia de Santa Engrácia em Lisboa, Concelho do 1.^o Bairro do Distrito de Lisboa. Filho de Francisco Maria da Cunha e de Dona Esperança Rafael do Liz Teixeira e Cunha casou em 11 de julho de 1896 com Dona Josefina Cândida do Liz Teixeira e Cunha, com quem teve seis filhos, um varão e cinco fêmeas, que nasceram entre 1899 e 1909.

Fez o seu percurso escolar normal até entrar no Ensino Secundário que frequentou no Colégio Militar. Mais tarde assenta praça como voluntário no Exército, em 06 de agosto de 1890, no denominado Regimento n.^o 2 de Caçadores da Rainha. Entra na EE no mesmo ano com 16 anos, onde frequenta o Curso de Infantaria, como 1.^o Sargento graduado em cadete. Termina o seu curso em Dezembro de 1892, no último lugar dum curso de 64 alunos, com a classificação final de 10,2 valores. Após sair da EE continua ao serviço no Regimento n.^o 2 de Caçadores da Rainha como Aspirante a Oficial até ser promovido a Alferes em 6 de fevereiro de 1896, após cinco anos e cento e oitenta e quatro dias de ter assentado praça neste local.

Depois de promovido a Alferes, presta serviço na Guarda Municipal de Lisboa, até à data da promoção a Tenente, em 31 de janeiro de 1901. De seguida continua colocado fora do quadro da arma, mas agora a prestar serviço no Ministério do Reino. Regressa mais tarde ao Exército de forma a apresentar-se, em 15 de novembro de 1902, na EPI, onde presta serviço como instrutor auxiliar de topografia. Um ano mais tarde, é colocado na situação de adido por ter sido requisitado pelo Ministério da Marinha e Ultramar para servir no Batalhão de Caçadores de Moçambique na Beira, tendo aqui acumulado as funções de Diretor da Carreira de Tiro juntamente com as de Ajudante de Campo Interino do Governador do Território. Mais tarde ocupa as funções efetivas de Ajudante de Campo do Governador do Território até

²⁶ Processo individual. Arquivo Histórico Militar, Cx 1680 e 4005 (EE). Lisboa.

julho de 1906, momento em que, a que seu pedido regressa à metrópole. Após um período de disponibilidade é colocado, no mesmo ano, na província de Angola, para onde embarcou em 22 de agosto de 1906. Aqui desempenhou as funções de chefe da Secção Militar da Secretaria do Governo de Moçâmedes, sendo mais tarde nomeado como Ajudante de Campo, agora do governador do distrito de Moçâmedes. Em julho de 1908 regressa novamente à metrópole, sendo colocado no RI 5. Promovido a Capitão em agosto de 1909 é colocado no RI 22, e mais tarde, em abril de 1911, no RI 1 por determinação do Governo Provisório da República, onde iria tomar parte na Escola de Repetição de 1912. Em maio de 1913 é transferido para o RI 5. Nesse mesmo ano e apesar de colocado neste regimento tomou parte na Escola de Recrutadas e de Repetição do seu anterior regimento. Por último é colocado em 22 de agosto de 1914 na 12ª Companhia do Batalhão Expedicionário do RI 14. Destacado para a província de Angola em 11 de setembro, desembarca em Moçâmedes em 1 de outubro.

Detém no seu registo disciplinar dois louvores; em 1902 pelo comandante da EPI pela muita inteligência, zelo notável e cuidado assíduo com que durante o período de instrução, de 1901 e 1902, ministrou com o mais profícuo resultado a instrução de que foi incumbido. Mais tarde, em 1906, é louvado pelo comandante do Batalhão de Caçadores de Moçambique, pela forma como elaborou o Plano de Uniformes da Polícia Militar desse território. Do seu registo disciplinar não consta qualquer punição.

Na data de início da Expedição tinha 35 anos de idade e 19 anos de serviço, dos quais 11 como Subalterno e cinco como Capitão. Detinha experiência do ultramar em Moçambique e Angola, não detendo qualquer experiência de combate. Eram-lhe reconhecidas, contudo qualidades de instrução e treino nas escolas de repetição (1912) e de recrutadas (1913). As suas avaliações podem ser consideradas acima da média, sendo de destacar o seu enorme zelo e dedicação ao serviço.

Capitão Alberto Cardoso Martins de Menezes Macedo²⁷

Nasceu em 8 de agosto de 1878 na Freguesia da Santa Maria da Oliveira, Concelho de Guimarães, Distrito do Braga, filho do Conde de Margaride e de Condessa do mesmo título. Casou em 16 de janeiro de 1902 com Arminda Adelaide Baptista Sampaio. Teve quatro filhos (fêmeas em 1902 e 1907 e varões em 1903 e 1904).

²⁷ Processo individual. Arquivo Histórico Militar, Cx 2778 e 4698 (EE). Lisboa.

Em 13 de agosto de 1897, com 19 anos alistou-se como voluntário no RC 2, lanceiros d'El Rei. Matriculou-se na EE em 1899, com 21 anos, depois de comprovar a frequência do 1º ano de matemática – Universidade de Coimbra –, frequência com aproveitamento de geometria descritiva e física geral na Academia Politécnica do Porto e do exame de inglês no liceu central de Braga. Frequentou o Curso de Cavalaria como 1º Sargento-Cadete, com o número de corpo 140. Terminou o mesmo em 18 de outubro de 1901, em 10º num curso de 12 alunos, com classificação final de 11,7 valores. Por análise do seu registo Disciplinar enquanto cadete da EE é notório que foi um cadete “problemático” pelo elevado número de punições de que foi alvo. Das inúmeras punições destaca-se a última, já em junho de 1902, ou seja, no final do seu último ano, de 15 dias de detenção dadas pelo General Comandante da EE por não se ter apresentado no local e na hora superiormente determinados “sendo reincidente no cometimento de faltas, e dando com o seu irregular procedimento um mau exemplo aos seus camaradas da companhia”.

Após ter terminado a EE foi promovido a alferes, em 3 de novembro de 1902, e ingressou no RC 9. Em 1 de janeiro de 1905 ingressa na Guarda Municipal do Porto onde se mantém até 20 de junho de 1907, altura em que é transferido para o RC 6, já com o posto de tenente, promovido em 1 de dezembro de 1906. Em 14 de novembro de 1907 ingressa na GF. Nesta instituição completou quatro anos de serviço efetivo na tropa da sua Arma. Entre 8 de junho de 1911 e 12 de outubro de 1912 está de licença ilimitada. O pedido para a licença ilimitada “para poder dirigir os serviços agrícolas das suas propriedades” foi feito a 31 de maio de 1911 quando estava em serviço na Circunscrição do Norte da Guarda Fiscal e o pedido para regressar dessa licença foi a 30 de setembro de 1912. É promovido a capitão do RC 9 em 12 de outubro de 1912. É colocado no Estado-Maior de Cavalaria, em 09 de novembro de 1912. Em 19 de dezembro de 1913, com 35 anos, é nomeado comandante do 3º Esquadrão do RC 9, unidade que comandaria na 1ª Expedição ao sul de Angola e com a qual embarca em 11 de setembro de 1914.

Como já foi referido anteriormente, o oficial em estudo teve um percurso disciplinar enquanto cadete da EE bastante atribulado. Ainda em Torres Novas, na então Escola Prática de Cavalaria (EPC) e na ficha de avaliação à pergunta “É dedicado pelo serviço?” o avaliador respondia “pouco” e à pergunta “é zeloso na fiscalização dos interesses da fazenda?” o mesmo avaliador escrevia “não tem ensejo em o mostrar, se puder modificar-se, pode tornar-se um bom oficial”. Nas matérias ministradas nesta Escola Prática referia-se o seguinte: “Equitação: muita aptidão, mas pouco dedicado; Tática: pouca; Topografia: nenhuma;

Telegrafia: pouco; Tiro de Revólver: muito bom; Esgrima: pouca aptidão”. Na avaliação efetuada já como Alferes do RC 9, pode ler-se “pode dar um bom oficial se estudar, como creio, e se se aplicar ao serviço das armas. É inteligente e dotado de boas qualidades morais. É bom cavaleiro e com aptidão para os trabalhos de equitação”. Nos anos seguintes esta ideia de falta de dedicação desaparece e dá lugar a recorrentes referências à sua “muita inteligência” e “dotado de qualidades morais”. No ano de 1913 o então comandante do RC9 limita-se a transcrever as informações do seu anterior avaliador alegando o muito pouco tempo em que estava no regimento. Contudo, um ano depois, e já depois do Esquadrão ter embarcado para o Sul de Angola o mesmo Comandante de Regimento escreveria “É bom comandante de Esquadrão. É muito zeloso no cumprimento dos seus deveres. Tem boas qualidades morais”. Em 1915, ainda o mesmo Coronel Comandante, e já depois de regressado de uma campanha penosa para a forças expedicionárias e de empenhamento nulo do Esquadrão, escreveria “é oficial desembaraçado, trabalhador e dedicado pelo serviço e comanda bem o seu esquadrão.

Detém no seu Registo Disciplinar dois louvores, 1905 e 1909, pelo Júri da Exposição Cavalariça “pela forma porque ensinou e apresentou ao mesmo júri o cavalo sua praça”. Em 15 de novembro de 1913 foi agraciado com a Medalha de Prata da Classe de Comportamento Exemplar.

Na data de início da Expedição, o Capitão Macedo (de Margaride) tinha 17 anos de serviço, dos quais dois como soldado antes de ingressar na EE, três na EE, 10 como Subalerno – dos quais sete nas Guarda Municipal e Guarda-Fiscal e um de licença ilimitada – e dois como Capitão, não detendo qualquer experiência de combate. Durante o seu período como aluno da EE, aspirante a oficial na EPC e o primeiro ano como alferes é recorrente a sua falta de dedicação não só relevada pelas inúmeras punições que recebe como aluno da EE, como pelos juízos exarados nas fichas de avaliação. Nos seguintes anos de subalerno e já como capitão era-lhe reconhecida competência, dedicação, inteligência e qualidades morais.

Capitão António Lopes Baptista²⁸

Nasceu em 01 de agosto de 1867 na Freguesia da Victória do Porto, Concelho do Bairro Ocidental, no Distrito do Porto, filho de João Lopes Baptista e Maria Baptista da Silva. Casou em 06 de fevereiro de 1895 com D. Alice Maria Coutinho (Wengorovius). Não teve filhos.

²⁸ Processo individual. Arquivo Histórico Militar, Cx 1526 e 4137 (EE). Lisboa.

Foi recrutado para o Exército em 05 de dezembro de 1887 no RI 10 em Chaves, “para servir por 12 anos, pertencente ao contingente de 1887”. Com o posto de soldado, apresentando-se em 08 de maio de 1888, “contando o serviço efetivo desde essa data”. Solicitou “licença para estudos na Academia Politécnica do Porto” em 08 de novembro de 1888, tendo sido “declarado” soldado “aspirante a oficial” em 20 de março de 1889, e concedida “licença para estudos”, em 08 de outubro de 1889. Passou ao RC 6, no Porto, em 01 de fevereiro de 1889. Matricula-se na Academia Politécnica do Porto em 17 de outubro de 1889, tendo terminado o curso preparatório para a EE em 08 de julho de 1891. Matriculou-se na EE em 24 de outubro de 1891, com 25 anos, onde frequentou o Curso de Artilharia, como 1º Sargento graduado em cadete, com o número de corpo, o 166. Terminou o mesmo em 28 de outubro de 1893, em 20º num curso de 37 alunos, com classificação final de 11,5 valores.

Após ter terminado a EE, foi promovido a 2º Tenente, em 03 de novembro de 1893, e ingressou no Regimento de Artilharia (RA) nº3 em Santarém, onde frequentou o Curso Prático de Tiro para Subalternos na Escola Prática de Artilharia (EPA) – Vendas Novas –, no ano de 1893-1894. Promovido a 1º Tenente em 14 de novembro de 1895, mantendo a mesma colocação. Passou a Tenente em 14 de setembro de 1899, sendo colocado no RA 4 em Penafiel, onde desempenhou as funções de Ajudante do Conselho de Administração de 3 de setembro de 1902 a 2 de maio de 1910. Foi Professor do 2º Curso Regimental de 1 de novembro de 1902 a 8 de janeiro de 1903, Diretor Interino da Escola Regimental 17 a 22 de outubro de 1905, Professor interino do Curso de Habilitação para 1º e 2º Sargentos de 3 a 12 de novembro de 1905. Promovido a Capitão em 15 de novembro de 1910, mantendo a sua colocação, fica efetivo para o Estado-Maior de Artilharia, em 08 de junho de 1911. Tomou parte nas Escolas de Recrutas de 1912 e de 1913. Em 08 de agosto de 1914 foi colocado no Regimento de Artilharia de Montanha nº 19 em Portalegre, para participar na 1ª Expedição a Angola.

Quanto à intenção de servir no ultramar é notório, desde 1901, esse intento declarando “o desejo de servir no Exército Ultramarino em harmonia com as disposições da organização em vigor”, e, de 1903 em diante, anualmente, ter expressado o desejo em “servir no Ultramar nos termos do decreto de novembro de 1901”.

Outro assunto que merece atenção é o seu estado de saúde. Pela análise do seu processo individual verifica-se, desde a altura em que entrou para o RA3 até ser transferido para o RA4, uma quantidade exacerbada de dias de licença por doença ou da junta. Nesse período gozou 92 dias em 1894, 92 em 1895, 106

em 1896, 107 em 1897), 151 em 1898 e 157 dias em 1899, não sendo no entanto perceptível, por falta de documentos oficiais, que tipo de doenças padecia. Posteriormente, já colocado no RA4, foram-lhe diagnosticadas, pela primeira vez em 1902, problemas gástricos, assim como em 1907 problemas relacionados com artrite, que posteriormente tiveram continuação, acompanhados pelo Hospital Militar Permanente do Porto, cuja junta hospitalar concedeu em várias situações os seguintes pareceres: “licença para uso das águas (...) e mais tratamentos” ou “para continuar a tratar-se e convalescer em ares do campo”. No período referido foram-lhe concedidos os seguintes dias de licença da junta: 198 em 1900, 30 em 1902, 40 em 1903, 60 em 1905, 70 em 1907 e 157 em 1908.

Detém no seu Registo Disciplinar 4 louvores; em 1903 pelo General Comandante da 6ª Divisão Militar “como distinto organizador de montagens de Artilharia de Campanha” após ser posto em “condições especiais conforme ordens de ocasião”; em 1908, 1909 e 1910 pelo Comandante do RA4 pela forma proficiente como atuou durante um incêndio no Quartel, da forma como organizou a Festa Militar do Juramento de Bandeira e pela “proficiência e zelo e comprovado acerto com que sempre dirigiu a instrução dos Sargentos e demais Praças do 1º Grupo”, respectivamente. Foi punido, em 04 de Dezembro de 1899, com 10 dias de prisão disciplinar, pelo General Comandante da 1ª Divisão Militar, “por ofensas corporais mútuas, estando de prevenção e o outro de inspecção ao Regimento”, aquando colocado no RA3, e por esse motivo foi transferido para o RA4.

No que à avaliação diz respeito, no período antes da EE e durante EE, não existe qualquer referência negativa, tendo contudo dado boa imagem de si pois, na folha de avaliação, é referido “ter comportamento exemplar (...) e bom conceito”. Após o ingresso no RA3, tem avaliações normais, com padrões positivos, até acima da média, nos critérios avaliados à altura; salientando-se ser “dotado de excelente carácter e não lhe serem conhecidos “vícios””, cumprindo “bem as funções do seu posto” (1895); ter excelentes qualidades morais, parecendo “ter bastante decisão e energia; mas não estão ainda suficientemente reveladas as suas qualidades de comando”, sendo a sua “especialidade militar o serviço de fileira”, ser “bastante inteligente” e ter “muito zelo” pela coisa pública (1896); “É bom oficial, de carácter sério e digno, desempenha com aptidão e solicitude as guarnições do seu cargo revelando bastante aptidão para o seu mando” e que “prova o seu valor pelo estudo e pela prática” (1898). Na última avaliação no RA3, acrescenta-se à anterior, comandar bem e ter “especial aptidão para o serviço da instrução a cavalo” (1899). Já em Penafiel, no RA4, mantém as suas avaliações como do anterior, destacando-se ter durante “muitos meses,

comandado a bateria com bastante zelo e acerto” (1903). Após ter ingressado na vida administrativa nas funções de Ajudante (1903) e, posteriormente, de Secretário (1905) e Tesoureiro (1909) do Conselho de Administrativo do RA4, sem funções de comando, demonstrou “inteligência, dedicação, mostrando sempre boa vontade e zelo pelo serviço”, bem como “boas qualidades morais e militares”. Após a promoção a Capitão (1910), passa novamente a ter funções de comando, instrução e treino, cujo registo de avaliação, se mantém sem grandes alterações até à 1ª expedição em África, como “oficial inteligente, enérgico e trabalhador. Tem boas qualidades morais”.

À data de início da 1ª Expedição tinha 26 anos de serviço, dos quais três como soldado, dois como 1º Sargento graduado em Cadete na EE, 17 como Subalerno e quatro como Capitão, ligados na sua totalidade à instrução e treino no RA3 e RA4, e às funções administrativas e de docência regimental, no RA4. Não detinha experiência de combate, era-lhe no entanto reconhecida competência profissional no comando, na instrução e treino dos seus homens, assim como, de uma forma geral, ser trabalhador, deter inteligência, dedicação, boa vontade e zelo pelo serviço militar. Era um voluntário convicto para o serviço no Ultramar, sendo voluntário desde 1901, no entanto a sua saúde, pelas licenças concedidas e os diagnósticos médicos – problemas gástricos e de artrite –, seria no mínimo uma preocupação, não percebida pelos seus superiores, a ter em conta para o seu futuro desempenho.

Capitão José Mendes dos Reis²⁹

O Capitão Reis nasceu em Maçapá, Distrito do Pará, Estados Unidos do Brasil, filho de José Joaquim dos Reis.

Para concorrer à Escola do Exército apresentou certificados de aprovação nos exames de português, francês e desenho, feitos no Liceu Nacional da Guarda, de geografia no Liceu Nacional de Castelo Branco e de introdução à matemática e de latim no Liceu Central de Coimbra. Foi recrutado para o Exército no RI 7, com o posto de soldado, tendo-se matriculado na EE em 21 de novembro de 1889, com 16 anos, onde frequentou o Curso de Infantaria. Terminou o mesmo em 5º num curso de 64 alunos, com classificação final de 12,8 valores. Na data de início da Expedição tinha 31 anos de idade e 25 anos de serviço. Em virtude de não existirem dados no seu processo individual, não é possível fazer um resumo tal como os anteriores militares.

²⁹ Processo individual. Arquivo Histórico Militar, Cx 4089 (EE). Lisboa.

Conclusões

Desde a criação da EE, em 1837, até à reforma de 1884, tendo em conta as influências exteriores ao País, ligadas ao foro militar, o próprio Exército e o corpo docente da EE, tinha como referência e orientação os assuntos militares iminentemente ligados à Guerra Clássica, ensinados e versados nas 7ª e depois 10ª cadeiras fundamentais lecionadas na referida Escola, em 1837 e 1863, respetivamente. No entanto, posteriormente, após a grande reforma de 1894-97, devido a uma grande reestruturação académica, com a introdução de mais matérias – aumento para 15 e 20 cadeiras fundamentais –, «maior rigor» académico e do internato, passando a incluir os assuntos coloniais – à altura tão atuais e vitais para a condução da ocupação «real» das colónias – nas matérias a ministrar na EE.

Os oficiais da 1ª Expedição a Angola tiveram formações diversas tendo em conta o período de formação na EE: os que entraram antes de 1897 e os que o fizeram após essa data. Os primeiros – Alves Roçadas (1885), Alberto Salgado (1889), Mendes dos Reis (1889), Aristides da Cunha (1890), António Batista (1891) e Fonseca Lebre (1893) – com uma formação militar mais clássica, sem abordagem a assuntos coloniais, ao contrário dos segundos – Lopes Mateus (1898), Homem Ribeiro (1898) e Alberto Macedo (1899). Quanto à existência de formação académica superior pré Escola do Exército, apenas existem dois elementos – Mendes dos Reis (Liceu da Guarda e Coimbra) e Aristides da Cunha (Colégio dos Maristas) – não frequentaram o ensino superior antes de ingressar na EE. Quanto à classificação final durante a frequência na Escola do Exército, salienta-se que na sua maioria os oficiais da 1ª Expedição eram últimos de curso (5 em 9) – Alves Roçadas (1º em 7/14,9 valores), Alberto Salgado (50º em 151/11,1 valores), Mendes dos Reis (5º em 64/12,8 valores), Aristides da Cunha (64º em 64/10,2 valores), António Baptista (20º em 37/11,5 valores), Fonseca Lebre (14º em 16/12,1 valores), Lopes Mateus (9º em 54/12,9 valores), Homem Ribeiro (55º em 56/10,8 valores) e Alberto Macedo (10º em 12/11,7 valores).

Oficiais 1ª Expedição Angola na EE

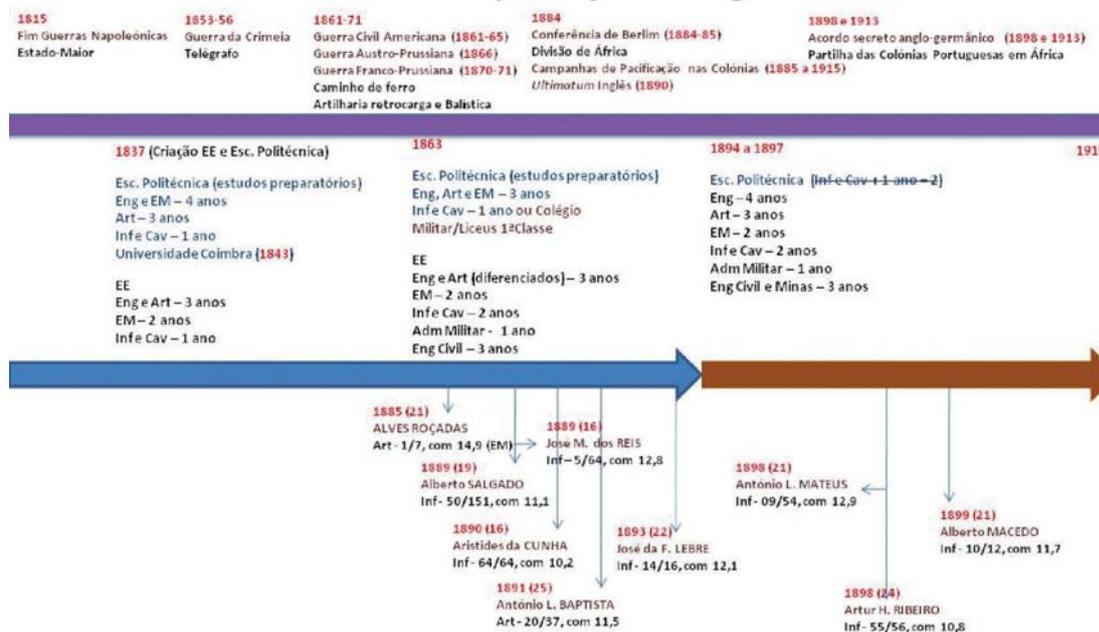


Figura 3 – Oficiais da 1ª Expedição a Angola na Escola do Exército

Fonte: Autor

Por outro lado, comparando as origens geográficas com a região onde estavam sediadas as unidades que foram comandar, apenas dois não se encontravam neste padrão: Aristides da Cunha, natural de Lisboa e comandante da 12ª Companhia do 3º Batalhão de Infantaria do RI14, sediado em Viseu; e Mendes dos Reis, nascido no Brasil, tendo feito os seus estudos liceais na Guarda e em Coimbra e comandante da 2ª Bateria de Metralhadoras do 1º Grupo de Metralhadoras, sediado em Lisboa.

Analisando os referidos oficiais pelo seu percurso profissional até à 1ª Expedição, temos como aspetos a considerar a idade e o tempo de serviço a contabilizar. Assim, temos em média de 40 anos de idade e 20 anos de serviço, dos quais 11-12 anos em subalterno e 8-9 anos em capitão. Quanto à sua experiência profissional verifica-se existirem quatro oficiais com experiência no ultramar: Alves Roçadas, Alberto Salgado, Lopes Mateus e Aristides da Cunha; cinco com experiência de comando, instrução e treino de tropas – os referidos anteriormente e Lopes Batista; e apenas três com experiência de combate – Alves Roçadas, Alberto Salgado e Lopes Mateus. Por último, da análise feita às avaliações anuais dos oficiais em questão, verifica-se a existência de quatro deles com avaliações normais ou regulares:

Lopes Batista, Homem Ribeiro, Fonseca Lebre e Alberto Macedo; dois acima da média – Lopes Mateus e Aristides da Cunha; e dois excepcionais – Alves Roçadas e Alberto Salgado.

De uma forma global, após a abordagem às origens, ao percurso académico e ao percurso profissional, de acordo com o tipo de carreira militar, segundo *Morris Janowitz*, conclui-se que o único oficial que se enquadra no perfil de carreira adaptativa é Alves Roçadas. Quanto ao tipo carreira-padrão podemos inserir nele os casos de Alberto Salgado, Lopes Mateus e Aristides da Cunha. Por último, no tipo rotineiro, considera-se os casos de Lopes Baptista, Alberto Macedo, Homem Ribeiro e Fonseca Lebre.

O projeto ainda se encontra numa fase inicial e a investigação aqui apresentada recai numa amostra reduzida do objeto de investigação: nove oficiais num universo de 53, e de uma expedição num universo de seis (duas para Angola e quatro para Moçambique). Os indicadores usados mostraram-se uteis e relevantes, contudo deverão ser confrontados com o evoluir da investigação e de informação que venha a ser recolhida na sequência das outras linhas de investigação.

Bibliografia

- AAVV, *Festa Militar. Reunião Da Saudade*. Lisboa: Escola do Exército, 1952.
- Borges, Vitor Manuel, *O Regimento de Infantaria 14 Nas Campanhas Do Sul de Angola Da 1ª Guerra Mundial*. IESM, 2014.
- Caldeira, Arlindo Manuel, *O Sul de Angola no Início do Século XX. Cadernos de Guerra Do Coronel Alberto Salgado*. Lisboa: CEPCEP - Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2011.
- Carrilho, Maria, *Forças Armadas E Mudança Política Em Portugal No Séc. XX*. Lisboa: INCM, 1985.
- Freire, Miguel. 2015. “Naulila – Quando O Inimigo Ainda Não O Era, Mas Já Se Combatia.” In *A Grande Guerra: Um Século Depois*, 123–152. Porto: Fronteira do Caos.
- Freire, Miguel, Varanda, Artur. “Aprender Para Combater. A Formação Académica E Técnica Dos Oficiais Comandantes Das Unidades Mobilizadas Para África No Período 1914-1918.” In *XXIII Colóquio de História Militar*, 15. Lisboa, 2014.
- Santos, Eduardo dos. 1978. *O Incidente de Naulila Na História E No Direito Internacional*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos da Junta de Investigações Científicas do Ultramar.
- Sena, Camilo. 1922. *A Escola Militar de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa.

Van der Waag, Ian. 2013. "The Battle of Sandfontein, 26 September 1914: South African Military Reform and the German South-West Africa Campaign, 1914–1915." *First World War Studies* 4 (2): 141–165. doi:10.1080/19475020.2013.828633.

Processos Individuais Arquivo Histórico Militar

Alves Roçadas, José. Processo individual. Arquivo Histórico Militar, Cx 576 e 3620 (EE). Lisboa.

Baptista, António Lopes. Processo individual. Arquivo Histórico Militar, Cx 1526 e 4137 (EE). Lisboa.

Cunha, Aristides Rafael da. Processo individual. Arquivo Histórico Militar, Cx 1680 e 4005 (EE). Lisboa.

Lebre, José da Fonseca. Processo individual. Arquivo Histórico Militar, Cx 1519 e 4420 (EE). Lisboa.

Macedo, Alberto Cardoso M. Meneses de. Processo individual. Arquivo Histórico Militar, Cx 2778 e 4698 (EE). Lisboa.

Mateus, António Lopes. Processo individual. Arquivo Histórico Militar, Cx 719 e 4564 (EE). Lisboa.

Reis, José Mendes dos. Processo individual. Arquivo Histórico Militar, Cx 4089 (EE). Lisboa.

Ribeiro, Artur Homem. Processo individual. Arquivo Histórico Militar, Cx 1262 e 4745 (EE). Lisboa.

Salgado, Alberto. Processo individual. Arquivo Histórico Militar, Cx 588 e 7358 (EE). Lisboa.

A Grande Guerra e a Medicina em África: Na Senda de Novas Questões e à Procura de Novas Conclusões

Margarida Portela

Instituto de História Contemporânea – FCSH-UNL

Lisboa, Portugal

margaridapereira2003@gmail.com

1. A mudança de paradigmas – uma nova medicina mundial

É inegável que para muitos dos seus contemporâneos, a Grande Guerra viria abalar ideologias e certezas, destruindo a convicção acalentada por muitos de que se havia já entrado num período de paz, mais ou menos duradouro, o qual favoreceria a construção de uma estabilidade política e económica que se queria transnacional, ou seja, sentida por todos e de cariz global. O início veloz e algo abrupto do conflito, as acusações mútuas trocadas entre diversos países europeus – e tantas vezes baseadas em questões e medos provenientes do seu passado mais ou menos recente –, a falta de maleabilidade observável à mesa das negociações, e até mesmo o ataque à vertente mais pacifista e antiguerrista então existente, tão bem simbolizado no assassinato de Jean Jaurès (1859-1914), perpetrado em Paris, logo no início da contenda, demonstrariam que, lamentavelmente, o Mundo não caminhava em direção à paz, e sim num caminho que o levaria por duas vezes à guerra de grandes – e tantas vezes diabólicas! – proporções¹.

¹ Jean Jaurès era um dos mais conhecidos e conceituados políticos socialistas do seu tempo, defensor da mudança social e da revolução social democrática, efetuada pela força do pensamento e não perpetrada pela violência. Foi assassinado a 31 de julho de 1914 por Raoul Villain, um jovem nacionalista francês, ardente defensor da guerra que então se iniciava. Morreria baleado num café, às vésperas da mobilização. Curiosamente, França iniciaria a mesma no dia imediato. Atualmente encontra-se sepultado no Panteão em Paris, sendo considerado um dos primeiros grandes pacifistas mundiais.

Quanto à Medicina e às questões do auxílio médico aos doentes, civis e militares, viviam-se anos de grandes descobertas, as quais seriam impulsionadas pela própria conflagração. No dealbar deste novo século, a Medicina deparava-se já com uma porta aberta rumo à mudança, numa jornada que a impulsionaria em direção a uma nova “Era de Inovações”. Tal como em outras áreas do conhecimento e do saber, caminhava-se então rumo à Modernidade, que seria profundamente almejada, cultivada e amplamente desejada pela elite médica de então. É bem certo que tal será feito à custa de muito sofrimento, físico e emocional. Mas a realidade é sempre mais dura e mais cruel que o mais puro dos anseios humanos, ou das suas mais profundas e desinteressadas expectativas. A própria Medicina, bem como todas as áreas da Saúde em geral, beneficiará destes ferozes e horríficos avanços, impulsionados pelo belicismo mais atroz, proveniente do âmago da maldade humana, e com reflexos num conflito bélico que se tornaria no mais incapacitante e mais mortífero presenciado até então.

As mudanças, as inovações, as evoluções, sentiram-se nas mais variadas áreas do saber médico, da profilaxia à farmacologia, dos métodos de diagnóstico às fórmulas de tratamento dos próprios pacientes. O conflito trouxe inovação tecnológica. A par e passo, criaria igualmente novos dilemas médicos, sendo necessário descobrir soluções eficientes, num processo que se queria célere, pois não existia tempo a perder. A guerra tornara-se numa verdadeira «besta humana», voraz e sanguinária, e alimentava-se, cada vez mais, e de forma mais e mais notória, dos corpos dos seus combatentes.

O que havia sido já visionado, pese embora de forma menos impactante, em conflitos anteriores como o foram a Guerra da Secessão (1861-1865) ou as duas Guerras Bóer (1880-1881 e 1899-1902), atormentaria agora toda uma classe médica que se encontrava ainda pouco preparada para cuidar e curar das almas e dos corpos dos soldados da Grande Conflagração.

O novo armamento fez surgir novas feridas e outro tipo de mutilações. O número elevado de homens recrutados, as carências alimentares, a falta de higiene, contribuiriam para o proliferar de velhas doenças, bem como para o aparecimento de outras, totalmente desconhecidas. Todas estas novas premissas se refletiriam numa necessidade de adaptação dos serviços de saúde dos exércitos beligerantes – que se encontravam diariamente face a face com tantas e tão devastadoras novidades! – a uma realidade que não conheciam, nova, estranha e profundamente assustadora.

Desta forma, a Medicina e as áreas da cirurgia e dos cuidados de saúde, procurariam soluções para os mais recentes fenómenos militares, como por

exemplo o gaseamento ou a mutilação craniofacial. Paralelamente, a sociedade civil encetaria a sua luta em prol da reinserção destes homens, agora doentes, estropiados e gaseados, fruto de um conflito que raros desejaram combater. Muitos foram os que pretenderam recebê-los de forma condigna. Contudo, tal nem sempre sucedeu, perdurando no tempo as queixas de abandono e negligência, feitas pelos que, combatendo, se sentiram abandonados pelos mesmos que os enviaram para os teatros de operações².

Quanto a Portugal, sentiu, de forma mais ou menos intensa, os mesmos problemas que os restantes países envolvidos diretamente na contenda. Também os médicos nacionais debateram o tratamento dos seus pacientes, homens provenientes não de uma, mas de duas frentes de combate, a Africana e a Ocidental. Locais tão diferentes entre si quanto fisicamente distantes um do outro. Diferentes teatros de operações conduziram a distintas problemáticas. E, ainda hoje, estas surgem refletidas, de forma consideravelmente diferente, na produção historiográfica portuguesa, sempre mais profícua no recordar da frente europeia, em detrimento do que sucedeu nas colónias africanas.

2. Usos da memória na compreensão da medicina de Guerra em África

Com base em resultados preliminares, obtidos na investigação que hoje nos encontramos a efetuar, pudemos denotar que os acontecimentos em França, onde o CEP esteve a partir de 1917, acabariam por impulsionar Portugal na senda de descobertas que permitiriam tratar de amputações severas, cuidar de ferimentos causados por estilhaços, operar membros e rostos despedaçados por balas e obuses, ou conhecer o tratamento para gaseamentos severos ou para o «*pé de trincheira*».

Com a entrada oficial no conflito, diversos médicos seriam mesmo visita em unidades hospitalares diversas, situadas na Frente Ocidental ou em Inglaterra, viagens que, muitas vezes, efetuavam a título pessoal, para assim poderem melhorar a sua própria aprendizagem em tempo de guerra. Outros seriam oficialmente enviados para diversos locais, para estudar profundamente o trabalho aliado. Foi o caso de Reinaldo dos Santos (1880-1970), enviado a França, para que ali pudesse registar os tratamentos e os atendimentos ingleses e franceses praticados no *Front*, e trazer assim a

² Como refere Aniceto Afonso: “Os mortos pesam imenso no sentimento das comunidades, mas os milhões de mutilados tornaram-se a face visível e continuada da guerra”. Nem todos os países lidaram da mesma forma com a questão levantada pelo regresso dos seus feridos, mutilados e traumatizados. Afonso, 2006, p. 105.

informação que nos permitiria criar um serviço de saúde militar próprio, para tratamento dos militares portugueses do Corpo Expedicionário Português³.

Todavia, uma entre tantas perguntas subsiste... O que realmente sucedeu em África? Para tal, torna-se essencial que a presente investigação possa vir a reconstruir, com as dificuldades subjacentes, a experiência médica na frente africana, descobrindo-lhe os seus atores, os seus empreendimentos e as suas ações. E talvez assim possamos vir a compreender melhor como viviam – e também como sobreviviam e morriam –, os militares portugueses em Angola e Moçambique durante a Grande Guerra.

Para resolver estas questões e responder a imensas perguntas, cremos que não só os arquivos encerram importantes informações, pois, nas memórias inéditas ou nos escritos outrora publicados, bem como nos testemunhos que hoje nos chegam através da história e memória familiar, muitos são os dados, trabalhados e ainda por trabalhar. Desta forma, a literatura memorialista e autobiográfica, bem como as fontes orais que refletem as palavras dos combatentes aos seus parentes, vizinhos e amigos, encerram muitas histórias e tantas e tão preciosas memórias, que podemos e devemos hoje utilizar.

Cabe-nos assim a difícil tarefa de recordar esta fonte de saber. Difícil por não ser consensual, e por tantas vezes se revestir de alguma polémica, pese embora a historiografia internacional a valorize cada vez mais, a cada ano que passa, procurando, com o seu auxílio, resposta para novas questões ou validação/ confirmação para novas e antigas temáticas/problemáticas. Assim, e através deste artigo, não pretendemos defender o seu uso generalizado, mas recordar quão importantes são a Memória, a tradição oral familiar, a escrita memorialista, os diários e até a correspondência pessoal, e como nos podem auxiliar na compreensão das vivências de guerra, em particular nas questões relacionadas com a Medicina e a Saúde na África da Grande Guerra... Mas não só!

Longe de podermos afirmar conhecer ou sequer compreender tudo o que verdadeiramente sucedeu no continente africano durante o conflito, bem como com as expedições militares portuguesas que ali aportaram desde 1914 –

³ Da sua visita a França, Reinaldo dos Santos publicaria a separata “*A Cirurgia na Frente Ocidental*”. Posteriormente, voltará a estar envolvido diretamente no esforço de guerra português, tornando-se uma das personagens de maior importância do serviço de saúde que se estabelecerá em França, onde tem lugar destacado entre os seus conterrâneos e se tornará igualmente conhecido por chefiar uma equipa nacional a desenvolver trabalho nos hospitais do Serviço de Saúde do *British Expeditionary Force* (BEF). Será o grande responsável pela cirurgia no Serviço de Saúde Médico Militar do Corpo Expedicionário Português (CEP) em França. {\i}A Cirurgia na Frente Ocidental}, [S.l., s.n.], 1916, (Sep. da Medicina Contemporânea, 16.

sobre as quais recaem ainda hoje tantas dúvidas, hesitações e incertezas –, cabe-nos sim perceber e compreender que existe uma riqueza pouco utilizada e por explorar, que nos chega através dessas “vozes do Passado”, frequentemente tão esquecidas ou secundarizadas. Projetos mundiais, e também plataformas do conhecimento de cariz e produção nacional, começam a dar-lhes voz, em grande parte num movimento despoletado pelo Centenário. O interesse surgiu e trouxe novas visões, registos e novidades. Cabe-nos agora escutar, registar, analisar estes sons do passado e com eles validar o que sabemos e questionar o que ainda não se sabe.

3. África durante a Grande Guerra – uma Frente Quente

A Grande Guerra foi, efetivamente, muito mais do que um conflito europeu⁴. Logo em 1914, quando a guerra era já evidente e declarada, os governantes da jovem República Portuguesa compreenderam que o início desta conflagração europeia os obrigaria ao envio de mais tropas para as colónias africanas, para ali garantirem a manutenção da soberania nacional face às evidentes e conhecidas ambições coloniais alemãs⁵. Todavia, o caminho não se anunciava fácil. Devemos recordar as muitas dificuldades e problemas que Portugal então atravessava, bem como não esquecer os entraves que as nações beligerantes, mormente a nossa eterna aliada Grã-Bretanha, nos colocaram, e que levariam o país a um dúbio estado de não-beligerância beligerante, mantido até março de 1916⁶.

Assim mesmo, e para lá destes e de outros entraves e dificuldades, talvez devamos ter igualmente em conta que África sempre reuniu um maior consenso face à Europa, pelo menos no que ao envio de tropas dizia respeito. Razão pela qual, logo no início do conflito, foram imediatamente preparadas expedições para Angola e Moçambique. Este reforço das tropas coloniais nos anos de 1914 e 1915 aumentaria não apenas o número de homens presentes naquelas distantes colónias, mas igualmente o número de feridos e doentes nelas existentes, muitos deles frequentemente à espera de um regresso à pátria que, tantas vezes, tardava demais em chegar.

Perpetuando o que já acontecia anteriormente, pois já existiam tropas nas colónias – em menor número, mas presentes naqueles mesmos territórios –

⁴ Como refere Hew Strachan “As much from its outset as beyond its formal conclusion, therefore, the First World War was far more than just a European conflict.” Strachan, 2004, p. 1.

⁵ Afonso, Gomes, 2013, p. 141.

⁶ Afonso, Gomes, 2013, pp. 140, 148.

a maioria destes combatentes sofrerá de falta de apoio logístico e de tratamento médico, o que era essencial à sua sobrevivência. A dura realidade revela-nos que, nas colónias, os efetivos se encontravam mal equipados, em posse de uniformes desajustados para o clima tropical, mal armados, e a viver uma vida com objetivos totalmente desajustados, existindo falhas graves ao nível da disciplina e da motivação – bem como uma total ausência de espírito de corpo ou de compreensão relativa à missão ou missões que ali deveriam desempenhar⁷.

Anos mais tarde o próprio General Gomes da Costa afirmaria: “(...) a maior e principal causa dos nossos desastres vem sempre dos governos, por não se preocuparem com a preparação do Exército”⁸. A situação nas colónias tornar-se-ia assim «quente», não só derivado ao clima inóspito, mas também pelas dificuldades, atropelos, ingerências e más gerências, que tornariam a frente africana num verdadeiro sugadouro de almas.

Como resultado destas tomadas de posição – ou da ausência das mesmas, antes e durante os anos da Grande Guerra –, estes homens continuariam a ser vítimas de constantes alterações de planos, efetuados por parte das suas chefias, independentemente das mesmas emitirem ordens em Lisboa ou no espaço colonial. Contudo, na mente do expedicionário encontra-se sempre presente a distância, física e mental, que os seus governantes apresentam dos palcos onde eles vivem, combatem e morrem, em especial os que viviam na metrópole. Américo Pires de Lima é demonstrativo dessa mesma opinião, veiculada por muitos, quando escreve nas suas memórias:

“A casta dos africanistas de gabinete e dos estratégicos de secretária, de que tanto se queixava o grande Mouzinho, continuava a florescer na capital.”⁹.

E, somada à desdita que seria a necessidade de cumprir as suas ordens, mesmo as mais extravagantes ou singulares, continuariam os homens a sofrer também da pouca, senão nula, preparação física, emocional e material, que redundaria assim em verdadeiros fracassos, em particular quando adicionada a esse considerável desconhecimento e/ou enquadramento dos seus superiores hierárquicos, particularmente notório entre os que se encontravam em Portugal.

Por consequência, muitos foram os elementos das forças expedicionárias portuguesas em África que sucumbiram durante a guerra, não se devendo este elevado número de baixas às atividades bélicas, antes sim a enfermidades como

⁷ Coelho, 2001, p. 15.

⁸ Costa, 1925, p. 6.

⁹ Lima, 1933, p. 49.

o paludismo, a sífilis ou a disenteria. “*Disease, not battle, disabled armies in Africa*” refere Hew Strachan, não apontando aqui nacionalidades, forças bélicas ou lados escolhidos durante o combate¹⁰. A doença ter-se-á transformado no supremo inimigo de todos os intervenientes. E, entre portugueses, tal como entre as outras forças bélicas combatentes, as baixas em combate serão consideravelmente menores quando comparadas aos falecimentos derivados destas e de outras doenças, de cariz maioritariamente tropical, agravadas pela fome, sede, e outros problemas de cariz logístico. Estima-se mesmo que, em apenas seis meses, cerca de 21% dos homens pertencentes à primeira expedição portuguesa, desembarcada em Porto Amélia [Moçambique], em finais de 1914, se encontrassem gravemente doentes e, conseqüentemente, incapacitados para efetuarem qualquer tipo de combate¹¹.

De forma similar, mas já em maio de 1916, os responsáveis pela segunda expedição a Moçambique contabilizam as suas perdas em 50% do contingente, pois o mesmo não se poderia adaptar às suas novas tarefas, confrontado à chegada com falta de equipamento, alimento e uma terrível e mortal estação das chuvas. As próprias chefias militares começavam a perder a esperança. Massano de Amorim queixar-se-á da impossibilidade de continuar a sua missão pois, em África, tudo desmoronava facilmente por razões sanitárias, bem como pela incúria dos que deveriam acautelar a chegada dos homens às colónias, provindo assim os locais de infraestruturas e condições logísticas, as quais nunca terão chegado a existir¹².

4. Memória Médica na África da Grande Guerra

Na literatura memorialista desta época, bem como em outros depoimentos coevos, existem diversas descrições de acontecimentos, bem como informações que consideramos valiosas, relacionadas com a experiência de guerra na Frente Africana. E muitas vezes o que lemos e descobrimos é similar a muito do que foi relatado pelos próprios responsáveis das expedições portuguesas às colónias de Angola e Moçambique e outras fontes documentais oficiais. Américo Pires de Lima (1886 – 1966) poderá bem ser um dos testemunhos memorialistas mais

¹⁰ Strachan, 2004, p. 8.

¹¹ Artur Patrício refere que o Regimento de Infantaria 19, que se encontrava em Moçâmedes, Angola, desde fevereiro de 1915, tinha apenas meia dúzia de homens capazes de suportar uma marcha de 5 km, por se encontrarem todos muito doentes. Teriam, entretanto, falecido cerca de 10 homens, escreverá este expedicionário nas suas memórias, e estariam cerca de 200 doentes a convalescer ou hospitalizados. Em Patrício, 1915, pp. 18-19). Para mais acerca desta temática, consulte-se ainda: Afonso, Gomes, 2013, p. 148.

¹² Afonso, 2015, p. 157.

valiosos que hoje temos, pois, como médico, partirá com forças expedicionárias para Moçambique, onde será chefe da Secção de Higiene e Bacteriologia. Tal como Jaime Cortesão (1884 – 1960), Pires de Lima preparará e publicará as suas memórias de guerra. Todavia, é de denotar que esta obra é sobejamente menos conhecida que a do notável político e historiador português, simultaneamente médico e paciente em França, e prisioneiro político no final da Grande Guerra¹³.

Em parte, talvez tal se deva ao facto de Américo Pires de Lima só ter dado ao prelo o seu *Na Costa d'África. Memórias de um médico expedicionário a Moçambique*, no decorrer do ano de 1933. Por essa altura, a Europa preparava-se para mergulhar num novo conflito, desafiada por uma nova ameaça à paz mundial, uma vez mais proveniente da Alemanha, mas desta vez ainda mais perigosa e mais ideológica, apesar de ainda embrionária, com ideias que se encontravam já em pleno crescimento.

Por diversas razões, muitos outros documentos e histórias, publicados e inéditos, assim ficaram, como que congelados no tempo, encerrados em bibliotecas ou registados em folhas de diários e em histórias orais, fotografias, cartas e postais¹⁴. Agora que começam a ser recuperados, corroboram e reforçam as informações que vamos obtendo, trazendo até nós dados e informações que poderão melhorar a visão que temos do conflito mundial nas colónias portuguesas durante a I Guerra Mundial, bem como das questões médico-sanitárias nesta mesma região – e nesta mesma cronologia.

Com base em antigos e em novos depoimentos, como os que agora se publicam e se redescobrem – caso do diário do médico Joaquim Alves Correia de Araújo, que esteve em Moçambique nos anos de 1917 e 1918 – realçaremos aqui alguns aspetos interessantes, reforçados por antigas referências e escutando novas vozes, que julgamos não serem únicas, e que, doravante, continuarão a chegar até nós por meio de novas publicações e pelas recolhas de depoimentos efetuadas a familiares de combatentes da Grande Guerra.

¹³ Jaime Cortesão publicará as suas *Memórias da Grande Guerra: 1916 - 1919* pouco depois de regressar do conflito, evacuado para Portugal por ter sido gaseado. Tal não impedirá o regime político da altura de prendê-lo quando ainda se encontrava convalescente e em perigo de cegueira por exposição aos gases.

¹⁴ Denota-se mesmo uma profunda diminuição da presença de memórias de guerra entregues para publicação à medida que adentramos o período que viria a ser conhecido como Estado Novo. Arrifes, 2004, p. 176. Hoje, procura-se recordar o que foi outrora escrito, bem como publicar o que nunca chegou a ser conhecido e nunca teve oportunidade de ser dado para publicação.

5. Uma viagem problemática

Os graves problemas de saúde começavam durante o embarque e respetiva viagem, longa, perigosa, entediante, e na maioria das vezes totalmente desprovida de reais condições, especialmente no que aos soldados dizia respeito¹⁵. Enfiados em navios demasiado pequenos, onde por vezes se albergavam cerca de 2000 homens, os futuros combatentes, tantas vezes já desprovidos de compleição física para suportarem uma estadia por terras de África, eram alojados em porões, onde deveriam permanecer durante toda a jornada, em meio à sujidade e ao odor a vomitado, urina e suor¹⁶. Refere Gomes da Costa:

“Em cada porão foram alojados 250 homens, que meio vestidos, se deitavam em enxergas lançadas no chão, emporcalhadas de rancho e vómitos, exalando um fétido horrível de suor e roupa suja”¹⁷.

Nestas condições deploráveis que, ainda hoje nos horrorizam, viviam os combatentes por um mês ou mais, sempre em meio à insalubridade. Dura era a prova antes de se chegar ao local onde o corpo seria exposto a mais trabalhos e perigos, já debilitado ou consideravelmente doente¹⁸... Isto se não se sucumbisse a alguma enfermidade durante o caminho. No seu diário, Joaquim Alves Correia de Araújo, enviado em 1917 para Moçambique como médico expedicionário, revela: “O vapor parou para deitar ao mar um homem que morreu, foi dentro de um caixão de tábuas”¹⁹. E era assim que terminava a viagem para alguns dos expedicionários que Portugal enviou para as suas colónias.

Refira-se ainda que, durante a viagem, a água era escassa, especialmente para lavagens²⁰, a higiene quase nula e a alimentação muito deficitária, especialmente para os soldados, já de si perturbados pelas condições de vida no interior dos navios. Esta situação levará a que, com o passar do tempo, surjam «levantamentos de rancho», ou seja, revoltas no interior das embarcações que se deviam à insatisfação dos militares com as suas condições e alimentação.

¹⁵ Num navio que se queria uma reprodução o mais fiel possível à vida num quartel, os oficiais e sargentos teriam direito a instalar-se junto do convés, bem como a camas com lençóis, a sala de jogos, e até mesmo a sala de jantar com toalhas de linho. Pormenores que não passariam despercebidos aos que, sem patente que os salvasse das agruras do porão, tinham apenas para si uma enxerga e, com sorte, uma ou duas mantas com que se cobrir. Veja-se Arrifes, 2004, p. 180.

¹⁶ Cértima, 1924, p. 29.

¹⁷ Costa, 1925, p. 124.

¹⁸ Afonso, 2015, p. 158.

¹⁹ Araújo, 2015, p. 51.

²⁰ Santos, 1959, p. 22.

Se a viagem já era prejudicial à saúde dos homens, quando os navios paravam em algum porto, estes obtinham licença para sair das embarcações e usufruir de uma visita ao local. Alguns aproveitavam para ir às lojas comprar lembranças, ou adquirir algum alimento de melhor qualidade. Outros dirigiam-se imediatamente às casas de prostituição, onde frequentemente contraíam sífilis e outras doenças venéreas²¹. Desta forma, e uma vez chegados ao destino, os navios já transportavam muitos soldados doentes que, a partir de então, se esperava que conseguissem defender e percorrer vastos territórios, em longas marchas a pé, caminhando quilómetros sem fim – tarefa tantas vezes difícil para os mais saudáveis, e tornada assim quase impossível para os que ali chegavam debilitados e/ou doentes.

6. À chegada a África: as primeiras dificuldades logísticas

Uma vez chegados a território africano, os perigos e a falta de conhecimento do local poderiam levar não apenas ao ataque dos inimigos como a outras investidas, igualmente violentas e mortais, efetuadas por grandes predadores, como o eram os leões, que frequentemente roubavam homens aos acampamentos, enchendo a noite dos gritos daqueles que eram arrastados para o mato²². Existiam ainda as formigas, capazes de devorar animais e homens, as moscas, os lacraus e escorpiões, as cobras venenosas como a perigosa *mamba* ou a *surucucu*, a *matacanha* ou pulga penetrante, que deixava os seus ovos debaixo da pele, especialmente na zona dos pés, ou os mosquitos, que não só retiravam aos soldados a sua cota parte de sangue, como os contaminavam com malária, doença tropical ceifeira de muitas vidas que, se não os matava, os deixava permanentemente marcados e queixosos até ao final dos seus dias²³. Estes e outros novos elementos juntar-se-iam aos já conhecidos, verdadeiras constantes na vida do soldado expedicionário, como o foram a fome e a sede, companheiros de viagem de muitos expedicionários em África²⁴.

As questões logísticas sempre ultrapassaram todos os que quiseram tratar destes homens. Joaquim Alves Correia de Araújo, que, como já referimos, foi médico em Moçambique durante os anos finais do conflito, é muito claro

²¹ Arrifes, 2004, pp. 183-184.

²² Araújo, 2015, p. 54; Arrifes, 2004, p. 187.

²³ Lima, 1933, pp. 29 -30.

²⁴ Refere Américo Pires de Lima nas suas memórias: “Um grande número deles [de doentes provenientes de uma coluna], interrogados sobre a doença que os afligia, respondiam sombriamente: «é só fome, snr. doutor»! E não raros se estatelavam no chão duro da secretaria, antes que eu pudesse atende-los.”. Lima, 1933, p. 53; Era a «Epopéia da Fome» como Carlos Selvagem escreveria nas suas memórias. Selvagem, 1925, p. 148.

quando refere nas suas memórias: “Os dirigentes não tinham nada preparado para nos receber. Ficamos admirados com o modo como fomos recebidos. É uma miséria.”²⁵. E acrescenta ainda, referindo-se ao que viu, uma vez chegado a Mocímboa da Praia em meados de 1917, acompanhando aquela que era já a quarta expedição a aportar no local: “Há inúmeros doentes, alguns num estado miserável. Não há barracões para os soldados que cheguem, nem para os que adoecem”²⁶.

Desta forma, chegados à zona de acantonamento, a primeira função destes militares, esgotados da viagem, alguns deles doentes, e tantas vezes sem nada preparado para recebê-los, seria a de edificar o seu próprio acampamento. A prioridade colocava-se então no resguardar do corpo e no bivacar dos homens, e as questões de cariz sanitário encontrar-se-iam inicialmente muito secundarizadas pela necessidade de construir palhotas e abrigos que cumprissem a função de resguardo. Ainda assim seriam preparadas latrinas e espaços dedicados ao resguardo, manutenção e abate dos animais, pese embora não fosse incomum que, mesmo com as estruturas já montadas, os soldados não fizessem uso delas, fazendo por exemplo as necessidades fisiológicas junto das tendas, e não recorrendo à área própria para recolha dos dejetos²⁷. Assim sendo, e em geral, os acantonamentos tornar-se-iam zonas frequentemente privadas de higiene, limpeza e arrumação, o que muito contrariava o espírito dos médicos que cuidavam destes combatentes.

7. A escassez alimentar

De tudo faltava aos que ansiavam providenciar pela vida dos homens que combatiam nos territórios coloniais. Se a fome era uma constante, também o envio de alimentos de Portugal em nada favoreceria a manutenção da saúde dos expedicionários, bem como das tropas africanas, seus auxiliares e carregadores. A produção autóctone era insuficiente e sofria de iguais problemas de transporte²⁸. Todos estes homens se viram assim prejudicados, ao coabitarem numa área geográfica possuidora de um clima demasiado quente – em especial para os combatentes europeus – e igualmente desprovida de boas rotas de comunicação, como estradas e caminhos que, de forma consistente, ligassem os postos militares situados no interior, o que sempre terá colocado sérios entraves ao transporte de homens, bem como à movimentação de solípedes e víveres, essenciais à manutenção das colunas e tropas.

²⁵ Araújo, 2015, p. 54.

²⁶ Araújo, 2015, p. 55.

²⁷ Arrifes, 2004, pp. 185-187.

²⁸ Arrifes, 2004, p. 189.

É assim inegável que a alimentação de todos estes homens se encontraria repleta de produtos que em nada favoreciam a conservação da sua saúde, como era o caso do grão e feijão bichado, ervilha seca, arroz, macarrão e até mesmo bacalhau seco apodrecido, sardinhas em lata e outros tipos de conservas, nem sempre transportados nas melhores condições²⁹. O vinho, com frequência de má qualidade ou azedo, era desdobrado com água, mas apenas no caso de algum dos ingredientes existir. A água, escassa até para beber, era-o igualmente para a cozedura dos alimentos, o que prejudicava a sua deglutição e absorção, provocando o aumento dos casos de disenteria. O pão foi progressivamente diminuindo, de quantidade e qualidade, e foi substituído por bolacha, nem sempre boa, nem sempre comestível.

Estes não serão aspetos atribuíveis exclusivamente às tropas portuguesas. Segundo Hew Strachan, a questão da alimentação colocar-se-á, de forma bastante similar, entre as tropas aliadas, a combater em solo africano. Isto levou a que, durante toda a conflagração, persistissem problemas diversos na manutenção da alimentação dos seus militares, bem como dos seus carregadores africanos – que tinham igualmente dietas muito distintas entre si, e tantas vezes dispare das que lhes eram fornecidas, o que se tornou fatal para a manutenção da sua saúde³⁰. O uso de diferentes farinhas, as dificuldades em cozer os alimentos, ou até mesmo o desconhecimento relativo a alguns produtos locais, como por exemplo frutas, levaram a um aumento de doenças do foro gastrointestinal³¹, debilitando os que, tantas vezes, necessitavam fazer longas caminhadas e percorrer vários quilómetros por dia, num território desconhecido e muito perigoso.

Em território colonial português, a farinha, base essencial da alimentação e da produção do pão, e bem de primeira necessidade, vai escassear com o tempo, bem como o sal e o açúcar. A substituição da farinha de trigo por outras farinhas locais é por vezes equacionada, mas a saúde do expedicionário não vingaria com as mesmas, por falta de habituação, nem os combatentes a apreciariam no palato. Já a carne, de péssima qualidade, pertencia por vezes ao desmancho de peças provenientes de animais doentes, particularmente de gado tuberculoso vindo de Madagáscar. Assim mesmo, esta carne de animais doentes, bem como o chouriço, que também apodrecia, devido ao calor e à humidade, eram alimentos comuns na dieta dos expedicionários portugueses³².

²⁹ Arrifes, 2004, p. 191.

³⁰ Strachan, 2004, pp. 6-7.

³¹ Arrifes, 2004, p. 193.

³² Arrifes, 2004, p. 191.

Proliferava ainda nas colónias todo um mercado paralelo, fomentando-se a compra e venda de géneros como carne, peixe, frutas e ovos. Este sistema baseava-se mais na extorsão do que na venda, pois a especulação levaria a um aumento exponencial dos preços, chegando os mesmos a máximos exorbitantes e impeditivos³³. Para todo este caos contribuirá a quase inexistente refrigeração dos alimentos, quer nos navios quer em terra, apesar de algumas embarcações possuírem frigoríficos, os quais funcionariam então a anidrido carbónico. Todavia, estes eram poucos, e a sua utilização insuficiente e muito dispendiosa³⁴.

No que diz respeito ao abastecimento de água, as dificuldades eram bastante evidentes, sendo esta frequentemente insalubre ou encontrando-se muitas vezes contaminada. A contaminação podia suceder por razões naturais, não sendo os rios e ribeiras bons locais para captação de água potável, ou por envenenamento artificial dos próprios poços, ação frequentemente efetuada pelo inimigo, em especial no norte de Moçambique, durante as deambulações, mais comuns e particularmente mais intensas, dos Alemães por território português.

A sede dos combatentes foi uma queixa comum aos que foram enviados para a África portuguesa. O clima implicava consumir mais água, ingerir mais líquidos, numa dieta que, como vimos, não fomentava a saúde do soldado e podia mesmo provocar a sua desidratação. Mesmo quando a captação era rigorosa e a água potável, o armazenamento era insuficiente. São conhecidos os cantis dos soldados, e as suas pequenas dimensões. Adicione-se a tal condicionante o facto dos mesmos não conservarem a água a temperatura retemperante, e a sede imperaria em qualquer coluna em movimento³⁵. Desta forma, não eram raros os que, para não morrer à sede, recorriam a expedientes diversos, como o beber da própria urina, o ingerir do líquido de refrigeração das metralhadoras, ou o deitar mão do leite esterilizado, destinado unicamente aos doentes³⁶.

Assim mesmo, estranhas situações aconteciam, pois entre oficiais existiam por vezes alguns privilégios, chegando os mesmos a ingerir alimentos e bebidas não acessíveis às mais baixas patentes, o que provocaria mal-estar e diminuição da moral e do «espírito de corpo» entre os combatentes e as suas

³³ Patrício, 1915, p. 192; Arrifes, 2004, 192.

³⁴ Era incluso frequente que o anidrido carbónico terminasse durante a viagem, ou que os refrigeradores avariassem, por falta de cuidado ou manutenção, estragando-se o conteúdo de todos os frigoríficos por falta de refrigeração, e sendo necessário atirar borda fora todos os alimentos que, dessa forma, rapidamente se deterioravam. Arrifes, 2004, p. 190.

³⁵ Arrifes, 2004, p. 193.

³⁶ Arrifes, 2004, p. 194.

chefias. Este seria o caso do uso de água mineral – para beber e até mesmo para lavar os dentes –, bem como do leite evaporado (leite em pó), champanhe, vinhos e licores, entre outros produtos mais ou menos exóticos, e por vezes referenciados nas memórias dos que ali viveram os anos de guerra³⁷. Uma vez mais um claro exemplo de como a atividade memorialista nos pode auxiliar à compreensão das ações e das situações vividas naqueles tempos.

8. Os dilemas médicos

Aos médicos, muitos deles sem qualquer tipo de preparação em higiene e medicina tropical, e quase sempre em número reduzido – principalmente quando se tratava de trabalhar nas colunas e nos postos avançados, que adentravam então os territórios coloniais – restava-lhes a ambientação aos novos tempos e aos novos locais de trabalho, bem como a frequente contestação das muitas – e tão frequentemente erradas! – tomadas de posição das «altas instâncias». Carlos Selvagem chegará mesmo a escrever:

“As relações normais entre o Estado e os Serviços Sanitários da Expedição foram, logo de começo, a guerra aberta. Foi uma guerra surda, miudinha, debatida bisantinamente em papéis, notas e boletins de varia conformidade e natureza – o Estado cioso dos seus poderes e os médicos defendendo os seus doentes e seus privilégios profissionais. E esta guerra começou precisamente nos primeiros dias do nosso desembarque em Palma.”³⁸.

Também o comportamento errado e pleno de equívocos dos soldados era um entrave ao seu próprio tratamento, pois os homens eram frequentemente resistentes a profilaxias, conselhos e práticas terapêuticas. Cuidar da sua saúde tornar-se-ia numa outra batalha, combatida por aqueles que desejavam marcar a diferença, auxiliando os expedicionários que ali se encontravam, cumprindo assim o seu papel, fiéis ao serviço e ao juramento que tinham prestado, enquanto médicos e enquanto portugueses.

Os pedidos que estes membros dos Serviços de Saúde em campanha faziam eram diversos, bem como constantes, se bem que, como pudemos constatar, quase nunca verdadeiramente atendidos, pois os interesses das altas instâncias eram frequentemente outros. Aos seus superiores pediam por exemplo medicamentos ou até mesmo água, captada e potável, devidamente tratada e desinfetada, evitando-se a entrega aos expedicionários da que era

³⁷ Araújo, 2015, p. 92; Arrifes, 2004, p. 193.

³⁸ Selvagem, 1925, p. 295.

retirada de fossas a céu aberto, expostas aos elementos, aos animais e aos venenos naturais ou artificiais. Aos homens de quem cuidavam pediam compreensão e aceitação de regras, as quais os mesmos teimavam em não cumprir. Também os informavam, chegando mesmo a exigir, que não comessem alimentos de proveniência desconhecida, não bebessem água que não fosse própria para consumo, e não se deitassem com mulheres, pelos portos ou pelas palhotas, para evitarem assim contrair doenças sexualmente transmissíveis.

Defendiam ainda o uso de redes mosquiteiras, para que se pudessem evitar as picadelas dos mosquitos, transmissores da tão perigosa malária, uma doença que podia ser evitada, particularmente através da toma de ampolas de quinino, que os soldados teimosamente deitavam fora. Também eram usados comprimidos dessa mesma substância, dos quais os soldados desconfiavam, sendo os médicos obrigados a vigiar atentamente as tomas profiláticas deste medicamento, observando o interior da boca dos seus pacientes para garantir que tudo tivesse sido engolido. Os médicos queixavam-se frequentemente de que, nem com palavras nem com atos, os soldados portugueses, tantas vezes analfabetos e ignorantes, homens do campo habituados a tratamentos menos científicos, curandeirismos e práticas populares, – e que teimavam em não manter os acampamentos limpos e frequentemente não possuíam quaisquer rudimentos de higiene –, se convenciam ou acreditavam na eficácia dos fármacos e remédios mais modernos, recusando, sempre que podiam, a sua utilização profilática ou até mesmo curativa³⁹.

Devemos talvez recordar que não era apenas entre médicos portugueses que persistiam queixas deste teor e desta mesma gravidade. Nem este era um problema exclusivo dos profissionais portugueses, perseverando igualmente entre os aliados que, também eles, reportavam a presença de negligência entre os seus militares, os quais persistiam numa utilização descuidada e indevida dos medicamentos e das redes mosquiteiras, propiciando-se assim um elevado nível de contágio por malária, entre outras situações constrangedoras e bastante similares à portuguesa⁴⁰.

Estes e outros dilemas médicos chegavam para atormentar os poucos médicos enviados às Colónias em acompanhamento das forças expedicionárias metropolitanas durante a Grande Guerra. Em meio a referências diversas – e frequentemente pouco aprofundadas ou confusas – o trabalho mais

³⁹ “O nosso lapuz das Beiras e Alentejo - a grande massa destas tropas - é por natureza, por hábitos ancestrais, por desleixo de si próprio, desleixado e porcalhão” diria António de Cértima nas suas memórias do conflito. Cértima, 1924, p. 30.

⁴⁰ Strachan, 2004, p. 149.

importante, a que devemos obrigatoriamente recorrer, é produto da pesquisa e publicação de Marco Fortunato Arrifes, sendo pertencentes a este autor as mais esclarecedoras cifras de médicos e pessoal auxiliar, então mobilizado, bem como outras informações, como por exemplo o quando e onde se encontravam alguns destes médicos.

Marco Fortunato Arrifes possui uma clara noção das dificuldades, e de como antes da guerra ou durante o período inicial da mesma, o serviço de saúde militar, existente nas colónias portuguesas, era diminuto e insuficiente. Em 1913 existiriam apenas 53 profissionais num quadro de pessoal que reunia as zonas de Angola e São Tomé, com base na cidade de Luanda. A colónia moçambicana encontrava-se ainda mais depauperada, com um quadro logístico de apenas 28 homens, adjudicados a um frágil serviço de saúde militar cujo responsável ficava igualmente alojado na capital, Lourenço Marques. Números estes que persistiam iguais em 1915, já depois de Portugal ter entrado num estado de não-beligerância beligerante que terá levado o país a enviar militares para ambas as colónias no continente africano logo em 1914⁴¹.

Todavia, desenganemo-nos de pensar que os profissionais anteriormente referenciados apresentavam qualquer tipo de relação com o serviço de saúde militar em campanha, o qual, de 1914 em diante, partiria nos mesmos navios que os expedicionários metropolitanos. O serviço médico militar expedicionário, que serviu com estes homens durante a I Guerra Mundial em África, era independente e autónomo, e era igualmente muito reduzido, especialmente antes de 1916 e da entrada oficial dos portugueses no conflito. Refere Marco Fortunato Arrifes que a 1ª Expedição a Angola contava com apenas sete médicos, e o primeiro contingente de guerra enviado a Moçambique previa o embarque de seis profissionais médicos – mas apenas cinco realmente partiram rumo a Lourenço Marques⁴². As seguintes expedições contariam com o mesmo número de recrutados na classe médica, que se misturavam à chegada aos locais de operações, com os que tinham viajado nas anteriores expedições. Porém, nunca foram verdadeiramente suficientes.

Assim mesmo devemos denotar que em 1916 o número de baixas por doença, que alarmava já as chefias militares, levou a que a terceira expedição para Moçambique tivesse partido com um médico destacado para cada unidade embarcada, prevendo ainda oito médicos para a constituição de um hospital situado na base de operações. Todavia, o que era previsto nem sempre funcionava *in loco*. E as baixas por doença, bem como o envio de muitos

⁴¹ Arrifes, 2004, p. 198.

⁴² Arrifes, 2004, pp. 198-199.

doentes e inválidos para Portugal, onde se incluíam mesmo alguns médicos, permanecem em crescendo, o que marcará negativamente a memória futura das campanhas africanas durante a Grande Guerra⁴³.

Mesmo com as tentativas de incremento numérico já mencionadas, persistia a existência de colunas desprovidas de médico e unidades desprovidas de acompanhamento de qualidade. E quando um profissional do Serviço de Saúde Militar em África conseguia acompanhar os homens de determinados grupos, unidades ou colunas, nas suas deslocações e estadias dentro do território colonial português, regra geral via-lhe atribuído serviço demasiado pesado e intensivo para um só homem. Como pudemos constatar, a dura realidade ultrapassava todos os planos, e cada profissional médico encontrar-se-ia assim exposto diariamente a um excesso de trabalho que colocava a sua vida em risco, prejudicial à sua condição anímica, como relatou Joaquim Alves Correia de Araújo entre as muitas recordações contidas no seu diário.

Acompanhar as suas palavras é mergulhar no dia-a-dia de um médico desconhecido, cujas palavras foram registadas para si, sem intenção de virem a ser lidas e tidas em conta por terceiros. Uma vez mais se comprova o interesse deste tipo de fontes, pois corroboram documentação de arquivo, mas alertam igualmente para as duras realidades, vividas no local, e para o tanto que se desejou, previu e planeou mas que não resultou verdadeiramente no terreno.

Relativamente ao intenso trabalho que efetua enquanto membro do *staff* médico que acompanha a 4ª Expedição a Moçambique, Joaquim Alves Correia de Araújo é muito claro, referindo no seu diário: “Em 18 [de julho de 1917] o tempo regular e eu depois de passar visita de saúde onde foram cento e tantos doentes estava com uns zumbidos e tonturas.” Um mês depois, a 20 de agosto, volta a escrever: “Hoje fiz tanto serviço que cheguei a fatigar-me”⁴⁴. Estas são apenas duas referências efetuadas por si e relacionadas com o excesso de trabalho que efetua. Contudo, não teria qualquer possibilidade de fugir ao trabalho que lhe fora destinado. Associado que se encontrava à Coluna dos Macondes, viaja com frequência pelo norte de Moçambique, acompanhando as tropas desta mesma coluna, e passando com as mesmas muita fome e muita

⁴³ Araújo, 2015, p. 101.

⁴⁴ Estas e outras referências podem ser consultadas no seu diário, recentemente publicado. As presentes anotações podem ser consultadas em Araújo, 2015, pp. 69-73.

sede⁴⁵. Depois, já em Chomba, os perigos continuam. E porque os médicos cuidavam das doenças, mas a elas nunca foram imunes, regista diversas vezes as suas gripes, problemas gastrointestinais, febres e até mesmo uma pequena insolação⁴⁶.

Constata-se assim que, mesmo que a situação tivesse melhorado, ou que se tenha tentado incrementar o envio de profissionais para estas áreas, os contingentes militares enviados por Portugal para as colónias africanas eram demasiado grandes para os profissionais médicos que foram, entretanto, mobilizados. A severidade do local, do clima e dos problemas de abastecimento e deslocação levarão a que, frequentemente, também os médicos estivessem sujeitos a doenças, privações ou à própria morte, tal como os soldados que acompanhavam e de quem desejavam cuidar⁴⁷.

Para a maioria destes médicos, todo o apoio que podiam prestar, todos os problemas que enfrentavam, todas as situações que não conseguiam resolver e se arrastavam por tempo indeterminado, tornavam a sua estadia nestes teatros

⁴⁵ Araújo, 2015, p. 69. Curiosamente, em algumas páginas das suas memórias, Joaquim faz igualmente alusão a produtos alimentares e a bebidas diversas que, tal como sucedia em França, são estranhas para a localização em Teatro de Operações. Alguns oficiais conseguiriam deitar mão às mesmas, como por exemplo bacalhau e couves, ou até mesmo champanhe e vinhos do Porto [Araújo, 2015, p. 101]. Os oficiais médicos podiam igualmente ter acesso a produtos como o Ovomaltine, que este médico utiliza na cura de um problema de saúde que o debilitou, e que não seria, com toda a certeza, alimento comum à dieta do soldado combatente em África [Araújo, 2015, p. 90]; Em suma, e concluindo com outras memórias, António de Cértima escreve o seguinte: “Os sargentos e oficiais tinham rações extraordinárias de compotas e víveres de luxo. Os soldados, uma alimentação péssima por seu lado.”. [Cértima, 1924, p. 273].

⁴⁶ Este médico, como muitos outros, devotados à sua profissão e longe de postos mais situados no litoral, bem como de lugares de chefia que os resguardassem em cidades como Lourenço Marques, adoecerão com muita frequência, tal como os homens que acompanhavam. O então alferes Araújo, tenente por decreto a partir de dezembro de 1917, sofrerá de doenças diversas, da gripe à colite, da gastroenterite às febres, passando por uma terrível dor de cabeça, que indicava um início de insolação. Sempre se automedicou, para suportar todos estes «achagues» e problemas mais severos, e conseguir suportar a dureza do seu trabalho. Talvez uma das referências mais interessantes, porém duras, surja na referência a uma colite severa de que foi acometido em outubro de 1917, sobre a qual chegará a registar a medicação e dieta que efetuou durante vários dias, continuando a exercer as suas funções, pese embora receoso do seu estado anímico, pois tinha noção de que se encontrava bastante doente. Araújo, 2015, pp. 79-80.

⁴⁷ Américo Pires de Lima refere nas suas memórias o desaparecimento do médico Silva Pereira, quando uma coluna de evacuação, na qual o mesmo se encontrava, foi atacada por askaris e alemães. Silva Pereira nunca reapareceu, nem vivo nem morto. E, logo após a sua chegada a Moçambique, depois da sua primeira grande marcha pelo território dos Maconde, Joaquim Alves Correia de Araújo refere igualmente a forma como terá ficado doente, padecendo de febre, sendo esta apenas umas das situações em que se encontrou enfermo durante a sua campanha, tendo incluso que remover uma ténia, logo à chegada a território africano. Lima, 1933, p. 59; Araújo, 2015, pp. 57-63.

de operações numa imensa fonte de cansaço e *stress*, físico e emocional, que os desgastava dia-a-dia. Tais factos eram ainda mais notórios entre os médicos que marchavam com os seus homens, acompanhando regimentos e colunas, pois não conseguiam alhear-se dos problemas e deixar de sentir os seus homens doentes e febris, esfomeados e sedentos.

9. A evacuação e a memória das unidades médico-hospitalares

A sensação de impotência tomava proporções absurdas quando, ao observar um dos seus doentes, o médico concluísse que necessitaria enviá-lo para longe, para a segurança de um qualquer posto médico, de uma hipotética enfermaria ou de um distante hospital. Nesse caso, estes profissionais depressa se veriam envolvidos pela angústia, com plena noção de que, tantas vezes, não teriam meios efetivos para fazê-lo.

Mais ou menos perto dos campos de batalha, acompanhando as marchas por terrenos perigosos e agrestes, ou instalados em pequenos fortins e postos de vigia, as unidades de atendimento médico eram escassas, mal apetrechadas, por vezes quase inexistentes. A falta de pessoal levava igualmente a situações de compromisso, frequentemente mal aceites pelos combatentes portugueses, sendo algumas tarefas, próprias de um pessoal de enfermagem diminuto ou mesmo ausente, desempenhadas por autóctones, a “cáfila negra” de António de Cértima, que refletia assim com as suas palavras a falta de compreensão existente por parte dos europeus, quando este tipo de tomada de posição ou forma de resolução do problema era efetivada⁴⁸.

O quotidiano nos acampamentos principais deveria passar pela aplicação diária de curativos, pelo diagnóstico e administração de medicamentos nas enfermarias, e pela denominada “revista de saúde”, efetuada todos os dias às 8 horas da manhã. Mas, não obstante estes esforços e estas determinações, o sistema nem sempre funcionava ou era sequer aplicado. E uma vez que o doente não tivesse possibilidade de tratamento no local, necessitaria ser evacuado. Se a sua partida pudesse ser providenciada, para um qualquer hospital mais bem apetrechado, os médicos vê-lo-iam então afastar-se, transportado por algum indígena, partilhando uma maca ou carregado por ele às costas, numa machila ou num saco velho, improvisado para tal função. Nessas alturas o médico compreendia que poderia nunca mais ver o combatente, pois este tinha todas as hipóteses de não chegar ao seu destino. Quanto mais longe de cidades e

⁴⁸ “Era a cáfila negra que estava encarregada de exercer o delicado mister da enfermagem.” Cértima, 1924, p. 94.

povoações principais se encontrassem, maior seria essa mesma possibilidade. E assim médicos e camaradas viam-nos partir, mantendo o equilíbrio de forma precária, às costas de um qualquer carregador, sem descanso, sem poder adormecer, e com francas hipóteses de falecer no caminho ou até ser abandonado, à mercê das feras ou do sereno da noite africana⁴⁹.

A simples tarefa de evacuar pacientes, que se devia reduzir unicamente a um transporte planeado dos combatentes, enfermos ou feridos em combate, tornar-se-ia numa verdadeira tarefa titânica, e especialmente asoberbante se o número de evacuados fosse extenso. As memórias destes profissionais dão exatamente conta de como esta era uma tarefa difícil. Bastará citar que, aquando da possibilidade da chegada dos alemães a Chomba, Joaquim Alves Correia de Araújo evacuou doentes e feridos durante cerca de três dias. Pelo meio, reporta peripécias lamentáveis, que interferiram neste mesmo processo, narrando-as com aparente desapego, mas vivendo-as com alguma emoção⁵⁰.

Devemos referir ainda que, no terreno, as unidades hospitalares eram muito poucas, funcionando tudo sob enorme esforço e tendo os médicos e pessoal auxiliar que ultrapassar dificuldades diárias colossais. A propósito destas e de outras questões, relacionadas com o sistema de saúde expedicionário, Marco Fortunato Arrifes chegará mesmo a escrever:

“Em termos gerais, o que caracteriza a organização do sistema de saúde durante estas campanhas é a falta de rigor, de organização e sobretudo de meios”⁵¹.

Desta forma, subsistem ainda muitas falhas no nosso conhecimento do serviço de saúde expedicionário em África. E muitos são os pormenores que necessitamos ainda clarificar, surgindo novas referências a locais de atendimento em memórias e documentação, o que se traduzirá num futuro conhecimento mais aprofundado de uma rede de atendimento que nos soa frequentemente como caótica e algo confusa, mas com a qual os soldados portugueses tiveram de contar quando permaneceram nos teatros de operações. Ainda assim, e apesar de podermos vir a completar este quadro informativo num futuro próximo, podemos referir a existência de algumas unidades de atendimento em ambos os teatros de operações.

⁴⁹ Lima, 1933, p. 51.

⁵⁰ Araújo, 2015, pp. 83-84. Somente em março de 1918 Joaquim Alves dá conta da instalação em Chomba de uma Junta de evacuação e distribuição de doentes, a qual evacuariá diretamente para Lourenço Marques [Araújo, 2015, p. 101]. Por essa altura, já a maioria dos feridos e doentes teria sido evacuada por ele daquele local. Arrifes, 2004, p. 202.

⁵¹ Arrifes, 2004, p. 201.

Angola teve em Lubango o denominado Hospital Velho, bem como o Hospital Novo, o Hospital Provisório, um posto de socorros e uma farmácia⁵². Um «Depósito de Saúde d'Étapes» providenciava ainda local para armazenamento de “[...] material, utensílios e artigos como pensos, morfina, quinina, tinturas, vaselinas, estojos médicos, etc.”⁵³. Todas estas unidades funcionavam em estreita coordenação com a Cruz Vermelha Portuguesa. Um ou outro posto médico, bem como algumas pequenas enfermarias, acolhiam doentes e feridos, encontrando-se espalhadas pelo território angolano.

Também em Angola se contava com a presença de uma ambulância, ou seja, um hospital de campanha móvel que, de certa forma, percorria todo o território. Devido à falta de condições existentes, bem como pelo colossal número de combatentes a acudir, nunca o seu pessoal teve tempos mortos, assoberbado pelos imensos casos que precisava atender. E se os pacientes eram sempre muitos, o pessoal médico e de enfermagem, bem como os medicamentos e outros materiais de apoio, foram sempre muito poucos para o que se necessitava fazer.

Moçambique sofreria exatamente da mesma sorte, mas seria uma área ainda mais sobrecarregada, maioritariamente por causa das ações bélicas de Paul Emil von Lettow-Vorbeck (1870-1964) e das suas movimentações na África Oriental. E também ali o sistema militar trabalharia em proximidade com a Cruz Vermelha Portuguesa. Em finais de 1914, Lourenço Marques veria a mesma instalar ali a sua sede. E desde logo se determinou que uma ambulância poderia ser constituída, tendo a mesma funcionado a bordo de um navio-hospital, o vapor Quelimane, durante alguns meses de 1916. Nos anos de 1917 e 1918 foi determinado que a referida ambulância percorresse todo o território, para ali efetuar tratamentos e ordenar evacuações, laborando mais como um hospital de sangue móvel do que como uma ambulância comum. Esta unidade médica palmilharia locais como Chomba, Palma, Mocímboa da Praia, Nacature ou Patchitembo, atendendo, medicando, tratando e operando centenas de doentes expedicionários⁵⁴.

Palma detinha um hospital, um posto de socorros, um posto de esterilização de águas, e ainda uma pequena farmácia de campanha. Mocímboa

⁵² CVP, “A formação sanitária da Cruz Vermelha junto da Coluna de Operações no Sul de Angola”, 1920.

⁵³ CVP, “A formação sanitária da Cruz Vermelha junto da Coluna de Operações no Sul de Angola”, 1920.

⁵⁴ CVP, “Relatório dos serviços prestados durante a guerra pela Delegação da Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha em Lourenço Marques, apresentado em sessão de 20 de Janeiro de 1919”, 1919.

da Praia teria um hospital similar ao existente em Palma, bem como um posto de esterilização de águas. Porto Amélia viria a ter um verdadeiro Hospital Militar, mas este só terá começado a funcionar tardiamente, corria já o ano de 1918. Neste último devia ser providenciado tratamento a todos os doentes, independentemente da sua raça ou da sua nacionalidade⁵⁵.

Já Lourenço Marques possuiria diversas instalações hospitalares, as quais chegaram mesmo a ser visitadas pelo General Jacob van Deventer (1874-1922)⁵⁶. Um relatório da Delegação da Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha, que foi apresentado em 1919, refere mesmo que todos os doentes provenientes de Niassa foram recolhidos, de acordo com as indicações do Chefe dos Serviços de Saúde, nos hospitais Miguel Bombarda e Paiva Manso, bem como na Escola 5 de outubro, na Escola Distrital do sexo feminino, na Escola Distrital do sexo masculino e no Instituto João de Deus⁵⁷. Teriam sido igualmente usados os quartéis de Artilharia e Companhia de Depósito com o fim de resguardar os doentes. Em Xefina e Goba situar-se-iam ainda acampamentos, próprios para convalescença⁵⁸.

Considerações Finais

Como pudemos constatar, o objetivo de formar uma rede eficaz de cuidados médicos em Angola e Moçambique foi claramente gorado pelas peripécias e pelos problemas que médicos e combatentes tiveram que ultrapassar diariamente. Quem ali viveu, como foi o caso de Américo Pires de Lima, afirmaria, de forma categórica, que em África os homens deambulavam pelos acampamentos, febris e sedentos de tudo, à espera de tratamento ou de uma potencial evacuação. E, enquanto esperavam, muitos eram os que se enfiavam nas suas tendas ou palhotas, morrendo sem auxílio ou mal sobrevivendo sob o inclemente céu africano. Para muitos a guerra terminava ali; para outros o inferno continuaria depois do repatriamento. O que, de certa forma, os unia a muitos dos seus irmãos de armas, regressados de França, e também eles mutilados, doentes e traumatizados por um conflito que, tantas vezes, lhes soava que jamais teria fim.

⁵⁵ CVP, “Embarque de tropas que iriam estabelecer a formação sanitária da Cruz Vermelha, que tem por fim principal o constituir o hospital militar de Porto Amélia”, 1918.

⁵⁶ Arrifes, 2004, p. 200.

⁵⁷ CVP, “Relatório dos serviços prestados durante a guerra pela Delegação da Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha em Lourenço Marques, apresentado em sessão de 20 de Janeiro de 1919”, 1919.

⁵⁸ Araújo, 2015, p. 117.

À voz deste médico unem-se agora outras, de médicos e não só, que viam naqueles soldados, seus camaradas, gente abandonada à sua sorte. Muito temos ainda para descobrir acerca da forma como os combatentes portugueses foram cuidados nos teatros de operações africanos. Assim mesmo, podemos antever uma realidade em que os médicos e o pessoal de enfermagem mobilizado não eram, nem nunca foram suficientes, não conseguindo lidar com todas as situações que se lhes deparavam. Muitos terão sido os que padeceram da incúria a que tinham sido votados, suportando males que poderiam ter sido colmatados por uma melhor organização e um melhor serviço de evacuação e tratamento. E não devemos esquecer que a própria classe médica, frequentemente negligenciada e por vezes quase silenciada, também foi vítima daquele sistema, bem como da máquina logística que o mesmo nunca conseguiu estabelecer, e que se manteve ineficaz e mortal durante toda a campanha, perigando a vida de muitos destes profissionais, também eles atingidos pela doença, cansaço e abandono, tal como os que ali tentavam cuidar.

Atualmente, estas e outras vozes, de médicos e de combatentes, alertam-nos para as duras realidades da vida em campanha na África da Primeira Guerra Mundial, bem como para os «usos da memória» e para a importância do uso da documentação memorialista nas investigações académicas, que se tem vindo a tornar um tópico de discussão premente e frequente em colóquios, *workshops* e conferências, com um interesse renovado a cada evento que passa, e muito em voga nos países que agora evocam acontecimentos como o eclodir da primeira «Grande Conflagração» mundial.

Existe uma clara e crescente consciência de que não podemos, nem devemos, esquecer estas fontes de conhecimento. Todavia, devemos igualmente ter em conta os diversos problemas subjacentes à sua utilização, como o são a subjetividade e a emotividade do discurso memorialista, a incerteza quanto à verdade histórica apresentada, ou a presença de diversas particularidades pessoais em meio à escrita, que, por vezes, não podem nem devem ser generalizadas, pois são apenas representativas da vivência do indivíduo ou, na melhor das hipóteses, do seu grupo ou *entourage*. E existem ainda as questões trazidas por outros seres humanos, os historiadores, cujo papel não deve ser esquecido, mas cuja influência pode ser por vezes encontrada no assunto que relata, que analisa, que investiga. Como refere Jay Winter: “Sometimes in this process of reconstructing we add feelings, beliefs, or even knowledge we obtained after the experience”⁵⁹.

⁵⁹ Winter, 2006, p. 4.

É inegável que, mesmo com todos os possíveis «perigos» e «precauções», devemos recorrer à Memória e ao depoimento memorialista para a construção da própria História e dos seus momentos. Demonstrou-se no presente artigo que é necessário recorrer à literatura memorialista, tanta dela já publicada, mas tanta ainda por publicar, para entender melhor como se cuidava da saúde dos combatentes na África colonial da Grande Guerra. E vimos como esta nos pode revelar informação diversa, escondida hoje em diários e cadernos, correspondência e livros diversos. A clara vantagem poderá ser a de recorrermos às vivências e às experiências de quem as viveu na primeira pessoa, fugindo à utilização única da documentação de arquivo, em especial àquela, mais utilizada, que moldou a historiografia oficial – também ela moldada e sujeita à manipulação daqueles que catalogaram, cuidaram e preservaram os documentos encerrados hoje em pastas, caixas e capilhas.

Todo o investigador já se encontrou face ao dilema de encontrar a documentação que considera essencial ao seu trabalho, questionando-se também pelo facto de não encontrar documentos que sabe terem sido produzidos e que, por essa razão, deveriam ainda existir. E subjacente a essa procura persistem sempre perguntas diversas. Terá a documentação sido preservada ou terá sido destruída pelo tempo? Encontrar-se-á ainda por descobrir, perdida em algum fundo não catalogado e, dessa forma, desconhecido? E qual foi o critério escolhido para a manutenção de determinada documentação, ou a possível aniquilação de outra, que sabemos hoje não ter previvido?

Aos que podem temer o uso destas memórias, médicas ou não, na construção de uma imagem do atendimento médico em África durante o período analisado, restará alertar para o facto de que manipulações, visões parciais, juízos historiográficos pessoais e até mesmo a influência das épocas e dos seus diferentes critérios e métodos de trabalho arquivístico, que tantas vezes se encontravam a anos-luz dos presentemente utilizados e preconizados internacionalmente, sempre existiram. E levaram a que a documentação arquivística não seja igualmente isenta de falhas, tal como não o é a documentação de cariz memorialista, encerrada em bibliotecas, imersa em diários inéditos e em espólios familiares. Ambas não se anulam, complementam-se. O que nos levará sempre a procurar em ambas novas questões e partir à procura de novas conclusões.

Documentos e Fontes:

Araújo, Joaquim Alves Correia de, *Moçambique na I Guerra Mundial. Diário de um alferes-médico Joaquim Alves Correia de Araújo 1917 - 1918*, Org. e notas Teresa Araújo, V. N. Famalicão, Edições Humus, 2015.

- Cruz Vermelha Portuguesa, “Embarque de tropas que iriam estabelecer a formação sanitária da Cruz Vermelha, que tem por fim principal o constituir o hospital militar de Porto Amélia” in *Boletim da Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha*, Vol. II [2º Série], Lisboa: Casa Portuguesa, 1918.
- Cruz Vermelha Portuguesa, “Relatório dos serviços prestados durante a guerra pela Delegação da Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha em Lourenço Marques, apresentado em sessão de 20 de Janeiro de 1919” in *Boletim Oficial da Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha*, fundada em 1887, Vol. 3, III série, Lisboa: Casa Portuguesa, 1919.
- Cruz Vermelha Portuguesa, “A formação sanitária da Cruz Vermelha junto da Coluna de Operações no Sul de Angola” in *Boletim Oficial da Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha*, III Série, vol. 4, S/I, 1920.
- Cértima, António de, *Epopéia maldita: o drama da guerra d’África*, Lisboa, Portugal-Brasil, 1924.
- Costa, Manuel de Oliveira Gomes da, *A guerra nas colónias, 1914-1918*, Portugal-Brasil Sociedade Editora, 1925.
- Lima, Américo Pires de, *Na costa d’África: memórias de um médico expedicionário a Moçambique*, Gaia, Pátria, 1933.
- Martins, Luís Augusto Ferreira, *Portugal na Grande Guerra*, 2. Vols., Lisboa, Ática, 1934
- Patrício, Artur, *Impressões da viagem a bordo do “Moçambique” ao Sul de Angola: (notas d’um expedicionário)*, Lisboa, A. Patrício, 1915.
- Santos, Ernesto Moreira dos, *Combate de Naulila: cobiça de Angola seus heróis e seus inimigos memórias*, 2a ed, Guimarães, s.n., 1959
- Selvagem, Carlos, *Tropa d’África: jornal de campanha dum voluntário do Niassa*, 4.ª ed., Lisboa, Aillaud e Bertand, [1919], 1925.

Bibliografia:

- Atas do Colóquio Internacional “Grande Guerra: um século depois”*, Coord. António José Telo, Lisboa: Academia Militar, Fronteira do Caos Editores, 2015.
- Afonso, Aniceto, *Grande Guerra 1914-1918: [Angola, Moçambique e Flandres]*, Matosinhos: Quidnovi, 2006, (Batalhas da história de Portugal, 18).
- Afonso, Aniceto; Gomes, Carlos de Matos, *Portugal e a Grande Guerra: 1914 - 1918*, 2a ed., Vila do Conde: Verso da História, 2013.
- Arrifes, Marco Fortunato, *A Primeira Grande Guerra na África Portuguesa: Angola e Moçambique 1914-1918*, Lisboa: Edições Cosmos, 2004.
- Coelho, Sérgio Veludo, *Exército português na Primeira Guerra Mundial, 1914-1918*, Plus Ultra, 2001.

Portugal e as campanhas de África: da imposição de soberania à Grande Guerra

Pires, Ana Paula, Fogarty, Richard S., “África e a Primeira Guerra Mundial”, *Ler História*, nº 66, Lisboa: Ler História, 2014, pp. 57-77.

Rollo, Maria Fernanda, “Soldado de África! Quantas medalhas te puseram no peito? Portugal e África numa guerra global”, *Ler História*, nº 66, Lisboa: Ler História, 2014, pp. 79-97.

Strachan, Hew, *The First World War in Africa*, Oxford; New York: Oxford University Press, 2004.

Winter, Jay, *Remembering War: The Great War Between Memory and History in the 20th Century*, New Haven: Yale University Press, 2006.

(2015) Portugal e as campanhas de África: da imposição de soberania à Grande Guerra. Coleção “Ares”; 8, 323-328

Conclusões

Carlos Filipe Afonso

Major

Gabinete de História Militar/ Área de Ensino de Estratégia/ IESM
Investigador Associado no Centro de Investigação em Segurança e Defesa do
IESM (CISDI)
Lisboa, Portugal
afonso.cfnld@iesm.pt

Vítor Lourenço Borges

Major

Área de Ensino Específica do Exército/ IESM
Investigador Integrado no Centro de Investigação em Segurança e Defesa do
IESM (CISDI)
Lisboa, Portugal
borges.vmlo@iesm.pt

I

Um encontro académico numa instituição militar, da natureza do Seminário “Portugal e as campanhas de África: da imposição de soberania à Grande Guerra” vê-se na contingência de procurar o equilíbrio entre sensibilidades que, por vezes, parecem deslocar-se em sentidos opostos. Por um lado, os militares, enquanto protagonistas e interventores diretos nos assuntos da guerra, têm, de forma geral, tendência para perseguir um uso prático do passado. Em que medida esse passado a que os militares recorrem se pode chamar ou não História, é uma questão que deve ser avaliada pelos académicos especialistas. Por outro lado, os especialistas têm métodos e instrumentos próprios de olhar o passado – de preferência o menos invasivos possível – e que passam, entre outros aspetos, pelo olhar crítico constante, por processos de seleção e análise de fontes que requerem treino continuado e pelo desenvolvimento de grande capacidade indutiva. A verdade é que nem os militares nem ninguém conheceria o passado se não fosse pela mão dos historiadores.

O que militares e historiadores têm em comum são as circunstâncias, no sentido preconizado por Ortega y Gasset. Ambos precisam de respostas para as suas inquietações do presente, tenham elas um cariz de aplicação mais prática ou de investigação fundamental.

Acreditamos que, neste Seminário, pudemos beneficiar da complementaridade entre os saberes provenientes não só destes dois quadrantes, mas tam-

bém de investigadores com percursos mais diversos, que passam naturalmente pela História, mas também pelas Relações Internacionais, pela Estratégia, ou pelo Direito Internacional.

II

A conferência de abertura, a cargo do Professor Doutor Nuno Severiano Teixeira, ofereceu-nos uma perspetiva das razões que conduziram Portugal da neutralidade à beligerância, por intermédio de três teses explicativas que conheceram o seu desenvolvimento em momentos e circunstâncias distintas. Falava-nos, o Professor, da tese de que a manutenção da integridade colonial equivalia à defesa da Pátria, que não era mais do que a continuidade de uma ideia surgida no final do século XIX; Falava-nos, também, da tese peninsular ou europeia, da necessidade de afirmação da jovem República no plano externo, nomeadamente na individualidade de Portugal no quadro Ibérico e do reconhecimento do governo republicano no quadro europeu. Finalmente, apresentou a tese da necessidade de consolidação e legitimação interna do regime, que, no seu entender, explica em grande medida o avanço para a beligerância declarada e para a Flandres, sob a bandeira verde - rubra.

O primeiro painel – Perspetivas abrangentes – moderado pelo Major-General João Vieira Borges, procurou agregar trabalhos em torno das conjunturas geoestratégicas, dos olhares abrangentes sobre a guerra e a paz e sobre as perceções dos principais contendores. Constatou-se de três comunicações que ofereceram visões pouco habituais da Europa quando nos debruçamos sobre a Grande Guerra.

O Professor Doutor Alexandre Figueiredo apresentou uma seleção cronológica de projetos de unificação da Europa como contraponto à Grande Guerra. Durante a intervenção foram passadas em revista diversas propostas, com especial incidência a partir do século XVII, de unificação de um continente consciente do seu destino bélico, desde a Grécia Antiga até ao pós-Guerra.

O Dr. Fernando Dores Costa também se ocupou das questões da paz, mais concretamente da Conferência de Paz de Haia de 1907, marcada por uma aproximação portuguesa à Inglaterra, muito pela mão do Marquês de Soveral. Apesar do importante papel da delegação portuguesa, os resultados foram condicionados pelas estratégias das grandes potências, ao mesmo tempo que a conferência não beneficiava de grande atenção em Portugal. Um dos méritos apontados pelo orador foi o ter servido de inspiração para a criação da Sociedade das Nações.

Com a apresentação do Coronel Correia Neves imergimos de imediato no ferro e no fogo da Frente Ocidental. A comunicação centrou-se na falência dos planos de guerra dos principais beligerantes, como resultante de pressupostos errados na sua elaboração. Em concreto, e de uma forma muito simplificadora, enquanto o plano alemão subestimou a determinação e resiliência do povo francês, o plano francês não entrou em linha de conta com a capacidade de organização e adaptação alemã. Isto criou problemas de perceção ao nível das relações político-militares, da conceptualização da guerra, do planeamento e condução das operações e de avaliação dos resultados. De acordo com o orador, foi a separação entre o poder político e a condução direta dos assuntos da guerra, na França de 1918, que contribuiu em grande medida para a vitória aliada.

O debate deste primeiro painel transportou-nos para a diversidade das relações entre Estados antes do conflito, que chegavam ao paradoxo de alianças no continente europeu conviverem com competição no quadro colonial. Foram, também, debatidas algumas das razões da derrota alemã e o papel da participação norte-americana. Foi estabelecida uma ponte entre o quadro europeu e africano, nomeadamente através da experiência de Kitchener, adquirida em África e do seu provável papel na perceção precoce que o comandante britânico teve acerca do rumo do conflito no Teatro Europeu.

O segundo painel debruçou-se sobre o pensamento estratégico português e as relações entre Portugal e a Alemanha no alvor da Grande Guerra. Iniciou com a intervenção do Professor Doutor António Paulo Duarte, em torno do embrionário pensamento estratégico português, pela mão de nomes como o então jovem Raul Esteves, de Afonso Costa ou de José Relvas. Apresentou-nos a ideia da criação de uma Entente entre o arco dos países mais ocidentais da Europa em oposição à Alemanha e retomou e aprofundou o papel do Corpo Expedicionário Português como veículo de credibilidade de Portugal no contexto internacional.

A Dra. Marisa Fernandes debruçou-se sobre o papel do Sudeste Africano na geopolítica da Alemanha da Primeira Guerra Mundial. Fomos conduzidos através da ideia de *Mittleafrika* e de uma visão alemã de que, pelo menos o norte de Moçambique, representava uma continuidade geográfica da África Oriental Alemã. Mostrou-nos, também, como os interesses económicos interferiram na geopolítica colonial.

A Professora Doutora Gisela Guevara trouxe-nos uma observação sobre a estratégia do império alemão para debilitar a presença de Portugal em África antes da Primeira Guerra Mundial. Relembrou-nos o conceito de *Weltpolitik* e

o direito de crescimento à custa de nações moribundas. Pudemos observar em que medida o projeto português de união de Angola à contracosta coincidia – e ao mesmo tempo colidia – com as intenções alemãs de *Mittleafrika*, em particular na ligação ao possível aliado bóer e o papel de Lourenço Marques, como porto mais próximo de Pretória e do Transval.

Durante o debate que se seguiu, estabeleceram-se ligações com questões do presente, mas ficou bem patente a importância da observação dos contextos, bem sintetizada na observação do Professor António Paulo Duarte de que os homens e as circunstâncias de 1914 não são os mesmos de 2014.

O terceiro painel contou com duas intervenções e aproximou-nos definitivamente das operações militares portuguesas em África, nomeadamente no quadro da corrida europeia para a afirmação de soberania naquele continente. O Doutor Marco Arrifes recordou o momento singular da progressão portuguesa para sul do Cunene, em Angola, que ficou conhecido como desastre de Pembe, em setembro de 1904. Procurou hipóteses explicativas da derrota do destacamento português e salientou o profundo impacto que aquele combate provocou na sociedade metropolitana.

O Professor Paulo Jorge Fernandes mostrou-nos o impacto da intervenção militar em Moçambique no final do século XIX para o desenvolvimento das campanhas africanas, quer nos planos doutrinário, logístico e técnico, quer no efeito social de vitórias, como a de Mouzinho sobre os Vátuas, e o nascimento de heróis militares. Se por um lado, estes homens serviram propósitos ideológicos bem definidos, por outro lado não deixaram de constituir um grupo de oficiais com experiência e saber destacados, que acabaram por se distinguir posteriormente no plano militar e/ou no plano político.

O debate que encerrou este painel e o primeiro dia permitiu o aprofundamento de aspetos que só puderam ser abordados superficialmente nas comunicações, destacando-se as vertentes técnicas e táticas das especificidades do combate em África.

No segundo dia pudemos fruir de mais dois painéis, exclusivamente sobre África no contexto da Grande Guerra. No primeiro, voltámos a ser transportados para as duas colónias, de Angola e Moçambique, desta vez já em 1914-15 e em 1917-18, respetivamente. O Tenente-coronel Luís Barroso apresentou-nos o ataque a Naulila e a ação alemã no Sul de Angola, não na tese mais usual de ataque punitivo ou vingança, mas antes num quadro de uma ação deliberada e preemptiva, no intuito de afastar as tropas portuguesas da região e garantir a possibilidade de economia de forças alemãs a norte para poder concentrar potencial a sul, contra os britânicos e os seus, agora

aliados, afrikaners. O argumento assenta, entre outros fatores, na necessidade de obrigar a uma retração do dispositivo português permitindo o aumento da profundidade do Sudoeste Africano alemão em espaço, tempo e recursos.

O Coronel Lemos Pires analisou a tensão entre o poder político e o comando militar, materializado na oposição de perspectivas sobre o papel da África Oriental Alemã no quadro geral da Guerra. Enquanto a visão militar de Letow von Vorberck assentava na utilização da colônia como fixador de forças da Entente, já o governador, Heinrich Schnee advogava a neutralidade e desenvolvimento económico, assumindo especial preponderância o acesso ao Índico e servindo o instrumento militar como garante da ordem interna. A liberdade de ação que o sistema alemão conferia ao comandante militar permitiu a Vorbeck antecipar-se contra os espaços coloniais belga, britânico e, depois português. Conseguiu todos os seus objetivos, mas a Alemanha acabou por perder todas as colônias em África.

O debate permitiu um aprofundamento da tese de ataque preemptivo a Naulila, em Angola, e também o questionamento sobre a viabilidade de uma estratégia portuguesa para Moçambique. Ambos os oradores puderam expor mais alguns dados, resultantes da análise de novas fontes, que abrem caminho para outras visões do quadro colonial da Grande Guerra.

O último painel ofereceu-nos três visões de protagonistas e interventores portugueses em África durante o conflito. O Major-general Rui Moura falou-nos da Guarda Republicana de Lourenço Marques, trazendo-nos luz sobre uma força bem real e interventora em Moçambique, inclusive com ações de combate, que tem sido ignorada por boa parte da historiografia.

O Major Fernando Ribeiro mostrou-nos uma perspectiva do perfil sociográfico do oficial do Serviço de Estado-Maior durante a Grande Guerra e particularizou alguns dos intervenientes nos teatros africanos.

O Tenente-coronel Renato Assis trouxe-nos uma visão panorâmica dos comandantes em África, que apelidou de geração infortuna. Trata-se de uma investigação ainda em curso, de que nos foram apresentados resultados parciais, mas que nos fizeram mergulhar no perfil dos oficiais que participaram na primeira expedição a Angola, comandada por Alves Roçadas.

O debate incidiu nos percursos de investigação ainda a trilhar no sentido de aprofundar o conhecimento sobre os objetos de estudo, que têm em comum a vincada natureza sociológica e corporativa. Foi possível, no entanto, perceber melhor a dificuldade na perspetivação de carreiras de oficiais num período tão conturbado como foi o do final da Monarquia e da Primeira República.

III

Os períodos comemorativos – ou evocativos – como é o caso do que vivemos entre 2014 e 2018, são oportunidades de excelência para a revisão historiográfica, dado o expressivo investimento em meios humanos e materiais que geralmente lhes está associado. O Seminário “Portugal e as campanhas de África: da imposição de soberania à Grande Guerra” constituiu um dos contributos do IESM para a Linha de Investigação patente na Comissão Coordenadora para Evocação do Centenário da Primeira Guerra Mundial.

As intervenções dos participantes refletiram, na sua maioria, o ponto de situação de trabalhos de investigação em curso. Houve lugar a perspetivas contraditórias, ao revelar de fraquezas na condução política e militar da participação no conflito, mas também o evidenciar de méritos e bom desempenho por parte dos protagonistas daquela época. Uma das evidências da intencionalidade historicizante patente ao longo das diferentes intervenções foi o cunho contextualizante das intervenções, afastando-se de abordagens evocativas ou próximas de uma história de “divulgação” e procurando a perspetiva científica.

O Seminário “Portugal e as campanhas de África: da imposição de soberania à Grande Guerra” foi o primeiro encontro no âmbito do Projeto de Investigação do IESM subordinado à Primeira Guerra Mundial e permitiu verificar a vitalidade do CISDI. Apesar de relativamente recente, o centro de investigação contava já com 76 investigadores, entre integrados, associados e temporários, divididos por diferentes projetos, abrangendo os dois domínios (nuclear e complementar) das chamadas ciências militares. Das 14 intervenções destas jornadas, 4 estiveram a cargo de membros do CISDI que, no âmbito dos seus percursos individuais se associaram ao Projeto de Investigação em curso.

Paralelamente aos painéis de conferências, o Centro de Recursos do Conhecimento do CISDI editou um catálogo, em formato eletrónico, com o acervo de fontes e bibliográfico de que dispõe sobre a Primeira Guerra Mundial. A longevidade dos institutos antecessores do IESM (desde outubro de 2015 órgão autónomo do Instituto Universitário Militar – IUM) proporcionou, ao longo do século XX, o acrescento de inúmeras obras ao espólio da biblioteca, algumas delas primeiras edições de relatos de intervenientes no conflito.

Sínteses biográficas dos autores

Alexandre Figueiredo

Licenciado em Comunicação Social. Pós-Graduado, Mestre e Doutor em Ciências da Comunicação. Pós-Graduado em Tecnologias de Informação e Comunicação. Licenciando em Direito. Bolseiro de Doutorado da Fundação para a Ciência e Tecnologia. Investigador no CIMJ, CiCDigital, CIJVS e CISDI. Membro do Conselho Científico do CIJVS. Coeditor e Editor de Ensaio da revista artciencia.com. Subdiretor e Membro do Conselho de Redação das Revistas *Mátria XXI* e *Mátria Digital*. Docente e Investigador na área das Ciências da Comunicação.

Nuno Correia Neves

O Coronel de Infantaria Correia Neves frequentou a Academia Militar entre 1981 e 1986. Comandou companhias em Unidades da sua Arma e no ISM. Ainda como Capitão foi professor no ISM e na ESPE. Como Oficial Superior e Coronel foi Diretor de Ensino e Comandante de Batalhão na EPST, e exerceu funções de Chefe de Repartição no Comando da Região Militar Norte, no Comando operacional e no Comando do Pessoal. Está colocado no Instituto de Estudos Superiores Militares, onde chefia o Gabinete do Diretor e é investigador integrado no CISDI.

António Paulo Duarte

Assessor e Investigador do quadro do Instituto da Defesa Nacional (IDN).

Doutor em História Institucional e Política Contemporânea pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (2005);

Mestre em Estratégia pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa (1997);

Licenciado em História pela Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa (1990).

É Investigador Integrado do Instituto de História Contemporânea (IHC), da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova.

Investigador, igualmente, do Observatório Político (OP).

Marisa Fernandes

Doutoranda em Estudos Estratégicos na Universidade de Lisboa. Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais pela Universidade Nova de Lisboa. Investigadora do Centro de Investigação em Segurança e Defesa do Instituto de Estudos Superiores Militares e do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa. Publicou recentemente (2014) A “Alemanha Ensanguentada” de Aquilino Ribeiro: O Testemunho de um Autor Português sobre o Desejo de Vingança Alemão nascido de Versailles; (2014) Geopolítica da Alemanha na Primeira Guerra Mundial: O Caso do Sudoeste Africano; (2014) Jünger e Haffner: Contradições e ambiguidades nas memórias alemãs da Primeira Guerra Mundial.

Gisela Guevara

Gisela da Silva Guevara tem um mestrado em Estudos de Segurança e Inteligência da Universidade Brunel, Londres e um doutoramento em Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade do Minho, Portugal. É atualmente professora doutora da Faculdade de Governo e Relações Internacionais da Universidade Externado de Colômbia, Bogotá, onde tem a cargo matérias na área da Segurança e Conflito. De igual forma é investigadora do Centro de Projetos Especiais e Investigações da mesma instituição, onde desenvolve projetos em segurança regional latino-americana.

Marco Fortunato Arrifes

Marco Fortunato Arrifes nasceu em Lisboa em Outubro de 1966. É atualmente Supervisor Pedagógico da Direção de Educação do Ministério da Defesa Nacional. É Mestre em História dos séculos XIX e XX pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e Pós Graduado em Gestão e Administração pelo Instituto Superior de Educação e Ciências.

Licenciado em História, tem formação superior especializada em Biblioteconomia, História Demográfica e Relações Internacionais.

Desde 1995 membro da Ordem da Garança do Brasil, venceu em 2004 o Prémio Defesa Nacional da Comissão Portuguesa de História Militar.

Tem participado em vários projetos de investigação no âmbito da História económica e cultural do espaço colonial português do século XX. Coordenou a revisão científica da edição portuguesa da cronologia do século XX de Anne Thévenin e Beatrice Compagnon e fez parte do grupo de trabalho que escreveu o dicionário de História da Primeira República e do Republicanismo.

Publicou o livro “A primeira Guerra Mundial na África Portuguesa (1914/1918)”. Do vasto número de artigos publicados em revistas nacionais e internacionais destaca-se o estudo sobre as políticas coloniais de defesa de Angola entre 1926 e 1960.

Paulo Jorge Fernandes

Paulo Jorge Fernandes é Investigador Integrado do Instituto de História Contemporânea e Professor Auxiliar do Departamento de História da FCSH-NOVA onde tem lecionado História de Portugal Contemporâneo (Século XIX), História do Brasil Contemporâneo, História de Espanha, História Comparada do Colonialismo Europeu no Século XIX e História Política do Liberalismo em Portugal. Doutorado em História Institucional e Política Contemporânea pela FCSH-NOVA (2007). Publicou mais recentemente: Mariano Cirilo de Carvalho: o «Poder Oculto» do liberalismo português, 1876-1892 (2010) e Mouzinho de Albuquerque: um soldado ao serviço do Império (2010). Tem, igualmente, participado em obras coletivas, de que se destaca mais recentemente a publicação em 2014 de “A fotografia e a edificação do Estado Colonial: a missão de Mariano de Carvalho à província de Moçambique em 1890”, in VICENTE, Filipa Lowndes (dir.), O Império da Visão. Fotografia no Contexto Colonial Português (1860-1960). Tem atualmente no prelo o texto “The press and Portuguese-British relations at the time of the British «Ultimatum»”, in KAUL, Chandrika and GARCIA, José Luís (ed.), Media and the Portuguese Empire,

Portugal e as campanhas de África: da imposição de soberania à Grande Guerra

a ser editado pela Partridge e em preparação um livro sobre as campanhas africanas de 1890 a 1918 que será publicado pela Imprensa Nacional.

Luís Barroso

Tenente-coronel de Infantaria. Qualificado com o Curso de Estado-Maior no IAEM e Curso de Estado-Maior de las Fuerzas Armadas de España.

Mestre e Doutor em História, Defesa e Relações Internacionais pelo ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa.

Investigador no CEI do ISCTE-IUL e no CISDI.

CCIRM/IAQ/J2 Section Head no JFCBS (NATO) na Holanda.

Nuno Lemos Pires

Coronel de Infantaria / Operações Especiais, Doutorado em História, Defesa e Relações Internacionais pelo ISCTE-IUL (em parceria com a AM), é Comandante do Corpo de Alunos e Professor da Academia Militar. Colabora como Professor Convidado no ISCTE-IUL, na Universidade Nova de Lisboa, no Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM) e no Instituto de Defesa Nacional. Desempenhou funções de instrução e comando na Escola Prática de Infantaria, Professor de História Militar no IAEM, Intelligence Officer no NATO Rapid Deployable Corps – Espanha, Assistente Militar do Comandante do Joint Command Lisbon, Comandante do 2º Batalhão de Infantaria Mecanizado na Brigada Mecanizada e Diretor de Formação na Escola das Armas em Mafra. Participou em missões em Moçambique, Angola, Paquistão, Etiópia, e Afeganistão. Com 8 obras publicadas, colaborou em mais de 50 livros escritos nas línguas portuguesa, inglesa e espanhola, tendo igualmente publicado dezenas de artigos em diversas revistas e jornais e palestrante habitual em Portugal e Espanha.

Perfil público em: <https://academiamilitar.academia.edu/NunoPires>

Rui Moura

O Major-general Rui Moura é Comandante de Doutrina e Formação da Guarda Nacional Republicana.

Orador em Congressos, Colóquios e Seminários sobre História Militar e outros assuntos militares e de segurança, em Portugal e no estrangeiro, publicou textos em publicações militares e académicas, designadamente no

Jornal do Exército, Revista “Beira Alta” e na Revista Militar. Foi autor do livro “O 14 de Infantaria”, co-autor do livro “O Exército Português e as Comemorações dos 200 anos da Guerra Peninsular”, e prefaciou, recentemente, os livros “O Exército Aliado Anglo-Português (1809 - 1814)”, de João Centeno e a “A Batalha do Buçaco. 15 Dias da História de Portugal”, de José Matos Duque.

Fernando Ribeiro

O Major de Infantaria Fernando César de Oliveira Ribeiro foi promovido ao atual posto em 01 de Janeiro de 2013 é atualmente Professor da Área de Ensino Específico do Exército no IESM.

Frequentou, entre outros, o Curso de Ciências Militares – Arma de Infantaria, da Academia Militar, o Curso de Promoção a Capitão da Escola Prática de Infantaria, o Curso de Promoção a Oficial Superior e Curso de Estado-Maior Conjunto (ambos no IESM).

Prestou serviço no 1ºBatalhão de Infantaria Mecanizado (1ºBIMec), no Regimento de Infantaria nº1, no Gabinete do Chefe de Estado Maior do Exército, no Comando das Forças Terrestres e no IESM.

Participou em Forças Nacionais Destacadas na Bósnia-Herzegovina, como comandante de pelotão, em Timor-Leste, como adjunto de companhia e no Kosovo, como oficial de ligação à Multinational Task Force Centre. Foi também comandante da companhia de apoio de combate do 1ºBIMec, atribuído à NATO Response Force 5 (NRF5).

Renato Assis

O Tenente-coronel de Artilharia Renato Afonso Gonçalves de Assis nasceu em 31 de Março de 1969 em Santarém, onde estudou e reside atualmente.

Esteve colocado Brigada Mecanizada na BAAA, no Quartel-General, no 1ºBIMec e no GAC, de onde se destacam as funções de Oficial de Operações, 2ºCmdt e Cmdt da BAAA, Oficial de Logística e Informações do 1ºBIMec – em FND -, Oficial de Operações e Oficial de Informações do GAC, Adjunto das Secções de Operações e Logística da Brigada e 2º Comandante do GAC. No GabCEME foi Chefe da Secção de Cooperação Técnico-Militar (CTM) e, actualmente, na Academia militar é professor adjunto das cadeiras de Tática Geral e Operações Militares (TGOM) I e II, Sistemas de Armas de Artilharia e Tiro II e Tática de Artilharia II.

Participou em 04 (quatro) missões no exterior, em Timor-Leste (2003) – Of Logística 1ºBIMec -, no Iraque (2006-07) – como advisor do NTM-I -, no Kosovo (2009-10) – Of Informações do 1ºBIMec -, e no Afeganistão (2013-14) – como Of EM no CJ5/IJC/ISAF.

Ingressou na Academia Militar em 1988, concluindo o curso de Ciências Militares em Artilharia no ano de 1993. Frequentou do Curso de Promoção a Capitão em 1998, o CPOS em 2003 e Curso de Estado-Maior entre 2007 e 2008.

Em conjunto com os demais investigadores, encontra-se no projecto de investigação Comandantes em África (1914-1918): uma geração infortunada, com o tema “uma forma portuguesa de comando e liderança militar na Grande Guerra - África”.

Margarida Portela

Margarida Portela é Doutoranda em História Contemporânea na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH/NOVA), onde presentemente desenvolve a sua investigação, dedicando-se ao estudo do Serviço Médico Militar Português durante a Grande Guerra, bem como a outras questões e temáticas relacionadas com a História Social da Medicina Contemporânea em Portugal. Investigadora Integrada do Instituto de História Contemporânea (IHC), é membro da equipa IHC para o projecto evocativo do Centenário da Primeira Guerra Mundial, onde se dedica à investigação/publicação em temáticas relacionadas com a medicina portuguesa em campanha, saúde e medicina militar na Grande Guerra, medicina militar, avanços médicos e impactos na denominada frente interna, internacionalização da Medicina Contemporânea Portuguesa e Memória/práticas da Memória em Portugal e nos teatros de operações africano e europeu, no âmbito do projecto coordenado pela Prof.^a Dr.^a Maria Fernanda Rollo – *Memórias da I Guerra Mundial: 1914 – 1918*.

O Seminário “Portugal e as campanhas de África: da imposição de soberania à Grande Guerra” decorreu no Instituto de Estudos Superiores Militares, nos dias 25 e 26 de junho de 2015, no âmbito da Evocação do Centenário da Primeira Guerra Mundial. O espaço colonial português em África – em particular os territórios de Angola e Moçambique – não pode ser observado na Primeira Guerra Mundial sem se atender aos contextos de imposição de soberania do final do Século XIX e início do seguinte e, em paralelo, à conjuntura europeia do mesmo período.

As Atas do Seminário reúnem os textos das intervenções, organizados em função das temáticas gerais: 1) Perspetivas abrangentes sobre o conflito; 2) As relações internacionais tendo África como pano de fundo; 3) Estratégia e emprego de forças em Angola e Moçambique e, 4) Atuação dos protagonistas nas operações militares.

Os textos publicados refletem, na maioria dos casos, o ponto de situação de investigações em curso.

Com o apoio da Comissão Coordenadora para a Evocação do Centenário da I Guerra Mundial

